

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE SALTO



Relatório de Gestão
2013 – 2016



PREFEITURA
DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE
SALTO



Prefeitura Municipal da Estância Turística de Salto

Gestão 2013-2016

Juvenil Cirelli		Jussara Villaça
Prefeito Municipal		Vice-Prefeita

Equipe de Governo

Lucilia Barbosa de Jesus Secretária de Ação Social e Cidadania		Luiz Eduardo Collaço Secretário de Administração
Marcos Antonio Pardim Secretário de Cultura		Eliana Aparecida Leopoldino Rodrigues Moreira Secretária de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Turismo
Luciano Oliveira Santos Secretário de Desenvolvimento Urbano		Milta Alves Ribeiro Maron Secretária de Educação
Lino Fachini Júnior Secretário de Esportes e Lazer		Wilson Roberto Caveden Secretário de Finanças
Paulo Henrique Soranz Secretário de Governo		Amilton Luis de Arruda Sampaio Secretário de Negócios Jurídicos
Osvaldo de Souza Júnior Secretário de Obras e Serviços Urbanos		Daniel Paulino Evangelista Secretário de Saúde
Adilson Marinho da Silva Secretário de Defesa Social		João De Conti Neto Secretário de Meio Ambiente
Paulo Takeyama SAAE Ambiental – Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Salto-SP		

Consultoria

Elaborado no Âmbito do Contrato, nº 26/2013, ALFAPLAN Assessoria e Consultoria Ltda.

Apresentação

Apresentamos neste relatório, uma síntese dos trabalhos da equipe de governo 2013-2016. Esse trabalho de quatro anos foi guiado por lisura e transparência, eficiência e eficácia nas ações do Governo, sempre buscando as melhores alternativas para fazer o máximo e o melhor, com o menor custo.

Este Relatório de Gestão tem o objetivo de apresentar à sociedade, aos órgãos de controle e aos próximos gestores a situação econômica, administrativa, as políticas públicas realizadas e as que ainda estão em andamento na Prefeitura de Salto. Ele é o resultado das ações de governo que foram construídas sobre o alicerce do Programa de Governo aprovado pelo povo de Salto em 2012. Tudo somado aos debates com a população, com o funcionalismo, com a equipe de Secretários, com Vereadores, orientados sempre pela importância de se colocar no lugar das pessoas a quem realmente deve servir o Poder Público.

O referido Programa de Governo foi organizado em quatro eixos: Participação Popular, Políticas Públicas, Gestão Pública, Urbanismo, Meio Ambiente e Desenvolvimento. Entre as ações realizadas destacamos algumas como referência, pois todas foram importantes.

As contrapartidas dos empreendimentos imobiliários, que articularam os quatro eixos do Programa de Governo, permitiram-nos realizar obras importantes para nossa cidade como: a Avenida Perimetral entre o Santa Cruz e o Jd. das Nações; a nova Clínica de Saúde do Cecap; o desassoreamento do Piraí, que ampliou em mais de 400% sua capacidade de armazenagem de água; a construção de novas caixas d'água que nos permitiram armazenar 6 milhões de litros de água a mais que em 2013; a revitalização de praticamente todos os espaços esportivos da cidade e a criação de novas quadras e campos. Ao todo, as contrapartidas representaram um investimento superior a R\$ 60 milhões.

Destacamos também as obras resultantes dos convênios com os Governos Federal e Estadual, que atingiram um montante superior a R\$ 90 milhões e permitiram a construção da Ponte Estaiada, a reforma da Estação e dos Trilhos do Trem Republicano (em andamento), a adução de água da Estação de Tratamento do Bela

Vista à Região do Jd. das Nações, a construção de seis novas creches, a ampliação da capacidade de tratamento de água da ETA Bela Vista, entre outros.

As ações resultantes destes investimentos acataram às demandas apresentadas pela população e contribuíram para atender as políticas públicas de Educação, Cultura, Esporte, Saúde, Saneamento, Ação Social, Emprego, Segurança, Meio Ambiente e Trânsito. Políticas que não estariam completas se não contassem com os milhões de recursos próprios que garantiram o desenvolvimento de programas como o Cartão Material Escolar, o Cartão Servidor, a PPP da Limpeza Urbana, que nos viabilizou a construção de cinco Ecopontos, a ampliação do efetivo da Guarda Civil Municipal, o atendimento a milhares de pessoas nas Escolas Municipais de Esportes que levaram a Salto para a 1ª divisão dos Jogos Regionais.

Por fim, os investimentos estimularam a vinda de empresas para a nossa cidade. Em quatro anos, anunciamos 53 novos empreendimentos empresariais. Muitos deles com inauguração prevista ainda para os próximos anos como a TMD/Friction (Cobreq), FEIC, Sil Cabos Elétricos, Centros de Distribuição do Tenda e da Ypê, entre muitos outros.

No eixo das Políticas Públicas houve ampliação dos recursos para o custeio da Saúde, Educação, Ação Social e Defesa Social. Com índice de 6,6 em 2015 no IDEB, a rede municipal de Salto atingiu a meta prevista para 2017. Na Saúde, destacamos a implantação da Estratégia Saúde da Família, reforma de praticamente todos os Postos de Saúde, renovação do convênio com o São Camilo por mais cinco anos. Na Cultura, consolidamos a legislação e o Sistema de Cultura, além do investimento no Conservatório Municipal. Na Ação Social, foram mais de 30 mil pessoas atendidas por ano nos Centros de Referência da Assistência Social.

No eixo Urbanismo, Meio Ambiente e Desenvolvimento, foram mais de R\$ 300 milhões em investimentos empresariais que vieram se instalar em Salto, com previsão de gerar quase 5 mil empregos. O sistema de abastecimento de água da nossa cidade recebeu um dos maiores investimentos das últimas décadas. Apresentamos os Planos Municipais de Saneamento Básico, Resíduos Sólidos e Arborização. Ampliamos o Plano de Limpeza Urbana para todos os bairros e não só na região central como era feito. Estas ações, somadas a outras, colocaram Salto na 17ª posição no ranking do programa Município VerdeAzul do Estado de São Paulo.

No eixo da Participação Popular, foram 24 edições do “Prefeitura no Bairro” em quatro anos, com plenárias populares de debates e prestação de contas à população. E 85% das demandas foram atendidas por este governo. Foram realizadas conferências de Saúde, Educação, Ação Social e Cultura. Além de audiências públicas, encontros empresariais, fortalecimento dos Conselhos e criadas novas Coordenadorias.

E essa transição pública de governo, mais uma vez, sela esse compromisso assumido com a população — um compromisso que não é simples. Foi um trabalho complexo, de estruturação de políticas públicas, que objetivam que as ações do Governo possam ser perenes, para que os rumos da nossa cidade não fiquem à mercê das mudanças políticas.

Outro ponto a ser destacado foi o enfrentamento, durante esse governo, a três importantes crises: a econômico-política; a da epidemia de dengue; e a estiagem prolongada de 2014-2015. Superar a problemática trazida por cada uma dessas crises foi resultado do trabalho da equipe, que ao trazer novas empresas e tornar mais eficiente a gestão, melhorou a arrecadação do município; nossa cidade conseguiu realizar uma das melhores ações de controle da região; e, por fim, os cuidados com o trabalho do SAAE reduziram, em muito, o impacto da estiagem na vida da população da Salto.

Muito ainda há por ser feito. Neste sentido, que todas as informações aqui contidas, somadas as informações disponibilizadas pelo Portal da Transparência e as solicitadas pela equipe de transição são uma parte do compromisso que temos com a população de Salto.

Desejamos aos que continuarão a partir daqui, que tenham sucesso em seu trabalho, pois assim ganha toda a sociedade Saltense no futuro.

Prefeitura Municipal de Salto

Sumário

Introdução.....	12
O Programa de Governo de 2012	15
O PPA 2014-2017	16
O que mudou em Salto?.....	20
Eixo I – Participação popular.....	21
Eixo II – Políticas públicas.....	27
Eixo III – Urbanismo, meio ambiente e desenvolvimento.....	71
Eixo IV – Gestão pública.....	108
As contrapartidas exigidas para os loteamentos.....	126
A Gestão Financeira de Salto no período.....	136
A expectativa de Receita na elaboração da LOA.....	139
As Receitas realizadas.....	143
A Receita Tributária e de Transferências Correntes	147
O planejamento das Despesas em Salto	163
A execução das Despesas em Salto.....	169
As Ações realizadas por cada Secretaria.....	195
Secretaria de Ação Social e Cidadania.....	196
Secretaria de Defesa Social.....	217
Serviço Autônomo de Água e Esgoto.....	219
Secretaria de Meio Ambiente	230
Secretaria de Educação	235
Secretaria de Cultura	277
Secretaria de Obras e Serviços Públicos.....	283

Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Turismo	285
Secretaria de Desenvolvimento Urbano.....	298
Secretaria de Saúde.....	301
Secretaria de Esporte e Lazer.....	307
Secretaria de Finanças	312
Secretaria de Governo	315
Secretaria de Negócios Jurídicos.....	319
Secretaria de Administração	322
Conclusões.....	328
Anexo I – Plano de Governo apresentado.....	331
Anexo II – Programas aprovados no PPA 2014-2017 – Metas e custos	339
Anexo III – Apresentação das Secretarias	358
Anexo IV – Relação dos Convênios Vigentes	554

Lista de Gráficos

Gráfico 1 – Recursos destinados pelo PPA 2014-2017, por Programa.....	18
Gráfico 2 – Evolução da quantidade de alunos atendidos na rede municipal	30
Gráfico 3 – Evolução da nota do IDEB de Salto ⁽¹⁾	35
Gráfico 4 – Evolução do quadro de servidores do município ⁽¹⁾	110
Gráfico 5 – Evolução das despesas com Pessoal e Encargos Sociais ⁽¹⁾	111
Gráfico 6 – Média mensal de despesas com energia elétrica e telefonia ⁽¹⁾	114
Gráfico 7 – Consumo anual de combustível, por tipo ⁽¹⁾	116
Gráfico 8 – Processos licitatórios realizados ⁽¹⁾	117
Gráfico 9 – PIB brasileiro em US\$ ⁽¹⁾	136
Gráfico 10 – IPCA acumulado nos últimos 12 meses (2007 a Jul/2016).....	137
Gráfico 11– Receita Total, Corrente e de Capital Orçada (2010 – 2016) ⁽¹⁾	139
Gráfico 12– Composição da Receita Corrente Orçada (2010-2016) ⁽¹⁾	140
Gráfico 13 – Receita Corrente e de Capital – Orçada e Realizada (2010-2016) ⁽¹⁾	141
Gráfico 14– Arrecadação Mensal (2012 a outubro de 2016 ⁽¹⁾ ⁽²⁾ ⁽³⁾	143
Gráfico 15 – Receitas Correntes e de Capital no total da Arrecadação ⁽¹⁾	144
Gráfico 16 – Receita Total e RCL mensal (2012-2016) ⁽¹⁾	145
Gráfico 17 – Crescimento real da RCL (2010 – Out de 2016) ⁽¹⁾	145
Gráfico 18 – Receita Tributária e Transferências Correntes (2012–Jul/2016) ⁽¹⁾	147
Gráfico 19 – Composição da Receita Tributária (2010 a 2015) ⁽¹⁾	149
Gráfico 20 – Arrecadação anual IPTU e ISSQN (2010-2016) ⁽¹⁾	150
Gráfico 21– Receita do IPTU e ISSQN – Orçada e Realizada ⁽¹⁾	151
Gráfico 22 – Composição das Transferências Correntes (2010 a 2015) ⁽¹⁾	153
Gráfico 23– Receita anual do ICMS (Estado de SP/Salto) (2010-2016) ⁽¹⁾	154
Gráfico 24 – Receita mensal do ICMS de Salto (2012-2016) ⁽¹⁾	156
Gráfico 25– Receita anual do FPM (Brasil/Salto) (2010-2016) ⁽¹⁾	157

Gráfico 26 – Receita mensal do FPM de Salto (2012-2016) ⁽¹⁾	158
Gráfico 27 – Receita anual do IPVA (Estado de SP/Salto) (2010-2016) ⁽¹⁾	159
Gráfico 28 – Receita mensal do IPVA de Salto (2012-2016) ^{(1) (2)}	160
Gráfico 29 – Receita da transferência x contribuição ao FUNDEB (2010-2016) ⁽¹⁾ ..	161
Gráfico 30 – Receitas Orçada e Realizada - FPM, ICMS e IPVA (2010-2016) ⁽¹⁾ ..	162
Gráfico 31 – Despesa orçada por Categoria Econômica (2012-2016) ⁽¹⁾	165
Gráfico 32 – Despesa orçada por Grupo de Natureza da Despesa (2012-2016) ⁽¹⁾ ..	167
Gráfico 33 – Despesa orçada por Função de Governo (2012-2016) ⁽¹⁾	168
Gráfico 34 – Despesa orçada e realizada – Categoria Econômica (2012-2016) ⁽¹⁾ ..	169
Gráfico 35 – Despesa orçada e realizada – Natureza da Despesa (2012-2016) ⁽¹⁾ ..	170
Gráfico 36 – Despesa Liquidada por Categoria Econômica (2012-2016) ⁽¹⁾	173
Gráfico 37 – Despesa Liquidada por Natureza da Despesa (2012-2016) ⁽¹⁾	174
Gráfico 38 – Despesa Liquidada por Função de Governo (2012-2015) ⁽¹⁾	175
Gráfico 39 – Despesa executada nas ações de Saúde (2012-2016) ⁽¹⁾	178
Gráfico 40 – Despesa de Saúde por subfunção (2012-2016) ⁽¹⁾	181
Gráfico 41 – Despesa de Educação por fonte de recurso (2012-2016) ⁽¹⁾	185
Gráfico 42 – Receita e Despesa com recursos do QESE (2012-2016) ⁽¹⁾	188
Gráfico 43 – Folha de Pagamento da Educação (2012-2016) ⁽¹⁾	191
Gráfico 44 – Evolução da Despesa de Capital (2012-2016) ⁽¹⁾	192
Gráfico 45 – Evolução da Dívida Pública Contratual por Quadrimestre ^{(1) (2)}	193

Lista de Quadros

Quadro 1 – Relação dos Eixos do Plano de Governo com os Programas do PPA ..	18
Quadro 2 – Investimentos em construções previsto no PPA – em R\$	19
Quadro 3 – Relação dos Programas do PPA e as Secretarias responsáveis	20
Quadro 4 – Espaços físicos da Secretaria Municipal de Educação ⁽¹⁾	28
Quadro 5 – Quadro de servidores da Secretaria Municipal de Educação	29
Quadro 6 – Espaços físicos da Secretaria Municipal de Esportes e Lazer ⁽¹⁾	40
Quadro 7 – Espaços físicos da Secretaria Municipal de Saúde ⁽¹⁾	60
Quadro 8 – Convênios firmados entre Salto e o Estado de São Paulo ⁽¹⁾	120
Quadro 9 – Convênios firmados entre Salto e a União ⁽¹⁾	122
Quadro 10 – Obras realizadas em contrapartida a empreendimentos imobiliários ⁽¹⁾	Erro! Indicador não definido.

Lista de Tabelas

Tabela 1 – Atendimentos realizados pela Ouvidoria Municipal ⁽¹⁾	26
Tabela 2 – Quantidade de refeições e valores gastos na Merenda Escolar ⁽¹⁾	31
Tabela 3 – Investimento no Programa Cartão Material Escolar ⁽¹⁾	32
Tabela 4 – Outros investimentos em melhoria na Educação ⁽¹⁾	33
Tabela 5 – Famílias no Programa Bolsa Família e valores repassados ⁽¹⁾	49
Tabela 6 – Atendimentos realizados no AME de Salto ^{(1) (2)}	62
Tabela 7 – Atendimentos realizados nas UBS de Salto ^{(1) (2)}	63
Tabela 8 – Atendimentos odontológicos realizados nas UBS e no CEO ^{(1) (2)}	66
Tabela 9 – Mortalidade infantil e fetal – 2009 a 2016 ⁽¹⁾	67
Tabela 10 – Investimentos em melhoria e reformas nas UBS ^{(1) (2)}	69
Tabela 11 – Quantidade de procedimentos realizados no ICad ⁽¹⁾	79
Tabela 12 – Atendimentos da equipe de Medicina Ocupacional ⁽¹⁾	113
Tabela 13 – Lotação dos veículos da frota municipal ⁽¹⁾	115
Tabela 14 – Atendimentos da Ouvidoria ⁽¹⁾	120
Tabela 15 – Atos legais publicados, por ano ⁽¹⁾	123
Tabela 16 – Necessidades de Financiamento do Setor Público (% do PIB)	137
Tabela 17 – Evolução do Índice de Participação de Salto ⁽¹⁾	155
Tabela 18 – Despesa orçada e realizada por Função de Governo ⁽¹⁾	172
Tabela 19 – Despesa realizada com ações de Saúde ⁽¹⁾	180
Tabela 20 – Despesa com Saúde por Fonte do Recurso ⁽¹⁾	183
Tabela 21 – Despesa realizada com ações de Educação ⁽¹⁾	186
Tabela 22 – Receita e Despesa com Alimentação Escolar ⁽¹⁾	189
Tabela 23 – Receita e Despesa com recursos do FUNDEB ⁽¹⁾	190
Tabela 13 – Situação dos convênios vigentes entre Salto e a União	316
Tabela 13 – Situação dos Convênios vigentes entre Salto e o Estado de SP	318

INTRODUÇÃO

A organização do Estado moderno nos moldes do existente no Brasil contemporâneo permite a opção da população, periodicamente, por alternativas de projetos políticos e políticas públicas de forma direta e efetiva, por meio da escolha realizada nas eleições. A alternativa adotada no país pretende ser um meio de exercício democrático da cidadania e de deixar para a própria população a responsabilidade por suas opções.

A escolha manifestada por 59,85% da população de Salto, em 2012, indicou a opção por um projeto político que ampliasse a participação popular e oferecesse maior efetividade no exercício dos direitos sociais previstos na Carta Constitucional, além de garantir investimentos na melhoria da cidade e garantir constância no fluxo dos recursos públicos do município.

Os compromissos políticos apresentados durante a campanha eleitoral permitiram que os eleitores saltenses avaliassem qual das alternativas ofertadas na disputa possibilitava a ampliação das políticas públicas já existentes bem como a implantação de novas políticas e ações governamentais.

A vitória de um projeto político popular deixou nas mãos dos vencedores a responsabilidade por executar as políticas públicas sugeridas e, principalmente, garantir efetividade na luta pelos direitos humanos, sociais e individuais da população.

Com o governo assumido, o passo inicial é a formulação do planejamento para o fiel cumprimento dos compromissos assumidos. A legislação vigente impõe a necessidade de que esse planejamento se configure no Plano Plurianual e que este seja discutido, votado, aprovado e executado ao longo de quatro anos. O Plano Plurianual aprovado e colocado em execução foi alinhado às propostas de campanha para uma melhor compreensão de sua execução por parte da população.

Das ações realizadas muitas foram ações de continuidade de políticas públicas já vigentes que, sob a nova administração, receberam um olhar humanizado

para sua realização, olhar este que busca tratar o cidadão de forma plena e o considerar sujeito de direitos.

A ampliação das políticas públicas já em execução, seja por melhor condição da infraestrutura existente, seja pela ampliação da infraestrutura, ou, ainda, da implantação de novas políticas públicas buscou, sempre, transformar a realidade social de Salto para transformar a cidade num ambiente solidário, com redução da desigualdade, garantia de direitos, da diversidade existente e que oferecesse à população uma melhor qualidade de vida comparada ao momento anterior. Isso só foi possível com a execução de uma política inclusiva, participativa, transparente e desenvolvimentista.

Grandes foram as conquistas e realizações neste período. Mesmo que não atingindo todos os objetivos, o planejamento realizado ainda conta com o ano de 2017 de execução para que o Plano Plurianual seja encerrado, o que oferece margem de tempo para consecução dos objetivos propostos.

Este trabalho pretende analisar as ações da Prefeitura da Estância Turística de Salto na gestão 2013-2016 e a execução do Plano Plurianual 2014-2017, vigente, até o presente ano, apresentando as realizações do governo no contexto administrativo, orçamentário, econômico e financeiro do município.

Para isso, se pretende, inicialmente, recordar o Programa de Governo vitorioso nas eleições de 2012, a fim de parametrizar o ponto de partida dos compromissos assumidos e cumpridos no mandato. Posteriormente é apresentada uma relação entre o Programa de Governo e o Plano Plurianual, com o objetivo de mapear as propostas aprovadas nas eleições e a programação de sua execução. O resultado desse planejamento é apresentado a seguir, na forma de uma descrição objetiva e direta das realizações do governo nas mais diversas áreas. É possível que algumas ações não recebam o destaque necessário, o que não as invalida nem as torna menores no cenário da realidade social e política da cidade.

Ponto importante em qualquer análise sobre a administração pública é a situação orçamentária, econômica e financeira do município, analisada na sequência deste trabalho. São apresentadas as expectativas orçamentárias traçadas, a realização dessas expectativas e, ainda, itens relevantes na vida orçamentária de

Salto de forma pormenorizada. De forma similar, as receitas e as despesas são apresentadas e discutidas com o objetivo de servir como referência para as reais condições em que as políticas públicas foram executadas no período.

Os dados apresentados serão comparados com o momento anterior, na medida das informações obtidas, com o intuito de garantir uma base de comparação para que a avaliação proposta demonstre a melhora da realidade de Salto. Essas análises e comparações pretendem demonstrar a execução das propostas planejadas no Plano Plurianual, até o momento, na perspectiva orçamentária, econômica e financeira do município.

Ao final do trabalho são propostas algumas conclusões possíveis da observação da realidade saltense, sem que haja, necessariamente, uma conclusão única e definitiva. A dinâmica social e política do país impede a apresentação de certezas sem que, no entanto, seja impossível se apresentar observações a respeito do passado e cenários para o futuro.

Este relatório foi elaborado pela equipe de governo da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Salto, com a colaboração dos técnicos da empresa Alfaplan Assessoria e Consultoria Ltda, no Âmbito do Contrato.

O PROGRAMA DE GOVERNO DE 2012

Durante o período eleitoral de 2012, as propostas colocadas em discussão privilegiaram o debate público na concepção, elaboração e implementação das políticas públicas ao longo do mandato vindouro.

O Programa de Governo apresentou propostas em quatro eixos de ação, cujos desdobramentos abrangiam todas as áreas da gestão municipal, com propostas pontuais em cada área. Ademais, trazia como princípios a Participação, a Transversalidade, a Integração, a Transparência e o Cuidado, construindo programas e projetos alicerçados nesses princípios para alcançar os objetivos propostos: “1) *Continuar os avanços e o progresso de nossa cidade*; e 2) *Colocar como centro de todas as decisões e ações o cidadão, a comunidade. A pessoa é o foco principal de nossas propostas*”.

Uma vez que o Programa de Governo se propôs flexível às discussões durante o período eleitoral, a proposta não apresentava metas numéricas em sua essência, sem que, no entanto, fosse uma proposta vazia de objetivos. Ao estar comprometido com a participação popular, o Programa de Governo determinou a criação de Conselhos Municipais, Conferências e incentivo às demais articulações da sociedade civil para oferecer meios à participação oferecida. A promessa de ampliar a destinação orçamentária e financeira às áreas selecionadas também é outro ponto de mensuração possível da efetividade do Plano.

Assim, os indicadores do Plano Plurianual (PPA) que foram desenvolvidos a partir das propostas construídas no Plano de Governo e, no contexto de avaliação da efetividade de tais propostas, são os instrumentos ideais para a observação das transformações que o município de Salto sofreu ao longo do período.

O PPA 2014-2017

Instrumento de planejamento estratégico, orçamentário e financeiro consagrado na Constituição Federal¹, o Plano Plurianual (PPA) se constitui na ferramenta mais abrangente para parametrizar o desenvolvimento do município no longo prazo. Deve ser compreendido como o referencial na elaboração da legislação orçamentária anual para atender aos objetivos e metas propostas em sua elaboração; objetivos e metas estes obtidos do estudo das demandas sociais locais e, ainda, da análise da realidade social do município.

Elaborado com prazo de execução de quatro anos, o PPA fixa as diretrizes, objetivos e metas a serem alcançados pelo município neste período, sem que se torne um orçamento plurianual, mas sim “*um plano que condiciona a elaboração de planejamentos anuais por um período de quatro anos*”². Tal enfoque faz do PPA um instrumento de gestão por resultados, na qual o gestor público é chamado não mais a se deter unicamente na melhoria de processos de produção de bens, mas, sobretudo, nos resultados desse esforço, o que impõe igualmente a substituição do planejamento rígido pelo planejamento flexível, de vocação estratégica, que se atualiza em função do desempenho, por meio do monitoramento, da avaliação e da consequente revisão do Plano³.

Essa estratégia otimiza os recursos existentes, ao se estruturarem os programas e ações a serem executados ao longo da vigência do PPA, e permite que os objetivos traçados sejam perseguidos de forma racional e viável, tanto para o gestor público como para o acompanhamento da população.

¹ Art. 165. Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão: I - o plano plurianual; (...) § 1º A lei que instituir o plano plurianual estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.

² Brasil. Tribunal de Contas da União. *Planejamento governamental e gestão orçamentária e financeira*. 2ª ed. Brasília: TCU, Instituto Serzedello Corrêa, 2012.

³ PARES, Ariel; VALLE, Beatrice. *A retomada do planejamento governamental no Brasil e seus desafios*. In: GIACOMONI, James; PAGNUSSAT, José Luis (Org.). *Planejamento e orçamento governamental*. Brasília: ENAP, 2006, pág. 229-270.

O desenvolvimento do PPA do município de Salto ocorreu como uma evolução ou estruturação do Plano de Governo vencedor do pleito eleitoral de 2012. Atendendo às prerrogativas de participação popular e transparência, o município realizou audiências públicas com a população saltense, em atendimento ao compromisso de campanha de aproximar a gestão da comunidade local. Houve, também, o aproveitamento das demandas sociais elaboradas nas Conferências municipais realizadas até então, valorizando os meios atualmente instituídos de participação popular.

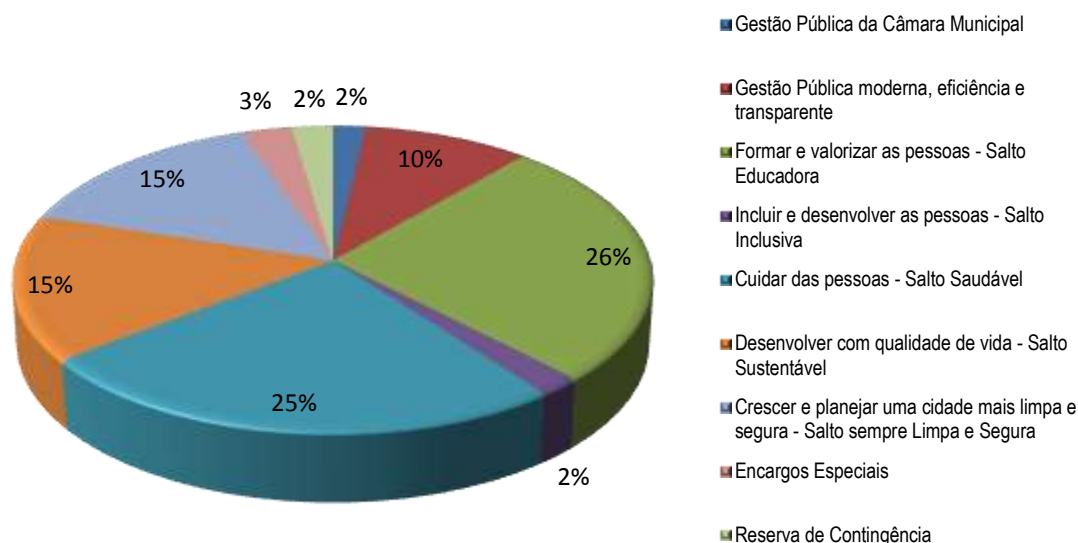
O fruto da discussão do futuro de Salto resultou na Lei Municipal nº 3.213, de 26 de Setembro de 2013, instrumento que trouxe à execução o Plano Plurianual 2014-2017, com o estabelecimento das metas e objetivos a serem perseguidos pela gestão municipal e, ainda, dos programas e projetos criados para o alcance de tais objetivos. No aspecto histórico, este é o *quarto* plano plurianual do município, instrumento de planejamento cuja obrigatoriedade foi instituída em 2000, para os municípios⁴.

Com um investimento previsto de mais R\$ 1,2 bilhão ao longo do quadriênio 2014-2017, o Plano Plurianual de Salto estabeleceu R\$ 104 milhões em obras, reformas e ampliações dos próprios públicos, R\$ 1,05 bilhão em custeio das políticas públicas desenvolvidas no município e R\$ 72 milhões para o pagamento de precatórios, contribuições diversas e reserva de contingência.

Considerando o planejamento total do período, a despesa total planejada com os programas de *Educação* totalizou R\$ 322 milhões, ou 26,26% do total, enquanto que os programas de *Saúde* previram despesas totais de R\$ 305 milhões, ou 24,86% do total, o que indica pouco mais da metade (51,13%) dos recursos investidos no período nessas duas áreas.

⁴ Conforme o Art. 5º da Lei Complementar nº 101/2000, que dispõe que “o projeto de lei orçamentária anual, elaborado de forma compatível com o plano plurianual, com a lei de diretrizes orçamentárias e com as normas desta Lei Complementar”.

Gráfico 1 – Recursos destinados pelo PPA 2014-2017, por Programa



Dessa forma, os programas demonstram que o planejamento saltense se esforçou para refletir os compromissos políticos assumidos na campanha eleitoral, ao transformar os eixos do programa de governo no conjunto de programas estabelecidos no PPA:

Quadro 1 – Relação dos Eixos do Plano de Governo com os Programas do PPA

Programa de Governo	Programa Correspondente no PPA
Eixo I – Participação popular	<ul style="list-style-type: none"> Cumprido durante o planejamento e elaboração do PPA
Eixo II – Políticas públicas	<ul style="list-style-type: none"> Formar e valorizar as pessoas – Salto Educadora Incluir e desenvolver as pessoas – Salto Inclusiva Cuidar das pessoas – Salto Saudável
Eixo III – Urbanismo, meio ambiente e desenvolvimento	<ul style="list-style-type: none"> Desenvolver com qualidade de vida - Salto Sustentável Crescer e planejar uma cidade mais limpa e segura – Salto sempre Limpa e Segura
Eixo IV – Gestão pública	<ul style="list-style-type: none"> Gestão Pública da Câmara Municipal ⁽¹⁾ Gestão Pública moderna, eficiência e transparente Encargos Especiais Reserva de Contingência

(1) Para obedecer ao princípio da unidade orçamentária, o PPA inclui o programa que agrega as ações e objetivos do Poder Legislativo Municipal.

O PPA previu a construção de 25 unidades escolares, com investimento total de R\$ 24.896.403,00 no período. Previu, também, investimentos de R\$ 3.400.000,00 na construção de três equipamentos culturais, R\$ 4.200.000,00 na construção de cinco equipamentos esportivos e R\$ 1.860.000,00 na construção de quatro unidades de atendimento social. Desse total, o PPA previa que R\$ 16.214.403,00 seriam realizados com recursos originados de convênio.

Quadro 2 – Investimentos em construções previsto no PPA – em R\$

Investimento		2014	2015	2016	2017
Recursos próprios	Construção de Unidades de Educação Infantil	3.850.667	2.800.000	3.400.000	3.700.000
	Construção de Unidades de Educação Fundamental	1.252.000	3.800.000	2.200.000	400.000
	Construção e reformas da Cultura	150.000	130.000	0	0
	Construção de unidades de Assistência Social	60.000	250.000	0	0
	Construção e reformas do Esporte	308.000	0	0	0
	<i>Subtotal</i>	<i>1.462.000</i>	<i>6.980.000</i>	<i>5.600.000</i>	<i>4.100.000</i>
Recursos de convênios	Construção de Unidades de Educação Fundamental	7.344.403	0	0	0
	Construção e reformas da Cultura	2.100.000	1.020.000	0	0
	Construção de unidades de Assistência Social	1.050.000	500.000	0	0
	Construção e reformas do Esporte	2.900.000	650.000	650.000	0
	<i>Subtotal</i>	<i>13.394.403</i>	<i>2.170.000</i>	<i>650.000</i>	<i>0</i>
Total	14.856.403	9.150.000	6.250.000	4.100.000	

O PPA previu uma arrecadação de R\$ 794.531.133,00 em recursos próprios, durante sua vigência. Ainda previu R\$ 355.015.013,25 em recursos obtidos por meio de convênios, empréstimos e outras fontes.

O QUE MUDOU EM SALTO?

A execução do PPA 2014-2017 busca estabelecer um novo patamar de qualidade de vida no município de Salto. Como já apontado, o PPA estabeleceu seus programas alinhados às propostas oferecidas no pleito eleitoral de 2012 e aqui serão observados os resultados já obtidos na execução dessas propostas. Os programas do PPA serão apresentados distribuídos conforme os Eixos programáticos da campanha eleitoral.

Cada Eixo de Ação teve suas propostas desenhadas dentro dos Programas aprovados pelo PPA 2014-2017. Os Programas têm suas ações distribuídas a cada Secretaria, de acordo com a função específica de cada uma. Neste olhar é possível referenciar os Programas do PPA às Secretarias Municipais na distribuição demonstrada a seguir.

Quadro 3 – Relação dos Programas do PPA e as Secretarias responsáveis

Programa do PPA	Secretaria (s) Responsável (eis)
Gestão Pública da Câmara Municipal	Câmara Municipal da Estância Turística de Salto
Gestão Pública moderna, eficiência e transparente	Secretaria de Administração Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Turismo Secretaria de Governo Secretaria de Negócios Jurídicos
Formar e valorizar as pessoas – Salto Educadora	Secretaria de Educação Secretaria de Cultura Secretaria de Esporte e Lazer
Incluir e desenvolver as pessoas – Salto Inclusiva	Secretaria de Ação Social
Cuidar das pessoas – Salto Saudável	Secretaria de Saúde
Desenvolver com qualidade de vida - Salto Sustentável	Secretaria de Meio Ambiente Secretaria de Desenvolvimento Urbano Secretaria de Desenvolvimento Econômico,
Crescer e planejar uma cidade mais limpa e segura – Salto sempre Limpa e Segura	Secretaria de Obras e Serviços Públicos Secretaria de Defesa Social
Encargos Especiais	Secretaria de Finanças
Reserva de Contingência	Secretaria de Finanças

Eixo I – Participação popular

A participação da população na gestão pública brasileira é objetivo antigo e já fora objeto de atenção na própria elaboração da Constituição de 1988. Ao se estabelecerem instâncias decisórias com a participação da população (conselhos, audiências públicas, referendos, plebiscitos, etc.), o constituinte buscou oferecer ao cidadão oportunidades de manifestar suas necessidades e interesses de forma direta e clara.

No entanto, apesar do apelo constitucional, a prática de permitir e buscar a participação popular não foi incentivada, desde então. Basta considerar que desde 1988 houve um único plebiscito (a respeito da forma e do sistema de governo, em 1993) e um único referendo (sobre a proibição do comércio de armas de fogo, em 2005) de caráter nacional.

Duas formas de participação popular, contudo, foram mais aceitas e efetivadas na prática. Os conselhos e as audiências públicas são instâncias que permitem à comunidade se manifestar sobre as políticas públicas e sobre as diretrizes de governo que podem ser tomadas e foram as instâncias que mais capilaridade alcançaram na realidade brasileira

Vários conselhos municipais já existiam, em Salto, até 2012. O mais antigo localizado por este trabalho é o Conselho Municipal de Esportes, criado em 1979. Alguns dos conselhos criados e vigentes cumpriam determinação específica de legislação federal, como são os casos dos Conselhos Municipais de Saúde e de Educação.

Ao longo do período de 2013 a 2016, o município criou ou reestruturou os Conselhos Municipais e ofereceu espaço para maior participação da população nas ações governamentais. Neste sentido, se destacam:

- Adequação do *Conselho Municipal do Meio Ambiente*, pela Lei Municipal nº 3.194/2013, de caráter consultivo, normativo e deliberativo.
- Adequação do *Conselho Municipal do Idoso*, pela Lei Municipal nº 3.206/2013;

- Adequação da composição do *Conselho Municipal Antidrogas – COMAD*, pela Lei Municipal nº 3.214/2013;
- Criação do *Conselho Municipal de Trânsito e Transporte Público*, pela Lei Municipal nº 3.217/2013, de caráter consultivo e fiscalizador.
- Criação do *Conselho Municipal de Política Cultural*, pela Lei Municipal nº 3.229/2013, de caráter consultivo, normativo e deliberativo, com criação do Fundo Municipal de Cultura;
- Adequação do *Conselho Municipal de Turismo*, pela Lei Municipal nº 3.255/2014, de caráter consultivo e deliberativo.
- Criação do *Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial*, pela Lei Municipal nº 3.313/2014, de caráter consultivo, deliberativo e fiscalizador. Este conselho substituiu o antigo Conselho de Participação e Desenvolvimento da População Negra;
- Criação do *Conselho Municipal das Pessoas com Deficiência*, pela Lei Municipal nº 3.428/2015, de caráter consultivo, deliberativo e de assessoramento. Este conselho substituiu o antigo Conselho dos Deficientes;
- Criação do *Conselho Municipal de Defesa dos Direitos dos Animais – CMDDA*, pela Lei Municipal nº 3.496/2015, conselho de caráter consultivo;
- Criação do *Conselho Municipal dos Direitos da Mulher – CMDM*, pela Lei Municipal nº 3.565/2016, conselho de caráter consultivo e deliberativo, com autorização para instituição do Fundo Especial do Conselho dos Direitos da Mulher.

Ao fim do período, a Estância Turística de Salto tem os seguintes Conselhos Municipais em atividade:

- Conselho Municipal do Idoso;
- Conselho Municipal Antidrogas – COMAD;
- Conselho Municipal de Trânsito e Transporte Público;
- Conselho Municipal de Políticas Culturais;
- Conselho Municipal de Turismo;
- Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial;
- Conselho Municipal das Pessoas com Deficiência;

- Conselho Municipal de Defesa dos Direitos dos Animais – CMDDA;
- Conselho Municipal dos Direitos da Mulher – CMDM;
- Conselho Municipal de Assistência Social;
- Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;
- Conselho Municipal do Meio Ambiente;
- Conselho Municipal de Saúde;
- Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico e Social;
- Conselho Municipal de Educação;
- Conselho Municipal de Alimentação Escolar;
- Conselho Municipal de Gestão do FUNDEB;
- Conselho Municipal de Defesa do Patrimônio Cultural;
- Conselho Municipal de Comércio Exterior;
- Conselho Municipal de Emprego;
- Conselho Municipal da Juventude.

Com a criação dos seis conselhos neste período, o município conta com *vinte e um* conselhos municipais ativos, atendendo às expectativas da população saltense por participação e envolvimento nas decisões do Poder Executivo.

Além dos conselhos municipais, a realização de audiências públicas é outra forma de abrir o ciclo decisório das políticas públicas à participação popular. Neste sentido, houve a realização de audiências públicas entre 2013 e 2016, para a apresentação dos relatórios exigidos pela Lei Complementar nº 101/2000, bem como as audiências exigidas por outras legislações.

A LC 101/2000 exige audiências públicas nos meses de maio, setembro e fevereiro para a apresentação e avaliação do cumprimento das metas fiscais de cada quadrimestre⁵. Assim, até o momento deste trabalho foram realizadas *onze* audiências públicas para a apresentação do resultado fiscal do município.

⁵ O § 4º do Art. 9º da LC 101/2000 determina que “*Até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, o Poder Executivo demonstrará e avaliará o cumprimento das metas fiscais de cada quadrimestre, em audiência pública na comissão referida no § 1º do art. 166 da Constituição ou equivalente nas Casas Legislativas estaduais e municipais*”.

De forma similar, a Lei Complementar nº 141/2012⁶ também impõe a necessidade de audiências públicas sobre os recursos aplicados na Saúde, as eventuais auditorias realizadas ou em realização e os serviços públicos ofertados à população, também com limite de realização nos meses de maio, setembro e fevereiro. A audiência deve ser realizada pelo gestor do Sistema Único de Saúde que apresentará os dados constantes no relatório previamente elaborado e apresentado ao Conselho Municipal de Saúde. De forma similar, onze audiências públicas foram realizadas para o cumprimento desta normatização.

Além das audiências públicas obrigatórias, a Secretaria Municipal de Saúde também realizou a Plenária da Saúde, em 2015, onde foram eleitos os delegados para a etapa regional da 7ª Conferência Estadual de Saúde. Outra instância de participação popular na Saúde são as reuniões mensais, descentralizadas, realizadas pelo Conselho Municipal de Saúde em cada Unidade Básica de Saúde do município.

A Secretaria Municipal de Cultura realizou a 2ª Conferência Municipal de Cultura, em 2013. Dessa Conferência resultaram as demandas culturais que foram objeto das ações incluídas no Plano Plurianual de 2014-2017. Em 2015 houve a realização da 3ª Conferência Municipal de Cultura, que resultou na construção do Plano Municipal de Cultura com previsão de ações para os próximos dez anos. Além das políticas culturais diretamente aproveitadas, houve, ainda, a criação do Conselho Municipal de Políticas Culturais e do Conselho Municipal de Defesa do Patrimônio Cultural como resultado dos debates realizados nas Conferências Municipais.

A Secretaria Municipal de Ação Social e Cidadania promoveu a 6ª Conferência Municipal de Assistência Social, em 2013, além de articular com os municípios da região para que a realização da 3ª Conferência Regional de Promoção da Igualdade Racial fosse realizada em Salto, no mesmo ano. Em 2015 houve a realização da 7ª Conferência Municipal de Assistência Social, da 7ª Conferência Municipal dos Direitos Humanos da Criança e do Adolescente, da 3ª Conferência Municipal da Juventude, da 4ª Conferência Municipal de Políticas Públicas para as Mulheres, da 5ª Conferência Municipal da Pessoa com Deficiência e da 1ª Conferência

⁶ O § 5º do Art. 36 da LC 141/2012 impõe que “O gestor do SUS apresentará, até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, em audiência pública na Casa Legislativa do respectivo ente da Federação, o Relatório de que trata o caput”.

Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa. Dessas Conferências, além da indicação de demandas aproveitadas na elaboração do PPA 2014-2017 houve, ainda, a reativação do Conselho Municipal da Juventude e a criação do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher.

A Secretaria Municipal de Educação realizou a Conferência Municipal de Educação, em 2013, cujos debates resultaram na criação do Fórum Municipal de Educação. Tal Fórum nasceu com o objetivo de discutir a atualização do Plano Municipal de Educação, com a aprovação da Lei Municipal nº 3.249/2014. Entretanto, as demandas determinadas no Plano Nacional de Educação favoreceram a manutenção do espaço de debates nascido no Fórum, debates estes que resultaram num Plano Municipal de Educação renovado e alinhado à política nacional, com a Lei Municipal nº 3.472/2015.

Na campanha eleitoral fora pactuado, ainda, a criação do Projeto Prefeitura no Bairro, cujo objetivo era de identificar através dos próprios moradores as necessidades de cada região, além de oferecer os serviços disponíveis de cada secretaria municipal. A primeira edição do Projeto, em 2013, aproximou serviços de diversas secretarias da população e levou o prefeito municipal ao contato direto com os munícipes.

Além das modalidades constitucionais de participação e da aproximação entre a autoridade política e a população, a estratégia de comunicação do município também influencia a participação popular. As modernas tecnologias de comunicação permitem que o Poder Executivo esteja presente no cotidiano dos moradores informando as ações executadas e comunicando medidas que serão tomadas.

Neste sentido, a Assessoria de Imprensa da Prefeitura cumpriu um importante papel, ao criar uma página eletrônica na rede social Facebook, que alcançou mais de 11.500 curtidas. O mesmo canal de relacionamento foi utilizado para a criação de uma página dedicada ao servidor público municipal saltense, com a divulgação de informativos e ações específicas para esse público (mais de 2.100 curtidas).



Também, como estratégia de comunicação, foram criados dois jornais informativos de circulação mensal. O *Jornal da Gente*, com foco na população em geral, para prestação de contas e divulgação das ações da Prefeitura; e o *Jornal do Servidor*, distribuído mensalmente aos servidores públicos municipais, como um canal de comunicação interna da Prefeitura.

Outra medida que aproximou a população do Poder Executivo foi a Ouvidoria Municipal como uma ponte entre a população e as instituições, para que o cidadão possa fazer suas reivindicações, denúncias, sugestões e elogios, referentes aos diversos serviços disponíveis.

Tabela 1 – Atendimentos realizados pela Ouvidoria Municipal ⁽¹⁾

Ano	Protocolos Gerados	Atendimentos Telefônicos	Total
2013	2.226	446	2.672
2014	3.847	900	4.747
2015	3.867	1.293	5.160
2016	1.862	980	2.842

(1) Dados disponibilizados pela Secretaria Municipal de Governo de Salto.

O caminho para uma participação popular efetiva e decisiva na tomada de decisão ainda é longo e exige muito trabalho de todos os envolvidos. Contudo, os últimos anos foram decisivos ao caminhar a passos largos para transformar Salto numa cidade cada vez mais transparente e participativa.

As ações aqui descritas cumpriam promessas realizadas na campanha eleitoral de 2012 e não formaram programas no Plano Plurianual, pelas próprias características. Assim, os indicadores e resultados apresentados demonstram o esforço do governo em atender às expectativas da população saltense por mais transparência e participação.

Eixo II – Políticas públicas

O Eixo II previa, em suas propostas, os programas de Educação, Assistência Social, Saúde, Esportes e Lazer e Cultura na campanha eleitoral. Na elaboração do PPA os programas pactuados para essas áreas foram o *Programa 0203 – Formar e Valorizar as Pessoas – Salto Educadora*, o *Programa 0204 – Incluir e Desenvolver as Pessoas – Salto Inclusiva* e o *Programa 0205 – Cuidar das Pessoas – Salto Saudável*. Tais programas contêm as ações e projetos que estão em execução no município nessas áreas, e a partir daqui alguns dos resultados já obtidos, apresentados.

Programa 0203 – Formar e valorizar as pessoas – Salto Educadora

O programa que reúne as ações de Educação tem como objetivo estabelecido no PPA “*Formar, educar e desenvolver as pessoas da creche à universidade, ampliar os espaços formativos e educativos do município voltados à educação formal (creche, escolas de ensino infantil e ensino fundamental), à cultura e ao esporte, fomentar atividades culturais e esportivas descentralizadas em parceria com as unidades educacionais visando estimular atividades de contra turno a fim de desenvolver o potencial dos jovens cidadãos, investir em educação e formação artística e esportiva de qualidade ofertando espaços adequados e educadores estimulados e propulsores de novos talentos*”. Para atender a esses objetivos, o PPA previu custos de pouco mais de R\$ 386 milhões nos quatro exercícios de sua execução.

A **Secretaria Municipal de Educação** dispõe de uma estrutura física para preparar e executar as políticas públicas pactuadas no PPA de sua responsabilidade. A estrutura física é composta pelos espaços abaixo discriminados.

Quadro 4 – Espaços físicos da Secretaria Municipal de Educação (1)

Espaços	Quantidade
Secretaria	01
Centro de Educação Municipal de Salto – CEMUS	14
CEMUS I João Batista Dalla Vecchia	
CEMUS II Maestro Prof. Silvestre Pereira de Oliveira	
CEMUS III Prof. João Batista Cézár	
CEMUS IV Prof. Odilo Della Paschoa	
CEMUS V Luiz Rodrigues de Almeida	
CEMUS VI Maria da Conceição Lopes Galvão Pisciotta	
CEMUS VII Profª Maria Jesuína do Nascimento de Moraes	
CEMUS VIII Profª Maria Florinda Zanni	
CEMUS IX Profª Maria de Lourdes Guarda	
CEMUS X João Batista Ferrari – Tita Ferrari	
CEMUS XI Profª Lázara Maria Lara Begossi	
CEMUS XII Profª Antonieta de Campos Buldrin Sontag	
CEMUS XIII Prof. José Carlos Keiller	
CEMUS XIV Profª Márcia Regina Bertagna	
Salas de Formação	05
Vinculadas	18
Auditório	01
Sala de Leitura e Pesquisa	01
Incisa	01
CEMAEE	01
Garagem	01
TOTAL	42

(1) Dados disponibilizados pela Secretaria Municipal de Educação de Salto.

É relevante observar que os Centros de Educação Municipal de Salto – CEMUS existentes (quatorze, ao todo) atendem alunos tanto da educação infantil como do ensino fundamental, otimizando a utilização da rede municipal de educação no que diz respeito à gestão e eficiência no uso de recursos.

Para atender as expectativas do PPA a Secretaria Municipal de Educação dispõe de uma equipe de servidores públicos municipais com um total de 1.414

servidores, em 2016, composta por profissionais em funções específicas de educação (professores, ADI's, coordenadores pedagógicos, etc.) e por profissionais de apoio (motoristas, gestores escolares, etc.).

Quadro 5 – Quadro de servidores da Secretaria Municipal de Educação

Função	Quantidade
Professores	522
Secretários de escola	14
Aux. Administrativos / Monitores de informática	53
ADIs	537
Inspetores	60
Aux. de Serviços Gerais / Merendeiras	144
Chefes de Departamento	03
Chefes de setor	09
Motoristas	10
Gestores escolares	39
Coordenadores Pedagógicos	23
Total	1.414

(1) Dados disponibilizados pela Secretaria Municipal de Educação de Salto.

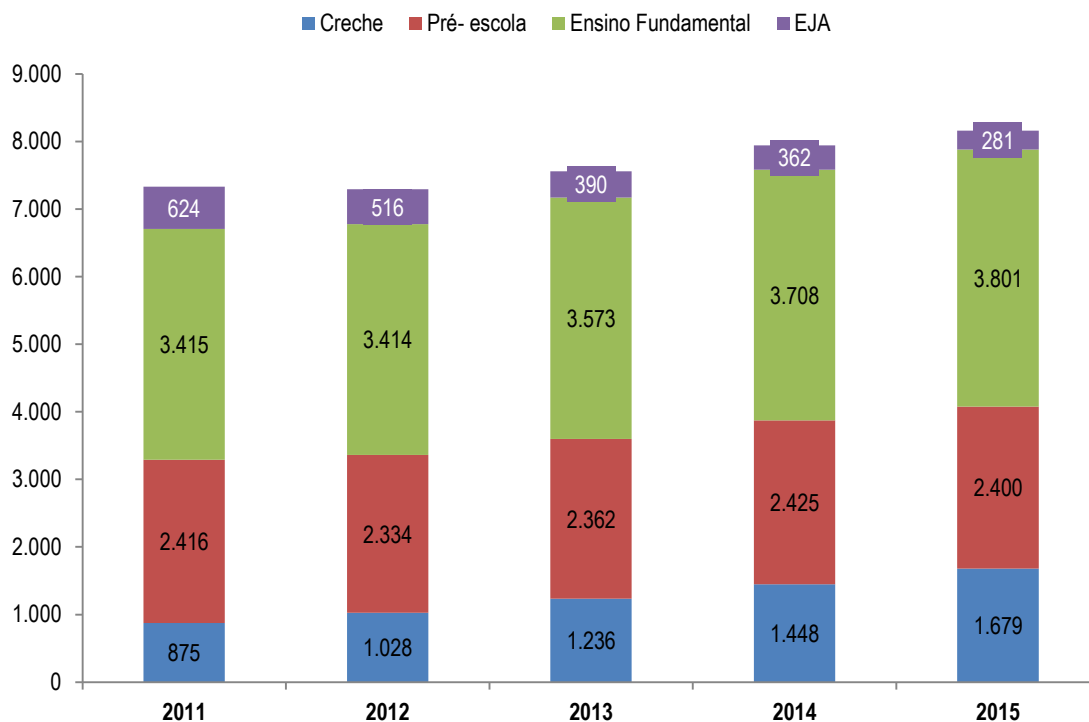
No período o quadro de Professores cresceu em 64 profissionais, fato que possibilitou a ampliação do atendimento no crescimento do número de salas e permitiu que o quadro de servidores demonstre que 75% dos servidores da educação são profissionais que atendem os alunos diretamente (professores e ADIs), o que garante a qualidade no atendimento educacional do município.

Entre 2012 e 2015 a quantidade de alunos atendidos na rede municipal de educação do município de Salto cresceu 11,9%, conforme dados do Censo Escolar realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP, anualmente.

O crescimento mais significativo ocorreu com os alunos de creche, com 63,3% de crescimento na quantidade de alunos atendidos. Na pré-escola a quantidade de alunos cresceu marginalmente em 2,8%, ao passo que o Ensino Fundamental registrou crescimento de 11,3% na quantidade de alunos. A Educação

de Jovens e Adultos, por outro lado, teve a quantidade de alunos atendidos reduzida em 45,5% no mesmo período.

Gráfico 2 – Evolução da quantidade de alunos atendidos na rede municipal



(1) Conforme dados publicados pelo Censo Escolar do INEP.

Essa evolução foi possível com a melhora na utilização da rede já existente e, também, com a construção de novas unidades escolares. A construção ou ampliação das unidades do Jd. Santa Efigênia, Nair Maria, Planalto, Mirante dos Ipês e São Gabriel consumiu R\$ 9,8 milhões em investimentos e disponibilizou 1.060 vagas em creche e 225 em pré-escola nesses bairros.



Além dessas unidades, prosseguem as obras de mais três creches no Jd. Sol de Icarai, Soberano e Laguna, com mais R\$ 4,7 milhões em investimentos para a disponibilização de 290 vagas em creche e 150 na pré-escola.



Segundo a própria Secretaria Municipal de Educação, o investimento total realizado foi de pouco mais de R\$ 14,5 milhões, com a criação de 1.728 novas vagas na rede municipal.

Paralelamente a ampliação da quantidade de vagas disponibilizadas à população saltense, o município também investiu em programas de alimentação escolar, utilizando tanto os recursos federais e estaduais recebidos em função de convênios como os recursos próprios para completar as ações realizadas nesta área. Vale destacar que, como medida de gestão, a partir de 2016 não foi assinado convênio com a Secretaria Estadual de Educação para o atendimento da rede estadual de ensino.

Tabela 2 – Quantidade de refeições e valores gastos na Merenda Escolar ⁽¹⁾

Ano	Nº merenda	Valor (R\$)
2013	3.265.321	8.257.773,82
2014	3.333.079	8.571.923,89
2015	2.485.970	7.062.678,79
2016	1.585.704	5.733.801,04
Total	10.670.074	29.626.177,54

(1) Dados disponibilizados pela Secretaria Municipal de Educação de Salto.

Os alunos beneficiados pela alimentação escolar são os alunos da creche, pré-escola, ensino fundamental, ensino médio (até 2015), ensino de jovens e adultos e do curso de contabilidade.

Mais que o fornecimento puro e simples da alimentação aos alunos, através da Secretaria Municipal de Educação o governo saltense desenvolve três projetos relacionados à questão alimentar: Intervalo Orientativo, Horta Escolar e Gastronomia e Combate à Obesidade Infantil. Tais programas oferecem resultados que combinam melhoria no aprendizado dos alunos e ganho de qualidade da saúde, ao prevenir e orientar sobre a obesidade infantil e sobre a alimentação orgânica.



Outra ação inovadora que alterou o panorama educacional em Salto é o Cartão Material Escolar. O programa consiste na entrega de um cartão pré-pago aos estudantes para aquisição de material escolar na rede de papelarias conveniadas no município. Com esse cartão, o estudante (ou algum membro da família) utiliza os valores creditados pela Prefeitura para o pagamento do material adquirido, o que fortalece a economia local e oferece ganho de autoestima aos alunos, ao escolherem o material a ser utilizado. De 2014 (ano de implantação do programa) a 2016, o município investiu R\$ 3.726.583,75 em recursos federais e municipais.

Tabela 3 – Investimento no Programa Cartão Material Escolar ⁽¹⁾

Ano	Quantidade de alunos	Quantidade de papelarias	Valor (R\$)	Custo médio por aluno (R\$)
2014	6.810	20	1.224.598,20	179,82
2015	7.705	21	1.265.974,58	164,30
2016	7.149	21	1.236.010,97	172,89
Total			3.726.583,75	

(1) Dados disponibilizados pela Secretaria Municipal de Educação de Salto.

A iniciativa realizada no *Programa Cartão Material Escolar* tem como contrapartida o apoio ao comércio local, raramente em condições de participação nos

processos licitatórios promovidos usualmente, seja por carência de documentação, seja por carência de competência técnica para participação no certame.

Tabela 4 – Outros investimentos em melhoria na Educação ⁽¹⁾

Tipo	Quantidade	Valor (R\$)
Livros	12.716	430.472,88
Brinquedos	2.119	217.560,07
Parques	63	144.351,66
Mobiliário	1.639	1.498.127,73
Manutenção predial	44	3.631.955,27
Total	-	5.922.467,61

(1) Dados disponibilizados pela Secretaria Municipal de Educação de Salto.

Além dos programas já destacados, o governo de Salto, através da Secretaria Municipal de Educação, investiu, também, na melhoria da infraestrutura pedagógica das unidades, com a aquisição de livros, brinquedos, mobiliário, etc. e, também, com a realização de outros programas de apoio pedagógico, como as oficinas no contra turno escolar e o Programa Tablet na Escola.



O atendimento de crianças portadoras de necessidades especiais também foi ampliado e alcançou, em 2015, 99 crianças e 15 adultos, conforme dados do Censo Escolar (eram 102 crianças e 9 adultos, em 2012). A Secretaria Municipal de Educação informa que atende 121 crianças em 2016, no Centro Municipal de Atendimento Educacional Especializado – CEMAAE.

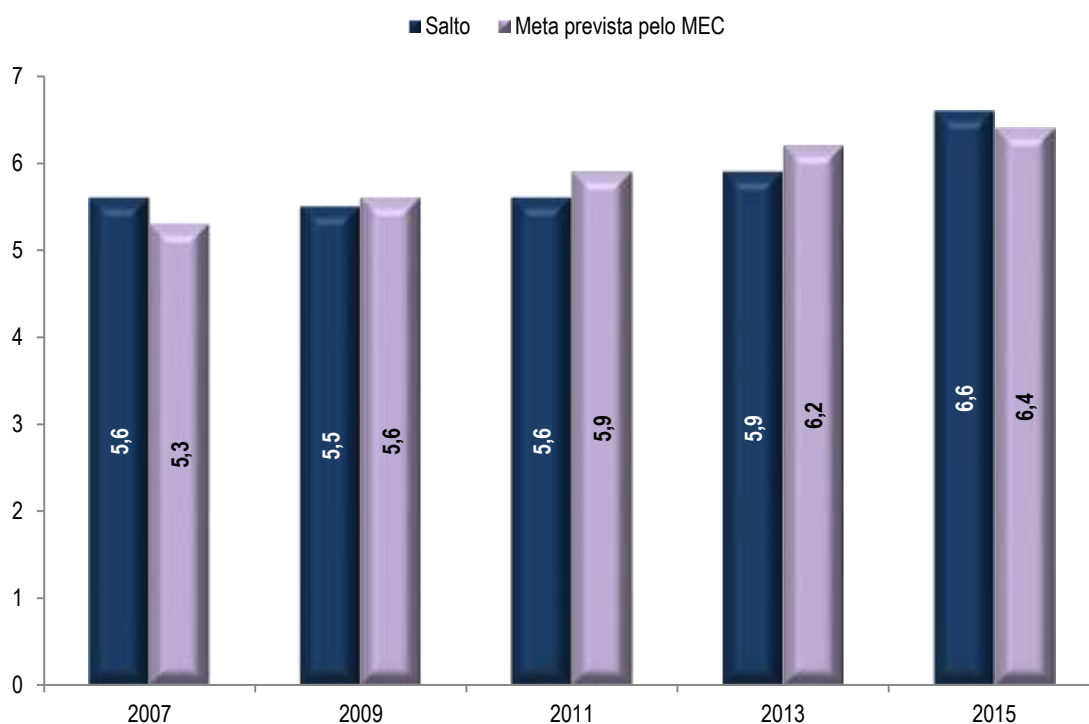
Além da infraestrutura para atendimento e dos programas pedagógicos já apontados, o município investiu, ainda, na qualificação dos profissionais da educação. Entre 2013 e 2016 foram realizadas 135 ações formativas, para os diferentes profissionais do magistério, bem como cursos de graduação para 73 ADIs e de pós-graduação para 93 professores, subsidiados em até 60% do valor do curso, o que totaliza um investimento total de R\$ 868.282,64 na política de valorização.



O resultado dos investimentos realizados tanto na infraestrutura escolar como na qualificação do quadro docente do município foi a evolução significativa na nota do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, realizado pelo INEP para o Ministério da Educação – MEC.

Em 2015 Salto recebeu nota superior à meta estabelecida pelo MEC pela segunda vez desde o início da aplicação das provas para a aferição do índice. A meta fora estabelecida em 5,3 para 2007, quando o município alcançou a nota 5,6. Desde então todas as notas estiveram abaixo da meta, realidade transformada no último exame aplicado ao atingir a nota 6,6 (a meta era 6,4 para 2015).

Gráfico 3 – Evolução da nota do IDEB de Salto ⁽¹⁾



(1) Conforme dados publicados divulgados pelo INEP.

A trajetória de crescimento na avaliação dos estudantes deve ser mantida, uma vez que as metas estabelecidas são crescentes e preveem atingir a nota 7,1 em 2021.

Além das ações da Secretaria Municipal de Educação, o Programa 0203 também inclui as ações da **Secretaria Municipal de Cultura**. Para atender as ações que estão sob sua responsabilidade, a Secretaria Municipal de Cultura dispõe de uma estrutura que inclui a própria sede da Secretaria Municipal de Cultura, a Casa da

Cultura, o Conservatório Municipal “Maestro Henrique Castellari”, o Auditório Maestro Gaó, o Museu da Cidade de Salto “Ettore Liberalesso”, a Sala Giuseppe Verdi, a Biblioteca Pública Municipal e a sede do Programa ACESSA São Paulo.

As ações promovidas pelo governo através da Secretaria Municipal de Cultura são as responsáveis pela implantação das políticas públicas na área da cultura. Dentre as ações mais relevantes a criação do Conselho Municipal de Políticas Culturais é, talvez, a ação com maior destaque, em função do impacto no futuro da cidade.

Ao aderir ao Sistema Nacional de Cultura – SNC por meio da Lei Municipal nº 3.229/2013, com a criação do seu par municipal, o município atendeu à determinação legislativa federal e ofereceu aos cidadãos a oportunidade de qualificar os serviços culturais existentes no município. Do ponto de vista regulatório, o Sistema Municipal de Cultura de Salto está pronto para transformar a realidade cultural do município, ao acessar financiamento, compartilhamento de tecnologias e eventos e a oferta de serviços cada vez mais multiculturais, democráticos, participativos, inclusivos e universais.

A partir do estabelecimento do Sistema Municipal de Cultura o município passou a agir com efetividade na gestão cultural. Com a realização de editais públicos, editais de fomento direto para ações culturais, 24 projetos foram contemplados, com investimento de R\$ 450 mil no total dos projetos classificados. Com base na Lei de Incentivo à Cultura, R\$ 355 mil foram captados para ações de cultura no município.

Com tais recursos e mais os recursos orçamentários tradicionalmente destinados à difusão cultural, o município manteve a realização dos eventos tradicionais, que atraiu grande público. A realização da Paixão de Cristo por 4 edições atendeu a um público de 25 mil pessoas; a Festa do Salto, também realizado por 4 edições atraiu público de 25 mil; a Festa Ítalo – Saltense também foi realizada em 4 edições atraiu público de 25 mil; a Festa Nipo-brasileira nas 4 edições em que foi realizada atraiu público de 25 mil pessoas. Além desses eventos já tradicionais, o município criou novos eventos, como a Festa Nordestina, o Festival de Música Gospel de Salto – FEMUGO e o Cultura É+.

Os eventos já existentes e de impacto segmentado ou local também foram mantidos e realizados. Dentre os eventos realizados se destacam:



Mostra Estudantil de Teatro, realizada em 3 edições, com 41 escolas participantes e público de 33.293 pessoas.



Prêmio Moutonnee de Poesia, realizado em 2 edições e com 786 participantes.



Ações culturais no Pavilhão das Artes, no Pavilhão do Rock e no Pavilhão Retro, dentre outros, com a participação de aproximadamente 30 mil pessoas.

Foi realizada, também, uma oficina de fotografia com moradores de rua, com o objetivo de resgatar a dignidade e autoestima dessa população.



Foi criado, também, o Projeto Segunda Seis e Meia, que organiza eventos culturais na Biblioteca Pública Municipal, onde realizou 42 apresentações com um público de 700 pessoas.

Como forma de incentivar a cultura, a Secretaria Municipal de Cultura manteve o apoio para o lançamento de livros de autores saltenses. De 2013 a 2016 dezoito eventos de lançamento foram realizados, para um público 420 pessoas.



Foram mantidas as ações permanentes já desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Cultura como o Curso de Férias, em parceria com a Cia. de Danças Faces Ocultas, em evento realizado para 3.200 pessoas; as Rodas de Conversas, em parceria com o Grupo de Mulheres Negras de Salto, com participação média de 120 pessoas em cada; as Oficinas Culturais, com 1.064 pessoas atendidas na Casa de Cultura. Além desses eventos, a Secretaria Municipal de Cultura manteve os cursos e oficinas culturais regulares, que atenderam 3.968 alunos em quatro anos.



Audições internas, com 83 edições realizadas.



Apresentações artísticas, com 53 apresentações no período.

Outras ações de relevância executadas pela Secretaria Municipal de Cultura foram:

- A manutenção dos grupos artísticos da cidade, em média com 13 grupos ativos e apresentações para um público de 3.500 pessoas/ano;
- A criação da Orquestra Sinfônica do Conservatório “Maestro Henrique Castellari”;
- A realização de seis projetos ao longo de 2013 – 2016 com público de 3.760 pessoas no Conservatório “Maestro Henrique Castellari”;
- A formação jurídica da Associação de Amigos do Conservatório, em 2013, bem como seu registro formal, em janeiro de 2014;
- A conquista do Selo Social pela Associação de Amigos do Conservatório (2016);
- A reforma do prédio do Conservatório;
- A modernização da Exposição de Longa Duração do Museu da Cidade de Salto “Ettore Liberalesso”;
- A implantação do Setor Educativo no Museu da Cidade de Salto “Ettore Liberalesso”, que proporcionou atendimento de 21.818 pessoas;
- As ações itinerantes do Museu da Cidade, para 1500 alunos;
- A realização do Projeto “Uma Noite no Museu”, em quatro edições para um público de 250 pessoas;
- O Projeto Curadoria Coletiva, em parceria com a Secretaria Estadual da Cultura, que proporcionou a Exposição Sinais: Heranças e Andanças;
- As capacitações de setores educativos das cidades da região;
- As palestras no Encontro Paulista de Museus;
- O projeto de organização do Departamento de Documentação e Pesquisa, em 2013;
- O projeto de Curadoria Coletiva, em 2015;
- O projeto de reestruturação da reserva técnica e implantação do Centro de Conservação, em 2016;
- O início do inventário das peças do Museu, com um acervo composto por 2.500 peças, das quais 454 peças já foram inventariadas.



No período, sob a responsabilidade da Secretaria Municipal de Cultura, foram realizados 97 eventos gratuitos na Sala Giuseppe Verdi, para um público total de 23.366 pessoas; na Sala Palma de Ouro, 641 espetáculos com um público total de 167.055 pessoas e 358 eventos gratuitos para um público de 76.883 pessoas; no Auditório Maestro Gaó e Conservatório Municipal, 23 oficinas ou workshops gratuitos, 83 audições internas, 53 apresentações artísticas; e na sede da própria da Secretaria de Cultura, 39 exposições artísticas no período de 2013 a 2016.

Além das ações da Secretaria Municipal de Educação e da Secretaria Municipal de Cultura, o programa concentra, ainda, as ações da **Secretaria Municipal de Esportes e Lazer**. Para cumprir as expectativas traçadas e colocadas sob sua responsabilidade, a Secretaria Municipal de Esportes e Lazer tem à sua disposição uma estrutura com os seguintes equipamentos esportivos ou administrativos:

Quadro 6 – Espaços físicos da Secretaria Municipal de Esportes e Lazer ⁽¹⁾

Espécie	Unidade
Unidade Administrativa	Sede da Secretaria Municipal de Esportes e Lazer
Complexo Esportivo	Ginásio Municipal de Esportes “ <i>João Sebastião Ferraro</i> ” Complexo Aquático Quadra de Vôlei de Areia
Centro Esportivo “<i>João Luis Guarda</i>”	Salão Esportivo Quadras Poliesportivas Quadra de Tênis
Centro Esportivo “<i>Prof. José Carlos Buglia</i>”	Ginásio Poliesportivo Quadra de Areia

Estádio Municipal “Amadeu Mosca”

Academia Municipal
Salão Esportivo

Centros de Lazer

Centro de Lazer “Geraldo José Fabri”
Centro de Lazer do Salto de São José
Centro de Lazer “Prof. Edmur Ignácio Sala”
Centro de Lazer “Arlindo Bonardi”
Centro de Lazer do Jd. Santa Cruz
Centro de Lazer do Jd. Elizabeth
Centro de Lazer da Vila Norma
Centro de Lazer Jd. São João
Centro de Lazer do Jd. Santo Antônio

Outras quadras e campos

Quadras Esportivas
Quadras de Areia
Campo de Futebol “João de Almeida”
Campo de Futebol Jd. Sta Efigênia
Salão Esportivo
Pista de Bicicross “Odilo Cavalcante Maranhão”

(1) Dados obtidos na página eletrônica da Prefeitura Municipal de Salto.

Essa estrutura foi utilizada pelo governo, através da Secretaria de Esportes e Lazer, para cumprir as ações e executar os projetos de sua responsabilidade. Uma das ações que pode ser destacada neste período foram os amistosos de futebol, com a realização de um jogo anual. Foram organizados amistosos contra o Corinthians, Ituano, Portuguesa e Guarani. No amistoso contra o Corinthians o atleta Paulo André proferiu uma palestra sobre futebol e esporte em geral.



Foram realizados, também, eventos para incentivar a prática de atividade física, com a participação de 76.077 participantes entre 2013 e 2016. Esses eventos

foram realizados nos vários espaços esportivos da cidade, além de eventos em ruas e praças. Outro evento de destaque foi o Passeio Ciclístico da Cidade de Salto, realizado em 2013 e 2014, com 550 participantes. Este evento foi uma opção de lazer e saúde durante a comemoração ao aniversário da cidade.



Nas datas festivas também foram organizados e realizados eventos de caráter desportivo e de lazer. Em 2013 e 2014, para a Festa do Dia das Crianças, com a realização de jogos, brincadeiras, atividades culturais e turísticas atraiu a participação de 3.200 crianças. Também no Dia do idoso houve a realização de evento desportivo e de lazer, cujas atividades também incluíram atendimento farmacêutico, de enfermagem, nutricional e de alongamento, com a participação de 550 participantes nos anos de 2013 e 2014.



O Programa Esporte para Todos procurou proporcionar a prática de modalidades esportivas aos portadores de deficiências. A primeira edição, em 20016, contou com a participação de 200 pessoas.



Evento já tradicional na programação de aniversário da cidade, a Copa Salto de Sumô, Judô, Tae-kwon-do e Karatê foi realizada em todos os anos entre 2013 e 2016, com a participação de 5.400 pessoas.





A Olimpíada do Trabalhador Saltense também é evento esportivo tradicional em Salto. A partir de 2014 a Prefeitura assumiu o custo total da competição, que contou com a participação de 2.000 pessoas nas quatro edições de 2013 a 2016.

Outro evento que já consta no calendário desportivo e de lazer de Salto é o Campeonato Municipal de Truco e Bocha, que, nas quatro edições de 2013 a 2016 contou com a participação de 1.000 pessoas.



O Circuito de Corrida Pedestre Cidade de Salto é um evento gratuito, de nível competitivo, que objetiva a participação e a inclusão de cidadãos tanto pelo aspecto competitivo como pelo aspecto de participação e divulgação da cidade. Entre 2013 e 2016 foram realizadas treze edições.

Também foi realizado o Festival de Atletismo para Pessoas com Deficiências, evento que faz parte do calendário oficial da cidade. Com caráter inclusivo, foram realizadas edições em 2013, 2014 e 2015. No evento de 2016 o nome do evento foi alterado para “Festival Esporte para Todos”. No total dos eventos houve 150 participantes.



O município contou também com a realização do Campeonato Amador de Futebol, nas divisões A e B, e de Veteranos, em quatro edições de 2013 a 2016. A partir de 2014 a Prefeitura assumiu todos os custos dos campeonatos, que contou com a participação de 3.000 atletas nas quatro edições.



Salto participou de 42 modalidades desportivas nas edições dos Jogos Regionais e dos Jogos abertos. Entre 2013 e 2015 o município estava na 2ª divisão do evento, alcançando a 1ª divisão a partir de 2016. Em 2013, com a participação de 180 atletas de 18 modalidades o município ficou em 7º lugar na classificação geral; em 2014 alcançou a 3ª colocação com a participação de 210 atletas de 23 modalidades; em 2015 a cidade de Salto atingiu o 1º lugar, com 320 atletas de 35 modalidades. Já participando da 1ª Divisão, em 2016, Salto apresentou 220 atletas disputando 25 modalidades. Nas quatro edições realizadas Salto utilizou 400 atletas para representar o município nas disputas.



O projeto Escola de Esportes oferece aulas de esportes à toda população, em todas as faixas etárias. Com dezenove modalidades disponíveis, o projeto atendeu 11.072 munícipes entre 2013 e 2016. Os atletas dessas modalidades também participam de competições vinculadas ou promovidas pelas Ligas e Federações de cada esporte.



No âmbito do Projeto Escola do Esporte, o governo de Salto, por meio da Secretaria de Esportes e Lazer, firmou convênio com a Escola de Futebol Divino Salvador, que oferece aulas em 4 núcleos e atendeu a 400 participantes entre 2013 e 2016.



Programa 0204 – Incluir e desenvolver as pessoas – Salto Inclusiva

O programa que reúne as ações de Assistência Social tem como objetivo estabelecido no PPA “*Incluir, desenvolver, cuidar e garantir uma existência cidadã aos munícipes de Salto é a intenção desse programa. Por meio de ações de garantia de renda, inclusão produtiva, acesso aos serviços essenciais, oferecimento de qualificação profissional, fortalecimento de redes de economia solidária se pretende erradicar situações de extrema pobreza, garantir redução da desigualdade social e garantir inclusão e desenvolvimento humano e cidadãos das pessoas*”. Para atender a esses objetivos, o PPA previu custos de pouco mais de R\$ 27 milhões nos quatro exercícios de sua execução.

Para o atendimento deste programa, a **Secretaria de Ação Social e Cidadania** contava com 61 servidores, em 2013, e, atualmente, dispõe de 82 servidores, dois estagiários de Serviço Social e dois estagiários de ensino médio. Com o objetivo de aprimorar o atendimento à sociedade saltense, a Secretaria ofereceu capacitação contínua aos servidores e, também, ampliou o debate sobre a assistência social no município.



A estrutura da Secretaria de Ação Social e Cidadania inclui o Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS, a Casa da Cidadania, *quatro* Centros de Referência da Assistência Social – CRAS, a Coordenadoria de Igualdade Racial, a Coordenadoria da Juventude, a Coordenadoria da Pessoa com Deficiência, a Coordenadoria da Pessoa Idosa e a Coordenadoria da Mulher.

Nas atribuições relacionadas aos serviços de assistência social encontram-se a gestão do Cadastro Único de Assistência Social. Esse Cadastro é utilizado, principalmente, para a concessão do programa federal Bolsa Família. Em Salto, o município ampliou a utilização para:

- Programa Bolsa Família – PBF;
- Tarifa social de energia elétrica;
- Doméstica para acesso ao INSS;
- Programa Minha Casa Minha Vida;
- Cadastro do transporte intermunicipal, e
- Vinculação de pessoas que usam os serviços da assistência social.

Segundo os dados do Ministério do Desenvolvimento Social, há 7.421 famílias cadastradas residentes em Salto, das quais 1.653 contam com renda mensal de até R\$ 85; 851 famílias com renda mensal de R\$ 85,01 a R\$ 170; 1.726 famílias com renda mensal acima de R\$ 170 e até meio salário mínimo e 3.191 famílias com renda mensal acima de meio salário mínimo.

O Programa Bolsa Família é um dos programas que se utiliza do Cadastro Único para a seleção das famílias. De 2013 a 2016, a quantidade de famílias beneficiadas cresceu 17,6%, com repasses totais de R\$ 10,4 milhões (dados de junho de 2016).

Tabela 5 – Famílias no Programa Bolsa Família e valores repassados ⁽¹⁾

Ano	Quantidade média de Famílias	Valor anual repassado (R\$)	Média mensal de repasse (R\$)
2013	1.472	2.769.800,00	230.817,00
2014	1.463	2.905.957,00	242.164,00
2015	1.576	3.339.030,00	278.252,00
2016	1.732	1.447.919,00	241.319,00

(1) Dados disponibilizados pela Secretaria Municipal de Ação Social e Cidadania de Salto.

Ao valor repassado pelo Programa Bolsa Família também pode ser agregado os valores do Benefício de Prestação Continuada, benefício assistencial criado pela Constituição Federal de 1988 e regulamentado pela Lei 8.742/1993, chamada de Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS). Em Salto, a Secretaria de Ação Social e Cidadania informa haver 1.377 pessoas beneficiadas (755 pessoas com idade acima de 65 anos e 622 pessoas com deficiência), que receberam mais de R\$ 14,5 milhões nos repasses realizados em 2015.

Entre 2013 e 2016 o governo de Salto elevou o orçamento da Secretaria de Ação Social e Cidadania de R\$ 4,794 milhões para R\$ 7,596 milhões, com crescimento real de 20% no valor destinado às ações de Assistência Social no

município. A elevação do quadro funcional da Secretaria, apontada anteriormente, significou uma elevação das despesas com folha de pagamento de 56% entre 2012 e 2015 (considerando os valores atualizados pelo IPCA).

Dentre as consequências da adequação do quadro funcional da Secretaria, a efetividade na implantação do Sistema Único de Assistência Social – SUAS foi visível, após a implantação da *Vigilância Socioassistencial*. Tal instância se constitui como um dos objetivos estruturantes da política nacional de assistência social, juntamente com a *Proteção Social* e a *Defesa de Direitos*, no que deve ser entendida como uma função da Assistência Social. Tal concepção está presente tanto no texto da LOAS, a partir das alterações realizadas nesta normativa em 2011, quanto na Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e na Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social – (NOB/SUAS) de 2012. Ainda que numa etapa inicial desta estruturação, o trabalho significou uma organização dos dados nos sistemas da Secretaria Nacional de Assistência Social – SNAS, no ambiente virtual da Rede SUAS, nos diversos sistemas como Censo SUAS, Registro Mensal de Atendimentos (RMA), Sistema de Informações do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SISC), CadSUAS, dentre outros. Além da melhora no atendimento das famílias que constam no Cadastro Único, houve também, como consequência desta estruturação, a construção do Plano Municipal de Assistência Social – PMAS nos moldes previstos na NOB/SUAS.

Em outra frente, a Secretaria de Ação Social e Cidadania também desenvolveu os projetos:

- **Programa Prefeito Amigo da Criança:** O Programa Prefeito Amigo da Criança - PPAC, criado em 1996, tem como objetivo mobilizar e apoiar tecnicamente os gestores municipais para que priorizem a qualificação de políticas públicas em favor de crianças e adolescentes durante seu mandato. Além disso, o PPAC estimula o fortalecimento, a participação, a transparência e a articulação das iniciativas promovidas pelo poder público e pela sociedade civil, por meio do diálogo constante entre diversas instâncias e do fortalecimento dos Conselhos Municipais de Direitos da Criança e do Adolescente e dos Conselhos Tutelares. Como resultado, no

ano de 2016, o município conquistou o **Prêmio Prefeito Amigo da Criança**.

- **Projeto Selo Social:** Este projeto foi uma estratégia para estimular boas iniciativas e reconhecer o trabalho de instituições que investem em políticas de desenvolvimento social no município. O projeto utiliza indicadores baseados nos oito Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), estabelecidos pela ONU: (1) combate à fome e à miséria; (2) acesso à educação básica de qualidade para todos; (3) igualdade entre sexos e a valorização da mulher; (4) redução da mortalidade infantil; (5) melhoria da saúde das gestantes; (6) combate à Aids, à malária e a outras doenças; (7) qualidade de vida e respeito ao meio ambiente; e (8) união de toda a sociedade em prol do desenvolvimento.
- **Projeto Raiz Social:** projeto baseado nos princípios da Segurança Alimentar e Nutricional estabelecidos pelo antigo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Tem como objetivo principal estabelecer parceria com redes de supermercado para recolhimento de frutas, legumes e hortaliças descartadas das gôndolas em suas lojas, diante das exigências do padrão de venda, mas mantém boas condições para consumo. As entidades beneficiadas foram a Casa Naim e o Lar Frederico Ozanam.

A estruturação dos Centros de Referência de Assistência Social – CRAS em Salto foi outra realização importante no período, uma vez que o CRAS é considerado a unidade em torno da qual se organizam os serviços de proteção básica, em especial o serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF e o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV. Foram implantados quatro CRAS, com equipes de referência organizadas e com a instituição formal da coordenação nas unidades. Um dos resultados obtidos foi a articulação territorial com escolas, entidades, Unidades Básicas de Saúde – UBS e com outros movimentos dos territórios.

No desenho institucional estabelecido pelo SUAS, o Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS é a unidade pública estatal referência para a oferta de trabalho social a famílias e indivíduos em situação de risco pessoal e

social, por violação de direitos ou violência, e que demandam intervenções especializadas no âmbito do SUAS. Assim como o CRAS, o funcionamento do CREAS compreende um conjunto de aspectos, tais como infraestrutura, recursos humanos compatíveis com os serviços ofertados, trabalho em rede, articulação com as demais unidades e serviços da rede socioassistencial, das demais políticas públicas e órgãos de defesa de direitos. Pela natureza de sua atuação, o CREAS possui uma interface potente com o sistema de justiça.

Neste período, foi instituída a coordenação local do CREAS e foram estabelecidos os atendimentos e acompanhamentos em geral que englobam as famílias e indivíduos em situação de risco pessoal e social, com violação de direitos (violência física, psicológica e negligência; violência sexual; afastamento do convívio familiar devido à aplicação de medida de proteção; situação de rua; abandono; trabalho infantil; discriminação por orientação sexual e/ou raça/etnia; descumprimento de condicionalidades do Programa Bolsa Família em decorrência de violação de direitos, dentre outros).

O CREAS também é usuário e mantenedor do Cadastro Único, onde, atualmente, há 20 pessoas em situação de rua que tiveram acesso ao Programa Bolsa Família; emissão de documentos; Serviço de Acolhimento Institucional. Também foi realizada visita domiciliar as famílias que residem no município e se buscou articulação com serviços de outros municípios para localização da família.

No âmbito do serviço de proteção aos adolescentes em cumprimento de Medida Socioeducativa – MSE e suas famílias, foram organizados grupos com os adolescentes e com seus responsáveis. A metodologia adotada para acompanhamento foi o acolhimento, a interpretação da Medida Socioeducativa, elaboração do Plano Individual de Atendimento – PIA, atendimento individual, visita domiciliar, articulação de rede, emissão de relatórios sistemáticos ao Poder Judiciário. Também foram realizados passeios de ampliação do universo informacional e cultural (Hopi Hari, Parque do Ibirapuera, Cinema), que funciona também como estratégia de vinculação com o adolescente, a fim de se trabalhar a socioeducação esperada do serviço. Ação inovadora foi o Projeto Parada Poética, quando os adolescentes puderam refletir sobre a realidade e traduzir isso por meio de poesia.

No âmbito das Coordenadorias subordinadas à Secretaria de Ação Social e Cidadania vale a pena destacar algumas ações. Na **Coordenadoria da Igualdade Racial** se destaca a articulação regional para a realização da *III Conferência de Promoção de Políticas de Igualdade Racial* no município de Salto. Esta conferência foi realizada, em 2013, no Centro de Universitário Nossa Senhora do Patrocínio, com o objetivo de refletir, discutir e promover o tema Democracia e Desenvolvimento – Por uma Região de Sorocaba sem Racismo, na qual cerca de 150 pessoas de vinte e seis cidades da região participaram. Nesta conferência, quinze propostas aprovadas foram encaminhadas à Conferência Estadual.

Uma das demandas da Conferência foi a criação do *Fórum Regional de Promoção da Igualdade Racial*, com o objetivo de mobilizar a sociedade pela promoção da igualdade racial e implementação integral e equitativa de uma Política de Promoção da Igualdade Racial na Região Administrativa de Sorocaba. Do Fórum participam 22 cidades da região e 400 pessoas, em três plenárias.

O Conselho de Participação e Desenvolvimento da População Negra da Estância Turística de Salto (criado em 2011) foi redesignado como Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial – COMPIR (pela Lei Municipal nº 3.313/2014), com o objetivo de ser um órgão consultivo, deliberativo e fiscalizador, a fim de promover políticas voltadas para a igualdade racial, bem como ações afirmativas que possibilitem à população negra e outros segmentos étnico-raciais o exercício pleno de participação e integração no desenvolvimento econômico, social, político, cultural, e construção da cidadania.

Houve, também, a realização de parceria com o Coral Vozes Afro de Salto, que a partir de 2013 resultou na participação no Mapa Cultural Paulista na cidade de Itapeva. A parceria tem como objetivo *produzir e difundir a cultura afro-brasileira e propiciar apoio para a melhora da autoestima dos participantes*.

Também se destaca a parceria entre a Coordenadoria da Igualdade Racial e o Museu Municipal, para a realização do projeto “Recuperação da Memória” do movimento afrodescendente em Salto, por meio da Associação Instrutiva e Recreativa José do Patrocínio e da criação de um espaço no Museu, bem como as atividades de apoio aos Haitianos, como a criação da Associação dos Haitianos em Salto. Por meio desta associação, o município buscou parcerias para a inserção no mercado de

trabalho dos imigrantes, realizou parceria para a realização de curso de extensão em língua portuguesa, formalizou o apoio da Secretaria de Saúde, Secretaria de Ação Social (através do CRAS Saltense), Secretaria da Educação, Secretaria do Desenvolvimento Econômico e realizou parceria com Sindicatos em apoio aos Haitianos (Construção Civil, Metalúrgicos e Papeleiros). Estas ações com os imigrantes buscaram atender as 200 pessoas de origem haitiana que vieram residir na cidade de Salto para acolhimento e inclusão na sociedade saltense.



Por fim, a realização da Semana da Consciência Negra entre 2013 e 2015, com atividades de educação, música e cultura para a celebração das atividades relacionadas à promoção da igualdade racial por meio da realização de exposições, palestras, seminários, apresentações culturais e musicais, etc.

A **Coordenadoria da Juventude** também realizou ações de sua responsabilidade. Uma delas é o programa Papo Legal, com a realização de ciclo de palestras em escolas, grupos religiosos, CRAS (nos diversos territórios do município). Outra ação relevante é o Projeto Debates, onde ocorrem discussões sobre a diversidade sexual, para problematizar a importância de respeitar e conviver com as diferenças e escolha de cada cidadão.

Além dessas ações, houve a realização da Semana da Juventude e do Projeto Jovem Sangue Bom, com a realização de mutirão de doação de sangue com jovens entre 18 e 29 anos. Também houve a realização do Encontro de Formação Gremista, com formação direcionada a jovens gremistas, informações a respeito do que é e como funciona um Grêmio Estudantil.

Outras ações realizadas foram:

- *Projeto Parada Poética*, com a apresentação da literatura (poesias) de forma diferente, mais próxima da realidade dos jovens.
- *Banda Marcial*, através do apoio as ações e articulações necessárias.
- *Projeto Geração*, com encontro entre gerações – pessoas idosas e jovens, para debates considerando a visão de mundo das gerações, mas destacando o valor das relações inter geracionais.
- *Conferência Municipal da Juventude*, com a eleição dos delegados para etapa estadual e, posteriormente, para a etapa nacional.



A **Coordenadoria da Pessoa Idosa** realizou suas ações organizadas em quatro Eixos de Ação, numa forma de organização que privilegiou a divisão do trabalho e a distribuição das ações.

No eixo de *Rede de Atenção à Pessoa Idosa*, foram aplicados 680 questionários para conhecer o perfil dos idosos do município. Como resultado, diversas parcerias foram realizadas com profissionais dos serviços e também com os conselheiros do Conselho Municipal da Pessoa Idosa.

No eixo de *Proteção de Direitos*, houve diversas ações com objetivo de conscientizar a população idosa de seus direitos:

- *Política Municipal da Pessoa Idosa*, com a realização de 11 reuniões com diretores, chefes de setor, coordenadores de todas as secretarias municipais, para aperfeiçoamento da política municipal, inclusão ou reformulação de outros itens na proposta de Lei Municipal para regulamentar a política municipal da pessoa idosa.

- *Padronização da Ficha Única de Notificação de Suspeita ou Confirmação de Violência*, com o estabelecimento em conjunto com o CREAS do Fluxograma de Atendimento de Violência contra a Pessoa Idosa (VCPI).
- *Participação no Conselho Municipal da Pessoa Idosa*, com especial avanço na elaboração e aprovação da Lei Municipal 3.205/2013, que instituiu o Fundo Municipal da Pessoa Idosa, bem como na elaboração do seu Decreto regulamentador.

No eixo *Participação Social*, o município realizou ações como o Programa de Valorização da Experiência Profissional, que possibilitou a distribuição de folhetos informativos e encaminhamentos ao Posto de Atendimento ao Trabalhador (atividades que contaram com o apoio da Associação Comercial, Industrial e Agrícola de Salto e da Associação das Indústrias de Salto). O programa Time do Emprego atendeu vários idosos interessados em retornar ao mercado de trabalho.

Por fim, o eixo *Conscientização e Sensibilização* trabalhou com a realização de eventos para construir uma nova visão e uma nova relação entre a sociedade e as pessoas da terceira idade, com a realização dos seguintes eventos:

- *I Sarau Intercultural 60 +*, evento realizado no dia 03 de outubro de 2014, no Lar Frederico Ozanam, com diversas parcerias de empresas e voluntários, em comemoração ao Dia Nacional e Internacional do Idoso. O evento teve o objetivo de valorizar a pessoa idosa e contou com várias apresentações e público estimado em 200 pessoas.
- *Curso de Cuidador de Idosos*, ministrado pelas professoras Silvia e Flora, com a formação de 22 pessoas. O curso contou com carga horária total de 85 horas (69 horas de aulas teóricas e 16 de estágios em instituições).
- *Campanha “Trânsito é feito de pessoas”*, realizada em parceria com a Coordenadoria da Pessoa com Deficiência, em três etapas. Na primeira etapa, o Diretor de Trânsito palestrou sobre segurança no trânsito aos idosos e pessoas com deficiências (06 encontros em diferentes locais e horários) com a participação de 156 pessoas. Na segunda etapa, foram convocados os motoristas servidores públicos para participar da

Campanha, através de uma palestra sobre as especificidades da população idosa e pessoa com deficiência E na terceira etapa foi organizada uma semana de conscientização dos motoristas e pedestres, com o tema: “Respeite a Faixa de Pedestre”. As mobilizações contam com faixas, banners, folhetos informativos e adesivos com o logo da campanha, patrocinados por dezenas de empresas. A expectativa é que a Campanha “Trânsito é feito de Pessoas” se torne permanente.

- *Dia Mundial de Não Violência contra a Pessoa Idosa*, com grande mobilização na Praça XV de Novembro realizada no dia 06 de junho de 2015, com apresentações de dança e música de idosos e crianças.

A **Coordenadoria da Pessoa com Deficiência** também participou da Campanha “Trânsito é feito de pessoas”. Além dessa ação, realizou:

- *Virada Inclusiva*, em que a Estância Turística de Salto participou no ano de 2014 da 5ª edição da Virada Inclusiva promovida pela Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência. Mais de 160 pessoas participaram do evento ocorrido na Biblioteca Pública Municipal “Paço dos Taperás”. Primeira vez que o município recebe o projeto (na 5ª edição no Estado de São Paulo), contou com a participação dos alunos do CEMUS III e IV, da APAE (Associação de Pais e Amigos do Excepcionais), CADI Brasil e de membros do Conselho Municipal das Pessoas com Deficiência de Salto.
- *Projeto “Prevenção de Deficiência, conquista de Cidadania*, que tem como objetivo conscientizar e levar informações sobre as várias maneiras de se prevenir deficiências às famílias, adolescentes e jovens, especialmente gestantes e mulheres em vulnerabilidade social. São realizados encontros com palestras informativas às gestantes de risco (mães adolescentes, usuárias de drogas e /ou álcool, com histórico familiar e/ou mapeamento genético, etc.), bem como também ao público jovem que iniciou a vida sexual precocemente. Em execução desde 2013, nesses três anos e meio totalizou 252 pessoas atendidas (60 crianças, 18 adolescentes e 174 adultos).

- *Empregabilidade da Pessoa com Deficiência*, com foco no mercado de trabalho que busca pessoas com deficiência para cumprimento da obrigatoriedade de contratação de deficientes imposta pelo Art. 93 da Lei nº 8.213/1991.
- *Esporte para Todos*, com foco nas Olimpíadas e Paralimpíadas que ocorreram no país, bem como a aprovação da Lei nº 13.146, chamada de Lei Brasileira de Inclusão – LBI, que ressalta a importância da inclusão das pessoas com deficiência através do esporte. Houve a realização de um evento poliesportivo adaptado, com workshops de diversas modalidades, participação aberta a toda população (com ou sem deficiência), acompanhados de profissionais voluntários das respectivas áreas esportivas. No evento participaram mais de 400 pessoas.
- *Dia Nacional de Luta dos Direitos da Pessoa com Deficiência*, realizado em 2013, com apresentação artística cultural conjunta de representantes das entidades do município que atendem pessoas com deficiência. Além da apresentação, houve palestra sobre prática esportiva para pessoas com deficiência, na sala Palma de Ouro. No ano seguinte, houve apresentação da peça teatral “Se fosse fácil não teria graça” com o ator Nando Bolognesi, que relata sua história de superação após diagnóstico de esclerose múltipla. Por fim, no ano de 2015 houve a realização de fórum com palestras e debates sobre a inclusão da pessoa com deficiência na educação, mercado de trabalho, cultura e comunicação, em parceria com o IFSP, na Sala Giuseppe Verdi.



- *Concurso Bibliotecas Acessíveis*, promovido no primeiro semestre de 2016 pela Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência de São Paulo, para selecionar bibliotecas interessadas em receber equipamentos de alta tecnologia para pessoas com deficiência visual e motora. Salto foi contemplada com o pacote mais completo de itens, (contendo computador, ampliador automático, scanner leitor de mesa, teclado ampliado, mouse estacionário, software de voz sintetizada para atuação com o software leitor de tela NVDA, display braile e impressora braile).

A **Coordenadoria da Mulher** realizou algumas ações dentre as quais se destacam:

- *Criação de Núcleo de Mulheres de Salto*, com objetivo de ampliar a discussão de temas pertinentes a mulher, o apoio à proposta de organização da Conferência da Mulher, além da instituição do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher – CMDM.
- *Conselho Municipal dos Direitos das Mulheres – CMDM*, considerado um avanço como instância de controle social para a implementação de ações para mulheres nas políticas sociais.
- *Encontro e debate sobre o Dia Internacional de Combate à Violência contra a Mulher*, realizado em todos os anos com efetivo destaque dessas datas, o que provoca reflexões sobre igualdade de gênero.
- *Comemoração e reflexão no Dia Internacional da Mulher*.
- *Projeto das “Novas Empadeiras”*, com objetivo de capacitar mulheres para o empreendedorismo por meio da culinária típica local e propiciar o fortalecimento da capacidade de produção e geração de renda das saltenses.



Programa 0205 – Cuidar das pessoas – Salto Saudável

O programa que reúne as ações de Saúde tem como objetivo estabelecido no PPA “*Cuidar de maneira mais humana das pessoas por meio de ações que visem integrar o sistema de saúde, qualificar e ampliar os serviços oferecidos, diminuir as filas de espera, aperfeiçoar a qualidade do atendimento, aprimorar e modernizar a gestão administrativa da saúde e estimular a visão acolhedora da saúde que cuide do ser humano como ser integral*”. Para atender a esses objetivos, o PPA previu custos de pouco mais de R\$ 306,9 milhões nos quatro exercícios de sua execução.

A Secretaria Municipal de Saúde dispõe de uma estrutura física para preparar e executar as políticas públicas pactuadas no PPA de sua responsabilidade. A estrutura física é composta pelos espaços abaixo discriminados.

Quadro 7 – Espaços físicos da Secretaria Municipal de Saúde ⁽¹⁾

Espécie	Unidade
Farmácia	
	Almoxarifado Central de Farmácia
	Farmácia Central
	Farmácia Componente Especializado da Assistência Farmacêutica
Unidade Básica de Saúde - UBS	
	Clínica Salto Saúde Bela Vista
	Clínica Salto Saúde Nações
	Clínica Salto Saúde Saltense
	Clínica Salto Saúde Santa Cruz
	Clínica Salto Saúde São Gabriel
	UBS CECAP
	UBS Jd. Donalisio
	UBS Jd. Marília
	UBS Salto de São José
	Centro de Saúde II
Ambulatórios de Especialidades	
	Ambulatório de Especialidades Médicas

Ambulatório de Moléstias Infectocontagiosas de Salto

Ambulatório de Saúde Mental

Ambulatório Médico de Especialidades – AME Salto

Centro de Convivência do Idoso – CECOI

Centro Integrado de Saúde da Mulher –CISM

Melhor em Casa Salto

Unidade de Fisioterapia

Centro de Especialidades Odontológicas Dr. Pedro Romitelli Neto

Gabinete Odontológico Assoc. Educação do Homem de Amanhã

Centro de Atenção Psicossocial

CAPS Pio XII Douglas Milanese

Unidade Administrativa

Central de Regulação de Salto

Secretaria Municipal da Saúde de Salto

(1) Dados obtidos no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde - CNES.

Além dessa rede de atendimento vinculada à Prefeitura, Salto conta, ainda, com o Hospital e Maternidade Municipal Nossa Senhora do Monte Serrat, instituição beneficente que mantém convênio com o Sistema Único de Saúde e realiza atendimentos subsidiados pelo município. O atendimento prestado pelo Hospital inclui internações, cirurgias, exames diagnósticos e atendimento de urgência e emergência (pronto socorro).

Segundo dados prestados pela Secretaria Municipal de Saúde, o hospital mantinha uma média mensal de 254 internações, em 2012, alcançando uma média mensal de 265 internações em 2016 (dados referentes ao primeiro quadrimestre). A quantidade média de cirurgias realizadas mensalmente caiu de 123 para 90, comparando 2012 e 2016 (em função do atendimento prestado pelo Ambulatório Médico de Especialidades – AME), ao passo que a quantidade média de exames realizados cresceu mais de 31% na mesma base de comparação (de 40.001, em 2012, para 52.454, em 2016). O atendimento de pronto socorro manteve uma média quase estável, com 12.204 atendimentos mensais, em média, em 2012, e 11.451 atendimentos, na média mensal para o primeiro quadrimestre de 2016.

O Hospital mantém estrutura de maternidade para a realização de partos. Para esta modalidade de atendimento, a média realizada em 2012, de 71 partos mensais, cresceu, em 2016, para 85 partos mensais. Em 2016 houve a realização, ainda, de um mutirão de cirurgias realizadas no hospital, com 770 cirurgias eletivas e 1.439 cirurgias ambulatoriais.

A implantação do Ambulatório Médico de Especialidades – AME transferiu parte do atendimento realizado pelo Hospital a este novo órgão.

Tabela 6 – atendimentos realizados no AME de Salto ^{(1) (2)}

Tipo de atendimento	2012	2016	Variação %
Cirurgias eletivas com internação	196	306	56,00
Cirurgias ambulatoriais	133	195	46,61
Saídas de UTI	5	10	100,00
Primeiras consultas	1.460	300	- 79,46
Interconsultas e subsequentes	4.326	700	- 83,82
Consultas não-médicas (Enfermeira / Assistente Social)	168	355	111,30
Exames diagnósticos	1.025	900	- 12,20

(1) Média Mensal de atendimentos.

(2) Dados disponibilizados pela Secretaria Municipal de Saúde de Salto.

O AME propõe agilizar o diagnóstico e o tratamento dos pacientes, desafogando os hospitais gerais para que se dediquem ao atendimento de urgências e emergências e a realização de cirurgias mais complexas. São unidades de alta resolutividade que oferecem consultas com especialistas, exames e, em algumas unidades, pequenas cirurgias em um só local. Como o atendimento é regionalizado, a marcação de consultas no AME é feita pela Unidade Básica de Saúde, por meio de sistema online, o que proporciona a escolha do melhor dia e horário ao paciente.

Já o atendimento realizado pelas Unidades Básicas de Saúde – UBS serve como ponto de início da prestação de serviços de saúde.

Com o objetivo de: promover e proteger a saúde, a prevenção de agravos, o diagnóstico, o tratamento, a reabilitação, a redução de danos e a manutenção da saúde. Isso tudo para desenvolver uma atenção integral que impacte na situação de saúde e autonomia das pessoas e nos determinantes e condicionantes de saúde das

coletividades. Assim, a UBS é o contato preferencial dos usuários, a principal porta de entrada e centro de comunicação com toda a Rede de Atenção à Saúde. É instalada perto de onde as pessoas moram, trabalham, estudam e vivem e, com isso, desempenha um papel central na garantia de acesso da população a uma atenção à saúde de qualidade.

Na UBS, é possível receber atendimentos básicos e gratuitos em Pediatria, Ginecologia, Clínica Geral, Enfermagem e Odontologia. Os principais serviços oferecidos são consultas médicas, inalações, injeções, curativos, vacinas, coleta de exames laboratoriais, tratamento odontológico, encaminhamentos para especialidades e fornecimento de medicação básica.

Tabela 7 – Atendimentos realizados nas UBS de Salto (1) (2)

	2012	2016	Variação%
Consultas médicas	15.197	16.631	8,91
Consultas de enfermagem	1.285	3.732	190,42
Consultas de outros profissionais (Psicólogo, Terapeuta Ocupacional, Fonoaudiólogo, Assistente Social, Nutricionista)	2.357	2.703	14,67
Fisioterapeutas	Sem dados	3.686	

(1) Média Mensal de atendimentos.

(2) Dados disponibilizados pela Secretaria Municipal de Saúde de Salto.

Além do atendimento direto à população, é na UBS que ocorre a implantação e execução da Estratégia Saúde da Família – ESF. Esta forma de atendimento visa a reorganização da atenção básica no País, de acordo com os preceitos do Sistema Único de Saúde, e é tida pelo Ministério da Saúde e gestores estaduais e municipais como estratégia de expansão, qualificação e consolidação da atenção básica por favorecer uma reorientação do processo de trabalho com maior potencial de aprofundar os princípios, diretrizes e fundamentos da atenção básica, de ampliar a resolutividade e impacto na situação de saúde das pessoas e coletividades, além de propiciar uma importante relação custo-efetividade.

É importante o estabelecimento de uma equipe multiprofissional (equipe de Saúde da Família – eSF) composta por, no mínimo: (I) médico generalista, ou especialista em Saúde da Família, ou médico de Família e Comunidade; (II) enfermeiro generalista ou especialista em Saúde da Família; (III) auxiliar ou técnico

de enfermagem; e (IV) agentes comunitários de saúde. Podem ser acrescentados a essa composição os profissionais de Saúde Bucal: cirurgião-dentista generalista ou especialista em Saúde da Família, auxiliar e/ou técnico em Saúde Bucal.

Com esses parâmetros, o governo da Estância Turística de Salto, através da Secretaria Municipal de Saúde, implantou a ESF em seis UBS (Salto de São José, São Gabriel, Nações, Bela Vista, Saltense e Santa Cruz), com 6.640 famílias cadastradas e atendendo 20.277 pessoas (20% da população, aproximadamente). Para proporcionar este atendimento, doze equipes de profissionais de saúde foram contratadas e inseridas no programa. Além disso, dez escolas da região de abrangência das UBS com a ESF implantada foram inseridas no Programa Saúde na Escola, e quatro creches inseridas no NutriSUS.

O Programa Saúde na Escola – PSE tem como objetivo contribuir para a formação integral dos estudantes através de ações de promoção, prevenção e atenção à saúde, com vistas ao enfrentamento das vulnerabilidades que comprometem o pleno desenvolvimento de crianças e jovens da rede pública de ensino. O público beneficiário do PSE são os estudantes da Educação Básica, gestores e profissionais de educação e saúde, comunidade escolar e, de forma mais amplificada, estudantes da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica e da Educação de Jovens e Adultos (EJA).

As atividades de educação e saúde do PSE ocorrerão nos Territórios definidos segundo a área de abrangência da Estratégia Saúde da Família (Ministério da Saúde), tornando possível o exercício de criação de núcleos e ligações entre os equipamentos públicos da saúde e da educação (escolas, centros de saúde, áreas de lazer como praças e ginásios esportivos, etc). No PSE a criação dos Territórios locais é elaborada a partir das estratégias firmadas entre a escola, a partir de seu projeto político-pedagógico e a unidade básica de saúde. O planejamento destas ações do PSE considera: o contexto escolar e social, o diagnóstico local em saúde do escolar e a capacidade operativa em saúde do escolar. A Escola é a área institucional privilegiada deste encontro da educação e da saúde: espaço para a convivência social e para o estabelecimento de relações favoráveis à promoção da saúde pelo viés de uma Educação Integral.

Para o alcance dos objetivos e sucesso do PSE é de fundamental importância compreender a Educação Integral como um conceito que compreende a proteção, a atenção e o pleno desenvolvimento da comunidade escolar. Na esfera da saúde, as práticas das eSF, incluem prevenção, promoção, recuperação e manutenção da saúde dos indivíduos e coletivos humanos. Para alcançar estes propósitos o PSE foi constituído por cinco componentes:

- a) Avaliação das Condições de Saúde das crianças, adolescentes e jovens que estão na escola pública;
- b) Promoção da Saúde e de atividades de Prevenção;
- c) Educação Permanente e Capacitação dos Profissionais da Educação, da Saúde e de Jovens;
- d) Monitoramento e Avaliação da Saúde dos Estudantes;
- e) Monitoramento e Avaliação do Programa.

Mais do que uma estratégia de integração das políticas setoriais, o PSE se propõe a ser um novo desenho da política de educação e saúde já que (1) trata a saúde e educação integrais como parte de uma formação ampla para a cidadania e o usufruto pleno dos direitos humanos; (2) permite a progressiva ampliação das ações executadas pelos sistemas de saúde e educação com vistas à atenção integral à saúde de crianças e adolescentes; e (3) promove a articulação de saberes, a participação de estudantes, pais, comunidade escolar e sociedade em geral na construção e controle social da política pública.

Além dos atendimentos da saúde básica descritos, as UBS também prestam atendimentos odontológicos. Alguns procedimentos são encaminhados ao Centro de Especialidades Odontológicas – CEO, inaugurado em 2014.



Tabela 8 – Atendimentos odontológicos realizados nas UBS e no CEO (1) (2)

Atendimento	2012	2016	Variação %
Procedimentos odontológicos básicos (UBS)	6.437	6.540	4,33
CEO – Pacientes atendidos	0	86	
CEO – Procedimentos realizados	0	627	
UBS Donalísio	0	265	
Campanha de Prevenção ao Câncer Bucal (total de examinados)	507	1.014	100,00

(1) Média Mensal de atendimentos.

(2) Dados disponibilizados pela Secretaria Municipal de Saúde de Salto.

No âmbito das ações da Vigilância Sanitária, houve a recomposição do quadro de funcionários e a aquisição de equipamentos de informática. Tais ações garantiram uma maior celeridade nos processos de fiscalização e ofereceu mais qualidade ao trabalho desempenhado pelo órgão. A edição das Leis Municipais nº 3.513 e 3.530, em 2015, atualizou a legislação e o custeio dos serviços de Vigilância Sanitária no município.

Na saúde animal, o município retomou o programa de castração, elevando a média de 35,91 castrações mensais, em 2012, para 107,23 castrações, em 2016. A vacinação antirrábica foi mantida, bem como o atendimento de urgências e emergências. Nesta área, também foi mantido o monitoramento de possíveis zoonoses e seus desdobramentos (apreensão, recolhimento, transporte, etc.), com a utilização efetiva do canil municipal.

As ações de Vigilância Epidemiológica também foram realizadas junto aos refugiados residentes no município, para prevenir a importação de patologias não circulantes no Brasil, bem como zelar para que os próprios refugiados reduzam a exposição às patologias brasileiras. A imunização foi mantida (poliomielite, Hepatite B, pentavalente, rotavírus, BCG, tríplice viral, HPV), bem como as ações de controle da Taxa de Mortalidade Geral.

A imunização contra Influenza alcançou 74,4% da população foco da ação, em 2012. Em 2016, essa cobertura alcançou 91,16% da população.

Tabela 9 – Mortalidade infantil e fetal – 2009 a 2016 ⁽¹⁾

Ano	Número de mortes			
	Salto	Microrregião de Sorocaba ⁽¹⁾	Estado de SP	Brasil
2009	11	243	7482	42642
2010	12	245	7163	39870
2011	13	254	7088	39716
2012	21	239	7118	39123
2013	15	259	7070	38966
2014	19	261	7173	38432
2015	22	237	6839	37291
2016 ⁽³⁾	4	36	1455	6548

(1) Fonte: SIM – Sistema de Informações sobre Mortalidade – DATASUS.

(2) A microrregião de Sorocaba é composta pelos municípios de Alumínio, Araçariguama, Araçoiaba da Serra, Cabreúva, Capela do Alto, Iperó, Itu, Mairinque, Porto Feliz, Salto, Salto de Pirapora, São Roque, Sarapuí, Sorocaba e Votorantim.

(3) até março/2016.

No que diz respeito à *mortalidade infantil*, o índice de Salto caiu de 13,7‰, em 2012, para 13,31‰, em 2016. Mesmo com o crescimento do número de mortes em alguns anos, Salto mantém o controle sobre a mortalidade infantil com as ações de atenção ao nascituro e à gestante, estendidas às crianças e mães até que completem dois anos de idade. A *mortalidade de mulheres em idade fértil* variou de 37, em 2012, para 27, em 2015, conforme dados obtidos no SIM do DATASUS. Até março de 2016 ocorreram quatro mortes nesta condição.

Para o enfrentamento da dengue, foi instalada a Sala de Situação, para monitoramento dos casos e verificação das medidas de contenção no local de incidência. Também foi realizado o manejo clínico descentralizado, com o envolvimento de todas as UBS e do Hospital. Do total de 1.484 casos positivos, em 2015, houve queda para 274 casos, em 2016 (com dados parciais para o ano, no período de grande incidência).

O combate às endemias foi possível com a adequação das equipes de saúde. Catorze cargos de chefia de setor e três de diretores foram criados e preenchidos por meio de processo seletivo interno, com o intuito de valorizar os servidores de carreira. Simultaneamente, foram criados 48 cargos de Agente Comunitário de Saúde e regularizado a situação dos cargos de Agente de Controle de Endemias. Como resultado, houve redução em 42% do uso de horas extraordinárias

em comparação a 2012, sem redução dos serviços assistenciais. A equipe da Secretaria Municipal de Saúde cresceu de 634 servidores, em 2012, para 712 servidores, em 2016.

A gestão da Assistência Farmacêutica também recebeu investimentos, com a implantação do Sistema Hórus, sistema nacional de gestão da assistência farmacêutica que permite o controle de estoque, farmacoeconomia, gestão, indicadores e rastreabilidade dos usuários. O sistema foi implantado em todas as unidades da rede (exceto na UBS CECAP, em reforma). Até 2013, havia sistema de controle apenas na farmácia central e no almoxarifado. Com o sistema, foi possível aprimorar o controle de validade dos medicamentos, evitando o descarte por vencimento. O descarte total, em 2013, havia sido de R\$ 72.608,80 e foi reduzido em 2014 para R\$ 22.829,00 e, em 2015 para R\$ 21.677,52.

Outras ações de destaque na Assistência Farmacêutica foram:

- A normatização da dispensação de medicamentos SUS no município com a resolução SMS 03/2014;
- A criação da *Comissão de Farmácia e Terapêutica – CFT* para a seleção de medicamentos para a relação municipal de medicamentos e avaliação de outras situações relacionadas;
- Implantação de procedimentos operacionais para os setores da Assistência Farmacêutica;
- A realização de parceria com as farmácias privadas de Salto credenciadas no Programa “Aqui tem farmácia popular” para a divulgação da gratuidade dos doze itens para hipertensão diabetes e asma, o que facilitou o acesso à população;
- Adequação dos espaços físicos da Farmácia dos medicamentos de alto custo, para melhoria no acolhimento e instituição da dupla conferência na dispensação;
- A contratação de três farmacêuticos, três auxiliares de farmácia e cinco estagiários, com a finalidade de melhorar o atendimento à população.

O atendimento de fisioterapia cresceu de 2.906 atendimentos, em média, em 2012, para 3.316 atendimentos mensais, em média, em 2016. Esse crescimento

foi fruto da contratação de novos profissionais (com um específico para a área neurológica), a reformulação das agendas e a aquisição de novos equipamentos.



Vários dos investimentos realizados foram fruto de emendas parlamentares, tanto ao orçamento da união como ao orçamento do Estado de São Paulo. Além das emendas parlamentares, a participação do município no programa Requalifica UBS também proveu recursos ao município que possibilitaram ações de melhoria em diversas UBS. Além dos recursos para reformas, o município também recebeu R\$ 450 mil para aquisição de equipamentos para UBS e outros R\$ 450 mil para aquisição de equipamentos para a unidade de fisioterapia.

Tabela 10 – Investimentos em melhoria e reformas nas UBS (1) (2)

UBS Reformada	Valor Investido	Origem do Recurso
Salto de São José	46.371,92	Federal (Emenda)
Santa Cruz	87.760,00	Federal (73% - Emenda) / Municipal (27%)
Nações	85.186,14	Federal (Emenda)
CECAP	148.735,73	Federal (88% - Emenda) / Municipal (12%)
Bela Vista	156.704,96	Federal (Requalifica UBS)
São Gabriel	223.904,32	Federal (Requalifica UBS)
Centro de Saúde II	394.811,37	Federal (89% - Requalifica UBS) / Municipal (11%)
Donalísio	287.402,63	Federal (52% - Requalifica UBS) / Municipal (48%)
Nações	59.476,66	Estadual (Qualifica UBS)
Nações	311.834,78	Municipal

(1) Média Mensal de atendimentos.

(2) Dados disponibilizados pela Secretaria Municipal de Saúde de Salto.

Ao aderir e instalar o Centro de Atenção Psicossocial – CAPS o município avançou no atendimento à saúde mental, que prosseguirá com a implantação de cinco leitos de retaguarda em saúde mental, no hospital, e a residência terapêutica.

Parte dos avanços alcançados na Saúde de Salto se deve à melhoria de gestão obtida com a formação de equipe de compras própria da Secretaria Municipal de Saúde. A estruturação de uma equipe de licitações específica para a Saúde pelo governo de Salto e a criação de um cargo de Diretor de Controle Financeiro e Logística (reservado aos servidores de carreira), permitiu sensíveis ganhos na gestão da Secretaria. Além do ganho de gestão, as informações de prestação de contas ao Conselho Municipal de Saúde e à população em geral se tornaram mais claras e acessíveis a todos.

Eixo III – Urbanismo, meio ambiente e desenvolvimento

O Eixo III previa, em suas propostas, os programas de Estruturação Urbana, Mobilidade, Urbanismo, Saneamento, Meio Ambiente, Desenvolvimento Econômico, Geração de Emprego e Renda e Turismo, na campanha eleitoral. Na elaboração do PPA os programas pactuados para essas áreas foram o *Programa 0306 – Desenvolver com Qualidade de Vida – Salto Sustentável* e o *Programa 0307 – Crescer e Planejar uma cidade mais limpa e segura – Salto Sempre Limpa e Segura*. Tais programas contêm as ações e projetos que estão em execução no município, nessas áreas, e aqui temos alguns dos resultados já obtidos, apresentados.

Programa 0306 – Desenvolver com qualidade de vida - Salto Sustentável

O programa que reúne as ações de Saneamento, Gestão Ambiental, Desenvolvimento Econômico, Geração de Emprego e Renda, e Turismo tem como objetivo estabelecido no PPA “*Promover o crescimento da cidade de maneira ordenada, planejada e sustentável a partir de ações que estimulem o planejamento urbano da cidade, considerando seu crescimento econômico e social e que ainda possibilite a preservação do meio ambiente. Planejar o crescimento viário, habitacional e econômico, sem deixar de vislumbrar a preservação e ampliação dos espaços verdes e a preservação do meio ambiente para consolidar modelo de crescimento com ampliação da qualidade de vida*”. Para atender a esses objetivos, o PPA previu custos de pouco mais de R\$ 188 milhões nos quatro exercícios de sua execução.

A **Secretaria Municipal de Meio Ambiente** para preparar e executar as políticas públicas pactuadas no PPA de sua responsabilidade buscou estruturar suas ações tanto no aspecto físico como no institucional-legal. A criação da Secretaria ocorreu em julho de 2013, através da Lei Municipal nº 3.190/2013 e foi o ponto de partida para as iniciativas para o cumprimento do Programa previsto no PPA. Neste aspecto em particular o município agiu com objetivo de estruturar suas ações de forma

permanente e com planejamento de longo prazo. Para isso, estruturou o Conselho Municipal do Meio Ambiente, através da Lei Municipal nº 3.194/2013, que também criou o Fundo Municipal do Meio Ambiente – FUNDEMA.

A estruturação de um Conselho com competências claras e legalmente descritas proporciona segurança jurídica aos conselheiros e oferece a oportunidade da participação popular na elaboração das políticas públicas relativas ao meio ambiente. Ao ser criado o FUNDEMA o município também garante meio de financiamento para essas ações, pois permite que o próprio Conselho realize articulações para a captação de recursos para o fundo.

Outra legislação de grande impacto para o cotidiano dos cidadãos saltenses foi a Lei Municipal nº 3.182/2013, que instituiu a Política Municipal de Resíduos Sólidos. Atendendo à determinação de legislação federal, este dispositivo procurou estabelecer os parâmetros para a gestão dos resíduos sólidos no município de Salto.



A Política Municipal de Resíduos Sólidos tem como objetivos **I** – o uso sustentável, racional e eficiente dos recursos naturais; **II** – a preservação e a melhoria da qualidade do meio ambiente, da saúde pública e a recuperação das áreas degradadas por resíduos sólidos; **III** – a redução da quantidade e a nocividade dos resíduos sólidos, evitar os problemas ambientais e de saúde pública por eles gerados

e erradicar as destinações inadequadas; **IV** – promover e estimular a inclusão social de catadores, nos serviços de coleta seletiva; **V** – erradicar o trabalho infantil em resíduos sólidos promovendo a sua integração social e de sua família; **VI** – cooperar com outros municípios na busca de soluções consorciadas e na solução conjunta dos problemas de gestão de resíduos de todas as origens; e **VII** – fomentar a implantação de novos sistemas de coleta seletiva no município, bem como estimular os sistemas já existentes.

O estabelecimento desta política criou as bases para algumas das ações desenvolvidas pelo governo saltense através da Secretaria Municipal de Meio Ambiente ao longo do período de 2013 a 2016, que serão observadas a seguir.

Outra legislação de relevância foi a Lei Municipal nº 3.251/2014, que instituiu o Plano de Saneamento Básico para o Município de Salto, que realizou diagnóstico da situação do município de Salto no que tange ao saneamento básico, captação, tratamento e distribuição de água, coleta, tratamento e destinação de esgoto e da drenagem urbana. Além do diagnóstico, o plano apresentou propostas de soluções e investimentos com previsão de desenvolvimento até 2040.

Além dessas legislações estruturantes, houve, ainda, a elaboração e aprovação de outras legislações, relacionadas a posturas da sociedade em relação ao meio ambiente. A elaboração do relatório de avaliação de praças e áreas verdes serviu para que fossem realizados o mapeamento e a caracterização de todas as áreas verdes do município. A partir desse relatório o município elaborou o projeto que culminou na Lei Municipal nº 3.159/2013, que instituiu o Programa de Adoção de Praças Públicas, de Próprios Municipais de Esportes e áreas verdes, estabelecendo seus objetivos e processos, suas espécies, limitações das responsabilidades e dos benefícios dos adotantes.

Outra legislação apresentada pela Secretaria Municipal do Meio Ambiente foi a Lei Municipal nº 3.193, que trata sobre a proibição de queimadas no município. Posteriormente, no bojo de outras normas disciplinadoras, esta lei foi revogada e em seu lugar entrou em vigor a Lei Municipal nº 3.480/2015, que trata sobre a limpeza, manutenção de terrenos e sobre a proibição das queimadas.



Através da Secretaria Municipal de Meio Ambiente foi implantada uma nova política de fiscalização das ações sobre o meio ambiente. Com isso, houve a melhora no atendimento das denúncias da população, uma vez que a equipe conta com corpo técnico em constante capacitação. Os dados da Ouvidoria do município revelam um grande número de atendimentos efetuados e resolvidos.

Na esteira do Plano Municipal de Resíduos Sólidos, o município firmou parceria público-privada – PPP para a realização da limpeza urbana e o manejo dos resíduos sólidos urbanos no município. Com contrato assinado em novembro de 2014, a PPP entrou em ação e já produz melhora na gestão dos resíduos em Salto. Uma das consequências mais imediatas da PPP foi a ampliação da coleta seletiva para 100% do município, no sistema porta a porta ou containerizada.



Outra ação relevante e fruto do Plano e da PPP foi a criação dos chamados ecopontos, locais disponibilizados à população para o descarte de resíduos da construção civil e de materiais inservíveis (papéis e plásticos em geral, metais como alumínio, cobre, inox, etc., vidros, resíduos de podas de árvores, móveis, compensados, peças de madeira, colchões, óleo de cozinha e resíduos de construção civil como cerâmicas, tijolos, telhas, tubulações, gessos, cimento, e fiação elétrica). Em Salto foram implantados *cinco* ecopontos, no Jardim das Nações, no Santa Cruz, no São João, no Cidade e no S. Pedro e S. Paulo.



Além dessas ações, a realização da Operação Dia “D” e da Operação Cidade Limpa atingiu resultados expressivos, ao retirar mais de 80 toneladas de materiais inservíveis das residências. Tal ação serviu como importante auxílio no combate à dengue e contribuiu para a redução da quantidade de focos na cidade.



Por fim, a instalação das ilhas ecológicas na Av. Dom Pedro, com os primeiros contêineres soterrados, garantiu a melhora na coleta seletiva e permitiu a dispensação diária dos resíduos para os comerciantes da região, facilitando a gestão de cada estabelecimento.

No aspecto educativo onde a Secretaria Municipal de Meio Ambiente pode participar, os destaques foram a criação do Projeto Produzindo Água, no qual mais de 3 mil crianças participaram do plantio de dez mil mudas de espécies nativas, além das atividades de educação ambiental realizadas nas escolas do município. O Programa de Informação Ambiental, outra iniciativa de cunho educativo e informativo, visitou mais de vinte mil residências com os agentes ambientais esclarecendo sobre a coleta de lixo, a coleta seletiva, a utilização dos ecopontos, dentre outras informações e dúvidas levantadas.

O resultado de todo o investimento e ação do governo, por meio da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, foi a conquista, por dois anos seguidos, do Selo Verde e Azul criado pela Secretaria Estadual do Meio Ambiente. O Programa Município Verde Azul – PMVA tem o propósito de medir e apoiar a eficiência da gestão ambiental com a descentralização e valorização da agenda ambiental nos municípios. Assim, o principal objetivo do PMVA é estimular e auxiliar as prefeituras paulistas na elaboração e execução de suas políticas públicas estratégicas para o desenvolvimento sustentável do estado de São Paulo. A participação do município no PMVA é um dos critérios de avaliação para a liberação de recursos do Fundo Estadual de Controle da Poluição – FECOP. As ações propostas pelo PMVA compõem as dez diretrizes norteadoras da agenda ambiental local, abrangendo os seguintes temas estratégicos: Esgoto Tratado, Resíduos Sólidos, Biodiversidade, Arborização Urbana, Educação Ambiental, Cidade Sustentável, Gestão das Águas, Qualidade do Ar, Estrutura Ambiental e Conselho Ambiental.

Em 2012, Salto se encontrava na posição 213 do ranking do Programa Município Verde Azul; em 2013 foi para a posição 116. O grande salto, no entanto, ocorreu em 2014, quando atingiu a posição 47 para, em 2015, atingir a posição 43.

No Programa 0306 também estão incluídas ações da **Secretaria de Desenvolvimento Urbano**, com responsabilidades relacionadas ao acompanhamento do desenvolvimento urbano da cidade, a aprovação de projetos de

construção residenciais, comerciais e industriais, o acompanhamento de projetos de infraestrutura e desenvolvimento urbano junto aos órgãos estaduais e federais, a fiscalização e o licenciamento das atividades econômicas e o suporte técnico para os convênios firmados pelo município.

Dos mais importantes instrumentos de planejamento urbanístico a Lei de Uso e Ocupação do Solo foi aprovada em 2015 (Lei Municipal nº 3.444/2015) e reorganizou o uso e ocupação do solo do município, além de melhorar o padrão urbanístico previsto. A partir dessa diretriz, o governo regulamentou as questões de desmembramentos de áreas, através do Decreto nº 156/2016, o que proporcionou a regularização de muitos imóveis desmembrados e que eram impedidos dessa regularização em virtude da falta de regulamentação da Lei Municipal nº 2.771/2006.

Outra ação de relevância foi a utilização do agendamento do atendimento à população e o estabelecimento da necessidade de pautas para o atendimento. Tal procedimento tornou o atendimento mais organizado e possibilitou que os mesmos fossem mais bem atendidos, com horário pré-estabelecido e facilitado pela implementação da pauta.

A aceitação do projeto simplificado, por meio do Decreto nº 359/2015, agilizou a aprovação de projetos de edifícios unifamiliares, com tempo de aprovação máximo de 15 dias, em média, e atribuiu maior responsabilidade aos projetistas, uma vez que estes projetos contemplam apenas aspectos de interesse urbanístico. Em decorrência desses procedimentos, o chamado “comunique-se” foi reelaborado, com a orientação ao corpo técnico da Secretaria para que apresentem a fundamentação legal para cada exigência feita, bem como a demarcação do projeto.

A implantação do sistema ICAD (Cadastro Eletrônico) tornou mais simples e ágil a verificação de viabilidade dos empreendimentos, com os pareceres expedidos eletronicamente, proporcionando economia de tempo e evitando más interpretações dos pedidos.

As mitigações de impacto de vizinhança dos grandes empreendimentos na cidade possibilitaram que a atividade efetiva de ordenamento urbano alcançasse melhorias para o município, como, por exemplo, a implantação de equipamentos

públicos (centros esportivos, creches, CRAS, UBS, recapeamento de ruas), dentre outros serviços que ofereceram retornos positivos ao município.

O Setor de Fiscalização foi desvinculado da Secretaria de Finanças e foi compor a estrutura da Secretaria de Desenvolvimento Urbano, em 2013. Com a desvinculação da Secretaria de Finanças, o quadro passou a contar com oito funcionários (dois fiscais para alvará de funcionamento, dois fiscais para limpeza de terrenos, dois fiscais para obras, um auxiliar administrativo), ao invés de apenas três servidores, como anteriormente.

Assim, a Secretaria de Desenvolvimento Urbano, atualmente, trabalha com legislação atualizada e transparente, se utiliza de critérios de desmembramento regularizados, oferece atendimento organizado e agendado, aceita o projeto simplificado, que reduziu tempo de aprovação, estabeleceu normatização e parâmetros para o “comunique-se”, além de outras melhorias.

As aprovações de loteamentos também estão sob a responsabilidade da Secretaria de Desenvolvimento Urbano. Entre 2013 e 2016, foram aprovados os loteamentos da Vila Martins, da Vila dos Eucaliptos, do Residencial Moutonnee, do Corporate Park, do Portal dos Bandeirantes, do Jardim das Constelações, do Jardim Guarujá, do Jardim Imperial, do Villagio do Conde, do Industrial Jaraguá, do Residencial do Bosque, da Reserva Central Parque e da Costa das Areias II. Além desses loteamentos, foram aprovados, ainda, os condomínios dos Taperás, do Jardim Panorama, o Mariana Maria, do Jardim Botânico, do Jardim Nair Maria, do Rio Branco, o Ágata, o Galena e o Alvorada.

A **Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Turismo** também tem suas ações vinculadas ao Programa 0306. Dentre suas principais funções estão a de assessorar e subsidiar o Prefeito e o Governo Municipal na formulação e implantação de políticas em apoio ao desenvolvimento dos trabalhadores, por meio de cursos profissionalizantes e da geração de emprego e renda, dos setores produtivos e dos novos empreendimentos de Salto. Também assume a interlocução e a mediação entre o Poder Público Municipal e os representantes das Associações de Indústria, Comércio, Agricultura e os trabalhadores, através de seus respectivos órgãos de classe, com planejamento e reestruturação de distritos industriais, intercâmbios, convênios, pesquisas,

estatísticas, objetivando apoio e incentivos à instalação de indústrias, comércios, produção agropecuária, serviços e turismo.

Suas ações foram articuladas em quatro frentes de atuação: **1) Atração de Novas Empresas, 2) Fortalecimento das empresas locais, 3) Capacitação de Mão de Obra e 4) Inclusão Digital.**

Para melhor atender as empresas do município, algumas ações foram específicas para esse público:

1 – Implantação do **iCad Online**, sistema informatizado para abertura, alteração cadastral e encerramento de empresas, com redução do prazo de 30 dias, anteriormente, para abertura até no mesmo dia, em alguns casos.

Tabela 11 – Quantidade de procedimentos realizados no iCad ⁽¹⁾

2013 a JUN 2016	Abertura	Encerramento	Saldo
Indústria	133	13	120
Comércio	329	100	229
Prestadores de Serviços	1.047	255	792
Autônomos	391	310 ⁽²⁾	81
Microempreendedores Individuais	962	81	881
Saldo			2.103

(1) Dados fornecidos pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Turismo.

(2) Parte dos autônomos foram transformados em microempreendedores individuais.

2 – Programa Agentes Locais de Inovação – ALI, onde 49 empresas foram beneficiadas (28 Empresas de Pequeno Porte mantém o acompanhamento).

3 – Implantação da Lei Geral para capacitar micro e pequenos empresários a participar de licitações públicas. A Lei Geral da Micro e Pequena Empresa já existia desde 2008, sem que houvesse sua efetivação. Pela capacitação 131 empresas vencedoras de processos licitatórios são de Salto, entre 2013 e 2016.

4 – Anúncio de 42 novas empresas a serem instaladas no município, dentre as quais estão a Confecção Vila Bela, a CCI do Brasil, a Ultrapower, a Gaplast, a Papa Cartão, a Tuberfil, a E' Deploy, a Globo EPS, a TCP Salto, a Tecno Project, a Rotubras, a Allianza, a A.R. Service, a System Laser, a Agrocaixa, a Base Mix, etc. No contexto dessas políticas, a atração de grandes empresas também conseguiu sucesso, com a instalação da TMD Friction/Cobreq (geração de 750 empregos), do

TENDA Hipermercado (250 empregos na loja e 400 empregos no Centro de Distribuição), Ypê (150 empregos, após a instalação da Central de Distribuição e a ampliação da produção), FEIC Ferramentaria (200 empregos), Ferramentaria GÜHRING (150 empregos).



Houve, ainda, a atração de novos estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços, como o Supermercado Miranda (com lojas no Jardim Santa Cruz e na Vila Flora), a Lifan Motors, a Tropical Calçados, a Casa Aliança, o McDonald's, o Hotel Alji, a Jumak, a MK Logística, as Fazendas Urbanas Saladenha, os Restaurantes Yuudai e o Tchê do Peixe.



Quadro 8 – Empresas atraídas para a Estância Turística de Salto de 2013 a 2016

	Empresa	Localização	Formalização	Situação
1	Gühring do Brasil –Alemã	Av. Tranquilo Gianinni, 1051- Lajeado	Insc. Mun. 40305	Funcionando
2	Mk Logística	Rua 9 de Julho, 2050 – Vila Nova	Insc. Mun. 25204	Funcionando
3	Vida Bela Confeções	Rua Fagundes Varella, 321 – Jd. Três Marias	Insc. Mun. 26021	Funcionando
4	Globo EPS(isopor)	Av. dos Trabalhadores, 248 – Jd. Marília	Insc. Mun. 41551	Funcionando
5	TCP Salto Industrial e Logística	Rodovia Eng. Erminio de Oliveira Penteado, km 44 SP-075	Condomínio Industrial e Logístico	Funcionando
6	Tecno Project Industriale- TP- gases industriais	Rua Pais de Gales, 195	Insc. Mun. 41805	Funcionando
7	Casa Aliança	Rua Rio Branco, 1034 – Centro	Insc. Mun. 25939	Funcionando
8	Restaurante Yuundai	Av. Dom Pedro II, 631 - Centro	Insc. Mun. 25985	Funcionando
9	Rotubras Rotuladoras e Máquinas para Envase	Rua Ápia, 247, Sala 1 do Distrito Industrial do Jardim União	Em formalização	Funcionando
10	Allianza Suplementos Industriais Eireli	Rua Argentina, 1334 lote 19,20 - Guaraú	Em formalização	Funcionando
11	A.R. Service Eireli	Rua Jundiaí, 1011, Jd. da Cidade	Insc. Mun. 40721	Funcionando
12	System Laser Eireli	Rua Itália Manfredine, 181 – Núcleo Industrial Alert	Insc. Mun. 25142	Funcionando
13	Lifan Motors	Av. dos Migrantes, 860 – Jd. Planalto	Insc. Mun. 41524	Funcionando
14	Agrocaixa	Estrada Jurumirim, 470 – Canjica	Insc. Mun. 41405	Funcionando
15	Turberfil-Indústria e Comércio de Tubos Ltda	Rodovia Santos Dumont-SP - Km, 46 - Joana Leite	Insc. Mun. 20322	Funcionando

16	Jauser (Hub Port Salto)	Rua 9 de Julho 2050	Insc. Mun. 40568	Funcionando
17	Tenda Atacado LTDA.	Rod. da Convenção Republicana, 760	Insc. Mun. 40594	Funcionando
18	Jumak Indústria e Comércio de Máquinas	Rua País de Gales, 121 no Distrito Industrial dos Bandeirantes	Insc. Mun. 40416	Funcionando
19	Andrett Conexões e Mangueiras	Avenida Malásia, 1497, Jd. Panorama	Insc. Mun. 40027	Funcionando
20	Ultrapower Média e Alta Tensão	Rua Jornal O Saltense, 47, Pq. Júlio Ustrito	Insc. Mun. 40924	Funcionando
21	Gaplast Injeção de Termoplásticos	Batalha do Riachuelo, 7600	Insc. Mun. 41297	Funcionando
22	Feic Ferramentaria	Rodovia Lix da Cunha- SP 73, km 37 Gleba C Bairro Olaria	Documentação certando na Jucesp	Funcionando
23	Tropical Calçados	Rua Nove de Julho, 299 - Centro	Insc. Mun. 41615	Funcionando
24	Papa Cartão	Rua Itália Manfredine, 102	Insc. Mun. 42126	Funcionando
25	BASE MIX	Rua Batalha do Riachuelo, nº 35, bloco 2, no bairro Olaria,	Insc. Mun. 41483	Funcionando
26	Supermercado Miranda Santa Cruz	Av. Casper Líbero, 954, Jd. Santa Cruz	Insc. Mun. 41948	Funcionando
27	MC DONALDS	Av. Getúlio Vargas, 918	Insc. Mun. 42879	Funcionando
28	Supermercado Miranda Vila Flora	Rua João XXIII, 970	Insc. Mun. 41942	Funcionando
29	Tchê do peixe Restaurante	Rua Campos Salles, 575 – Vila Nova	Insc. Mun. 42416	Funcionando
30	DrogaSil	Rua Nove de Julho, 658 - Centro	Insc. Mun. 42696	Funcionando
31	Sweet Cream Chocolate	R. Santa Emilianiana, 266 – Res. S. Gabriel	Insc. Mun. 40609	Funcionando
32	Firenza Ind. Moveleira	Rua Islandia, 15 - Distrito Industrial dos Bandeirantes	Insc. Mun. 40170	Funcionando

33	Delta CNC Galvanoplastia	Avenida Malasia, 1477	Em formalização (empresa estava sediada em SP)	Funcionando
34	GREEN VITA (INDUSTRIA)	Roque Lazazzera, 100	Em formalização (isenções, projetos, etc.)	Funcionando

5 – A atração e instalação de empreendimentos industriais e comerciais, como o Lobo Empreendimentos, o Corporate Park e o Delta Log.

6 – Através da Secretaria, o governo de Salto também promoveu ações de incentivo às exportações, com a criação do Comitê de Comércio Exterior – COMEX, que envolveu 35 empresas. Também incentivou a participação de sete empresas no Projeto de Extensão Industrial Exportadora – PEIEX. Como resultado houve aumento de 40% nas exportações do município, fruto da qualificação e atração de novas empresas.



7 – Fortalecimento das empresas locais, com a realização da Feira de Indústria Comércio, Agricultura e Turismo – FICAT, que atraiu 27 mil visitantes e obteve R\$ 11 milhões em negócios. Também promoveu Rodadas de Negócios, que contou com 150 participantes e atingiu R\$ 4 milhões em negócios. Promoveu, ainda, em parceria com a Associação Comercial, Industrial e Agrícola de Salto o Bota Fora, onde os comerciantes venderam 60% do total de vendas do mês em quatro dias.



A Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Turismo também realizou dezenove Encontros Empresarias, com 1.913 participantes. Os encontros foram segmentados em eixos, tais como Indústria, Comércio, Serviços, Turismo, Logística, Agricultura, Plano de Expansão Aeroporto Viracopos, Artesanato, Comércio Exterior, FICAT, Empreendedorismo, MEI, Terceirização, Formação Acadêmica, Modernização das Telecomunicações, Incentivos.



Também houve uma estratégia de aproximação entre o Poder Executivo e as empresas do município, com o objetivo de favorecer o relacionamento entre o poder público e interligar fornecedores a clientes. Nesta ação, o Prefeito visitou sessenta empresas.

O incentivo aos empresários do município também foi realizado pela oferta de crédito, através das linhas do Banco do Povo Paulista. Entre 2013 e 2016 o apoio aos microempreendedores foi promovido em 5.365 atendimentos (inclusive nas 59 edições do Projeto Prefeitura no Bairro). Assim, houve a geração de 573 contratos, com um valor total injetado na economia local de R\$ 2.919.272,00.



As micro e pequenas empresas também tiveram atendimento privilegiado com o convênio entre o município e a Associação Comercial, Industrial e Agrícola de Salto e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE, cujo repasse de R\$ 428 mil garantiu atendimento para 8.422 empresas.

O município também realizou convênio com a Associação dos Orquidófilos de Salto, com repasse de R\$ 40.800,00, que, dentre outras ações, promoveu o plantio de 2.709 orquídeas nas árvores das principais vias públicas e praças do município. Tal iniciativa tem o objetivo de embelezar a cidade e estimular práticas ambientais de valorização da natureza. Além do plantio de orquídeas, houve a realização de quatro exposições.



A atividade agrícola também recebeu atenção da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Turismo, através do projeto de inclusão dos agricultores locais na chamada pública para fornecimento da merenda escolar. Divulgada a possibilidade de fornecimento de hortifrutigranjeiros para a merenda escolar do município, três produtores familiares venceram a licitação e fornecem dez itens para a merenda, inclusive com o fornecimento de produtos orgânicos. Além do Selo Social conquistado pelo município, o SEBRAE também conferiu o certificado de Pequenos Negócios no Campo ao prefeito municipal.

O município também ampliou as ações de inclusão digital, ao abrir mais dois tele centros, atingindo cinco tele centros no município. Assim, houve a formação de 127 turmas nas oficinas de inclusão digital, com a participação de 1.270 pessoas. A estrutura dos tele centros oferece rede sem fio para acesso na região próxima aos locais, alcançando cerca de mil acessos mensais, além dos cem mil acessos tradicionais pela população.

Investir em qualificação profissional a partir de parcerias com o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI e outras entidades do chamado Sistema S e retomar a luta pela criação de unidade própria do SENAI no município também foram áreas de atuação da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Turismo. Pelo SENAI foram realizados 141 cursos, com a participação de 5.611 alunos. Além disso, o município realizou a doação de uma área com 26.000 m² para a construção da nova escola do SENAI.



Outra conquista foi a de uma unidade de ensino do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – SENAC por meio da disponibilização de uma área pelo Instituto Solidáre, onde serão oferecidos cursos do programa Via Rápida, com previsão de quatorze cursos para 420 participantes.

As ações para maior inclusão das pessoas com deficiência no mercado de trabalho realizadas pela Secretaria foram a parceria entre a Coordenadoria da Pessoa com Deficiência e o Posto de Atendimento ao Trabalhador – PAT, com o objetivo de oferecer capacitação às pessoas com deficiência, a realização do Dia D – Dia Nacional de Contratação da Pessoa com Deficiência, com 24 atendimentos e seis contratações efetivadas e o encaminhamento dos cadastros de pessoas com deficiência para as vagas abertas no PAT.

O Programa de Empregabilidade foi outra ação significativa realizada pela Secretaria. O programa é uma agenda única onde são reunidos todos os cursos de qualificação gratuitos realizados no município. Assim, o programa já realizou quase oito mil atendimentos e 264 cursos, por meio das opções oferecidas pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Rural – SENAR, pelo SENAC, pelo SENAI, pelo Instituto Federal de São Paulo, dentre outros. A iniciativa alcançou 9.425 participantes.

As atividades para geração de trabalho e renda realizadas pelo Posto de Atendimento ao Trabalhador – PAT alcançaram mais de 101 mil atendimentos.



No posto de atendimento da Fundação PROCON foram realizados 17.500 atendimentos no período de 2013 até o primeiro semestre de 2016, com a realização de 75 audiências de conciliação, o que proporcionou um índice de resolução de 92,75% das demandas.

No que diz respeito à atividade turística, marca significativa do município de Salto, foram realizadas parcerias com o setor Privado, para tornar o turismo um elemento propulsor de desenvolvimento. Dentre as ações realizadas se destacam:

- a criação da lanchonete do Parque da Rocha Moutonnee;
- a elaboração de dois folders turísticos em parceria com o setor privado;
- a criação do bicicletário;
- o direcionamento dos fluxos turísticos ao restaurantes do município;
- a realização da licitação do restaurante da Estação com uso da Lei Geral da Micro e Pequena Empresa.



O fortalecimento do Conselho Municipal de Turismo – COMTUR garantiu maior participação da sociedade, o que resultou na recuperação da memória documental do COMTUR do período anterior a 2013, na realização dos registros documentais do conselho, cumprindo a exigência da lei das estâncias, a realização de encontros mensais e incorporação de novos membros junto ao conselho. O município passou a participar da articulação turística com municípios vizinhos, com objetivo de organizar e promover o turismo ao aproveitar o potencial regional e a vocação turística local, participando do Roteiro dos Bandeirantes.

Um dos frutos do fortalecimento do COMTUR, além da articulação com os municípios da região foi a elaboração do primeiro Plano Diretor de Turismo de Salto, onde são propostos seis programas e 18 projetos para a cidade. Em sua elaboração, o plano contou com doze encontros e reuniu 211 pessoas.

Entre 2013 e 2015, a demanda turística de Salto foi de 180 mil turistas, em média. Desse fluxo, o atendimento com monitoria agendada atendeu, em 2013, a 35.209 visitantes; em 2014, a 24.782 visitantes; em 2015, a 36.923 visitantes e até maio de 2016 atendeu 13.338 visitantes.



Com o apoio do Departamento de Apoio ao Desenvolvimento das Estâncias – DADE, do Estado de São Paulo, o município conquistou recursos para diversos projetos e obras no município:

- Para as obras do Projeto do Trem Republicano foram destinados R\$ 120.648,19;
- Para a elaboração do Plano Diretor de Turismo, R\$ 180.000,00;
- Para a Reforma e Revitalização do Parque do Lago, R\$ 1.636.281,13;

- Para a Obra do Trem Republicano foram destinados R\$ 2.561.665,30, numa primeira etapa e R\$ 1.320.778,74 para a segunda etapa;
- Para a Reforma e Revitalização da Estação Ferroviária, R\$ 3.797.921,29;
- Para Reforma e Revitalização da Avenida Dom Pedro II , R\$ 600.666,98;
- Para obras de Recapeamento em vias do Centro Velho da Cidade foram destinados R\$ 2.803.467,57, numa primeira etapa, e R\$ 1.741.088,11, para a segunda etapa;
- Para a Reforma e Revitalização da Ponte Pênsil e Caminho das Esculturas foram destinados R\$ 437.778,74.

Programa 0307 – Crescer e planejar uma cidade mais limpa e segura – Salto sempre Limpa e Segura

O programa que reúne as ações de Urbanismo e Segurança Pública tem como objetivo estabelecido no PPA “*Garantir os serviços de manutenção de vias na cidade, aprimorar os serviços prestados, cuidar das vias públicas, prédios públicos e jardins, planejar o aprimoramento da malha viária e manutenções, ampliar o patrulhamento da Guarda Municipal da cidade, realizar ações de segurança nos prédios públicos expandir e melhorar a relação da GM com a comunidade, planejar o trânsito mais ordenado, realizar intervenções necessárias para solucionar problemas de tráfego que se anunciam, expandir as informações turísticas e às destinadas aos motoristas locais*”. Para atender a esses objetivos, o PPA previu custos de pouco mais de R\$ 183 milhões nos quatro exercícios de sua execução.

A **Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos** para preparar e executar as políticas públicas pactuadas no PPA de sua responsabilidade realizou diversas obras entre 2013 e 2016, atendendo tanto as demandas de outras secretarias como as demandas próprias da Secretaria, naquilo que é sua responsabilidade nata. Com a utilização de recursos originados do orçamento municipal ou de repasses federais e estaduais (por meio de convênios ou transferências), as obras realizadas

significaram investimentos na melhoria dos próprios municipais, das vias ou espaços públicos.

Foram realizadas obras de melhoria da iluminação pública, com o objetivo de promover maior conforto e segurança aos usuários, com a instalação de 98 luminárias instaladas na Av. Hilário Ferrari, 34 novas luminárias na Av. Japão e novas luminárias em toda extensão da Av. Casper Líbero.



Houve, também, a realização de obras de recapeamento, com 16.655,04 m² de recapeamento realizados nas ruas Lácio, Ligúria, Piemonte, Topázio, José de A. Sontag, Inglaterra, Oceania, Europa e Vaticano. Também foram realizados 7.144,42m² de recapeamento, com implantação de sinalização horizontal e vertical, na Av. Roque Lazzizzera.



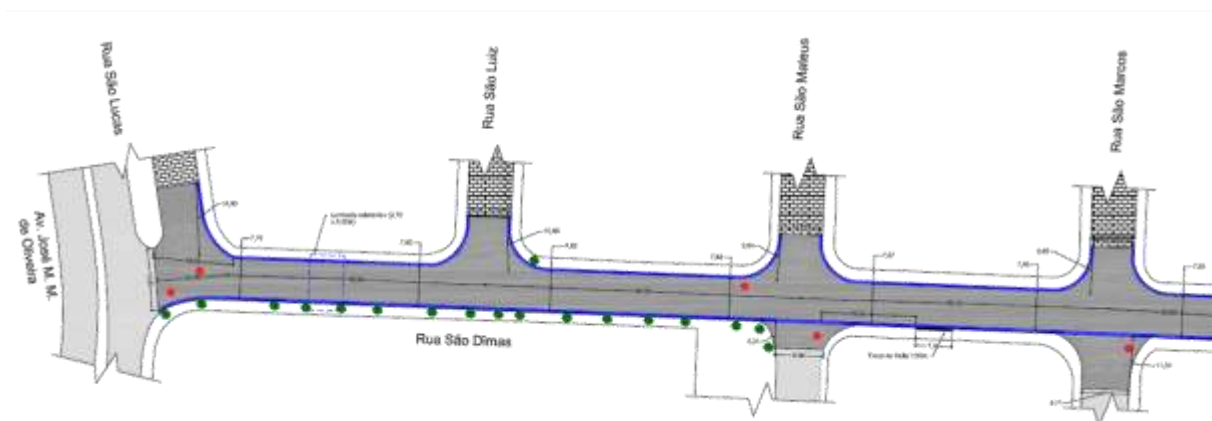
Também houve obras de recapeamento nas ruas Turmalina e Diamante, com a realização de 2.676,78 m² de recapeamento e implantação de sinalização horizontal e vertical.



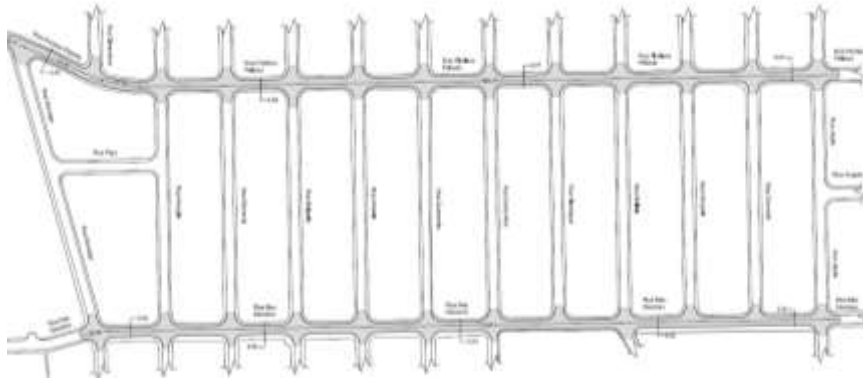
Também foram realizados 11.711,81 m² de recapeamento, com a implantação de sinalização horizontal, vertical e de dispositivo de acessibilidade na região da rua Pio XII e 11.276,73 m² de recapeamento, também com a implantação de sinalização horizontal e vertical na região do Vila Teixeira.



Também foram realizados 5.061,60 m² de recapeamento na Rua São Dimas no trecho entre a Av. José M. M. de Oliveira e a Rua São Tomé, com implantação de sinalização horizontal e vertical.



O recapeamento realizado nas ruas Floriano Peixoto e Marechal Deodoro, no bairro Nações, contou com a realização de 28.458,91 m² de recapeamento, com implantação de sinalização horizontal, vertical e de dispositivo de acessibilidade.



Por fim, o recapeamento do Centro Histórico implantou 59.573,30 m² de massa asfáltica, com implantação de sinalização horizontal, vertical e de dispositivos de acessibilidade em diversas ruas do centro velho.



Em função das características históricas do município, ainda há logradouros com a utilização de pedras recortadas em paralelepípedos em Salto. Nestas vias, foi realizado 446,04 m² de pavimentação em paralelepípedo, promovendo maior conforto aos usuários, uma vez que o local era alvo de constantes problemas com buracos.



Além das obras de recapeamento, a manutenção da malha asfáltica recebe a Operação Tapa Buraco, operação que realiza a cobertura de pequenas falhas no asfalto, com intervenções de menor impacto. Em 2014 foram executadas 121 ordens de serviços; em 2015, 204 ordens e apenas no primeiro semestre de 2016 foram 206 ordens de serviço executadas pela Operação Tapa Buraco.



De forma similar, a manutenção em paralelepípedos pela Operação Tapa Buracos realizou, em 2014, 50 ordens de serviços, em 2015 foram realizadas 26 ordens e no primeiro semestre de 2016 foram executadas 44 ordens de serviços.



Também houve obra para melhorar a drenagem e o acesso aos pedestres na Rua Justino Costa Pinto, com melhoria em todo entorno do local.



A construção de passarela para interligar a Vila Norma e o Jardim Fabbri, o que promoveu maior conforto e facilidade ao acesso a creche da Vila Norma.



Também foi realizada a manutenção das estradas vicinais do município, com obras realizadas na estrada do Endo, na estrada da Chapada, no Buru, no Jardim Iracema e Maracajás, no Sete Quedas, no Pedra Branca, dentre outras.



Para garantir a segurança dos moradores, foram realizadas obras de contenção de desmoronamento no Parque do Lago, na Ponte dos Pescadores, na Rua das Bromélias, no Bairro São João, dentre outros locais.



A Prefeitura realizou a ampliação da arquibancada no Estádio Municipal, com a construção de arquibancada obedecendo aos padrões oficiais, para o conforto dos torcedores.



No Parque do Lago foi realizada a ampliação e revitalização do local, com a ampliação do estacionamento, ampliação da drenagem, a revitalização do quiosque, a contenção da margem do Rio Tietê, a reforma das quadras e da portaria.



No Centro de Lazer Nova Era foi realizada a reforma da Cancha de Bocha e a revitalização do campo de futebol, para a modernização da infraestrutura e proporcionar maior lazer aos moradores.



Na revitalização da Praça Elizabeth foi realizada a instalação de novos brinquedos, construção de gazebo, reforma completa do campo e dos mobiliários urbanos.



Nos centros esportivos de Salto foram realizadas reformas no Campo Bom Retiro, no Centro Esportivo João Luiz Guarda (Buracão), no Ginásio Municipal e no Estádio Amadeu Mosca.



Na Praça Arquimedes Lammoglia foi realizada a revitalização de toda praça, com renovação das áreas verdes, pintura dos elementos, consertos das floreiras, etc.



Também foi realizada a revitalização da Praça da Saudade, com pintura dos elementos, revitalização das áreas verdes, conserto dos bancos e implantação de novo layout para o paisagismo.



A revitalização da Praça São Benedito contou com a pintura dos elementos, troca das guias, lavagem química dos pisos e instalação de corrimão para segurança dos usuários.



No Jardim Independência foi construído um campo de futebol, a fim de dispor de um sistema de lazer aos usuários do local, haja visto que, antes, o local era utilizado para o tráfico e consumo de drogas, o que causa insegurança aos moradores da região.



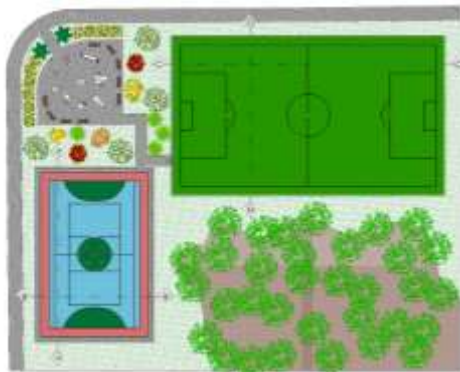
No campo existente no Jardim Marília foi realizada a construção de vestiário completo, por meio de uma Parceria Público-Privada, para promover maior conforto aos jogadores que utilizam o campo.



A Secretaria de Obras e Serviços Públicos também coordena a construção da Unidade Básica de Saúde no CECAP, com a execução de um projeto moderno, mais espaçosa e confortável para os pacientes e funcionários.



No Jardim Nair Maria implantou-se uma área de lazer, em um projeto realizado por meio de parceria com a Team Prime, a fim de proporcionar uma área para suprir a carência do local de espaços para a prática de esporte e lazer.



Para a melhoria do tráfego entre as rodovias Salto-Itu e interligação entre a Marechal Rondon e os bairros foi realizada a construção de duas novas pontes.



Para a melhor prestação de serviços pela Secretaria de Obras e Serviços Públicos, o município realizou a compra de uma Pá Carregadeira, que garante mais autonomia para a prestação dos serviços.



Na área de segurança pública as responsabilidades estão designadas para a **Secretaria de Defesa Social**. A Secretaria foi criada pela Lei Municipal nº 3.190/2013 com a intenção de garantir independência e efetividade às suas ações.

Sob a responsabilidade desta secretaria estão a Guarda Municipal e a gestão do trânsito no município, além das ações de Defesa Civil.

No que tange à segurança pública, a Secretaria de Defesa Social alterou a escala de trabalho da Guarda Civil Municipal, de 12 horas de trabalho com 24 horas de descanso para 12 horas de trabalho com 36 horas de descanso. A escala de trabalho dos vigilantes foi alterada, também, de 12 horas de trabalho com 12 horas de descanso para 12 horas de trabalho com 36 horas de descanso.

A fim de proporcionar maior sensação de segurança à população, a Guarda Civil Municipal contratou 31 novos guardas (aumento de 29% no efetivo) permitindo um maior número de GCMs nas ruas.



Foi realizada a troca dos coletes à prova de balas (tanto os femininos como os masculinos) e a capacitação anual dos Guardas Cíveis Municipais (com carga mínima de 80 horas aulas de Direito Penal; Direito Processual; Direitos humanos; primeiros socorros, Prática Policial e Armamento e Tiro).



A corporação também ofereceu um curso de Patrulhamento Tático para três Guardas Cíveis Municipais da Ronda Ostensiva Municipal – ROMU, realizado na

cidade de Santo André. A criação da equipe da Ronda Ostensiva Municipal ocorreu em 2016, através do Decreto nº 065/2016.

Para uma qualificação da corporação também foi oferecido o curso de Formação de Instrutor de Tiro, realizado na cidade de Birigui, o que permitiu o credenciamento pela Polícia Federal para o porte de armas pelos GCMs.



Com a edição do Decreto nº 064/2016 foi oficializada no município a Patrulha Rural, que promove rondas preventivas na zona rural do município com o propósito de inibir atos delituosos.



Para melhor realizar o patrulhamento, o município investiu na melhoria da frota de viaturas através da contratação de veículos locados. Foram locados oito carros de passeio e duas picapes



Na área de trânsito foi feita a criação e a estruturação do Departamento Municipal de Trânsito e Transportes – DMTT. Para isso foram contratados Agentes de Trânsito, Engenheiro e Projetista de Trânsito.



A partir da instalação do DMTT foi feita a implantação de um novo Sistema de Gerenciamento de Multas Municipais, que resultou numa economia de R\$ 700 mil reais.

Para permitir a participação popular na gestão do trânsito em Salto foi criado o Conselho Municipal de Trânsito e Transportes, composto por membros da sociedade civil e representantes do poder público. A partir disso, foi feito o cadastro do município no Registro Nacional de Infrações de Trânsito no Departamento Nacional de Trânsito, o que proporcionou a liberação de verba retida pelo DENATRAN das autuações municipais realizadas em veículos de outros estados.

Também foi promulgada a Lei Municipal de Transporte Escolar Infantil, o que permitiu a regulamentação dessa espécie de transporte e a fiscalização dessa modalidade, proporcionando mais segurança às crianças.



O município realizou o Projeto Educativo de Trânsito: Direção Defensiva, com o tema “Evitando Tragédias”, projeto que tem como objetivo sensibilizar a comunidade de Salto acerca da prevenção ao trânsito, reduzindo ao máximo os índices de acidentes de trânsito que provocam danos físicos e materiais resultando em vítimas leves, graves, fatais, mutilações e invalidez parcial ou total o que, além do alto custo as instituições de saúde e previdência social, provocam danos emocionais irreparáveis na vida das pessoas. A realização deste projeto proporcionou ao município receber a premiação do Selo Social.

Em parceria com as Coordenadorias da Pessoa Idosa e da Pessoa com Deficiência, a Secretaria de Defesa Social promoveu a campanha educativa “Trânsito é Feito de Pessoas”, com objetivo de conscientizar a população e oferecer maior segurança no trânsito para idosos e pessoas com deficiência, ao se evitar atropelamentos e acidentes. A campanha também ofereceu dicas de segurança e informações quanto às vagas preferenciais.

Para melhorar as condições de trabalho das equipes de trânsito e aumentar a eficácia e agilidade da mão de obra própria, a Secretaria de Defesa Social adquiriu uma máquina de pintura de sinalização viária. Tal equipamento proporcionou mais agilidade na realização da pintura nos logradouros saltenses e garantiu, ainda,

redução de custo na execução desses serviços, ao permitir a pintura da sinalização horizontal pelos próprios servidores públicos.



A precariedade da sinalização de trânsito em alguns pontos da cidade era preocupante, a ponto de que mesmo com o novo equipamento a manutenção em toda cidade não foi suficiente. Assim, o Departamento Municipal de Trânsito e Transporte realizou a revitalização da sinalização horizontal na Estrada do Lajeado, no São Pedro e São Paulo, no Madre Paulina, e nas ruas 24 de Outubro, 7 de Setembro, Marechal Deodoro, Floriano Peixoto e na Avenida Dom Pedro II com a contratação de serviços terceirizados. Assim, conseguiu realizar os trabalhos em curto prazo de tempo e garantir melhor segurança e trafegabilidade aos usuários dessas vias.



Eixo IV – Gestão pública

O Eixo IV previa, em suas propostas, os programas de Administração e Gestão, na campanha eleitoral. Na elaboração do PPA os programas pactuados para essas áreas foram o *Programa 0101 – Gestão Pública da Câmara*, o *Programa 0102 – Gestão Pública Moderna, Eficiência e Transparente*, o *0408 – Encargos Especiais* e a *9999 – Reserva de Contingência*. Tais programas contêm as ações e projetos que estão em execução no município, nessas áreas, e aqui tem alguns dos resultados já obtidos apresentados.

Cabe destacar que o programa 0101 – Gestão Pública da Câmara Municipal consta no orçamento em cumprimento ao princípio da unidade orçamentária, previsto no Inciso I do Parágrafo 5º do Art. 165⁷ da Constituição Federal. Entretanto, este programa não é objeto de análise deste trabalho, focado exclusivamente na gestão do Poder Executivo.

Por outro lado, o Programa 0408 – Encargos Especiais tem como objetivo “*Garantir recursos necessários para pagamento da dívida pública, requisitórios e contribuição ao PASEP*”, possuindo dotação de R\$ 35 milhões para os quatro exercícios de alcance do PPA. Ao ser um programa exclusivamente destinado a ações ligadas à área contábil e financeira, as observações sobre a dívida pública de Salto serão realizadas no capítulo que trata da Gestão Financeira, exclusivamente.

O Programa 9999 – Reserva de Contingência tem como objetivo uma reserva de recursos “*Para atender possíveis riscos e eventos fiscais imprevistos. Poderá ser utilizado no decorrer dos exercícios como fonte de recursos para abertura de créditos adicionais, caso não ocorram riscos*”. A origem da prática de reserva de contingência remonta ao Art. 91 do Decreto-Lei nº 200/1967⁸ e cumpre determinação da Lei Complementar nº 101/2000 que, em seu artigo 5º, Inciso III⁹ impõe a

⁷ § 5º A lei orçamentária anual compreenderá: I - o orçamento fiscal referente aos Poderes da União, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público; (...).

⁸ A redação original do artigo foi alterada pelo Decreto-Lei nº 900/1969 e pelo Decreto-Lei nº 1.763, cuja redação se encontra em vigor nos seguintes termos: “*Sob a denominação de Reserva de Contingência, o orçamento anual poderá conter dotação global não especificamente destinada a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais*”.

⁹ **Art. 5º** O projeto de lei orçamentária anual, elaborado de forma compatível com o plano plurianual, com a lei de diretrizes orçamentárias e com as normas desta Lei Complementar: (...) **III** – conterá reserva de contingência, cuja

obrigatoriedade de constar uma reserva para contingências no orçamento anual. Para o período de 2014 a 2017 o PPA previu R\$ 29 milhões de reserva de contingência. Uma vez que este programa não trata de ações específicas, mas apenas de reserva orçamentária, a análise de sua execução resta prejudicada.

Assim, a análise do Eixo IV previsto no Programa de Governo apresentado à comunidade saltense em 2012 se realizará com a análise do Programa 0102 – Gestão Pública, Moderna, Eficiência e Transparente.

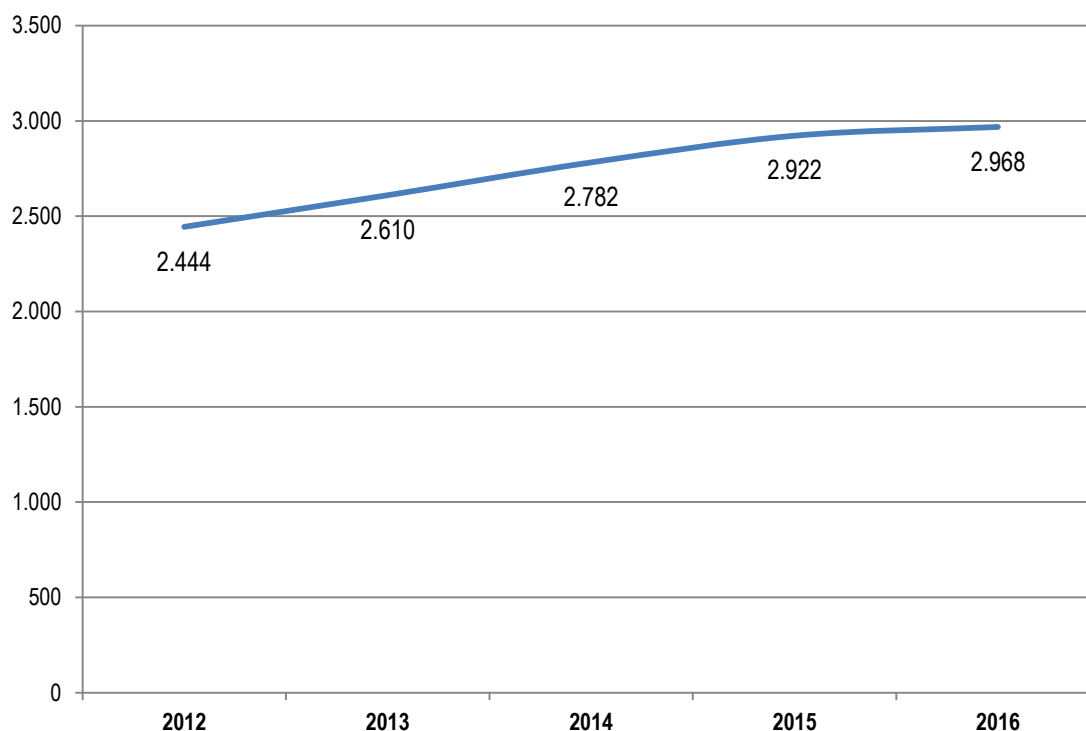
Programa 0102 – Gestão Pública moderna, eficiência e transparente

O programa que reúne as ações de Gestão e Administração tem como objetivo estabelecido no PPA “*Modernizar os procedimentos administrativos, gerir e planejar as ações governamentais, ampliar a capacidade de gerenciamento da gestão pública a fim de garantir eficiência e efetividade na prestação de serviços e ainda estimular a transparência e a gestão democrática das informações da gestão pública*”. Para atender a esses objetivos, o PPA previu custos de pouco mais de R\$ 120 milhões nos quatro exercícios de sua execução.

A **Secretaria Municipal de Administração** tem sob sua responsabilidade a gestão administrativa da Prefeitura, a gestão de recursos humanos e a gestão dos recursos materiais (compras e suprimentos em geral) para a manutenção dos serviços públicos executados.

O quadro de servidores públicos municipais aumentou em 21,44% entre 2013 e 2016, com a contratação de 524 servidores.

forma de utilização e montante, definido com base na receita corrente líquida, serão estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias, destinada ao: (...) **b**) atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

Gráfico 4 – Evolução do quadro de servidores do município ⁽¹⁾

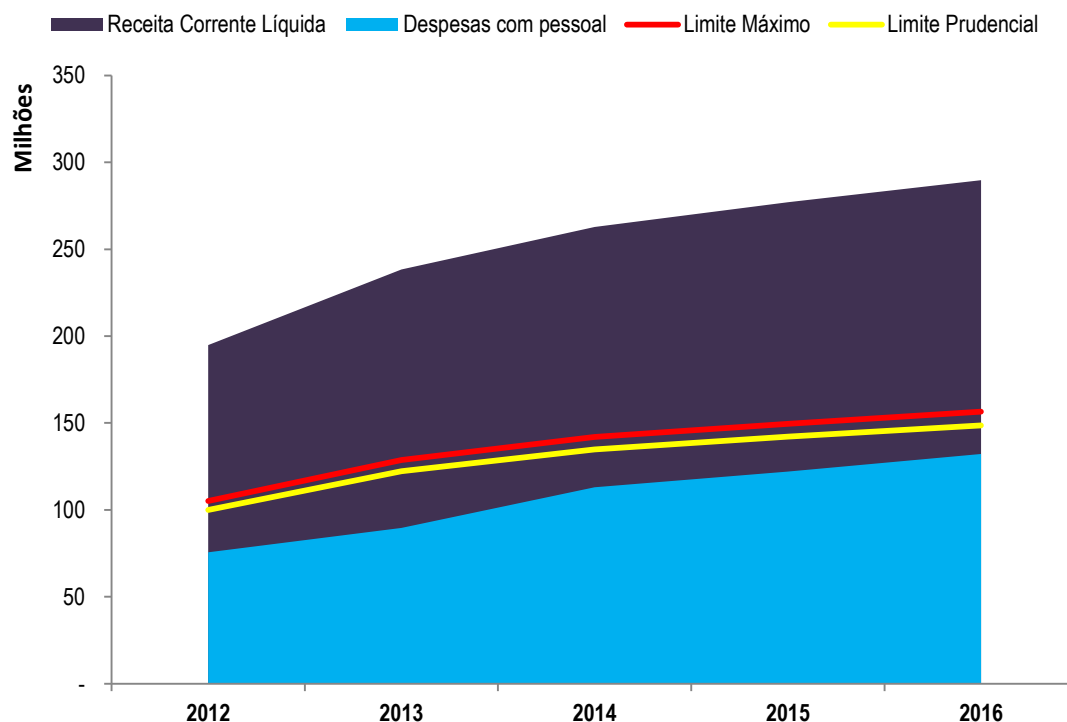
(1) Informações fornecidas pela Secretaria Municipal de Administração.

Desse total de servidores, 48,75% são ligados à Secretaria Municipal de Educação, 23,92% são ligados à Secretaria municipal de Saúde e os 27,32% restantes são ligados às outras Secretarias e executam as demais políticas públicas.

Ao se considerar os custos com a folha de pagamento dos servidores, incluindo os salários, férias, encargos, rescisões e os demais benefícios concedidos (cesta básica, cesta natalina, cartão do servidor, seguro de vida, vale transporte, etc.), o município destinou ao pagamento dos servidores o total de R\$ 407.326.323,01, de janeiro de 2013 a junho de 2016.

Em 2012, o comprometimento da Receita Corrente Líquida com as despesas de pessoal estava em 38,8%, ao final do exercício. Esse comprometimento cresceu no período de 2013 a 2016, quando, ao final do segundo quadrimestre, atingiu 47,77% do total da Receita Corrente Líquida.

Gráfico 5 – Evolução das despesas com Pessoal e Encargos Sociais ⁽¹⁾



(1) Valores obtidos no Relatório de Gestão Fiscal apresentado à Secretaria do Tesouro Nacional.

A Lei Complementar nº 101/2000 impõe o limite de 54% da Receita Corrente Líquida para as Despesas com Pessoal (representado pela linha vermelha, no gráfico). Atingido esse limite e não havendo redução na proporção ao longo dos dois próximos quadrimestres, o município não poderá *“I – receber transferências voluntárias; II – obter garantia, direta ou indireta, de outro ente; III – contratar operações de crédito, ressalvadas as destinadas ao refinanciamento da dívida mobiliária e as que visem à redução das despesas com pessoal”*, conforme disposto no § 3º do Art. 23 da LC 101/2000.

A preocupação do município deve iniciar ao atingir o chamado limite prudencial (representado pela linha amarela, no gráfico) de 51,3% do total da Receita Corrente Líquida utilizados para as Despesas com Pessoal. De acordo com a LC 101/2000, a partir desse limite o município deve tomar medidas de contenção de gastos com pessoal para reduzir essa proporção e manter o controle fiscal das despesas de folha de pagamento.

O município de Salto se encontra em situação relativamente confortável, como visto no gráfico. Tal situação, todavia, não deve ser utilizada como estímulo à

contratação de servidores diante do quadro fiscal que se apresenta para o futuro próximo, conforme se observará no próximo capítulo.

Ao longo do período o governo de Salto, através da Secretaria Municipal de Administração, empreendeu esforços no sentido de reduzir o número de horas extraordinárias. Em relação ao exercício de 2012 houve uma redução da média mensal de 43,93%, possível apenas pelo envolvimento de todos os gestores para atingir as metas. As metas foram traçadas tendo como teto o valor gasto no exercício anterior. A média mensal dessas despesas foi reduzida de R\$ 350.523, em 2012, para R\$ 227.002, em 2015 e R\$ 196.542, em 2016, conforme informações da Secretaria Municipal de Administração. Estes números não contem os encargos sociais correspondentes.

Em 2013 foi inaugurada a Casa do Servidor, estrutura de apoio à Secretaria Municipal de Administração que tem por finalidade dar apoio ao servidor municipal no tocante a sua vida laboral e social, centralizando a realização de exames ocupacionais, avaliação para readaptações, análise de acidentes de trabalho (C.A.T.), psicólogo (dependência química), dentre outros serviços. Até o primeiro semestre de 2016 foram realizados 3.704 atendimentos (2.841 exames ocupacionais, 571 atendimentos pela assistência social, 445 atendimentos pelo psicólogo, 115 readaptações). Houve, ainda, 113 acidentes de trabalho no período.

A Casa do Servidor também promove treinamentos e eventos sociais para os servidores do município, para melhorar a qualidade e segurança no trabalho e, também, promover a integração e melhorar o convívio entre os servidores. Neste segmento, a Casa do Servidor realizou treinamento sobre o uso de Equipamento de Proteção Individual – EPI, treinamento de uso e guarda de uniformes, treinamento para a Comissão Interna de Prevenção de Acidentes – CIPA, treinamento para conscientização sobre ergonomia para as alunas de pedagogia, treinamento para a implantação do Programa de Proteção Solar, curso de direção defensiva que visa a segurança no trânsito das pessoas idosas e com deficiência física, dentre outros.

A equipe de Medicina Ocupacional da Casa do Servidor conta com médico do trabalho, técnico de enfermagem e técnico de segurança no trabalho. Os exames realizados seguem a padronização da Norma Regulamentadora nº 07 – NR 07. Além dos exames, a equipe de Medicina Ocupacional realiza o acompanhamento e define

readaptações e restrições funcionais, de acordo com o Decreto Municipal nº 121 para os servidores vítimas de acidentes ou doenças do trabalho.

Tabela 12 – Atendimentos da equipe de Medicina Ocupacional ⁽¹⁾

Atendimento	2013	2014	2015	2016
Exames ocupacionais	675	878	684	302
Readaptações atendidas	70	90	100	23
Readaptações concedidas	00	41	54	10

(1) Informações fornecidas pela Secretaria Municipal de Administração.

Também é disponibilizado o atendimento com psicólogo aos servidores em situação de dependência química. Desde a implantação do serviço, foram realizados 272 atendimentos de terapia individual, 74 avaliações psicotécnicas e 99 servidores compareceram para a realização de atividades extras.

O atendimento do serviço social da Casa do Servidor dispõe de Assistente Social para realizar diversos serviços em apoio aos servidores, dentre os quais:

- Acompanhamento de servidores afastados, através de visitas domiciliares;
- Auxílio na intercomunicação dos setores de agendamentos de exames para os servidores e demais consultas necessárias;
- Apoia ao servidor nas emergências de saúde mental;
- Acompanha as perícias de servidores juntos ao INSS, quando necessário;
- Atende os mais diversos temas solicitados pelos servidores (familiar, jurídico, assistencialista, funerários; etc.);
- Acompanha a avaliação das Readaptações/Restrições junto a equipe de Medicina Ocupacional.

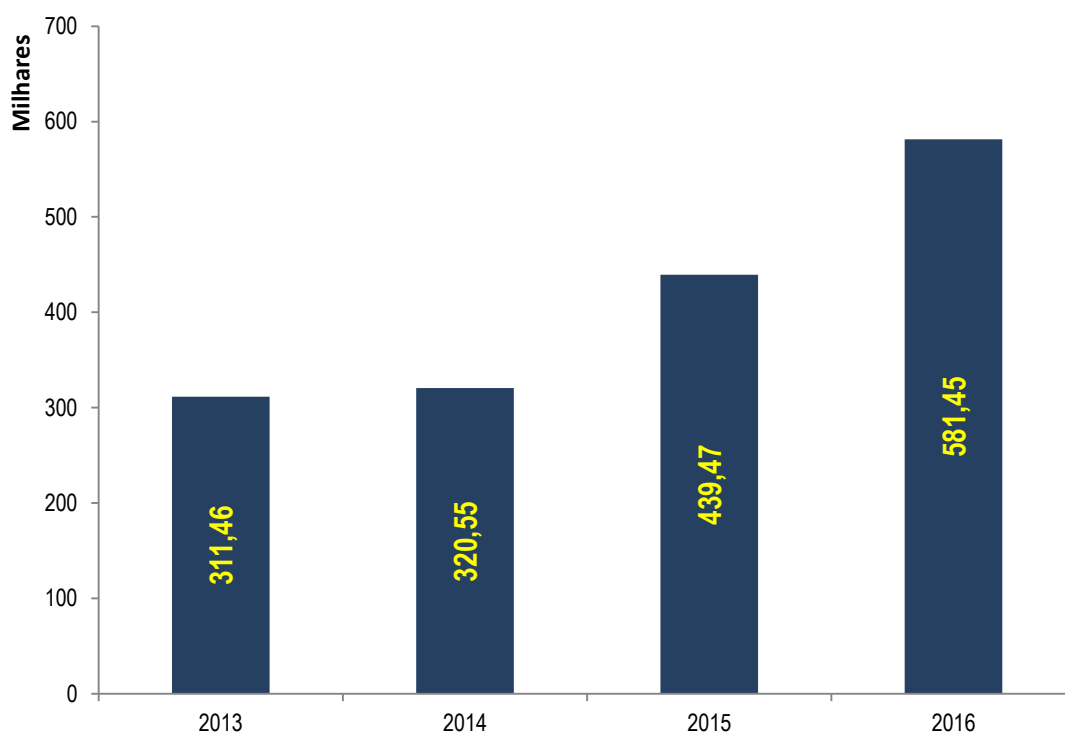
O serviço de assistência social teve início em 2014. Desde o início e até o primeiro semestre de 2016 foram realizados 518 atendimentos assistenciais na Casa do Servidor.

Em junho de 2014 o município passou a contar com sua Escola de Governo, com o objetivo de desenvolver e potencializar as capacidades profissional e

individual de cada servidor, através de projetos de formação, educação, desenvolvimento e capacitação, voltados à valorização profissional e pessoal, ampliando suas habilidades de articulação, maximização das funções. Desde a implantação a Escola de Governo recebeu o total de 4.845 matrículas nos cursos de capacitação e treinamento, até o primeiro semestre de 2016.

As despesas realizadas com os recursos necessários para o funcionamento da Prefeitura de Salto (energia elétrica, telefonia, material de consumo, publicidade, serviços tomados, etc.) foram de R\$ 86.102.899,28, no período de 2013 a 2016. Nesses gastos o custo despendido com energia elétrica sofreu os impactos da elevação de preços entre 2014 e 2015, o que elevou significativamente tais custos. Entre janeiro de 2013 e junho de 2016 o município gastou R\$ 16.346.445,47 com essas despesas.

Gráfico 6 – Média mensal de despesas com energia elétrica e telefonia ⁽¹⁾



(1) Informações fornecidas pela Secretaria Municipal de Administração.

No que diz respeito às demais despesas de custeio (gêneros alimentícios, papel, medicamentos, produtos de limpeza, etc.) o município consumiu R\$ 13.495.524,48 de 2013 até o primeiro semestre de 2016. A média mensal de gastos em 2013 foi de R\$ 276.518,00; em 2014 essa média alcançou R\$ 354.292,00; valor

que foi reduzido para R\$ 350.402,00 e chegando a 2016 com uma média mensal de R\$ 286.830,00.

A gestão da frota municipal de veículos também é de responsabilidade da Secretaria Municipal de Administração. Em 2013, a atual gestão assumiu com uma frota de 169 veículos. Foram realizados leilões de ativos imobilizados em 2013 (com venda de 17 veículos) e em 2015 (com venda de 22 veículos). Além dessas vendas, houve a perda de dois veículos em sinistros, fato que reduziu a frota municipal para 128 veículos. Desde 2013 foram adquiridos quatorze veículos para compor a frota, o que totalizou, ao final de junho de 2016, 142 veículos.

Para suprir a falta de veículos e garantir estrutura para a prestação de serviços públicos, o município realizou contrato de locação de 22 veículos. Toda a frota do município recebeu manutenção e serviços de adequação, com custo total (de janeiro de 2013 a junho de 2016) de R\$ 10.004.607,00 para a frota toda, sem considerar as despesas de combustível. Neste montante não está incluído o valor dispendido com a locação de veículos.

Tabela 13 – Lotação dos veículos da frota municipal ⁽¹⁾

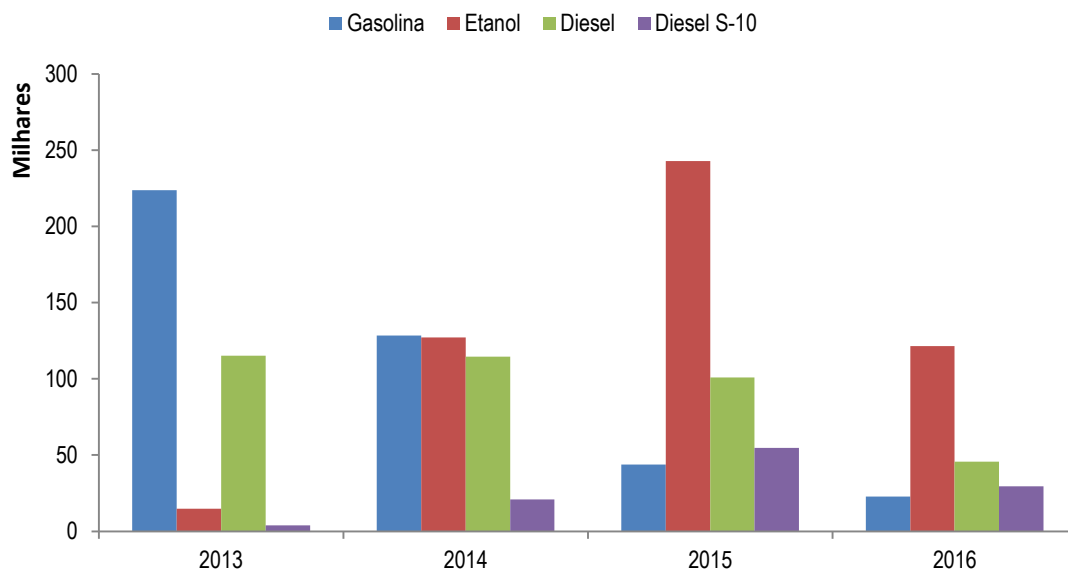
Secretaria	Próprios	Locados
Administração	5	
Ação Social e Cidadania	4	2
Cultura	2	
Defesa Social	32	10
Educação	21	
Esportes e Lazer	2	
Finanças	1	
Governo	3	2
Negócios Jurídicos	1	
Meio Ambiente	13	
Saúde	31	7
Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Turismo	1	
Desenvolvimento Urbano	4	
Obras e Serviços Públicos	22	1
Total da Frota	142	22

(1) Informações fornecidas pela Secretaria Municipal de Administração.

O gasto do município com combustível foi de R\$ 3.420.631,48 entre janeiro de 2013 a junho de 2016. Interessante observar a evolução do consumo por tipo de combustível, cujo consumo de gasolina se reduziu ao longo do tempo, substituído pelo

consumo de etanol. De forma similar o consumo de diesel comum foi parcialmente substituído pelo diesel S-10, utilizado pelos veículos à diesel mais novos.

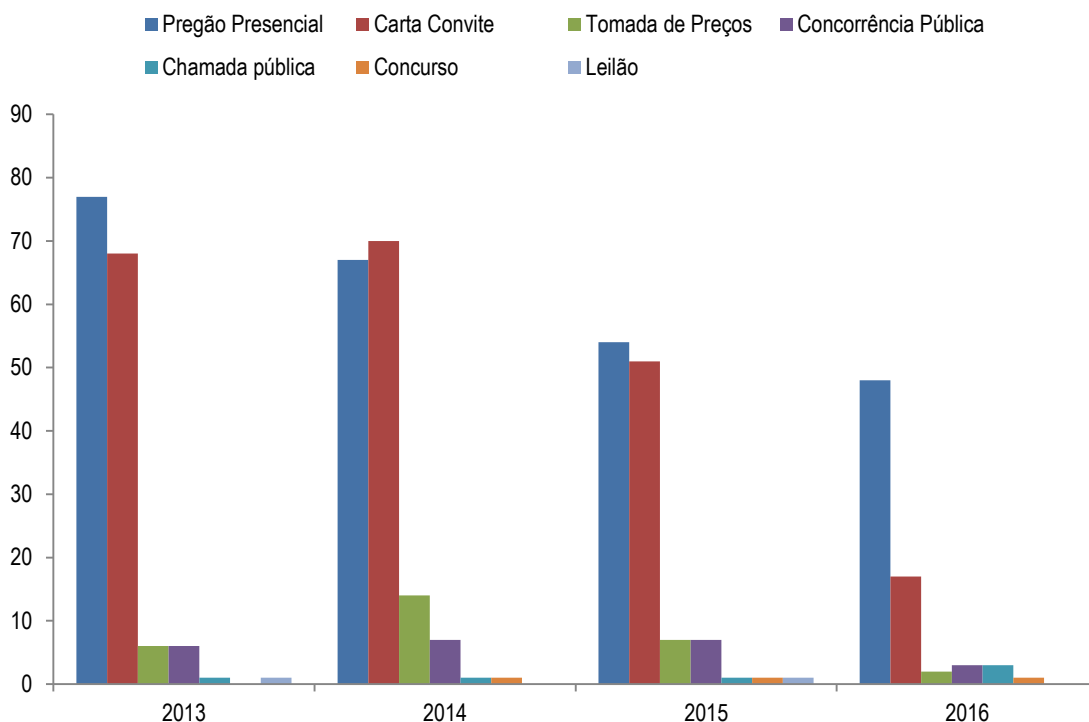
Gráfico 7 – Consumo anual de combustível, por tipo ⁽¹⁾



(1) Informações fornecidas pela Secretaria Municipal de Administração.

O serviço Atende Fácil também está sob a responsabilidade da Secretaria Municipal de Administração. Até 2013 havia carência no acompanhamento da quantidade de atendimentos realizados, corrigida em 2014. De posse das informações, houve adequação nos serviços oferecidos e ajuste no quadro de servidores. Foram 188.133 atendimentos de 2014 a 2016, agregados os serviços do Posto de Atendimento ao Trabalhador, Fundação Procon, Departamento Municipal de Trânsito e o atendimento em geral.

Para garantir o suprimento dos mais diversos materiais e a contratação de todos os serviços prestados ao município a Secretaria de Administração realizou 515 procedimentos licitatórios, com a contratação de R\$ 353 milhões. No mesmo período foram formalizadas 948 atas de registro de preços.

Gráfico 8 – Processos licitatórios realizados (1)

(1) Informações fornecidas pela Secretaria Municipal de Administração.

A **Secretaria Municipal dos Negócios Jurídicos** reúne o corpo de procuradores do município e tem como funções defender os direitos e interesses do Município, em juízo ou fora dele, apoiar o desenvolvimento de mecanismos de gestão eficazes e eficientes, pautados pelo padrão de Direito; representar, judicial e extrajudicialmente, os direitos e interesses do Município; efetuar estudos e elaborar pareceres sobre assuntos em estudo pela Administração Municipal ou que sejam motivo de consulta específica por qualquer Secretaria ou Departamento municipal; promover a cobrança judicial da Dívida Ativa ou de qualquer outro crédito do município, que não tenha sido liquidado nos prazos legais e regulamentares; prestar assistência aos atos do Executivo, referentes às alienações, aquisições, desapropriações, assim como nos contratos, convênios e processos licitatórios; dar suporte e orientação, na sua esfera de competência, à Secretaria de Administração no que se referir a procedimentos de administração de pessoal e de processos licitatórios; manifestar sobre proposituras e alterações da legislação municipal.

Dentre as ações jurídicas mais representativas desde 2013, se destacam:

- Suspensão da transferência dos ativos de iluminação pública para o município, determinada pela Resolução nº 414/2010 da Agência Nacional

de Energia Elétrica. A transferência continua suspensa, aguardando julgamento de recurso da CPFL Energia.

- Ações movidas contra o Município pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo e pelo Partido da Social Democracia Brasileira contra o lançamento do IPTU em 2014. O município foi vencedor na disputa, fato que permitiu ao Poder Executivo corrigir distorções históricas do IPTU no município e melhorar a arrecadação municipal.
- Ação do Município de Salto contra a empresa Tuberfil, em que município ajuizou ação de desapropriação da área onde está instalada a empresa com base em decreto, no ano de 2011. Em 2013, com a revogação do decreto o município desistiu da ação em acordo com a empresa.
- O Município ajuizou ação contra a União e a Caixa Econômica Federal para obter uma decisão jurídica sobre o recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço dos servidores nomeados nos cargos em comissão, pois desde 2011 o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo aponta irregularidade com recolhimento do FGTS para tais servidores.
- Defesa do município de Salto em ação movida pelo município de Indaiatuba, em 2013, com objetivo reduzir o território de Salto e aumentar o de Indaiatuba, ainda em trâmite na Terceira Vara e Ofício desta comarca.
- Avanço na proposição de ações de execução fiscal, o que não ocorria fazia quatro anos. Com a iniciativa, há 12.094 processos em acompanhamento pela Secretaria de Negócios Jurídicos.
- Realização do Primeiro Mutirão de Execuções Fiscais de IPTU, em 2015, no Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania – CEJUSC. Na ocasião, foram realizados R\$ 549.571,47 em parcelamentos e acordos com contribuintes (foram realizadas 48 audiências e 39 acordos).
- Acordos para a reversão de doação de áreas no Distrito Industrial, com reversão de área de 7.000 m² da empresa Audilab, em 2015, e área de 8.000 m² da empresa Chanceler, em 2016.

- Proposição de ação contra o Banco Rural S/A, uma vez que após várias tentativas de acordo sem sucesso, o Município ajuizou ação em face do Banco Rural para devolução do valor de R\$ 870.000,00 aplicados no referido banco em 2013 e que estão impedidos de serem resgatados, com a liquidação extrajudicial da instituição bancária pelo Banco Central.

A **Secretaria Municipal de Governo** tem como atribuições aquelas relacionadas à articulação institucional do Poder Executivo e assistir ao Prefeito Municipal nas relações com as outras Secretarias, além de outras responsabilidades. Uma das articulações mais relevantes neste período foi a promoção dos programas habitacionais realizados em Salto.

Com o cadastramento das famílias no Programa Minha Casa, Minha Vida, em 2012, o município obteve o diagnóstico da quantidade de unidades habitacionais necessárias para atender ao déficit existente.

A partir da ação do governo por meio da Secretaria Municipal de Governo os esforços empreendidos resultaram no Condomínio Rio Branco, onde 320 famílias foram contempladas e as unidades entregues, na primeira fase. As obras em andamento proporcionaram mais 160 unidades habitacionais para outras famílias, com a conclusão da segunda fase do empreendimento. Na faixa 2, foram mais de 2.000 imóveis entregues.



Além dos programas de habitação, a Secretaria Municipal de Governo é responsável pela Ouvidoria Municipal. A Ouvidoria é um espaço que funciona como ponte entre a população e as instituições municipais, onde o cidadão pode fazer suas reivindicações, denúncias, sugestões e elogios referentes aos diversos serviços disponíveis.

Tabela 14 – Atendimentos da Ouvidoria ⁽¹⁾

Ano	Protocolos Gerados	Atendimentos Telefônicos	Total
2013	2.226	446	2.672
2014	3.847	900	4.747
2015	3.867	1.293	5.160
2016 ⁽²⁾	1.862	980	2.842

(1) Dados fornecidos pela Secretaria Municipal de Administração.

(2) Dados referentes ao primeiro semestre.

Do ponto de vista do ajuste entre o município e outros entes da federação, na forma de convênios, a Secretaria de Governo assessora na captação e na elaboração da documentação do município. À Secretaria interessada cabe elaborar o projeto para a apresentação ao órgão concedente, enquanto que a apresentação da documentação e preparação de todas as demais informações cabe à Secretaria de Governo.

O convênio é um ajuste firmado entre entidades da administração pública ou entre essas e organizações privadas que objetivam interesses comuns. É uma cooperação onde as partes se unem para a execução de um objetivo comum. Neste sentido, e como em todo o âmbito de governo, os recursos financeiros devem ser bem aplicados, observando os princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

Quadro 9 – Convênios firmados entre Salto e o Estado de São Paulo ⁽¹⁾

Objeto	Origem do recurso	Ano	Valor da verba	Situação atual
Projeto do Trem Republicano	DADE – Secretaria de Turismo	2013	120.648,19	Concluído
Plano Diretor de Turismo	DADE – Secretaria de Turismo	2013	180.000,00	Concluído
Obras do Trem Republicano	DADE – Secretaria de Turismo	2013	2.474.955,90	71% de obras executadas. Aditivo em análise no DADE
Construção de Creche no Jardim Icarai	Secretaria de Estado da Educação	2013	1.700.146,36	Obras em andamento. Previsão de término em dezembro de 2016.
Construção de Creche no Jardim Soberano	Secretaria de Estado da Educação	2013	1.631.695,62	Obras em andamento. Previsão de término em dezembro de 2016.
Revitalização, ampliação do canteiro central e iluminação pública na Avenida Casper Libero	Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Regional	2014	220.048,07	Obra concluída

Recapeamento asfáltico, sinalização horizontal e vertical na Avenida Tranquilo Giannini	Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Regional	2014	296.905,30	Obra concluída
Pavimentação asfáltica nas Ruas Turmalina e Diamante	Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Regional	2014	264.903,88	Obra concluída
Pavimentação em paralelepípedo, guias pré-moldadas, rampas e muro de contenção na Rua Justino Costa Pinto	Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Regional	2014	154.395,99	Obra concluída
Construção de Creche no Jardim Soberano - materiais	Secretaria de Estado da Educação	2014	163.169,56	Aquisição em andamento. Previsão de término em dezembro de 2016.
Construção de Creche no Jardim Icarai - materiais	Secretaria de Estado da Educação	2014	154.558,76	Aquisição em andamento. Previsão de término em dezembro de 2016.
Obras de Revitalização de trecho da Avenida Dom Pedro II	DADE – Secretaria de Turismo	2014	600.666,98	Projeto revisado em análise no DADE
Reforma e Revitalização da Estação Ferroviária - Etapa 2	DADE – Secretaria de Turismo	2014	3.797.921,29	70% de obras executadas. Previsão de término em dezembro de 2016.
Reforma e Revitalização do Parque do Lago	DADE – Secretaria de Turismo	2014	1.467.305,75	Obra concluída
Controle da População de Cães e Gatos - Castração	Secretaria de Estado do Meio Ambiente	2014	103.006,67	Falta liberação da 2ª parcela do convênio
Obras de Recapeamento de vias do Centro Velho da Cidade	DADE – Secretaria de Turismo	2015	2.803.467,57	90% de obras executadas. Previsão de término em dezembro de 2016.
Recapeamento de vias do Município - Fase 2 - Floriano Peixoto e Marechal Deodoro	DADE – Secretaria de Turismo	2016	1.741.088,11	Obras em andamento. Previsão de término em dezembro de 2016.

(1) Dados fornecidos pela Secretaria Municipal de Administração.

Entre 2013 e 2016 o município realizou inúmeros convênios, tanto com a União como com o Estado de São Paulo. Os convênios formalizados se referem a obras ou projetos e alguns já se encontram concluídos e devidamente encerrados. Os convênios formalizados com o Estado de São Paulo trouxeram o total de R\$ 17.874.884,00 ao município.

Com a União também foram formalizados vários convênios, que quando totalizados trouxeram R\$ 9.786.919,13 em recursos para o município de Salto.

Quadro 10 – Convênios firmados entre Salto e a União (1)

Objeto	Origem do recurso	Ano	Valor da verba	Situação atual
Aquisição de Pá Carregadeira	Ministério da Agricultura	2013	317.940,00	Aquisição concluída
Recapeamento na Rua 24 de Outubro e Lírio	Ministério das Cidades	2013	452.553,73	Obra concluída
Avenida Dom Pedro: Obras de Revitalização de trecho da Avenida Dom Pedro II	Ministério do Turismo	2013	423.913,05	Projeto revisado em análise na CEF
Capacitação de mulheres para o Empreendedorismo através da Culinária Típica local	Ação Social e Cidadania	2013	168.573,11	Em execução
Obras de Implantação e modernização de infraestrutura esportiva no Centro de Lazer Nova Era	Ministério do Esporte	2013	298.500,00	Obra concluída
Aquisição de Servidor, dispositivos de armazenamento de dados e interligação por Fibra óptica	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação	2013	435.000,00	Em elaboração de projeto
Bacias PCJ - Obras de Substituição de Rede de Distribuição e Ramais para abastecimento de água	SAAE Ambiental	2014	3.486.442,67	Obra concluída
Obras de Recapeamento das Ruas Rui Barbosa, Bruxelas, Joaquim Nabuco e Luiz Olívio Bortolucci - Vila Teixeira	Ministério das Cidades	2014	498.100,00	94,19% de obras executadas. Aditivo em análise na CEF.
Implantação de sinalização viária e dispositivos de segurança	Ministério das Cidades	2014	498.100,00	Projeto em elaboração na Secretaria de Obras e Serviços Públicos.
Obras de Recapeamento sobre paralelepípedo da Rua Roque Lazzazera	Ministério das Cidades	2014	258.340,00	Obra concluída
Obras de Recapeamento das Ruas Pio XII, Tiradentes, Albuquerque Lins, Euclides de Carvalho Nogueira, Luís Dias da Silva, Cidade Rodeio, Palma de Ouro e Benedita Quaglino.	Ministério das Cidades	2014	498.100,00	97,93% de obras executadas. Aditivo em análise na CEF.
Inclusão digital por meio de acesso a internet ao cidadão	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação	2014	450.902,00	Em elaboração de projeto
Obras de Reforma da Praça Archimedes Lammoglia	Ministério do Turismo	2014	250.000,00	Obra concluída
Implantação do sistema de vídeo monitoramento	Ministério da Justiça	2014	760.670,00	Em elaboração de projeto
Pavimentação das Ruas Emílio Ribas e Carlos Gomes	Ministério das Cidades	2016	393.889,89	Projeto está aprovado na CEF. Aguardando a liberação de recurso.
CAT - Centro de Atendimento ao Turista	Ministério do Turismo	2016	295.500,00	Elaboração de Projeto
Pavimentação da Rua São Dimas	Ministério das Cidades	2016	300.394,68	Obras em andamento

(1) Dados fornecidos pela Secretaria Municipal de Administração.

A Secretaria de Governo também atuou para conquistar e instalar no município o escritório do Departamento Estadual de Trânsito – DETRAN, inaugurada em 29 de junho de 2016. Com espaço de 720 m², o novo escritório DETRAN oferece 40 serviços no espaço físico e outros 30 eletrônicos, com padrões de atendimento similar ao do Programa “Poupatempo”. Com o escritório do DETRAN, houve aumento de 350% nos atendimentos, que, anteriormente, eram cerca de 200 atendimentos ao dia e passou para 700.



Também é atribuição da Secretaria de Governo, em conjunto com a Secretaria dos Negócios Jurídicos, oferecer a Assessoria Técnica Legislativa ao gabinete do Prefeito. Ela tem a finalidade de assessorar na elaboração de toda legislação, decretos, portarias, entre outros atos legais do Poder Executivo, e também é responsável pela guarda e organização de todo o material produzido, além de funcionar como um canal direto entre a administração da Câmara Municipal e a Secretaria de Governo, realizando, ainda, todas as publicações dos atos oficiais.

Tabela 15 – Atos legais publicados, por ano ⁽¹⁾

	2013	2014	2015	2016
Decretos	112	256	416	141
Requerimentos	557	486	648	217
Leis de iniciativa do Poder Executivo	71	148	113	36
Leis de Iniciativa do Poder Legislativo	20	22	20	19

(1) Dados fornecidos pela Secretaria Municipal de Administração.

(2) Dados referentes ao primeiro semestre.

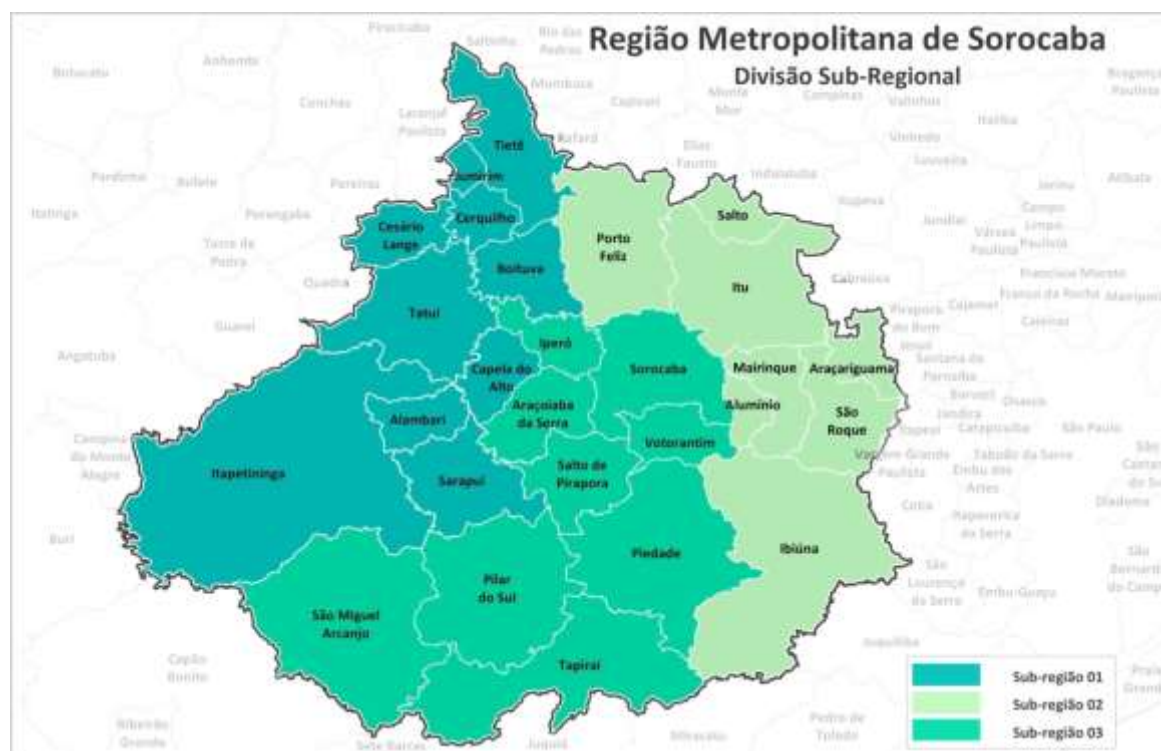
Também cabe à Secretaria de Governo a articulação do município com a Região Metropolitana de Sorocaba – RMS. A Região Metropolitana de Sorocaba foi criada pela Lei Complementar nº 1.241, de 08 de Maio de 2014, composta pelos municípios de Alambari, Alumínio, Araçariguama, Araçoiaba da Serra, Boituva, Capela do Alto, Cerquilha, Cesário Lange, Ibiúna, Iperó, Itu, Jumirim, Mairinque, Piedade, Pilar do Sul, Porto Feliz, Salto, Salto de Pirapora, São Miguel Arcanjo, São Roque, Sarapuí, Sorocaba, Tapiraí, Tatuí, Tietê e Votorantim.

Em 1988, a Constituição atribuiu aos Estados competência para a criação de regiões de desenvolvimento, fosse como região metropolitana, aglomeração urbana ou microrregião, que seriam criadas por meio de lei complementar estadual, uma vez que o § 3º do Art. 25 da Constituição determina que “*Os Estados poderão, mediante lei complementar, instituir regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, constituídas por agrupamentos de municípios limítrofes, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum*”. Após a promulgação da CF de 1988, o Estado de São Paulo normatizou no Art. 153 de sua Constituição Estadual a criação de unidades regionais para promover o desenvolvimento:

Artigo 153 - O território estadual poderá ser dividido, total ou parcialmente, em unidades regionais constituídas por agrupamentos de Municípios limítrofes, mediante lei complementar, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum, atendidas as respectivas peculiaridades.

§1º - Considera-se região metropolitana o agrupamento de Municípios limítrofes que assumam destacada expressão nacional, em razão de elevada densidade demográfica, significativa conurbação e de funções urbanas e regionais com alto grau de diversidade, especialização e integração socioeconômica, exigindo planejamento integrado e ação conjunta permanente dos entes públicos nela atuantes.

Os mais de 2 milhões de habitantes da Região Metropolitana de Sorocaba representam 4,6% da população estadual e geram cerca de 4% do Produto Interno Bruto (PIB) paulista. A RMS está estrategicamente situada entre duas importantes regiões metropolitanas do país – São Paulo e Curitiba –, além de manter limite territorial e processo de conurbação com a Região Metropolitana de Campinas. Destaca-se, em âmbito nacional, por intensa e diversificada atividade econômica, caracterizada por produção industrial altamente desenvolvida, com predominância dos setores metal-mecânico, eletroeletrônico, têxtil e agronegócio (cana-de-açúcar).



Onze de seus municípios estão localizados no eixo das Rodovias Castello Branco e Raposo Tavares, com economias baseadas em atividades industriais. Destes, cinco apresentam especial relevância na economia paulista: Sorocaba, Itu, Salto, Cerquilha e Votorantim. É a maior produtora agrícola entre as regiões metropolitanas do Estado de São Paulo, com elevada diversidade. Tem papel relevante na produção estadual de minérios, como cimento, calcário, rocha ornamental, pedra brita, argila, complexos carbonatíficos e tungstênio.

A articulação institucional e a participação nas reuniões da RMS são realizadas pela Secretaria de Governo, em apoio ao gabinete do prefeito.

As contrapartidas exigidas para os loteamentos

A administração municipal de Salto inovou na gestão da aprovação de loteamentos ao longo do período de 2013 a 2016, conquistando diversos benefícios urbanísticos para a comunidade saltense.

Ao se aproveitar da previsão constitucional para a função social da propriedade¹⁰ e dos preceitos da Lei nº 10.257/2001 (conhecida como Estatuto das Cidades), o município conquistou obras importantes para a melhoria da infraestrutura urbana da cidade e da qualidade de vida da comunidade.

No ordenamento constitucional ficou estabelecido como competência do município o “*objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes*”¹¹. A Constituição do Estado de São Paulo também destaca que o desenvolvimento urbano tem metas específicas a serem perseguidas pelos municípios.

Artigo 180 - No estabelecimento de diretrizes e normas relativas ao desenvolvimento urbano, o Estado e os Municípios assegurarão:

I - o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e a garantia do bem-estar de seus habitantes;

II - a participação das respectivas entidades comunitárias no estudo, encaminhamento e solução dos problemas, planos, programas e projetos que lhes sejam concernentes;

III - a preservação, proteção e recuperação do meio ambiente urbano e cultural;

IV - a criação e manutenção de áreas de especial interesse histórico, urbanístico, ambiental, turístico e de utilização pública;

V - a observância das normas urbanísticas, de segurança, higiene e qualidade de vida;

VI - a restrição à utilização de áreas de riscos geológicos;

(...)

¹⁰ Insculpida no Inciso III do Art. 170 da Constituição Federal.

¹¹ Art. 182 da Constituição Federal.

A partir desses parâmetros constitucionais o município entendeu que a aprovação de novos loteamentos ou empreendimentos habitacionais deveria participar do desenvolvimento urbano saltense. Neste contexto, o município passou a exigir a realização de contrapartidas pelos empreendedores privados para a aprovação dos empreendimentos de seu interesse, como forma de outorga onerosa do direito de construir, conforme previsto no Art. 28 da Lei nº 10.257/2001.

Como contrapartida aos benefícios individuais gerados ao proprietário e empreendedor do parcelamento do solo urbano devido a atividade econômica do empreendimento imobiliário, cabe ao Poder Público exigir do proprietário e do empreendedor uma contrapartida que resulte um benefício social para toda a coletividade. A opção de Salto foi exigir a participação dos empreendedores e proprietários na construção de melhorias urbanas. O resultado gerou obras que superam R\$ 40 milhões e que foram executadas sem qualquer participação financeira do município.

Dentre as diversas obras realizadas como contrapartida à aprovação de loteamentos a construção da Unidade Básica de Saúde do CECAP, a área de lazer do Jd. Nair Maria e a ampliação da creche e da escola infantil da Vila Norma se destacam pela relevância dos bairros e do legado para os serviços públicos que serão realizados nestes locais. Por outro lado, as obras de infraestrutura (construção de reservatórios de água, construção da Estação de Tratamento de Água – ETA Conceição, construção de tronco coletor de esgoto, duplicação e pavimentação de logradouros, etc.) servem como melhorias na qualidade do tráfego urbano ou na distribuição de água e coleta de esgoto no município.

A exigência de contrapartida no desenvolvimento urbano delega ao investidor privado a responsabilidade de compensar a comunidade pelo impacto causado pelo novo empreendimento. Ao afetar a urbanidade estabelecida em determinada região, qualquer empreendimento gera novo fluxo de trânsito, novas demandas de serviços de educação, saúde, assistência social, distribuição de água e coleta de esgoto, coleta de lixo, etc. O impacto da ampliação dos serviços públicos em determinada região, bem como na própria convivência entre os cidadãos lá estabelecidos é mitigado pelas contrapartidas exigidas pelo poder público.

Quadro 11 – Obras realizadas em contrapartida a empreendimentos imobiliários ⁽¹⁾

Empreendimento RESPONSÁVEL	Compromisso	Valor estimado
Vila dos Eucaliptos <i>PRATA / Eucatex Imobiliária Ltda.</i>	<ul style="list-style-type: none"> • Implantação de Coletor Tronco de Esgotos interceptor do Córrego do Retiro; • Construção de Reservatório semienterrado com capacidade de 1.000 m³; • Construção de Reservatório Elevado com capacidade de 250 m³ e Estação Elevatória. 	
Vila Martins <i>PRATA / Eucatex Imobiliária Ltda.</i>	<ul style="list-style-type: none"> • Obras Públicas de Livre escolha pelo município com valor de até R\$ 500.000,00; • Obras Públicas de Infraestrutura de acesso e obras no entorno do empreendimento de até R\$ 1.000.000,00; • Construção de rede de adução de água da ETA BURU até o empreendimento. 	1.500.000,00
VILLAGE MOUTONEE <i>DOMINIUN</i>	<ul style="list-style-type: none"> • Duplicação da SLT-257 entre o acesso do S. Pedro & S. Paulo até o Parque da Rocha Moutoneé; • Reservatório 1.000 m³; • Construção de passeio pavimentado sobre ramal de esgotamento sanitário na área verde entre a ponte dos pescadores até a Elevatória SANESALTO no São Pedro & São Paulo. 	3.800.000,00
JARDIM GUARUJÁ <i>Guarujá Empreendimentos Imobiliários Ltda.</i>	<ul style="list-style-type: none"> • Construção da Avenida Projetada entre o Jardim Imperial e o Parque Laguna; • Construção da travessia com Aduelas sobre o córrego que corta o traçado projetado da avenida; • Cota parte na construção uma Unidade Básica de Saúde CECAP; • Cota parte na construção da ETA Conceição. 	3.250.000,00
JARDIM IMPERIAL <i>Nextimob Empreendimentos Imobiliários Ltda.</i>	<ul style="list-style-type: none"> • Construção de barreiras New Jersey no final das ruas 9, 12 e 23; • Construção da Avenida Projetada entre o Jardim Santa Cruz e o Jardim Guarujá; • Cota parte na construção uma Unidade Básica de Saúde CECAP; • Cota parte na construção da ETA Conceição; • Construção da travessia com Aduelas sobre o córrego Santa Cruz. 	3.250.000,00

Empreendimento RESPONSÁVEL	Compromisso	Valor estimado
Condomínio Residencial MONTE SERRAT (380 Apartamentos) <i>Sugoi Incorporadora e Construtora Ltda.</i>	<ul style="list-style-type: none"> • Execução da pavimentação asfáltica, infraestrutura e calçada na Rua Antônio Gianotto; • Revisão e adequação na calçada da Rua Estados Unidos, entre a Rua A. Gianotto e a Rua dos Dourados; • Execução das obras necessárias para interligar o esgoto até a rede existente; • Implantação de um reservatório de 800m³. 	1.300.000,00
Condomínio Residencial JARDIM BOTÂNICO <i>Jardim Botânico de Salto SPE Ltda.</i>	<ul style="list-style-type: none"> • Doação de uma área para implantação de uma solução viária para rua sem saída do Jardim Bom Retiro II; • Construção de Pavimentação, calçadas, guias e sarjetas para a referida rua. 	750.000,00
Condomínio Residencial Vertical MARIANA MARIA <i>Polux Adm. de Bens SS Ltda.</i>	<ul style="list-style-type: none"> • Capeamento asfáltico da Rua Theophilo Leite na sua totalidade. 	850.000,00
Condomínio Residencial Prime TEAMPRIME	<ul style="list-style-type: none"> • Construir uma área de Lazer em uma área pública do loteamento "Nair Maria", composta por um campo de futebol com medidas compatíveis com a área, uma quadra poliesportiva, ambos devidamente guarnecidos de alambrados. 	500.000,00
Condomínio Residencial Di Siervo (48 Apartamentos) <i>Claudemir Antonio Flores Di Siervo</i>	<ul style="list-style-type: none"> • Construir e entregar um posto de atendimento ao turista e de suporte operacional, composto por uma sala de uso múltiplo com duas faces inteiras em painéis e portas de vidro, dois sanitários para uso coletivo acessível, um espaço para tanque e materiais de limpeza e uma pequena sala para instalação adequada de um grupo moto-gerador (equipamento não incluído). 	180.000,00
Blocos de Apartamento LONGITUDE <i>Jardim dos Taperás Empreendimentos Imobiliários Ltda.</i>	<ul style="list-style-type: none"> • Projetos Técnicos para solução de trânsito local; • Revitalização de melhoramentos na Área de Lazer que atende aos loteamentos Jardim Santo Inácio e Jardim Europa. 	1.800.000,00
Condomínio Residencial VILA ROMA <i>Mauricio Meluzzi, Marcelo Di Siervo e Sergio Di Siervo Jr</i>	<ul style="list-style-type: none"> • Pavimentação de paralelepípedos da Rua Ligúria em frente aos lotes 1 e 12 da quadra E do loteamento denominado Vila Roma. 	14.000,00

Empreendimento RESPONSÁVEL	Compromisso	Valor estimado
Loteamento VILLAGIO DO CONDE <i>Siqueira Toledo Investimentos e Empreendimentos SPE Ltda.</i>	<ul style="list-style-type: none"> • CRAS para atender a região do Jardim Marília e entorno, em terreno de propriedade da prefeitura situado na Rua Penápolis, esquina com a Rua Várzea Paulista, com fundo voltado para o campo de futebol existente no local. O projeto a ser seguido já foi fornecido pela Prefeitura contempla uma área construída de 344,09 m². 	517.000,00
Loteamento TERRAS DE SÃO GABRIEL <i>Pentágono Empreendimentos Imobiliários Ltda.</i>	<ul style="list-style-type: none"> • Todas as benfeitorias necessárias para levar, armazenar e distribuir água tratada para a região, bem como sistema necessário para coletar e conduzir os efluentes sanitários para local apropriado para sequência de afastamento e tratamento. Conforme especificações do SAAE: água Ø200 mm em PEAD, desde EAT Rua Romagna, sistema de <i>booster</i> na ETA João Jabour. Esgoto: rede de 7.609,15 m. do empreendimento até a E.E.E. situada na Rua Vaticano 	
Condomínio ALVORADA I e II <i>M. S. Ltda.</i>	<ul style="list-style-type: none"> • Execução das obras necessárias para ligação das Ruas Santa Cecília e São Gonçalo, na região Noroeste. 	3.000.000,00
Blocos de Apartamentos SOLAR DOS PÁSSAROS Av. Nações Unidas <i>MRV</i>	<ul style="list-style-type: none"> • Duplicação do trecho da SP-73 entre a Rua 9 de Julho e a Rua Japão, implantando a avenida e as concordâncias viárias. 	4.500.000,00
Blocos de Apartamentos SOLAR DAS ARARAS Av. Japão <i>MRV</i>	<ul style="list-style-type: none"> • Rotatória (intersecção em círculo) na confluência do trecho duplicado da Rua Japão com a Estrada do Guarujá – SLT 020, com raio compatível para fluxo de veículos grandes e pesados, devidamente sinalizada conforme o Código Brasileiro de Trânsito. 	1.700.000,00
Loteamento LAGOS D'ICARAÍ <i>Investimentos Icarai S/C Ltda.</i>	<ul style="list-style-type: none"> • Implantação de rede suplementar de abastecimento para as redes públicas existentes a partir do sistema de reservação e alimentação do loteamento; • Revitalização do Centro Esportivo do CECAP e construção de um bloco de sanitários e um espaço para cantina. 	178.000,00
Total		27.319.000,00

(1) Contrapartidas de acordo com informações da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano de Salto.

Quadro 12 – Termos de Compromisso firmados pelo SAAE (2013 a 2016) ⁽¹⁾

Empreendimento RESPONSÁVEL	Compromisso	Valor estimado
VILA DOS EUCALIPTOS I <i>Granova Prata</i>	<ul style="list-style-type: none"> • Implantação de Coletor Tronco de Esgotos Interceptor do Córrego Bom Retiro. 	1.700.000,00
VILA DOS EUCALIPTOS II <i>Granova Prata</i>	<ul style="list-style-type: none"> • Construção de um reservatório com capacidade de 1.000 m³ para abastecer também o loteamento VILA DOS EUCALIPTOS I. 	1.200.000,00
VILA MARTINS <i>Granova Prata</i>	<ul style="list-style-type: none"> • Implantação de uma elevatória de esgoto; • Construção de um reservatório semienterrado com capacidade de 1.000 m³; • Execução de adutora de água desde a ETA João Jabour. 	2.300.000,00
JARDIM IMPERIAL <i>Nextimob Empreendimentos Imobiliários Ltda.</i>	<ul style="list-style-type: none"> • Execução de um reservatório semienterrado com capacidade de 2.000 m³; • Execução de um reservatório elevado com capacidade de 200 m³; • Execução de um <i>booster</i> para alimentação do reservatório elevado; • Cota parte do abastecimento de água. <p>* R\$ 600 mil do valor estimado foram aplicados na construção da Clínica de Saúde Salto CECAP</p>	5.516.935,04
JARDIM GUARUJÁ <i>Guarujá Empreendimentos Imobiliários Ltda.</i>	<ul style="list-style-type: none"> • Cota parte do abastecimento de água do Jd. Imperial. <p>** R\$ 200 mil do valor estimado foram aplicados na construção da Clínica de Saúde Salto CECAP</p>	
Loteamento VILLAGIO DO CONDE <i>Siqueira Toledo Investimentos e Empreendimentos SPE Ltda.</i>	<ul style="list-style-type: none"> • Cota parte do abastecimento de água do Jd. Imperial. 	
JARDIM MONTE CRISTO <i>MTR</i>	<ul style="list-style-type: none"> • Cota parte do abastecimento de água do Jd. Imperial. 	
PORTAL DOS BANDEIRANTES <i>Guerini</i>	<ul style="list-style-type: none"> • Reservatório de 500 m³ semienterrado; • Reservatório de 100 m³ elevado; • Contrapartida de R\$ 400.000,00 (projetos). 	850.000,00
SOLAR DOS SABIÁS <i>MRV</i>	<ul style="list-style-type: none"> • Rede de adução; • Rede de esgoto até o Jd. Cidade; • Desassoreamento da Represa do Piraí. 	800.000,00
Loteamento LAGOS D'ICARAÍ <i>Investimentos Icaraí S/C Ltda.</i>	<ul style="list-style-type: none"> • Reservatório de 1.700 m³ semienterrado; • Reservatório de 300 m³ elevado. 	1.500.000,00

Empreendimento RESPONSÁVEL	Compromisso	Valor estimado
RESIDENCIAL PICOLINO <i>Granova Prata</i>	• Interligação na rede de água do Jd. São João.	
VILLAGE BRASIL <i>Granova Prata</i>	• Individualização de hidrômetros.	
RESIDENCIAL RIO BRANCO <i>Construtora Rio Branco</i>	• Individualização de hidrômetros.	
CENTRAL PARK I <i>CIPASA</i>	• Travessia rede de água sob a Av. Getúlio Vargas MND.	80.000,00
CENTRAL PARK III <i>CIPASA</i>	• Reservatório de apoio para o hospital com capacidade de 1.000 m ³ semienterrado.	900.000,00
JD. IMPERADOR <i>MIOTTO</i>	• Rede de água desde o reservatório do Santa Cruz.	200.000,00
MIRANTE DOS IPÊS <i>FAOLIVA</i>	• Reservatório de 300 m ³ • Rede de água desde o reservatório do Hospital.	300.000,00
Cond. PORTO DE PARANAGUÁ <i>MW Empreendimentos</i>	• Reforço da rede coletora de esgoto da Nações.	50.000,00
ROCHA MOUTONNÉE <i>DOMINIUM</i>	• Reservatório de 2.000 m ³ semienterrado; • Adutora desde a ETA Bela Vista até o empreendimento.	1.000.000,00
RESIDENCIAL MOUTONNÉE (300 apartamentos) <i>Granova Prata</i>	• Adutora desde a EAT Nova Era.	100.000,00
Total		16.496.935,04

(1) Contrapartidas de acordo com informações do Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Salto.

Quadro 13 – Empreendimentos com Certidão Emitida pelo SAAE (2013 a 2016) ⁽¹⁾

Empreendimento RESPONSÁVEL	Compromisso	Valor estimado
Conjunto Habitacional MCMV (320 – 160 Apartamentos) <i>Construtora Rio Branco</i>	<ul style="list-style-type: none"> • Individualização de hidrômetros. 	
Empreendimento Massimo <i>Júlio Begossi</i>	<ul style="list-style-type: none"> • Rede de adução de água desde a ETA Bela Vista; • Reservatório de 500 m³. 	1.500.000,00
Industrial Jaraguá <i>EPM Empreendimentos e Participações</i>	<ul style="list-style-type: none"> • Reservatório 250 m³. 	150.000,00
Gleba A2-AB Ed. Maria Mariana <i>Polux Administração de Bens SS Ltda.</i>	<ul style="list-style-type: none"> • Rede coletora de esgoto até o coletor Bom Retiro. 	900.000,00
Terras de São Gabriel <i>Pentágono Empreendimentos Imobiliários Ltda.</i>	<ul style="list-style-type: none"> • Adutora de água desde a ETA João Jabour; • Reservatório semienterrado de 1.000 m³; • Reservatório elevada de 250 m³; • EEE no Jd. Maracaja; • Rede de recalque de esgoto até a Rua Vaticano. 	6.000.000,00
Loteamento Jd. Residencial Canjica <i>GPCI & IBEN Empreendimentos Imobiliários Salto SPE Ltda.</i>	<ul style="list-style-type: none"> • Reservatório de 150 m³. 	100.000,00
Conjunto Habitacional Multifamiliar (108 Apartamentos) <i>Homioishi</i>	<ul style="list-style-type: none"> • Adutora de água desde a Rua Marechal Rondon. 	120.000,00
Empreendimento Habitacional (384 Apartamentos) <i>MRV Engenharia e Participações S/A</i>	<ul style="list-style-type: none"> • Rede de adução desde a EAT Nações; • Reservatório de 500 m³; • Rede de recalque até a Rua Ribeirão Preto. 	1.200.000,00
SOLAR DOS PÁSSAROS <i>MRV Engenharia e Participações S/A</i>	<ul style="list-style-type: none"> • Rede de recalque de esgoto até coletor Nações; • Execução de um módulo de tratamento para a ETA João Jabour; • Contratação de empresa para execução levantamento por MND (geo radar) para o decantador da ETA Bela Vista 	1.500.000,00

Empreendimento RESPONSÁVEL	Compromisso	Valor estimado
VILLAGGIO ICARAÍ <i>VLBM Investimentos Ltda.</i>	<ul style="list-style-type: none"> • Rede de adução de água até o reservatório; • Reservatório de 100 m³. 	120.000,00
MORRO DA MATA <i>MR Pires e JJV Pires Empreendimentos</i>	<ul style="list-style-type: none"> • Reservatório 500 m³; • Rede adutora desde a EAT Nações; • Rede de recalque até a Av. Japão. 	1.800.000,00
VILA DOS EUCALIPTOS II <i>Granova Prata</i>	<ul style="list-style-type: none"> • Reservatório de 1.000 m³ para atender também a Vila dos Eucaliptos I. 	900.000,00
RESIDENCIAL JARDIM BOTÂNICO <i>Ednan de Souza Mello</i>	<ul style="list-style-type: none"> • Adutora de água desde o EAT João Jabour até o empreendimento. 	600.000,00
JARDIM NOVO SÃO PEDRO <i>DOMINIUM</i>	<ul style="list-style-type: none"> • Reservatório Elevado de 500 m³; • Adutora de água desde Rod. Rocha Mouttonnee esquina com a Rua Estado de Minas Gerais. 	800.000,00
RECANTO DAS FLORES <i>Sérgio Picão</i>	<ul style="list-style-type: none"> • Adutora de água desde EAT João Jabour até o empreendimento; • Reservatório com capacidade de 500 m³; • Linha de recalque do empreendimento até a EEE do Portal dos Bandeirantes. 	2.500.000,00
Total		23.600.000,00

(1) Contrapartidas de acordo com informações do Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Salto.

(2) Algumas obras estão listadas no Quadro anterior, em conjunto a obras de infraestrutura de responsabilidade da Prefeitura.

(3) As contrapartidas desse empreendimento foram rateadas em quatro frações, proporcionais aos empreendimentos do Jardim Imperial, Jardim Monte Cristo, Jardim Guarujá e Villaggio do Conde. O valor total informado individualmente foi somado uma única vez.

Essas obras realizadas como contrapartida pelos empreendedores também serviram como investimentos no desenvolvimento urbano de Salto sem o uso de recursos públicos. Tais obras, caso não fossem realizadas na modalidade de contrapartida, com recursos privados, seriam realizadas com recursos públicos, a depender das condições orçamentárias e financeiras do município.

Assim, ao impor a contrapartida como condição para a aprovação do loteamento, o município conseguiu obras de relevância para a comunidade sem dispor de recursos públicos e em prazo antecipado em relação às condições do município. Num quadro de redução de investimentos diante das circunstâncias econômicas do país, a conquista dessas obras se torna ainda mais representativa para a cidade.

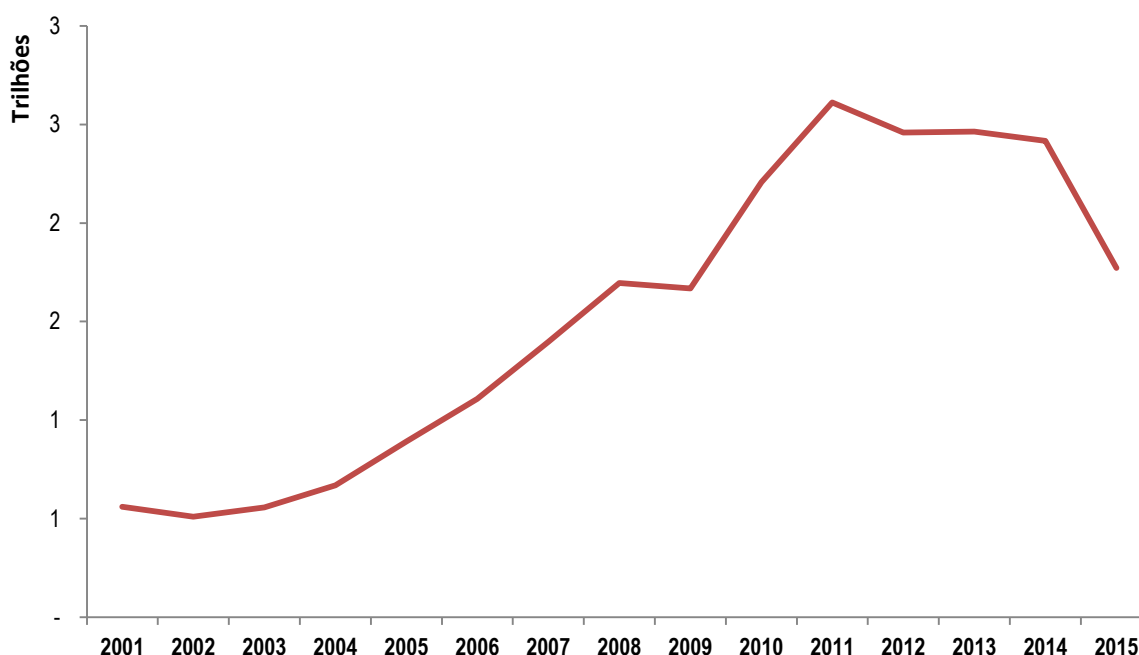
A expansão urbana sempre acarreta ao poder público novas responsabilidades na gestão da cidade, como maior área para a oferta de serviços públicos (coleta de lixo, abastecimento de água, coleta de esgoto, limpeza urbana, iluminação pública), maior distribuição da população (com expansão da abrangência dos serviços educacionais e de saúde) e maiores custos com a gestão desses serviços. Nesta lógica, a contrapartida serve como compensação ao município pela ampliação de suas responsabilidades.

A GESTÃO FINANCEIRA DE SALTO NO PERÍODO

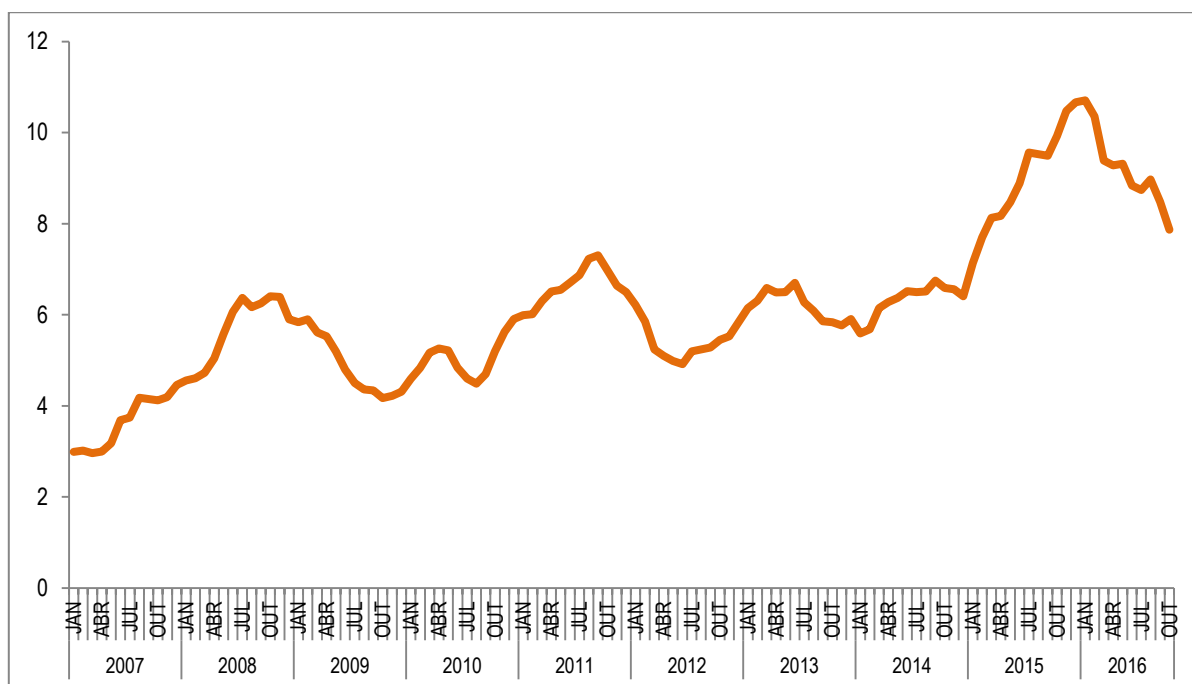
A economia brasileira atravessa um momento de turbulência, com reflexos nas mais diversas áreas do mercado. Tal turbulência atinge o país todo e os reflexos nos municípios se tornam mais sensíveis à medida que a capacidade de mitigar os efeitos dessa crise não compete ao município, individualmente.

O Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro atravessou um período de intenso crescimento, na primeira década do século. Contudo, ao receber os impactos da crise econômica dos países centrais, iniciada em 2008, gradativamente o crescimento foi perdendo força e, aliado às disputas políticas e financeiras nacionais, conduziram a economia brasileira para um quadro recessivo.

Gráfico 9 – PIB brasileiro em US\$ ⁽¹⁾



Simultaneamente é contaminada por fatores externos (crise internacional, taxas de juros internacionais extremamente baixas ou negativas, etc.) e internos (queda no volume de investimentos, aumento do déficit público, fatores climáticos), os índices indicaram um aumento no nível geral de preços que afetou a renda dos trabalhadores e o nível de atividade econômica.

Gráfico 10 – IPCA acumulado nos últimos 12 meses (2007 a Out/2016)

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

O natural reflexo do quadro econômico nacional foi a queda na arrecadação, influenciada diretamente pela queda no nível da atividade econômica e da capacidade de pagamento dos contribuintes. A queda na arrecadação, em nível nacional, afetou diretamente as contas públicas e conduziu a União, os Estados e os municípios a déficits cada vez maiores, resultando na elevação da dívida pública em geral.

Tabela 16 – Necessidades de Financiamento do Setor Público (% do PIB)

	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Total nominal	1,99	3,19	2,41	2,47	2,27	2,96	6,05	10,38
Governo Central	0,80	3,22	1,18	2	1,27	2,08	4,77	8,7
Estados e Municípios	1,13	-0,06	1,23	0,46	0,88	0,83	1,14	1,51
Empresas estatais ⁽¹⁾	0,06	0,03	0,00	0,01	0,11	0,06	0,14	0,17
Déficit primário	-3,33	-1,94	-2,62	-2,94	-2,18	-1,72	0,57	1,88
Governo Central	-2,29	-1,27	-2,03	-2,13	-1,79	-1,42	0,36	1,98
Estados e Municípios	-0,98	-0,63	-0,53	-0,75	-0,45	-0,31	0,14	-0,16
Empresas estatais ⁽¹⁾	-0,05	-0,04	-0,06	-0,06	0,06	0,01	0,08	0,07

(1) Engloba as empresas municipais, estaduais e federais. Não inclui Petrobras nem Eletrobras.

Fonte: Bacen. Elaboração: Ipea/Dimac/Gecon.

Com tal cenário nacional, a gestão pública municipal foi afetada de várias formas:

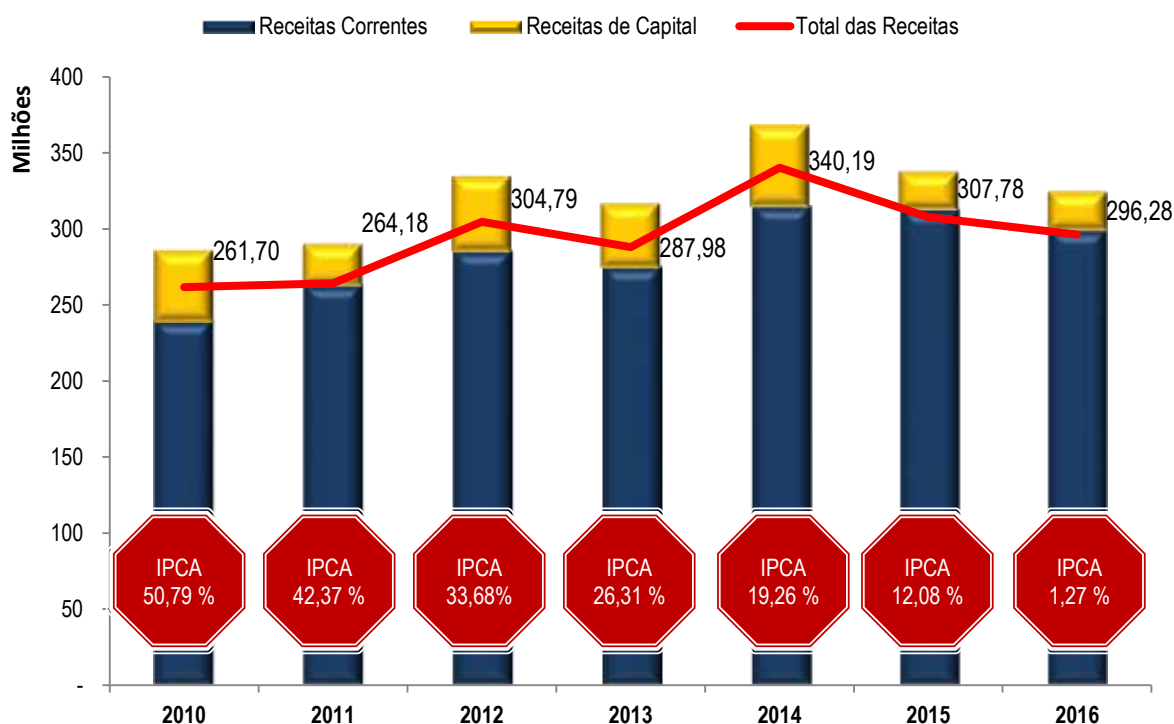
1. Queda na arrecadação das transferências correntes (FPM e ICMS, principalmente);
2. Queda na arrecadação do ISSQN (pela redução da atividade econômica);
3. Elevação do comprometimento da Receita Corrente Líquida com a folha de pagamento dos servidores públicos municipais;
4. Pressão nos gastos sociais (assistência social e saúde);
5. Aumento da demanda por vagas nas escolas públicas municipais, com a migração da rede privada para a rede pública;
6. Redução da capacidade de investimento, em função do comprometimento da receita com os gastos correntes.

O município de Salto não restou imune às dificuldades enfrentadas pelos demais municípios do país. A eficiência da gestão saltense foi colocada à prova ao longo do mandato atual e será analisada pormenorizadamente a seguir.

A expectativa de Receita na elaboração da LOA

A elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei do Orçamento Anual, além dos preceitos legais, é desenvolvida com o uso dos instrumentos de planejamento à disposição do gestor público e reflete as expectativas traçadas pelo PPA, anteriormente, afetadas pela conjuntura econômica do momento. Com a perspectiva econômica focada no próximo exercício, a precisão da proposta orçamentária tende a ser mais exata e refletir a realidade financeira do município de forma mais ajustada a real arrecadação obtida no exercício.

Gráfico 11– Receita Total, Corrente e de Capital Orçada (2010 – 2016) ⁽¹⁾



(1) Em Reais atualizados pelo IPCA até 2016.

Na elaboração das Leis de Orçamento Anual a arrecadação projetada deve considerar o cenário econômico para o exercício analisado. De acordo com as perspectivas existentes para a realidade do município, o gestor calcula cada receita no contexto específico de sua arrecadação, cuidado que torna o planejamento exequível e confiável para sua execução.

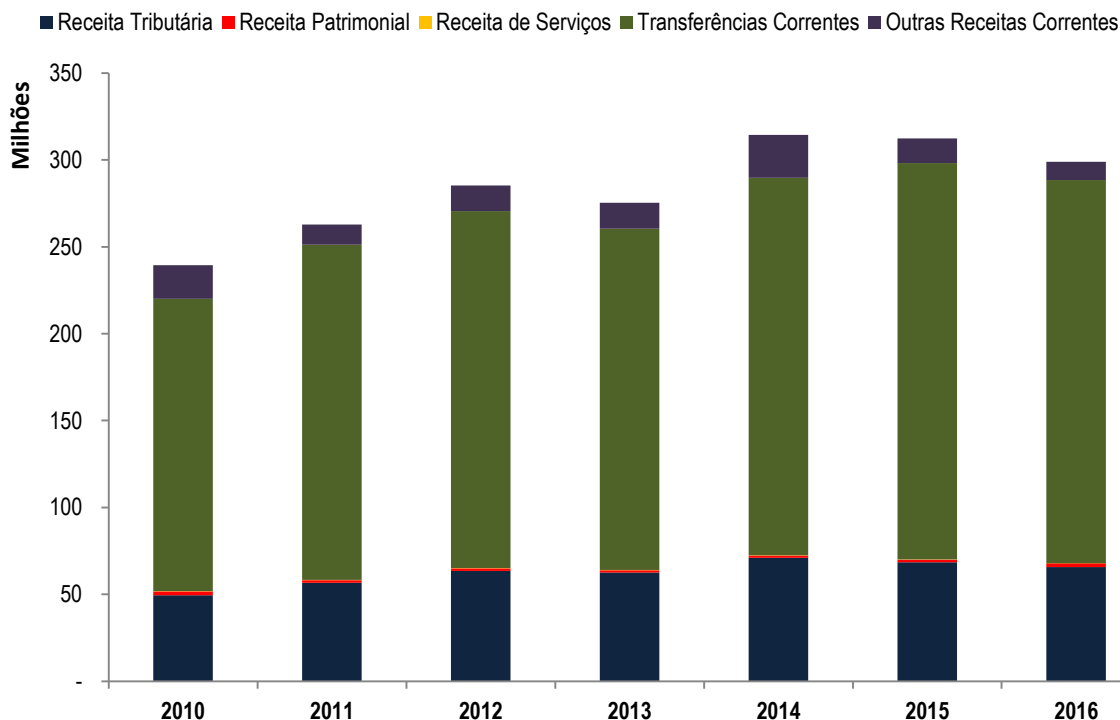
O município de Salto buscou executar seu planejamento com tais cautelas, fato que resultou em Leis Orçamentárias Anuais mais ajustadas com a realidade, nos

últimos anos, comparadas ao ano anterior. Tal preocupação já ocorrera em 2013 (em relação à 2012) e, a partir de 2014, se tornou a realidade econômica do município. Em termos reais, o orçamento de 2016 sofreu uma queda de 4,33%, em relação ao ano de 2015 e alcançou nível pouco superior a 2013.

O expressivo volume de recursos oriundos de Receitas de Capital em 2014 (15,84% do total, contra 8,5%, em média, em 2015 e 2016) explica parte da queda na previsão, além da expectativa de redução do repasse do ICMS pelo Estado de São Paulo, em função da queda da produção no Estado. A Receita Corrente orçada para o exercício de 2014 alcançou o valor máximo no período, com pouco mais de R\$ 314 milhões, atualizados pelo IPCA.

A queda na arrecadação da União e dos Estados influenciou de forma nítida as expectativas de Receitas de Capital, uma vez que tais receitas são originadas pelas transferências de capital de tais entes ao município, principalmente. A variação negativa das Receitas Correntes decorre, principalmente, das expectativas do cenário econômico que apontava queda na atividade econômica e na arrecadação tributária, como consequência.

Gráfico 12– Composição da Receita Corrente Orçada (2010-2016) ⁽¹⁾

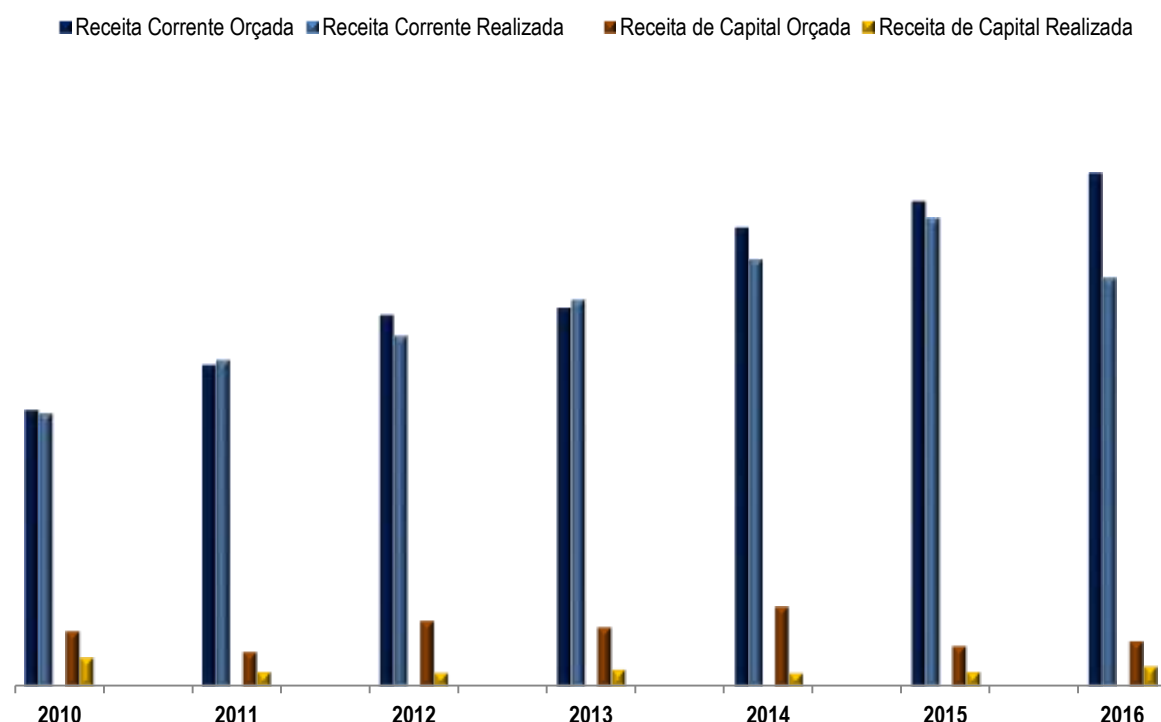


(1) Em Reais atualizados pelo IPCA até 2016.

O contexto recessivo torna a previsão orçamentária das Receitas Correntes algo mais complexa, uma vez que exige habilidade do gestor na projeção da arrecadação de tributos muito diferentes entre si (IPTU, ISSQN, ICMS, IPVA, FPM, etc.). Dispor de adequadas ferramentas para construir uma peça orçamentária realista é essencial para a construção de expectativas realistas.

As expectativas traçadas pelo município de Salto foram realistas a ponto de alcançarem expressiva exatidão do valor arrecadado. As Receitas Correntes foram planejadas com tal nível de eficiência que sua arrecadação se aproximou muito do valor previsto no orçamento. Já as Receitas de Capital não refletiram o mesmo sucesso, o que não constrange o planejamento realizado, vez que sua efetividade depende do desempenho financeiro e das condições de caixa dos outros entes federativos (União e Estado de São Paulo). A efetividade das Receitas de Capital também reflete a articulação política do município e o comprometimento dos agentes políticos que defendem os interesses de Salto, tanto no estado quanto na federação.

Gráfico 13 – Receita Corrente e de Capital – Orçada e Realizada (2010-2016) ⁽¹⁾



(1) Em Reais correntes no exercício de execução.

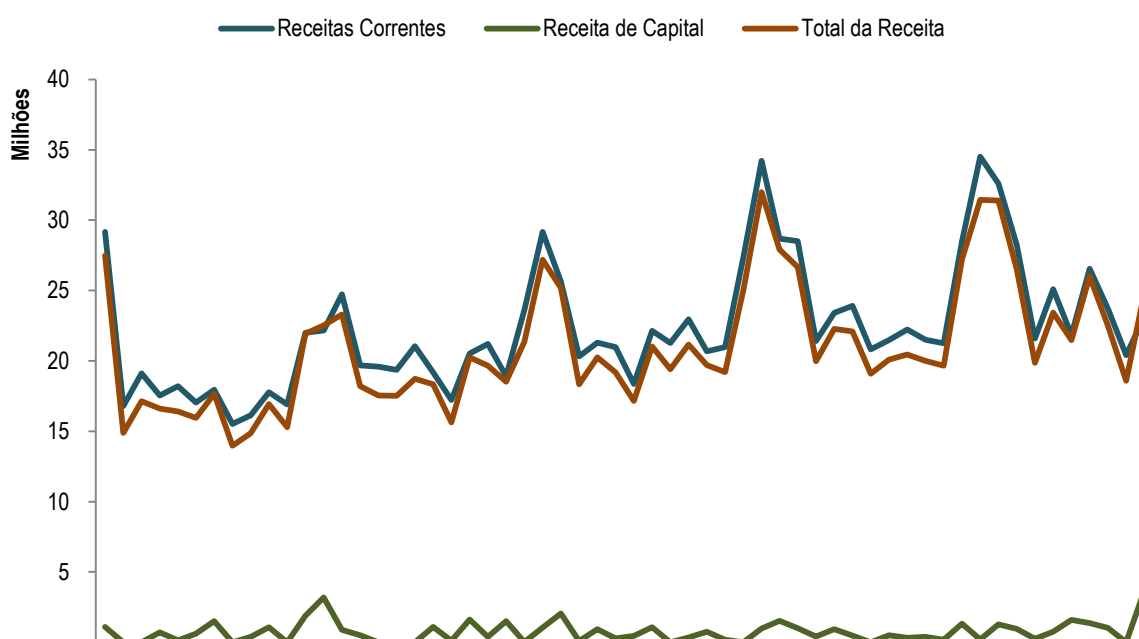
Entre 2010 e 2015 a *Receita Total* arrecadada foi de 98,05% da *Receita Total* orçada, em média. Até outubro de 2016 este indicador está em 84,11%.

As *Receitas Correntes* tiveram uma arrecadação média de 97,85% do montante orçado, no mesmo período, enquanto que a *Receita de Capital* arrecadou 32,09% do total orçado, em média. No exercício corrente, a Receita Corrente já arrecadou 79,61% do total orçado, enquanto que a Receita de Capital obteve 43,6% do total orçado, até outubro. É importante ressaltar que nos exercícios de 2011 e 2013 a Receita Corrente arrecadada superou a orçada, configurando o chamado excesso de arrecadação.

As Receitas realizadas

A realização da receita acompanha o desempenho econômico nacional, sofrendo os reflexos da política econômica implementada e, principalmente, os reflexos da turbulência política e social vivida no país, nos últimos anos. Tal reflexo é visível no desempenho da arrecadação do município de Salto, cuja arrecadação média foi de R\$ 20,982 milhões entre 2012 e outubro de 2016, em valores correntes.

Gráfico 14– Arrecadação Mensal (2012 a outubro de 2016 (1) (2) (3))



- (1) Dados mensais disponíveis apenas a partir do exercício de 2012.
 (2) Receita Corrente sem a aplicação da dedução para a formação do FUNDEB.
 (3) Valores em Reais correntes.

As **Receitas Correntes**¹², conforme demonstrado anteriormente, compõem quase 96,8% da arrecadação mensal de Salto, em média, de 2012 até outubro de 2016. Em todo esse período, o montante médio arrecadado anualmente foi de R\$ 240 milhões (até 2015). Mensalmente, a arrecadação média das Receitas Correntes de 2015 é 57% superior à arrecadação média de 2012. As **Receitas de Capital**¹³, por outro lado, ainda que proporcionalmente menor que as Receitas

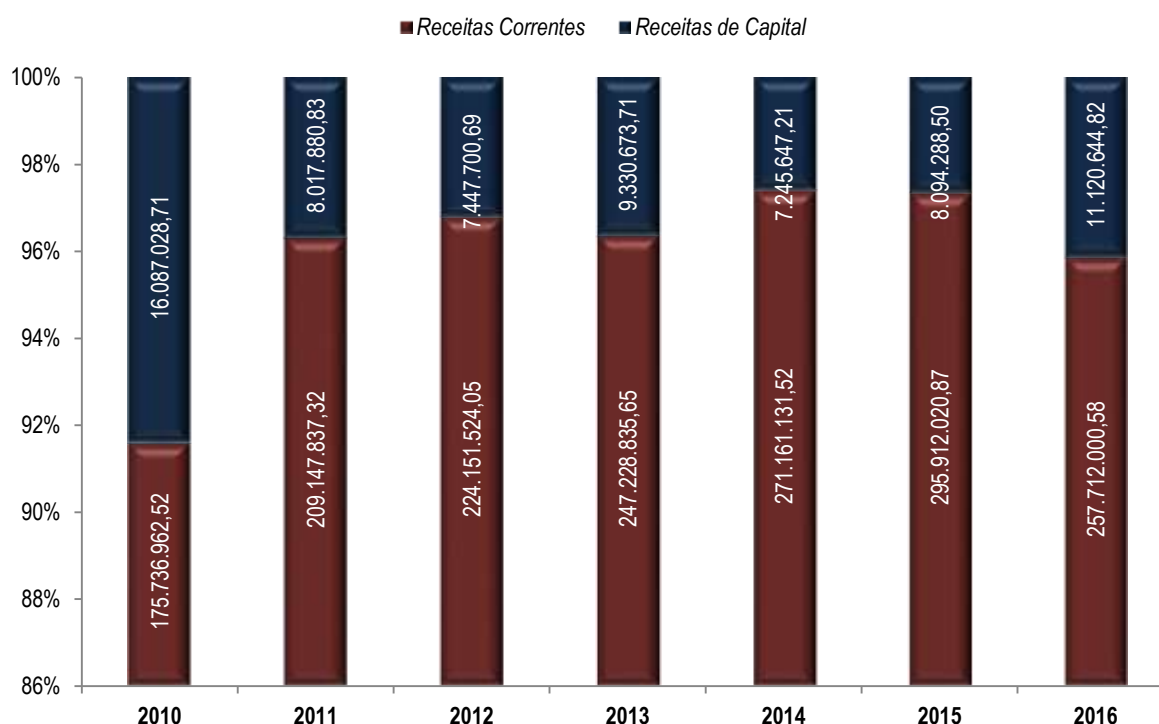
¹² As Receitas Correntes somam as Receitas *Tributária, de Contribuições, Patrimonial, Agropecuária, Industrial, de Serviços, de Transferências Correntes e Outras*, conforme estabelecido no § 4º do Art. 11 da Lei 4.320/1964.

¹³ As Receitas de Capital somam as Receitas de *Operações de Crédito, Alienação de Bens, Amortização de Empréstimos, Transferências de Capital e Outras*, conforme estabelecido pelo Art. 11 da Lei 4.320/1964.

Correntes, participaram com 3,23% do total arrecadado até outubro de 2016, com um montante total de R\$ 43.238.954,93.

No total da arrecadação anual e com os dados anuais de 2010 a 2016 é possível se observar que mais de 95% das receitas saltenses são arrecadadas como Receitas Correntes, com exceção ao exercício de 2010, quando alcançaram apenas 91,61% do total arrecadado.

Gráfico 15 – Receitas Correntes e de Capital no total da Arrecadação ⁽¹⁾



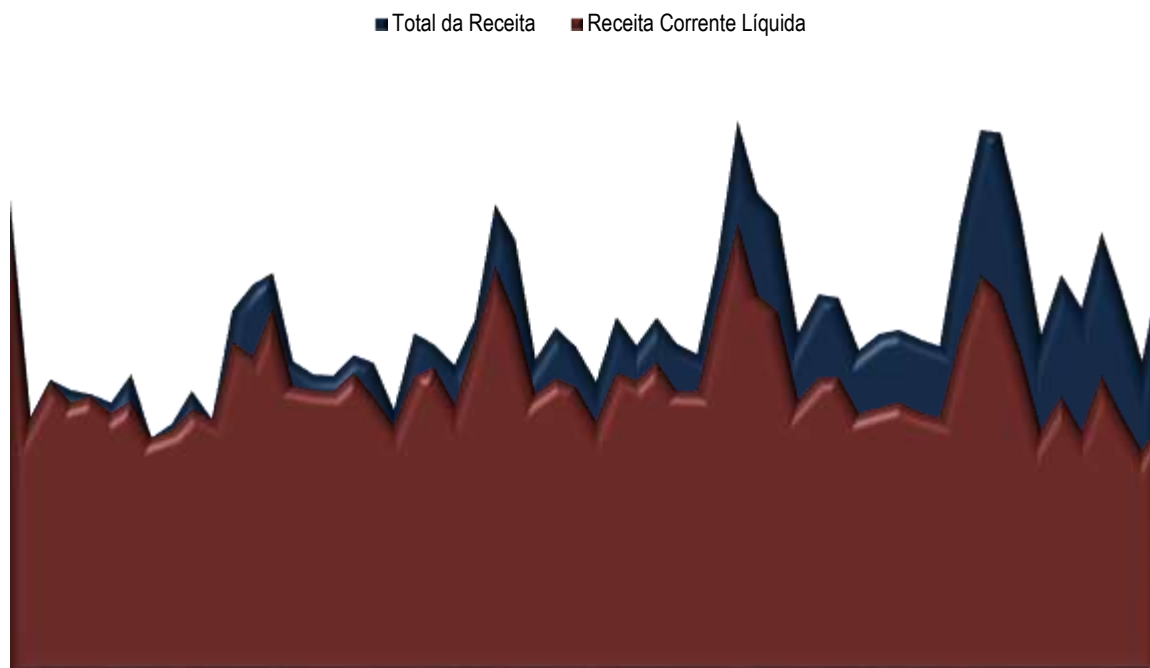
(1) Em Reais correntes no exercício de execução.

A arrecadação real do município é mais bem observada se analisando a *Receita Corrente Líquida (RCL)*¹⁴, cujo valor considera a contribuição do município para o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB). Tal contribuição é realizada com a retenção dos recursos transferidos pela União e pelo Estado de São Paulo dos

¹⁴ A Receita Corrente Líquida foi definida pela Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), como o somatório das receitas tributárias, de contribuições, patrimoniais, industriais, agropecuárias, de serviços, transferências correntes e outras receitas também correntes, deduzidos da contribuição dos servidores para o custeio do seu sistema de previdência e assistência social e as receitas provenientes da compensação financeira citada no § 9º do art. 201 da Constituição, computados no cálculo da receita corrente líquida os valores pagos e recebidos em decorrência da Lei Complementar nº 87/1996, e do fundo previsto pelo art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (Fundeb).

tributos que formam o mencionado fundo. Contudo, o valor recebido pelo município do mesmo fundo também é parte da Receita Corrente Líquida.

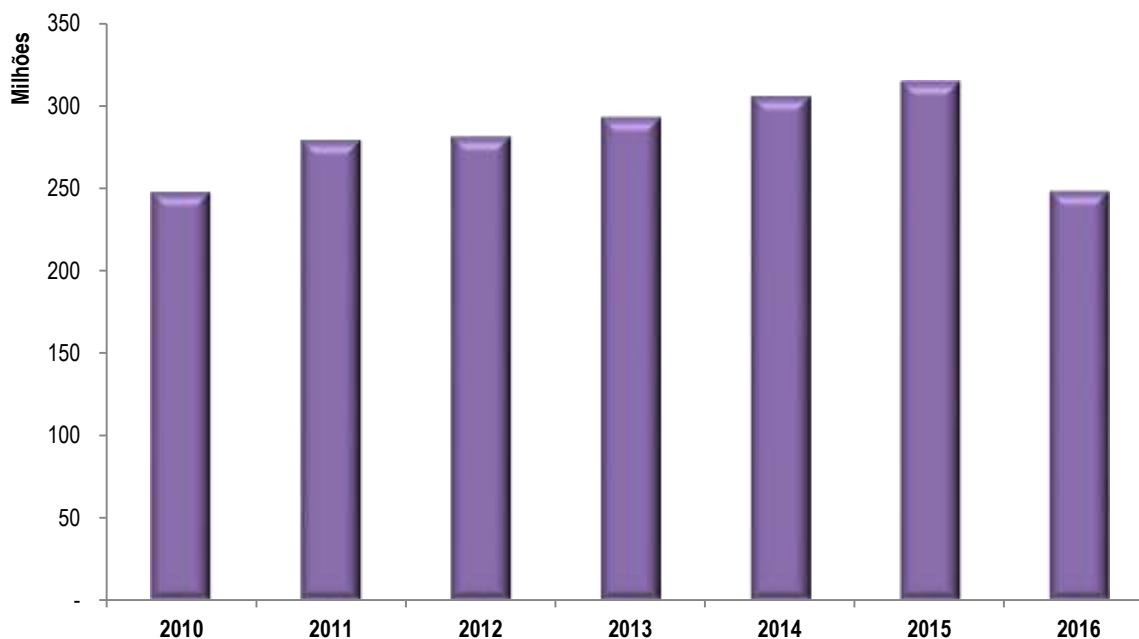
Gráfico 16 – Receita Total e RCL mensal (2012-2016) ⁽¹⁾



(1) Em Reais atualizados pelo IPCA até 2016.

A RCL mensal média de 2016 é 1,75% maior que a RCL mensal média de 2012, considerando-se os dados atualizados pelo IPCA (IPCA de 34,61% acumulado até outubro/2016). Ao se observar os dados anuais, a RCL de 2015 foi 26,93% maior que a RCL de 2010, para um IPCA acumulado de 48,9% no período.

Gráfico 17 – Crescimento real da RCL (2010 – Out de 2016) ⁽¹⁾



(1) Em Reais atualizados pelo IPCA até 2016.

A RCL realizada no primeiro semestre de 2016, no valor total de R\$ 155.733.704,68 é 8,8% menor, em termos reais (atualizados pelo IPCA mensal) que a RCL realizada no primeiro semestre de 2015. Considerando a RCL acumulada de janeiro a outubro de 2016 (total de R\$ 242.099.048,38) em comparação à RCL arrecadada de janeiro a outubro de 2015, a queda na RCL foi de 6,95%.

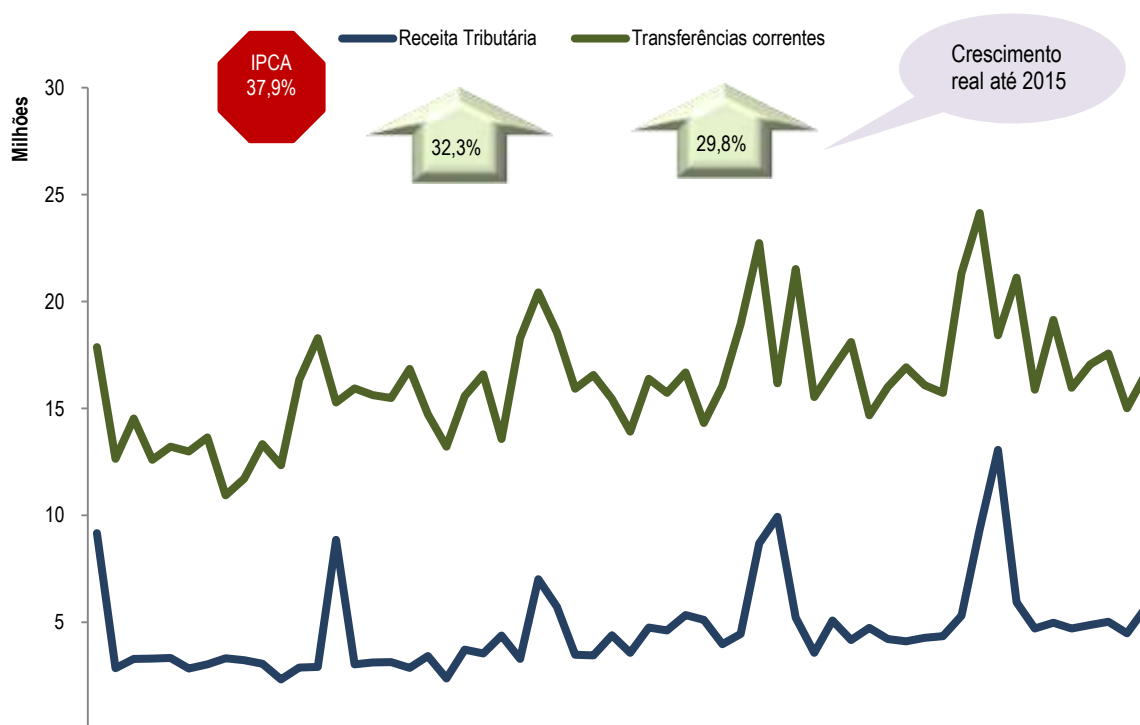
O crescimento da RCL abaixo da inflação demonstra o efeito causado pela redução da atividade econômica na arrecadação do município. Com uma receita que se desvaloriza ao longo do tempo, cresce a dificuldade do município fazer frente às demandas sociais. Há, então, necessidade de um planejamento que considere tal restrição da receita para que a sociedade saltense seja impactada de forma menos sensível e, se possível, as políticas públicas possam continuar sua execução sem sofrer quaisquer formas de redução.

A Receita Tributária e de Transferências Correntes

Como parte das Receitas Correntes, a Receita Tributária¹⁵ média de Salto foi de R\$ 4,652 milhões mensais, de janeiro de 2012 até outubro de 2016, em valores correntes. A tradicional concentração da arrecadação no primeiro trimestre do ano se deve, principalmente, à data de vencimento das parcelas do IPTU e das vantagens (descontos) oferecidas para o pagamento à vista do mencionado tributo.

Os reflexos mais intensos da variação decorrente da atividade econômica ocorrem nas Transferências Correntes, conta que totaliza os valores recebidos de transferências federais, estaduais, multigovernamentais e de outros entes, receitas que são arrecadadas pela União ou pelo Estado de São Paulo e distribuídas aos municípios, conforme os critérios específicos de cada despesa. No mesmo período, a média mensal das Transferências foi de R\$ 16 milhões, em valores correntes.

Gráfico 18 – Receita Tributária e Transferências Correntes (2012–Jul/2016) ⁽¹⁾



(1) Em Reais atualizados pelo IPCA até 2016.

¹⁵ “Tributo é uma das origens da Receita Corrente na classificação orçamentária por Categoria Econômica. Quanto à procedência, trata-se de receita derivada cuja finalidade é obter recursos financeiros para o Estado custear as atividades que lhe são correlatas.”, conforme descrito no Manual de contabilidade aplicada ao setor público: aplicado à União e aos Estados, DF e Municípios (STN – 5. ed. – Brasília: STN, 2013).

As **Receitas Tributárias** representaram, em média, 21,8% das Receitas Totais, considerando a arrecadação até outubro de 2016, enquanto que as receitas de Transferências Correntes representaram 66,9%, no mesmo período.

A arrecadação média mensal das Receitas Tributárias é relativamente estável, próximo à média mensal em quase todo o período, com variações apenas no início de cada exercício (em função da sazonalidade do IPTU). As influências sazonais nas Transferências Correntes (pela arrecadação do IPVA, no primeiro trimestre, e do FPM, em maio), contudo, não escondem a tendência de crescimento abaixo da inflação nos últimos anos (2015 e 2016), afetadas que foram pela queda da arrecadação em nível federal e estadual (detalhadas mais à frente).

Para compreender melhor o desempenho das Receitas Tributárias se faz necessário observar sua composição, que agrega a arrecadação de impostos, taxas e contribuições de melhoria. Os impostos arrecadados pelos municípios¹⁶ são o *Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana* (IPTU), o *Imposto sobre a Transmissão “Inter-vivos” de Bens Imóveis* (ITBI), o *Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza* (ISSQN) e, ainda, a arrecadação do *Imposto de Renda Retido na Fonte* (IRRF) sobre os rendimentos pagos pelo município¹⁷.

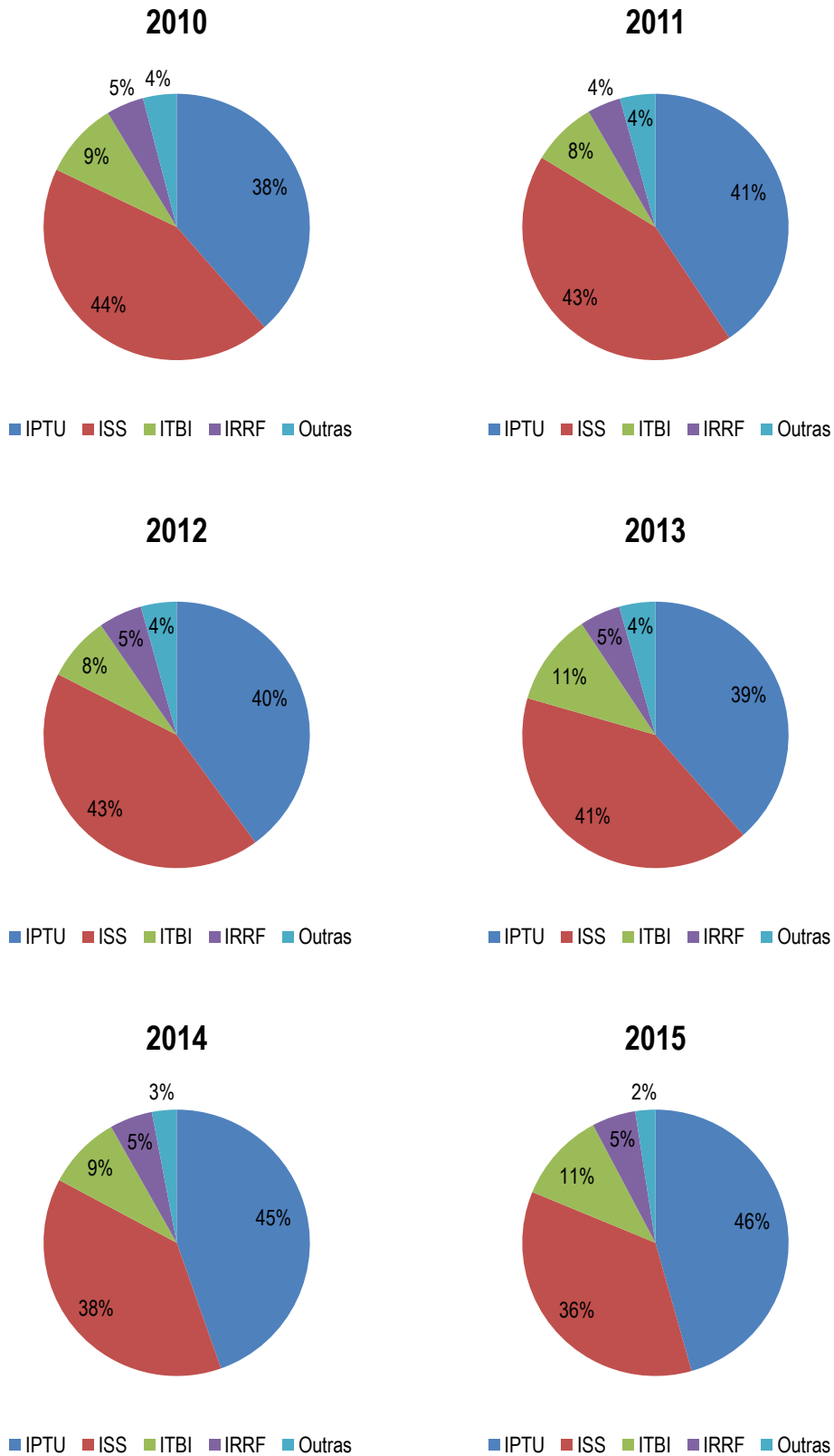
Tal arrecadação é de competência quase integral do município (com exceção do IRRF, cuja competência é da União). Os impostos, as taxas e as contribuições de melhoria são de competência legislativa do município, conforme estabeleceu a Constituição Federal. Disso decorre a vantagem que o município usufrui em dispor de tal flexibilidade para promover a política tributária mais eficaz e cuja efetividade contribua para o desenvolvimento da comunidade local.

A Receita Tributária em Salto revela o peso que o IPTU adquiriu no total arrecadado, ao longo tempo, uma vez que representa arrecadação superior à do ISSQN e contribui, atualmente, com 46% do montante arrecadado pelas Receitas Tributárias (era 38% em 2010). Considerando-se as Receitas Totais do município, o IPTU representou 10,49% do total, em 2015, ante 8,5% em 2010.

¹⁶ Discriminados no Art. 156 da Constituição Federal.

¹⁷ Conforme estabelecido no Inciso I do Art. 157 da Constituição Federal.

Gráfico 19 – Composição da Receita Tributária (2010 a 2015) ⁽¹⁾

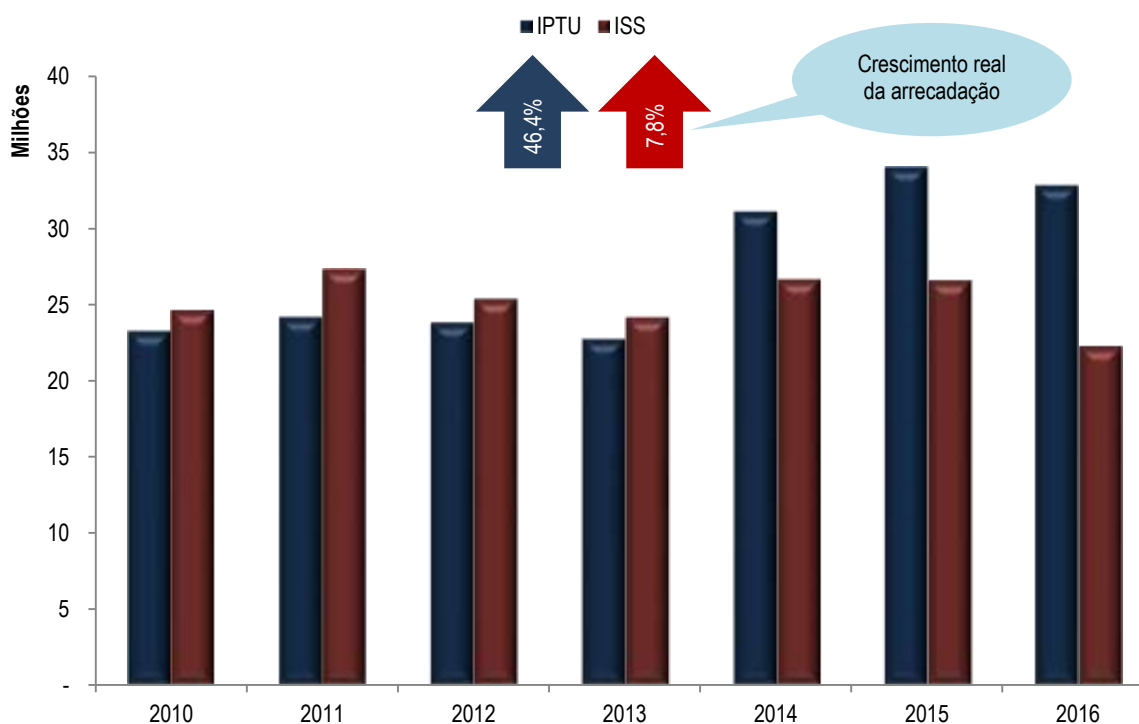


(1) Em Reais correntes no exercício de execução.

Por outro lado, o ISSQN contribuiu com 36% do total das Receitas Tributárias, em 2015 (ante 44% em 2010), e com 8,19% das Receitas Totais, no mesmo exercício (ante 9,01% em 2010). O peso desses dois tributos (IPTU e ISSQN) na Receita Total, em 2015, foi de 18,68%, representatividade expressiva em comparação com a realidade brasileira.

Parte dessas alterações na participação do ISSQN e do IPTU no total das receitas se explica pela queda na atividade econômica no período, afetada pela economia nacional. Quanto menor a atividade econômica na prestação de serviços, menor será a base de cálculo para a realização do tributo.

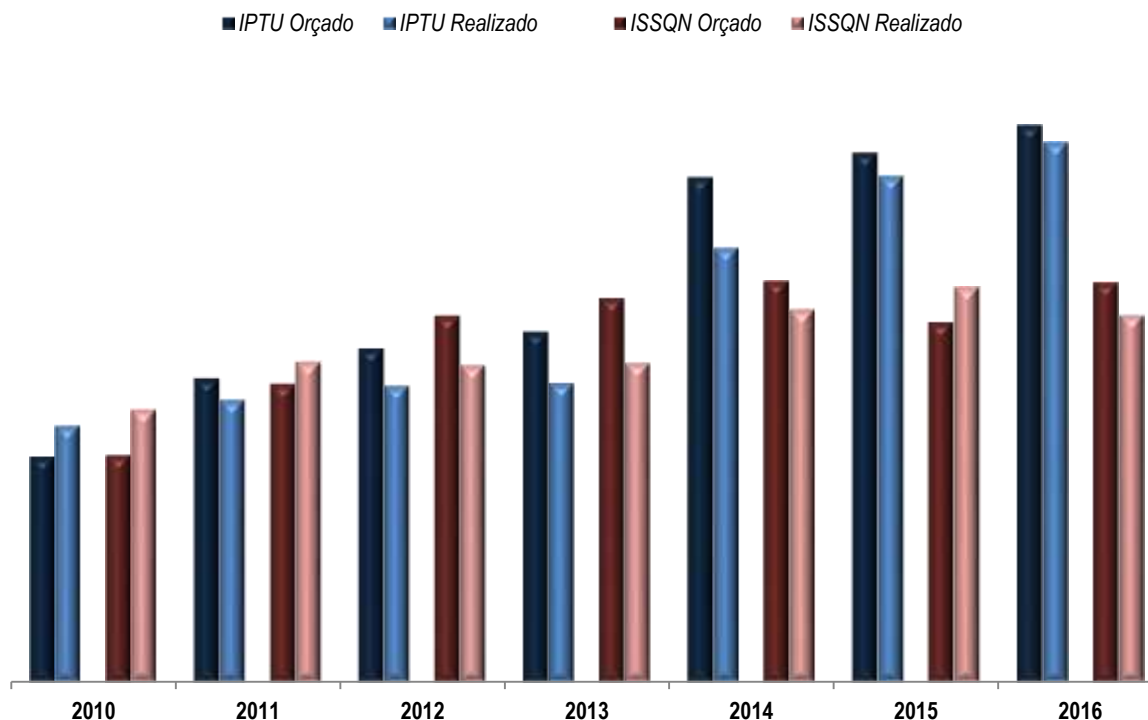
Gráfico 20 – Arrecadação anual IPTU e ISSQN (2010-2016) ⁽¹⁾



(1) Em Reais atualizados pelo IPCA até 2016.

No que diz respeito ao IPTU, a promulgação da Lei Municipal nº 3.227, de 23 de Outubro de 2013, que atualizou a Planta Genérica de Valores do município, significou uma nova forma de arrecadar o tributo, vez que tais alterações levaram à sociedade uma proposta de justiça tributária igualitária, proporcional e que respeita princípio da capacidade tributária. O aumento na arrecadação do IPTU, assim, se revelou como uma das consequências da alteração promovida pela Lei Municipal nº 3.227/2013, ainda que não tenha sido este o único objetivo do diploma.

Gráfico 21– Receita do IPTU e ISSQN – Orçada e Realizada (1)



(1) Em Reais correntes no exercício de execução.

Ainda relacionado aos dois impostos em comento, cabe observar a arrecadação de ambos em relação à expectativa orçamentária. A prudência no planejamento orçamentário conduz à realização da receita menor que a expectativa, normalmente. Não foi o caso do IPTU e do ISSQN no exercício de 2010, único com excesso de arrecadação nos dois tributos, fato que se repetiu apenas para o ISSQN nos exercícios de 2011 e 2015.

A alteração promovida na Planta Genérica de Valores para o cálculo do IPTU, em 2013, conduziu, também, a uma elevação notável na expectativa orçamentária do tributo. O valor orçado para a arrecadação do IPTU em 2014 é 43,84% maior que o valor orçado em 2013, proporção que se repetiu na arrecadação do tributo (44,92% maior em 2014 que em 2013).

No que tange às Receitas com as **Transferências Correntes**¹⁸, a elevação real da arrecadação no período de 2010 a 2015 foi de 29,84%. Sua composição

¹⁸ "Na ótica orçamentária, são recursos financeiros recebidos de outras pessoas de direito público ou privado destinados a atender despesas de manutenção ou funcionamento relacionadas a uma finalidade pública específica, mas que não correspondam a uma contraprestação direta em bens e serviços a quem efetuou a transferência", conforme descrito no Manual de contabilidade aplicada ao setor público: aplicado à União e aos Estados, Distrito Federal e Municípios (Secretaria do Tesouro Nacional. – 5. ed. – Brasília: STN, 2013).

agrega a arrecadação das Transferências Intergovernamentais, de Instituições Privadas, Pessoas e de Convênios. As rubricas orçamentárias mais representativas para o município estão elencadas nas Transferências Intergovernamentais, a saber: a cota - parte no *Fundo de Participação dos Municípios (FPM)*, do *Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS)*, do *Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA)*, do *Imposto Territorial Rural (ITR)*, dos recursos recebidos do *Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB)*, além de outras transferências.

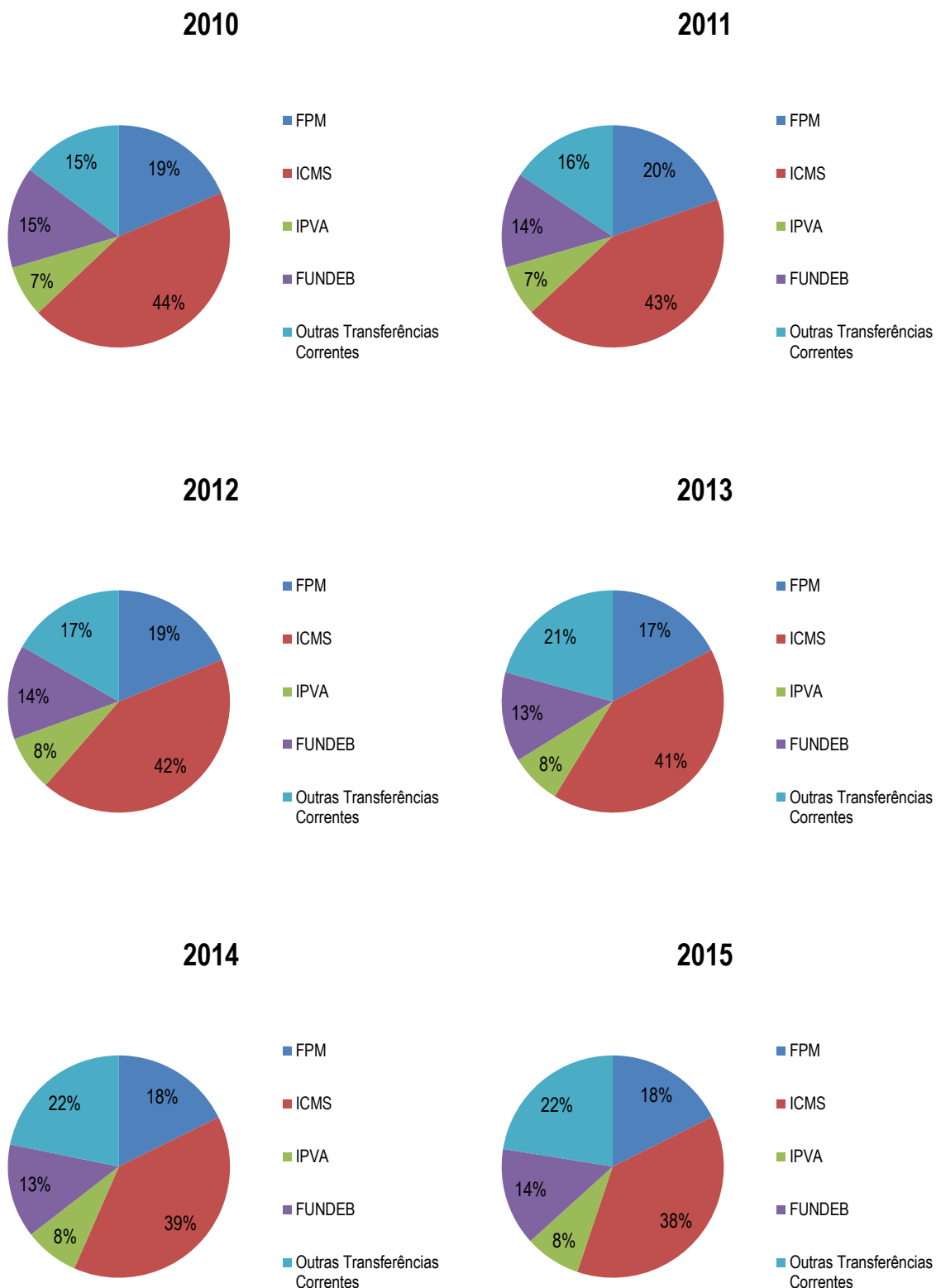
As receitas que formam as Transferências Correntes não sofrem influência do município em sua instituição ou arrecadação. São constituídas, principalmente, por tributos de competência federal ou estadual, razão pela qual são os respectivos entes que definem as hipóteses de tributação, base de cálculo e demais quesitos para a cobrança. A exceção fica por conta da cota do ICMS, cuja aplicação depende do Índice de Participação dos Municípios, calculado em função do valor adicionado do município em relação ao valor adicionado no Estado de São Paulo.

Os programas federais e estaduais de saúde, educação e assistência social também variam de município para município, em razão de que alguns municípios são elegíveis para certos programas, enquanto que outros, não. Todavia, o montante do repasse desses programas em relação à Receita Corrente Líquida é baixo, não significando valores expressivos para a realidade municipal.

As Transferências Correntes representaram, em média, 69,9% da RCL de Salto, de 2010 a 2015. Com peso tão expressivo, a observação de tais receitas é primordial para uma gestão eficaz do tesouro municipal.

A receita de Transferência Corrente mais significativa é a **cota do ICMS** do município, com 40,6% de participação no total das Transferências. Individualmente, a receita da cota parte do FPM é a segunda maior transferência (18% do total, em média), e a receita do FUNDEB é a terceira transferência mais significativa (14%, em média).

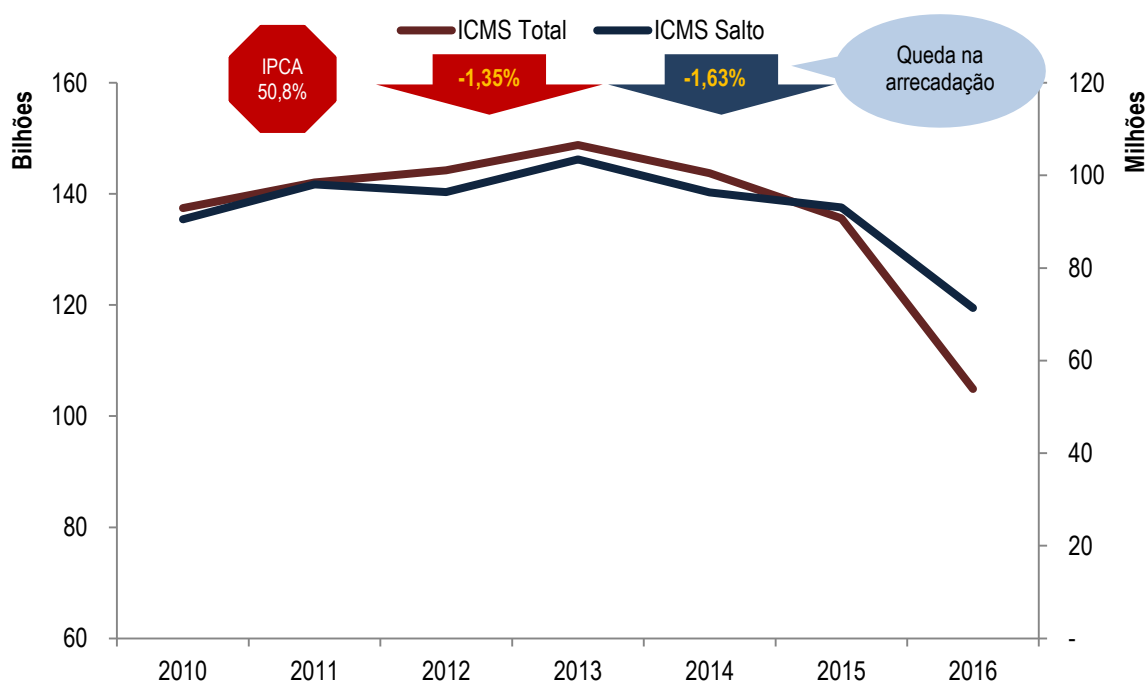
Gráfico 22 – Composição das Transferências Correntes (2010 a 2015) ⁽¹⁾



(1) Em Reais correntes no exercício de execução.

É relevante observar que a participação do ICMS foi se reduzindo, ano a ano, no período analisado. A queda no Índice de Participação do município, a partir de 2010, indica uma participação menor na receita do ICMS arrecadado no Estado de São Paulo. Nessa condição, o montante recebido do município cresce apenas na hipótese de crescimento da arrecadação, o que não tem ocorrido no presente momento.

Gráfico 23– Receita anual do ICMS (Estado de SP/Salto) (2010-2016) ⁽¹⁾



(1) Em Reais atualizados pelo IPCA até 2016.

O Índice de Participação dos Municípios no produto da arrecadação do ICMS é apurado anualmente (com dados do ano anterior), para aplicação no exercício seguinte, com observância de alguns critérios

- Valor Adicionado: 76% (setenta e seis por cento) pela relação percentual entre o valor adicionado ocorrido no município e o valor total do Estado, pela média dos dois exercícios anteriores ao da apuração;
- População: 13% (treze por cento) pela relação entre a população de cada município e a população total do Estado, conforme o último recenseamento demográfico geral realizado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE;
- Receita Tributária Própria: 5% (cinco por cento) pela relação entre o valor da receita tributária própria de cada município e a soma das receitas

tributárias próprias de todos os municípios paulistas. Para efeitos de cálculo, considera-se Receita Tributária Própria a contabilizada no exercício anterior ao da apuração, proveniente exclusivamente da arrecadação dos impostos previstos no artigo 156, incisos I a III, da CF.

- d) Área Cultivada: **3%** (três por cento) pelo percentual entre a área cultivada do município e a soma da área cultivada do Estado no exercício anterior, levantadas pela Secretaria da Agricultura e Abastecimento;
- e) Área Inundada: **0,5%** (zero vírgula cinco por cento) pelo percentual entre a área dos reservatórios de água de cada município e a soma das áreas dos reservatórios do Estado existentes no exercício anterior, para fins de geração de energia elétrica, levantadas pela Secretaria de Energia;
- f) Área Protegida: **0,5%** (zero vírgula cinco por cento) pelos índices de área protegida, observados os critérios estabelecidos no Anexo da Lei 8.510/93, calculados pela Secretaria do Meio Ambiente;
- g) Componente Fixo: **2%** (dois por cento) dividido pelo número de municípios do Estado (645) em igualdade de condições.

Tabela 17 – Evolução do Índice de Participação de Salto ⁽¹⁾

Ano Base	Valor Adicionado (R\$)	População	Receita Tributária (R\$)	Índice Participação	Ano de Aplicação
2015	2.824.525.376	105.516	69.318.498	0,27172867	2017/2018
2014	2.827.482.593	105.516	57.412.041	0,26505230	2016/2017
2013	2.497.951.664	105.516	48.055.249	0,25545694	2015/2016
2012	2.276.478.426	105.516	44.058.399	0,25725450	2014/2015
2011	2.205.408.820	105.516	43.086.452	0,25717672	2013/2014
2010	1.941.502.115	105.516	37.659.143	0,25785384	2012/2013
2009	1.803.573.246	93.159	33.218.046	0,26292387	2011/2012

(1) Em Reais atualizados pelo IPCA até Junho de 2016.

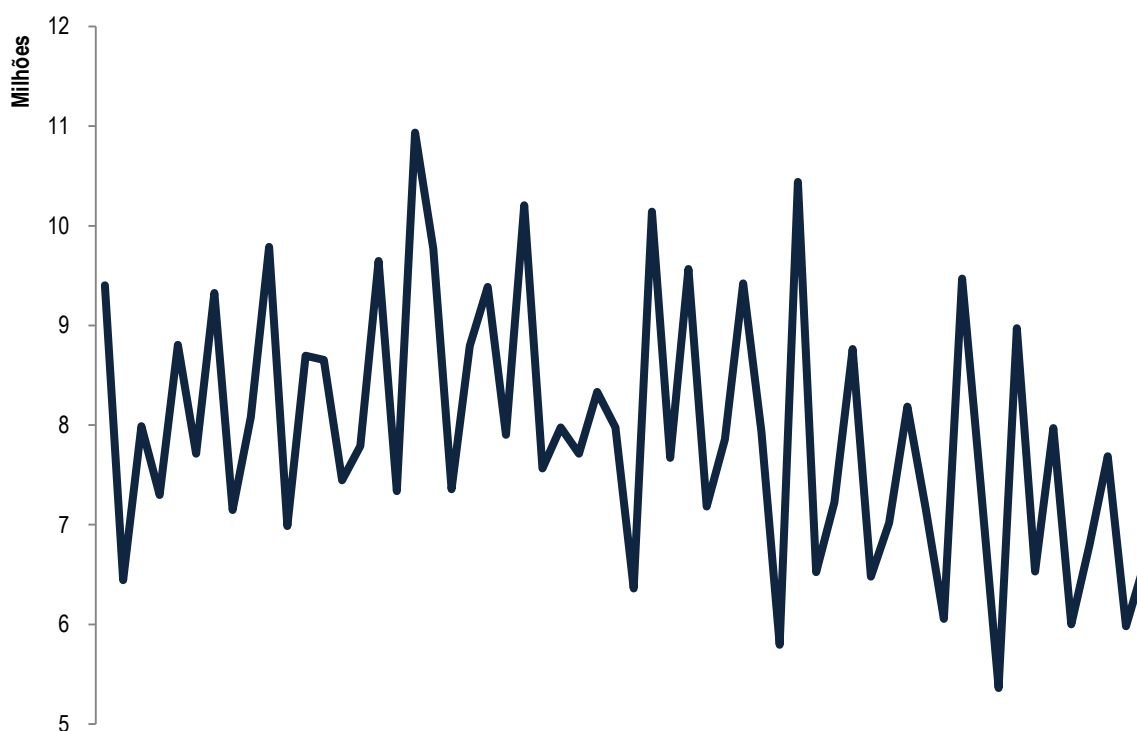
Assim, Salto alcançou o maior IPM em 2009, cuja aplicação ocorreu em nos repasses do ICMS realizados em 2011 e 2012. Os IPMs seguintes foram menores e, conseqüentemente, a participação de Salto no ICMS paulista menor em relação aos valores recebidos em 2011 e 2012. A recuperação do índice se inicia em 2014, com impacto financeiro nos repasses a partir de 2016.

A arrecadação do ICMS no Estado de SP *caiu* 1,35% comparando-se o valor arrecadado em 2015 com o valor arrecadado em 2010, atualizados pelo IPCA.

A mesma comparação feita para o *ICMS transferido* ao município de *Salto* indica uma *queda* de 1,63%, na receita que representa 31% da Receita Total, em média.

A queda verificada no Índice de Participação do Município de Salto a partir do exercício de 2010 significou uma redução no repasse do ICMS. A recuperação do índice começou no exercício de 2014, elevado ao maior nível desde 2007. Entretanto, o impacto desta elevação iniciou-se em 2016 (com o uso da média dos índices relativos a 2013 e 2014). Por se tratar de um momento de queda na arrecadação do tributo em todo o Estado, diante da crise econômica brasileira, sua utilidade se mostra ao significar queda menor do repasse do ICMS.

Gráfico 24 – Receita mensal do ICMS de Salto (2012-2016) ⁽¹⁾



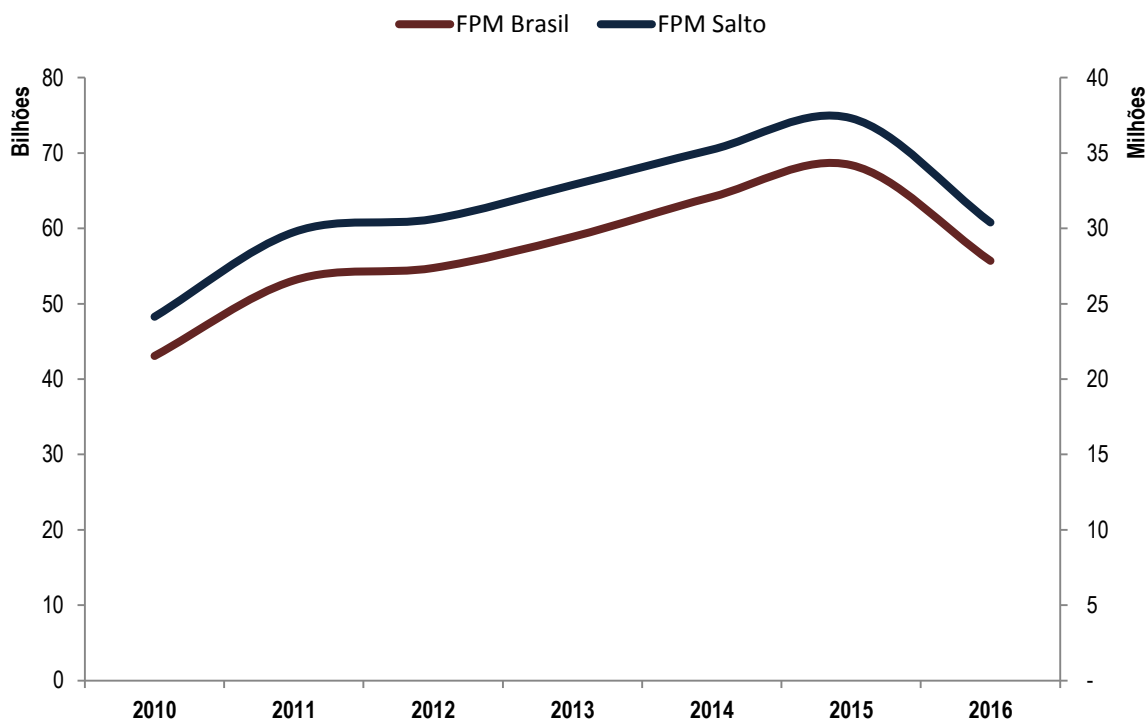
(1) Em Reais atualizados pelo IPCA até 2016.

Para o exercício de 2016 não há ferramentas para que o município altere o prognóstico de queda na arrecadação do ICMS. Para o próximo exercício, uma análise técnica sobre o valor adicionado de 2015 é recomendável, com vistas à correção de eventuais erros no envio dos dados pelas empresas ou, ainda, por equívocos da Secretaria Estadual da Fazenda no cálculo do índice.

Significando 18% do total da receita de Transferências Correntes, a **cota parte do FPM** também tem apresentado queda no montante recebido da União. Como

parâmetro, o repasse de janeiro de 2016 foi 23,11% menor que o repasse de janeiro de 2015 (atualizado pelo IPCA). O montante recebido no primeiro semestre de 2016 é o menor valor desde 2012 (período com dados mensais disponíveis), considerando-se os valores atualizados pelo IPCA.

Gráfico 25– Receita anual do FPM (Brasil/Salto) (2010-2016) ⁽¹⁾



(1) Em Reais atualizados pelo IPCA até 2016.

O Fundo de Participação dos Municípios (FPM)¹⁹ é formado pela transferência de 24,5% da arrecadação da União com o *Imposto de Renda e Proventos de Qualquer Natureza* (IR) e do *Imposto sobre Produtos Industrializados* (IPI). Sua distribuição segue dois critérios, basicamente: 1) os municípios que se constituem capitais de Estado compartilham 10% do total arrecadado pelo fundo e 2) os municípios que não se constituem capitais (municípios do interior) recebem os 90% restantes, distribuídos por critério populacional. O objetivo do fundo é promover uma redistribuição dos recursos arrecadados para os municípios de forma a garantir certo equilíbrio na gestão fiscal municipal do país.

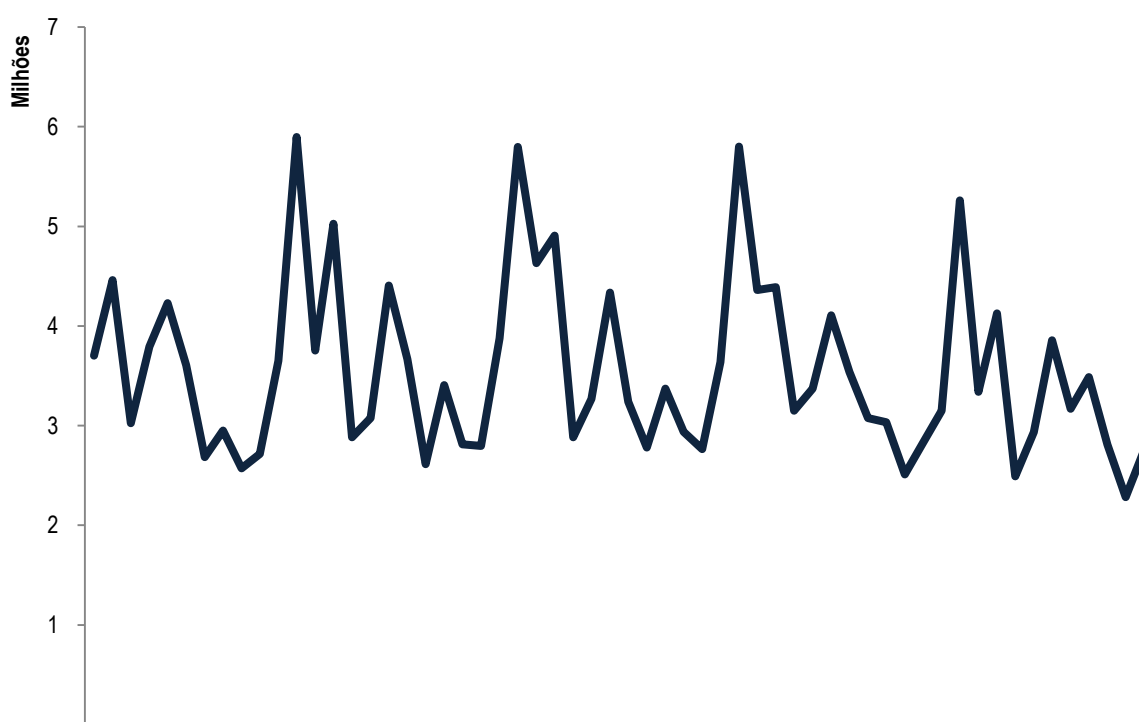
O município de Salto, cuja população medida pelo último censo foi de 105.516 habitantes, utiliza o índice 3,2 para calcular a participação nos recursos do

¹⁹ Conforme previsto no Art. 159 da Constituição Federal.

FPM. Só haverá alteração desse índice com o crescimento populacional do município, apurado sempre no censo.

Com uma arrecadação média de R\$ 3 milhões mensais, o FPM tem recebido o impacto do aumento do desemprego e conseqüente redução da massa salarial e da queda da atividade industrial. Se arrecadação do IR e do IPI caem, a contribuição da parcela desses tributos ao FPM é menor e, como consequência, os repasses aos municípios.

Gráfico 26 – Receita mensal do FPM de Salto (2012-2016) ⁽¹⁾



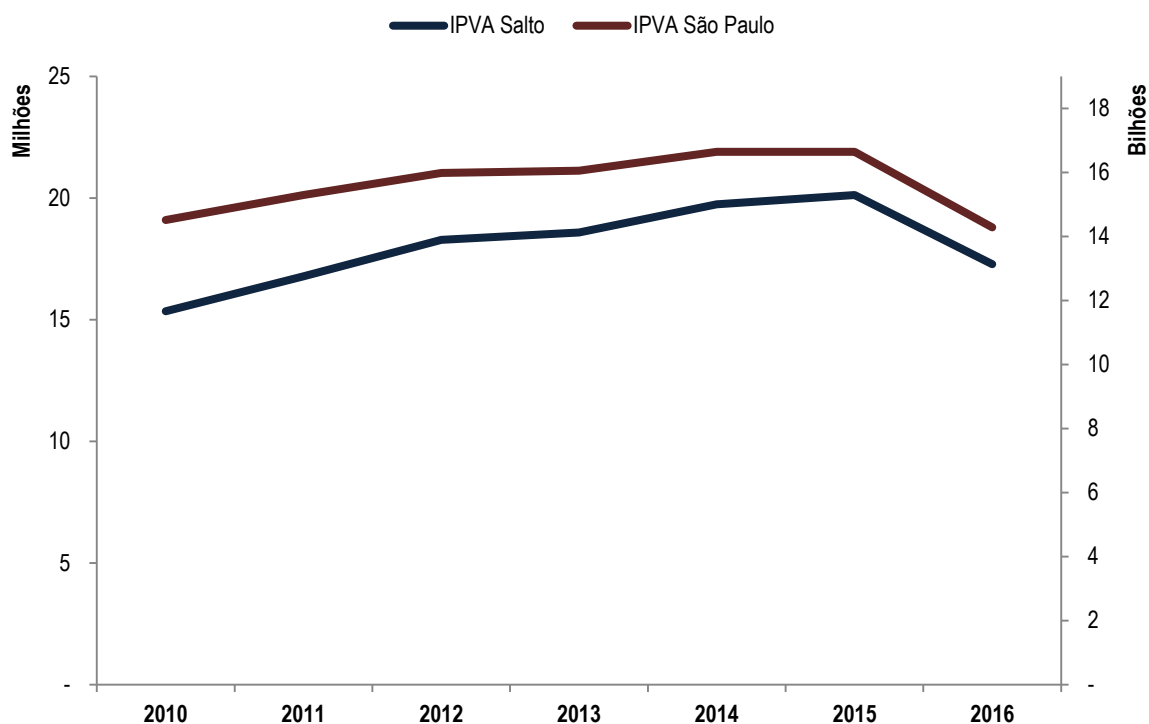
(1) Em Reais atualizados pelo IPCA até 2016.

Conforme apontado anteriormente, o valor recebido em 2016 é menor que o valor recebido em 2012, quando atualizados pelo IPCA. Na média, a receita do FPM de 2016 é 7,36% menor que a média de 2012.

A transferência média do **IPVA** representa 8,2% das receitas de Transferências Correntes para o município de Salto. Neste parâmetro, a receita do IPVA cresceu de 2010 a 2015, uma vez que naquele exercício representou 7,5% do total das transferências correntes, ao passo que no último representou 8,1%. Considerando o valor total do repasse, a receita do IPVA em 2015 foi 31% superior à obtida em 2010, considerando que o valor médio da transferência foi de R\$ 17,9

milhões, entre 2010 e 2015 (com os valores atualizados pelo IPCA). Uma das possíveis razões para tal crescimento foi a elevação da frota do município em 37% entre 2010 (49.481 veículos) e 2015 (67.827 veículos), motivada pela política tributária aplicada aos veículos automotores entre 2008 e 2014.

Gráfico 27 – Receita anual do IPVA (Estado de SP/Salto) (2010-2016) ⁽¹⁾



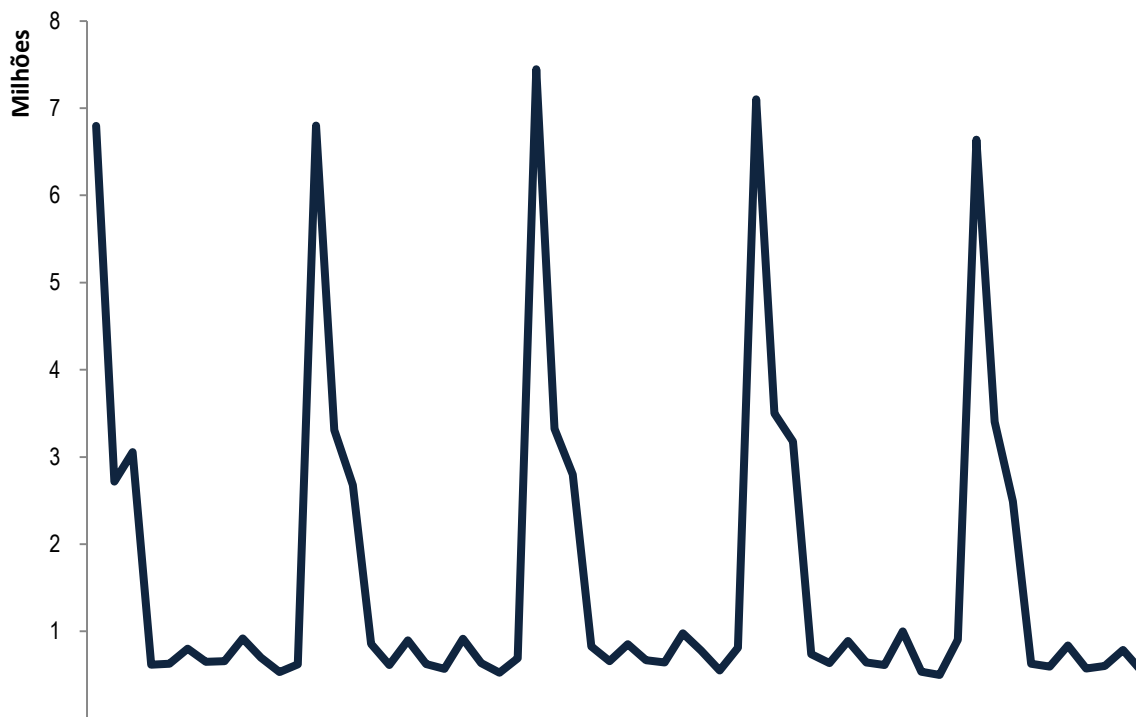
(1) Em Reais atualizados pelo IPCA até 2016.

Entretanto, o crescimento nos valores transferidos verificado para o município reflete, também, o crescimento da arrecadação do imposto pelo Estado de SP, também em função do crescimento da frota e da variação nos preços dos veículos. De todo modo, a intensidade verificada no crescimento das transferências saltenses (31%) foi maior que a verificada para o Estado de SP (14,5%).

Uma vez que a receita do IPVA é concentrada no primeiro trimestre, diante da política paulista de cobrança à vista com desconto no mês de janeiro e de parcelamento entre janeiro e março, a sazonalidade do tributo acumula sua arrecadação nessa época. Dessa forma, os picos mensais de transferência concentrados nos meses iniciais do exercício são esperados e servem como indicativo do comportamento do tributo ao longo do exercício (crescimento ou queda na arrecadação). Mesmo com a melhora na arrecadação, a média mensal obtida com a transferência do IPVA em 2016 (até outubro) é 2,5% menor que a média mensal obtida

no exercício de 2012 (exercício para o qual há dados mensais disponíveis), considerando os valores atualizados pelo IPCA.

Gráfico 28 – Receita mensal do IPVA de Salto (2012-2016) ⁽¹⁾ ⁽²⁾



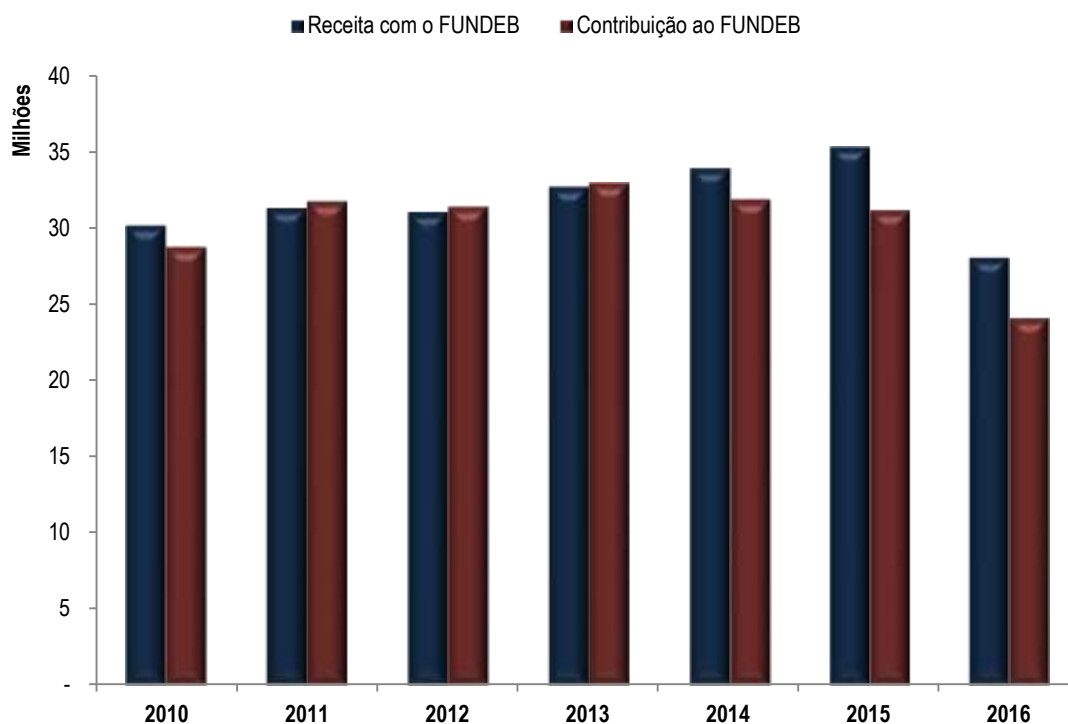
(1) Em Reais atualizados pelo IPCA até 2016.

Por fim, cumpre observar a receita obtida com a transferência dos recursos do **Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB**, receita esta que representou, em média, 14% das Transferências Correntes, entre 2010 e 2015. Anualmente, o FUNDEB significou uma receita de R\$ 31,9 milhões, em média, com os valores corrigidos pelo IPCA.

O FUNDEB é composto pela contribuição de todos os entes da federação a um fundo estadual, com recursos da arrecadação de impostos federais e estaduais. Os Estados contribuem com os recursos da arrecadação do ITCMD, do ICMS e do IPVA; os municípios com os recursos das transferências do ITR, do FPM, do ICMS, do IPVA e das transferências de recursos das Leis Complementares 61/1989 e 87/1996. A União complementa o FUNDEB com até 10% do total dos recursos arrecadados utilizando como parâmetro um valor referenciado por aluno. A distribuição do FUNDEB leva em consideração o censo escolar anual.

Assim, em função das contribuições realizadas e do valor recebido existem municípios que contribuem com um valor maior que o valor recebido. Outros municípios contribuem com um valor, mas recebem uma transferência num valor maior que o contribuído. Salto é um município cuja contribuição ao FUNDEB variou de tal forma, anualmente, que houve anos em que a receita foi superior à contribuição (2010, 2014 e 2015) e anos em que a receita fora menor que a contribuição (2011, 2012 e 2013).

Gráfico 29 – Receita da transferência x contribuição ao FUNDEB (2010-2016) ⁽¹⁾



(1) Em Reais atualizados pelo IPCA até 2016.

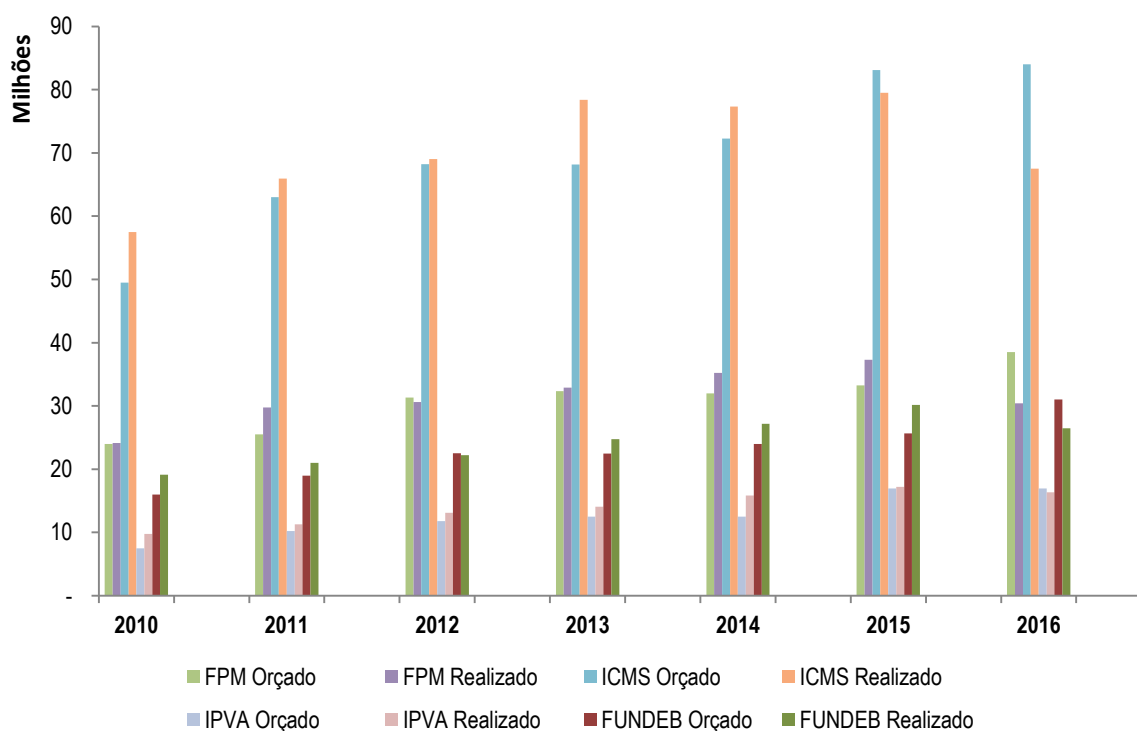
Uma vez que as transferências do FUNDEB são realizadas em função do número de alunos contados anualmente no Censo Escolar e as contribuições são calculadas em função das receitas de transferências, o crescimento da arrecadação do município em alguns anos explica a contribuição superior à receita do fundo.

As transferências mensais realizadas em 2016 estão em patamar pouco superior às realizadas em 2012, demonstrado pela média mensal das transferências em 2016 estar superior à média mensal de 2012 em 1,92%.

Como observação final a respeito das Transferências Correntes, cumpre compreender que, na elaboração da LOA, a expectativa orçamentária para a receita

de Transferências Correntes cresceu 33% de 2010 a 2016, em valores reais (com a atualização do IPCA). Em 2010, as Transferências Correntes significaram 70,21% das Receitas Correntes orçadas, ao passo que, para o exercício de 2016, as Transferências Correntes correspondiam a 73,79% das Receitas Correntes orçadas.

Gráfico 30 – Receitas Orçada e Realizada - FPM, ICMS e IPVA (2010-2016) ⁽¹⁾



(1) Em Reais constantes.

O planejamento realizado pelo município de Salto tem sido preciso o suficiente a ponto de conseguir prever os repasses do FPM, do ICMS e do IPVA, anualmente, com relativo sucesso (considerando sucesso como a superação da expectativa traçada). Apenas em 2012 a receita orçada para o FPM não foi superada pela receita realizada; com o ICMS o mesmo fato ocorreu apenas em 2015, enquanto que o IPVA arrecadado superou o valor orçado em todos os exercícios observados.

O planejamento das Despesas em Salto

O planejamento orçamentário atualmente em vigor no Brasil é referenciado no modelo onde as políticas públicas são organizadas em programas, de forma a organizar as ações governamentais em propósitos, objetivos e metas para as quais a Administração solicita as dotações necessárias, identifica os custos dos programas propostos para alcançar tais objetivos e os dados quantitativos que medem as realizações e o esforço despendido em cada programa.

Com tal estrutura, a legislação²⁰ em vigor direciona a programação orçamentária para estruturar a execução das ações planejadas com vistas a alcançar os objetivos propostos e, assim, atender às expectativas geradas durante o processo de planejamento, conforme consta no Art. 7º do Decreto-Lei 200/1967²¹.

Instrumento de ação administrativa, as despesas são entendidas como as saídas de recursos decorrentes da realização de um determinado gasto. Prevê o ordenamento constitucional vedação expressa à realização de despesa não autorizada pela Lei Orçamentária Anual, assim como a despesa que exceda o crédito orçamentário (Art. 167 da Constituição Federal).

Como forma de aprimorar o planejamento e permitir uma compreensão mais confiável dos gastos realizados, cabe observar que o valor previsto em orçamento para as despesas é compatível com a previsão de receita estimada pelo município para o exercício. Assim, a autorização da despesa proporcionada pela Lei Orçamentária Anual – LOA não é garantia de execução na medida em que a realização das receitas abaixo das expectativas obriga o gestor a não executar todas as despesas.

²⁰ A Lei 4.320/1964 determina no Art. 2º que “A Lei do Orçamento conterà a discriminação da receita e despesa de forma a evidenciar a política econômica financeira e o programa de trabalho do Governo, (...)” e no Art. 25, que determina que “Os programas constantes do Quadro de Recursos e de Aplicação de Capital sempre que possível serão correlacionados a metas objetivas em termos de realização de obras e de prestação de serviços”.

²¹ Art. 7º A ação governamental obedecerá a planejamento que vise a promover o desenvolvimento econômico-social do País e a segurança nacional, norteando-se segundo planos e programas elaborados, na forma do Título III, e compreenderá a elaboração e atualização dos seguintes instrumentos básicos: **a)** plano geral de governo; **b)** programas gerais, setoriais e regionais, de duração plurianual; **c)** orçamento-programa anual; **d)** programação financeira de desembolso.

As despesas possuem classificações diversas que afetam a interpretação de sua evolução, dentre as quais uma das mais importantes é a classificação de Categorias Econômicas, que são as:

- **Despesas Correntes:** despesas que não contribuem, diretamente, para a formação ou aquisição de um bem de capital.
- **Despesas de Capital:** despesas que contribuem, diretamente, para a formação ou aquisição de um bem de capital.

Outra classificação relevante é a classificação por grupo de Natureza da Despesa. Esta classificação apresenta as despesas assim agrupadas:

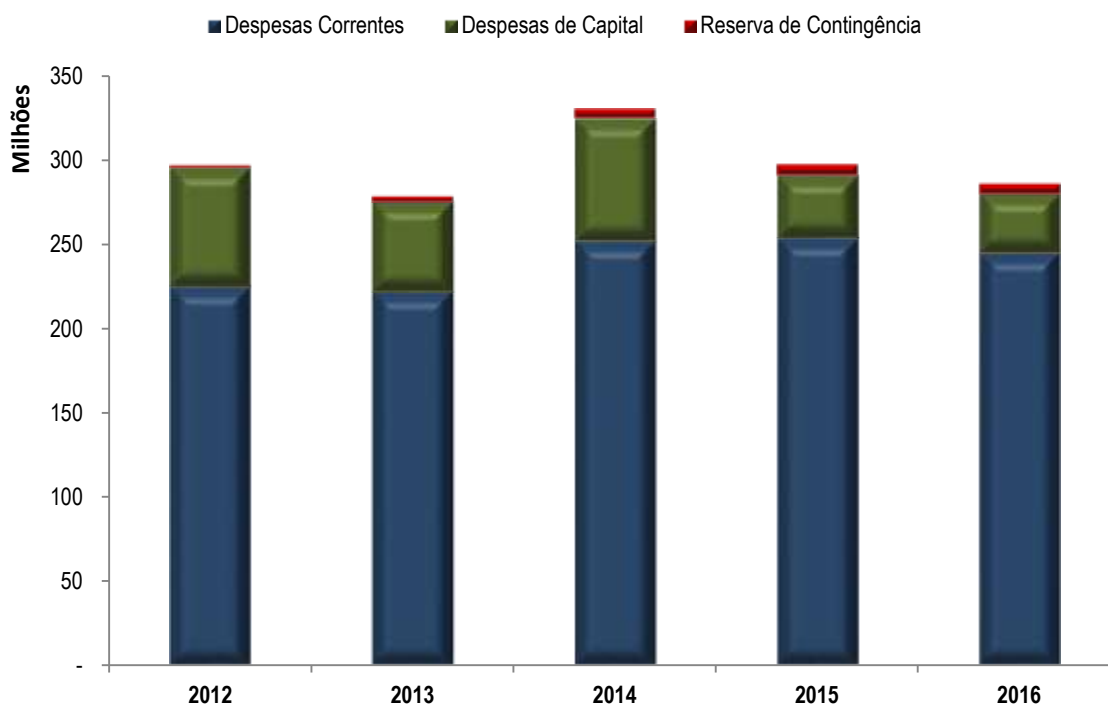
- **Pessoal e Encargos Sociais:** despesas orçamentárias com pessoal ativo e inativo e pensionistas, relativas a mandatos eletivos, cargos, funções ou empregos, civis, militares e de membros de Poder, com quaisquer espécies remuneratórias, tais como vencimentos e vantagens, fixas e variáveis, subsídios, proventos da aposentadoria, reformas e pensões, inclusive adicionais, gratificações, horas extras e vantagens pessoais de qualquer natureza, bem como encargos sociais e contribuições recolhidas pelo ente às entidades de previdência, conforme estabelece o caput do art. 18 da LC nº 101/2000.
- **Juros e Encargos da Dívida:** despesas orçamentárias com pagamento de juros, comissões e outros encargos de operações de crédito internas e externas contratadas, bem como da dívida pública mobiliária.
- **Outras Despesas Correntes:** despesas orçamentárias com aquisição de material de consumo, pagamento de diárias, contribuições, subvenções, auxílio-alimentação, auxílio-transporte, além de outras despesas da categoria econômica "Despesas Correntes" não classificáveis nos demais grupos.
- **Investimentos:** despesas orçamentárias com softwares e com o planejamento e a execução de obras, inclusive com a aquisição de imóveis considerados necessários à realização destas últimas, e com a aquisição de instalações, equipamentos e material permanente.
- **Inversões Financeiras:** despesas orçamentárias com a aquisição de imóveis ou bens de capital já em utilização; aquisição de títulos

representativos do capital de empresas ou entidades de qualquer espécie, já constituídas, quando a operação não importe aumento do capital; e com a constituição ou aumento do capital de empresas, além de outras despesas classificáveis neste grupo.

- **Amortização da Dívida:** despesas orçamentárias com o pagamento e/ou refinanciamento do principal e da atualização monetária ou cambial da dívida pública interna e externa, contratual ou mobiliária.

Além dessas classificações, existe a Classificação Funcional das despesas, que servem como *agregador dos gastos públicos por área de ação governamental* nas três esferas de Governo. Trata-se de classificação de aplicação comum e obrigatória, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, o que permite a consolidação nacional dos gastos do setor público.

Gráfico 31 – Despesa orçada por Categoria Econômica (2012-2016) ⁽¹⁾



(1) Em Reais atualizados pelo IPCA até 2016.

A despesa orçada pelo município de Salto *caiu* 3,59% entre 2012 e 2016, considerando os valores atualizados pelo IPCA. Contudo, enquanto as Despesas Correntes *cresceram* 8,91%, as Despesas de Capital foram *reduzidas* em 49,93%, no mesmo período. A Reserva de Contingência também cresceu, de forma substancial, calculada em 2016 em valores 354,52% superiores ao calculado para 2012. Também

é relevante atentar para a previsão estabelecida para o exercício de 2014, quando os valores orçados para as Despesas de Capital atingiram o maior valor para o período em observação (R\$ 72,5 milhões, em valores de 2016).

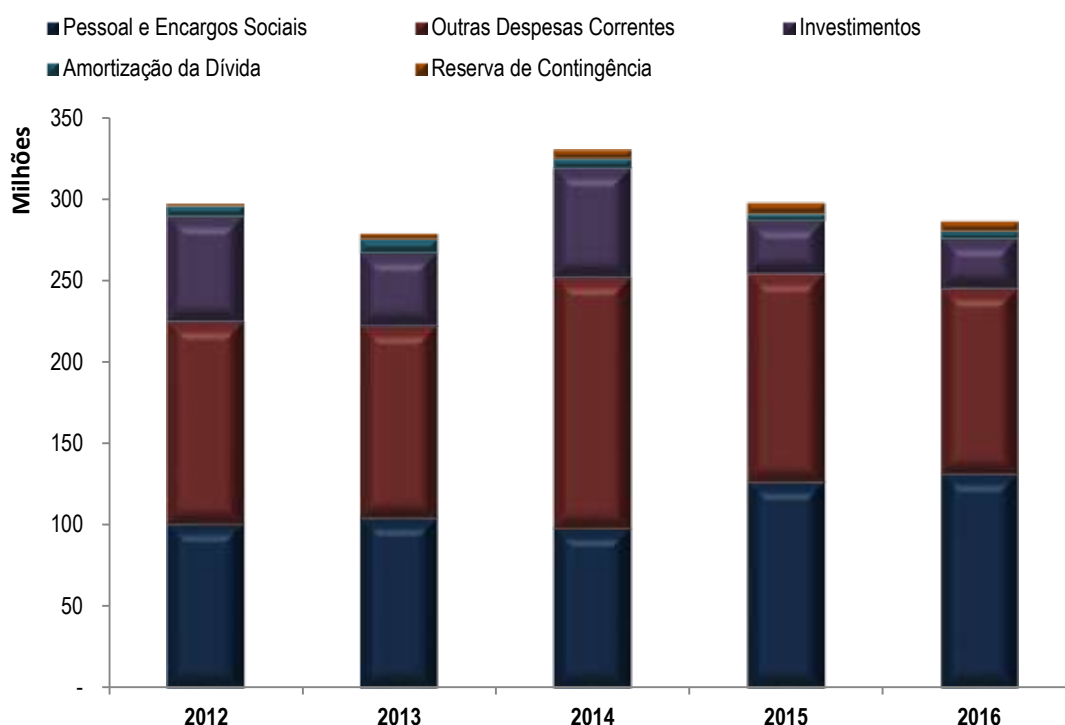
As *Despesas Correntes* representaram, em média, 80,5% do orçamento planejado. Entretanto, se entre 2012 e 2014 a média fora de 77,2% para as Despesas Correntes, essa média foi elevada em 2015 e 2016 para 85%. Nota-se, assim, que o planejamento realizado no município busca compatibilidade com a realidade econômica nacional e se preocupa, primordialmente, com a manutenção das políticas públicas ofertadas no município, postergando os investimentos para momentos mais favoráveis à arrecadação. A ampliação das políticas públicas executadas e a melhoria na estrutura dos serviços existentes elevaram as despesas de custeio (correntes), razão pela qual houve necessidade de contenção de investimentos no período atual, diante do quadro de queda de arrecadação enfrentado pelo país. Nesse contexto, as *Despesas de Capital*, que representaram 23,8% do total do orçamento em 2012, foram reduzidas para 12,4%, em 2016.

No que tange à consideração das despesas por Grupo de Natureza de Despesa, é possível observar a elevação dos investimentos em *Pessoal e Encargos Sociais*, ao longo do período. Em 2012, os valores investidos representavam 33,86% do total do orçamento e 44,73% das Despesas Correntes orçadas; em 2016 esses investimentos representaram 45,76% do total do orçamento e 53,51% das Despesas Correntes orçadas. As *Outras Despesas Correntes* foram responsáveis por 41,83% do total do orçamento em 2012 e 55,27% das Despesas Correntes orçadas; em 2016 representaram 39,75% do total do orçamento e 46,49% das Despesas Correntes orçadas.

Quando às Despesas de Capital, os *Investimentos* representaram 21,67% do orçamento total, em 2012, e 90,83% das Despesas de Capital orçadas naquele exercício; em 2016 os Investimentos foram responsáveis por 10,75% do total orçado e por 86,76% das Despesas de Capital orçadas. As Despesas de Capital são completadas com os custos de *Amortização de Dívida*, responsáveis por 2,19% do total do orçamento, em 2012, e por 9,17% das Despesas de Capital; em 2016 tais despesas representaram 1,64% do orçamento e 13,24% das Despesas de Capital.

Considerando os valores apresentados no orçamento e atualizados pelo IPCA até 2016, os investimentos com *Pessoal e Encargos Sociais* cresceram 30,29%; as *Outras Despesas Correntes* foram reduzidas em 8,39%, os *Investimentos* foram reduzidos em 52,18%, as despesas com *Amortização da Dívida* foram reduzidas em 27,69% e a *Reserva de Contingência* cresceu 354,52%²². Conforme comentado anteriormente, o total do orçamento para 2016 é 3,59% menor que o orçamento de 2012, em valores atualizados pelo IPCA.

Gráfico 32 – Despesa orçada por Grupo de Natureza da Despesa (2012-2016) ⁽¹⁾



(1) Em Reais atualizados pelo IPCA até 2016.

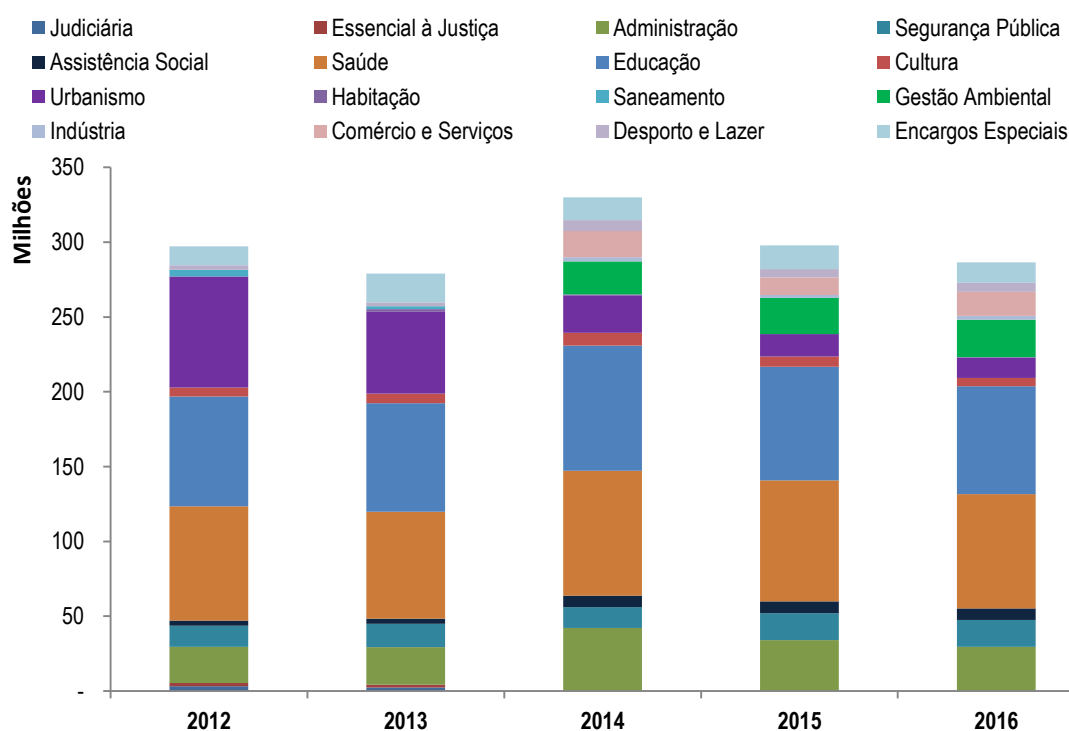
Por fim, considerando as despesas orçadas pela classificação funcional, é possível verificar que as despesas com Saúde (25,71%) e Educação (24,66%) cumpriam metade do orçamento em 2012; em 2016, a participação de cada uma dessas funções cresceu marginalmente, para 26,68% (Saúde) e 25,22% (Educação). É interessante notar, também, que em 2012 as despesas cuja classificação referia-se à função de Urbanismo foram responsáveis por 25% do total orçado, enquanto que essa participação foi reduzida, em 2016, para 4,66%. A aprovação do PPA 2014-2017

²² A Reserva de Contingência correspondeu a 0,44% do total do Orçamento, em 2012, sem qualquer representatividade de uso conforme sua regulamentação legal. No Orçamento de 2013, representava 1,19%. A partir da aplicação do PPA 2014-2017 o valor da Reserva de Contingência cresceu a patamares compatíveis com a previsão legal de sua instituição e a regra da LC 101/2000. Em 2014, representava 1,66%; em 2015, 2,23% e em 2016, 2,09%.

modificou a classificação de algumas despesas e possivelmente distribuiu algumas das despesas classificadas como despesas de Urbanismo para outras funções, a partir do orçamento de 2014.

Considerando a evolução das despesas orçadas no período, as despesas com a função de Assistência Social (elevação de 120%) e com Esportes e Lazer (elevação de 101%) chamam a atenção. Entretanto, a pequena representatividade que tais despesas significam no orçamento revela que com um pouco mais de recursos destinados à essas áreas foram suficientes para elevar a participação delas no total orçado (em 2012, a Assistência Social representou 1,16% e Esportes e Lazer, 0,98%; em 2016, representaram 2,65% e 2,04%, respectivamente).

Gráfico 33 – Despesa orçada por Função de Governo (2012-2016) ⁽¹⁾



(1) Em Reais atualizados pelo IPCA até 2016.

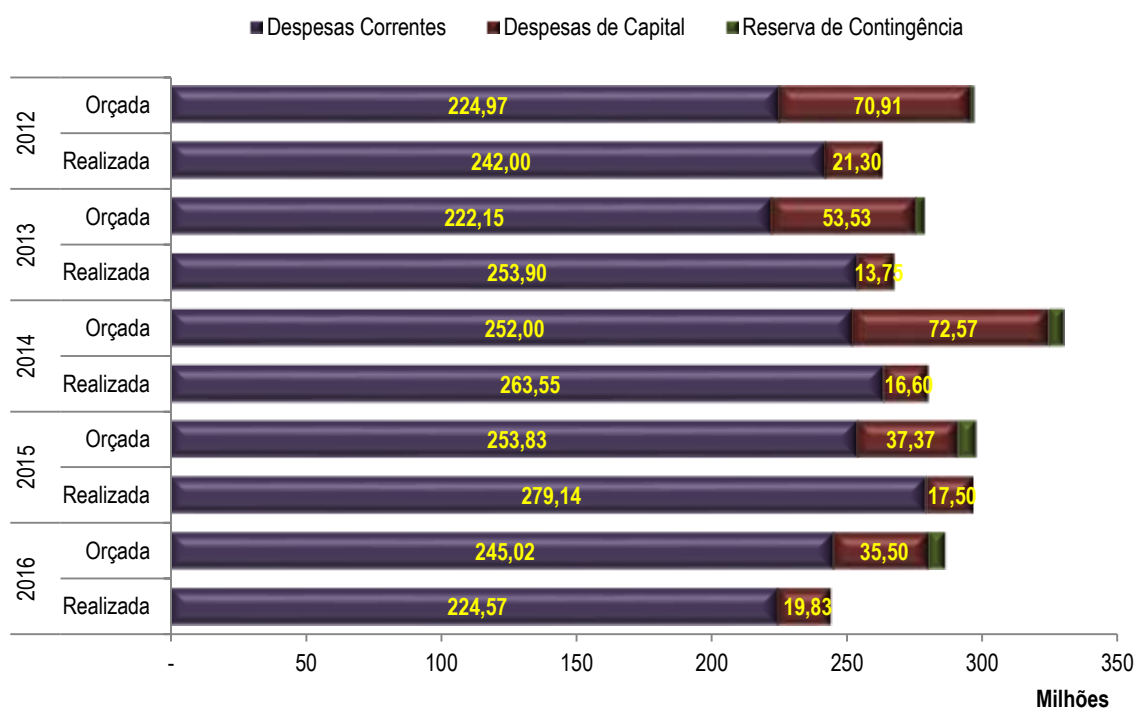
A cautela demonstrada na condução do orçamento entre 2012 e 2016 apresenta nitidamente a preocupação dos gestores saltenses com o aprofundamento da crise econômica no país. O crescimento de apenas 6,9% da Receita Corrente Líquida entre 2012 e 2015 se apresenta como principal fator de preocupação para a condução da gestão em Salto e merece cuidados para a manutenção dos parâmetros fiscais e gerenciais no município.

A execução das Despesas em Salto

Para que uma gestão pública possa ser considerada eficiente, não basta um planejamento orçamentário bem efetuado, apenas. Há necessidade de que a execução orçamentária esteja também num contexto de planejamento e acompanhamento, para, enfim, alcançar os resultados e metas propostos inicialmente.

A realidade saltense oferece informações que podem servir como parâmetro para essa eficiência. Uma delas é a comparação entre os valores orçados e realizados na despesa, onde é possível observar que o orçamento planejado para 2012 foi executado em 88,59% do seu valor previsto, ao passo que, em 2015 (último ano completo), a execução realizou 99,6% do orçamento planejado.

Gráfico 34 – Despesa orçada e realizada – Categoria Econômica (2012-2016) ⁽¹⁾

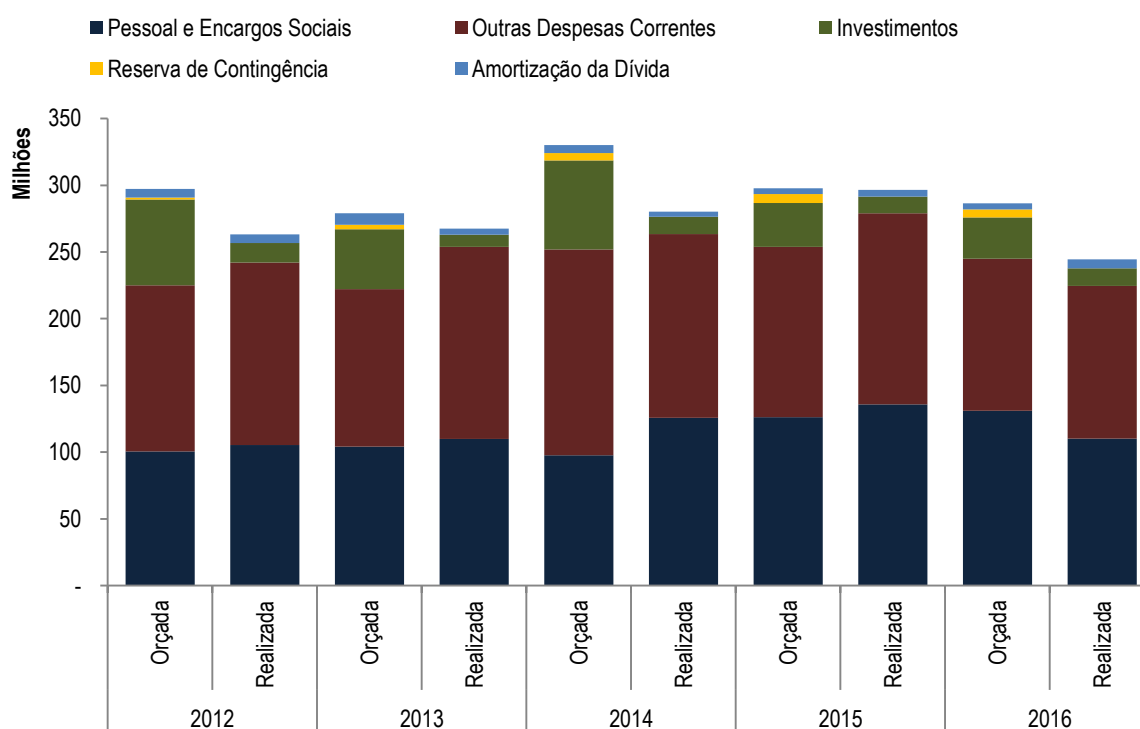


(1) Em Reais atualizados pelo IPCA até 2016.

Todavia, ao considerar as despesas segregadas pelas *Categorias Econômicas*, é possível perceber que as Despesas Correntes foram realizadas em montante superior ao planejado em todos os exercícios (9,1% superior, em média, de 2012 a 2015). Em 2012, as Despesas Correntes realizadas finalizaram o exercício em

montante 7,57% superior ao planejado; em 2013 o valor superou o orçado em 14,29%; em 2014, 4,58% e, por fim, em 2015, as Despesas Correntes encerraram o exercício em montante 9,97% superior ao orçado. Tal realidade apresenta a dificuldade enfrentada pelo município na condução das políticas públicas dentro das expectativas orçamentárias traçadas, seja pela elevação dos preços ao longo do ano, seja pela frustração das receitas dispensadas de vinculação de gasto. De forma oposta, a realização das Despesas de Capital esteve abaixo das expectativas em todos os exercícios, em 68% em média. A Reserva de Contingência foi totalmente utilizada em todos os exercícios, para distribuição e complementação dos recursos de Despesas Correntes.

Gráfico 35 – Despesa orçada e realizada – Natureza da Despesa (2012-2016) ⁽¹⁾



(1) Em Reais atualizados pelo IPCA até 2016.

Ao se observar os Grupos de Natureza da Despesa, pelo mesmo parâmetro (realizado em relação ao orçado), se observa que os investimentos em *Pessoal e Encargos Sociais* se realizaram, em média, 11,53% superior às despesas orçadas. Essa média é elevada em função da grande discrepância observada no exercício de 2014, quando os investimentos realizados em *Pessoal e Encargos Sociais* foram 28,5% superiores às orçadas. Isso se deve, principalmente, ao aumento salarial concedido por meio da Lei Municipal nº 3.266, de 19 de Março de 2014, quando foi

autorizado aumento de 16% sobre os salários dos servidores municipais (a própria lei informa que, desse montante, 5,26% se referia à reposição salarial anual, enquanto que o restante foi concedido como aumento real).

As *Outras Despesas Correntes* se realizaram em montante 8,45% superior ao que fora orçado, na média do período de 2012 a 2015. No exercício de 2014, contudo, tais despesas foram realizadas em montante 10,59% *inferior* ao orçado, para fazer frente à elevação dos salários mencionada anteriormente. Já as despesas com *Investimentos* estiveram 75% *inferiores* ao orçado, em média, no período de 2012 a 2015, ao passo que as despesas para *Amortização da Dívida* foram superiores ao orçado em 2012 e 2015 (1,87% e 13,92%, respectivamente), enquanto que nos exercícios de 2013 e 2014 se realizaram em montante inferior ao orçado (46,79% e 33,81%, respectivamente).

Quanto às Funções de Governo (ou áreas de atuação), as despesas realizadas mais representativas são as relacionadas à Saúde e Educação (pois superam a metade do orçamento). As despesas com as ações de *Saúde* foram realizadas 11,74% acima do valor orçado, em média, entre 2012 e 2015; as despesas com as ações de *Educação* foram realizadas 7,12% acima do valor orçado, em média, considerando todos os valores atualizados pelo IPCA.

Mesmo significando cerca de 10% das despesas orçadas, as despesas com a função de *Administração* foram realizadas em patamar abaixo do orçado, com média de 82,79%, no período de 2012 a 2015. Considerando as funções cujo uso no orçamento esteve presente em todos os anos, as despesas com as ações de *Urbanismo* foram aquelas cuja execução ficou em patamar mais baixo em relação ao valor orçado (média de 68% entre 2012 e 2015).

No exercício de 2016 houve a execução de 85,3% do orçamento até outubro, com destaque para as áreas de Saúde (execução de 104%), Urbanismo (execução de 90%), Gestão Ambiental (execução de 87%), Administração (execução de 86%) e Educação (execução de 84%).

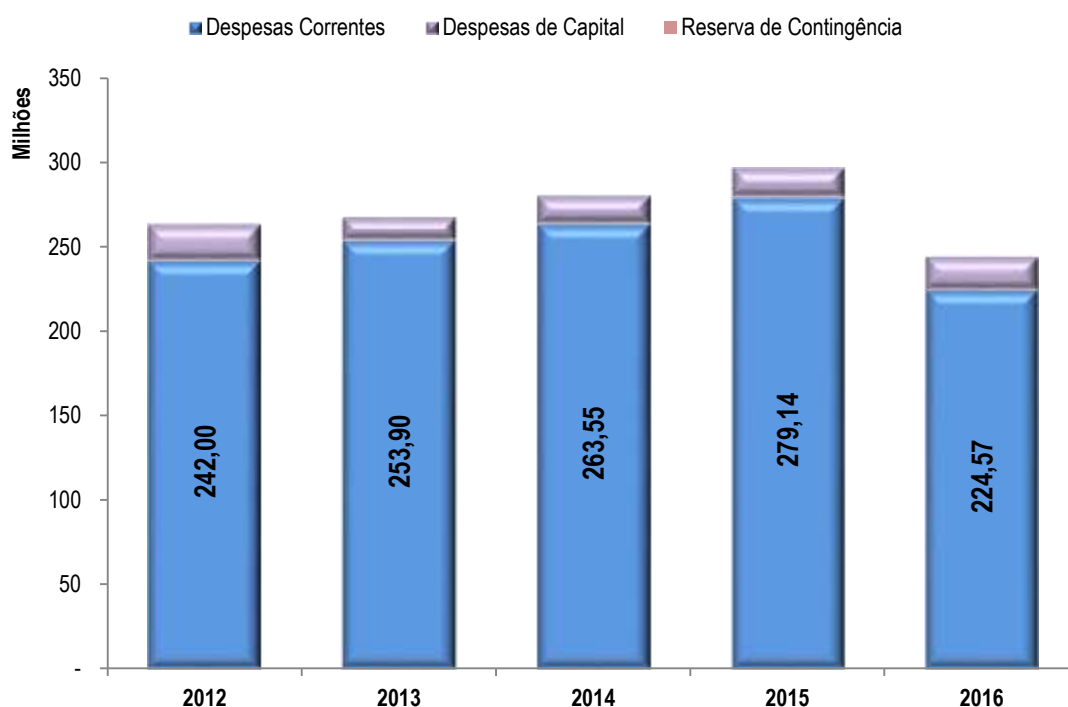
Tabela 18 – Despesa orçada e realizada por Função de Governo ⁽¹⁾

	2012		2013		2014		2015		2016	
	Orçado	Realizado	Orçado	Realizado	Orçado	Realizado	Orçado	Realizado	Orçado	Realizado
Judiciária	3.273.790	4.151.652	2.290.536	1.327.189						
Essencial à Justiça	1.980.114	1.807.662	1.983.108	1.449.624						
Administração	24.287.483	23.723.206	25.058.274	22.200.463	42.195.175	24.487.792	33.932.129	29.476.182	29.473.200	25.526.127
Segurança Pública	14.151.881	12.792.974	15.632.554	13.018.734	13.818.421	15.882.703	18.116.833	18.444.849	18.029.445	14.733.383
Assistência Social	3.440.225	3.143.622	3.379.383	2.829.200	7.752.397	6.485.843	7.873.565	6.997.957	7.596.007	5.016.594
Saúde	76.403.462	72.661.787	71.498.165	85.159.158	83.502.764	93.878.971	80.802.210	97.217.234	76.436.044	79.735.755
Educação	73.289.111	78.495.204	72.601.721	81.932.735	83.544.672	84.193.285	75.955.725	81.834.685	72.252.109	61.318.452
Cultura	6.072.352	6.136.853	6.319.754	6.342.199	8.726.308	5.925.578	6.956.716	5.793.900	5.549.999	4.439.762
Urbanismo	74.297.874	43.912.884	55.072.827	36.468.790	24.938.480	12.838.760	14.995.829	14.503.870	13.359.404	12.060.878
Habitação			1.354.406		559.378	387.603	27.667	160.847	442.650	120.301
Saneamento	4.510.701	1.843.835	2.023.019	3.579.854						
Gestão Ambiental					22.040.282	20.356.800	24.031.990	22.170.288	25.052.000	21.870.338
Indústria					2.978.839	2.083.610	1.914.591	1.848.421	2.655.030	1.381.429
Comércio e Serviços					17.468.184	1.473.100	11.779.200	6.352.347	16.043.669	6.628.072
Desporto e Lazer	2.904.168	2.567.738	2.675.325	2.651.952	7.187.133	3.982.984	5.605.435	3.380.678	5.846.583	
Encargos Especiais	12.589.571	12.064.288	19.130.526	10.692.128	15.330.309	8.169.394	15.849.450	8.459.726	13.785.000	2.491.066
Total	297.200.739	263.301.711	279.019.604	267.652.033	330.042.346	280.146.427	297.841.345	296.640.991	286.521.146	244.394.278

(1) Em Reais atualizados pelo IPCA até 2016.

Considerando despesa executada como aquelas cuja realização ocorreu no exercício e foi confirmada pelo município (Nota Fiscal Liquidada), conceito para despesa liquidada, se observa que o valor total da despesa realizada em 2015 é 12,66% superior ao valor realizado em 2012, com os valores atualizados pelo IPCA. Ainda que tal elevação seja compatível com a ampliação dos custos de execução das políticas públicas do município e relativamente baixo, há que se considerar que as receitas cresceram em patamar abaixo das despesas, uma vez que as receitas arrecadadas em 2015 foram 11,07% superiores à arrecadação de 2012

Gráfico 36 – Despesa Liquidada por Categoria Econômica (2012-2016) ⁽¹⁾



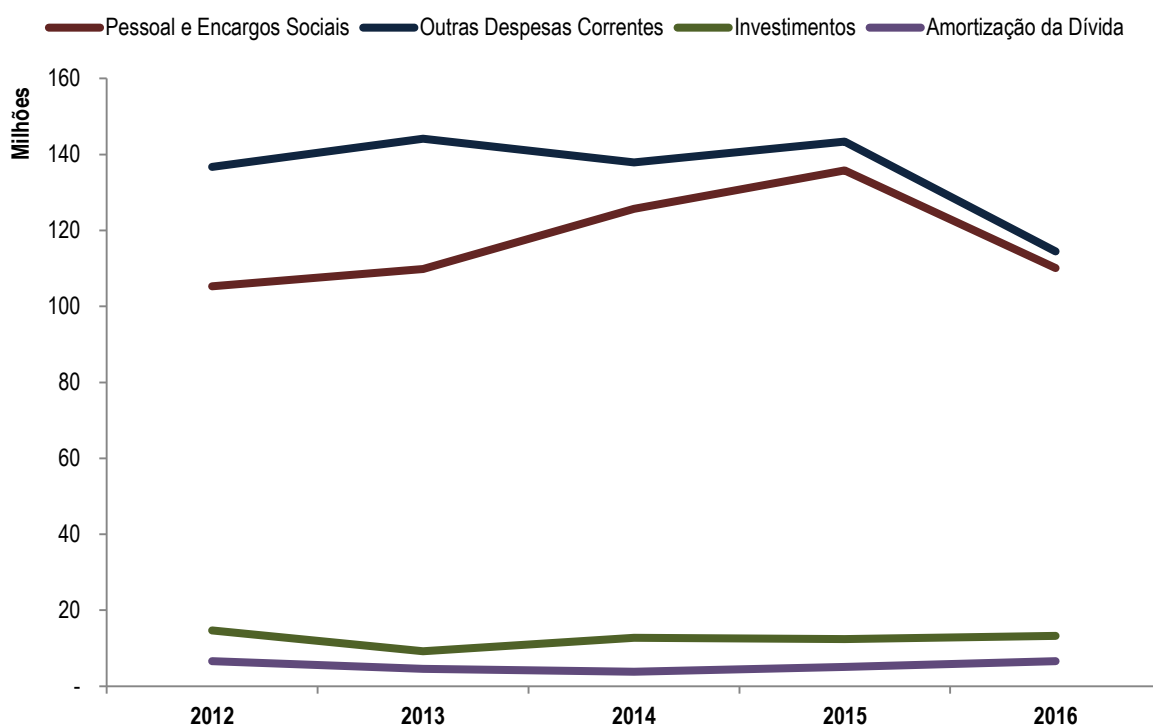
(1) Em Reais atualizados pelo IPCA até 2016.

Em 2012, as *Despesas Correntes* corresponderam a 91,9% do total da despesa executada; em 2013, 2014 e 2015 as *Despesas Correntes* corresponderam a 94% do total da despesa executada. Em todos os exercícios não houve a manutenção da Reserva de Contingência, o que torna o restante das despesas executadas como *Despesas de Capital*.

No tocante ao crescimento das *Despesas Correntes*, o patamar realizado em 2015 é 15,3% superior ao de 2012, considerando os valores atualizados pelo IPCA. Já as *Despesas de Capital* executadas em 2015 foram 23,15% menores que as executadas em 2012, com os valores atualizados pelo IPCA.

Se observarmos as despesas na classificação por Grupo de Natureza da Despesa, as *Outras Despesas Correntes* é o grupo mais significativo, uma vez que significou 48,3% da despesa total e 51,3% das Despesas Correntes, em 2015 (fora 51,9% e 56,5%, respectivamente, em 2012). Já as despesas com *Pessoal e Encargos Sociais* representaram 45,7% da despesa total e 48,6% das Despesas Correntes, em 2015 (fora 39,9% e 43,4%, respectivamente, em 2012). Em 2015, os *Investimentos* representaram 4,1% da despesa total, enquanto que as despesas com *Amortização da Dívida* foram responsáveis por 1,7% (tais despesas haviam representado 5,5% e 2,5%, respectivamente, em 2012).

Gráfico 37 – Despesa Liquidada por Natureza da Despesa (2012-2016) ⁽¹⁾

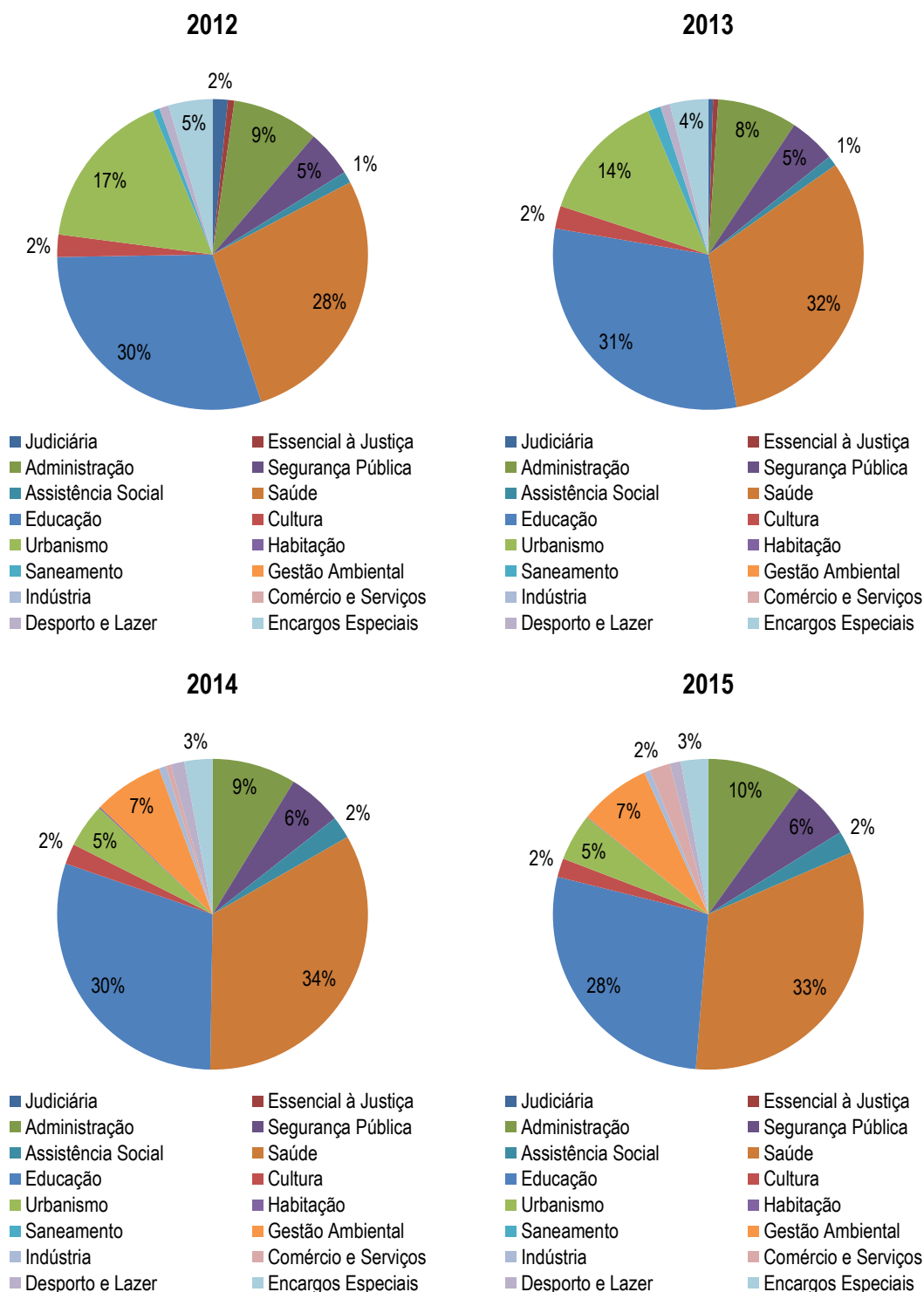


(1) Em Reais atualizados pelo IPCA até 2016.

Considerando a evolução das despesas, os investimentos em Pessoal e Encargos Sociais tiveram uma elevação de 29% entre 2012 e 2015, considerando os valores atualizados pelo IPCA, ao passo que as Outras Despesas Correntes foram elevadas em 4,8%, na mesma base de comparação. Por outro lado, as despesas de Investimento foram reduzidas em 15,4% e as despesas com Amortização da Dívida foram reduzidas em 23,1%. Mantido o ritmo de crescimento, é possível esperar que os investimentos em Pessoal e Encargos Sociais superem as Outras Despesas Correntes ainda em 2016. Isso porque até outubro tais despesas já foram

responsáveis por 45% da despesa total (as Outras Despesas Correntes atingiram 46,8% da despesa total) e os meses de novembro e dezembro prevêem o pagamento da gratificação natalina, além dos pagamentos mensais aos servidores.

Gráfico 38 – Despesa Liquidada por Função de Governo (2012-2015) ⁽¹⁾



(1) Em Reais atualizados pelo IPCA até 2016.

Com as despesas classificadas de acordo com a Função de Governo, as despesas com Saúde, Educação, Administração, Urbanismo e Segurança Pública se destacam na execução orçamentária do município. Dessas, as despesas de Saúde cresceram significativamente entre 2012 e 2015, quando o crescimento registrado foi de 33,79% (considerando os valores atualizados pelo IPCA). As despesas de Administração (crescimento de 24,25%) e Segurança Pública (44,18%) também apresentaram crescimento expressivo, ao passo que as despesas com Educação tiveram pouca elevação (4,25%) e as despesas de Urbanismo foram reduzidas em 66,9%. Vale destacar que houve crescimento bastante expressivo nas despesas de Assistência Social (122,6%); contudo a despesa com essa função representava apenas 1,19% da despesa total, em 2012, e passou a representar 1,99%, em 2015.

As despesas realizadas com ações de Saúde

Na formulação da Constituição de 1988, a Saúde foi incluída²³ como direito social e preservada como um dos elementos garantidores da cidadania. Tal iniciativa serviu para universalizar os serviços de saúde, garantindo a todo cidadão atendimento e promovendo as ações preventivas. Contudo, houve um lapso por parte dos constituintes, ao não preverem os meios para o financiamento dessas ações, fato que fora notado já nos primórdios da criação do Sistema Único de Saúde – SUS, em 1990. Quando da criação e estruturação do SUS, com a Lei 8.080/1990, o título que tratou do financiamento foi omissivo sobre fontes específicas de receita para garantir a execução das políticas públicas de saúde.

A falta de financiamento servia como argumento para que muitas iniciativas essenciais para a melhoria da condição de saúde do povo brasileiro fossem frustradas e, após uma década de luta, só foi corrigida com a Emenda Constitucional 29/2000. A EC 29 incluiu o parágrafo segundo no Art. 198 da Constituição, parágrafo este que

²³ Art. 196. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

estabeleceu os montantes mínimos de aplicação financeira nas ações e programas de saúde:

§ 2º A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios aplicarão, anualmente, em ações e serviços públicos de saúde recursos mínimos derivados da aplicação de percentuais calculados sobre:

I - no caso da União, a receita corrente líquida do respectivo exercício financeiro, não podendo ser inferior a 15% (quinze por cento);

II - no caso dos Estados e do Distrito Federal, o produto da arrecadação dos impostos a que se refere o art. 155 e dos recursos de que tratam os arts. 157 e 159, inciso I, alínea a, e inciso II, deduzidas as parcelas que forem transferidas aos respectivos Municípios;

III - no caso dos Municípios e do Distrito Federal, o produto da arrecadação dos impostos a que se refere o art. 156 e dos recursos de que tratam os arts. 158 e 159, inciso I, alínea b e § 3º.

A discussão passou a ser, a partir de então, quais ações e programas poderiam constar como ações e programas saúde, uma vez que alguns entes federados se utilizaram da falta de regulamentação para considerar programas de saúde ações típicas de saneamento básico, meio ambiente, etc. Nova década de lutas e mobilização construiu as bases para a aprovação da Lei Complementar nº 141/2012, diploma que finalmente legitimou quais ações são consideradas aplicação de recursos na saúde, a saber:

Art. 3º Observadas as disposições do art. 200 da Constituição Federal, do art. 6º da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, e do art. 2º desta Lei Complementar, para efeito da apuração da aplicação dos recursos mínimos aqui estabelecidos, serão consideradas despesas com ações e serviços públicos de saúde as referentes a:

I - vigilância em saúde, incluindo a epidemiológica e a sanitária;

II - atenção integral e universal à saúde em todos os níveis de complexidade, incluindo assistência terapêutica e recuperação de deficiências nutricionais;

III - capacitação do pessoal de saúde do Sistema Único de Saúde (SUS);

IV - desenvolvimento científico e tecnológico e controle de qualidade promovidos por instituições do SUS;

V - produção, aquisição e distribuição de insumos específicos dos serviços de saúde do SUS, tais como: imunobiológicos, sangue e hemoderivados, medicamentos e equipamentos médico-odontológicos;

VI - saneamento básico de domicílios ou de pequenas comunidades, desde que seja aprovado pelo Conselho de Saúde do ente da Federação financiador da ação e esteja de acordo com as diretrizes das demais determinações previstas nesta Lei Complementar;

VII - saneamento básico dos distritos sanitários especiais indígenas e de comunidades remanescentes de quilombos;

VIII - manejo ambiental vinculado diretamente ao controle de vetores de doenças;

IX - investimento na rede física do SUS, incluindo a execução de obras de recuperação, reforma, ampliação e construção de estabelecimentos públicos de saúde;

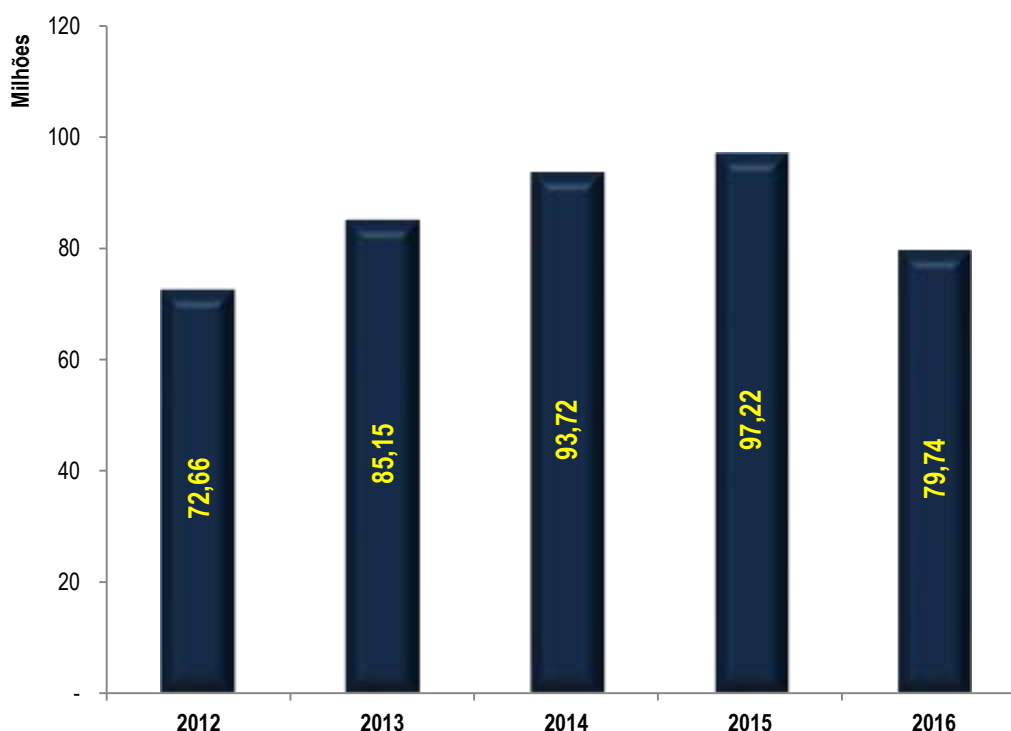
X - remuneração do pessoal ativo da área de saúde em atividade nas ações de que trata este artigo, incluindo os encargos sociais;

XI - ações de apoio administrativo realizadas pelas instituições públicas do SUS e imprescindíveis à execução das ações e serviços públicos de saúde; e

XII - gestão do sistema público de saúde e operação de unidades prestadoras de serviços públicos de saúde.

A partir de 2012, enfim, com a regulamentação das ações a serem consideradas cumpridoras do artigo 198 da Constituição Federal, as políticas públicas de saúde passaram a receber um volume de recursos mais regular e crescente, na medida em que algumas ações anteriormente válidas deixaram de ser consideradas ações de saúde. Os repasses realizados pela União aos Estados e municípios realizados em 2015 são 13% superiores aos realizados em 2011, comparando-se os valores atualizados pelo IPCA.

Gráfico 39 – Despesa executada nas ações de Saúde (2012-2016) ⁽¹⁾



(1) Em Reais atualizados pelo IPCA até 2016.

O município de Salto tem cumprido fielmente o investimento mínimo em ações e programas de saúde. Entre 2012 e 2015, o gasto médio com Saúde representou 26,6%, em média, da arrecadação dos impostos sujeita à regra do art. 198 da Constituição Federal. Em 2012, esse percentual foi de 23,2%, ao passo que superou 30,9% em 2015.

A despesa executada pelo município com a função Saúde, em 2015, foi 33,8% superior à despesa executada em 2012, com os valores atualizados pelo IPCA. A média dos gastos executados no período foi de R\$ 87 milhões,

Considerando a origem dos recursos investidos na Saúde, o município é responsável por 65,5% desses recursos, enquanto que os recursos provenientes do Estado de SP correspondem a 17,5% e os recursos recebidos da União, 16,9%, em média. Responsável por dois terços dos gastos de Saúde realizados no município, os recursos próprios investidos superam a exigência constitucional também pela baixa participação do Estado e da União no financiamento das ações de saúde.

A execução do PPA 2014-2017 trouxe uma nova organização das despesas do município no que diz respeito aos relatórios contábeis. Assim, a comparação entre os exercícios de 2012 e 2013 com os seguintes sofrerá com as diferentes práticas entre um PPA e o anterior.

As despesas com *Assistência Hospitalar e Ambulatorial* representou 22,2% dos gastos com recursos próprios, em 2012; em 2015 essa despesa representou 32,4%. Mesmo com o elevado custo que tal espécie de atendimento representa, as despesas com recursos próprios são superadas pelas despesas da Atenção Básica. Contudo, os repasses de recursos realizados pelo Estado de SP são consumidos em quase sua totalidade com as despesas de Assistência Hospitalar e Ambulatorial.

O Estado de SP repassa recursos para o funcionamento do Ambulatório Médico de Especialidades – AME instalado em Salto. O montante repassado em 2015 é 85% superior ao repassado em 2012, com os valores atualizados pelo IPCA. Deve-se observar, entretanto, que o valor repassado em 2015 é inferior ao repassado em 2013 e 2014, quando atualizados pelo IPCA. Há que se destacar, ainda, que dos recursos repassados pela União, 68,6% são utilizados para o pagamento de despesas com Assistência Hospitalar e Ambulatorial. Contata-se, com essas informações, que

a Assistência Hospitalar e Ambulatorial consumiu cerca 47,2% dos recursos aplicados em Saúde, de 2012 a 2016.

Tabela 19 – Despesa realizada com ações de Saúde ⁽¹⁾

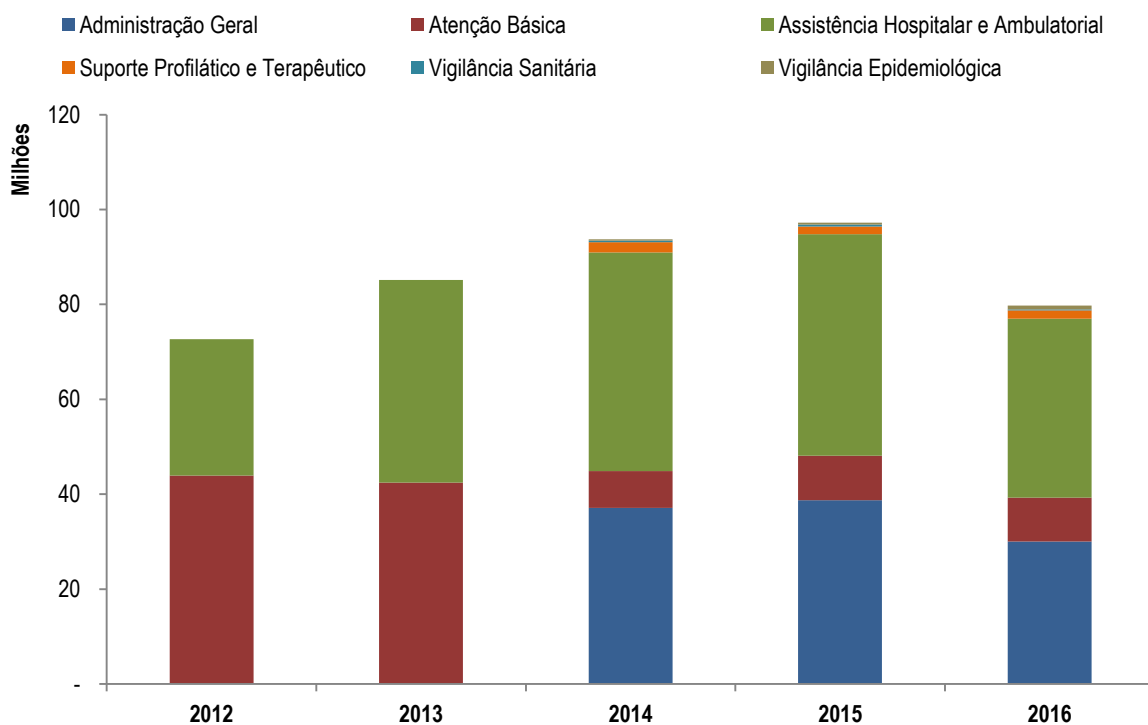
	2012	2013	2014	2015	2016
Despesas Correntes	71.596.304	85.128.615	92.816.706	96.188.080	79.369.424
Recursos Próprios	48.919.375	55.659.233	60.862.888	62.339.386	47.902.081
Administração Geral			37.093.838	38.736.339	30.030.174
Atenção Básica	38.060.008	39.377.469	2.739.952	3.674.374	3.460.885
Assist. Hospitalar e Ambulatorial	10.859.367	16.281.764	19.728.858	18.812.406	13.525.983
Suporte Profilático e Terapêutico			1.277.715	1.110.440	880.522
Vigilância Sanitária			7.647		
Vigilância Epidemiológica			14.876	5.825	4.515
Recursos Estaduais	8.211.105	18.459.855	17.733.626	16.547.101	14.059.133
Atenção Básica	13.429	110.973	540.388	542.131	121.898
Assist. Hospitalar e Ambulatorial	8.197.676	18.348.882	17.193.237	15.904.774	13.553.382
Suporte Profilático e Terapêutico				100.195	358.802
Vigilância Epidemiológica					25.150
Recursos Federais	14.465.823	11.009.525	14.220.191	17.301.592	17.408.210
Administração Geral			2.143		
Atenção Básica	4.769.652	2.902.479	3.841.930	4.241.332	5.479.753
Assist. Hospitalar e Ambulatorial	9.696.170	8.107.046	9.119.999	11.891.138	10.501.676
Suporte Profilático e Terapêutico			898.786	455.610	504.573
Vigilância Sanitária			247.911	368.265	173.128
Vigilância Epidemiológica			109.420	345.245	749.078
Despesas de Capital	1.065.482	24.306	906.850	1.029.154	366.330
Recursos Próprios	115.921		91.070	20.084	14.911
Atenção Básica	115.921		86.477	20.084	13.767
Vigilância Sanitária			4.592		1.143
Recursos Estaduais	369.713		478.239	4.850	
Atenção Básica	369.713		478.239	4.850	
Recursos Federais	579.848	24.306	337.540	1.004.219	351.418
Atenção Básica	579.848	24.306	119.626	924.026	160.667
Assist. Hospitalar e Ambulatorial				29.327	159.006
Suporte Profilático e Terapêutico			4.827		
Vigilância Sanitária			46.820	6.398	
Vigilância Epidemiológica			166.266	44.466	31.744
Total das Despesas	72.661.787	85.152.921	93.723.556	97.217.234	79.735.755

(1) Em Reais atualizados pelo IPCA até 2016.

A *Atenção Básica* fora responsável por 77,8% dos gastos com recursos próprios em Saúde, em 2012. Com a segregação nos demonstrativos contábeis a partir de 2014 no que diz respeito à subfunção orçamentária, as despesas com a *Atenção Básica* tiveram aplicação de 5,9%, apenas, em 2015. Entretanto, as despesas com *Administração em Geral* corresponderam a 62,1%, o que sugere que a distribuição contábil apenas segregou as despesas anteriormente lançadas como *Atenção Básica* em despesas *Administrativas* e com a atividade-fim. Com essa consideração, a despesa com a *Atenção Básica* consumiu 68% dos recursos próprios investidos em Saúde, em 2015. As despesas realizadas com recursos estaduais em ações da *Atenção Básica* são relativamente baixas. Por outro lado, dos recursos federais repassados ao município 27,4% são utilizados em ações da *Atenção Básica*, em média.

O município é responsável, assim, por 89% das despesas com *Atenção Básica*, em média, de 2012 a 2015. A contribuição da União fica adstrita aos repasses do Fundo Nacional de Saúde e alcança cerca de 10% dessas despesas.

Gráfico 40 – Despesa de Saúde por subfunção (2012-2016) ⁽¹⁾



(1) Em Reais atualizados pelo IPCA até 2016.

Das despesas totais com Saúde realizadas pelo município de Salto (com recursos próprios, de repasses estaduais e federais) a Atenção Básica consome 51,9%, em média.

As ações de *Suporte Profilático e Farmacêutico* foram responsáveis por 2% dos gastos, em média, nos anos de 2014 e 2015. Dos recursos investidos a maior parte é composta por recursos próprios (63%, em média, os dois exercícios). Os recursos federais, através dos repasses do Fundo Nacional de Saúde, também participam de forma expressiva, com 34%, em média.

Também nos exercícios de 2014 e 2015 a média dos recursos aplicados nas ações de *Vigilância Sanitária* foram responsáveis por 0,36% dos gastos totais na Saúde, com 97% desses recursos tendo como origem os repasses federais do Fundo Nacional de Saúde. Apenas 3% dos recursos investidos nessas ações são recursos do próprio município. No que tange as ações de *Vigilância Epidemiológica*, os recursos aplicados nessas ações foram responsáveis por 0,36% dos gastos, em média, com a utilização de 11,9% em recursos próprios e 88% em recursos federais do Fundo Nacional de Saúde.

Essas três ações, contudo, carecem de agregar os dados de Pessoal e Encargos Sociais, uma vez que esses gastos estão agregados aos demais gastos da mesma Natureza de Despesa com a função de Administração Geral, nos exercícios de 2014, 2015 e 2016. Vale destacar, ainda, que na execução do PPA anterior (2009-2013) as ações de Suporte Profilático e Terapêutico, Vigilância Sanitária e Vigilância Epidemiológica não eram segregadas das ações de Atenção Básica, razão pela qual a análise comparativa para 2012 e 2013 restou prejudicada.

Nos exercícios objeto de análise houve a aplicação integral dos recursos estaduais recebidos, ao passo que os recursos federais não constam completamente utilizados. Uma vez que os recursos estaduais se referem ao convênio para custeio e manutenção do Ambulatório Médico de Especialidades, sua utilização integral é compreendida justamente pela efetivação das despesas daquela unidade.

Tabela 20 – Despesa com Saúde por Fonte do Recurso ⁽¹⁾

Fonte do Recurso	2012	2013	2014	2015	2016
Municipais	49.035.296	55.659.233	60.953.959	62.359.471	47.916.933
Estaduais	8.580.818	18.459.855	18.211.865	16.551.951	14.059.133
Federais	15.045.671	11.033.832	14.557.731	18.305.811	17.759.628

(1) Em Reais atualizados pelo IPCA até 2016.

Quanto aos repasses do Fundo Nacional de Saúde, os recursos recebidos não foram integralmente utilizados em quase todos os exercícios. A exceção fica por conta do exercício de 2012, quando sua utilização superou a receita daquele exercício. Isso não necessariamente indica que há saldo de recursos disponíveis, uma vez que a utilização dos recursos pode ter ocorrido sem que tenha havido a contabilização com a menção à correta fonte do recurso.

As despesas realizadas com ações de Educação

Consagrado como um direito de todo cidadão pela Carta de 1988²⁴, a Educação alcançou sua relevância na construção da cidadania como um dos alicerces, se não o principal, da estrutura de serviços públicos criados a partir de então. Num país marcado pela desigualdade, o papel que a universalização e qualificação do ensino assumem é dos mais importantes na formação da sociedade.

A fim de permitir que os objetivos constitucionais fossem cumpridos, o constituinte reservou recursos especiais para a educação, descritos no Art. 212 da Constituição Federal:

Art. 212. A União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino.

(...)

§ 2º Para efeito do cumprimento do disposto no "caput" deste artigo, serão considerados os sistemas de ensino federal, estadual e municipal e os recursos aplicados na forma do art. 213.

²⁴ Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

§ 3º A distribuição dos recursos públicos assegurará prioridade ao atendimento das necessidades do ensino obrigatório, no que se refere a universalização, garantia de padrão de qualidade e equidade, nos termos do plano nacional de educação.

(...)

§ 5º A educação básica pública terá como fonte adicional de financiamento a contribuição social do salário-educação, recolhida pelas empresas na forma da lei.

§ 6º As cotas estaduais e municipais da arrecadação da contribuição social do salário-educação serão distribuídas proporcionalmente ao número de alunos matriculados na educação básica nas respectivas redes públicas de ensino.

Dessa forma, os recursos ali discriminados devem ser aplicados de forma exclusiva no processo educacional, o que permitiu os avanços observados nos últimos anos na educação brasileira. Nesse contexto, coube aos municípios a responsabilidade pelo ensino fundamental e pré-escolar, posteriormente reconsiderado como ensino infantil²⁵.

Para o financiamento do custeio dos programas e ações de ensino de sua responsabilidade, o município conta com os recursos arrecadados pelos impostos de sua competência (IPTU, ITBI e ISSQN)²⁶, bem como os recursos em que participa de impostos federais (IRRF e ITR) e estaduais (ICMS e IPVA) e as frações correspondentes no Fundo de Participação dos Municípios (composto por parte da arrecadação do IR e do IPI).

Dos recursos de sua competência, compete ao município utilizar 25% (vinte e cinco por cento) em programas e ações de educação. Dos recursos de transferências recebidos pelo município, vinte por cento são utilizados para a formação do *Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB*, enquanto que os 5% (cinco por cento) restantes também devem ser utilizados nos programas e ações de educação. Tal fundo tem o município como contribuinte e como destinatário de

²⁵ Art. 211. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão em regime de colaboração seus sistemas de ensino. (...) § 2º Os Municípios atuarão prioritariamente no ensino fundamental e na educação infantil.

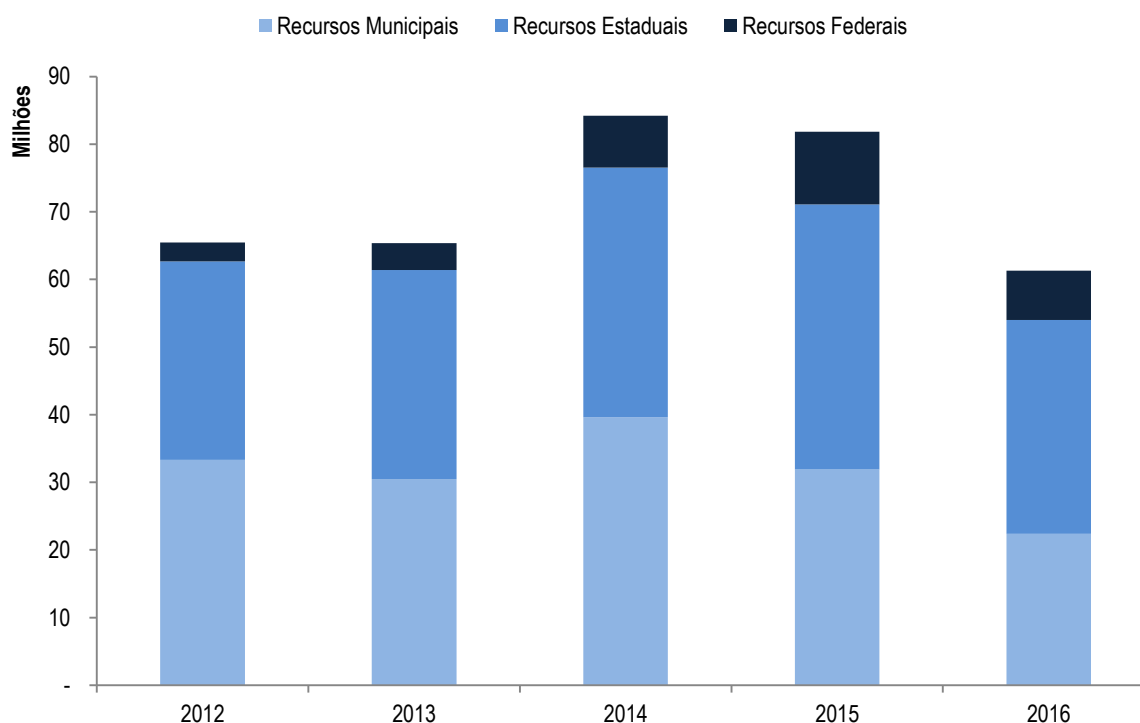
²⁶ Art. 156. Compete aos Municípios instituir impostos sobre: I - propriedade predial e territorial urbana; II - transmissão "inter vivos", a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos a sua aquisição; III - serviços de qualquer natureza, não compreendidos no art. 155, II, definidos em lei complementar.

recursos, valores estes destinados exclusivamente à educação, tanto nas despesas de salário como outras permitidas pela legislação.

Uma vez que os recursos destinados à educação são afetados pela sazonalidade específica de cada imposto, a gestão das receitas e despesas deve considerar essa flutuação para evitar períodos com escassez ou abundância de saldos, proporcionando, assim, um ambiente de eficiência, eficácia e efetividade das políticas públicas educacionais aplicadas.

As despesas realizadas pelo município de Salto com as ações de Educação superam o índice exigido pelo Art. 212 da Constituição. De 2012 a 2015, a *média* de investimento na Educação foi de 29,85% dos recursos obtidos na arrecadação de impostos e nas transferências. Em 2015 a despesa com ações de Educação foram 26,3% superiores às despesas realizadas em 2012, considerando os valores atualizados pelo IPCA. Os gastos foram de R\$ 75 milhões anuais, em média, neste período.

Gráfico 41 – Despesa de Educação por fonte de recurso (2012-2016) ⁽¹⁾



(1) Em Reais atualizados pelo IPCA até 2016.

Dos recursos investidos em educação 45,9%, em média, foram realizados com recursos do próprio município; 46,1% com recursos de transferências estaduais

(incluídos os recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação) e 8,1% com recursos de transferências da União, na média das despesas executadas de 2012 a 2015.

Com a concentração de 80,3%, em média, dos gastos com Educação, as ações do *Ensino Fundamental* tem seu financiamento custeado por recursos municipais e estaduais (FUNDEB), essencialmente. Os recursos municipais foram responsáveis por cerca de 36% dos gastos com o Ensino Fundamental e os recursos estaduais responderam por 58%, em média, no período de 2012 a 2015.

A *Educação Infantil* recebeu recursos relativamente insignificantes, entre 2012 e 2013, vez que nesses exercícios o investimento não alcançou 0,5% das despesas com Educação. A partir de 2014 houve um aporte de gastos nessa modalidade de ensino, o que fez com que o Ensino Infantil atingisse média de 4,5% dos gastos com Educação, entre 2012 e 2015.

Tabela 21 – Despesa realizada com ações de Educação ⁽¹⁾

	2012	2013	2014	2015	2016
Despesas Correntes	60.976.673	65.264.399	76.678.148	78.268.575	59.039.049
Recursos Próprios	29.108.147	30.481.915	34.878.821	30.557.868	22.100.512
Administração Geral	277.939	46.837	23.550.730	3.228.391	1.790.910
Ensino Fundamental	22.612.033	24.324.363	8.484.003	26.259.298	19.388.607
Ensino Superior	6.204.360	6.108.094			
Educação Infantil	13.814	2.619	2.834.902	1.059.111	920.994
Educação de Jovens e Adultos			9.185	11.067	
Recursos Estaduais	29.388.180	30.925.170	36.701.724	38.524.606	30.462.189
Ensino Fundamental	29.388.180	30.925.170	36.701.724	38.524.606	30.462.189
Recursos Federais	2.480.346	3.857.314	5.097.602	9.186.100	6.476.347
Administração Geral	2.462.415	3.768.602			
Ensino Fundamental		88.711	4.599.066	8.555.725	5.872.664
Educação Infantil	17.930		498.536	630.374	603.682
Despesas de Capital	4.467.303	113.752	7.515.136	3.566.110	2.279.402
Recursos Próprios	4.192.857		4.719.233	1.334.851	267.219
Ensino Fundamental	4.192.857		143.704	512.593	87.218
Educação Infantil			4.575.529	822.258	180.001
Recursos Estaduais			258.500	693.298	1.170.528
Educação Infantil			258.500	693.298	1.170.528
Recursos Federais	274.446	113.752	2.537.402	1.537.960	841.655
Ensino Fundamental		113.752	355.385	403.982	137.178

Educação Infantil	274.446	2.182.016	1.133.978	704.476
Total	65.443.977	65.378.152	84.193.285	81.834.685
		61.318.452		

(1) Em Reais atualizados pelo IPCA até 2016.

Neste ponto cabe chamar a atenção para o fato de que não há lançamentos significativos para a Educação Infantil, apesar das políticas públicas realizadas pelo município, principalmente nas creches e pré-escolas, em conformidade com a Lei 9.394/1996²⁷. Tradicionalmente os lançamentos das despesas com creches e pré-escolas são lançados em rubricas cuja subfunção é de Educação Infantil, fato que não ocorre no município de Salto. Tais despesas estavam agregadas com as despesas do Ensino Fundamental, fato que mereceu atenção e alteração no PPA atual e na LOA para 2017 a fim de se evitar recomendações ou mesmo outras críticas por parte da auditoria do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, e ter-se um demonstrativo fiel a realidade das despesas.

Contrário à estruturação da política educacional prevista na Constituição Federal, o município realizou despesas com *Ensino Superior*, concentrando 9,4% dos gastos médios do município, em 2012 e 2013. Tais despesas foram realizadas em programa de Transporte Escolar, programa que não mais constou nos orçamentos posteriores e, portanto, sem novas despesas nos exercícios seguintes.

As despesas com *Administração Geral* dedicada aos serviços de Educação foram responsáveis por 10,5% dos recursos aplicados, em média. Fato relevante foram despesas realizadas nesta subfunção no exercício de 2014, quando a despesa com Administração Geral em atividades de Educação superou R\$ 23,5 milhões, com o valor atualizado pelo IPCA. Tal valor é quase sete vezes superior à média dos gastos realizados nessa modalidade nos exercícios de 2012, 2013 e 2015. O exercício de 2014 é o único da amostra cuja subfunção de Administração Geral contém gastos de Pessoal e Encargos Sociais, Transporte Escolar, Alimentação Escolar, dentre outros gastos, indicando classificação de despesas diferente das efetuadas nos demais exercícios analisados.

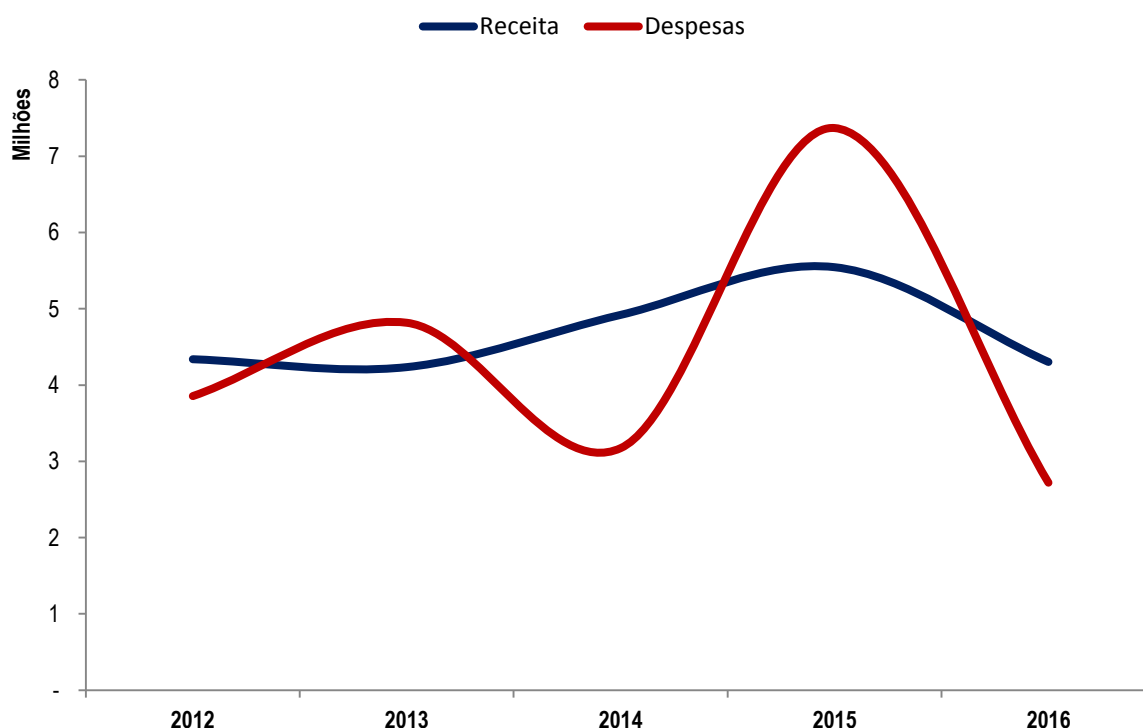
Os recursos utilizados pelo município da Quota Estadual do Salário Educação (QESE) foram responsáveis por 6,5% das despesas com ações de

²⁷ Art. 30. A educação infantil será oferecida em: I - creches, ou entidades equivalentes, para crianças de até três anos de idade; II - pré-escolas, para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade.

Educação, de 2012 a 2015. A contribuição social do salário-educação foi criada em 1964, para financiar ações e programas de educação básica. À época, a receita era destinada ao Fundo Nacional de Ensino Primário (50%) e ao Fundo Estadual do Ensino Primário (50%) do estado de arrecadação. Atualmente, a Lei 9.766/1998 é o diploma legal que disciplina a contribuição, enquanto que a distribuição dos recursos segue o estabelecido pelo artigo 15 da Lei nº 9.424/1996²⁸.

Esta receita é distribuída entre a União, que recebe 1/3 da arrecadação, e Estados e Municípios, que recebem 2/3 da arrecadação, na proporção do número de alunos matriculados no ensino fundamental nas respectivas redes de ensino. A receita média do Salário-Educação foi de R\$ 4,8 milhões, com os valores atualizados pelo IPCA. Os recursos recebidos do Salário-educação têm excluídos de sua hipótese de utilização os gastos com folha de pagamento. Assim, tais recursos podem ser utilizados para quaisquer outros dos gastos previstos no Art. 70 da Lei 9.394/1996, com exceção das despesas de Pessoal e Encargos Sociais.

Gráfico 42 – Receita e Despesa com recursos do QESE (2012-2016) (1)



(1) Em Reais atualizados pelo IPCA até 2016.

²⁸ Art 15. O Salário-Educação, previsto no art. 212, § 5º, da Constituição Federal e devido pelas empresas, na forma em que vier a ser disposto em regulamento, é calculado com base na alíquota de 2,5% (dois e meio por cento) sobre o total de remunerações pagas ou creditadas, a qualquer título, aos segurados empregados, assim definidos no art. 12, inciso I, da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

O município de Salto utilizou praticamente a totalidade dos recursos obtidos por essa fonte, entre 2012 e 2015. Em 2015, inclusive, a aplicação de recursos do QESE foi a maior nos anos estudados, com 86% desses recursos investidos em programa de manutenção de unidades escolares.

Quanto à merenda escolar, o município de Salto recebe recursos estaduais e federais para sua execução. O Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE existe desde 1955 e realiza transferências de recursos para a realização da alimentação dos alunos. O valor transferido é referenciado pela quantidade de dias letivos e pela quantidade de alunos, medida pelo Censo Escolar, além de um valor por aluno estabelecido pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE.

Tabela 22 – Receita e Despesa com Alimentação Escolar ⁽¹⁾

		2012	2013	2014	2015	2016
Estadual	Receita	955.717	2.050.334	1.920.612	1.746.261	
	Despesa	957.055	2.050.334	2.000.599	1.761.880	
Federal	Receita	1.965.493	2.107.906	1.863.854	2.043.995	884.920
	Despesas	3.493.714	3.165.672	1.850.445	1.934.471	1.385.675

(1) Em Reais atualizados pelo IPCA até 2016.

No exercício de 2016 ainda não houve lançamentos tanto de receitas quanto de despesas com recursos estaduais, com o encerramento do convênio entre o município e a Secretaria Estadual de Educação. É possível observar que os recursos federais aplicados nos exercícios de 2012 e 2013 superam a receita dos recursos recebidos no mesmo exercício. Isso se deve ao fato de que houve a utilização de recursos do QESE para o pagamento de despesas com Alimentação Escolar, não segregados adequadamente nos lançamentos contábeis apresentados.

Cabe destacar, também que as receitas de aplicação financeira tanto dos recursos do QESE quanto dos recursos recebidos do Estado de SP e do FNDE para programas de Alimentação Escolar não constam de forma segregada no Balancete de Receitas do município, constituindo razão para apontamentos por parte do Tribunal de Contas.

As despesas realizadas com os recursos recebidos do FUNDEB possuem regramento específico para sua execução. Ao menos 60% (sessenta por cento) dos

recursos do fundo devem ser aplicados no salário dos professores²⁹, enquanto que o restante pode ser aplicado nas demais atividades de ensino. Além dessa especificidade no gasto, 95% (noventa e cinco por cento) dos recursos recebidos num exercício devem ser aplicados no próprio exercício, enquanto que os 5% (cinco por cento) restantes devem ser gastos até o fim do primeiro trimestre do exercício subsequente³⁰.

A observação das despesas realizadas com recursos do FUNDEB no período analisado demonstra que foram utilizados dentro da legislação no que diz respeito à aplicação total dos recursos no exercício em que foram recebidos. Apenas no exercício de 2015 os recursos não foram integralmente utilizados, com a utilização de 98,5% do total recebido, contudo. Entre 2012 e 2015, 64,5% dos recursos do FUNDEB foram utilizados para o pagamento de salário de profissionais do magistério, em média.

Tabela 23 – Receita e Despesa com recursos do FUNDEB (1)

		2012	2013	2014	2015	2016
Receita	Repasse do FUNDEB	29.316.946	30.867.100	32.024.767	33.358.995	26.470.309
	Aplicação Financeira	71.233	58.069	65.395	91.986	74.229
Despesa	Salário de professores	19.247.266	19.898.452	21.064.756	20.918.147	20.358.042
	Outras	10.140.913	11.026.717	11.025.406	12.054.349	7.012.020
%	Aplicado no exercício	100,00	100,00	100,00	98,57	103,11
	Salário de professores	65,49	64,34	65,64	62,53	76,69
	Outras Despesas	34,51	35,66	34,36	36,04	26,42

(1) Em Reais atualizados pelo IPCA até 2016.

A despesa realizada com recursos do FUNDEB, em geral, no exercício de 2015 foi 12,2% superior à realizada no exercício de 2012, considerando os valores atualizados pelo IPCA. Entretanto, o crescimento foi maior para as outras despesas (que em 2015 foram superiores às despesas de 2012 em 18,8%) que com as despesas com os salários dos professores (maiores, em 2015, 8,7% que as despesas de 2012).

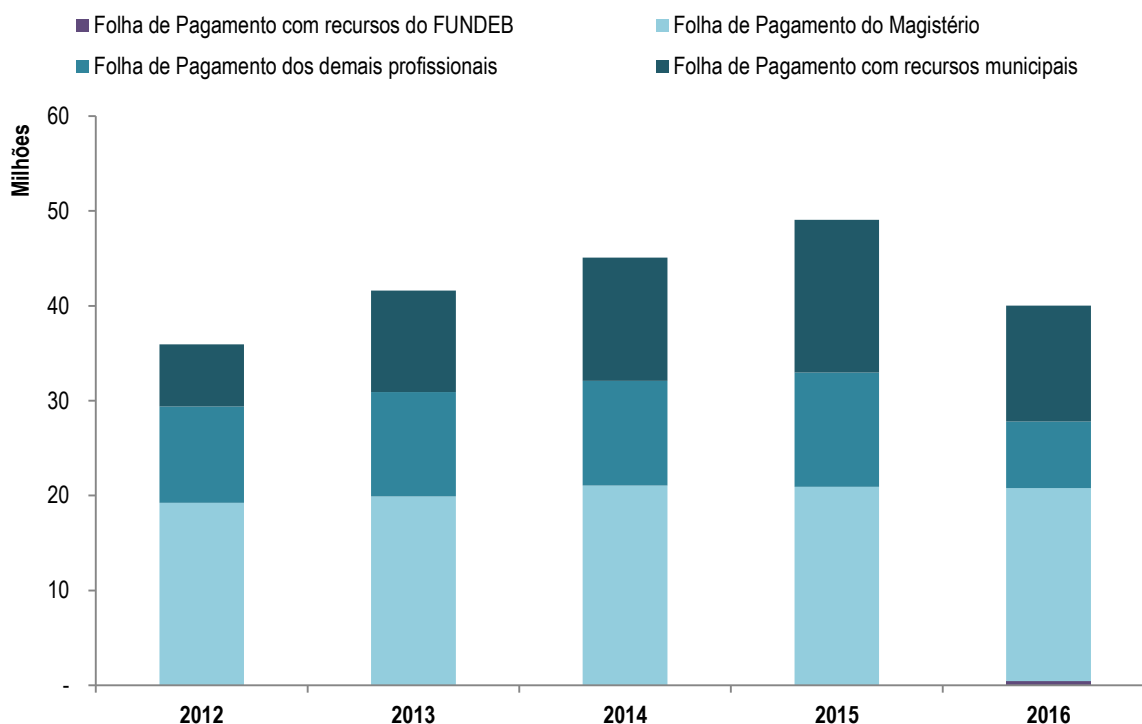
A respeito da folha de pagamento dos professores, há que se destacar que o montante utilizado dos recursos do FUNDEB para o pagamento dos professores corresponde a 47,8% do total dos gastos com folha de pagamento dos servidores da

²⁹ Conforme o inciso XII do Art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

³⁰ Conforme o § 2º do Art. 21 da Lei 11.494, de 20 de Junho de 2007.

Educação, em média, no período de 2012 a 2015. Essa média, contudo, apresenta uma linha descendente, uma vez que a folha de pagamento dos professores correspondeu a 53,6% do total, e 2012, e 42,6%, em 2015.

Gráfico 43 – Folha de Pagamento da Educação (2012-2016) ⁽¹⁾



(1) Em Reais atualizados pelo IPCA até 2016.

Ao mesmo tempo cresceu a participação de recursos do próprio município para o pagamento dos profissionais da educação, uma vez que em 2012 o município comprometeu seus recursos com 18,2% da folha de pagamento da Educação; em 2015 comprometeu 32,8%, apontando uma média de recursos municipais de 26,4% dos recursos, no período de 2012 a 2015.

A folha de pagamento total dos profissionais da Educação cresceu 36,6%, de 2012 a 2015, considerando os valores atualizados pelo IPCA.

As despesas realizadas com ações de Investimentos

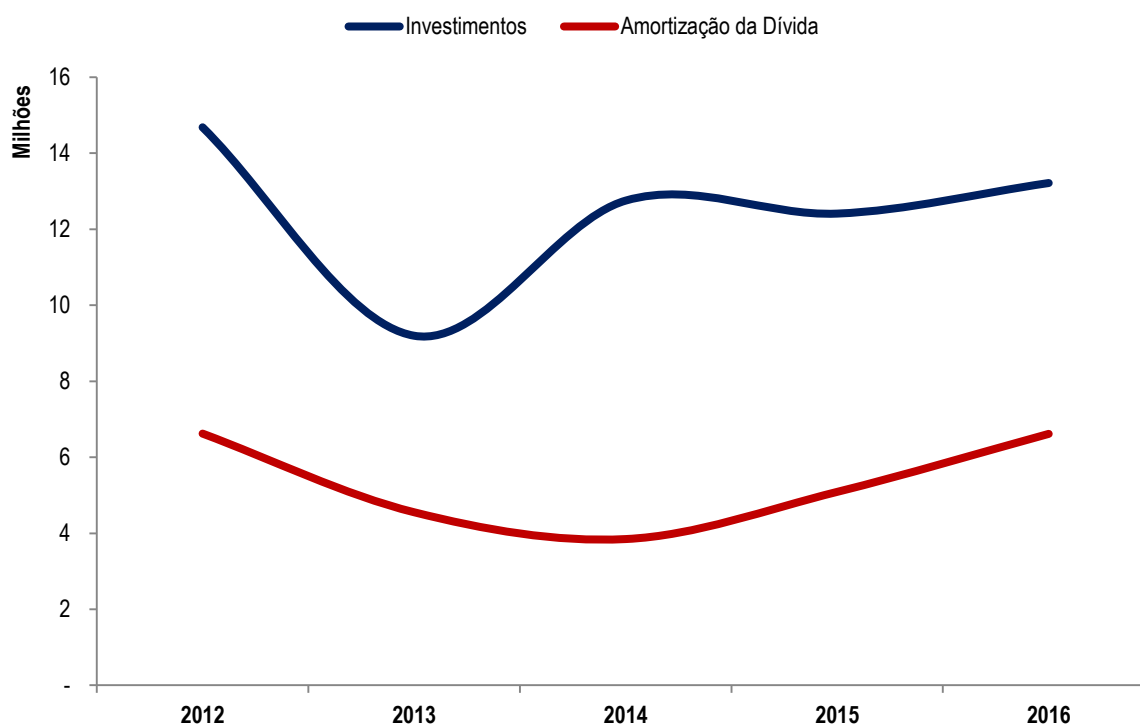
As despesas de investimento podem ser observadas sob diversos aspectos. O mais simples é observar as Despesas de Capital e considerá-las como

investimento, totalmente. Neste contexto, as Despesas de Capital realizadas em 2015 são 17,8% *menores* que as despesas executadas em 2012.

Há que se destacar, entretanto, que o município possui dívidas cujas amortizações compõem as Despesas de Capital. Excluindo as Amortizações da Dívida, os Investimentos tiveram queda de 15,5% entre 2012 e 2015, com os valores atualizados pelo IPCA, enquanto que as Amortizações da Dívida caíram 23,1%, no mesmo período e com os valores também atualizados.

A queda nos investimentos pode ser compreendida pelas restrições de receita impostas pela recessão econômica pela qual atravessa o país, conforme já explicitado anteriormente. O crescimento das Despesas Correntes, ainda, faz com que as receitas efetivamente arrecadadas sejam direcionadas à manutenção das políticas públicas já executadas e reduz a disponibilidade para investimentos.

Gráfico 44 – Evolução da Despesa de Capital (2012-2016) ⁽¹⁾



(1) Em Reais atualizados pelo IPCA até 2016.

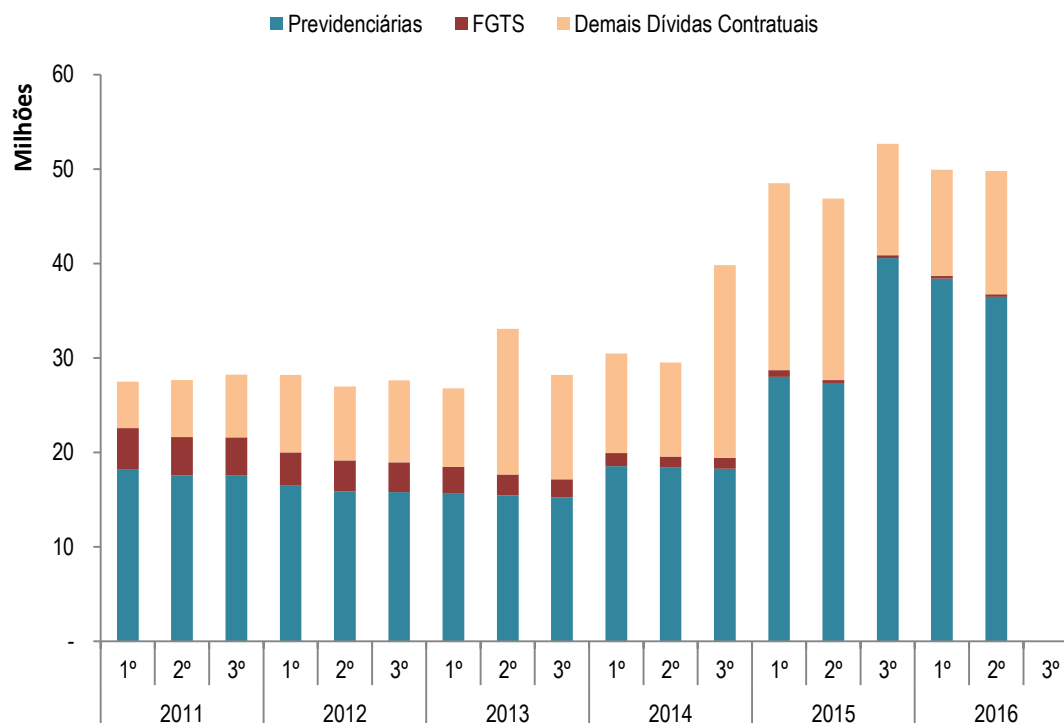
Nesta observação, é relevante considerar que a área de Urbanismo recebera 46% dos investimentos realizados em 2012, enquanto que a Educação recebeu 31%, a Saúde, 7,2% e o setor de Saneamento, 12,5%. Em 2015, do montante de investimentos realizados, 8,2% foram direcionados para a Saúde, para a Educação

o montante destinado foi de 28,3%, e 45,2% dos investimentos foram direcionados para Turismo (obra do Trem Republicano, dentre outras).

Com uma média de gasto anual de R\$ 5 milhões, as Amortizações da Dívida constituem um segmento de gasto que não necessariamente mede a eficiência da gestão pública. A média anual de amortizações foi de 1,8% do total da despesa executada, de 2012 a 2015 (em 2012 as amortizações representaram 2,5% das despesas; em 2013, 1,7%; em 2014, 1,4% e em 2015, 1,7%). O total da dívida pública de Salto merece uma atenção mais cuidadosa nessa análise.

Atualmente, a dívida pública do município é composta, principalmente, por parcelamentos de Contribuições Sociais, FGTS e outras dívidas contratuais (fornecedores e prestadores de serviços, essencialmente). Nos demonstrativos publicados e utilizados como referência para esse trabalho (Relatório de Gestão fiscal e Relatório Resumido de Execução Orçamentária) não foi encontrada menção à dívida mantida com instituições financeiras (dívida bancária).

Gráfico 45 – Evolução da Dívida Pública Contratual por Quadrimestre ⁽¹⁾ ⁽²⁾



(1) Em Reais constantes.

(2) Com dados obtidos no *Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida* do Relatório de Gestão Fiscal.

O total da dívida pública ao final de 2015 é 59,8% superior à dívida existente no final de 2012, com os valores atualizados pelo IPCA. Ao final do segundo

quadrimestre de 2016 (agosto), todavia, o total da dívida estava 36,5% superior à dívida de 2012, diante das amortizações realizadas.

A dívida referente a parcelamentos de FGTS encontra-se em vias de ser quitada, uma vez que o montante existente em agosto de 2016 é equivalente a 8,5% do valor ao final de 2012, em valores constantes. Já a dívida referente ao parcelamento de Contribuições Sociais (INSS), o montante é um dos responsáveis pelo expressivo crescimento do total da dívida.

Os parcelamentos de Contribuição Social representavam 57,2% do total da dívida existente ao final de 2012; em 2015, representavam 77% do total da dívida, percentual que foi reduzido ao final de agosto de 2016 para 73,3%. Em valores atualizados pelo IPCA, a dívida com parcelamentos de Contribuições Sociais cresceu 115,4% em relação à dívida existente ao final de 2012. Esse significativo avanço é explicado pela dívida referente as compensações realizadas em 2011/2012 e consideradas irregulares pela Receita Federal.

Considerando as demais dívidas contratuais, que representavam 31,5% do total da dívida, em 2012, atingiram, em 2015, 22,4% do total da dívida, apesar do crescimento real de 13,8% (crescimento do total, ao final de 2015 em relação ao total ao final de 2012 atualizado pelo IPCA).

As amortizações realizadas no período não foram suficientes para reduzir o montante da dívida, fato que pode sugerir desequilíbrio fiscal financiado com parcelamentos de Contribuições Sociais, ampliados a partir das compensações inadequadas ocorridas em 2012.

AS AÇÕES REALIZADAS POR CADA SECRETARIA

A fim de mencionar as ações realizadas pelo município ao longo da gestão de forma pormenorizada, esta seção descreve as ações realizadas por cada Secretaria, de acordo com as informações fornecidas.

Cada Secretaria preparou relatórios com as ações relevantes executadas ao longo do mandato. Naturalmente aquelas cuja atividade fim é de relevância para o cidadão alcançam resultados mais aparentes que as Secretarias cujas atividades servem como retaguarda ou meio para a execução do trabalho daquelas. Assim, a apresentação dos resultados aqui demonstrados não representa nenhum tipo de comparação entre as atividades de cada secretaria.

Ademais, as ações de suporte realizadas pelas secretarias de áreas meio são medidas de forma mais subjetiva que as ações realizadas pelas secretarias de áreas fim. A demonstração das ações e de seus resultados pode contemplar secretarias onde os dados numéricos são relativizados, não significando que devam ser descartados.

Por fim, eventuais ações que não forem aqui relatadas não diminuem a importância das mesmas, podendo significar, apenas e tão somente a falta de apresentação do relatório ou a agregação dos seus resultados com ações similares, com dados apresentados de forma consolidada.

Secretaria de Ação Social e Cidadania

A Secretaria Municipal de Ação Social e Cidadania, com sua sede na Rua Joaquim Nabuco, 11, Centro, tem uma rede com quatro Centros de Referência de Assistência Social – CRAS e um Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS. Além desses centros, há, ainda, as Coordenadorias de Igualdade Racial, da Juventude, da Pessoa com Deficiência, da Pessoa Idosa e da Mulher.

Para prestar os serviços de assistência social no município, a Secretaria conta com uma equipe de 82 servidores e quatro estagiários.

O orçamento para atender as políticas públicas de responsabilidade da Secretaria é de R\$ 7,4 milhões para o ano de 2017.

Na gestão foi instalada a Casa da Cidadania, um espaço estruturado de trabalho para o desenvolvimento das ações das coordenadorias. No local, a equipe de apoio conta com um auxiliar administrativo, um assistente técnico e um auxiliar de serviços gerais. A partir desta ação, foram realizadas inúmeras ações pelas Coordenadorias que compõem a Secretaria.

Pela Coordenadoria da Igualdade Racial:

- Articulação regional para a realização da III Conferência de Promoção de Políticas de Igualdade Racial, no município de Salto. Realizada, no Centro Universitário Nossa Senhora do Patrocínio em Salto em junho de 2013, com objetivo de refletir, discutir e promover o tema Democracia e Desenvolvimento – Por uma Região de Sorocaba sem Racismo.
- A realização pela Secretaria de Ação Social e Cidadania, Coordenadoria da Igualdade Racial, Conselho Municipal de Participação e Desenvolvimento da População Negra da Estância Turística de Salto do Fórum Regional de Promoção da Igualdade Racial, uma das propostas da III Conferência, que se efetivou a partir de dezembro de 2013, cuja primeira reunião foi em Tietê. O Fórum teve como objetivo mobilizar a sociedade pela promoção da igualdade racial e implantação integral e equitativa de

uma Política de Promoção da Igualdade Racial na Região Administrativa de Sorocaba.

- A alteração da nomenclatura do Conselho de Participação e Desenvolvimento da População Negra da Estância Turística de Salto, criado pela Lei nº 3.041/2011 para Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial (Lei nº 3.313/2014). Composto por 5 funcionários do poder público municipal (saúde, educação, cultura, ação social, desenvolvimento econômico ou negócios jurídicos); 5 representantes da sociedade civil (3 entidades do movimento negro, 2 dos movimentos sociais) para um mandato de 2 anos., o Conselho tem por função ser órgão consultivo, deliberativo e fiscalizador com a finalidade de promover políticas voltadas para a igualdade racial, e ações afirmativas, que possibilitem à população negra e outros segmentos étnico-raciais o exercício pleno de participação e integração no desenvolvimento econômico, social, político, cultural, e construção da cidadania.
- Coral Vozes Afro de Salto, que a partir de 2013, confirmou parcerias com a Secretaria de Ação Social e Cidadania, Secretaria de Cultura, Espaço Cultural Barros Junior, através da Coordenadoria da Igualdade Racial. O Coral Vozes Afro participou do Mapa Cultural em 2013 na cidade de Itapeva; do Encontro de Corais nas cidades: Salto, Sorocaba, Mogi Guaçu, Poços de Caldas, Águas de Lindoia, Itapira, e de apresentações, nas cidades: Salto, Dois Córregos, Porto Feliz e Tatuí. Foram 216 atividades dos 23 coralistas e maestro com objetivo de produzir e difundir a cultura afro-brasileira e propiciar apoio para a melhora da autoestima dos participantes.
- Parceria Coordenadoria da Igualdade Racial e Museu Municipal “Ettore Liberalesso”, no projeto “Recuperação da Memória” do movimento afrodescendente em Salto, através da Associação Instrutiva e Recreativa José do Patrocínio e da criação de um espaço no Museu.
- Clube Social Negro do Estado de São Paulo discute e trabalha os clubes sociais negros no Estado; em Salto o Clube José do Patrocínio ou Associação Instrutiva e Recreativa “José do Patrocínio”, com objetivo de

promover a recuperação do patrimônio Material e Imaterial (em processo a criação do Centro de Referência Afro Saltense).

- Atividades de apoio aos Haitianos, com apoio à criação da Associação dos Haitianos em Salto para sua inserção no mercado de trabalho, em parceria com o IFSP para a realização de curso de extensão em língua portuguesa. Também buscou o apoio da Secretaria de Saúde, da Secretaria de Ação Social (através do CRAS Saltense), da Secretaria da Educação, da Secretaria do Desenvolvimento Econômico (COEMPREGO), para as questões de sociabilidade, saúde, trabalho e educação. A parceria com Sindicatos em apoio aos Haitianos (Construção Civil, Metalúrgicos e Papeleiros de Salto e região) permitiu o atendimento de 200 pessoas de origem haitiana que residem na cidade de Salto, para acolhimento e inclusão dos migrantes haitianos na sociedade saltense.
- Semana da Consciência Negra, realizadas no período de 2013 a 2015, com atividades de Educação, Musica, Cultura. Com apoio: das Secretarias: Ação Social e Cidadania, Secretaria da Cultura, Secretaria da Educação e a Cia. Faces Ocultas de Dança, presença fundamental nas edições da Semana da Consciência Negra. O objetivo da Semana é realizar a celebração das atividades relacionadas à promoção da igualdade racial, cujo símbolo maior é Zumbi dos Palmares.
- Apoio ao Grupo de Mulheres Negras N'zinga, em suas atividades, como exposições, desfile da Beleza Negra + 50, etc.

Pela Coordenadoria da Juventude foram realizadas as ações:

- Papo Legal: Ciclo de palestras em escolas, grupos religiosos, CRAS, nos diversos territórios do município;
- Projeto Debates sobre a diversidade sexual, problematizando o quanto é importante respeitar e conviver com as diferenças e escolha de cada cidadão.
- Semana da Juventude: Semana diferenciada com diversas atividades, cultura, educação, esporte, lazer, doação de sangue;

- Projeto Jovem Sangue Bom: Mutirão de doação de sangue com jovens entre 18 e 29 anos;
- Encontro de formação gremista: Formação direcionada aos jovens gremistas, informações a respeito do que é e como funciona um Grêmio Estudantil;
- Orientações aos grêmios: 7 grêmios - Reuniões quinzenais com equipes, levando sugestões, trocando experiências e apoiando as ações elaboradas pelas equipes;
- Projeto Parada Poética: Apresentação da literatura (poesias) de forma diferente, bem mais próxima da realidade dos jovens;
- Banda Marcial: Apoiando as ações e efetuando as articulações necessárias no período da vinculação com a coordenadoria;
- Projeto Geração.com: Encontro entre gerações (pessoa idosa e jovens) para efetuar debates considerando a visão de mundo das gerações, mas destacando o valor das relações intergeracionais;
- Conferência Municipal da Juventude: Delegados eleitos para etapa estadual e posteriormente para a etapa nacional. Propostas aprovadas em nível estadual. O Conselho Municipal da Juventude foi protagonista nessa organização.

A Coordenadoria da Pessoa Idosa realizou as ações:

- Questionário Perfil dos Idosos: elaboração de 680 questionários, que foram aplicados em diferentes regiões e serviços municipais. Diversas parcerias foram realizadas com profissionais dos serviços e também com os conselheiros do Conselho Municipal da Pessoa Idosa;
- Política Municipal da Pessoa Idosa: com a realização de 11 reuniões com diretores, chefes de setor, coordenadores de todas as secretarias municipais, para aperfeiçoamento da política municipal, inclusão de itens e reformulação de outros. O documento foi reordenado, com as sugestões

dos secretários e apresentado ao Prefeito e Vice-prefeita, para a elaboração do projeto de lei da Política Municipal da Pessoa Idosa;

- Padronização da Ficha Única de Notificação de Suspeita ou Confirmação de Violência: foram realizadas diversas reuniões com a equipe do CREAS, diretoras da SASC e Secretária Lucília para a formulação da ficha. Foi construído conjuntamente com o CREAS o Fluxograma de Atendimento de Violência contra a Pessoa Idosa (VCPI). Em reuniões ordinárias e extraordinárias foi apresentada a ficha para os membros do Conselho Municipal da Pessoa Idosa, que após a realização de novas alterações, foi aprovada em reunião ordinária.
- Participação no Conselho Municipal da Pessoa Idosa: houve grande avanço nas legislações que versam sobre o Fundo Municipal da Pessoa Idosa. Com o decreto regulamentador aprovado, o próximo passo foi organizar o edital para submissão de projetos por entidades e associações e realizar a Campanha de Destinação junto às pessoas físicas e jurídicas. O Edital foi publicado ao final de Setembro de 2016, com prazo de conclusão de todas as etapas de análise em Novembro. Em relação à fiscalização das Instituições de Longa Permanência para Idosos, foram todas visitadas, e as que se encontram em situação de regularidade, certificadas.
- Programa de Valorização da Experiência Profissional: através de folhetos informativos foram distribuídos, com apoio da ACIAS e ASSISA, e encaminhamentos foram realizados ao Posto de Atendimento ao Trabalhador. O programa Time do Emprego atendeu muitos idosos interessados em retornar ao mercado de trabalho, desenvolvido primeiramente no Tele Centro Central, em 2014.
- I Sarau Intercultural 60 +: O evento foi realizado no dia 03 de outubro de 2014, no Lar Frederico Ozanam, com diversas parcerias de empresas e voluntários. Em comemoração ao Dia Nacional e Internacional do Idoso, o evento teve o objetivo de valorizar a pessoa idosa e contou com várias apresentações. Público estimado em 200 pessoas;

- Curso de Cuidador de Idosos: O curso foi ministrado pelas professoras Silvia e Flora. Não foi realizada divulgação para inscrição, pois havia uma lista de 130 pessoas interessadas. Carga Horária Total do Curso: 85 horas, sendo 69 horas de aulas teóricas e 16 de estágios em instituições. Foi realizado de 11 de agosto a 05 de novembro de 2014, das 18:00 às 21:00 horas na Secretaria da Ação Social e Cidadania. A turma deu início com 29 pessoas, mas se formaram 22 pessoas. A formatura com a entrega dos Certificados ocorreu no dia 06 de novembro na Associação dos Aposentados e Pensionistas de Salto, às 19:00 horas. As avaliações das alunas foram bastante positivas em relação aos conteúdos e metodologias aplicadas durante o Curso;
- Campanha “Trânsito é feito de pessoas”: realizada em parceria com a Coordenadoria da Pessoa com Deficiência e com a Secretaria de Defesa Social, a partir de 2013, contou, na 1ª etapa, com uma palestra do Diretor de Trânsito, Sr. Ubirajara, levando informações sobre a maior segurança no trânsito aos idosos e pessoas com deficiências, foram seis encontros em diferentes pontos da cidade, e também em diferentes horários para facilitar a participação de maior número de pessoas. A abertura da Campanha foi realizada no dia 20 de maio no Grupo Renascer da Terceira Idade. Durante toda a primeira etapa tivemos a participação de 156 pessoas. Na 2ª Etapa: parceria com a Casa do Servidor, convocando motoristas servidores públicos para participar da Campanha. Foi realizada uma palestra sobre as especificidades da população idosa e pessoa com deficiência e em seguida um Café Sensorial. Esta etapa foi realizada nos dias 14 e 15 de agosto, em 3 turmas, com a participação de 30 motoristas. Parceria com a Empresa Auto Ônibus Nardelli: as Coordenadorias foram convidadas a participar da SIPAT para realizar palestras aos colaboradores da empresa, abordando informações sobre o público idoso e deficiente. As palestras foram realizadas em 22 de maio, com participação de 58 pessoas. Parceria com o Plano de Auxílio Mútuo (PAM): realizada uma simulação de acidente na cidade, organizada pela Secretaria de Defesa Social envolvendo diversos outros setores. Alguns idosos participaram como vítimas do acidente, no dia 18 de setembro, na Av. Getúlio Vargas. Na 3ª

Etapa: parceria com diversas empresas e Conselho Municipal do Trânsito e Transporte. Foi organizada uma semana de conscientização dos motoristas e pedestres, com o tema: “Respeite a Faixa de Pedestre”. Foram realizadas cinco mobilizações em diferentes cruzamentos da cidade, nos dias 13, 15, 17, 19 e 20 de dezembro de 2015. As mobilizações contam com faixas, banners, folhetos informativos e adesivos com o logo da Campanha, patrocinadores por dezenas de empresas.

- Dia Mundial de Não Violência contra a Pessoa Idosa: Uma grande mobilização na Praça XV de Novembro foi realizada no dia 06 de junho de 2015, com apresentações de dança e música de idosos e crianças. Mesmo com atrasos e com chuva, cerca de 200 pessoas compareceram, dentre elas grupos de alunos das escolas próximas ao local.

Pela Coordenadoria da Pessoa com Deficiência as ações foram:

- Campanha “Trânsito é Feito de Pessoas”: Promovida pelas secretarias municipais de Ação Social e Cidadania e Defesa Social, por meio das coordenadorias da Pessoa Idosa e da Pessoa com Deficiência e Departamento de Trânsito, o projeto tem por objetivo orientar de maneira clara e prática idosos, pessoas com e sem deficiência e seus familiares sobre segurança no trânsito.
- Virada Inclusiva: a Estância Turística de Salto participou no ano de 2014, da 5ª edição da Virada Inclusiva promovida pela Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência com atividades na Biblioteca Pública Municipal. Mais de 160 pessoas participaram da “Virada Inclusiva” promovida na Biblioteca Pública Municipal “Paço dos Taperás” da Estância Turística de Salto no dia 3 de dezembro. Essa foi a primeira vez que o município recebeu o projeto, que já estava em sua 5ª edição no Estado de São Paulo. Participaram do evento, alunos do CEMUS (Centro de Educação Municipal de Salto) III e IV, da APAE (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais), CADI Brasil e membros do Conselho Municipal dos Deficientes de Salto. A “Virada Inclusiva” foi realizada em comemoração ao Dia Internacional da Pessoa com Deficiência e teve por atração a contação de histórias com o Grupo Tupi, que trabalhou o tema

“O Corcunda de Notre-Dame” em dois horários diferentes. Este evento teve objetivo de promover a conscientização de que todos têm direito à educação, à cultura, à uma vida social e tantos outros direitos, pessoas com e sem deficiência.

- Projeto “Prevenção de Deficiência, conquista de cidadania”: com objetivo conscientizar e levar informações sobre as várias maneiras de se prevenir deficiências às famílias, aos adolescentes e jovens, especialmente as gestantes e mulheres que estão em vulnerabilidade social, bem como aos trabalhadores de empresas, servidores municipais é o se fez desde 2013 com esse projeto. O melhor caminho para que tenhamos uma diminuição significativa no índice atual, que é crescente, de casos de deficiências é o acesso à informação, a conscientização de que isso é possível e que dessa forma conquistaremos o respeito, a dignidade, a cidadania e os direitos de todos, com ou sem deficiência. Foram realizados encontros com palestras informativas com gestantes de risco (mães adolescentes, usuárias de drogas e /ou álcool, com histórico familiar e/ou mapeamento genético, etc), bem como também ao público jovem que iniciam sua vida sexual precocemente. Espera-se a partir das informações transmitidas de forma motivacional preparar as gestantes de risco e a prevenção de futuras gestações de risco, havendo assim uma diminuição no índice de casos de bebês com deficiência no município. O projeto acontece deste 2013 totalizando 252 pessoas atendidas sendo 60 crianças, 18 adolescentes e 174 adultos diretamente.
- Empregabilidade da Pessoa com Deficiência: Tendo em vista o panorama do mercado de trabalho que busca hoje pessoas com deficiência para inserção na Lei de Cotas e em contrapartida pessoas com deficiência que têm esse direito garantido, mas que por inúmeros motivos históricos não tem capacitação e experiência para o preenchimento dessas vagas, foi ofertado gratuitamente o treinamento para jovens e adultos com deficiência na área supermercadista com intuito de contribuir para a inserção no Mercado de Trabalho, em empresas com 100 ou mais funcionários. Esse treinamento se deu a partir de uma parceria entre a Prefeitura Municipal, Secretaria de Ação Social e Cidadania (Coordenadoria da Pessoa com

Deficiência) e a empresa privada Armelin Consultoria, sendo a última especializada na área supermercadista. O treinamento ocorreu nos meses de março e abril de 2016, no Centro de Formação do Sindicato dos Metalúrgicos, certificando 24 pessoas com deficiência bem como numa parceria com a Secretaria de Desenvolvimento Econômico foram cadastradas nos serviços de empregabilidade do PAT.

- Esporte para Todos: Tendo em vista os acontecimentos esportivos deste ano, Olimpíadas e Paraolimpíadas que ocorrerão em nosso país, bem como a aprovação da Lei Brasileira de Inclusão – LBI - aprovada no final de 2015, que ressalta a importância da inclusão das pessoas com deficiência através do esporte, o Conselho Municipal das Pessoas com Deficiência, juntamente com a Coordenadoria Municipal da Pessoa com Deficiência, solicitou a efetivação do evento inclusivo esportivo no Município da Estância Turística de Salto, denominado “ESPORTE PARA TODOS”, numa iniciativa de valorização e incentivo ao esporte adaptado em nossa cidade. Trata-se de um evento poliesportivo adaptado, com workshops de diversas modalidades, com a participação aberta a toda população com e sem deficiência, acompanhados de profissionais voluntários das respectivas áreas esportivas, que ocorreu em 16/04/2016, no Ginásio Municipal de Esportes, contando com a participação da AACD São Paulo, a GAADIN Basquete sobre Rodas de Indaiatuba, APAE Salto, ADEVISA, IFSP Salto, Casa de Cegos Santa Luzia de Itu, ONG Cidadão Faixa Preta, bem como a participação dos professores de educação física das escolas municipais, estaduais e particulares, pais e responsáveis das crianças com deficiência incluídas nos CEMUS, nas ações preparatórias ao evento. Estiveram presentes no dia do evento mais de 400 pessoas.
- Participação em Fóruns, Conferências Estadual e Nacional;
- Dia Nacional de Luta dos Direitos da Pessoa com Deficiência: em 2013, com a Apresentação artística cultural conjunta com representantes das entidades do município que atendem pessoas com deficiência e palestra sobre Prática Esportiva para pessoas com deficiência, na sala Palma de Ouro, CEC; em 2014, com apresentação da peça teatral “Se fosse fácil não

teria graça” com o ator Nando Bolognesi, que relata sua história de superação após diagnóstico de esclerose múltipla; em 2015, com a realização de Fórum com palestras e debates sobre a inclusão da pessoa com deficiência na educação, mercado de trabalho, cultura e comunicação, em parceria com o IFSP, na Sala Giuseppe Verdi. Nessas edições houve a participação de 730 pessoas;

- Participação no Concurso Bibliotecas Acessíveis de 2016: O concurso foi promovido no primeiro semestre deste ano, pela Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência de São Paulo, para selecionar bibliotecas interessadas em receber equipamentos de alta tecnologia para as pessoas com deficiência visual e motora. O objetivo foi subsidiar e ampliar nosso acervo de livros em braille, bem como instrumentalizar tecnicamente nossa biblioteca com equipamentos em braille (impressora) para acesso das crianças, jovens e adultos com deficiência visual. Ao todo, 55 municípios foram agraciados e 62 bibliotecas públicas do Estado de São Paulo receberão equipamentos acessíveis, que serão distribuídos em dois Kits. O Kit Tipo 1 contém computador, ampliador automático, scanner leitor de mesa, teclado ampliado, mouse estacionário e software de voz sintetizada para atuação com o software leitor de tela NVDA. O Kit 2 contém todos os elementos do Kit 1 e acrescenta um display braille e impressora braille.

A Coordenadoria da Mulher realizou:

- A Criação de Núcleo de Mulheres de Salto: com objetivo de ampliar a discussão sobre temas pertinentes a mulher e apoio para a proposta de organização da Conferência da Mulher e instituição do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher – CMDM;
- A Criação do Conselho Municipal dos Direitos das Mulheres – CMDM: avanço como instância de controle social para a implantação de ações para mulheres nas políticas sociais: A Coordenadoria efetuou palestras com os mais variados temas, tais como autoestima, combate a violência contra a mulher, empreendedorismo, empoderamento, a mulher na família, entre outros;

- O Encontro e debate sobre o Dia Internacional de combate a violência contra a mulher: garantindo o destaque nessas datas e provocando reflexões sobre igualdade;
- A Comemoração e reflexão ao Dia Internacional da Mulher;
- A Execução do Projeto das “Novas Empadeiras”: projeto com objetivo de capacitar mulheres para o empreendedorismo por meio da culinária típica local e propiciar o fortalecimento da capacidade de produção e geração de renda das saltenses. A metodologia teve a previsão de aulas teóricas e práticas, realizadas ao longo de 2016.
- A Realização da Conferência Municipal da Mulher;
- A Participação em fóruns e visitas em coordenadorias da mulher de outros municípios.

A Secretaria realizou a implantação do CREAS, considerando o desenho institucional estabelecido no SUAS. O CREAS é uma unidade pública estatal, de abrangência municipal, referência para a oferta de trabalho social a famílias e indivíduos em situação de risco pessoal e social, por violação de direitos ou violência, que demandam intervenções especializadas no âmbito do SUAS. Assim como o CRAS, funcionamento do CREAS compreende um conjunto de aspectos, tais como: infraestrutura e recursos humanos compatíveis com os serviços ofertados, trabalho em rede, articulação com as demais unidades e serviços da rede socioassistencial, das demais políticas públicas e órgãos de defesa de direitos. O CREAS pela natureza da sua atenção, possui uma interface potente com o sistema de justiça. Com essas considerações, a estrutura do CREAS Salto foi assim estruturada:

- Instituído a coordenação local: A coordenação é um trabalhador importante na equipe de referência, pois efetua a mediação entre os serviços que são complexos e diálogo com o sistema de garantia de direitos. A coordenação possui contato com unidades referenciadas para acompanhamento das famílias, conforme fluxos de encaminhamento e processos de trabalho previamente definidos, organização de espaços e oportunidades para troca

de informações, discussão dos acompanhamentos e encaminhamentos realizados às unidades referenciadas.

- Oferta dos Serviços: Como proposta de gestão dos serviços, buscou-se o aprofundamento do entendimento dessas ofertas: Serviço de Atendimento Especializado às Famílias e Indivíduos – PAEFI: Os atendimentos e acompanhamentos em geral englobam as famílias e indivíduos que se encontram em situação de risco pessoal e social, com violação de direitos, como: violência física, psicológica e negligência; violência sexual; afastamento do convívio familiar devido à aplicação de medida de proteção; situação de rua; abandono; trabalho infantil; discriminação por orientação sexual e/ou raça/etnia; descumprimento de condicionalidades do Programa Bolsa Família em decorrência de violação de direitos; entre outras demandas. Ainda se realiza o trabalho de orientar e encaminhar os cidadãos para os outros serviços da assistência social, que são ofertados nos CRAS ou demais serviços públicos existentes no município, como na Saúde. No CREAS também é ofertado orientação sócio jurídica, informações de apoio à família, apoio no acesso à documentação pessoal e estímulo a mobilização comunitária. Os acompanhamentos são realizados por dupla de assistente social e psicólogo.
- Atendimento à população de rua e ações intersetoriais: Nas ruas: escuta e orienta; apresenta o trabalho do CREAS e do Serviço de abordagem social; procura trazê-los até o serviço, para serem atendidos num espaço adequado que garanta o sigilo e a possibilidade de realizar alguma intervenção e convida para participarem do Grupo POP Rua. Realizam-se encaminhamentos para Saúde; Posto de Atendimento ao Trabalhador (PAT); Educação de Jovens e Adultos (EJA). Pelo Cadúnico (Cadastro Único) – atualmente existem 20 pessoas em situação de rua que tiveram acesso ao Programa Bolsa Família. Emissão de documentos e Serviço de Acolhimento Institucional: É realizada visita domiciliar às famílias que residem no município e articulação com serviços de outros municípios para localização da família. Nesse trabalho destacamos a articulação com a política de cultura, quando as pessoas que estão em situação de rua, puderam traduzir o seu olhar para a cidade por meio de exposição

fotográfica. Outro destaque é o vínculo que a equipe conquistou com essas pessoas, que de modo geral tornam-se invisíveis para o município. A equipe do CREAS auxiliou-os a voltar a visibilidade.

- Serviço de Proteção a adolescentes em cumprimento de Medida Socioeducativa - MSE e suas famílias: Realiza-se grupos com os adolescentes e com os responsáveis pelos adolescentes envolvidos em atos infracionais e que respondem a algum tipo de medidas socioeducativas. A metodologia adotada para acompanhamento é: Acolhimento, a interpretação da Medida Socioeducativa, elaboração do Plano Individual de Atendimento – PIA, atendimento individual, visita domiciliar, articulação de rede, emissão de relatórios sistemáticos ao Poder Judiciário. Realizam-se também passeios de ampliação do universo informacional e cultural: Hopi Hari, Ibirapuera, Cinema, isso também como estratégia de vinculação com o adolescente para se trabalhar a socioeducação esperada do serviço. Uma ação inovadora foi o Projeto Parada Poética, onde os adolescentes puderam refletir sobre a realidade e traduzir isso por meio de poesia. Outro elemento importante foi a articulação com diversos setores do poder público para o cumprimento da Prestação de Serviço à Comunidade – PSC.
- Qualificação da equipe de referência: Qualificamos tecnicamente o entendimento da política pública de assistência social na proteção social especial e a oferta dos serviços socioassistenciais por meio do trabalho social. Foi instituído na agenda e planejamento da secretaria, dia/horário para discussão dos processos de trabalho, leitura de texto, para provocar a reflexão crítica do trabalho das equipes. Muito dessas reflexões foram compartilhadas no Grupo de Trabalho Técnico – GTT. Em destaque a equipe fez uma reflexão sobre população de rua e adolescente que comete ato infracional, que provocou debate denso no GTT. Foi um período valioso, do ponto de vista de acúmulo de conhecimento. Além disso a equipe participou de diversos eventos, vivências e cursos de formação como: participação em Fóruns de diversas cidades da região sobre combate à violência sexual infantil; participação em Fóruns na cidade de São Paulo sobre o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI); curso de

extensão da Universidade de São Paulo – Atendimento Psicossocial às Famílias; participação em Fóruns de diversas cidades da região sobre combate as drogas e o tráfico; curso de extensão do NECA (Associação dos Pesquisadores de Núcleos de Estudos e Pesquisas sobre a Criança e Adolescente), onde foi realizado o curso do Plano Individual de Atendimento para Crianças e Adolescentes em Serviços de Acolhimento Institucional ou Familiar, visitas a Fundação CASA, visitas a Centros POP da região e Curso de Diversidade Orientação Sexual e Identidade de Gênero. Esses processos de formação são importantes frente as especificidades das demandas nos serviços do CREAS.

O CREAS do município de Salto está com os serviços organizados, que segue fluxo de atendimento construído pela equipe. Os registros do número de atendimento em 2013 foram de 1.930; em 2014, 2.237; em 2015, 2.434 e até maio de 2016, 1.150.

A Secretaria também promoveu a identificação de situações de violência e acompanhamento, o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, buscando a redução de danos provocados por situações violadoras de direitos. A gestão central possui o trabalho instituído de forma dinâmica e em construção de diversos processos que qualificam e politizam a forma de gestão do SUAS em Salto e conquistas que apoiam sua estruturação. Algumas ações e resultados foram:

- Aumento de 48% de 2013 a 2016 no orçamento público: Este aumento deu-se, pois, houve aumento na folha de pagamento que é um investimento significativo na produção das atenções da política de assistência social. Sem trabalhadores não há como garantir a efetivação do SUAS e a manutenção de condições de trabalho em todas as unidades e condições dignas de atendimento aos usuários. No entanto, no que se refere ao financiamento das ações e dos serviços socioassistenciais, verificamos que a manutenção se dá mediante co-financiamento do ente federal. Mas demarcamos que o investimento de trabalhadores é um diferencial dessa gestão e isso qualifica o SUAS.
- Instituição de política de estruturação da gestão, com o aumento de quadro de trabalhadores em 34%: No ano de 2013 iniciamos com 61 servidores,

no ano de 2016 temos 82 servidores e 04 estagiários (02 de nível médio e 02 de nível superior – todos remunerados).

- Normativa de referência – Norma Operacional de Recursos Humanos do SUAS – NOB/RH-SUAS. Nessa estruturação foi conquistada a formalização do cargo de coordenador do CRAS e CREAS.
- Correção salarial da categoria dos Assistentes Sociais: Esta era uma reivindicação antiga da categoria dos Assistentes Sociais e tratava-se de uma dívida que a outra gestão deixou. Nessa gestão isso foi regularizado, o que consideramos como uma conquista e reconhecimento. Houve a regularização da referência salarial R08 para a R10.
- Implantação da área da vigilância socioassistencial: A Vigilância Socioassistencial constitui-se como um dos objetivos estruturantes da política de assistência social brasileira, juntamente com a proteção social e a defesa de direitos. Dessa forma, deve ser entendida como uma função da Assistência Social. Esta concepção está presente tanto no texto da LOAS (Lei Orgânica da Assistência Social), a partir das alterações realizadas nesta normativa em 2011, quanto na Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e na Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social – (NOB/SUAS) de 2012. E nessa direção que organizamos esse setor na gestão, para que haja a sistematização de dados e sua análise. O foco é que possamos propor serviços, ações e atenções de acordo com a necessidade da população. Apontamos que estamos num estágio inicial, mas organizamos os dados dos sistemas da Secretaria Nacional de Assistência Social – SNAS no ambiente virtual Rede SUAS com os diversos sistemas como o Censo SUAS, Registro Mensal de Atendimentos (RMA), o Sistema de Informações do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SISC), CadSUAS, entre outros. Importante destacar que esse trabalho é fundamental, pois, o não envio destas informações por parte do município produz sanções administrativas que podem levar ao bloqueio de recursos. Foi um avanço, pois qualificamos os dados. Esse setor também é responsável pelo preenchimento do PMASWeb que é uma peça de gestão do ente estadual. Ainda no âmbito

municipal criamos uma base de dados no google drive que nos possibilitou ordenar diversos dados, que antes ficavam desorganizados (primeiro passo de digitalização dos documentos) e há o fornecimento de listagens regulares as unidades. Indicamos que de forma preliminar iniciamos a coleta de dados para a tentativa de estruturar um diagnóstico. Nessa gestão efetuamos a primeira construção do Plano Municipal de Assistência Social – PMAS como prevê a NOB/SUAS.

- Implantação da Diretoria da Proteção Social Especial: No ano de 2014 iniciou a Diretoria da Proteção Social Especial. Além de ser uma requisição do Pacto de Aprimoramento, de acordo com a resolução CNAS nº 18, de 15 de julho de 2013 que prevê a estruturação das secretarias com áreas essenciais de gestão, como avanço iniciamos ações que solicitava essa diretoria, tal como conclusão da construção do Plano Municipal Socioeducativo, adesão ao Programa de Ações Estratégicas do Programa de Erradicação do trabalho Infantil – PETI, Plano de Reordenamento dos Serviços de Acolhimento Institucional de crianças e adolescentes com a instituição de comissão municipal e foco nas demandas da proteção social especial de média e alta complexidade.
- Aumento de equipe nos setores da gestão financeira e gestão de benefícios socioassistenciais. Para apoiar as ações dessas áreas foi ampliado o quadro de trabalhadores, para aperfeiçoamento do trabalho e a aumento da atenção aos CRAS, CREAS, Organizações Sociais com o vínculo SUAS e outras ações ligadas a SASC (Secretaria de Ação Social e Cidadania).
- Instituição de processo de educação permanente e continuada para os trabalhadores: Em 2014 formamos o Grupo de Trabalho Técnico – GTT, que se configura com um encontro mensal dos trabalhadores das equipes de referência, com o objetivo de refletir de forma crítica e politizada sobre a Política Pública de Assistência Social e sobre o trabalho social realizado com as famílias e indivíduos. Ainda, desencadeamos um movimento de diálogo intersetorial de forma organizada e sistematizada. O registro formal deste trabalho está arquivado na SASC (Secretaria de Ação Social e Cidadania), passível de consulta. Ainda tivemos ações como supervisão

para as equipes das unidades e para a gestão central e com isso instituímos uma lógica de gestão compartilhada, quando há uma tentativa de horizontalizar as relações de trabalho e decisões. Proporcionamos nesse processo debates mais amplos do SUAS por meio do Encontro Regional em Defesa do SUAS em 2013 com alcance estadual, II Seminário Municipal de Assistência Social com alcance regional e garantimos diversas participações dos gestores e trabalhadores em seminários, palestras, fóruns, conferências, entre outros.

- Aprimoramento da gestão do Cadastro Único: Com isso tivemos a ampliação dos cadastramentos para Programa Bolsa Família, Tarifa social de energia elétrica, doméstica para o acesso ao INSS, e novas inserções (em destaque) do Programa Minha Casa Minha Vida, Cadastro do transporte intermunicipal e vinculação de pessoas que usam os serviços da assistência social. Esse também foi um indicador para o aumento de cadastradores.
- Apoio ao controle social e conselhos: Como previsto na Lei Orgânica de Assistência Social - LOAS, para a operacionalização da Assistência Social os municípios precisam ter Conselho Pleno e Fundo. Com isso temos o Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, que tem o apoio direto da gestão. Nessa gestão conquistamos a contratação por meio de concurso público, da secretária executiva para esse conselho. Mas destacamos que apoiamos os 07 conselhos vinculados a SASC nos planejamentos apresentados, nas convocações de conferência municipal e envio de delegações para outras instâncias, com o apoio popular e no fornecimento de apoio material e na liberação dos conselheiros que representam o governo.
- Manutenção do investimento em serviços socioassistenciais de onze organizações sociais do município que atendem criança, adolescente, pessoa com deficiência e idosos, onde foram investidos, em 2016, o montante de R\$ 1.023.665,40.
- Apoio as ações executadas por cinco coordenadorias: Coordenadoria da Mulher, Coordenadoria da Juventude, Coordenadoria da Igualdade Racial,

Coordenadoria da Pessoa com Deficiência e Coordenadoria da Pessoa Idosa. Nessa gestão foi implantada a Casa da Cidadania, estruturando um prédio adequado para o funcionamento das coordenadorias. Ainda foi instituído nesse governo a Coordenadoria da Pessoa Idosa e da Pessoa com Deficiência. Alocamos dois administrativos e um auxiliar de serviços gerais para apoio.

A gestão executou, também, outros programas e projetos:

- Programa Prefeito Amigo da Criança: O Programa Prefeito Amigo da Criança – PPAC – da Fundação ABRINQ, criado em 1996, tem como objetivo mobilizar e apoiar tecnicamente os gestores municipais para que priorizem a qualificação de políticas públicas em favor de crianças e adolescentes durante seu mandato. Além disso, o PPAC estimula o fortalecimento, a participação, a transparência e a articulação das iniciativas promovidas pelo poder público e pela sociedade civil, por meio do diálogo constante entre diversas instâncias e do fortalecimento dos Conselhos Municipais de Direitos da Criança e do Adolescente e dos Conselhos Tutelares. No ano de 2016, conquistamos o Prêmio Prefeito Amigo da Criança.
- Projeto Selo Social: Este projeto foi uma estratégia para estimular boas iniciativas e reconhecer o trabalho de instituições que investem em políticas de desenvolvimento social no município. Desenvolvido pelo Instituto Abaçai (<http://www.selosocial.com/salto>), o projeto utiliza indicadores baseados nos oito objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODMs) estabelecidos pela ONU: combate à fome e à miséria; acesso à educação básica de qualidade para todos; igualdade entre sexos e a valorização da mulher; redução da mortalidade infantil; melhoria da saúde das gestantes; combate à Aids, à malária e a outras doenças; qualidade de vida e respeito ao meio ambiente; e a união de toda a sociedade em prol do desenvolvimento.
- Projeto Raíz Social: projeto foi baseado nos princípios da Segurança Alimentar e Nutricional estabelecidos pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Tem como ideia principal estabelecer parceria com redes de supermercado para recolhimento de frutas, legumes e

hortaliças “descartadas” das gôndolas em suas lojas, devido às exigências do padrão de venda, mas que ainda estão em boas condições para consumo. As entidades beneficiadas foram a Casa de Naim e o Lar Frederico Ozanam.

Seguindo o conjunto de diretrizes e informações para o planejamento e funcionamento do CRAS e considerando que o CRAS é a unidade em torno da qual se organizam os serviços de proteção básica, efetuamos a gestão das unidades considerando o espaço físico, organização do mesmo e das atividades, funcionamento e recursos humanos, buscando a coerência com a concepção de trabalho social com famílias, com o foco do aperfeiçoamento dos serviços: Serviço de Proteção e Atendimento Integral a Família – PAIF e Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV. Com isso foi mantida a estrutura com quatro Centros de Referência de Assistência Social – CRAS implantados no Jardim Santa Cruz, no Jardim das Nações, no Jardim Independência e no Jardim Saltense, com equipes de referência organizadas. As ações dos CRAS foram:

- Coordenação local: com a instituição formal da coordenação nas unidades houve o aperfeiçoamento de diversos processos, inclusive a construção dos procedimentos nos atendimentos e fluxos pela equipe de coordenadores. Foi viabilizada a articulação territorial com escolas, entidades, Unidades Básicas de Saúde – UBS e outros movimentos dos territórios.
- Oferta dos Serviços: Como proposta de gestão dos serviços, buscou-se o aprofundamento do entendimento das ofertas do Serviço de Proteção e Atendimento Integral a Família – PAIF. Ficou delimitada a dupla de Assistente Social e Psicólogo para acompanhamento de famílias com foco prioritário, buscou-se estreitar a relação e articulação intersetorial e se estabeleceu parcerias.
- Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV – estabelecido percurso socioeducativo para o SCFV para a pessoa idosa, instituído grupo intergeracional, com adolescentes e crianças (as ofertas variam de acordo com o território). Nessa gestão como inovação incluiu-se a oferta de musicoterapia e contação de história. Observou-se o

fortalecimento dos grupos constituídos nos territórios por meio do SCFV. Efetuou-se parcerias com a secretaria de esporte, cultura e desenvolvimento econômico. Foi realizada a oferta de diversas atividades complementares como balé, capoeira, judô, dança de salão, musicoterapia, contação de história, oficinas manuais, hip hop, canto coral, recreação, entre outras atividades.

- Ponto de Atendimento no bairro Salto de São José: foi instalado um ponto de atendimento da proteção social básica no bairro Salto de São José. No local foi instituída uma equipe com assistente técnico, trabalhador de ensino médio (com atribuições de orientador social) e auxiliar de serviços gerais. A população do bairro validou a oferta e tem participado das ações desenvolvidas. O foco são atividades grupais e oficinas.
- Qualificação das equipes de referência: foram qualificadas tecnicamente sobre entendimento da política pública de assistência social na proteção social básica e a oferta dos serviços socioassistenciais por meio do trabalho social. Foi instituído na agenda e planejamento das unidades, horário para discussão dos processos de trabalho, leitura de texto, para provocar a reflexão crítica do trabalho das equipes. Muito dessas reflexões foram compartilhadas no Grupo de Trabalho Técnico – GTT.
- Relação técnica com os beneficiários de Programas de Transferência de Renda: os CRAS se organizaram para manter a vinculação com os beneficiários, ampliando o trabalho para estabelecer a relação entre os serviços e benefícios. Buscou-se novos métodos de atendimento e acolhida desenvolvendo de forma coletiva, em formato de palestra, em formato de grupo fechado, espaçando os encontros para dois meses.
- Realização de Campanhas Territoriais: nos últimos anos foram realizadas campanhas temáticas nos territórios de referências dos CRAS, com os temas de Combate ao Abuso Sexual – Campanha “Faça Bonito”, Trabalho Infantil e Combate à violência contra a pessoa idosa. Para isso foi feita articulação com as escolas municipais, entidades e Unidades Básicas de Saúde – UBS. Alguns CRAS fizeram passeatas no território, provocando o olhar sob o tema, mobilização com estrangeiros (haitianos).

Secretaria de Defesa Social

A Secretaria Municipal de Defesa Social, com sua sede na Rua Fagundes Varela, 71, no Jardim Três Marias, é composta pela Guarda Civil Municipal, pelo Departamento de Trânsito e pela Defesa Civil. Além dessas estruturas, ainda há o Departamento de Trânsito e Transporte de Sinalização Viária e a Junta de Serviço Militar.

Para atender às responsabilidades de segurança pública de Salto a GCM conta com um efetivo de 135 guardas civis municipais.

O orçamento para atender as políticas públicas de responsabilidade da Secretaria é de R\$ 19,3 milhões para o ano de 2017.

Ao longo da gestão, a escala de trabalho da GCM foi alterada para a jornada de 12 horas de trabalho para 36 de horas de folga. A escala de trabalho dos vigilantes foi alterada, também, de 12 horas de trabalho com 12 horas de descanso para 12 horas de trabalho com 36 horas de descanso.

O objetivo é melhorar a qualidade de vida para os guardas civis municipais e vigilantes, com o aumento do período de descanso sem alteração no salário (no caso dos vigilantes, foram da referência salarial R01 para R03), garantindo, assim, maior disposição física e mental e melhor qualidade no atendimento ao público. De acordo com a Organização Internacional do Trabalho – OIT, longas jornadas estão associadas a efeitos agudos de fadiga, como sonolência e desatenção, o que favorece a ocorrência de erros e acidentes. Uma carga horária pesada na semana aumenta os riscos de problemas crônicos de saúde e conflitos entre a vida pessoal e a profissional. A alteração da escala de trabalho da GCM, assim, reduziu esses riscos e melhorou a qualidade de vida dos GCM.

A criação da Patrulha Rural da GCM teve como principal objetivo inibir e prevenir roubos e furtos na área rural do município e reduzir os índices de ocorrências graves na região. A GCM tem um contato maior com as famílias da área rural, relação importante, pois os moradores detêm informações que ajuda em muito na segurança de área rural. Houve melhora no tempo de resposta no momento da ocorrência, pelo

estabelecimento de um telefone direto do patrulhamento rural, além da redução de furtos e roubos decorrente do patrulhamento preventivo na região.

Para o atendimento da Lei nº 10.826/2003 (o chamado Estatuto do Desarmamento) o município realiza o curso de requalificação profissional com todo o efetivo da GCM. O curso teve a duração de oitenta horas/aula, anualmente, e prepara o guarda civil municipal através do aprimoramento de suas habilidades para executar as funções específicas demandadas na área de segurança pública, além de atender as exigências da Polícia Federal para porte de arma de fogo. Todo o efetivo foi qualificado segundo a grade curricular estabelecida pelo Ministério da Justiça.

Para proporcionar a efetiva qualidade do trabalho do efetivo da GCM e melhorar as condições de trabalho da corporação, foram adquiridos novos veículos, bem como os equipamentos para proteção individual (coletes balísticos, munições e fardamento novo).

Na área de trânsito, as ações foram direcionadas para renovar e implantar a sinalização horizontal, nas principais vias públicas da área central e nos bairros, garantindo os princípios básicos estabelecidos pelo Código de Trânsito Brasileiro. A pintura e repintura das vias nos bairros Madre Paulina, São Pedro e São Paulo e no Centro (nas Ruas 24 de outubro, 7 de setembro, Marechal Deodoro), na Estrada do Lajeado, na Avenida Dom Pedro II, e das vagas de Zona Azul da Área Central.

Além disso, foi priorizada a manutenção constante da sinalização viária no entorno dos Centros de Educação Municipais, das Unidades Básicas de Saúde e de outros equipamentos e imóveis públicos.

Serviço Autônomo de Água e Esgoto

O Serviço Autônomo de Água e Esgoto – SAAE de Salto foi criado pela Lei Municipal nº 2.813/2007, como entidade autárquica municipal de Direito Público. Suas competências são:

1. Planejar, projetar, coordenar, implantar, operar, manter, expandir e executar, diretamente ou, observada a legislação pertinente, mediante contrato com instituições públicas ou privadas especializadas em engenharia sanitária e ambiental, as obras e os serviços públicos de saneamento básico e de gestão ambiental;
2. Assistir e assessorar o Executivo Municipal na elaboração de políticas, programas, planos, projetos, diretrizes e metas que orientarão as ações do governo afetas ao saneamento básico e ao meio ambiente;
3. Editar normas e padrões de controle ambiental e de saneamento básico, buscando compatibilizar qualidade e salubridade ambientais e desenvolvimento econômico;
4. Regular e fiscalizar as obras e os serviços de saneamento básico e de gestão ambiental de sua competência quando delegados a terceiros;
5. Calcular, definir e cobrar tarifas, taxas, contribuições de melhoria e preços públicos referentes à prestação dos serviços sob sua esfera de competência, bem como arrecadar e contabilizar as receitas provenientes;
6. Celebrar convênios, contratos ou acordos específicos com entidades públicas ou privadas para desenvolver as atividades sob sua responsabilidade de maneira a atender às demandas da comunidade;
7. Fiscalizar e controlar convênios e contratos celebrados com terceiros e com órgãos e entidades vinculados a outros entes da Federação, inclusive contratos de concessão celebrados com entidades de direito público ou privado na área de saneamento básico e meio ambiente;
8. Realizar operações financeiras, incluindo a contratação de empréstimos, das quais os recursos obtidos sejam destinados à realização de obras e prestação de serviços exclusivos a sua esfera de competência;
9. Promover ações de proteção e recuperação ambiental;

10. Promover e participar de programas educativos que visem a incentivar o bom uso dos recursos naturais e a preservação do meio ambiente;
11. Exercer quaisquer outras atividades relacionadas com os serviços públicos de saneamento básico e com a gestão ambiental que lhe forem atribuídas pelo Executivo Municipal em regulamento desta Lei e compatíveis com a legislação municipal.

Com sede a Rua Dr. Barros Júnior, 165, no Centro de Salto, o SAAE Ambiental conta com uma estrutura que permite a realização dos seus serviços, de forma eficaz e beneficiando, assim, toda a população saltense. No total, o SAAE gerencia três Estações de Tratamento de Água:

- **ETA Bela Vista** – concentra a maior parte da captação e distribuição de água ao município; utiliza o sistema de tratamento de água convencional aberta; sua captação é feita pelo ribeirão Piraí.
- **ETA João Jabour** – faz a captação e distribuição de água para parte da região noroeste; utiliza o sistema de tratamento de água compacto aberta; sua captação é feita pelo ribeirão Buru.
- **ETA Nações** – faz a captação e distribuição de água da região do Jardim das Nações; utiliza o sistema de tratamento de água compacto pressurizado; sua captação é feita pela lagoa da Conceição.

O município conta com uma Estação de Tratamento de Esgoto – ETE, gerenciada pela SaneSalto, empresa terceirizada que presta esse serviço ao município, e utiliza o sistema de reatores anaeróbicos de fluxo ascendente e filtro anaeróbico para realização do tratamento de esgoto, tratando 96% do esgoto produzido no município. O destino final, após o esgoto ser tratado, é o rio Tietê.

A extensão de rede de abastecimento de água é de aproximadamente 415 km, atendendo a cerca de 110.000 habitantes, enquanto a extensão da rede coletora de esgoto é de aproximadamente 390 km, atendendo a cerca de 105.000 habitantes quanto ao tratamento de esgoto.

No contexto da gestão analisada, o SAAE promoveu a reforma administrativa da autarquia, em 2016. Tal reforma atualizou a estrutura do SAAE e permitiu a atualização da gestão. Essa reforma foi decorrente da elaboração do

Planejamento Estratégico Situacional da autarquia, realizado em 2015. Ainda no aspecto de organização administrativa e revisão do arcabouço legal vigente, o SAAE se tornou uma Agência Executiva, que permitiu que o município pudesse celebrar Contrato de Gestão, ferramenta de gestão mais moderna e eficaz para a persecução de metas e objetivos estabelecidos pelo município.

A fim de melhorar a qualidade dos serviços da autarquia, foi implantado o Programa 5S, introduzindo os sentidos de ordenação, limpeza, saúde, disciplina e utilização. Além do 5S o SAAE implantou sistema de gestão da qualidade nos critérios da norma ISO 9001:2015, em parceria com a Sociedade de Abastecimento de Água e Saneamento S/A – SANASA. Dentre as ações de qualidade, o SAAE promoveu a distribuição de novos uniformes aos cinquenta funcionários da autarquia.

Várias ações na gestão administrativa do SAAE tiveram impactos significativos e elevaram o patamar gerencial da autarquia. Houve a adequação patrimonial da autarquia, com a regularização de cerca de dois mil itens em conformidade com as normas contábeis brasileiras e as orientações do Tribunal de Contas do Estado de SP.

Ainda no aspecto contábil gerencial, foi implantada uma metodologia de custos diários, com o objetivo de controle mais imediato dos gastos, o que permite correções e estudos das melhores ações a serem tomadas de forma ágil e eficiente. No mesmo sentido, há a realização de um encontro de contas entre os balanços da autarquia e da Prefeitura, com o objetivo de corrigir distorções contábeis nos documentos do SAAE.

Outra ação foi a implementação do SONAR – SISTEMA DE GESTÃO DA AGÊNCIA REGULATÓRIA (ARES-PCJ), que proporciona melhor gestão de custos e elaboração de relatórios de diversas matrizes e propósitos.

No aspecto financeiro, a autarquia alterou a modalidade de aplicação financeira utilizada para as reservas de recursos. A utilização da poupança foi substituída pelo Certificado de Depósito Bancário – CDB, com ganhos reais de rentabilidade e com riscos praticamente idênticos na aplicação.

O gerenciamento das atividades fins do SAAE apresentou ganhos com a elaboração de um sistema de informação geográfica para gerenciamento do sistema de distribuição de água potável. O Sistema de Informação Geográfica contribui para melhor controle da distribuição de água potável, identificando eventuais vazamentos e desperdícios, conseguindo amenizá-los e erradicá-los com maior eficiência, colaborando para otimização da rede de abastecimento. No contexto do sistema foram implantados:

- Mapa Digital com estrutura topológica ajustada ao software SIG (arquivo em formato SHP/TAB/Oracle Locator);
- Hidrômetros georreferenciados (mapa e lista com número e localização);
- Modelagem do Sistema (lista de tabelas, etc.)
- Sistema Gerenciador de Banco de Dados – SGBD, instalado no servidor do SAAE Ambiental;
- Mapa Digital armazenado no sistema gerenciador de banco de dados;
- Interligação do mapa com os dados do sistema comercial;
- Software SIG instalado e acessando o servidor;
- Sistema gerando arquivos compatíveis com o EPANET.

Foi realizada, também, a revisão do contrato de concessão dos serviços de distribuição de água e coleta de esgoto existente entre o SAAE Ambiental e a CONASA Saneamento. Com base nos estudos e números fornecidos, surgiram os parâmetros necessários para formar uma comissão para revisão do contrato SAAE/CONASA que reequilibrasse a relação entre as entidades e proporcionasse ainda mais qualidade nos serviços para a população. Os avanços na auditoria e a melhor compreensão da relação SAAE/CONASA, no que diz respeito a apropriação de volumes financeiros originados pelo contrato.

O realinhamento das tarifas de água e esgoto também foi outra medida executada que proporcionou mais recursos financeiros à autarquia e serviu para a real adequação entre os custos e as receitas do SAAE.

Para a melhoria da qualidade da água, a autarquia realiza um estudo para avaliação de mudança no sistema de cloro, com a elaboração de cálculo de viabilidade do sistema, dosagem e geração de cloro. A alteração irá melhorar a qualidade da água e poderá, também, gerar redução de custos da autarquia. Também foi implantada uma metodologia com planilha para o controle de fornecimento de caminhões pipas aos cidadãos requisitantes. Com a planilha, a precisão, integridade e qualidade da informação melhoraram, proporcionando ganhos em eficiência e redução de tempo de trabalho dos servidores.

Quanto às obras, houve a recuperação de trechos rompidos no emissário de esgoto que margeia o Córrego Ajudante, para eliminar o vazamento de esgoto doméstico nas águas do ribeirão e melhorar a qualidade da água e do ar no entorno.



Também foram trocados os materiais filtrantes dos módulos de tratamento de água da ETA João Jabour, para proporcionar melhor qualidade da água tratada.



Também foram substituídos os tubos da rede de abastecimento de água na Rua dos Estudantes, com a substituição da rede e a troca dos ramais. O objetivo foi aumentar a pressão da água para os 42 domicílios beneficiados.



No Jardim Icarai foi implantado 80 m de rede coletora de esgoto, para canalizar o esgoto doméstico do bairro.



Também foi realizado o desassoreamento da barragem do Ribeirão Pirai, com o objetivo de aumentar a capacidade de água bruta armazenada. A ação resultou no aumento em 370% da capacidade de reserva do local.





Os reparos realizados na Lagoa Conceição proporcionaram melhorias no prédio existente, na comporta, com o gradeamento e a facilitação do acesso ao local. Foi realizada uma reforma no telhado e nas paredes, a recuperação da comporta, com a colocação de escada e da passarela de acesso, colocação de alambrado para proteção e placa de identificação.



A recuperação da barragem do Ribeirão Pirai proporcionou mais segurança à construção e evita o rompimento da barragem e do gabião existente. A elevação da altura do talude e do gabião em 60 cm garantiu mais segurança à construção.



Na Lagoa da Conceição foi feito o desassoreamento, com o objetivo de aumentar a capacidade de água bruta armazenada. Com a ação, a capacidade de armazenamento do local foi elevada em 8 m³, além do reforço executado no sistema de captação, que elevou a capacidade de 20 para 45 litros por segundo.



A implantação do coletor tronco bem como das obras complementares contribuiu para um adequado transporte e afastamento do esgoto sanitário gerado na sub-bacia Santa Cruz, situada no município de Salto. Desta forma, a visão final é transportar esta água residuária até a Estação de Tratamento de Esgoto. Assim, como objetivo final, a implantação desta obra, contribuiu com a redução do impacto ambiental do lançamento inadequado do esgoto sanitário em um manancial, bem como melhorar a qualidade de vida da população, pois será reduzido o contato dos moradores com o esgoto sanitário, reduzindo, desta forma, a proliferação de doenças de veiculação hídrica. O esgoto coletado por uma população de 28.400 habitantes foi afetado pela obra, com a execução de aproximadamente 1.770 m de rede de esgoto sanitário, com diâmetros variando de 150 a 400 mm, que terão a função de transportar e afastar o esgoto sanitário. Além da tubulação, também serão executados 30 poços de visitas (PV) bem como sarjetas e recobrimento asfáltico.

A implantação do sistema de adução da ETA Bela Vista teve como objetivo a implantação de um sistema de adução de água tratada que leve a água produzida na ETA Bela Vista até a ETA Nações e ao Centro de Reserva Panorama localizados na região leste do município. A região sofria com constantes interrupções no abastecimento, sobretudo na época de chuvas intensas, devido à fragilidade das adutoras de água bruta que alimentavam a ETA Nações.

O projeto implantou uma Estação Elevatória de Água Tratada e de aproximadamente 5.000 m de adutoras em ferro fundido dúctil, com diâmetros variando de 100 a 300 mm, além de uma travessia a ser executada através de MND – Método Não Destrutivo, utilizando tubo de PEAD. Com a realização das obras pretendia-se eliminar as constantes interrupções de abastecimento que atingiam a região citada, possibilitando também abandonar a operação das Adutoras de Água

Bruta, mais dispendiosas para o Município. A população beneficiada com os novos empreendimentos foi de 20.000 habitantes.

Também foi realizada a substituição da rede de distribuição de ramais na área central do município. O estado de deterioração das tubulações antigas mostrava que as paredes internas dos tubos de ferro fundido estavam severamente incrustados, provocando altas perdas de cargas na distribuição e com conseqüente falta de água nas diversas ruas do centro da cidade, além da necessidade de constantes descargas na rede devido ao desprendimento de materiais incrustados nas paredes dos tubos, ocasionando o fenômeno de água vermelha (óxido de ferro), contaminando grandes volumes de água tratada que precisam ser descarregadas da rede. As tubulações de cimento amianto apresentam elevada deterioração nas paredes dos tubos com ocorrência de vazamentos e rompimentos com grandes perdas de água e causando transtornos para a população. Os ramais domiciliares também apresentavam problemas de vazamentos e entupimentos, por serem de material de ferro galvanizado.

Assim, foi realizada a substituição da rede de distribuição e troca de ramais domiciliares numa extensão de 14.087,08 m, com diâmetro nominal de 63 mm e a extensão de 2.247,45 m com diâmetro nominal de 75 mm, totalizando a substituição de 16.334,53 m de tubulação na rede de distribuição e a troca de 1.650 ramais domiciliares com diâmetro de ¾". Mais de 30 mil pessoas foram beneficiadas com a ação.

Foi realizada a ampliação da ETA – Bela Vista, que possuía o processo do tipo convencional. Assim, foi feita a ampliação através da instalação de um novo módulo de tratamento com o qual deverá atingir a capacidade de tratamento de 300 para 450 L/s. Cerca de 90.000 pessoas beneficiadas com a ação.

Para uma melhor gestão do volume tarifado foi realizada a substituição de dez mil hidrômetros. Esta ação de combate a perdas tem as atividades de fornecimento, instalação e cadastramento na substituição de 13.000 hidrômetros no sistema de abastecimento. Essas ações darão continuidade à segunda fase de implantação da micromedição e irão permitir ao SAAE fazer a gestão comercial e o balanço hídrico de todos os volumes consumidos pelos usuários, bem como o monitoramento do índice de perdas aparentes (sub-medição) dos setores de

distribuição previstos no Plano Diretor de Combate a Perdas de Água. A substituição é de fundamental importância para a continuidade do gerenciamento da micromedição e irá auxiliar no controle de consumo, na gestão do sistema de leituras, na gestão do parque de hidrômetros, na gestão dos grandes consumidores; e com o cadastro dos consumidores. Cerca de 40.600 pessoas são beneficiadas com a ação, além da redução de perdas que beneficia todo o município.

A implantação de um coletor tronco de esgoto e de obras complementares na sub-bacia denominada Delegacia, com a execução de aproximadamente 1.500 m de coletor tronco, com diâmetros variando de 150 a 300 mm, cuja função é transportar e afastar o esgoto sanitário gerado. Além da tubulação, também serão executados 41 poços de visitas (PV) bem como sarjetas e recobrimento asfáltico. Desta forma, a visão final é transportar esta água residuária até a Estação de Tratamento de Esgoto. Assim, como objetivo final, a implantação desta obra contribuirá com a redução do impacto ambiental do lançamento inadequado do esgoto sanitário em um manancial, bem como melhorar a qualidade de vida da população, pois será reduzido o contato dos moradores com o esgoto sanitário, reduzindo, desta forma, a proliferação de doenças de veiculação hídrica. Cerca de 10.700 pessoas serão beneficiadas com a ação.

Cerca de 20.000 pessoas também serão beneficiadas com a implantação do coletor tronco de esgoto no Bom Retiro, para a melhoria do sistema de coleta e afastamento de esgoto da região noroeste. Serão implantados 2.000 m de rede coletora de esgoto, com a obra.

Também foram instalados 1.175,50 m de tubo de PVC EB-644 para rede coletora de esgoto, com diâmetro de 400 mm, reforçando o interceptor do lado esquerdo do rio Jundiá, o que beneficia 20.000 pessoas na cidade.

Para agilizar e aperfeiçoar os serviços do SAAE Ambiental foram adquiridos os seguintes veículos de trabalho:

- Três caminhões com carroceria de aço;
- Um caminhão pipa;
- Um caminhão pipa para lavagem de rua;

- Um caminhão hidro jato.

A aquisição desses veículos garante mais autonomia no transporte para as equipes de manutenção e faz com que não seja necessário a locação de terceiros destes equipamentos. Todo município de Salto é beneficiado, pois diminui o custo e gasto com aluguel de equipamentos (caminhões/ pipas/ hidro jatos).

Para garantir a eficiência da ETA Bela Vista foi realizada a aquisição de um grupo motor gerador de energia elétrica. O grupo gerador foi adquirido com objetivo de suprir as demandas de energia de emergência da Captação na Estação de tratamento de água Bela Vista nos períodos em que houver falta de fornecimento por parte da concessionária local, o que garante quantidade, regularidade e qualidade na distribuição ao município.

A segurança elétrica da ETA Bela Vista também foi reforçada com a aquisição de painéis elétricos para funcionamento do sistema de adução Bela Vista/ Nações/ Panorama, para melhorias no acionamento do sistema de bombeamento da adutora. Após análise do sistema existente foi verificado a necessidade e viabilidade de um sistema de acionamento de potência através de painéis de controle para dar suporte ao sistema de adução da Bela Vista/ Nações/ Panorama. A implantação desses equipamentos garantira melhoria para 30 mil habitantes, ao garantir a estabilidade elétrica da estação.

O orçamento para atender as políticas públicas de responsabilidade do SAAE é de R\$ 24,3 milhões para o ano de 2017.

Secretaria de Meio Ambiente

A Secretaria Municipal de Meio Ambiente, com sua sede na Rua Teotônio Correa de Moraes, 333, na Vila Nova, tem uma rede de quatro eco pontos para a coleta de resíduos da construção civil, de poda de árvores e de madeira, bem como a Diretoria de Planejamento Ambiental e a Diretoria de Gestão de Resíduos.

O orçamento para atender as políticas públicas de responsabilidade da Secretaria é de R\$ 24,7 milhões para o ano de 2017.

Dentre as ações relevantes executadas pela Secretaria a elaboração do Plano Municipal de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos se destaca. O plano, exigido pela Lei nº 12.305/2010, foi elaborado no início de 2013 e buscou identificar os entraves que o município enfrentaria para se adequar à nova política de resíduos. A partir desse documento foi possível iniciar o processo da Parceria Público Privada para a gestão dos resíduos sólidos em Salto.

Outro instrumento relevante para o planejamento da gestão ambiental na cidade foi a elaboração do Relatório de Avaliação de Praças e Áreas Verdes. Com seis volumes e mais de 400 páginas, foram catalogadas e classificadas todas as Praças e Áreas Verdes do Município. Através do Relatório foi possível identificar as áreas prioritárias para manutenção, além de fornecer informações para quem se dispõe a adotar um espaço público através da Lei de Adoção de Praças.

Ainda no sentido de estruturação normativa e legal, a Secretaria elaborou e apresentou ao Poder Legislativo projeto de lei contra queimadas, para a exigência de limpeza de terrenos, para melhorar a arborização urbana e a instituição do pagamento por serviços ambientais. Após a análise pelos vereadores, todos os projetos foram aprovados.

A partir da aprovação dessas leis as ações de fiscalização foram intensificadas e geraram autuações diversas: 100 autuações utilizando a lei de queimadas, cerca de 800 autuações para limpeza de terrenos, 15 autuações utilizando a lei de arborização, oito autuações sobre descarte irregular de resíduos, dentre outras.

Além da estrutura normativa e legal do município, houve a criação do Conselho Municipal do Meio Ambiente e o estabelecimento do Fundo Municipal do Meio Ambiente. O Conselho adquiriu importância principalmente por ser o órgão julgador dos recursos de multa e gestor dos recursos financeiros do Fundo.

Como consequência dessas ações, a Secretaria também promoveu outras ações. Uma das destacáveis foi a ampliação da coleta seletiva em 55% da cidade, que resultou no atendimento pleno da área urbana de Salto, ao se coletar cerca de 150 toneladas de material reciclável, mensalmente. O sistema de limpeza pública também sofreu alterações para melhoria. Foi implantado o programa Salto Mais Limpa, que, dentre outras ações, promoveu:

- Implantação de cronograma de limpeza;
- Implantação de Eco pontos;
- Ampliação da vida útil do aterro sanitário;
- Novo aterro de inertes;
- Novos equipamentos que dão agilidade nos serviços;
- Primeiro serviço de atendimento ao cliente com linha 0800.

Os eco pontos já criados fazem parte de um conjunto de onze. Os sete que ainda faltam serão implantados gradativamente e garantirão uma ação mais eficaz na manutenção da limpeza da cidade.

Em ações específicas de limpeza, a resposta rápida aos eventos extremos simboliza eficiência da equipe de limpeza urbana do município. Em dezembro de 2014, foi realizada limpeza de 40 toneladas de peixes mortos; em 2015 a limpeza de 600 toneladas de sujeira e árvores caídas em decorrência do vendaval e a limpeza de ruas após os alagamentos em 2015 e 2016 foram ações dessa natureza.

A realização da Operação Dia “D” e Cidade Limpa resultou na coleta, retirada e destinação de mais de 80 toneladas de material inservível das residências do Centro de Salto.

Além dessas ações, a realização da Parceria Público Privada aperfeiçoou a coleta de resíduos sólidos com a instalação dos contêineres soterrados no Centro de Salto, com sete pares na Avenida Dom Pedro II e um par em frente a Biblioteca,

na Rua Nove de Julho. Tais medidas garantem agilidade e eficiência na coleta dos resíduos sólidos ali dispostos.

A criação do Projeto Produzindo Água, em parceria com a empresa Granova Prata, proporcionou a recuperação de sete nascentes, com o plantio de aproximadamente cinco mil mudas de árvore. De cunho educativo, o projeto envolveu cerca de 3.000 crianças nas ações realizadas e proporcionou melhora no ecossistema saltense.

Todas essas ações resultaram na conquista do Selo Município Verde Azul, programa do governo do Estado de São Paulo que avalia a gestão ambiental municipal. Salto evoluiu da colocação 213, em 2012, para 43, em 2015.

A estiagem ocorrida em 2015 (a maior dos últimos 70 anos) provocou uma queda imensa no volume de águas do Rio Tietê e, por consequência, na cachoeira de Salto. Com isso, ficou exposto à cidade o imenso lixão acumulado sob as águas do rio, armazenados entre as pedras e muros submersos até aquela seca. Imediatamente o governo municipal determinou um mutirão de limpeza no local. A Secretaria do Meio Ambiente coordenou os trabalhos que coletaram mais de 18 toneladas de todo tipo de material jogados na natureza e que acabavam vindo rio abaixo, parando na cachoeira do município.



Equipes de trabalhadores da CSO, empresa que mantém a concessão da coleta de resíduos na cidade, foram especialmente destacadas para esse trabalho.



Receberam treinamentos específicos de rapel para poderem descer até onde se encontravam os resíduos.



Os resultados foram visíveis e sensibilizaram a comunidade saltense para o problema. Inúmeros trabalhos escolares foram realizados, coletas de assinaturas na cidade em defesa do Rio Tietê, além da cobertura regional, estadual e nacional que a ação obteve, através dos meios de comunicação, diante da relevância do fato e da dimensão da poluição no principal rio paulista.

No dia 16 de junho de 2016, durante a inauguração da Ponte Estaiada, foi entregue ao governador do Estado um abaixo assinado com mais de 3.000 assinaturas com imagens aéreas capturadas em trechos do Rio Tietê e uma pasta com o projeto desenvolvido pela rede municipal de ensino na luta pela despoluição do Tietê.

O projeto desenvolvido nas escolas e comunidade coletou assinaturas através de uma campanha realizada durante as confraternizações de final de ano e promoveu exposições com os trabalhos dos alunos. O intuito do projeto é pedir empenho ao Governo do Estado na despoluição do Tietê.

Secretaria de Educação

A Secretaria Municipal de Educação, com sua sede na Rua José Revel, 240, Centro, tem uma rede com quatorze Centros de Educação Municipal de Salto – CEMUS (com unidades que atendem ao Ensino Infantil, ao Ensino Fundamental e Creche). Esta rede atende 9.234 alunos: 3.982 crianças no ensino fundamental, 2.363 crianças na pré-escola, 2.450 crianças nas creches, 314 alunos no ensino de jovens e adultos e 125 alunos no curso técnico de Contabilidade. As ampliações da rede em andamento atenderão mais 850 crianças.

Para atender esta rede a Educação conta com, uma equipe de 1.414 pessoas, com 522 professores, 537 Agentes de Desenvolvimento Infantil e 355 pessoas ocupam os quadros de apoio, entre especialistas e auxiliares.

O orçamento para atender as políticas públicas de responsabilidade da Secretaria é de R\$ 73,8 milhões para o ano de 2017.

Além das unidades escolares e do prédio administrativo da Secretaria, os serviços de Educação de Salto contam com a estrutura de cinco Salas de Formação, um Auditório, uma Sala de Leitura e Pesquisa, uma garagem e o Centro Municipal de Atendimento Educacional Especializado, unidade concentrada no atendimento especializado aos estudantes portadores de necessidades especiais.

Nos projetos estratégicos da Secretaria Municipal de Educação constava a melhora contínua da qualidade, demonstrada pelo resultado alcançado no IDEB, e a ampliação do atendimento, para o que houve a ampliação de unidades existentes e a construção de novas unidades.

Nas ações de construção de novas unidades a construção de creches para atendimento da Educação Infantil se destacam, pois foram construídas as creches:

- no *Jardim Mirante dos Ipês* (atendendo 230 crianças, a partir de 2015);
- no *Jardim São Gabriel* (que atenderá 230 crianças, a partir de 2017);
- no *Jardim Nair Maria*, (atendendo 280 crianças, desde o início deste ano - 2016);

- no *Jardim Santa Efigênia* (atendendo a 320 crianças, desde 2013).

Seguem em construção as Creches no *Jardim Sol D'Icarai* (com previsão de conclusão das obras até o início de 2017, para atender 150 crianças), no *Jardim Soberano* (com previsão de conclusão das obras até o início de 2017 para atender 150 crianças) e no *Parque Laguna* (com previsão de conclusão das obras no início de 2017, para atender 140 crianças).

Além da construção destas creches, houve a construção da Unidade Escolar Jardim Planalto, que atende 225 crianças na pré-escola desde 2014.

O atendimento educacional não se resume à oferta de vagas, apenas. O transporte escolar oferecido pelos programas federal, estadual e municipal permite a assiduidade aos alunos e garante a segurança no percurso. Para que haja eficiência no atendimento, o município executa o transporte de alunos com frota própria, com frota de terceiros (contratados como prestadores de serviços) e com a concessão do passe escolar (aos alunos maiores de doze anos).

São transportados 379 alunos da Educação Infantil com o uso de frota própria e 1.148 com o uso de frota de terceiros, além de 879 alunos que recebem o passe escolar. Além do transporte desses alunos, há o atendimento de 60 alunos da Educação Especial e aproximadamente 10 mil alunos foram atendidos por transporte escolar em atividades extracurriculares, seja com o uso de frota terceirizada ou com passe escolar.

Para a Alimentação Escolar o município fornece, diariamente, milhares de refeições. Até 2015 chegou a fornecer 2.486.000 refeições/ano, quantidade reduzida a partir de 2016 com o fim do convênio entre o município e o Estado de SP para o fornecimento de merenda aos alunos das escolas estaduais (o Estado não aceitou corrigir em valores adequados as transferências para o município continuar atendendo as escolas da rede estadual). Assim, a projeção de refeições fornecidas em 2016 é de, aproximadamente, 1.200.000 refeições.

Para o fornecimento dessas refeições, Salto cumpre a Lei 11.947/2009, que prevê a utilização de 30% do repasse de verbas do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação com a aquisição de gêneros alimentícios produzidos

pela Agricultura Familiar e pelo Empreendedor Familiar Rural, com prioridade para assentamentos da reforma agrária, comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas. O fornecimento de pepino, cenoura, tomate, chuchu, mandioca, abóbora madura, abobrinha, batata, cebola, alface, beterraba, banana, goiaba, melancia e mamão formosa é realizado pelos produtores rurais do município e pelas cooperativas da cidade.

Além do papel nutricional, a alimentação escolar atua no âmbito da ação *Intervalo Orientativo*, buscando a conscientização dos alunos sobre a alimentação saudável. Neste projeto as nutricionistas conversam com os alunos da rede de ensino sobre diferentes temas ligados à alimentação, utilizam recursos visuais para uma melhor visualização e entregam folderes explicativos para disseminação do conhecimento junto aos responsáveis. Nesta ação foram envolvidos mais de 21 mil alunos das Redes Municipal e Estadual, até 2015. A partir de 2016 devem ser atendidos aproximadamente 7500 alunos, com o encerramento do convênio para alimentação escolar entre o município e o Estado de SP.



O *Projeto Educacional Infância sem Obesidade* outra ação de caráter educativo e nutricional, com a inserção de frutas diariamente no cardápio, a fim de estimular a mudança dos hábitos alimentares dos alunos da rede Municipal de ensino. Todos os dias, ao chegar às escolas municipais, os alunos recebem uma fruta (banana, mamão, melancia ou goiaba). Como consequência, um aluno incentiva o outro a experimentar novos sabores e permite uma melhor aceitação do alimento. Esta ação contempla cerca de sete mil alunos.

De forma localizada, também, cada unidade escolar é estimulada a se utilizar dos recursos disponíveis para incrementar e aperfeiçoar os programas de alimentação escolar do município. Assim, a realização do Projeto Alimentação Saudável procura estimular e valorizar a importância da ingestão de frutas para o bom funcionamento do corpo humano, através da elaboração de salada de frutas com a participação dos próprios alunos.



Com os alunos da Educação de Jovens e Adultos também são realizadas ações de caráter educativo no *Projeto Alimentação Saudável*. Além das ações de orientação e estímulo, também foi realizada uma caminhada por uma vida saudável pelo bairro, com o objetivo de promover a educação nutricional junto a comunidade, com a participação de 155 alunos e dez professores.



Vários CEMUS contam com o *Projeto Horta Escolar*, objeto de estudo interdisciplinar, integrando ações que utilizam os conhecimentos de várias áreas do ensino. Neste contexto, os estudantes discutem temas como alimentação, nutrição e ecologia que aliados ao trato com a terra e plantas gera situações de aprendizagem reais e diversificadas. Entre os benefícios que podem ser alcançados pelo Projeto Horta Escolar se destacam a troca de conhecimentos, inserção de assuntos como a economia doméstica, a influência nas escolhas alimentares das crianças, além de apresentar na prática as consequências que ações do homem têm em relação ao meio ambiente. As crianças servem de multiplicadores, porque levam o que aprendem na escola para casa e, deste modo, a influência da horta não se restringe à escola.

O resultado do projeto horta na escola são alunos mais conscientes que levam para a vida ensinamentos ecológicos, amplificando a necessidade de uma mudança de postura que é preciso implantar na sociedade com relação à natureza. Ao todo 1.388 alunos são beneficiados pelo Projeto Horta Escolar.



O *Cartão Material Escolar* é uma iniciativa que procurou atender à demanda por material escolar dos estudantes da rede municipal ao mesmo tempo em que

incentiva o comércio local. Criado pela Lei Municipal nº 3.270/2014 e regulamentado pelo Decreto nº 227/2014, o programa consiste no fornecimento de cartão com crédito em Reais para utilização em rede credenciada pela Associação Comercial, Industrial e Agrícola de Salto, visando única e exclusivamente à aquisição de materiais escolares destinados exclusivamente aos beneficiários, alunos da rede municipal a partir do Maternal. Em 2014, 6.810 alunos foram beneficiados com a disponibilização de R\$ 1.224.598,20 em créditos. Para o ano de 2015 o benefício atingiu 7.705 alunos e distribuiu R\$ 1.265.974,58 em créditos. E em 2016 o Cartão Material Escolar beneficiou 7.149 alunos com R\$ 1.236.101,97 em créditos distribuídos.

Com a implantação do Programa e com o cartão em mãos, os pais adquirem gratuitamente os materiais que são utilizados pelos filhos no decorrer do ano letivo, escolhendo quando, quanto e onde comprar, dentre os comércios credenciados na ACIAS e conforme listagem fornecida pela Secretaria Municipal de Educação. Foram beneficiadas pelo Cartão crianças a partir dos 03 anos de idade, inclusive as que possuem algum tipo de deficiência, até completarem o Ensino Fundamental na rede pública municipal, sendo que, para cada segmento, o valor do benefício é diferenciado, visando atender as necessidades específicas da faixa etária em questão.

Entregue desde 2014, o Cartão Material Escolar foi uma ação pioneira da Prefeitura da Estância Turística de Salto, em substituição a licitação de materiais escolares, beneficiando assim milhares de alunos, movimentando o comércio local, e gerando renda e emprego localmente.

Com ação de caráter inclusivo e antidiscriminatório, o *Projeto Salto de Todas as Cores* pretendeu aprofundar questões referentes as diversidades, desenvolver o sentido de cooperação entre todos e conhecer as diferentes culturas que compõem a formação da população saltense alcançando 7.581 alunos em sua execução. Além do aprendizado em relação ao respeito ao próximo e suas diferenças, foi detectado redução da incidência de bullying nos estabelecimentos municipais de ensino.



Os alunos através de atividades, vídeos e debates tiveram a oportunidade de fortalecer as ações de combate à discriminação aos diversos tipos de preconceito existentes na sociedade. Como produto final do projeto, os alunos realizaram apresentações musicais e teatrais e exposições de trabalhos sobre os temas trabalhados, com a escola aberta aos pais e comunidade.

Com o objetivo de oferecer aos alunos do Ensino Fundamental da Rede Municipal de Educação aulas de cunho artístico-cultural, no período de contra turno; como prática pedagógica e como projeto-piloto para uma futura implantação da escola em período integral, foram realizadas as oficinas culturais de Teatro, Dança,

Musicalização, Capoeira e Xadrez. Tais oficinas contribuíram significativamente para a socialização de alunos, pais e escola, no sentido de oferecer uma ferramenta pedagógica diferenciada no período de contra turno, considerando que grande parte dos alunos beneficiados nunca teve contato com as áreas oferecidas nas oficinas.



O projeto é realizado através da contratação de uma empresa, a Rariz Cultural Ltda., que fica responsável pela realização de dois encontros semanais com os alunos (oitenta encontros anuais). Desta forma, entre 2013 e 2014 (início do projeto) foram atendidos 1.575 alunos; em 2015 foram atendidos 1.575 alunos.



A realização do *Ato Cívico*, às sextas-feiras, é outra ação de cunho educativo e de cidadania, com o objetivo de criar alunos conhecedores do Hino Nacional e do hino da cidade, além de aprender a respeitar situações de solenidade. Em todas as sextas-feiras, nas escolas municipais, os alunos cantam o Hino Nacional e o Hino de Salto, com o hasteamento das bandeiras brasileira e saltense.



De forma complementar ao *Ato Cívico*, o *Projeto Um Ato de Cidadania* realiza, semanalmente, uma avaliação com todos os alunos sobre a semana, pontuando pontos positivos e negativos. Alunos, professores e funcionários falam sobre a semana, apontando pontos positivos e negativos. Cada semana uma

atividade desenvolvida e o envolvimento da maioria dos alunos mostrando onde devemos avançar, para levantar indicadores das mudanças e onde se caminha de forma positiva. A participação das crianças é efetiva, pois utilizam este período para falar ao microfone e expor as opiniões.



A *Mostra Estudantil de Teatro* é um projeto que contribui para o processo de ensino e aprendizagem da linguagem artística, desenvolvendo expressão, equilíbrio, autoestima e gosto pela diversidade cultural. Estimula, através da arte, a mudança de comportamento e aprendizado, melhora a convivência em grupo, o

sentimento de pertencimento, companheirismo e aquisição de diferentes linguagens e habilidades.

Com a peça “O Menino que virou história” o CEMUS VI realizou a mostra com a participação de 430 alunos, em 2016.



No CEMUS III foi apresentada a peça “A Bruxinha que era boa”. No contexto da Mostra Estudantil de Teatro, encenar uma peça também exige

comprometimento e dedicação, afinal são dias e horas de ensaio, o que o atraso ou ausência individual prejudica o coletivo. O universo teatral ainda expande o repertório cultural e ajuda a desenvolver memória e disciplina, além de fortalecer a autoconfiança. As aulas de teatro possibilitam maior capacidade de se relacionar com as pessoas, maior consciência corporal, raciocínio e criatividade.

Ser aplaudido e conseguir cumprir, com êxito, uma apresentação cênica provocam a sensação de bem-estar que se reflete na autoestima dos alunos. São atividades voltadas para o desenvolvimento dos alunos, que realizam atividades de expressão corporal, vocal e improvisação, algo que favorece o convívio coletivo e ajuda no autoconhecimento e formação da personalidade da criança.



As *Festas Juninas* se constituem em eventos que fazem parte da tradição cultural e do folclore brasileiro, e seus aspectos sociais e religiosos devem ser

divulgados. O objetivo é incentivar os alunos pelo gosto as tradições culturais, através da festa junina, oferecendo oportunidades de descontração, socialização e ampliação de seu conhecimento através de várias atividades como brincadeiras, danças comidas e bebidas típicas. Realizada em todos os CEMUS, as festas alcançam todos os alunos da rede municipal, além das próprias famílias e professores.



Através da realização de pesquisas e atividades práticas sobre a Festa Junina, tais como a origem da festa, as músicas, danças, roupas, comidas típicas, brincadeiras e enfeites, etc.



O *Projeto Parada para Leitura* foi desenvolvido no decorrer do ano letivo de 2013, com todos os alunos independente de sua fase de leitura. Realizado semanalmente e com cada professor responsável pelo desenvolvimento do projeto da turma. A proposta é incutir o hábito leitor. Alguns alunos respondem com desenvoltura as propostas e intervenções realizadas pelos professores. Outros por sua vez, revelam um ritmo diferente e ainda precisam de maior tempo para realizar suas conquistas. O objetivo deste projeto é auxiliar o professor a implantar ações que garantam aos alunos a oportunidade de consolidar o domínio da leitura, levar o aluno a compreender a função social da escrita, conhecer diferentes textos e autores, aprender comportamentos leitores, ampliar o repertório linguístico. Além de desenvolver atitudes e disposições favoráveis à leitura, desenvolver procedimentos

de escolha de textos, e, principalmente, ler com autonomia crescente. A realização do projeto atendeu aproximadamente 500 alunos.



O *Projeto Sarau* foi realizado com os alunos do Ensino Fundamental. O objetivo do projeto é de desenvolver a sensibilidade e o gosto pela leitura de poemas. Abrangendo 680 alunos e trinta professores, o projeto foi encerrado com uma sessão de declamação de poemas numa apresentação aos pais.



O *Projeto Biblioteca Itinerante* também procura incentivar o gosto pela leitura dos alunos do Ensino Fundamental. Através de um trabalho rotineiro dos professores, os alunos adquirem contatos com os livros e iniciam uma rotina de convivência literária.



Como forma de agregar ainda mais engajamento no hábito da leitura, o *Projeto Sacola Mágica* busca inserir a família no apoio para o aprimoramento da leitura. As crianças são estimuladas a descrever as experiências de leitura realizadas em casa, junto da família, o que faz com que os pais tenham uma participação efetiva no crescimento educacional dos filhos.



O Projeto Sarau Cultural tem como objetivos desenvolver a sensibilidade e o gosto de um evento cultural, conhecer um repertório de poemas por meio da leitura feita pelo professor e por si mesmo, reconhecer o sarau como um tipo de evento cultural e estimular a participação ativa na organização e realização de um sarau e estimular a participação da família na escola. Houve a participação da família na escola onde os pais puderam prestigiar os trabalhos das crianças e conhecer os projetos da Unidade Escolar.





O *Projeto Conhecimento através da Leitura* foi realizado pelo CEMUS I com as turmas da Educação de Jovens e Adultos. Com o objetivo de levar o conhecimento aos alunos de uma forma diferenciada e informativa, consolidar as leituras com atividades interdisciplinares, despertar o interesse pela pesquisa e o prazer pela leitura.



Cientes da importância da leitura em sala de aula, os professores decidiram fazer um projeto de leitura para estimular a prática de ler por prazer e fazer com que entendam que lendo também se aprende. A estratégia utilizada foi trabalhar textos da atualidade que envolvam a realidade dos alunos da EJA e promover a parada para leitura uma vez por semana, sempre na terceira aula, alternando o dia da semana (todas as turmas farão a leitura simultaneamente). Na sequência são realizados questionamentos sobre o texto lido, com debates e pesquisas.



O CEMUS X realizou o *Projeto Tenda Mágica da Leitura* como mais um espaço específico para promover a leitura extra sala, criando um ambiente aconchegante e agradável para os alunos. Com o objetivo de ampliar o gosto pela leitura e aumentar o acervo literário e revitalizar a prática do professor no que diz respeito a leitura em voz alta, o projeto envolveu todos os alunos e professores da unidade escolar.



No CEMUS XII houve a realização do *Projeto Magia da Leitura* que estimula as crianças a descobrir um mundo novo, cheio de novidades e coisas desconhecidas. O hábito da leitura deve ser estimulado desde a infância, para que o indivíduo aprenda

desde pequeno que ler é prazeroso e importante para se tornar um adulto culto, dinâmico e perspicaz. Saber ler e compreender o que os outros dizem.

Estabelecer caminhos diferenciados de leitura é uma alternativa para ajudar o leitor em formação a construir significados diferentes e interesse pelo mesmo. Dessa forma, no contexto do projeto houve exposição de trabalhos confeccionados pelas próprias crianças e apresentação de uma pequena peça infantil, quando os pais e a comunidade puderam prestigiar e conhecer o trabalho desenvolvido com as crianças.



O projeto foi unificado pela Secretaria da Educação para o ano de 2015 e trabalhou desde a Educação Infantil até o Ensino Fundamental tendo como objetivos despertar, incentivar e promover a leitura no âmbito escolar estendendo-se à família, possibilitar ao educando conhecer diversos gêneros textuais. Os alunos tiveram a oportunidade de ampliar seu repertório através da leitura de diferentes gêneros textuais, apreciaram as diferentes leituras feitas pela professora, colegas de sala, histórias assistidas e narradas, disponíveis em CD, DVD e na Internet. Para finalizar o projeto, foram elaborados exposições e teatro aberto a toda comunidade, para prestigiar o trabalho dos alunos e professores.



O *Projeto CPFL nas Escolas* tem como principal objetivo capacitar educadores para disseminar conceitos básicos de uso inteligente e seguro da energia elétrica, com público alvo alunos do Ensino Fundamental. Após a conclusão das etapas pedagógicas realizadas no ambiente escolar (aulas, palestras, etc.), é realizada a visita à exposição da Unidade Móvel de Ensino Multifuncional, (carreta CPFL), onde são desenvolvidas atividades educativas concretas, envolvendo os conceitos de energia elétrica e suas práticas de conservação, utilização racional dos recursos e meio ambiente, além de proporcionar atividades de lazer e entretenimento. O Projeto alcançou cerca de 240 alunos da rede municipal.



O *Projeto Animais* tem como objetivo observar e apreender os cuidados específicos com o ecossistema de cada tipo de animal. Assim, desperta o interesse natural das crianças pelos animais e o respeito e preservação pelos mesmos.

No contexto desse projeto há a realização da visita ao Centro de Experimentos Florestais da Fundação SOS Mata Atlântica, por 250 alunos. Esta ação complementa o trabalho com o tema meio ambiente, amplamente trabalhado pelos professores. Tem como proposta conscientizar sobre a importância de conservar os recursos naturais e restaurar os ecossistemas da Mata Atlântica, desenvolver um trabalho de sensibilização e educação ambiental por meio de atividades de visitação ao projeto.



Outra ação de cunho ambiental são as visitas à Escola Ambiental Bosque do Saber, em Indaiatuba. Esta ação tem por objetivo oportunizar aos professores e alunos visitantes atividades práticas de estudos do meio e de sua preservação efetiva e eficiente, interagindo e participando das atividades propostas e de ações coletivas voltadas para o conhecimento, as quais contribuirão para a formação e a conscientização da necessidade de mudança de paradigmas em relação ao meio em que está inserido. As visitas beneficiaram 150 alunos em 2013 e 150 alunos em 2014.



A conscientização da importância de preservação ao meio ambiente e o papel de cada um na sociedade no que diz respeito à preservação e conservação

ambiental foram objetivos do *Projeto Meio Ambiente*, realizado no CEMUS V. O projeto estende-se a todos e envolve toda a comunidade. O CEMUS V participa de parcerias como a proposta da Eucatex com o meio ambiente, onde os alunos desenvolvem atividades em campo. As atividades propostas no Projeto Político Pedagógico contemplam essa questão de forma enfática.



O *Projeto Abrace Reciclado* procura contribuir com a coleta de materiais recicláveis, dando a eles um destino que contribua para preservação do meio em que vivemos. Tem como objetivo que os alunos aprendam a cuidar e preservar o espaço onde vivem e a conscientização para um mundo melhor.

O trabalho é feito constantemente com os alunos e funcionários da escola trazendo latinhas para reciclagem e dando um destino que contribua para a preservação do meio ambiente.



Como ação educacional do meio ambiente foi organizada a expedição pedagógica ao Centro de Iniciação Científica de Salto – INCISA. Esta ação complementa o trabalho com o tema meio ambiente, amplamente trabalhado pelos professores. Tem como proposta conscientizar sobre a importância de preservação do meio ambiente, bem como estimular o conhecimento sobre a importância da água, da alimentação saudável, da sustentabilidade, dos seres vivos. Realizado em 2013 e 2014, o projeto levou 830 alunos às visitas realizadas.



Em comemoração ao *Dia da Matemática* o CEMUS VI organizou um evento com o objetivo de incentivar atividades culturais e educativas nessa data. A proposta

determina um momento para refletir a educação matemática, incentivando os professores e estudantes a cultivar a cultura e o saber, mostrando como a matemática está envolvida em todos os temas e como pode ser prazerosa. Envolve mais de quatrocentos alunos, anualmente.



O *Projeto Semana da Contabilidade* procura valorizar e divulgar o curso técnico de contabilidade. O profissional em nível técnico em Contabilidade é a cada dia mais indispensável no mundo do trabalho. Dessa forma, a Unidade Escolar propõe lançar para o mercado mão de obra qualificada inserindo-o no mercado de trabalho. O objetivo da semana é evidenciar importância da área contábil no mercado de trabalho, resgatar o conhecimento da ética dentro da profissão contábil e trabalhar o perfil humanitário e solidário dos alunos através de adoção de instituições sociais que recebem doações de produtos levantados por eles.

Promove o aperfeiçoamento da prática educativa, ao possibilitar aos alunos integrarem-se nas dimensões econômicas e vivência da cidadania e permitir o enriquecimento e a complementação da interdisciplinaridade dos conteúdos abordados de palestras, ressaltando a importância e a valorização do profissional da área contábil. Contou com a participação de 90% dos alunos do curso de

Contabilidade, 100% dos professores e gestores e 100% dos funcionários que trabalham no período noturno.



O Projeto Anselminhos Pagadores de Promessas utilizava das modalidades de oficinas de audiovisuais, especificamente cinema, capacitando os alunos da Educação de Jovens e Adultos para o desenvolvimento de filmes, desde a escrita de roteiros, criação de cenários, utilização de equipamentos específicos e edição das produções. Em 2013 os alunos beneficiados foram 40, ao passo que 25 alunos participaram do projeto em 2014.



Os *Jogos Escolares* tem como objetivo promover atividades de forma prazerosa e diferenciada, estimulando as aulas de educação física. Os alunos praticam as atividades propostas dividindo-se em equipes. A ideia é o trabalho em equipe para o resultado final, inclusive com jogos cooperativos.

Alunos, professores e funcionários, interagem mediante as atividades propostas, com respeito, responsabilidade e cientes de todo objetivo. Os jogos são aguardados por todos no decorrer do ano e o envolvimento dos alunos é pensado de forma a garantir a participação de todos.



As Gincanas Interclasses e o Teatro na Escola procuram reunir os alunos de maneira a interagir todo o grupo escolar em atividades pedagógicas preparadas pelos professores de forma interdisciplinar. Os estudantes realizam atividades e constroem de forma significativa e prazerosa um ambiente rico em aprendizagem.



Nas gincanas e no teatro os alunos interagem com o grupo e toda a unidade escolar, além de estarem também em contato com a comunidade. São momentos que podemos ver despertar neles dons artísticos, ampliar e melhorar a comunicação do grupo e o envolvimento no ambiente escolar como um todo. Em relação às Gincanas, além das atividades propostas, faz parte também, anualmente, a arrecadação de alimentos como pontuação para as salas na Gincana. São entregues toneladas de alimentos para as Pastorais do bairro.



No CEMUS XI foi realizado o *Projeto Comunidade na Escola*, para otimizar o espaço escolar com organização, disciplina e envolvimento. Fazendo que todos se sintam “donos” do projeto, todas as noites há grupos de jovens no espaço escolar, cada grupo com dia e horário definidos. A comunidade torna-se mais presente, inserida e responsável pelo local. São seis grupos organizados pela comunidade e duas atividades do Projeto Mirai, de segunda-feira à quinta-feira. As atividades de futebol de salão, voleibol e karatê realizadas envolveram cerca de 320 jovens.



No CEMUS VI houve a realização a *Confraternização entre as Famílias*. Esta ação visa promover a participação das famílias nos eventos da escola, proporcionando momento de lazer e emoções. É realizado anualmente na sala Palma de Ouro do Centro de Educação e Cultura Anselmo Duarte e conta com apresentações de música, dança ou teatro dos alunos da Educação Infantil III e do 2º ano do ciclo II do Ensino Fundamental (5º ano), com a participação de mais de oitocentos alunos ao longo dos quatro anos.



Na mesma unidade escolar é realizada a Confraternização entre alunos e professores das classes do 5º ano. Esta ação visa promover a participação dos alunos do 5º ano junto a seus professores e equipe gestora numa confraternização festiva de despedida desses alunos, uma vez que deixarão a unidade para outra escola ao atingirem o final do primeiro ciclo do Ensino Fundamental. Na confraternização é servido coquetel e instalada uma pista de dança, com objetivo de promover lazer, entretenimento, desenvolvimento de diferentes linguagens e integração social.



A Olimpíada Brasileira de Astronomia é realizada anualmente pela Sociedade Astronômica Brasileira (SAB) em parceria com a Agência Espacial Brasileira (AEB). Salto promoveu a participação de alunos do CEMUS VI do 4º e 5º anos e tem por objetivos fomentar o interesse dos jovens pela Astronomia, Astronáutica e ciências afins, além de promover a difusão dos conhecimentos básicos de uma forma lúdica e cooperativa. Anualmente, cerca de 100 alunos participaram e vários foram medalhistas de ouro, prata e bronze, ao mesmo tempo em que adquiriram conhecimento científico sobre o universo, desenvolvimento da capacidade crítica, observadora e de pesquisa.



O CEMUS III realizou o *Projetos Amigos do Zippy*. Desenvolvido nos anos iniciais do Ensino Fundamental, o programa compreende uma série de seis histórias intituladas "Amigos do Zippy". O Zippy é um inseto – um bicho-pau – e seus amigos são um grupo de crianças.



As histórias mostram esses personagens enfrentando problemas que são familiares às crianças: amizade, comunicação, solidão, bullying, mudanças, perdas e outras dificuldades. Cada história é ilustrada com uma série de figuras coloridas. O programa encoraja as crianças a explorarem alternativas, a analisarem consequências e a pensarem por si mesmas. O papel dos professores no projeto é de importância fundamental, pois ele atua como facilitador do desenvolvimento emocional das crianças e é especialmente capacitado para desenvolver o programa.





O Projeto Amigos do Zippy é um programa de educação emocional, de caráter preventivo, educando para a saúde. Com esse trabalho as crianças aprendem a conviver com as diferenças, a respeitar o próximo e a lidar com os próprios sentimentos. Ao professor cabe a formação para que possam ter um novo olhar para as necessidades emocionais das crianças, auxiliando tanto na sua vida pessoal como profissional.

Assim, se obtém a melhoria no desenvolvimento emocional das crianças que participaram do programa nas questões relacionadas a solidariedade, convivência

em grupo, manifestação assertiva de opiniões, autoconhecimento, redução de comportamento agressivo, autocontrole, responsabilidade assumida, autoconfiança, autoestima, superação de mudanças e perdas (resiliência), afetividade, estabelecimento do vínculo de confiança, expressão de prazer no ambiente escolar, motivação para aprender, autonomia cognitiva, valorização da escola, protagonismo na busca de conhecimento, competência para a escrita e leitura, competência lógico matemática, competência na comunicação oral.



Observaram-se também melhorias no desenvolvimento pessoal e profissional do professor: relacionamento afetivo com a turma, instrumentalização para apoio emocional do aluno, instrumentalização para lidar com comportamentos decorrentes das dificuldades dos alunos, ressignificado do papel do professor, crescimento pessoal, compartilhamento das aprendizagens, reforço positivo para o aluno, uso da metodologia Zippy para todas as situações de aprendizagens e do dia a dia da escola.

Secretaria de Cultura

A Secretaria Municipal de Cultura, com sua sede na Praça Antonio Vieira Tavares, 20, Centro, tem uma estrutura de equipamentos culturais distribuídos por toda a cidade: a Sala Palma de Ouro, a Casa da Cultura, o Conservatório Musical Maestro Henrique Castellari, o Auditório Maestro Gaó, a Sala Giuseppe Verdi, a Biblioteca Pública Municipal e o Museu da Cidade de Salto Ettore Liberalesso.

O orçamento para atender as políticas públicas de responsabilidade da Secretaria é de R\$ 5,4 milhões para o ano de 2017.

A Secretaria faz a gestão de cada um dos espaços, além da gestão dos programas culturais executados no município. Na gestão desses programas existe a busca por parceria com a iniciativa privada, por meio de editais. Os editais de fomento à cultura são mecanismos previstos na legislação que criou o Sistema Municipal de Cultura e ações correlatas, tendo como objetivo democratizar o acesso aos recursos públicos para produtores e artistas locais. O processo é feito através de um concurso público onde os interessados, pessoas físicas ou jurídicas, tem a possibilidade de apresentar projetos com duração máxima de seis meses, que preveem ações culturais na cidade com preferência para ações descentralizadas do centro da cidade. Ao longo da gestão, 24 projetos culturais foram contemplados, com a destinação total R\$ 450 mil aos projetos aprovados.

Além dos projetos com repasses do município, também foram lançados editais de fomento à cultura por meio da isenção fiscal do ISSQN e do IPTU aos financiadores. Nesta modalidade foram aprovados oito projetos que, no entanto, ainda não concluíram a fase de captação dos recursos. As ações de execução direta pela Secretaria se destacam:

- Mostra Estudantil de Teatro: o projeto tem como objetivo fomentar a prática do teatro na comunidade escolar da cidade, tanto em escolas municipais, estaduais e particulares, com apresentações diárias. Nas edições realizadas pela gestão desde 2013 houve a participação de 52 escolas, com público médio de 11.100 pessoas a cada edição.

- Prêmio Moutonnee de Poesia: o projeto tem como objetivo fomentar a criação e divulgação de obras poéticas de escritores de todo o Brasil, uma homenagem à Rocha Moutonnee, patrimônio histórico-geológico local, de importância mundial. Em todas as edições realizadas pela gestão desde 2013 foram 786 participantes.
- Projeto Segunda Seis e Meia: com objetivo de ser opção de atividade cultural no início da semana, contrastando com o pensamento usual de que cultura ocorre apenas ao longo da sexta, sábado e domingo. Também propõe, nas atividades culturais, a realização de ações diversificadas, prezando pela pluralidade de linguagens artístico-culturais. O projeto teve desde a sua criação 42 edições, com público estimado em de todas as edições de 700 pessoas, e acontece na Biblioteca Pública Municipal.
- Curso de Férias em parceria com a Cia. de Danças Faces Ocultas: o projeto consiste na realização de um curso de férias voltado para as diferentes formas de dança, desde o ballet clássico até a dança africana. O projeto é realizado e organizado pela Cia. de Dança Faces Ocultas e possui o apoio da Prefeitura, através da Secretaria de Cultura e seus setores, como Sala Palma de Ouro, Casa da Cultura e Museu da Cidade de Salto/Sala Giuseppe Verdi. O projeto teve quatro edições ao longo da gestão. Como contrapartida das parcerias firmadas com os setores da Secretaria de Cultura, a Cia de Danças Faces Ocultas promove apresentações gratuitas à população, dentre as quais se destacam as apresentações no Projeto Segunda Seis e Meia, na abertura da exposição “Sinais Heranças e Andanças”, na abertura da exposição “Todos Podem Ser Frida”, na solenidade do centenário da Ponte Pênsil, além da apresentação do espetáculo “1964” nas edições da “Semana Jamais Esqueceremos”, nos anos de 2014 e 2015. Dessa forma, além do público estimado que participa do curso oferecido pela Companhia, também temos o público atingido pelas ações de contrapartida, como as exemplificadas acima, estimado em 3,5 mil pessoas.
- Rodas de Conversa na Casa da Cultura: o projeto tem como objetivo construir diálogos sobre a realidade das mulheres saltenses, a partir de

rodas de conversa com temas específicos, tratando não só dos aspectos de gênero, mas também abordando questões ligadas à preconceitos, bem-estar, saúde e políticas públicas, com o objetivo máximo de trabalhar o empoderamento das cidadãs. A periodicidade estabelecida para a ação é de uma Roda de Conversa a cada dois meses, que contou com um público médio de 120 pessoas por ano. As rodas são realizadas em parceria com o Grupo das Mulheres Negras de Salto e com o Conselho Municipal do Idoso.

- Oficinas Culturais na Casa da Cultura: a ação consiste num conjunto de oficinas de diversas manifestações artísticas, realizadas a partir de parcerias com produtores, grupos artísticos e artistas da cidade. As oficinas oferecidas foram de dança afro, street dance, corte e costura, grafite, teatro, história da MPB e maquiagem e contaram com um público atendido de 1.064 pessoas.
- Atendimento aos alunos no Conservatório: característica principal do Conservatório Municipal “Maestro Henrique Castellari”, esta ação tem como objetivo manter a vocação da instituição como um espaço de ensino de dança e música, gratuito e de acesso a toda a população da cidade. Ao longo da gestão foram 3.968 alunos atendidos.
- Grupos artísticos: esta ação consiste na manutenção de grupos artísticos compostos por alunos, professores e músicos convidados. Os grupos apresentam um repertório variado, desde a música de câmara até apresentações de MPB. Os grupos estão ativos e tem apresentações programadas para os eventos do calendário oficial da cidade, tal como, Natal na Praça. As apresentações gratuitas para a população, tanto em festas/eventos tradicionais da cidade como em atividades específicas da Secretaria de Cultura. Em média, o público alcançado anualmente pelos eventos foi de 3.500 pessoas.
- Conservatório: os projetos pedagógicos têm como objetivo proporcionar aos alunos de musicalização infantil vivência de palco e promover o diálogo entre as diversas linguagens artísticas que compõem a grade curricular do Conservatório. Assim, foram realizadas seis apresentações gratuitas, com

o envolvimento de mais de 180 alunos por edição. Em todas as edições o público atendido foi de 3.760 pessoas.

- Criação da Associação de Amigos do Conservatório: o objetivo dessa ação é propiciar ao Conservatório Municipal a possibilidade de obter outras formas de renda e participar diretamente de ações de fomento e incentivo de instituições públicas e privadas, além de programas das esferas federal e estadual.
- Modernização da exposição de longa duração do Museu da Cidade de Salto: esta ação foi organizada em duas etapas 1ª Elaboração do projeto para o edital do Instituto Brasileiro de Museus denominado “Edital de Modernização de Museus – Microprojetos”, enviado em janeiro de 2013 e contemplado em agosto do mesmo ano; 2ª Execução do projeto, após pagamento em julho de 2014 a reforma foi iniciada em agosto do mesmo ano, finalizada em janeiro de 2015. O Museu da Cidade de Salto rompe o segundo ano da nova exposição de longa duração, apresentando níveis importantes de visitação e de vitalidade em suas ações. Como consequência da modernização, houve o aumento da média diária de visitação, o aumento do número bruto de visitação espontânea de escolas e o aumento da proporção de visitantes externos (turistas) em relação ao de visitantes domésticos. Foi alcançada a média de 40 visitantes/dia.
- Implantação do Setor Educativo no Museu da Cidade de Salto: no século XXI é inconcebível a atuação da instituição museológica sem a atuação constante de um setor educativo estruturado e capacitado para cumprir os objetivos presentes na missão do Museu. Ação previu a estruturação do setor educativo do Museu da Cidade de Salto, com objetivo de construir atividades que dialogassem com todos os públicos que a instituição atinge. Realização de mais uma edição do projeto “Uma Noite no Museu”, além do atendimento previamente agendado de escolas, professores e grupos interessados. Atualmente, o setor educativo é composto por dois monitores culturais, funcionários concursados, e desempenham as atividades de atendimento ao público em geral, além da elaboração e execução de atividades educativas específicas. O setor é diretamente subordinado à

coordenação do Museu da Cidade de Salto. A estruturação demandou a criação de atividades educativas para públicos específicos e resultou no aumento do número bruto de visitação espontânea de escolas, além de promover a interação com projetos de outras secretarias, como o projeto Geração. Com da coordenadoria da Juventude.

- Uma Noite no Museu: ao tratar sobre o diálogo da instituição museológica com o público é fundamental reinventar ações e pensar em possibilidades cada vez mais amplas para atender um público diversificado e conseguir construir uma nova relação com a sociedade. Assim foi criado o projeto “Uma Noite no Museu”, iniciativa construída com os seguintes objetivos: 1- Realizar o diálogo da sede do Museu da Cidade de Salto com o entorno do centro histórico; 2- Apresentar à população uma ação educativa com o foco voltado para a família, onde não só as crianças participam das atividades, mas também dividam com os pais o posto de agentes do projeto, intercalando essa posição ao longo da atividade; 3- Valorizar o conceito de Museu Percurso; e 4- Criar novas possibilidades de experiências entre o visitante e a instituição museológica. O Projeto resultou na difusão das ações do Museu em nível regional e estadual e aumentou da procura da população pelas atividades do Museu.
- Reestruturação da Reserva Técnica e Implantação do Centro de Conservação do Museu da Cidade: no processo de reorganização da instituição, principalmente no aspecto físico, é fundamental um cuidado especial em relação à Reserva Técnica, espaço de extrema importância de qualquer instituição museológica, devido ao fato de abrigar todo o acervo não exposto. Nesse projeto, o objetivo foi reestruturar a reserva técnica com reforma, pintura, troca da iluminação e aquisição de mobiliário. Além disso, com a reorganização do espaço, também teve como objetivo implantar o Centro de Conservação, espaço voltado para pequenas intervenções de restauro e conservação preventiva. A ação proporcionou novos espaços para melhor acomodação do acervo, local de trabalho remodelado e equipado para os servidores e exigiu a capacitação para os servidores, contribuindo para uma melhor organização da instituição.

- Adequação e Modernização da iluminação da exposição de longa duração: complementando projeto iniciado em 2014, relacionado à modernização da exposição de longa duração, o projeto teve objetivo de reestruturar e modernizar a iluminação da exposição. A iluminação é um dos pontos principais para, num primeiro momento, melhorar a experiência do visitante durante a visita e, no longo prazo, contribui de forma fundamental para a conservação do acervo exposto, pois o projeto contemplou todas as regras relacionadas à exposição de lúmens, radiação UV e etc.
- Espetáculos Sala Palma de Ouro: a ação tem objetivo promover o funcionamento regular da Sala Palma de Ouro, localizada dentro do complexo do Centro de Educação e Cultura Anselmo Duarte. A ação, corriqueira dentro da administração de um teatro, resultou da análise de indicadores que demonstraram que o espaço tinha potência cultural para outros usos (além do teatral). Foram realizados 748 espetáculos na Sala Palma de Ouro, com um público atendido de 183.967 pessoas (foram 390 em espetáculos gratuitos, ou 52,13% dos espetáculos realizados, para um público de 84.798 nesses espetáculos).

Além dessas ações também foi realizada a reforma do Conservatório, com a realização de obras de recuperação da infraestrutura do prédio, telhados, fachada do Conservatório e do Anfiteatro Maestro Gaó, dentre as quais troca de cadeiras e infraestrutura de som e iluminação, recuperação da fachada do Conservatório, pintura de todas as dependências e a troca do telhado e calhas.

Essas ações foram complementadas, também, com o Plano Municipal de Cultura, aprovado pela Lei Municipal nº 3.229/2013, onde o município aderiu ao Sistema Nacional de Cultura, criou o Sistema Municipal de Cultura e estruturou todas as políticas públicas da área cultural.

Secretaria de Obras e Serviços Públicos

A Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, com sua sede na Rua Marechal Deodoro, 950, Centro, tem em sua estrutura a Central de Operações, a administração do Cemitério Municipal da Saudade e do Cemitério Municipal Jardim do Éden.

O orçamento para atender as políticas públicas de responsabilidade da Secretaria é de R\$ 16,5 milhões para o ano de 2017.

A Secretaria é responsável pela gestão e execução das obras do município. Para isso, demanda equipamentos de construção civil, como pá-carregadeira. A Secretaria realizou a aquisição de uma pá-carregadeira durante a gestão, garantindo mais autonomia à prestação de serviço aos munícipes.

Foram realizados serviços de reforma em quatro Centros Esportivos: Campo Bom Retiro, Centro Esportivo João Luis Guarda, Ginásio Municipal e Estádio Amadeu Mosca. O objetivo foi melhorar a infraestrutura dos locais para promover incentivo ao esporte e integração dos munícipes aos centros esportivos, proporcionar maior qualidade e conforto aos usuários, reformando áreas existentes que estavam degradadas e dificultavam muitas vezes algumas práticas esportivas.

Também foram realizados serviços de construção de parte das arquibancadas do Estádio Amadeu Mosca, a fim de proporcionar maior qualidade e conforto aos usuários. A construção da arquibancada permite que o Estádio Amadeu Mosca possa ser utilizado para jogos oficiais.

No Centro de Lazer Nova Era foram realizadas obras de implantação de infraestrutura esportiva, com a reforma da cancha de bocha e a revitalização do campo de futebol existente.

Buscando melhoria da iluminação pública em toda a extensão da Av. Casper Líbero, foram instaladas novas luminárias nos canteiros centrais e trocadas as luminárias nos postes da CPFL, além da revitalização do canteiro e reestruturação do tráfego.

Na Rua Justino Costa Pinto foram realizados serviços de terraplanagem e pavimentação, drenagem e sinalização, o que reduziu a degradação que existia no local. Esta obra proporcionou a definição de uma praça para os moradores, melhoria nas condições de drenagem e acesso de pedestres entre as ruas.

Várias obras de recapeamento asfáltico foram realizadas no município, com objetivo de melhorar a mobilidade dos moradores da região, ao melhorar a pista de rolamento e promover a sinalização horizontal definitiva.

Na Rua Roque Lazzizzera foram aplicados 7.144,42 m² de massa asfáltica no recapeamento realizado sobre os paralelepípedos existentes.

Nas Ruas Pio XII, Tiradentes, Albuquerque Lins, Euclides de C Nogueira, Luis Dias da Silva, Cidade Rodeio, Palma de Ouro e Benedita Quaglino foram aplicados 11.711,81 m² de massa asfáltica, além da realização da sinalização horizontal.

Na Vila Teixeira os trabalhos de recapeamento foram realizados nas Ruas Rui Barbosa, Bruxelas, Joaquim Nabuco e Luiz Bortolucci, com a aplicação de 11.276,73 m² de massa.

As Ruas Turmalina e Diamante receberam 2.676,78 m² de massa asfáltica no recapeamento realizado naquele local.

Além dos serviços de pavimentação asfáltica foram realizados obras de construção da calçada, drenagem e sinalização viária nas Ruas Ligúria, Piemonte, Topázio, Lácio, José de Arruda Sontag, Inglaterra, Oceania, Europa e Vaticano. Nesta obra foram aplicados 16.655,04 m² de massa asfáltica, além dos demais materiais demandados nas obras complementares ali executadas.

No recapeamento da Rua São Dimas foram aplicados 5.061,60 m² de massa asfáltica e realizada a sinalização horizontal.

Nos serviços de pavimentação asfáltica e sinalização viária executados na Av. Tranquilo Gianini foram utilizados 4.970,00 m² de massa asfáltica, além da realização da sinalização do local.

Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Turismo

A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Turismo, com sua sede na Rua 9 de Julho, 1.053, na Vila Nova, agrega em sua estrutura o Departamento de Turismo, o Posto de Atendimento ao Trabalhador – PAT, o Banco do Povo, o escritório municipal da Fundação de Proteção e Defesa do Consumidor – PROCON, cinco tele centros e o escritório do Centro de Integração Empresa Escola – CIEE.

O orçamento para atender as políticas públicas de responsabilidade da Secretaria é de R\$ 22,7 milhões para o ano de 2017.

A Secretaria também participa nos seguintes Conselhos ou Comissões:

- Conselho Gestor do Posto de atendimento ao Empreendedor- SEBRAE;
- Conselho da Câmara de Comercio Exterior de Campinas e Região;
- CMPC – Conselho Municipal de Políticas Culturais;
- CMDR – Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural;
- COMTUR – Conselho Municipal de Turismo;
- CMAS – Conselho Municipal de Assistência Social;
- CMDS – Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência;
- COMDEMA – Conselho Municipal de Meio Ambiente;
- CMDPC – Conselho Municipal de Defesa do Patrimônio Cultural;
- CME – Comissão Municipal de Emprego;
- Comitê Municipal de Crédito;
- COMEX – Comitê do Comercio Exterior.

A fim de permitir a consecução dos objetivos da Secretaria, foram realizadas as ações de:

- Manutenção dos convênios com a Secretaria Estadual de Relações do Trabalho – SERT para operacionalização do Posto de Atendimento ao Trabalhador – PAT, do Banco do Povo Paulista e da Superintendência do Trabalho Artesanal nas Comunidades – SUTACO;
- Manutenção do convênio com a Associação das Indústrias de Salto – ASSISA e o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI, para operacionalização das unidades do Centro Municipal de Iniciação Profissionalizante – CEMIP que possibilitou a realização de 141 cursos com 5.611 participantes;
- Manutenção do convênio com a Associação Comercial, Industrial e Agrícola de Salto – ACIAS e o Serviço Brasileiro de Apoio ao Empreendedor – SEBRAE/SP para operacionalização do Posto de Atendimento ao Empreendedor – PAE, que possibilitou 2.001 palestras e oficinas, 5.937 atendimentos entre pessoas físicas e jurídicas e 524 missões (feiras, visitas, entre outros);
- Manutenção do convênio com a Fundação PROCON-SP para operacionalização de posto de orientação ao consumidor, com capacitação continuada das atendentes e realização de ações de conscientização ao consumidor;
- Parceria com o SENAC e Lojas Cem para a realização do Programa Menor Aprendiz, com participação de 420 participantes em 14 cursos;
- Qualificação de profissionais em costura industrial;
- Parceria para utilização do CEMIP II para formação de costureiras para uma confecção que se instalou no Município (Empresa Vida Bella, em 2013);
- Manutenção e operação do tele centro comunitário em parceria com o Ministério das Telecomunicações;

- Manutenção e operação dos tele centros comunitários em parceria com o Ministério de Ciências e Tecnologia;

Um dos objetivos de maior impacto da Secretaria é a atração de novas empresas para o município. Desde 2013 foram anunciadas 42 (quarenta e duas) novas empresas a se instalar no município.

A Secretaria assessorou para a realização das alterações na lei de licitações que permitiu a participação dos agricultores locais na Chamada Pública para Alimentação Escolar.

Com foco no desenvolvimento econômico do município, a Secretaria executou:

- Apresentação às empresas dos serviços realizados pela Secretaria, a fim de alcançar aproximação com as empresas, para abertura de espaço junto aos empresários principalmente de pequeno e médio porte para conhecer e utilizar os serviços da Secretaria;
- Assessoria aos empresários, visando orientação burocrática de abertura, cadastramento e alteração de informações no sistema on-line do município (ICAD), intermediação entre as secretarias pertinentes para processos e ações empresariais procurando agilizar os procedimentos;
- Realização de agendamento junto as empresas para visita do Prefeito a fim de fortalecer os laços entre o setor público e privado;
- Incentivo na participação de Micro e Pequenas Empresas em Compras Públicas, tendo como êxito, a homologação de dois restaurantes no Parque Rocha Moutonnee e na Estação do Trem Republicano.

A Secretaria também promoveu a realização de dezenove encontros empresariais como forma de aproximação com os empresários:

- 1º Encontro Empresarial com o Prefeito, com 350 pessoas participando;
- 2º Encontro Empresarial - Eixo Turismo, com 70 pessoas participando;

- 3º Encontro Empresarial - Eixo Indústrias EPP, com 50 pessoas participando;
- 4º Encontro Empresarial - Plano de Expansão do Aeroporto Internacional de Viracopos, com a participação de 190 pessoas;
- 5º Encontro Empresarial - Eixo Artesanato, com 80 pessoas participando;
- 6º Encontro Empresarial - Eixo Comércio e Serviços, com a participação de 60 pessoas;
- 7º Encontro Empresarial - Eixo Comércio Exterior, com a participação de 120 pessoas;
- 8º Encontro Empresarial - Eixo Logística, com 200 pessoas participando;
- 9º Encontro Empresarial - Lançamento FICAT 2014 com a participação de 200 pessoas;
- 10º Encontro Empresarial – Artesanato, com 50 pessoas participando;
- 11º Encontro Empresarial – Agricultura, com 65 participantes;
- 12º Encontro Empresarial – FICAT, com a participação de 100 pessoas;
- 13º Encontro Empresarial - Contadores (i-Cad), com 62 participantes;
- 14º Encontro Empresarial – MEI's, com 45 participantes;
- 15º Encontro Empresarial – Eixo Comercio Exterior (PEIEX), com 32 participantes;
- 16º Encontro Empresarial – Terceirização, com 30 pessoas participando;
- 17º Encontro Empresarial – Formação Acadêmica, com a participação de 40 pessoas;
- 18º Encontro Empresarial – Telecomunicações, com a participação de 92 pessoas;

- 19º Encontro Empresarial – Incentivo ao Empreendedorismo, com a participação de 60 pessoas;
- 20º Encontro Empresarial – 1º Encontro Itinerante de Negócios/ CIESP, com a presença de 43 empresas.

O escritório local da Fundação PROCON tem como objetivo orientar a população, acatar as reclamações e intermediar para que os fornecedores cumpram/atendam as demandas apresentadas. A estrutura do local foi melhorada com:

- A instalação de novos sistemas e recebimento de material para melhoria nos atendimentos;
- A instalação de sistema de senha;
- A realização das audiências de conciliação;
- O fechamento de setor por meio período para organização e fechamento dos trabalhos da semana.

O Sistema Sindec, instalado em outubro de 2014, conta com 18 fornecedores cadastrados como CIP Eletrônica (sistema que permite ao Procon registrar a reclamação e encaminhar imediatamente ao fornecedor, para agilizar e diminuir o tempo de resposta ao consumidor).

Em 2013 foram abertos 4.806 processos, com o encaminhamento de 179 relatórios ao Juizado Especial Cível – JEC; em 2014 foram 3.960 processos e o encaminhamento de 218 relatórios ao JEC; em 2015 houve a abertura de 2.666 processos e o direcionamento ao JEC de 224 relatórios e até junho de 2016 houve a abertura de 1.134 processos e o encaminhamento de 121 relatórios ao JEC.

Dos atendimentos realizados em 2013, 708 conseguiram solução imediata pela própria equipe do PROCON. Em 2014 foram 211 processos com solução imediata; em 2015 foram 600 e até junho de 2016, 204.

Além da solução imediata, a realização das Audiências de Conciliação pretende uma tentativa de conciliação que evita o envio do consumidor ao judiciário.

Através dessas audiências 10 consumidores foram beneficiados em 2013; 34 em 2014; 17 em 2015 e 14 até junho de 2016.

Nas ações do Programa Prefeitura no Bairro o PROCON participou com o objetivo de sensibilizar e orientar os munícipes quanto aos direitos nas relações de consumo. Muitas pessoas receberam orientações e puderam esclarecer dúvidas sobre alguma relação de consumo, contratos de serviços de telefonia, TV a cabo, etc., bem como desbloquear a nota fiscal paulista.

A agência do Banco do Povo Paulista realiza o atendimento dos munícipes interessados em crédito produtivo e busca orientar e conceder microcrédito aos micro e pequenos empreendedores locais, a fim de aumentar a geração de renda no município. A rotina de trabalho consiste em consultas aos clientes, divulgação dos produtos e serviços oferecidos pelo Banco por meio de mídias eletrônicas, jornais e panfletagem porta a porta, conferência de documentos, montagem do processo, cadastro, envio para análise em São Paulo, acompanhamento pós-crédito, cobrança, renegociações, visitas aos estabelecimentos.

Desde 2013 até 2016 foram atendidos pessoalmente 6.065 clientes e realizados 573 contratos, cujo valor acumulado foi de R\$ 3.138.272,00, que foram injetados na economia local. Desse valor contratado, 90% vem do Banco do Povo Paulista e 10% de recursos do município. Essa política pública permitiu o aquecimento da economia, a geração de emprego e renda para muitas famílias e o surgimento de novos empreendimentos.

Nos eventos do Programa Prefeitura no Bairro o Banco do Povo participou para aproximar os serviços do Banco do Povo da população. Vários novos clientes foram feitos a partir da divulgação e orientações recebidas durante as edições do Projeto Prefeitura no Bairro.

O Posto de Atendimento ao Trabalhador – PAT tem por objetivo fazer a intermediação de mão de obra, por meio da captação de vagas dos empregadores, cadastro do trabalhador, emissão de carteira de trabalho, requerer o seguro desemprego. O público alvo são todos os trabalhadores do município e obteve os resultados apresentados a seguir:

- Crescimento no número de atendimentos, de 2.000 a 3.000 pessoas por mês, em média;
- Geração de mais três postos de trabalhos, entre servidores concursados e comissionados;
- Reposicionamento da marca PAT (antes a sociedade não conhecia ou utilizava-se desse serviço, então foi realizado um trabalho para atrair novas vagas e melhorar o cadastro de trabalhadores, antes apenas profissões que exigiam baixa escolaridade para um leque maior de oferta de vagas e de profissionais cadastrados);
- Aumento da oferta de vagas, que permitiu que apenas entre os meses de abril a junho de 2016, em meio à crise geral, Salto continuou apresentando saldo positivo de vagas, com 561 vagas novas ofertadas;
- Estabelecimento de novas parcerias com agências particulares de emprego, Comissão Municipal de Emprego, faculdades, entidades, SENAI, SENAC, SENAR para oferta de cursos de qualificação gratuitos.

Em 2013 foram realizados 26.399 atendimentos; em 2014, 35.398; em 2015 foram 27.681 atendimentos e até junho de 2016, 24.000 atendimentos.

O PAT realizou o Dia D – Dia Nacional de Contratação da Pessoa com Deficiência, com o objetivo de promover e estimular a contratação de Pessoas com Deficiência, fazendo cumprir a lei de cotas, visando a inclusão social. A ação foi desenvolvida em parceria com a Previdência Social, Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência, Coordenadoria da Pessoa com Deficiência, entidades que assistem os mesmos, agências particulares de emprego, faculdades e empregadores diversos. Isso proporcionou maior confiança e visibilidade à lei de cotas e reforçou a importância do seu cumprimento para o estabelecimento de uma sociedade mais justa e inclusiva, solidária e humana. Foram atendidos e cadastrados no PAT 24 Pessoas com Deficiência, sendo que vários deles participaram de entrevistas para algumas vagas abertas para uma rede de supermercado.

Nas ações do Programa Prefeitura no Bairro o PAT pretendeu aproximar os serviços públicos da população facilitando o acesso aos mesmos. Em cada edição

(foram 24 edições ao longo da gestão, mais cinco plenárias para prestação de contas), os serviços do PAT foram oferecidos, ou seja: emissão de carteira de trabalho, cadastro do trabalhador, consulta de vagas e seguro desemprego. A população dos bairros atendidos sempre buscou os serviços e mostrou-se satisfeita com a facilidade e proximidade do acesso aos mesmos.

Preocupado com a inserção dos jovens no mercado de trabalho, o PAT realizou a emissão de CTPS nas escolas de Ensino Médio de Salto. Essa ação tem objetivo de preparar os jovens para o primeiro emprego e esclarecê-los sobre a importância desse documento para a vida profissional dos mesmos. Para aproximar os serviços do PAT com a população jovem do município, durante o ano de 2015 foram realizados contatos com as escolas de ensino médio do município oferecendo os serviços de emissão de carteira de trabalho. Essa ação ocorreu em dias agendados com as escolas, onde os alunos foram orientados a trazer os documentos necessários para a realização da mesma.

Foram atendidas várias escolas, onde além da carteira de trabalho os alunos receberam informações sobre os cursos profissionalizantes gratuitos oferecidos pelo Programa de Empregabilidade, sobre o Time do Emprego e as vagas de empregos abertas no PAT naquele período. Foram beneficiados 75 alunos nas três escolas onde foram realizadas a emissão das CTPS.

O Programa de Empregabilidade tem como objetivo cadastrar os desempregados, as vagas de emprego (demanda das empresas), fazer a intermediação de mão de obra via PAT, oferecer orientação aos desempregados ou interessados pelo primeiro emprego, através de palestras, executar o programa “Time do Emprego”, oficinas educativas e cursos de capacitação.

Assim, o programa promove ações para facilitar a conquista pela inserção no mercado de trabalho através das técnicas aplicadas e palestras motivacionais, bem como orientações sobre as exigências do mercado atualmente, buscando desenvolver as habilidades individuais. Foram concluídas 33 turmas do Time Do Emprego durante a gestão e quase 600 pessoas foram certificadas, além de mantermos a média de recolocação em torno de 50%.

A recolocação tem girado em torno de 50% para os participantes do Time do Emprego, além de ofertas de cursos de qualificação profissional, bem como emissão de carteira profissional e parcerias diretas com empregadores (empresas e agências de emprego) e instituições como CEUNSP, SENAI, IFSP, SENAC, SENAR, SIND. RURAL, SIND. QUÍMICOS, SIND. METALÚRGICOS, além dos Programas PEQ e PRONATEC, junto ao Governo do Estado, através dos quais oferecemos cursos de auxiliar de cozinha e encanador, atendimento aos desempregados em geral, moradores de rua, pessoas com deficiência (PCD) que atendemos tanto no Time do Emprego quanto no DIA D , evento promovido junto ao PAT , não esquecendo os profissionais liberais que agregaram ainda mais conhecimento ao nosso trabalho.

Durante a gestão foram oferecidos 258 cursos a 3.827 pessoas. Foram, também, realizadas 26 palestras para 1.080 pessoas e dez oficinas, com a participação de cem pessoas.

Nas edições do Programa Prefeitura no Bairro o Programa de Empregabilidade participou com o objetivo de aproximar os serviços à população. Muitas pessoas receberam orientações e puderam esclarecer dúvidas sobre cursos de qualificação gratuitos, sobre as parcerias que a prefeitura tem com entidades para qualificação de mão de obra, como preencher um currículo, como comportar-se em processos seletivos e entrevistas.

A Secretaria também procurou realizar ações de qualificação profissional junto aos agricultores do município, para que, através da qualificação, buscassem melhorar a eficiência no trabalho e no atendimento ao público, além da ampliação do conhecimento do público-alvo de atuação (agricultores).

Através desses programas foi feita a adequação dos produtores rurais locais para fornecimento da merenda escolar. Visando promover o desenvolvimento da agricultura local e a obtenção de uma alimentação escolar mais saudável, foram buscadas as devidas informações e atendidas as exigências para fornecimento da merenda escolar do município. O projeto teve início em 2013, com o cadastro municipal de produtores rurais, seguido da participação em diversos eventos (10 no total), com o objetivo de se obter maiores informações e conhecimentos quanto ao tema. Em 2014, realizou-se Encontro Empresarial para que as informações obtidas fossem transmitidas aos agricultores e a partir da adesão dos mesmos fosse reunida

a documentação necessária para que se pudesse participar da Chamada Pública para o fornecimento da merenda escolar. Em um primeiro momento, três agricultores se interessaram em participar da Chamada. Em março de 2015, houve a conquista inédita, com a inserção desses agricultores no atendimento de dez itens do total de 22 exigidos no edital da Chamada, entre eles quatro de origem orgânica ou agroecológica. Com esse conquista, R\$ 45.360,00 ficaram no município, valor referente ao repasse do FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação), do Ministério da Educação, para a aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar.

A Secretaria procurou agir no fortalecimento do Conselho Municipal de Turismo, com o objetivo de descentralizar as políticas públicas e envolver novas instâncias de governança local junto as políticas públicas. Esta ação visa mobilizar e articular os agentes do COMTUR-Salto, para realizar ações em prol do *trade* turístico local e ao mesmo tempo promover a gestão participativa do turismo. Dentre as ações executadas estão:

- Recuperação da memória documental do COMTUR referente ao período anterior a 2013;
- Realização dos registros documentais do conselho, cumprindo a exigência da lei das Estâncias;
- Encontros mensais e incorporação de novos membros junto ao conselho (29 reuniões).
- Criação da Nova Lei do COMTUR (Lei 3255 de 26 de fevereiro de 2014) e utilização do FUMTUR;
- Repasse de recursos para o FUMTUR (Lei 3.594/2016);
- Capacitação dos membros do COMTUR.

Com as ações da Secretaria 248 pessoas estão envolvidas nas ações do Conselho, que proporciona melhorias e efetividade aos cerca de 200.000 visitantes anuais da cidade.

Também aprovou o Plano Diretor de Turismo, de forma participativa. Sua elaboração contou com 12 encontros preparatórios e o envolvimento de 211 pessoas. O Plano Diretor de Turismo contém 4 eixos principais de ação:

- Planejamento e Gestão do Turismo;
- Estruturação e Qualificação do Turismo;
- Participação Popular e Desenvolvimento Comunitário do Turismo;
- Divulgação e Promoção do Turismo.

Na parceria com o setor privado, desenvolveu:

- Construção e concessão da lanchonete do Parque Rocha Moutonnee;
- Direcionamento dos fluxos turísticos aos empresários do setor de alimentação;
- Licitação do Restaurante da Estação, por meio da Lei Geral Municipal;
- Aprovação da Lei Municipal 3.532/2015, visando a concessão onerosa do mirante da ponte estaiada.

A Secretaria também é responsável pela gestão e manutenção dos tele centros de Salto. Os TELE CENTROS têm como objetivo promover a inclusão digital dos cidadãos. O público alvo é a população de todas as faixas etárias. Hoje os tele centros contam com os serviços de emissão de 2ª via de boletos, impressão de currículos, oficinas de iniciação à informática, Excel, palestras, atendendo todas as faixas etárias e pessoas com deficiência. No início da gestão havia apenas três tele centros comunitários, com risco de serem fechados devido aos baixos acessos. Nesta gestão foram abertos mais dois tele centros, um com recursos municipais, elevando-se o índice de usuários e a oferta de atividades desenvolvidas nos mesmos. Também a população da terceira idade encontrou nesse espaço uma oportunidade para se atualizar, se desenvolver, preencher seu tempo e fortalecer os vínculos sociais e familiares, melhorando a qualidade de vida, a autonomia e a convivência social.

Nos quatro anos os cinco tele centros atenderam aproximadamente 1.260 pessoas nas oficinas, 500 pessoas nos dois encontros sobre Diversidade Digital e tivemos aproximadamente 100.000 acessos dos usuários nesse período (2013-2016).

Algumas pessoas relataram que restabeleceram o contato com parentes distantes, que não viam ou se falavam há anos, outros, sobretudo da terceira idade, passaram a se comunicar com mais frequência com netos e filhos que moram em outros municípios, outros disseram que se sentiam isolados, sozinhos, e através do conhecimento básico de informática e das redes sociais sentem que estão mais integrados ao mundo moderno, sentindo menos solidão, mantendo-se mais informados e atualizados, distraídos. Outra conquista significativa foi o aumento da autonomia, uma vez que também tiveram a oportunidade de ter acesso ao funcionamento de banco eletrônico, perdendo assim o medo e a insegurança, fruto do desconhecimento. Os vários grupos para as oficinas acabam funcionando também como forma de ampliar os contatos sociais, fazer novas amizades, estabelecer uma rotina diferente, proposta por atividades diversas, aumentando assim o convívio social e a qualidade de vida dos idosos.

Os Encontros de Diversidade Digital foram realizados com o objetivo de difundir e promover o acesso às novas mídias digitais. A atividade englobou vários temas, onde os usuários puderam participar de diferentes oficinas, conforme sua área de interesse. Os temas oferecidos foram:

- Smartphones;
- Segurança na internet;
- O mundo digital nos concursos e entrevistas;
- Robótica;
- Jogos e suas máquinas poderosas;
- Fotografia;
- Pen drive, HD externo, etc;
- Como fazer um blog;
- Palestras sobre Direitos Básicos do Consumidor;
- Orientação sobre elaboração de currículo;

- Cadastro do trabalhador no PAT e emissão de CTPS;
- Plantão de dúvidas sobre o curso de informática;
- Projetos da Escola de Governo e Gestão Pública.

Esses eventos ocorreram em 2015 e 2016, no Tele centro do Calçadão, na Avenida D. Pedro II, na região central do município e para a parte de robótica contou-se com a parceria com o Instituto Federal (IFSP – Campus Salto). Os participantes puderam se atualizar quanto às novas mídias digitais, aprendendo a usar máquina fotográfica digital, pen drive, diferentes formas de armazenamento de dados, tirando dúvidas e melhorando a utilização dos recursos oferecidos por esses equipamentos. No encontro de 2015 houve a participação de aproximadamente 260 pessoas; em 2016 a participação foi de 150 pessoas.

Secretaria de Desenvolvimento Urbano

A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, com sua sede na Rua 9 de Julho, nº 1053, na Vila Nova, tem como estrutura a Divisão de Aprovação, a Divisão de Cadastro e a Divisão de Convênios. Esta estrutura serve para o cumprimento de suas funções, que são o acompanhamento do desenvolvimento urbano da cidade, a aprovação de projetos residenciais, comerciais e industriais e o acompanhamento de projetos de infraestrutura e desenvolvimento urbano junto aos órgãos estaduais e federais.

O orçamento para atender as políticas públicas de responsabilidade da Secretaria é de R\$ 1,6 milhão para o ano de 2017.

Nos projetos estratégicos da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano constava a revisão das normas e legislações de urbanismo no município. A aprovação da Lei nº 3.444/2015 que reorganizou o uso e ocupação do solo, com previsão de melhorar o padrão urbanístico previsto para o município. Esta legislação possui objetivo de organizar e homogeneizar as interpretações das exigências necessárias para o desenvolvimento urbano, assim como uma interpretação das diversas zonas que o município é subdividido.

No âmbito normativo, a Secretaria também regulamentou as questões de desmembramentos de áreas, através do Decreto nº 156/2016. A falta de regulamentação da Lei Municipal nº 2.771/2006 deixou muitos imóveis sem possibilidade de regularização, fato corrigido pela regulamentação realizada pelo mencionado Decreto.

O atendimento aos munícipes e profissionais passou a ser realizado com agendamento e com pauta, o que tornou mais organizado e possibilitou que os mesmos fossem mais bem atendidos, com horário certo de atendimento e economia de tempo com a implementação da pauta.

A implementação do projeto simplificado através do Decreto nº 359/2015, tornou a aprovação de edifícios unifamiliares em menor tempo de análise, o que tornou o tempo de aprovação de no máximo 15 dias (na média), assim como atribuiu uma

maior responsabilidade aos projetistas, uma vez que estes projetos contemplam apenas os aspectos de interesse urbanístico.

A comunicação entre a Secretaria e os profissionais, realizada através do chamado “comunique-se” nos processos, também recebeu melhoria, ao se orientar todo o corpo técnico da Secretaria para que apresentem a base legal para cada exigência feita, assim como a demarcação no projeto.

A implantação do sistema ICAD tornou mais simples e ágil a verificação de viabilidade dos empreendimentos, com todo o parecer expedido eletronicamente, economizando tempo e evitando equívocos de interpretações nos pedidos.

As mitigações de impacto de vizinhança dos grandes empreendimentos na cidade possibilitou que a atividade efetiva de ordenamento urbano conseguisse melhorias para o município (como exemplo, a implantação de equipamentos públicos como centros esportivos, creches, CRAS, UBS, recapeamento de ruas, e outros serviços que retornaram positivamente ao município de Salto).

Como resultado, as ações da Secretaria proporcionaram uma melhor ordenação do município, destinando cada atividade em seu zoneamento, dando ao município padrão urbanístico diferenciado e dirimindo conflitos entre os empreendimentos. O tempo de atendimento diminuiu o tempo e aumentou a qualidade de retorno aos processos de aprovação, diante das novas legislações e organização dos atendimentos, o que também tornou possível regularizar imóveis sem solução legal. Os atendimentos se tornaram mais proveitosos e possibilitaram que os técnicos da prefeitura pudessem diminuir o tempo de aprovação, além de melhorar as análises para melhorias aos munícipes. Os projetos simplificados facilitaram a aprovação de projetos de residências unifamiliares em tempo reduzido e de uma forma mais simples. A viabilidade dos empreendimentos pode beneficiar os munícipes que não precisam mais se deslocar até o prédio público para terem respostas às suas dúvidas.

Melhorias na infraestrutura e de edifícios públicos que possibilitaram um melhor atendimento aos saltenses através de parcerias, obras estas que resultaram de mitigações de impactos criados nas implantações de novos empreendimentos.

O Setor de Fiscalização se desvinculou da Secretaria Municipal de Finanças e passou a compor a estrutura da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, em 2013, quando a fiscalização tinha 3 fiscais de posturas. Estes executavam atividades relacionadas a verificação dos Alvarás de Funcionamento. Com a desvinculação da Secretaria de Finanças, o quadro passou a contar com oito funcionários: dois fiscais para a fiscalização de Alvarás de Funcionamento, dois fiscais para a fiscalização de limpeza de terrenos, dois fiscais para a fiscalização de obras, um auxiliar administrativo. Além disso, os alvarás definitivos passaram a ser assinados por uma Diretora de Divisão do Setor, que antes era assinado por um Diretor de Departamento (do Departamento de Rendas – Secretaria de Finanças). Foram, ainda, disponibilizados novos computadores para toda equipe da fiscalização.

Em 2014, as ações de fiscalização referentes a limpeza de terrenos passou à responsabilidade da Secretaria Municipal do Meio Ambiente. Assim, os dois fiscais responsáveis pela limpeza do terreno compuseram a equipe de fiscalização de empresas e autônomos. No mesmo ano foi implantado o ICAD ONLINE, sistema utilizado via internet para emissão dos Alvarás, que passaram a ser digitais e impressos pelos próprios contribuintes. A partir da implantação do ICAD Online os processos físicos para abertura de cadastros de empresas e autônomos passaram a ser digitais, com protocolo acompanhado virtualmente pelos usuários e gestores (fiscais), o que proporcionou a redução do tempo nas etapas de análise e liberação. Desta forma, a abertura de processos diminuiu, bem como o excesso de impressos para a sua montagem, diminuindo a necessidade de arquivo físico.

Secretaria de Saúde

A Secretaria Municipal de Saúde, com sua sede na Rua Pio XII, 75, na Vila Teixeira, tem uma rede dez Unidades Básicas de Saúde – UBS, dez ambulatórios especializados, um Centro de Atenção Psicossocial – CAPS e três unidades farmacêuticas.

O orçamento para a Secretaria executar os trabalhos é de R\$ 94 milhões para o ano de 2017.

Com a destituição da Taxa de Transferência de Prontuário pela Secretaria, foi possível desonerar financeiramente a população quando da necessidade de transferir prontuário entre as Unidades de Saúde. Essa medida visou a diminuição da burocracia no momento da solicitação das transferências de prontuário, a diminuição do estresse do munícipe com um acolhimento diferenciado quando da solicitação do serviço e permitiu agilidade na efetivação das transferências com a eliminação do fluxo anterior dos documentos. Em 2016, há 76 transferências efetivadas, em média, a cada mês e 13 solicitações de cópias de prontuário efetivadas (média mensal).

Outra medida relevante foi a centralização das demandas municipais, estaduais e federais relacionadas à saúde junto à Diretoria Administrativa, permitindo a diminuição da burocracia no momento dos encaminhamentos das demandas (Ouvidoria Municipal enviava para cada setor responder). Isso garantiu agilidade no levantamento da ocorrência e resposta à Ouvidoria Municipal e, conseqüentemente, ao munícipe, e garantiu a análise das demandas pelo Secretário da Saúde em relação às necessidades da população de forma a buscar soluções e/ou reorganizações de serviços e processos sempre na tentativa de minimizar o tempo de espera. Mensalmente, há 56 demandas na Secretaria da Saúde oriundas da Ouvidoria Municipal e 7 demandas na Ouvidoria do SUS. Essa diminuição do número de reclamações demonstra que a Ouvidoria Municipal está atendendo a população de forma mais efetiva, o que transfere as reclamações do Ouvidor do SUS para o Ouvidor Municipal.

A reestruturação do controle social foi realizada com a reformulação do Conselho Municipal de Saúde, ao ser promovida a adequação da representatividade

do controle social na Saúde (através de alteração da Lei). Com essa alteração foi possível garantir o funcionamento do Conselho Municipal de Saúde reorganizando a questão da representatividade paritária, permitir a revisão do Regimento Interno com realização das reuniões itinerantes de forma a garantir a participação da população e garantiu a destinação de verba para o CMS. Em 2012 haviam sido realizadas 12 reuniões do CMS, em 2016 fora seis reuniões no primeiro semestre.

Os atendimentos da Atenção Básica realizados nas UBS têm por meta manter e incrementar o atendimento à Saúde da Atenção Básica no município, através da maior oferta e disponibilização de atendimentos médicos e outros profissionais técnicos. Além do atendimento médico clínico são oferecidos, ainda, o atendimento de pediatria, ginecologia, procedimentos de enfermagem, atendimento com psicólogo, terapeuta ocupacional, fonoaudiólogo, assistente social e nutricionista.

Mensalmente são realizados mais de 10.000 atendimentos, em média, com redução de 10% em relação aos atendimentos realizados em 2012 após a implantação da Estratégia Saúde da Família – ESF. A ESF realizou 2.291 atendimentos, até junho de 2016. Os atendimentos de especialidades cresceram de 3.977, em 2012, para 4.247, em 2016, em média, ao passo que os atendimentos ambulatoriais de moléstias infecciosas cresceram de 156 para 200, na mesma base de comparação.

O Centro de Atenção Psicossocial – CAPS realizava, em 2012, 976 atendimentos médios mensais. Até junho de 2016 foram realizados 953 atendimentos mensais no CAPS.

Os atendimentos de enfermagem cresceram de uma média mensal de 1.285 para 3.690, entre 2012 e 2016; de psicologia cresceram de 766 para 843; de terapia ocupacional, de 146 para 288; de fonoaudiologia, de 538 para 686; com a assistente social, de 786 para 817; com a nutricionista, de 115 para 240 e os atendimentos realizados pela Vigilância Epidemiológica, de 261 atendimentos mensais, em média, em 2012, para 955, em 2016.

A manutenção do funcionamento do AME de Salto beneficia os municípios de Salto e da região, ao proporcionar a agilização tanto da realização de Cirurgias Ambulatoriais e Cirurgias com Internação bem como dos exames diagnósticos de

média e alta complexidade. Isso resulta a diminuição da fila de cirurgias eletivas. Ao mesmo tempo, o financiamento dos leitos de UTI para utilização da Secretaria de Estado como suporte ou retaguarda para as cirurgias do AME Salto garantiu mais segurança aos procedimentos lá realizados.

Mensalmente são realizadas 218 cirurgias, em média, no AME de Salto, nas especialidades de urologia, ortopedia, cirurgia geral, otorrinolaringologia, ginecologia, cabeça e pescoço e cirurgia vascular. As cirurgias menores e as de cataratas ou biópsias de próstata geram a realização de 215 procedimentos ao mês, em média.

O início de tratamento é contabilizado com a contagem de primeiras consultas, com a realização de 662 consultas mensais, em média, em 2016. A demanda de pacientes com as consultas e exames realizados e já disponíveis para a realização da cirurgia fez com que a meta de primeiras consultas fosse reduzida, razão da redução de consultas (eram 1.065 consultas mensais, em média, em 2012).

A sequência do tratamento gera a chamada interconsulta, com 2.049 realizadas em 2016. Apesar do patamar de interconsultas estar acima da meta (de 700 consultas mensais), a quantidade permanece elevada diante da demanda cirúrgica acumulada anteriormente à redução da meta.

Para que haja o diagnóstico adequado das patologias, o AME realiza os exames diagnósticos de ultrassonografia, endoscopia, colonoscopia, litotripsia, histeroscopia, histeroscopia com retirada de material, tomografias e ressonâncias magnéticas, com a realização de 950 exames mensalmente (média de 2016).

O AME também realiza consultas não médicas, com 256 atendimentos mensais, em 2016, com enfermeiro e assistente social.

A manutenção do funcionamento do Hospital Municipal garante os serviços hospitalares de média e baixa complexidade à população local, controlando a produção em relação às metas propostas para o convênio de gestão do Hospital Municipal, que visa torná-lo mais eficiente física e economicamente, reavaliando e redirecionando as necessidades da população local anualmente, bem como a

manutenção de serviços hospitalares de retaguarda para a população referenciada atendida pelo AME Salto.

Além do apresentado, outros resultados foram obtidos com a manutenção do prestador São Camilo na gestão do Hospital Municipal:

- Foi minimizado os riscos de espera na realização de procedimentos cirúrgicos da população com a contratação de um Médico Auditor que passou a avaliar e priorizar as solicitações das cirurgias eletivas, bem como auditar as AIHs (Autorização de Internação Hospitalar) do município.
- Diminuição da fila cirúrgica de cirurgias eletivas, com a adesão aos Mutirões de Cirurgias Eletivas do Governo Estadual e Federal.
- Troca do laboratório que realiza os exames hospitalares e da rede básica priorizando a qualidade dos resultados.
- Com a reorganização do faturamento e da produção ambulatorial e hospitalar junto ao Ministério da Saúde foi possível incrementar os Recursos Financeiros de Média e Alta Complexidade (MAC) em, aproximadamente, R\$ 270.000,00 ao mês (com a Deliberação CIB 28/2014 – Ofício n.º 511 – GS / SAS) o que representou um aumento de 30,7% nas internações e 29% nos procedimentos ambulatoriais.

A quantidade mensal de internações de clínica médica, psiquiatria, pediatria e obstetrícia é de 265 internações mensais, em média, em 2016 (eram 254, em 2012). A realização de cirurgias, tanto eletivas quanto urgentes, tem uma média de 90 cirurgias mensais, em 2016, reduzindo a quantidade executada em 2012, de 123.

O Hospital Municipal realiza diversos exames diagnósticos (ultrassonografia, endoscopia, mamografia, raio X, ECG, exames laboratoriais, tomografias, CPRE, PHMETRIA, EED, ressonâncias, colonoscopias, angiogramas, dentre outros). A quantidade média mensal de exames realizados no Hospital é de 52.654, em 2016, com crescimento significativo em relação aos 40.001 exames mensais realizados, em média, em 2012.

A implantação da Classificação de Risco na porta do Hospital Municipal, a implantação da ESF (Estratégia Saúde da Família) no município e a implantação do horário estendido em algumas UBS permitiram que o Pronto Socorro pudesse realizar sua função primordial que é o atendimento a urgência e emergência. A média mensal desses atendimentos caiu de 12.204, em 2012, para 11.451, em 2016, o que revela uma gestão qualificada na área da saúde em Salto.

A realização de partos cresceu de 71, em 2012, para 92, em 2016, na média mensal de realização de partos, em ambos os casos. O aumento inclui o atendimento realizado após a transferência do teto financeiro que fez com que os partos do município de Araçariquama também fossem realizados no Hospital Municipal de Salto. Com exceção dos partos em municípios daquele município, 2016 apresenta uma média de 85 partos mensais.

Foram realizados vários mutirões para o atendimento dos pacientes que constavam em fila de cirurgias. Nos mutirões de cirurgias eletivas que demandavam internação foram realizadas 770 cirurgias, de 2013 a 2016. No caso das cirurgias ambulatoriais foram realizadas 1.439 cirurgias, no mesmo período.

O Projeto Estadual Viva Leite, executado desde 1999, tem como objetivo principal oferecer um complemento alimentar seguro de alto valor nutritivo para as crianças de baixa renda e que vivem em situação de risco nutricional. São distribuídos, mensalmente, para cada criança do programa, 15 litros de leite Tipo C – Pasteurizado, com 3% de gordura, enriquecido com ferro, vitamina A e D, auxiliando na prevenção de anemia ferropriva e das hipovitaminoses A e D. O benefício é destinado às crianças de 6 meses a 5 anos e 11 meses (até 2 duas crianças por família, com prioridade para as de 6 a 23 meses) de famílias com renda mensal de até $\frac{1}{4}$ de salário mínimo per capita.

Essa iniciativa proporciona a melhora na alimentação e no indicador nutricional das crianças de baixa renda, com risco nutricional matriculadas no Programa e permite o controle das famílias e crianças beneficiadas por meio do NIS (Número de Identificação Social), além de proporcionar maior integração com os CRAS e as Unidades de Saúde.

Ao longo da gestão houve a diminuição no município de 27,14% a existência de crianças de baixa renda com risco nutricional, o que fez com que a Secretaria solicitasse uma redução no fornecimento, uma vez que não se localizavam novas crianças com perfil para ingressar no Programa, de forma a evitarmos as sobras. Essa redução também permitiu o acesso a outras crianças com o direcionamento das sobras (quando ocorrem por falta de retirada) para instituições locais que trabalham com crianças em serviços de convivência e em regime de abrigo.

O programa resulta no aumento na qualidade de vida das crianças visto que a redução nutricional fortalece o crescimento físico e emocional, e dos familiares cujos encargos financeiros são amenizados bem como estresse emocional no sentido de poder suprir as necessidades dos filhos.

Em 2013 eram distribuídos 8.790 litros de leite, ao passo que em 2016 foram distribuídos 6.405. Eram 586 crianças atendidas, em 2013, e, em 2016, 427 fazem parte do Programa Viva Leite. A entrega é realizada diretamente pela UBS que atende à criança.

Secretaria de Esporte e Lazer

A Secretaria Municipal de Esporte e Lazer, com sua sede na Avenida Dom Pedro II, 17, Centro, conta com nove Centros de Lazer, três complexos esportivos, um estádio de futebol, além de quadras, campos de futebol, salão de esportes e a pista de bicicross.

O orçamento para atender a Secretaria para executar os trabalhos é de R\$ 5,9 milhões para o ano de 2017.

Dentre as ações realizadas pela Secretaria estão os três amistosos de futebol realizados, com mais de 1.600 participantes. No amistoso realizado em 2013, o jogador Paulo André, do S. C. Corinthians Paulista, apresentou uma palestra às crianças e jovens sobre futebol. Os amistosos foram realizados no Estádio Municipal XV de Novembro, no Campo João de Almeida.

A realização anual do Dia do Desafio, evento em que Salto disputa com outra cidade a prática de esportes com o objetivo de incentivar os indivíduos à prática de atividade física, com destaque à importância do exercício em prol da qualidade de vida. Mais de 76.000 pessoas participaram dos eventos.

Em comemoração ao Dia das Crianças a Secretaria promove uma festa, com o objetivo de oferecer lazer e integração às crianças da cidade, ao proporcionar um dia de jogos, brincadeiras, atividades culturais e turísticas. Nos eventos são oferecidos lanches, sucos e doces aos participantes, que alcançou um público de 3.200 crianças em todas as edições.

Para o Dia do Idoso também foram organizados eventos com o objetivo de melhorar a qualidade de vida da pessoa idosa, ao oferecer uma manhã de atendimento na área da saúde. Foram oferecidas atividades físicas, atendimentos farmacêuticos, nutricionais e de enfermagem. Também foi realizada uma caminhada pelas ruas do centro de Salto. Os eventos contaram com a participação de 550 pessoas, em todos os anos.

A Secretaria também realizou o evento Esporte para Todos, em 2016, com o objetivo de proporcionar a prática de modalidades esportivas aos munícipes

portadores de deficiência, melhorando a qualidade de vida e a vivência perante a sociedade. O evento contou com a participação de 200 pessoas, a partir de seis anos de idade.

Este evento é sucessão do antigo Festival de Atletismo PCD, destinado à participação de pessoas com deficiência. Em 2016 a Câmara Municipal alterou o nome do evento para Esporte para Todos, e o mesmo consta do calendário oficial do município. Nas edições anteriores, 150 pessoas com deficiência participaram das várias modalidades esportivas.

Foram realizados, também, o Passeio Ciclístico Cidade de Salto, com a participação de 550 pessoas nas edições do evento, com diversas famílias presentes. O evento tinha como objetivo proporcionar lazer para a população no mês do aniversário da cidade.

Alguns eventos competitivos também foram realizados pela Secretaria. Um dos mais tradicionais é a Copa Salto de Judô, Sumô, Karatê e Tae-kwon-do, realizado com a participação de 5.400 atletas nos quatro anos de realização durante a gestão. A competição proporciona a integração de atletas de diversas cidades da região e faz parte da programação de aniversário da cidade.

Mais de 2.000 trabalhadores participaram dos eventos da Olimpíada do Trabalhador Saltense. A competição objetiva a integração entre as empresas da cidade, uma vez que seus funcionários as representam em 14 modalidades esportivas, com disputas entre atletas masculinos e femininos.

O Campeonato Municipal de Truco e Bocha proporcionou a competição e a integração entre os jogadores de diversos bairros de Salto. Com a participação de 960 competidores (maiores de dezoito anos) os eventos foram realizados nos quatro anos da gestão.

Também com a realização de treze edições ao longo da gestão, o Circuito de Corrida Pedestre Cidade de Salto contou com a participação de 5.850 pessoas. Evento totalmente gratuito e com participação de homens e mulheres, as etapas foram realizadas em diferentes bairros da cidade em cada edição.

O Campeonato Amador de Futebol A e B e o Campeonato de Veteranos também foi realizado nos quatro anos da gestão, com a participação de 3.000 atletas. A Prefeitura assumiu os custos com os campeonatos a partir de 2014, uma vez que as despesas eram custeadas pelas próprias equipes, anteriormente.

Para o futebol de salão foi realizada a Copa Salto de Futsal, com 450 participantes. A competição reuniu atletas de diversas cidades da região, numa competição com três meses de duração.

A realização da Copa Salto de bilhar promoveu a integração de 320 jogadores de diversos bares da cidade, ao longo das quatro edições em que foi realizada. Os jogos aconteceram nos próprios bares da cidade com jogadores maiores de dezoito anos.

A participação dos atletas do município de Salto nos Jogos Regionais e nos Jogos Abertos do Interior recebeu o incentivo do município. Cerca de 930 atletas foram beneficiados com o incentivo da Prefeitura na competição entre as cidades da região e do interior do estado. Tanto os atletas homens como mulheres, inclusive os portadores de deficientes, praticantes de 42 modalidades esportivas participaram dos Jogos. O resultado foi a classificação da cidade na 1ª divisão dos Jogos Abertos e Regionais em 2015, e sua manutenção em 2016.

Os Jogos Regionais do Idoso e os Jogos Abertos do Idoso também contaram com o apoio da Prefeitura. A competição é realizada entre praticantes de esportes competitivos idosos de todas as cidades da região e do interior do Estado. O objetivo da competição não se restringe à competição em si, mas inclui a socialização e a integração dos idosos. São 14 modalidades esportivas, com categorias masculinas e femininas. Ao longo da gestão, 334 idosos de Salto foram beneficiados com o apoio da Prefeitura aos eventos.

Com o objetivo de promover a democratização da prática das modalidades esportivas, não apenas no aspecto físico, mas também com intuito de ensinar disciplina e espírito de integração entre as crianças e jovens, o município promove as Escolas de Esportes. A Secretaria mantém as escolas nas modalidades de Natação, Atletismo, T nis de Mesa, Jud , Basquete, Voleibol, Handebol, Futsal, Ginástica Artística, Luta de Braço, Futebol. Através de entidades parceiras que recebem o apoio

de infraestrutura e financeiro são oferecidas, ainda, as modalidades de Karatê, Taekwon-do, Handebol de Areia, Futebol Americano. Além dessas modalidades, os Programas de Qualidade de Vida promovem a Musculação, Pilates, Clube da Caminhada, Vôlei Adaptado. Ao todo, mais de onze mil pessoas participaram das Escolas de Esportes de Salto.

Além da promoção do esporte e lazer, a Secretaria também cuida das obras dos equipamentos esportivos de Salto. A construção das arquibancadas do Estádio Municipal Amadeu Mosca é uma dessas obras.

Também foi realizada a construção ou reforma de vários campos de futebol, com o objetivo de democratizar a prática esportiva, ampliar os espaços para as escolas de futebol e para a realização das competições amadoras. Foram construídos campos no Jardim Marília, no Parque das Nações, no Jardim Santa Cruz, no Jardim Santa Efigênia, no Parque Independência, na Vila Flora, no Jardim São Pedro e São Paulo, e no Jardim Nair Maria.

O estímulo e a democratização da prática de atividades físicas foi realizado com a implantação de academias ao ar livre. Esses equipamentos são instalados em praças ou outras áreas públicas e servem à população para que haja a disseminação da prática de atividades esportivas. Foram instaladas academias no Jardim Salto de São José, Jardim Marília, no Parque Bom Retiro, no Jardim Nova Era, no Jardim São Pedro e São Paulo, no Jardim Nair Maria, no Parque Laguna e no Jardim Santo Inácio.

Outras reformas ou melhorias realizadas foram

- A reforma do Ginásio Municipal de Esportes João Sebastião Ferraro;
- A reforma da iluminação pública e a pintura do Centro Esportivo João Luiz Guarda;
- A reforma da academia de musculação, com serviços de reforma do telhado, pintura e a troca de aparelhos de musculação;
- A reforma das canchas de bocha no Jardim Nova Era, do CECAP, do Parque das Nações, do Jardim Santa Cruz, do Jardim Elizabeth e do Jardim São João;
- A reforma do Centro de Lazer do Jardim Nova Era;
- A troca dos tatames da Sala de Lutas;

- A reforma da pista de bicicross, com melhorias das estruturas de banheiros, grid de largada, dentre outros.

Com o objetivo de qualificar a prática esportiva existente no município, foi realizada uma Clínica de Handebol com atletas profissionais, através de uma aula prática para cem praticantes da modalidade em Salto. Com o mesmo objetivo foi realizado um Curso de Aperfeiçoamento dos Técnicos Esportivos, para atualizar o conhecimento técnico desses profissionais. Através de aulas teóricas e práticas sobre diversas áreas esportivas, 19 profissionais foram beneficiados com a ação.

Secretaria de Finanças

A Secretaria Municipal de Finanças, com sua sede na Rua 9 de Julho, 1.053, na Vila Nova, inclui os Departamentos de Tributação, de Fiscalização Tributária, de Finanças, Contabilidade e Tesouraria e de Auditoria.

O orçamento para atender as políticas públicas de responsabilidade da Secretaria é de R\$ 27 milhões para o ano de 2017.

Dentre as funções da Secretaria estão a execução da política econômica, tributária e financeira da Administração, o assessoramento às unidades do município nos assuntos de finanças, a gestão da legislação tributária e financeira do município, a fiscalização dos tributos devidos ao município; a manutenção das inscrições da Dívida Ativa, a elaboração e execução das peças orçamentárias (PPA, LDO, LOA), a programação de desembolso financeiro, guarda e movimentação de valores, a realização do empenho, da liquidação e o pagamento das despesas, a elaboração e publicação de demonstrativos contábil e financeiro, a prestação anual de contas e exigências ao TCE-SP e CGU, o controle e a fiscalização da gestão pública e o controle dos investimentos do município.

Para atender a essas responsabilidades e garantir mais eficácia na gestão das receitas do município, foram realizados investimentos nos departamentos, com a contratação ou realocação de mais funcionários para o Setor Tributário (cinco servidores, no total), a troca de todo o mobiliário do departamento, a atualização do sistema oferecido pela SISP (empresa responsável pelos sistemas de controles e arquivamentos eletrônicos), a troca de todos os computadores no Setor Tributário e na Fiscalização de Rendas, a alteração da banda de Internet, com aumento da velocidade de 2 Mb para 10 Mb, a contratação de mais funcionários para o Setor Financeiro (três auxiliares administrativos e dois contadores), a criação do Sistema de Controladoria (pela Lei Municipal nº 3185/2013), com a realocação de uma funcionária para a mesma.

Para garantir a eficiência da gestão e cobrança da Dívida Ativa foi criado o Grupo Tributário da Dívida Ativa – GTDA para discussão e implantação das ações para recuperação da Dívida Ativa. A criação do GTDA promoveu uma integração entre

a Coordenação do Atende Fácil e a Diretoria de Rendas, o que auxiliou na proximidade entre o atendimento geral e o Setor Tributário. Após a criação do GTDA o atendimento geral passou por capacitações (atendimento ao público, legislação tributária do município etc.). Essas ações permitiram a melhoria na gestão da arrecadação e trouxe mais de R\$ 27 milhões em receita para o município.

A atualização da Planta Genérica de Valores (Lei Municipal nº 3.227/2013), do Código Tributário (Lei Municipal nº 3.196/2013), a lei para uso social IPTU (Lei Municipal nº 3.461/2015) e o Programa Especial de Parcelamento – PEP (Leis Municipais nº 3.170/2013, 3.407/2014 e 3546/2015) garantiram a melhora da arrecadação do IPTU, com mais de R\$ 96 milhões arrecadados entre 2013 e 2016. Essa legislação também melhorou a arrecadação do ITBI, que arrecadou mais de R\$ 20 milhões, além de R\$ 1 milhão arrecadado com o ISSQN das obras de construção civil (conhecido como ISS Habite-se).

A lei Municipal nº 3.461/2015 promoveu alterações no lançamento do IPTU de Salto. Ficou conhecida com a Lei do Uso Social do IPTU e resultou em benefícios para os imóveis:

- Não edificados usados para fins de recreio, estacionamento, cultivo de horta ou pomar, jardinagem, com 493 inscrições beneficiadas.
- Casos de terrenos que encontram-se situados comprovadamente em Áreas de Preservação Permanente – A.P.P., com 531 inscrições beneficiadas.
- Que contenham calçadas e muros nas delimitações do imóvel, de alvenaria, com altura mínima de dois metros, com 146 inscrições beneficiadas.

Além da redução do IPTU, a legislação de Salto também permitiu, em 2014, a emissão de 736 Certidões de Isenção de IPTU para aposentados, portadores de doenças crônicas e famílias de baixa renda. Em 2015 e 2016 foram emitidas 881 Certidões de Isenção de IPTU para o mesmo público. Para lançamento do IPTU no exercício de 2017 já foram emitidas, até a presente data, 521 Certidões de Isenção de IPTU para aposentados, portadores de doenças crônicas e famílias de baixa renda;

A intensificação das ações de fiscalização e cobrança de tributos não pagos resultou na arrecadação de R\$14.521.251,14, de 2013 a 2016. Desse montante, R\$ 2.524.869,29 foram arrecadados em 2013; R\$ 3.338.451,02 em 2014; R\$ 5.689.889,81 em 2015 e até junho de 2016 foram arrecadados R\$ 2.968.041,03.

Para garantir a arrecadação tributária do município em tempos de escassez de recursos, a Prefeitura criou o Programa Taperá da Sorte, com a realização de sorteios aos contribuintes adimplentes com o IPTU. Com um cadastro onde apenas 41% dos 52.323 contribuintes se encontram adimplentes, a inscrição de 14 mil desses contribuintes no programa manteve parcela significativamente maior dos participantes adimplentes com o tributo (mais de 70%). No primeiro ano do Programa Taperá da Sorte, de cada três contribuintes, um está cadastrado no Programa.

Outra ação significativa executada pela Secretaria foi o parcelamento em 60 vezes (máximo permitido pela legislação) da compensação indevida de créditos previdenciários realizada no exercício de 2012. O total parcelado foi de R\$ 23.380.462,71, com um primeiro parcelamento no valor consolidado de R\$ 10.034.752,72 e um segundo parcelamento com o valor consolidado de R\$ 6.444.069,39. Além desses valores, o total parcelado inclui uma multa punitiva de R\$ 6.901.640,60.

Secretaria de Governo

A Secretaria Municipal de Governo, com sua sede na Rua 9 de Julho, 1.053, na Vila Nova, contempla em sua estrutura a Diretoria de Habitação.

O orçamento para atender as políticas públicas de responsabilidade da Secretaria é de R\$ 5 milhões para o ano de 2017.

Na questão da habitação, foram desenvolvidos vários programas focando principalmente o problema das favelas. Com isso, o Programa Minha Casa Minha Vida realizou o sonho de muitas famílias de ter sua casa própria, saindo dos aluguéis, de barracos (favelas), e conquistando uma moradia decente tanto para si como para seus familiares, adquirindo melhor condição de vida. Na primeira fase do programa, foram beneficiadas 320 famílias, enquanto que na segunda fase 160 famílias foram beneficiadas. Ainda no programa Minha Casa Minha Vida, foram entregues mais de 2.000 unidades faixa dois para a população. E recentemente o governo federal criou a faixa um e meio, que terá até o final de 2016 mais 320 unidades aprovadas para nossa cidade.

O projeto de criação da Ouvidoria Municipal já existia, anteriormente. Contudo, apenas durante a atual gestão se entendeu que sua implantação não seria negativa para a administração, mas sim positiva, pois as necessidades da população seriam conhecidas. A partir dessas informações o atendimento poderia ser direcionado corretamente às secretarias correspondentes. A partir da implantação foram realizados 2.672 atendimentos, em 2013; 4.747 atendimentos em 2014; 5.160 atendimentos em 2015 e até junho de 2016, 2.842 atendimentos.

A instalação de uma sede do Departamento Estadual de Trânsito em Salto foi outra demanda atendida pela Secretaria. Com um espaço de 720 m², o novo DETRAN oferece quarenta serviços no espaço físico e outros trinta serviços de forma eletrônica, com padrões de “Poupatempo”, o que permitiu o aumento de 350% nos atendimentos.

Também atuou na gestão do Transporte Intermunicipal de estudantes a partir de lei municipal que define os critérios para a concessão desse benefício aos

estudantes de nossa cidade. Por conta da maior fiscalização e de outros mecanismos criados, como o Passe Livre do governo do Estado para transporte de estudantes na Região Metropolitana de Sorocaba, pela EMTU (Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos), o volume de estudantes atendidos vem numa decrescente: 2012, 2.035 estudantes; 2013, 1.945; 2014, 1.284; 2015, 1.064; 2016, 865.

Fez ainda juntamente com o gabinete do prefeito a gestão da Sala de Convênios, espaço constituído por servidores de diferentes pastas, criada em 2015 e que reúne profissionais que centralizam informações sobre projetos que dependam de convênios com o Estado ou União para execução, casos de projetos executados com recursos oriundos de emendas parlamentares ou do DADE, por exemplo. A Sala de Convênios se reporta diretamente ao Gabinete do Prefeito e administrou neste período R\$ 27.661.803,13 em recursos dos governos federal e estadual em investimentos na cidade.

Tabela 24 – Situação dos convênios vigentes entre Salto e a União

Convênio	Recurso a receber (R\$)	Recurso em Conta (R\$)	Convênios a formalizar (R\$)
Trem Republicano - Estaca 092 a 153	1.344.525,00	16.038,32	
Reforma e Revitalização da Avenida Dom Pedro II	195.000,00	211.509,42	
Construção de Arquibancada	1.601.250,00		
Reforma de Centros Esportivos e Estádios Municipais	97.500,00	42.175,81	
Recapeamento de Diversas Vias	444.932,66	6.864,34	
Sinalização Viária - Rua 09 de Julho (trecho José Galvão – Avencas), Avenida Brasília, Trecho da Avenida Dom Pedro II	246.550,00	275.999,13	
Recapeamento das Ruas Emilio Ribas/Carlos Gomes	389.610,04		
Recapeamento da Rua São Dimas	132.514,86	132.514,86	
Recapeamento da Marechal Deodoro/Henrique Viscardi	243.750,00		
Ampliação da Estação de Tratamento de Água Bela Vista	1.970.000,00		
Construção de Centro Centro de Atendimento ao Turista (CAT) e Aquisição de Mobiliário	292.500,00	292.500,00	
Portal Educacional		708.953,37	
Inclusão Digital - Fibra óptica 2014		466.867,55	
Sinalização - Avenida Hilário Ferrari e Avenida Aimorés			245.850,00
Recapeamento das Ruas Vicente Donalísio, Viena, Paris, Lisboa, Louis Pasteur e Vital Brasil			677.686,96
Recapeamento			252.077,85
Total	6.958.132,56	2.156.422,80	1.175.614,81

Nos convênios vigentes entre a Estância Turística de Salto e a União, o município tem a receber recursos da ordem de R\$ 6.958.132,56 para o pagamento de obras já executadas e a sequência dessas obras. Nesses convênios, há R\$ 2.156.422,80 de saldo em conta corrente, utilizáveis para os mesmos fins. Por fim, os três convênios que ainda faltam ser devidamente formalizados totalizam recursos da ordem de R\$ 1.175.614,81.

Com o Estado de São Paulo, o município tem R\$ 5.389.606,03 em repasses a serem transferidos pelo Governo do Estado, além de R\$ 6.607.643,70 de saldo nas contas correntes correspondentes a cada convênio. Esses valores serão utilizados para o pagamento de obras já realizadas ou para a sequência dos trabalhos em cada um dos projetos. Também resta a formalização de alguns convênios que totalizarão repasses financeiros de R\$ 7.393.051,81 ao município no curto prazo.

A Secretaria de Governo é também a gestora da Assessoria de Imprensa da prefeitura, responsável em estreitar as relações entre o poder público, os servidores e a população, na criação de canais de comunicação. Nesse sentido criou a FanPage do Servidor Municipal e da Prefeitura; criou o Jornal da Gente, canal de comunicação com a população para prestação de contas; criou o Jornal do Servidor, com distribuição mensal juntamente com o holerite.

A ATL (Assessoria Técnica Legislativa) também é responsabilidade da Secretaria de Governo e tem a finalidade de assessorar na elaboração de toda legislação, decretos, portarias, entre outros do Executivo. Também é responsável pela guarda e organização de todo o material produzido, além de ser o canal direto entre a Administração da Câmara Municipal e a Secretaria de Governo, sendo responsável por quase todas as publicações dos atos.

Coordenou ainda junto com o Gabinete do Prefeito, todas as edições da Prefeitura nos Bairros.

Tabela 25 – Situação dos Convênios vigentes entre Salto e o Estado de SP

Convênio	Recurso em conta (R\$)	Recurso a receber (R\$)	Convênios a formalizar (R\$)
DADE 2013 - Trem Republicano - Estaca 00 A 092	212.415,77	1.022.642,10	
DADE 2015 - Recapeamento de Vias do Centro Histórico	606.343,76		
DADE 2008 - Hilário Ferrari	767.461,64		
DADE 2011 - Implantação da 1ª Etapa da Ilha da Usina	708.400,49	470.579,24	
DADE 2013 - Reforma e Revitalização do Parque do Lago	234.879,42		
DADE 2010 - Ponte Estaiada 1ª Etapa	1.810.420,85		
DADE 2012 - Ponte Estaiada 2ª Etapa	1.497.693,21		
DADE 2016 - Recapeamento de vias do Município (Floriano Peixoto e Marechal Deodoro)	10.592,77	1.261.803,54	
DADE 2014 - Reforma e Revitalização da Estação Ferroviária - Fase 2	153.034,2	2.278.752,78	
DADE 2014 - Reforma e Revitalização da Avenida Dom Pedro II	271.830,73	355.828,37	
Construção de Arquibancada	334.570,86		
Obras de Recapeamento da Avenida José Maria Marques de Oliveira			1.500.000,00
Obras de Recapeamento das Ruas Itapiru, 7 de setembro, 24 de outubro, 23 de Maio e Prudente de Moraes			746.757,63
Obras de revitalização do pavimento asfáltico e sinalização de trânsito da Rua das Tuviras e Avenida dos Peixes			147.148,57
Obras de Revitalização de pavimento asfáltico e sinalização de trânsito da Rua dos Carás e Avenida dos Peixes			130.445,00
Obras de revitalização de pavimento asfáltico e sinalização de trânsito da Rua dos Surubins e Rua dos Bagres			200.000,00
Construção de calçamento em piso intertravado no Jardim Independência			250.000,00
Aduela - Córrego Santa Cruz			746.757,63
Obras de recapeamento, sinalização viária, acessibilidade e drenagem da Rua Rui Barbosa – Etapa 1			147.148,57
Obras de recapeamento, sinalização viária, acessibilidade e drenagem da Rua Rui Barbosa – Etapa 2			130.445,00
Obras de revitalização do pavimento asfáltico na Rua Marechal Deodoro e Floriano Peixoto			1.085.896,79
DADE 2016 - Trem Republicano - Fase 2 (girador)			1.320.778,74
DADE 2016 - Reforma e Revitalização da Ponte Pênsil e Caminho das Esculturas			437.673,88
Ampliação do Campo de Futebol do Salto de São José			200.000,00
Reconstrução do Piso no João Luiz Guarda			100.000,00
Reforma do Centro esportivo - Jd. Paraíso			150.000,00
Aquisição de equipamento de som e iluminação para o CEC			100.000,00
	6.607.643,7	5.389.606,03	7.393.051,81

Secretaria de Negócios Jurídicos

A Secretaria Municipal de Negócios Jurídicos, com sua sede na Rua 9 de Julho, 1.053, na Vila Nova, é responsável pela assessoria jurídica do Gabinete do Prefeito e pela gestão das intervenções jurídicas, tanto administrativas quanto judiciais.

O orçamento para atender as políticas públicas de responsabilidade da Secretaria é de R\$ 2,2 milhões para o ano de 2017.

Dentre os processos geridos pela Secretaria, suas ações resultaram em importantes vitórias ao município, principalmente nos casos destacados a seguir:

- Ação cível contra a ANEEL e CPFL: em face de Agência Nacional de Energia Elétrica e da Companhia Piratininga de Força e Luz - CPFL, objetivando desobrigar o Município de Salto de receber o sistema de iluminação pública registrado como Ativo Imobilizado em Serviço. A referida ação foi julgada PROCEDENTE, em primeira instância, extinguindo o feito nos termos do artigo 269, I, do Código de Processo Civil, para o fim de afastar os efeitos do artigo 218 da Resolução n.º 414 da ANEEL, com a redação dada pela IN ANEEL n.º 479. A decisão está pendente de recurso. Essa ação é que possibilitou a não implantação no município da CIP (Contribuição de Iluminação Pública) prevista em leis superiores.
- Ações Diretas de Inconstitucionalidade com relação ao IPTU: o Município através da atuação da Secretaria dos Negócios Jurídicos foi vitorioso nas duas ações movidas contra o Município, pela FIESP e PSDB, em relação ao IPTU de 2014. Na ADI da FIESP a ação foi julgada improcedente, e está pendente de recurso especial. A ação do PSDB foi julgada extinta. Com essas vitórias a Prefeitura conseguiu corrigir distorções históricas do IPTU no município, melhorando a arrecadação municipal.
- Ação do Município de Salto x Tuberfil: em 2011 o Município de Salto ajuizou ação de desapropriação da área onde está instalada a empresa Tuberfil

com base em decreto. Em 2013, com a revogação do decreto o município desistiu da ação com a concordância da empresa.

- FGTS dos servidores comissionados: ciente do fato de que o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, desde 2011, aponta irregularidade no recolhimento do FGTS para os servidores comissionados o Município ajuizou ação em face da União e da Caixa Econômica Federal para obter uma decisão jurídica. A ação se encontra em trâmite. Enquanto isso a prefeitura deposita os valores do FGTS desses servidores em juízo.
- Ação do Município de Indaiatuba x Município de Salto: em 2013 o Município de Indaiatuba ajuizou ação de desconstituição de matrícula contra o município de Salto, ação essa cujo objeto é o aumento do território de Indaiatuba e a redução territorial de Salto. Referida ação está em tramite pela Terceira Vara e ofício desta comarca.
- Avanço das execuções fiscais: com alterações realizadas no âmbito da Secretaria dos Negócios Jurídicos, foi possível um avanço na cobrança dos débitos das execuções fiscais, resultando no aumento da arrecadação municipal. Havia atraso de mais de 04 anos na propositura de Execuções Fiscais, quando este governo assumiu. Atualmente, o Anexo Fiscal conta com 12.094 execuções fiscais em trâmite (junho/2016). Vale destacar que referido atraso resultou em diversas prescrições de dividas à prefeitura.
- Mutirão realizado pela Prefeitura de Salto resulta em mais de meio milhão em negociações da dívida ativa: o Primeiro Mutirão de Execuções Fiscais de IPTU, em 2015, no CEJUSC (Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania), resulto ou em R\$ 549.571,47 de parcelamentos e acordos com contribuintes em débito com a municipalidade.
- Reversão de doação Audilab: em 2015 o município efetivou a reversão da doação de uma área de 7.000 m² localizada no Distrito Industrial denominado Parque do Lago em acordo com a empresa Audilab, uma vez que a empresa não havia cumprido as condições estabelecidas quando da doação, em 2002.

- Reversão de doação Chancellor: em 2016 ,em acordo com a empresa Chancellor, o município efetivou a reversão da doação de uma área de 8.000 m² localizada no Distrito Industrial, uma vez que a empresa Chancellor não havia cumprido as condições estabelecidas quando da doação, em 2002.
- Banco Rural: após várias tentativas o Município ajuizou ação em face do Banco Rural para devolução do valor de R\$ 870.000,00 aplicados no referido banco em 2013 e que não pode ser resgatado pois o Banco Central decretou a liquidação extrajudicial da instituição bancária.
- Tribunal de Contas do Estado de São Paulo: a Secretaria dos Negócios Jurídicos é responsável pelas coletas de subsídios e informações para instrução de defesa e recurso dos processos que tramitam perante o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. Até a presente data o Prefeito Juvenil não sofreu nenhuma multa e as contas dos exercícios de 2013 e 2014 foram aprovadas pelo referido Tribunal.

Secretaria de Administração

A Secretaria Municipal de Administração, com sua sede na Rua 9 de Julho, 1.053, na Vila Nova, tem uma estrutura que conta com o Departamento de Recursos Humanos, o Departamento Administrativo e o Departamento de Recursos Materiais. Nessas estruturas estão inclusos a Casa do Servidor e a Escola de Governo e Gestão Pública.

O orçamento para atender as políticas públicas de responsabilidade da Secretaria é de R\$ 14,4 milhões para o ano de 2017.

Uma das funções da Secretaria é a política de recursos humanos da Prefeitura. Neste sentido, o apoio à saúde do servidor público saltense se revelou na criação da Casa do Servido, local onde os serviços direcionados a esse público foram centralizados e aperfeiçoados. Neste ambiente são realizados:

- Treinamentos sobre o uso de EPIS;
- Treinamento sobre o uso e guarda dos Uniformes;
- Treinamento para CIPA;
- Cinesioterapia;
- Comemoração de eventos, como o Dia das Mães e o Dias dos Pais;
- Curso de direção defensiva, visando idoso e deficiente no trânsito (junto com Coordenadoria do Idoso para servidores com função de Motorista);
- Treinamento de conscientização sobre ergonomia para alunas de pedagogia;
- Treinamento sobre a implantação do “Programa de Proteção Solar”;

Na Casa do Servidor também funciona a Medicina Ocupacional da Prefeitura, composta por uma equipe permanente com Médico do Trabalho, Técnico de enfermagem e Técnico de Segurança no Trabalho. Esta equipe é responsável pela:

- Realização de exames exigidos pela NR 07,
- Acompanhamento e definição de readaptações e restrições funcionais conforme Decreto Municipal 121 e como avaliação geral, Normas Regulamentadoras e Descrições de Função;
- Orientação e acompanhamento de servidores cometidos de Acidente/Doenças do trabalho;
- Treinamentos;
- Apoio aos serviços de psicologia e serviço social;
- Cooperação nas atividades de lazer e lúdicas realizadas no período;
- Suporte técnico a CIPA;
- Suporte técnico e acompanhamento às questões jurídicas.

Foram executados 2.539 exames ocupacionais até 2016, desde o início da gestão e ocorreram 97 acidentes de trabalho que demandaram atenção da equipe de medicina ocupacional, além de 105 readaptações concedidas.

A Casa do Servidor também oferece o serviço de Psicóloga, para o acompanhamento dos Servidores em situação de dependência química, realizado por meio do acompanhamento através de terapias diversas para esses servidores. Ao longo da gestão foram realizados 445 atendimentos pela psicóloga.

Também é oferecido o Serviço Social, realizado com o apoio de uma assistente social, que realiza o acompanhamento de servidores afastados, através de visitas domiciliares, auxilia na intercomunicação dos setores de agendamentos de exames para os servidores e demais consultas necessárias, apoia o servidor referente as emergências de saúde mental, acompanha conforme necessidade pericias de servidores juntos ao INSS; atendendo aos mais diversos assuntos que lhe são solicitados pelos servidores in loco (familiar, jurídico, assistencialista, funerários; etc.). Este serviço realizou 518 atendimentos desde 2013.

A Escola de Governo foi iniciada junho de 2014, com o intuito de desenvolver e potencializar a capacidade profissional e individual de cada servidor, através de projetos de formação, educação, desenvolvimento e capacitação, voltados à valorização profissional e pessoal, ampliando as habilidades de articulação e maximização das funções. No período houve 4.845 matrículas nos cursos de capacitação e treinamento, com média de horas de capacitação por matrícula de 9 horas (em 2014), 12 horas (em 2015) e 20 horas (em 2016).

Ainda na política de recursos humanos, durante o mandato o número de servidores cresceu em 20,01%, com forte concentração nas Secretarias de Educação e Saúde, demonstrando claramente a preocupação da gestão com as políticas sociais. Os investimentos em pessoas, considerando folha de pagamento com seus encargos, cestas básicas, cestas natalinas, cartão do servidor, seguro de vida, vale transporte e rescisões, somaram mais de R\$ 452 milhões no período.

Durante todo o mandato houve um significativo empenho no sentido de redução do número de horas extras. Em comparativo com 2012, ocorreu uma redução da média mensal de 38,06%. Isso só foi possível devido ao envolvimento de todos em atingir as metas traçadas. Essa redução possibilitou várias outras políticas proativas para o servidor, como os aumentos salariais e cláusulas sociais negociadas e acordadas com o sindicato da categoria.

Nesse sentido, importante destacar a política de negociação permanente aplicada durante os quatro anos de governo, fato que possibilitou ganhos reais aos servidores nunca alcançados de forma negociada.

Em 2013, primeiro ano do governo, as negociações levaram a um aumento escalonado a partir da recuperação das perdas do período que foram de 6,63%. O escalonamento provocou um aumento médio da ordem de 10,17%, sendo 3,32% de aumento real. As funções da base da pirâmide salarial tiveram 11,38% de aumento real e 18,77% de total. Uma das cláusulas do acordo de 2013 antecipou os índices a serem aplicados no ano seguinte: reposição do INPC e aumento real definido pela variação positiva da receita corrente líquida da Prefeitura.

Em 2014, com as regras definidas no ano anterior, o reajuste foi da ordem de 16% para toda a categoria, sendo 5,26% de perdas do período mais 10,20% de

aumento real, definido pelo aumento da receita corrente líquida da prefeitura. Nesse ano ainda se definiu um abono de complementação da cesta básica para todos os servidores da ordem de R\$ 400,00 para cada um. Ainda em 2014, é eleita a primeira CIPA (Comissão Interna de Prevenção de Acidentes) na Prefeitura, também fruto das negociações permanentes entre administração e sindicato.

Em 2015, tomada pela crise econômica que provocou o congelamento das receitas municipais, as negociações levaram ao pagamento das perdas do período, que foram de 7,14%. Nesse ano foi implantado o cartão do servidor, dando aos servidores opções entre cestas básicas e o cartão. Além do cartão, um abono de R\$ 700,00 para cada servidor ficou garantido. Ainda em 2015, uma das cláusulas do acordo ampliou a eficácia de atestados de outras especialidades, como odontologia além de declarações de exames e tratamentos. Ampliou para até 30 dias a licença para acompanhamento de dependentes durante o ano.

Em 2016, com o aprofundamento da crise e as reduções nas receitas do município, a negociação não ultrapassou o índice de 7% de reajuste para todos os servidores. Em contrapartida, uma série de outros benefícios e direitos foram garantidos, tais como:

- Abono especial de R\$ 600,00 para cada servidor;
- Incorporação de R\$ 50,00 nos salários de todos os servidores a partir de janeiro de 2017;
- Jornada de trabalho de 40 horas semanais;
- Ampliação das licenças para casamentos, falecimentos de parentes e licença paternidade;
- Garantia de seis dias de faltas abonadas para todos os servidores;
- Licença prêmio de 30 dias para os servidores, a partir de janeiro de 2017;
- Envio de projeto de lei à Câmara Municipal para alterar de quinquênio para triênio a progressão de carreira, mantendo o percentual de 3% para cada triênio.

Além dessas políticas gerais, vários acertos pontuais foram realizados, frutos da negociação permanente. Os ajustes de jornada dos Guardas Civis Municipais e dos Vigilantes, além da dos engenheiros, acertos salariais para Vigilantes, Auxiliares Administrativos, Assistentes Sociais, dentre outras. Uma política clara e permanente de valorização do profissional público.

Também é de responsabilidade da Administração a gestão dos recursos materiais da prefeitura. Nesses quatro anos as metas foram a redução dos custos, racionalização de consumo e melhoria nos fornecimentos. Essas metas possibilitaram reduções consideráveis de determinados consumos e valores, unificação da gestão de almoxarifados e manutenção de estoques mínimos que viabilizaram a condução das ações de toda a prefeitura. Abaixo foto do almoxarifado unificado nos últimos dias de novembro de 2016.



A frota de veículos recebida em 2012 continha 169 veículos próprios. Desses, 39 foram para leilão, dois tiveram perda total em sinistros, o que reduziu a frota para 128 veículos. A administração 2013-2016 adquiriu 14 veículos e conta com 19 locados, o que dá um total de 161 veículos.

Como responsável por todos os procedimentos licitatórios da prefeitura, a administração executou no período 536 procedimentos, além de administrar dezenas de contratos comuns a todas as secretarias.

Outras responsabilidades da Secretaria da Administração são a gestão do Atende Fácil, gestão das políticas de Tecnologia da Informação (TI) e gestão da retransmissão de sinal de UHF para a cidade.

CONCLUSÕES

Este relatório pretendeu apresentar as ações de maior destaque realizadas na gestão 2013-2016 na Prefeitura Municipal de Salto. É possível haver algumas ações ou projetos não destacados aqui que também merecessem destaque, mas não apresentados por ainda estarem em fase de conclusão ou sem que os resultados possam ser devidamente avaliados.

De forma geral, foi possível observar uma gestão que não fugiu aos compromissos formalizados no período eleitoral de 2012. Como destacado, tais compromissos foram tratados de forma direta no Plano Plurianual e objeto das diversas políticas públicas executadas no período.

No decorrer do relatório é possível perceber que a participação popular foi pilar da gestão, seja pela ampliação dos espaços de participação (Conselhos e Conferências Municipais), seja pela transparência das ações realizadas. Os resultados obtidos são conquistas que verdadeiramente refletem o espírito democrático e participativo empreendido na gestão. Da participação popular nasceram demandas que foram devidamente atendidas, na medida das possibilidades orçamentárias.

A melhora no resultado do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB, ao longo do período da gestão, reflete as ações de aperfeiçoamento e investimento na Educação pública municipal de Salto. A ampliação de vagas no ensino infantil e a melhoria de infraestrutura no ensino básico são legados que elevaram o patamar do ensino público municipal ao patamar vislumbrado apenas para a próxima gestão (2017-2020)!

As ações de Saúde procuraram garantir meios para a efetiva aplicação de políticas públicas preventivas e permitiram melhor uso dos recursos com a efetiva implantação do Ambulatório Médico de Especialidades – AME (mantido com recursos estaduais) e a ampliação das equipes da Estratégia Saúde da Família – ESF. Combinadas com os programas de Saúde já existentes e as novas ações realizadas,

a Atenção Básica conseguiu reduzir a demanda de atendimento hospitalar, otimizando o uso de recursos vez que estes atendimentos são mais caros que aqueles. Os resultados de redução da mortalidade infantil e de mortalidade de mulheres em idade fértil revelam efetividade nas políticas públicas de saúde executadas no período.

As políticas de Assistência Social executadas nesta gestão serviram como parâmetro para a conquista de prêmios pelo município, com destaque para o Prêmio Prefeito Amigo da Criança e do Selo Social. Ao procurar estruturar o Sistema Único de Assistência Social – SUAS com a implantação de quatro Centros de Referência de Assistência Social – CRAS e do Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS o município estendeu por todo o território as ações e políticas dessa área, alcançando número significativamente maior de cidadãos.

Também as ações empreendidas nas áreas de Cidadania e Direitos Humanos serviram para estender o raio de ação do poder público à populações com demandas específicas, como a população jovem, idosa, de portadores de deficiência e da população afrodescendente de Salto.

Perante o quadro econômico vivido pela gestão 2013-2016 no cenário nacional e internacional, as realizações se tornam ainda mais expressivas, dado o fato de que as restrições orçamentárias e financeiras vividas são cada vez mais relevantes.

A gestão não se furtou de investir no quadro de servidores públicos, tanto com ações de qualificação e aumento do quadro quanto na melhoria da remuneração dos servidores, para atender aos requisitos legais de reposição salarial e oferecer à população uma equipe cada vez mais motivada e preparada para a atenção das demandas existentes. O esforço realizado pelo investimento nos servidores públicos municipais não serviu como motivo para a omissão do Poder Executivo nas demais ações de sua responsabilidade.

A gestão enfrentou os desafios econômicos e financeiros de forma criativa e responsável. Num cenário de queda de arrecadação nos repasses e transferências recebidos da União e do Estado, o município não se omitiu ao buscar meios para melhorar sua receita própria. Além de uma nova política tributária para o município,

procurou atrair empresas que pudessem contribuir com a arrecadação municipal de forma direta e rápida, a fim de elevar a receita municipal ao longo do tempo.

A gestão financeira também focou o atendimento às exigências impostas pelos órgãos de fiscalização e controle, através do parcelamento de pendências fiscais anteriores à atual gestão. Tal parcelamento afetou de forma responsável o fluxo de caixa do município, ao estender para o longo prazo dívidas que certamente impediriam a realização de parcerias entre o município e os demais entes federativos caso não fossem sanadas.

Com o quadro fiscal atual, a realização de receitas superiores às despesas nos três exercícios já encerrados serve como parâmetro de verdadeira responsabilidade com os recursos do município, fato reconhecido pelo próprio Tribunal de Contas do Estado de São Paulo ao emitir parecer favorável à aprovação das contas relativas aos exercícios de 2013 e 2014.

Ao estabelecer um novo paradigma para os empreendimentos habitacionais realizados em Salto, com a exigência de contrapartidas pela aprovação de loteamentos, a gestão conquistou importantes obras para a cidade e permitiu avanços em demandas antigas do município. As intervenções viárias conquistadas nesta modalidade de obra ficarão como legado desta gestão e transformarão o tráfego urbano saltense no curto prazo. Ao se considerar que as despesas executadas entre 2013 e junho de 2016 na forma de Investimentos totalizaram pouco mais de R\$ 41,697 milhões, é de se considerar altamente expressivo a conquista de investimentos privados da ordem de R\$ 40,280 milhões em contrapartida à aprovação de novos empreendimentos habitacionais (loteamentos, condomínios, etc.). Definitivamente, a exigência de contrapartida resultou em investimentos superiores à capacidade orçamentária e financeira do município no período.

Nesse contexto, a gestão 2013-2016 de Salto alcançou resultados efetivos na melhoria da qualidade de vida no município, tanto pelo uso responsável dos recursos públicos como também pela conquista de inéditos investimentos privados em obras públicas. Esta gestão se torna, assim, parâmetro de comparação para as gestões futuras, uma vez que satisfaz as expectativas de cada cidadão saltense por uma cidade cada vez melhor.

ANEXO I – PLANO DE GOVERNO APRESENTADO

Plano de Governo

APRESENTAÇÃO

Como primeiro detalhe destacamos o termo PROPOSTAS, já que não pretendemos impor à nossa população um programa pronto e fechado. Queremos apontar temas e necessidades levantados nos vários debates feitos internamente. Esses temas serão primeiro avaliados pela população nas eleições do próximo dia 07 de outubro. E em sendo vitoriosos, os candidatos JUVENIL e JUSSARA estruturarão uma nova forma de fazer governo, onde a PARTICIPAÇÃO POPULAR será a grande orientadora de suas ações. Um governo de gente que se preocupa com gente e como essa gente pensa sua cidade.

Além disso, queremos POLÍTICAS PÚBLICAS voltadas para os principais problemas de nossa cidade. Políticas que dialoguem entre si, que tenham temas transversais dando vida e dinamismo as suas ações e que principalmente eliminem a separação nas ações da Prefeitura. Todos nós dependemos da atuação conjunta do poder público.

Queremos também ações de URBANISMO, MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO que construam uma cidade melhor e mais humanizada para se viver. Uma cidade que encare seus problemas de frente e assuma coletivamente suas soluções. Uma cidade que continue proporcionando o progresso e o desenvolvimento para todos os seus moradores sem, contudo se esquecer de manter e preservar suas riquezas naturais que são inúmeras. Uma cidade que se organize nos seus aspectos urbanísticos, quer seja na forma de utilizar seu solo, na forma de organizar suas ruas e avenidas, seu trânsito e segurança, sua locomoção e acessibilidades.

Para tudo isso ter fluidez, precisamos de uma GESTÃO PÚBLICA moderna, dinâmica e humanizadora. Uma gestão feita a partir de propostas discutidas e avalizadas pela população.

Uma gestão que valorize e humanize suas relações com o servidor municipal. Uma gestão que qualifique e dinamize suas relações com o cidadão – nosso principal sujeito. Uma gestão que busque nos avanços tecnológicos as ferramentas necessárias para sua modernização e atualização. Uma gestão que busque nas ciências administrativas as mais modernas técnicas de gestão de pessoas, já que é com pessoas que trabalhará, interna e externamente.

Apresentamos, portanto as propostas de JUVENIL E JUSSARA. Propostas divididas em quatro grandes eixos de ação: PARTICIPAÇÃO POPULAR, POLÍTICAS PÚBLICAS, URBANISMO, MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO e GESTÃO PÚBLICA.

Como propostas, estarão a disposição para o crivo de nossa população nas eleições municipais de 07 de outubro e depois em nosso governo.

OBJETIVOS

As propostas aqui apresentadas trazem em sua conformação dois principais objetivos:

1. *Continuar os avanços e o progresso de nossa cidade; e*
2. *Colocar como centro de todas as decisões e ações o cidadão, a comunidade. A pessoa é o foco principal de nossas propostas.*

Obras, ações públicas, leis e desenvolvimento só se justificam se forem objetivados na melhoria da vida das pessoas que vivem na nossa cidade. De nada adiantam suas execuções se pessoas ainda não se sentem bem vivendo na cidade, se situações e realidades ainda insistem em questionar a qualidade de nossas vidas, se privilégios e benesses para poucos ainda são praticados.

A cidade existe em função das pessoas, para acolher e desenvolver pessoas. A cidade sem pessoas é nada. A cidade que não privilegia as pessoas não é completa. Esse é o maior dos objetivos de nossas propostas: AS PESSOAS DE NOSSA QUERIDA CIDADE.

Para isso dividimos nossas propostas nos quatro eixos já apresentados:

1. PARTICIPAÇÃO POPULAR/
2. POLÍTICAS PÚBLICAS/
3. URBANISMO, MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO/
4. GESTÃO PÚBLICA

Em sua aplicabilidade, as propostas se ajustam a partir de alguns princípios básicos:

1. **Participação** – além de ser um eixo, a participação é um dos principais princípios de nossas propostas. Em todas as ações da administração ela estará sempre presente, a partir da participação individual e/ou coletiva.
2. **Transversalidade** – temas darão a linha nas políticas a serem definidas pela administração JUVENIL e JUSSARA. Assim, quando falarmos de segurança, por exemplo, o assunto não estará restrito à pasta que leva esse nome ou é responsável por essa ação.
3. **Integração** – as secretarias não serão mais as pequenas “subprefeituras” dentro da prefeitura. Atuarão de forma integrada para a conquista dos objetivos da administração.
4. **Transparência** – A transparência nas ações públicas e na elaboração e execução do orçamento municipal é outro princípio muito importante em nossas propostas.
5. **Cuidado** – cuidar das pessoas, de seus sonhos e aspirações, de suas angústias e necessidades. Cuidar da cidade para que as pessoas se sintam bem dentro dela. Cuidar de nossas riquezas naturais, preservando e recuperando o que já foi destruído.

Com esses princípios fundamentais é que queremos apresentar nossas propostas na certeza de que o maior de nossos objetivos é lutar para uma cidade cada vez mais humana, acolhedora e feliz.

EIXO I – PARTICIPAÇÃO POPULAR:

Na Constituição Federal de 1988 houve a preocupação dos constituintes em garantir a participação popular nas administrações públicas. Porém, somente esta garantia legal não é suficiente para que as pessoas participem dos destinos de sua cidade.

Um de nossos compromissos é favorecer espaços contínuos de discussão com a população, oportunizando à mesma que tenha vez e voz na administração municipal.

Para ir ao encontro de toda população propomos o programa “Prefeitura nos Bairros”. Propomos a seguir a construção de espaços democráticos de participação, porém também entendemos fundamental a capacitação dos diversos atores da sociedade para implantar e implementar mecanismos verdadeiros, efetivos e resolutivos de participação.

Quando falamos de construir espaços democráticos de participação, propomos a criação de Conselhos Regionais de Participação. Os participantes destes Conselhos serão os atores principais das Conferências Municipais da Transparência.

E será assim: construindo coletivamente, procurando novos caminhos e novas oportunidades, que faremos de nossa cidade um exemplo de que é possível governar ouvindo o que o nosso povo tem a dizer!

Propostas:

1. Capacitar e instrumentalizar as Sociedades Amigos de Bairros (SABs)
2. Criar e capacitar os Conselhos Regionais.
3. Implantar as Conferências Municipais da Transparência
4. Criar e efetivar o Programa “Prefeitura nos Bairros”.
5. Garantir o protagonismo da juventude, por meio de espaços institucionais direcionados para este público.

EIXO II – POLÍTICAS PÚBLICAS:

Entendemos que grandes desafios da nossa sociedade não podem ser ingênua e pretensiosamente discutidos por uma ótica única, porém precisam ser encarados com responsabilidade e compromisso das diversas políticas públicas que são desenvolvidas pelo poder público e pela sociedade civil.

Dessa forma, propomos que o enfrentamento de grandes questões sociais sejam tratadas a partir da transversalidade das políticas públicas, ou seja, que estas questões devem ser trabalhadas a partir de ações que, deliberadas conjuntamente, encontrem mecanismos para a superação das demandas apresentadas pela sociedade.

Assim, entendemos que o Esporte, o Lazer, a Cultura, a Educação, a Saúde e a Assistência Social são fundamentais para a superação deste e de outros desafios que grandes questões sociais nos impõem. Somente com a integração dessas políticas, juntamente com a sociedade civil organizada – entidades civis e religiosas – será possível fortalecer os laços sociais e enfrentar tais problemáticas.

As propostas aqui apresentadas, portanto, partem desse princípio: preparar as estruturas de políticas públicas para o enfrentamento coletivo e integrado dos diversos problemas sociais vividos em nossa comunidade.

ASSISTÊNCIA SOCIAL: Para uma política pública que sempre foi entendida como caridade, este momento da Assistência Social é especial: é o momento de ressignificarmos essa política, oportunizando que toda população tenha acesso aos seus direitos e também tenha acesso aos critérios que facilitam esse acesso.

Propostas:

1. Estabelecer estratégias para consolidar o Sistema Único de Assistência Social (SUAS).
2. Atender prioritariamente os beneficiários dos programas de transferência de renda, com ações da Assistência Social que visem a emancipação das famílias.
3. Ampliar as ações do controle social da política de assistência social pública e privada (rede socioassistencial), investindo e instrumentalizando o Conselho Municipal de Assistência Social.
4. Ampliar o investimento financeiro da Assistência Social, para melhoria da rede socioassistencial (pública e privada).
5. Ampliar os polos de atendimento/CRAS.
6. Capacitar, instrumentalizar e equipar as Coordenadorias de Cidadania existentes, ampliando suas abrangências.
7. Discutir, implantar e implementar Políticas Municipais para:
 - a. Mulher e Questões de Gênero
 - b. Ações Afirmativas que Promovam a Igualdade Racial
 - c. Pessoa com Deficiência
 - d. Envelhecimento Saudável e Ativo
 - e. Juventude.

CULTURA: O principal dos princípios que nossas propostas procuram intensificar na CULTURA é a democratização em todos os seus níveis. Democratização que se estenda desde a estrutura pública até as mais simples manifestações existentes na cidade. Como sabemos, não é o poder público quem faz CULTURA: é o povo, são as pessoas. O poder público ajuda, incentiva, organiza e amplia seus horizontes.

Propostas:

1. Criar o Conselho Municipal de Cultura.
2. Implantar lei municipal de incentivo à cultura.
3. Recuperar e manter os Fóruns Municipais de Cultura.
4. Regulamentar a prática de Editais Públicos para produções culturais na cidade.
5. Inscrever a cidade no Sistema Nacional da Cultura, adaptando as leis municipais a ele.
6. Maior divulgação e dinamismo nos eventos e festas tradicionais já existentes, como a Romaria à Pirapora, Festa Setembrina, o Carnaval, Festa Ítalo Saltense, Festa Japonesa, Semana da Consciência Negra, Paixão de Cristo, dentre outras, ampliando a participação da população nas decisões.
7. Universalização do acesso e participação dos/nos bens culturais, garantindo a acessibilidade total a todas as produções e realizações no município.

EDUCAÇÃO: Todos sabemos que está na EDUCAÇÃO a preparação de nosso futuro. Entretanto poucos sabem como isso se dá no dia a dia. Todos esperam que a EDUCAÇÃO forme pessoas capacitadas para os avanços que necessitamos. Como isso se dá, poucos conhecem. As propostas aqui registradas procuram ampliar as possibilidades de participação e de avaliação do que é feito na EDUCAÇÃO.

Propostas:

1. Viabilizar práticas da Escola Integral.
2. Avaliar e aperfeiçoar as avaliações existentes e criar as ainda necessárias.
3. Priorizar a educação infantil enquanto espaço privilegiado da ação pedagógica.
4. Construir novas creches com estrutura de atendimento até cinco anos de idade.
5. Garantir política salarial específica que valorize o profissional da educação.
6. Aumentar a oferta de cursos e capacitações para os profissionais da educação.
7. Garantir o funcionamento das estruturas representativas da e na rede perante a secretaria.
8. Ampliar as políticas de inclusão de crianças com deficiência a partir de parcerias e investimentos em profissionais da rede.
9. Ampliar as vagas de formação profissional para a Educação de Jovens e Adultos.
10. Ampliar o uso de Tecnologias da Informação (TIs) para o avanço do processo pedagógico.

ESPORTE E LAZER: Seguramente uma das áreas mais carentes de atuação pública, o ESPORTE E LAZER necessitam de uma grande inversão no seu tratamento. Não é mais possível convivermos com tantas manifestações esportivas e de lazer pela cidade sem uma preocupação mais ativa do poder público para com elas. Está na hora de novas políticas que dinamizem e aumentem ainda mais, de forma organizada e participativa, os espaços, as modalidades e as manifestações esportivas e de lazer pela cidade.

Propostas:

1. Mapear a realidade esportiva da cidade.
2. Aumentar os recursos orçamentários para o esporte e lazer.
3. Apoiar e valorizar todas as modalidades esportivas amadoras.
4. Melhorar os campos de futebol existentes e construir novos nas regiões onde tem carência.
5. Promover atividades físicas e de lazer para a melhor idade.
6. Investir na acessibilidade dos espaços esportivos, bem como a inclusão e o incentivo de modalidades esportivas para pessoas com deficiência.
7. Provocar parcerias com faculdades (estágios supervisionados).
8. Incentivar a Cultura da Paz, em todos os projetos e atividades públicas.

SAÚDE:

1. Priorizar a Atenção Básica.
2. Aprimorar os Programas de Atenção Integral a Saúde.
3. Aderir e ampliar no município os programas e projetos do Governo Federal.
4. Participar da Política Nacional de Atenção Básica e interagir com a União e o estado no processo de fortalecimento da Atenção Básica.
5. Ações articuladas intersetoriais de Saúde Mental voltadas à prevenção e ao enfrentamento do uso abusivo de álcool e outras drogas.

6. Acesso qualificado aos serviços de diferentes complexidades por meio de mecanismos de regulação de consultas especializadas.
7. Fortalecer o acesso à Assistência Farmacêutica e estimular ações sobre o uso racional de medicamentos.
8. Reestruturar e ampliar o trabalho de Controle de Zoonoses.
9. Reestruturação física, técnica e operacional do Serviço 192 (Ambulância).
10. Ampliar os serviços, exames e procedimentos médicos do Hospital Municipal.
11. Implantação de Unidade de Pronto Atendimento.

EIXO III – URBANISMO, MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO:

A complexidade que cerca a vida em uma cidade é extremamente grande. As necessidades, aspirações, desejos, interesses e frustrações de seus habitantes são em números infundáveis. O papel do poder público é trabalhar no sentido de garantir que a vivência e a convivência sejam possíveis no espaço da cidade. Para isso – vivência e convivência harmoniosas – é necessário uma série de decisões, tomada de atitudes e discussões a fim de se chegar ao esperado por todos e cada um. Nossos avanços enquanto humanidade não nos permite mais pensar somente na maioria, ou pior, neste ou naquele grupo de interesses. Quando pensamos a cidade temos que ter a responsabilidade de pensar em cada cidadão e cidadã que nela vivem.

Neste capítulo as propostas de JUVENIL e JUSSARA trazem algumas boas novidades: a proposta da criação da Secretaria do Meio Ambiente e a Secretaria da Defesa Social, além da incorporação das políticas do Turismo na Secretaria do Desenvolvimento Econômico e do Trabalho. Tais mudanças, além de procurar fortalecer os temas são de fundamental importância na integração das políticas públicas pensada em todas as propostas aqui e nos demais eixos elencados.

ESTRUTURAÇÃO URBANA:

1. Realizar estudos, projetos e análises de viabilidade para a construção de um espaço público de eventos da cidade.
2. Integrar os espaços turísticos existentes aperfeiçoando os serviços de recepção e orientação do turista.
3. Investir na criação e estruturação do Departamento de Parques e Jardins.
4. Revitalizar as principais ruas do centro da cidade para dinamizar a convivência urbana.

MOBILIDADE:

1. Realizar estudos de engenharia de tráfego visando à diminuição do trânsito e melhorando a mobilidade urbana.
2. Implantar novos terminais de transporte coletivo, ligando as diversas regiões da cidade sem passar pelo Centro.
3. Aprimorar os serviços de manutenção, implantando sinalização viária horizontal, vertical e semafórica.
4. Melhorar as condições de acessibilidade nas calçadas e passeios públicos.

USO DO SOLO:

1. Ampliar áreas destinadas à expansão industrial, viabilizando a efetiva conclusão do novo distrito industrial.
2. Reduzir o déficit habitacional, buscando diferentes linhas de financiamento e ações de parcerias.
3. Criar as condições para o município aderir ao Sistema Nacional de Habitação.

MEIO AMBIENTE:

1. Criar a Secretária do Meio Ambiente.
2. Melhorar e ampliar a coleta seletiva.
3. Revisar e atualizar o Plano Diretor de Águas do município.
4. Ampliar e diversificar a cobertura das redes de abastecimento de água e do esgotamento sanitário no município.
5. Mapear as áreas degradadas do município, objetivando ações de recuperação.
6. Fortalecer o Conselho Municipal de Meio Ambiente.
7. Garantir o repasse estadual de recursos provenientes de compensações ambientais, como o ICMS ecológico.

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO:

1. Retomar as reuniões e debates do Conselho Municipal do Desenvolvimento Econômico e Social.
2. Dar prioridade para as ações do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) no município.
3. Incentivar espaços de relações internacionais.
4. Oportunizar políticas de estágios enquanto propulsoras do primeiro emprego.
5. Investir em qualificação profissional a partir de parcerias com o Senai, Senac...etc.
6. Assumir o setor de Turismo enquanto espaço propulsor de nosso desenvolvimento.
7. Fortalecer o Conselho Municipal de Turismo.

SECRETARIA DA DEFESA SOCIAL:

1. Criação da Secretaria na reforma administrativa proposta.
2. Valorizar o CONSEG e incentivar a criação de conselhos regionais para participação ativa da comunidade nas resoluções da secretaria.
3. Capacitar lideranças comunitárias para a ação de colaboração e acompanhamento das questões de segurança.
4. Preparar os profissionais da GCM para receber informações e orientar a população.
5. Implantar sistema de monitoramento por câmeras de vídeos.
6. Investir em equipamentos que auxiliem os profissionais da segurança em suas atividades.
7. Fortalecer as ações da Defesa Civil Municipal e manter o apoio ao Corpo de Bombeiros da cidade.

EIXO IV – GESTÃO PÚBLICA:

Um novo cenário vem se consolidando no mundo do trabalho, sobretudo nas administrações públicas municipais. Transformações tecnológicas, estruturais, econômicas e sociais exercem grandes impactos na vida das pessoas, sendo que estes impactos conseqüentemente refletem nas gestões por elas lideradas.

Apesar de essas transformações terem atingido indiscriminadamente todos os setores socioeconômicos, especificamente nos municípios, encontram-se características marcantes desse processo. Tais características sugerem a necessidade de novas concepções e abordagens sobre a gestão dos municípios.

Propostas:

1. Administração participativa e descentralizada visando à melhoria da qualidade de atendimento aos cidadãos.
2. A nova gestão pública será voltada para a eficiência, a eficácia e a efetividade do aparelho do município.
3. Valorização do Servidor Público.
4. Gestão Baseada em Processos:
 - 4.1. Prevenção de erros – melhoria contínua.
 - 4.2. Avaliações sistemáticas.
 - 4.3. Centro de qualificação permanente.
5. Plano de Modernização da Gestão Pública (PMGP).
 - 5.1. Executar diagnóstico das secretarias.
 - 5.2. Modernizar o processo de trabalho.
 - 5.3. Implantar um processo de mudança da cultura organizacional.
 - 5.4. Promover a revisão geral da legislação municipal que viabilize a desburocratização de todos os serviços públicos.
 - 5.5. Realizar reforma administrativa.

ANEXO II – PROGRAMAS APROVADOS NO PPA 2014-2017 – METAS E CUSTOS

Município de SALTO

ANEXO II DO PPA PPA 2014 – 2017

DESCRIÇÃO DOS PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS/METAS/CUSTOS

PROGRAMA: 0101 – GESTÃO PÚBLICA CÂMARA

UNIDADE RESPONSÁVEL: 01.01.01 - CÂMARA MUNICIPAL

OBJETIVO: Representar os interesses da sociedade, elaborando projetos de lei, que atendam suas diversas necessidades, discutir projetos de leis, bem como, aprová-los ou não, através de votação em plenário, transformando-os em leis municipais, exercer fiscalização, no tocante às leis aprovadas em plenário, se estas estão sendo cumpridas e executadas pelo Poder Executivo.

JUSTIFICATIVA: Garantir o funcionamento do legislativo, as atividades e buscar melhor eficiência das ações, além de transparência e controle público.

CUSTO ESTIMADO DO PROGRAMA - R\$				
2014	2015	2016	2017	TOTAL
4.994.000,00	5.493.400,00	6.042.740,00	6.647.014,00	23.177.154,00

METAS	PREVISÃO DE EVOLUÇÃO DOS INDICADORES POR EXERCÍCIO							
AÇÃO	INDICADOR	UNIDADE DE MEDIDA	ÍNDICE RECENTE	ÍNDICE FUTURO	2014	2015	2016	2017
01.01.01.01.031.0101.1001	UNIDADES REFORMADAS E AMPLIADAS	UNIDADE	0	1	1	1	1	1
01.01.01.01.031.0101.2001	SALÁRIOS E ENCARGOS PAGOS	MESES	12	12	12	12	12	12
01.01.01.01.031.0101.2002	SALÁRIOS E ENCARGOS PAGOS	MESES	12	12	12	12	12	12

Município de SALTO

ANEXO II DO PPA PPA 2014 – 2017 DESCRIÇÃO DOS PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS/METAS/CUSTOS

PROGRAMA: 0102 – GESTÃO PÚBLICA MODERNA, EFICIÊNCIA E TRANSPARENTE

UNIDADE RESPONSÁVEL: 02.02.01 - GESTÃO ADMINISTRATIVA - GOVERNO

OBJETIVO: Modernizar os procedimentos administrativos, gerir e planejar as ações governamentais, ampliar a capacidade de gerenciamento da gestão pública a fim de garantir eficiência e efetividade na prestação de serviços e ainda estimular a transparência e a gestão democrática das informações da gestão pública.

JUSTIFICATIVA: Para além de cumprir a Lei de Responsabilidade Fiscal e as normativas quanto a transparência pública, o programa centra-se na ampliação da capacidade de gerenciamento estratégico a fim de articulação de modo permanente da relação entre governo e sociedade possibilitando o estabelecimento de gestão voltada para resultados que tenha visão empreendedora e humanizada.

CUSTO ESTIMADO DO PROGRAMA - R\$				
2014	2015	2016	2017	TOTAL
37.367.300,00	25.407.600,00	27.760.600,00	30.038.000,00	120.573.500,00

METAS	PREVISÃO DE EVOLUÇÃO DOS INDICADORES POR EXERCÍCIO								
	AÇÃO	INDICADOR	UNIDADE DE MEDIDA	ÍNDICE RECENTE	ÍNDICE FUTURO	2014	2015	2016	2017
	02.01.01.28.845.0102.0060	CONTRIBUIÇÕES REALIZADAS	MESES	12	12	12	12	12	12
	02.05.01.04.123.0102.1260	UNIDADE MANTIDA	MESES	12	12	12	12	12	12
	02.04.01.04.122.0102.1425	CONSTRUÇÃO DE TORRE	UNIDADE	0	1	1	0	0	0
	02.01.01.04.122.0102.2010	SALÁRIOS E ENCARGOS PAGOS	MESES	12	12	12	12	12	12
	02.02.01.04.122.0102.2010	SALÁRIOS E ENCARGOS PAGOS	MESES	12	12	12	12	12	12
	02.03.01.04.122.0102.2010	SALÁRIOS E ENCARGOS PAGOS	MESES	12	12	12	12	12	12
	02.04.01.04.122.0102.2010	SALÁRIOS E ENCARGOS PAGOS	MESES	12	12	12	12	12	12

02.05.01.04.122.0102.2010	SALÁRIOS E ENCARGOS PAGOS	MESES	12	12	12	12	12	12
02.04.01.04.128.0102.2020	SERVIDORES CAPACITADOS	UNIDADE	0	1200	300	300	300	300
02.04.02.04.122.0102.2030	SERVIDORES ATENDIDOS	SERVIDORES	0	3660	3640	3650	3655	3660
02.05.01.04.123.0102.2050	UNIDADE MANTIDA	MESES	12	12	12	12	12	12
02.01.02.04.131.0102.2050	UNIDADE MANTIDA	MESES	12	12	12	12	12	12
02.02.01.04.122.0102.2050	UNIDADE MANTIDA	MESES	12	12	12	12	12	12
02.02.02.16.482.0102.2050	UNIDADE MANTIDA	MESES	12	12	12	12	12	12
02.03.01.04.122.0102.2050	UNIDADE MANTIDA	MESES	12	12	12	12	12	12
02.04.01.04.122.0102.2050	UNIDADE MANTIDA	MESES	12	12	12	12	12	12
02.01.01.04.122.0102.2050	UNIDADE MANTIDA	MESES	12	12	12	12	12	12
02.02.04.04.122.0102.2050	UNIDADE MANTIDA	MESES	12	12	0	0	0	12
02.02.03.16.482.0102.2055	PROJETOS EXECUTADOS	UNIDADE	0	1	1	0	0	0
02.04.01.04.131.0102.2061	DIVULGAÇÃO REALIZADA	MESES	12	12	12	12	12	12
02.01.02.04.131.0102.2062	DIVULGAÇÃO REALIZADA	MESES	12	12	12	12	12	12
02.02.01.04.131.0102.2062	DIVULGAÇÃO REALIZADA	MÊS	12	12	0	0	12	12
02.04.02.04.122.0102.2070	CONSUMO REALIZADO	MESES	12	12	12	12	12	12
02.04.02.04.122.0102.2080	CONSUMO REALIZADO	MESES	12	12	12	12	12	12
02.04.02.04.122.0102.2090	LOCAÇÕES REALIZADAS	MESES	12	12	12	12	12	12
02.02.01.04.122.0102.2510	ALUNOS TRANSPORTADOS	ALUNOS	0	110	95	100	106	110

Município de SALTO

ANEXO II DO PPA PPA 2014 – 2017 DESCRIÇÃO DOS PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS/METAS/CUSTOS

PROGRAMA: 0203 - FORMAR E VALORIZAR AS PESSOAS-SALTO EDUCADORA

UNIDADE RESPONSÁVEL: 02.06.01 - GESTÃO ADMINISTRATIVA - EDUCAÇÃO

OBJETIVO: Formar, educar e desenvolver as pessoas da creche à universidade; ampliar os espaços formativos e educativos do município voltados a educação formal (creches, escolas de ensino infantil e ensino básico I), a cultura e ao esporte; fomentar atividades culturais e esportivas descentralizadas em parceria com as unidades educacionais visando estimular atividades de contraturno a fim de desenvolver o potencial dos jovens cidadãos; investir em educação e formação artística e esportiva de qualidade ofertando espaços adequados e educadores estimulados e propulsores de novos talentos.

JUSTIFICATIVA: O município é responsável por cuidar da educação da creche à educação básica I e a intenção desse programa mais que criar vagas e garantir as necessárias, é criá-las e garanti-las com qualidade a fim de garantir aprendizado e ambiente profissional adequado aos educadores, profissionais da educação e educando. Frente aos desafios contemporâneos, a educação não pode ser compreendida somente nas unidades escolares, mas concebida como projeto integral em que as artes, a cultura e o esporte são imprescindíveis. O programa visa articular as três áreas (educação, cultura e esporte), uma vez que podem juntas instituir um modelo formativo humanizado e inclusivo que possibilite a redução das desigualdades sociais e o desenvolvimento humano, fortalecendo modelo de formação cidadão.

CUSTO ESTIMADO DO PROGRAMA - R\$				
2014	2015	2016	2017	TOTAL
91.483.347,46	84.263.658,00	103.020.887,52	101.334.792,94	380.102.685,92

METAS		PREVISÃO DE EVOLUÇÃO DOS INDICADORES POR EXERCÍCIO						
AÇÃO	INDICADOR	UNIDADE DE MEDIDA	ÍNDICE RECENTE	ÍNDICE FUTURO	2014	2015	2016	2017
02.06.01.12.122.0203.0030	CONTRIBUIÇÃO REALIZADA	MESES	12	12	12	12	12	12
02.06.03.12.361.0203.0030	CONTRIBUIÇÃO REALIZADA	MESES	12	12	12	12	12	12
02.06.08.12.365.0203.1060	UNIDADES CONSTRUIDAS	UNIDADES	1	1	0	0	0	1
02.06.09.12.365.0203.1060	UNIDADES CONSTRUIDAS	UNIDADES	1	1	0	0	0	1

02.06.02.12.365.0203.1060	UNIDADES CONSTRUÍDAS	UNIDADES	0	9	5	3	1	0
02.06.03.12.361.0203.1060	UNIDADES CONSTRUÍDAS	UNIDADE	0	5	2	1	1	1
02.06.06.12.365.0203.1060	UNIDADES CONSTRUÍDAS	UNIDADE	0	9	5	3	1	0
02.07.02.13.392.0203.1080	UNIDADES CONSTRUÍDAS	UNIDADE	0	2	1	1	0	0
02.07.03.13.392.0203.1080	UNIDADES CONSTRUÍDAS	UNIDADE	0	1	0	1	0	0
02.07.03.13.392.0203.1081	EQUIPAMENTOS ADQUIRIDOS	MESES	0	12	12	12	12	12
02.13.02.27.812.0203.1280	UNIDADES CONSTRUÍDAS	UNIDADE	0	1	1	0	0	0
02.13.03.27.812.0203.1280	UNIDADES CONSTRUÍDAS	UNIDADE	0	4	2	1	1	1
02.13.01.27.122.0203.2010	SALÁRIOS E ENCARGOS PAGOS	MESES	12	12	12	12	12	12
02.06.01.12.122.0203.2010	SALÁRIOS E ENCARGOS PAGOS	MESES	12	12	12	12	12	12
02.07.01.13.122.0203.2010	SALÁRIOS E ENCARGOS PAGOS	MESES	12	12	12	12	12	12
02.06.08.12.365.0203.2010	SALÁRIOS E ENCARGOS	MESES	12	12	0	0	0	12
02.06.09.12.365.0203.2010	SALÁRIOS E ENCARGOS	MESES	12	12	0	0	0	12
02.06.03.12.361.0203.2010	SALÁRIOS E ENCARGOS PAGOS	MESES	12	12	12	12	12	12
02.06.04.12.365.0203.2011	SALÁRIOS E ENCARGOS PAGOS	MESES	12	12	12	12	12	00
02.06.04.12.366.0203.2011	SALÁRIOS E ENCARGOS PAGOS	MESES	12	12	12	12	12	00
02.06.11.12.365.0203.2011	SALÁRIOS E ENCARGOS PAGOS	MESES	12	12	0	0	0	12
02.06.12.12.361.0203.2011	SALÁRIOS E ENCARGOS PAGOS	MESES	12	12	0	0	0	12
02.06.10.12.365.0203.2011	SALÁRIOS E ENCARGOS PAGOS	MESES	12	12	0	0	0	12
02.06.04.12.361.0203.2011	SALÁRIOS E ENCARGOS PAGOS	MESES	12	12	12	12	12	00
02.06.04.12.361.0203.2012	SALÁRIOS E ENCARGOS PAGOS	MESES	12	12	12	12	12	00

02.06.10.12.365.0203.2012	SALÁRIOS E ENCARGOS PAGOS	MESES	12	12	0	0	0	12
02.06.12.12.361.0203.2012	SALÁRIOS E ENCARGOS PAGOS	MESES	12	12	0	0	0	12
02.06.11.12.365.0203.2012	SALÁRIOS E ENCARGOS PAGOS	MESES	12	12	0	0	0	12
02.06.09.12.365.0203.2020	SERVIDORES CAPACITADOS	SERVIDORES	45	45	0	0	0	45
02.06.08.12.365.0203.2020	SERVIDORES CAPACITADOS	SERVIDORES	45	45	0	0	0	45
02.06.03.12.361.0203.2020	SERVIDORES CAPACITADOS	SERVIDORES	0	2200	1575	2015	2100	2200
02.06.02.12.365.0203.2020	SERVIDORES CAPACITADOS	SERVIDORES	0	85	75	80	85	0
02.06.01.12.122.0203.2030	SERVIDORES ATENDIDOS	SERVIDORES	0	5900	5800	5830	5850	5900
02.06.03.12.361.0203.2030	SERVIDORES ATENDIDOS	SERVIDORES	0	5900	5800	5830	5850	5900
02.06.06.12.365.0203.2050	UNIDADE MANTIDA	MESES	0	12	12	0	0	0
02.06.08.12.365.0203.2050	UNIDADE MANTIDA	MESES	12	12	0	0	0	12
02.06.09.12.365.0203.2050	UNIDADE MANTIDA	MESES	12	12	0	0	0	12
02.06.02.12.365.0203.2050	UNIDADE MANTIDA	MESES	12	12	12	12	12	00
02.06.03.12.361.0203.2050	UNIDADE MANTIDA	MESES	12	12	12	12	12	12
02.06.07.12.366.0203.2050	UNIDADE MANTIDA	MESES	12	12	12	12	12	12
02.06.05.12.361.0203.2050	UNIDADE MANTIDA	MESES	12	12	12	12	12	12
02.07.01.13.122.0203.2050	UNIDADE MANTIDA	MESES	12	12	12	12	12	12
02.13.01.27.122.0203.2050	UNIDADE MANTIDA	MESES	12	12	12	12	12	12
02.06.01.12.122.0203.2050	UNIDADE MANTIDA	MESES	12	12	12	12	12	12
02.06.01.12.122.0203.2061	DIVULGAÇÃO REALIZADA	MESES	12	12	12	12	12	12
02.06.03.12.361.0203.2061	DIVULGAÇÃO REALIZADA	MESES	12	12	12	12	12	12

02.06.03.12.361.0203.2070	CONSUMO REALIZADO	MESES	12	12	12	12	12	12
02.06.01.12.122.0203.2070	CONSUMO REALIZADO	MESES	12	12	12	12	12	12
02.06.01.12.122.0203.2080	CONSUMO REALIZADO	MESES	12	12	12	12	12	12
02.06.03.12.361.0203.2080	CONSUMO REALIZADO	MESES	12	12	12	12	12	12
02.06.02.12.365.0203.2090	LOCAÇÕES REALIZADAS	MESES	12	12	12	12	12	00
02.06.01.12.122.0203.2090	LOCAÇÕES REALIZADAS	MESES	12	12	12	12	12	12
02.06.01.12.365.0203.2090	LOCAÇÕES REALIZADAS	MESES	12	12	12	12	12	12
02.06.01.12.122.0203.2110	MANUTENÇÃO CONVÊNIO	MESES	0	12	12	12	12	12
02.06.01.12.122.0203.2220	REFEIÇÕES FORNECIDAS	REFEIÇÕES	0	3700	3643	3650	3660	3700
02.06.06.12.365.0203.2220	REFEIÇÕES FORNECIDAS	REFEIÇÕES	0	100	80	85	90	100
02.06.05.12.361.0203.2220	REFEIÇÕES FORNECIDAS	REFEIÇÕES	0	13200	13100	13120	13150	13200
02.07.03.13.392.0203.2260	ATIVIDADES REALIZADAS	ATIVIDADES	0	40	25	30	35	40
02.07.02.13.392.0203.2260	ATIVIDADES REALIZADAS	ATIVIDADES	0	40	25	30	35	40
02.13.02.27.812.0203.2280	PROJETOS REALIZADOS	MESES	0	12	12	12	12	12
02.13.03.27.812.0203.2280	PROJETOS REALIZADOS	MESES	0	12	12	12	12	12
02.07.02.13.392.0203.2470	PREMIAÇÕES REALIZADAS	UNIDADE	0	3	3	3	3	3
02.06.05.12.361.0203.2510	ALUNOS TRANSPORTADOS	ALUNOS	0	3650	3600	3620	3630	3650
02.06.02.12.365.0203.2510	ALUNOS TRANSPORTADOS	ALUNOS	0	106	95	100	106	00
02.06.03.12.361.0203.2510	ALUNOS TRANSPORTADOS	ALUNOS	5	4650	4600	4610	4630	4650

02.06.01.12.122.0203.2510	ALUNOS TRANSPORTADOS	ALUNOS	0	1900	1800	1820	1850	1900
02.06.01.12.362.0203.2510	ALUNOS ATENDIDOS	ALUNOS	100	100	25	25	25	25
02.06.01.12.365.0203.2510	ALUNOS TRANSPORTADOS	ALUNOS	0	100	25	25	25	25
02.06.08.12.365.0203.2510	ALUNOS TRANSPORTADOS	ALUNOS	60	60	0	0	0	60
02.06.06.12.365.0203.2510	ALUNOS	ALUNOS	100	100	25	25	25	25
02.06.09.12.365.0203.2510	ALUNOS TRANSPORTADOS	ALUNOS	50	50	0	0	0	50
02.06.05.12.361.0203.2550	ALUNOS ATENDIDOS	ALUNOS	0	200	200	0	0	0

Município de SALTO

ANEXO II DO PPA PPA 2014 – 2017 DESCRIÇÃO DOS PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS/METAS/CUSTOS

PROGRAMA: 0204 - INCLUIR E DESENVOLVER AS PESSOAS-SALTO INCLUSIVA

UNIDADE RESPONSÁVEL: 02.11.01 - GESTÃO ADMINISTRATIVA - AÇÃO SOCIAL E CIDADANIA

OBJETIVO: Incluir, desenvolver, cuidar e garantir uma existência cidadã aos munícipes de Salto é a intenção desse programa. Por meio de ações de garantia de renda, inclusão produtiva, acesso as serviços essenciais, oferecimento de qualificação profissional, fortalecimento de redes de economia solidária se pretende erradicar situações de extrema pobreza, garantir redução da desigualdade social e garantir inclusão e desenvolvimento humano e cidadãos das pessoas.

JUSTIFICATIVA: O município de Salto possui estimativa de cerca de 2.400 famílias vivendo na linha da pobreza (segundo dados do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome de 2013). A estimativa é que mais de 60% do total esteja já cadastrada e seja beneficiária dos programas sociais existentes no município. É, no entanto, imprescindível garantir que todas essas famílias (cadastradas ou não) que estejam sob o cuidado da política pública de ação social destinada a desenvolvê-las, estimulá-las a fim de que superem a situação de pobreza que as acometem. Um cidade para tornar-se desenvolvida deve mais que possibilitar o crescimento econômico, deve se desenvolver socialmente, o que inicia pelo cuidado aprimorado aos que se encontram em situação mais precária.

CUSTO ESTIMADO DO PROGRAMA - R\$				
2014	2015	2016	2017	TOTAL
6.892.997,15	6.409.875,20	5.756.975,20	8.581.905,20	27.641.752,75

METAS		PREVISÃO DE EVOLUÇÃO DOS INDICADORES POR EXERCÍCIO						
AÇÃO	INDICADOR	UNIDADE DE MEDIDA	ÍNDICE RECENTE	ÍNDICE FUTURO	2014	2015	2016	2017
02.11.02.08.244.0204.1370	UNIDADES CONSTRUIDAS	UNIDADE	00	02	01	01	00	00
02.11.03.08.244.0204.1370	UNIDADES CONSTRUIDAS	UNIDADES	00	02	01	01	00	00
02.11.01.08.122.0204.2010	SALÁRIOS E ENCARGOS PAGOS	MESES	12	12	12	12	12	12
02.11.01.08.122.0204.2050	UNIDADE MANTIDA	MESES	12	12	12	12	12	12
02.11.04.08.243.0204.2050	UNIDADE MANTIDA	MESES	12	12	12	12	12	12

02.11.05.08.241.0204.2050	UNIDADE MANTIDA	MESES	12	12	12	12	12	12
02.11.02.08.244.0204.2110	ATENDIMENTOS EFETUADOS	ATENDIMENTOS	756	756	756	756	756	756
02.11.02.08.244.0204.2120	ATENDIMENTOS EFETUADOS	FAMILIAS	20	20	20	20	20	20
02.11.02.08.244.0204.2130	FAMÍLIAS REFERENCIADAS	FAMILIAS	20	20	20	20	20	20
02.11.02.08.244.0204.2140	PROMOÇÃO A CIDADANIA	UNIDADES	0	8	8	8	8	8
02.11.02.08.244.0204.2160	ATENDIMENTOS EFETUADOS	FAMILIAS	20	20	20	20	20	20
02.11.02.08.244.0204.2170	ATENDIMENTOS EFETUADOS	ATENDIMENTOS	80	80	80	80	80	80
02.11.02.08.243.0204.2190	ATENDIMENTOS EFETUADOS	ATENDIMENTOS	48	48	48	48	48	48
02.11.02.08.244.0204.2520	ATENDIMENTOS EFETUADOS	ATENDIMENTOS	10	10	10	10	10	10
02.11.01.08.333.0204.2520	ALUNOS TRANSPORTADOS	QUANTIDADE	700	700	0	0	0	700
02.11.02.08.244.0204.2525	PROJETOS EXECUTADOS	PROJETOS	00	02	2	0	0	0
02.11.01.08.122.0204.2560	UNIDADE MANTIDA	MESES	12	12	0	0	0	12

Município de SALTO

ANEXO II DO PPA PPA 2014 – 2017 DESCRIÇÃO DOS PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS/METAS/CUSTOS

PROGRAMA: 0205 – CUIDAR DAS PESSOAS - SALTO SAUDÁVEL

UNIDADE RESPONSÁVEL: 02.08.01 - GESTÃO ADMINISTRATIVA - SAÚDE

OBJETIVO: Cuidar de maneira mais humana das pessoas por meio de ações que visem integrar o sistema de saúde, qualificar e ampliar os serviços oferecidos, diminuir as filas de espera, aperfeiçoar a qualidade do atendimento, aprimorar e modernizar a gestão administrativa da saúde e estimular visão acolhedora da saúde que cuide do ser humano como ser integral.

JUSTIFICATIVA: Garantir a ampliação do acesso com qualidade aos serviços de saúde, ampliando serviços, qualificando servidores e espaços, monitorando indicadores, aprimorando a administração e humanizando os tratamentos. É essencial para que a saúde se desenvolva no município, uma vez que ela é fomento e parte integrante do desenvolvimento da cidade, uma vez que pode propiciar crescimento, bem-estar e a melhoria das condições de vida de toda a população.

CUSTO ESTIMADO DO PROGRAMA - R\$								
2014	2015	2016	2017	TOTAL				
71.207.900,00	74.842.471,00	78.789.178,00	82.155.800,00	306.995.349,00				
METAS		PREVISÃO DE EVOLUÇÃO DOS INDICADORES POR EXERCÍCIO						
AÇÃO	INDICADOR	UNIDADE DE MEDIDA	ÍNDICE RECENTE	ÍNDICE FUTURO	2014	2015	2016	2017
02.08.01.10.122.0205.0030	CONTRIBUIÇÃO REALIZADA	MESES	12	12	12	12	12	12
02.08.01.10.122.0205.2010	SALÁRIOS E ENCARGOS PAGOS	MESES	12	12	12	12	12	12
02.08.06.10.301.0205.2010	SALÁRIOS E ENCARGOS PAGOS	MESES	12	12	12	12	12	12
02.08.07.10.302.0205.2010	SALÁRIOS E ENCARGOS PAGOS	MESES	0	12	12	0	0	0
02.08.09.10.305.0205.2010	SALÁRIOS E ENCARGOS PAGOS	MESES	0	12	12	0	0	0
02.08.01.10.122.0205.2030	SERVIDORES ATENDIDOS	SERVIDORES	0	2260	2200	2230	2250	2260

02.08.12.10.301.0205.2050	MANUTENÇÃO REALIZADA	MESES	12	12	12	12	12	12
02.08.11.10.301.0205.2050	MANUTENÇÃO REALIZADA	MESES	12	12	12	12	12	12
02.08.10.10.122.0205.2050	CONVÊNIOS REALIZADOS	MESES	12	12	12	12	12	12
02.08.02.10.301.0205.2050	UNIDADE MANTIDA	MESES	12	12	12	12	12	12
02.08.06.10.301.0205.2050	UNIDADE MANTIDA	MESES	12	12	12	12	12	12
02.08.03.10.302.0205.2050	UNIDADE MANTIDA	MESES	12	12	12	12	12	12
02.08.07.10.302.0205.2050	UNIDADE MANTIDA	MESES	12	12	12	12	12	12
02.08.05.10.304.0205.2050	UNIDADE MANTIDA	MESES	12	12	12	12	12	12
02.08.05.10.305.0205.2050	UNIDADE MANTIDA	MESES	12	12	12	12	12	12
02.08.09.10.304.0205.2050	UNIDADE MANTIDA	MESES	12	12	12	12	12	12
02.08.09.10.305.0205.2050	UNIDADE MANTIDA	MESES	12	12	12	12	12	12
02.08.01.10.122.0205.2050	CONVÊNIOS REALIZADOS	MESES	12	12	12	12	12	12
02.08.07.10.303.0205.2050	UNIDADE MANTIDA	MESES	12	12	12	12	12	12
02.08.08.10.303.0205.2050	UNIDADE MANTIDA	MESES	12	12	12	12	12	12
02.08.03.10.303.0205.2050	CONSUMO REALIZADO	MESES	12	12	12	12	12	12
02.08.01.10.122.0205.2061	DIVULGAÇÃO REALIZADA	MESES	12	12	12	12	12	12
02.08.01.10.122.0205.2070	CONSUMO REALIZADO	MESES	12	12	12	12	12	12
02.08.07.10.302.0205.2070	CONSUMO REALIZADO	MESES	12	12	12	12	12	12
02.08.06.10.301.0205.2070	CONSUMO REALIZADO	MESES	12	12	12	12	12	12
02.08.06.10.301.0205.2080	CONSUMO REALIZADO	MESES	12	12	12	12	12	12
02.08.07.10.302.0205.2080	CONSUMO REALIZADO	MESES	12	12	12	12	12	12

02.08.09.10.304.0205.2080	CONSUMO REALIZADO	MESES	12	12	12	12	12	12
02.08.09.10.305.0205.2080	CONSUMO REALIZADO	MESES	12	12	12	12	12	12
02.08.01.10.122.0205.2080	CONSUMO REALIZADO	MESES	12	12	12	12	12	12
02.08.01.10.122.0205.2090	LOCAÇÕES REALIZADAS	MESES	12	12	12	12	12	12
02.08.09.10.305.0205.2090	CONSUMO REALIZADO	MESES	12	12	12	12	12	12
02.08.09.10.304.0205.2090	CONSUMO REALIZADO	MESES	12	12	12	12	12	12
02.08.07.10.302.0205.2090	UNIDADE MANTIDA	MESES	12	12	12	12	12	12
02.08.06.10.301.0205.2090	CONSUMO REALIZADO	MESES	12	12	12	12	12	12
02.08.06.10.303.0205.2350	MEDICAMENTOS DISTRIBUIDOS	MESES	12	12	12	12	12	12
02.08.09.10.305.0205.2350	MEDICAMENTOS DISTRIBUIDOS	MESES	12	12	12	12	12	12
02.08.04.10.303.0205.2350	MEDICAMENTOS DISTRIBUÍDOS	MESES	12	12	12	12	12	12
02.08.08.10.303.0205.2350	MEDICAMENTOS DISTRIBUÍDOS	MESES	12	12	12	12	12	12

Município de SALTO

ANEXO II DO PPA PPA 2014 – 2017 DESCRIÇÃO DOS PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS/METAS/CUSTOS

PROGRAMA: 0306 - DESENVOLVER COM QUALIDADE DE VIDA-SALTO SUSTENTÁVEL

UNIDADE RESPONSÁVEL: 02.09.01 - GESTÃO ADMINISTRATIVA - DESENV. URBANO

OBJETIVO: Promover o crescimento da cidade de maneira ordenada, planejada e sustentável a partir de ações que estimulem o planejamento urbano da cidade, considerando seu crescimento econômico e social e que ainda possibilite a preservação do meio ambiente. Planejar o crescimento da cidade de maneira ordenada, planejada e sustentável a partir de ações que estimulem o planejamento urbano da cidade, considerando seu crescimento econômico e social e que ainda possibilite a preservação do meio ambiente. Planejar o crescimento viário, habitacional e econômico, sem deixar de vislumbrar a preservação e ampliação dos espaços verdes e a preservação do meio ambiente para consolidar modelo de crescimento com ampliação da qualidade de vida.

JUSTIFICATIVA: Planejamento, monitoramento e gestão são necessários para evitar o crescimento desordenado da cidade que não garanta vivência adequada aos cidadãos. A cidade vem ampliando, crescendo no setor industrial e serviço e é preciso monitorar e planejar para que a cidade mantenha e amplie sua qualidade de vida.

CUSTO ESTIMADO DO PROGRAMA - R\$									
2014	2015	2016	2017	TOTAL					
58.335.016,00	47.498.057,00	40.352.789,00	42.769.334,00	188.955.196,00					
METAS		PREVISÃO DE EVOLUÇÃO DOS INDICADORES POR EXERCÍCIO							
AÇÃO	INDICADOR	UNIDADE DE MEDIDA	ÍNDICE RECENTE	ÍNDICE FUTURO	2014	2015	2016	2017	
03.01.01.17.512.0306.0030	CONTRIBUIÇÃO REALIZADA	MESES	12	12	12	12	12	12	
02.12.03.23.695.0306.1085	PROJETOS IMPLANTADOS	UNIDADES	0	6	2	2	1	1	
02.12.02.23.695.0306.1085	PROJETOS IMPLANTADOS	UNIDADES	0	6	2	2	1	1	
02.15.02.18.541.0306.1330	PROJETOS REALIZADOS	MESES	0	12	12	12	12	12	
02.15.03.18.541.0306.1330	PROJETOS REALIZADOS	MESES	0	12	12	12	12	12	
02.12.02.23.122.0306.2010	SALÁRIOS E ENCARGOS PAGOS	MESES	12	12	12	12	12	12	

02.12.01.22.122.0306.2010	SALÁRIOS E ENCARGOS PAGOS	MESES	12	12	12	12	12	12
02.15.01.18.122.0306.2010	SALÁRIOS E ENCARGOS PAGOS	MESES	12	12	12	12	12	12
03.01.01.17.512.0306.2010	SALÁRIOS E ENCARGOS PAGOS	MESES	12	12	12	12	12	12
02.09.01.15.122.0306.2010	SALÁRIOS E ENCARGOS PAGOS	MESES	12	12	12	12	12	12
03.01.01.17.512.0306.2020	PERCENTUAL DE CAPACITAÇÃO ANO	%	0	100	0	0	50	50
03.01.01.17.512.0306.2030	SERVIDORES ATENDIDOS	MESES	0	12	12	12	12	12
03.01.01.17.512.0306.2040	PROJETOS EXECUTADOS	PROJETOS	0	7	4	2	1	0
03.01.02.17.512.0306.2040	PROJETOS EXECUTADOS	PROJETOS	0	7	4	2	1	0
03.01.02.17.512.0306.2045	UNIDADES MANTIDAS E EMPLIADAS	UNIDADES	0	143	41	37	34	31
03.01.01.17.512.0306.2045	UNIDADES MANTIDAS E EMPLIADAS	UNIDADES	0	143	41	37	34	31
03.01.01.17.512.0306.2050	UNIDADE MANTIDA	MESES	12	12	12	12	12	12
02.15.04.18.541.0306.2050	UNIDADE MANTIDA	MESES	12	12	12	12	12	12
02.15.01.18.122.0306.2050	UNIDADE MANTIDA	MESES	12	12	12	12	12	12
02.12.01.22.122.0306.2050	UNIDADE MANTIDA	MESES	12	12	12	12	12	12
02.12.02.23.122.0306.2050	UNIDADE MANTIDA	MESES	12	12	12	12	12	12
02.12.05.22.122.0306.2050	UNIDADE MANTIDA	MESES	12	12	12	12	12	12
02.09.01.15.122.0306.2050	UNIDADE MANTIDA	MESES	12	12	12	12	12	12
02.12.04.23.695.0306.2050	UNIDADE MANTIDA	MESES	12	12	12	12	12	12
02.12.02.23.695.0306.2585	FEIRA REALIZADAS	UNIDADE	0	1	0	0	0	1

Município de SALTO

ANEXO II DO PPA PPA 2014 – 2017

DESCRIÇÃO DOS PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS/METAS/CUSTOS

PROGRAMA: 0307 - CRESCER E PLANEJAR UMA CIDADE MAIS LIMPA E SEGURA -SALTO SEMPRE LIMPA E SEGURA

UNIDADE RESPONSÁVEL: 02.10.01 - GESTÃO ADMINISTRATIVA - OBRAS E SERV. PÚBLICOS

OBJETIVO: Garantir os serviços de manutenção de vias na cidade, aprimorar os serviços prestados, cuidar das vias públicas, prédios públicos e jardins, planejar aprimoramento da malha viária e manutenções, ampliar patrulhamento da Guarda Municipal da cidade, realizar ações de segurança nos prédios públicos, expandir e melhorar a relação da GM com a comunidade, planejar trânsito mais ordenado, realizar intervenções necessárias para solucionar problemas de tráfego que se anunciam, expandir as informações turísticas e as destinadas aos motoristas locais.

JUSTIFICATIVA: Cidade bem cuidada também é sinal de desenvolvimento. Bem cuidar é ter infraestrutura adequada no viário, calçadas adequadas, parques em ordem, prédios públicos organizados, trânsito seguro e bem informado e tranquilidade em caminhar nas ruas. Por meio do planejamento adequado, serviços públicos, trânsito e segurança constituem importantes aspectos do que se pode avaliar como desenvolvimento de uma cidade. Garantir cidade limpa e segura é foco do projeto de desenvolvimento municipal.

CUSTO ESTIMADO DO PROGRAMA - R\$									
2014	2015	2016	2017	TOTAL					
45.761.668,00	42.875.700,00	46.073.600,00	49.029.500,00	183.740.468,00					
METAS		PREVISÃO DE EVOLUÇÃO DOS INDICADORES POR EXERCÍCIO							
AÇÃO	INDICADOR	UNIDADE DE MEDIDA	ÍNDICE RECENTE	ÍNDICE FUTURO	2014	2015	2016	2017	
02.10.03.15.451.0307.1140	OBRAS REALIZADAS	UNIDADE	0	4	1	1	1	1	
02.10.02.15.451.0307.1140	OBRAS REALIZADAS	UNIDADE	0	4	1	1	1	1	
02.10.02.15.451.0307.1160	ILUMINAÇÃO PÚBLICA ADEQUADA	%	0	100	25	50	75	100	
02.10.03.15.451.0307.1170	PROJETOS REALIZADOS	UNIDADE	0	1	1	0	0	0	
02.10.02.15.451.0307.1170	PROJETOS REALIZADOS	UNIDADE	0	1	0	1	0	0	
02.10.03.15.451.0307.1180	ÁREAS DE LAZER CONSTRUÍDAS	UNIDADE	0	1	0	1	0	0	
02.10.02.15.451.0307.1180	ÁREAS DE LAZER CONSTRUÍDAS	UNIDADE	0	1	1	1	0	0	

02.10.02.15.451.0307.1190	PAVIMENTAÇÃO EXECUTADA	M2	0	700	100	150	150	200
02.10.03.15.451.0307.1190	PAVIMENTAÇÃO EXECUTADA	M2	0	100.000	100.000	0	0	0
02.10.03.15.451.0307.1195	OBRAS REALIZADAS	UNIDADE	0	1	1	1	0	0
02.10.02.15.451.0307.1195	OBRAS REALIZADAS	UNIDADE	0	1	1	1	0	0
02.10.01.15.122.0307.2010	SALÁRIOS E ENCARGOS PAGOS	MESES	12	12	12	12	12	12
02.14.01.06.122.0307.2010	SALÁRIOS E ENCARGOS PAGOS	MESES	12	12	12	12	12	12
02.14.02.06.122.0307.2010	SALÁRIOS E ENCARGOS PAGOS	MESES	12	12	12	12	12	12
02.14.02.06.122.0307.2050	UNIDADE MANTIDA	MESES	12	12	12	12	12	12
02.14.01.06.122.0307.2050	UNIDADE MANTIDA	MESES	12	12	12	12	12	12
02.14.01.06.122.0307.2050	UNIDADE MANTIDA	MESES	12	12	12	12	12	12
02.14.03.06.122.0307.2050	UNIDADE MANTIDA	MESES	12	12	12	12	12	12
02.10.01.15.122.0307.2050	UNIDADE MANTIDA	MESES	12	12	12	12	12	12
02.14.05.06.122.0307.2050	CONSUMO REALIZADO	MESES	12	12	12	12	12	12

Município de SALTO

ANEXO II DO PPA PPA 2014 – 2017 DESCRIÇÃO DOS PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS/METAS/CUSTOS

PROGRAMA: 0408 - ENCARGOS ESPECIAIS
UNIDADE RESPONSÁVEL: 02.05.01 - GESTÃO ADMINISTRATIVA - FINANÇAS
OBJETIVO: Garantir recursos necessários para pagamento de dívida pública, requisitórios e contribuição ao PASEP.
JUSTIFICATIVA: A administração deverá honrar com esses compromissos, para que não leve a uma série de sanções legais.

CUSTO ESTIMADO DO PROGRAMA - R\$								
2014	2015	2016	2017	TOTAL				
7.886.078,00	8.693.081,00	9.845.717,00	9.057.990,00	35.482.866,00				
METAS		PREVISÃO DE EVOLUÇÃO DOS INDICADORES POR EXERCÍCIO						
AÇÃO	INDICADOR	UNIDADE DE MEDIDA	ÍNDICE RECENTE	ÍNDICE FUTURO	2014	2015	2016	2017
02.05.02.28.846.0408.0010	REQUISITÓRIOS PAGOS	MESES	12	12	12	12	12	12
02.05.02.28.846.0408.0011	REQUISITÓRIOS PAGOS	MESES	12	12	12	12	12	12
02.05.02.28.845.0408.0030	CONTRIBUIÇÃO REALIZADA	MESES	12	12	12	12	12	12
02.05.02.28.843.0408.0040	DÍVIDA PAGA	MESES	12	12	12	12	12	12

Município de SALTO

ANEXO II DO PPA PPA 2014 – 2017 DESCRIÇÃO DOS PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS/METAS/CUSTOS

PROGRAMA: 9999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

UNIDADE RESPONSÁVEL: 02.05.02 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO

OBJETIVO: Para atender possíveis riscos e eventos fiscais imprevistos. Poderá ser utilizado no decorrer dos exercícios como fonte de recursos para abertura de créditos adicionais, caso não ocorram riscos.


JUSTIFICATIVA: A reserva de contingência é uma reserva legal conforme Art.5º, Inciso III da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101 de 04/05/2000).

CUSTO ESTIMADO DO PROGRAMA - R\$				
2014	2015	2016	2017	TOTAL
6.649.751,00	6.992.071,00	7.383.431,00	7.929.653,00	28.954.906,00

METAS		PREVISÃO DE EVOLUÇÃO DOS INDICADORES POR EXERCÍCIO						
AÇÃO	INDICADOR	UNIDADE DE MEDIDA	ÍNDICE RECENTE	ÍNDICE FUTURO	2014	2015	2016	2017
02.05.01.28.846.9999.9999	RESERVA MANTIDA	MESES	12	12	12	12	12	12



ANEXO III – APRESENTAÇÃO DAS SECRETARIAS

Secretaria Municipal de Educação



EDUCAÇÃO

Gestão Juvenil Cirelli







SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

ORÇAMENTO

ANO	Valor empenhado (\$)
2013	66.438.567,58
2014	72.648.499,41
2015	74.992.134,73
2016 (mês 9)	73.765.750,66 (*)
2017	73.794.198,87

(*) Incluído 32.493.968,11 do FUNDEB

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

ESTRUTURA FÍSICA

Espaços	Nº
Secretaria	01
CEMUS	14
Salas de Formação	05
Vinculadas	18
Auditório	01
Sala de Leitura e Pesquisa	01
Incisa	01
CEMAEE	01
Garagem	01
TOTAL	42



SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

VEÍCULOS

Quantidade	Tipo	Modalidade
01	Caminhão	Veículo Próprio
01	Van	Veículo Próprio
07	Micro-ônibus	Veículos Próprios
03	Micro-ônibus	Cedidos pelo Governo do Estado de São Paulo
01	Ônibus	Veículo Próprio
01	Voyage	Veículo Próprio
03	Unos	Veículos Próprios
01	Pálio	Veículo Próprio
02	Doblôs	Veículos Próprios
01	Kombi	Veículo Próprio



SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

ALUNOS

Segmento	Nº
Creche	2450
Pré-escola	2363
Fundamental	3982
EJA	314
Contabilidade	125
TOTAL	9234



SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

QUADRO DE SERVIDORES

Categoria	Nº
Professores	522
Secretários de escola	14
Aux. Administrativos / Monitores de informática	53
ADIs	537
Inspetores	60
Aux. de Serviços Gerais / Merendeiras	144



Continua ➔



SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

QUADRO DE SERVIDORES

Categoria	Nº
Chefes de Departamento	03
Chefes de setor	09
Motoristas	10
Gestores escolares	40
Coordenadores Pedagógicos	22
Total	1414 (47 milhões / ano – 66% do orçamento).



SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

✓ PROGRAMAS EM ANDAMENTO



SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

- **Creche Laguna – Convênio FNDE**
Vigência 04/2017

Nível	Vagas - creche	Vagas - pré
Creche	130	90



- **Paulo Tebaldi – Fiscal de obras – Vigência 10/17**



SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

A merenda é fornecida para alunos da creche, educação infantil, ensino fundamental, EJA e Contabilidade.

PREPARO MERENDA TRANSPORTADA

Providências - ADITAMENTO

Vigência até maio/2017

AGRICULTURA FAMILIARProvidências - CHAMADA
PÚBLICA

Vigência até dezembro/2016



SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

TRANSPORTE ESCOLAR

Tipo	Providências para 2017
Passe	empenho
Rural	Aditamento/licitação
Fretado (6 a 12 anos)	Aditamento
Ed. Infantil II e III	Aditamento/licitação
Deficientes	Aditamento
Frota Própria	-----



SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Transporte Escolar



SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

TRANSPORTE EXTRA CURRICULAR

- O transporte extracurricular, voltado à realização de expedições pedagógicas.

Providências - ADITAMENTO

Vigência até junho/2017



SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

LOCAÇÃO DE IMÓVEIS

Funcionamento	Providências para 2017
CEMAEE	Aditamento – Vigência até março/2017
Creche Divino	Aditamento – Vigência até outubro/2017
CEMUS VI	Aditamento – Vigência até agosto/2017

MANUTENÇÃO DE PRÉDIOS PRÓPRIOS

Sistema	Providências para 2017
Ata de Registro de Preços	Licitação



SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

VALORIZAÇÃO PROFISSIONAL REEMBOLSO

Típos	Providências para 2017
Graduação	Vigência até agosto/2017
Novas graduações	Abertura de processos para análise
Novas pós-graduações	Abertura de processos para análise

PORTAL EDUCACIONAL

Pregão Presencial	Providências para 2017
Empresa ganhadora	Vigência até maio/2017



SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

LEI Nº 3333 - 04 DE JULHO DE 2014

AUXÍLIO PECUNIÁRIO REPASSADO ÀS APMs DAS UNIDADES ESCOLARES MUNICIPAIS

REPASSE EM 2 PARCELAS

1º SEMESTRE / 2º SEMESTRE



SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

✓ AÇÕES REALIZADAS



SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO

- Foram realizadas **reformas** nas Unidades de Creche, somando **\$807.854,62** de investimento. Entre elas, destacam-se as realizadas nas **creches do Marília, da Nações, da Vila Ideal, da Vila Norma e do Bela Vista.**



SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

- Creche e Pré-escola Marília - \$ 117.096,00



SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

- Creche Nações - \$ 143.806,04



SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

- Creche e Pré escola Vila Ideal - \$98.704.54



SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

- Creche e Pré-escola Vila Norma - \$ 77.300,00



SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

- Creche Bela Vista - \$ 178.701,36



SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

AMPLIAÇÃO DAS VAGAS

Nível	Vagas - creche	Vagas - pré
Creche	560	500
Pré-escola	-	225

- **Em funcionamento:** Santa Efigênia, Nair Maria, Mirante dos Ipês, Planalto e São Gabriel.



SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

AMPLIAÇÃO DAS VAGAS



SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

AMPLIAÇÃO DAS VAGAS



SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

AMPLIAÇÃO DAS VAGAS

- Inaugurar: Sol D' Icarai e Soberano.

Nível	Vagas - creche	Vagas - pré
Creche	260	180



Sol D' Icarai



Soberano



SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

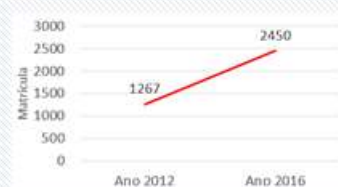
- No total **ampliamos 1725 vagas**, totalizando um investimento de **\$ 14.519.124,65** de recursos federais, estaduais e **municipais**.



SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

AMPLIAÇÃO DE MATRÍCULAS

- As matrículas em creche cresceram **93.3%** neste período.



SECRETARIA DE EDUCAÇÃO



CARTÃO MATERIAL ESCOLAR

Ano	Nº alunos	Nº papelaria	Valor (\$)
2014	6.810	20	1.224.598,20
2015	7705	21	1.265.974,58
2016	7149	21	1.236.010,97

- Investimento de \$ **3.726.583,75** de recursos federais e municipais, melhorando a auto - estima dos alunos, a qualidade dos materiais e a economia local.



SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

PROJETOS PEDAGÓGICOS

Ao longo destes anos realizamos **14** Projetos ou Programas Pedagógicos, com algumas parcerias e um investimento de \$ **684.438,00**.

- Oficinas no contra turno: **vigência até setembro/16**
- Amigos do Zippy : **vigência até dezembro/16**
- Programa Ed. Infantil – Avisa Lá: **vigência até julho/17**
- Tablet na escola



SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

CONVÊNIOS

- ADEVISA: **vigência até dezembro/16**
- INSTITUTO ZOOM : **vigência até dezembro/16**
- APAE - subvenção: **vigência até dezembro/16**
- APAE – transporte de alunos: **vigência até dezembro/16**

Providências para 2017

Licitação



SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

VALORIZAÇÃO PROFISSIONAL

- Implantação do **1/3 da jornada docente** – LEI 3396 – DE 03 DE DEZEMBRO DE 2014, **sem aluno**, beneficiando 509 professores, com um impacto de \$ 478.693,48 /ano, na folha de pagamento.
- **Ampliação da Avaliação de Desempenho**, com a inclusão dos professores readaptados, gestores escolares, coordenadores pedagógicos e supervisores de educação.



SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

LEI Nº 3472 - 26 DE JUNHO DE 2015

PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DA ESTÂNCIA
TURÍSTICA DE SALTO – LEI 2980 – 02 DE
DEZEMBRO DE 2009

ADEQUAÇÕES ÀS METAS E ESTRATÉGIAS
ESTABELECIDAS EM CONFORMIDADE COM O PLANO
NACIONAL DE EDUCAÇÃO



SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

VALORIZAÇÃO PROFISSIONAL

Neste período foram realizadas **135 ações formativas**, para os diferentes profissionais do magistério:

- **Jornadas Pedagógicas**
- **PNAIC** (Programa Nacional da Alfabetização na Idade Certa).
- **Formações Específicas**



SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

GESTÕES PARTICIPATIVAS

CAE – CONSELHO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

CME – CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

FUNDEB - FUNDO DE MANUTENÇÃO E
DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E
DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA
EDUCAÇÃO



SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

IDEB - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - 2015

INEP Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Arnon Teixeira

IDEB
Índice de Desenvolvimento
da Educação Básica

IDEB - Resultados e Metas

Filtros de Pesquisa

Resultado: Município: UF: SF:

Município: SALTO Rate de ensino: Municipal

Série / Ano: Total

4ª série / 5º ano 5ª série / 5º ano

Município	Idex Observado					
	2005	2007	2009	2011	2013	2015
Salto	5.2	5.6	5.5	5.6	5.9	6.6



Secretaria Municipal de Cultura



CULTURA

Gestão Juvenil Cirelli



SECRETARIA DE CULTURA

Setores da Secretaria

- **Diretoria de Cultura**
- **Biblioteca Municipal**
- **Casa da Cultura**
- **Conservatório Municipal**
- **Museu da Cidade de Salto**
- **Sala Palma de Ouro**



SECRETARIA DE CULTURA

✓ ESTRUTURA FÍSICA

- Sede da Secretaria	- Auditório Maestro Gaó
- Casa da Cultura	- Biblioteca Municipal
- Museu da Cidade de Salto	- Biblioteca Lico Valle
- Museu de Lavras	- Sala Palma de Ouro
- Sala Giuseppe Verdi	- Pavilhão das Artes
- Conservatório Municipal	-Praça XV de Novembro



SECRETARIA DE CULTURA

✓ QUADRO DE SERVIDORES

Categoria Profissional	Nº
Assistente técnico 2	02
Auxiliares administrativos	10
Auxiliar de Desenvolvimento Infantil	01
Auxiliar de Serviços Gerais	16
Bibliotecário	02
Chefe de Gabinete	01
Coordenador Técnico	03
Diretor de Departamento	01



SECRETARIA DE CULTURA

✓ QUADRO DE SERVIDORES

Categoria Profissional	Nº
Diretor de Divisão	02
Historiador	02
Monitor Cultural	02
Monitor de iniciação musical	01
Motorista	01
Oficial de Manutenção	01
Professor de Dança	06



SECRETARIA DE CULTURA

✓ QUADRO DE SERVIDORES

Categoria Profissional	Nº
Professores instrumentistas	25
Secretária de Escola	02
Secretário Municipal	01
Técnico de Som e Iluminação	06
Técnico em Administração	01
Total	86



SECRETARIA DE CULTURA

✓ DADOS ORÇAMENTÁRIOS

ANO	Valor empenhado (\$)
2013	5.144.607,18
2014	5.041.742,18
2015	5.251.575,64
2016 (mês 9)	5.558.797,35
2017 (Orçado)	5.478.320,90



SECRETARIA DE CULTURA

✓ VEÍCULOS

Veículo	Ano	2013 01/01/2013	2016 10/11/2016	Diferença	Média mensal – 47 meses
Uno	2006	195.000 Km	216.000 Km	21.000 Km	446,80 Km
Kombi	2010	85.668 Km	149.508 Km	63.840 Km	1.358, 39 Km



SECRETARIA DE CULTURA



SECRETARIA DE CULTURA

✓ INSTÂNCIAS DE PACTUAÇÃO

- Conselhos:

1 - Conselho Municipal de Políticas Culturais - CMPC

2 - Conselho Municipal de Defesa do Patrimônio Cultural - CONDEPAC



SECRETARIA DE CULTURA

✓ AÇÕES REALIZADAS



SECRETARIA DE CULTURA

CMPC Salto 
Conselho Municipal de Políticas Culturais de Salto

- Implantação de Políticas Públicas na Área da Cultura
- Criação do Conselho Municipal de Políticas Culturais



SECRETARIA DE CULTURA



- Realização de Editais Públicos – Editais de fomento direto para ações culturais: 24 projetos contemplados e investimento de 450 mil reais.
- Edital com base na Lei de Incentivo à Cultura – 255 mil reais



SECRETARIA DE CULTURA



Realização de eventos tradicionais

- Paixão de Cristo – 4 edições – Público atendido 25 mil
- Festa do Salto – 4 edições – Público atendido 25 mil
- Festa Ítalo – Saltense – 4 edições – Público atendido 20 mil
- Festa Nipo-brasileira – 4 edições – Público atendido 25 mil

Criação de novos eventos

- Festa Nordestina; FEMUGO; Cultura É+



SECRETARIA DE CULTURA

Mostra Estudantil de Teatro – 4 edições com um total de 41 escolas participantes e com um público de 39.708 pessoas.



SECRETARIA DE CULTURA

Prêmio Moutonée de Poesia – 2 edições com um total de 786 participantes.



SECRETARIA DE CULTURA

Ações culturais no Pavilhão das Artes – Pavilhão do Rock, Pavilhão Retro e outros – Aprox. 30 mil pessoas



SECRETARIA DE CULTURA

Oficina de fotografia com moradores de rua



SECRETARIA DE CULTURA

Criação do Projeto Segunda Seis e Meia – 42 apresentações com um público de 700 pessoas;



SECRETARIA DE CULTURA

**Lançamentos de livros – 18 eventos/
público: 420 pessoas**



SECRETARIA DE CULTURA

- **Ações permanentes (2013– 2016):**
- **Curso de Férias – Parceria com a Cia de Dança Faces Ocultas – 3200 pessoas**



SECRETARIA DE CULTURA



Rodas de Conversas – Parceria com o Grupo de Mulheres Negras de Salto – média de 120 pessoas/ano



SECRETARIA DE CULTURA

Oficinas Culturais (2013 – 2016)
1064 pessoas atendidas na Casa da Cultura.



SECRETARIA DE CULTURA

Ações permanentes (2013 – 2016)

- ❖ Alunos (números totais/média ano)
- ❖ Pré-inscrições¹ – 3790 inscrições/948 alunos
- ❖ Novos Alunos – 1647 alunos/412 alunos
- ❖ Rematrículas – 2321 alunos/580 alunos
- ❖ Total de alunos – 3.968 alunos/992 alunos

¹2015 não houve período de pré-inscrições.



SECRETARIA DE CULTURA

Audições internas – 83 edições



SECRETARIA DE CULTURA

- o Apresentações artísticas – 53 apresentações/período
- o Manutenção de grupos artísticos – média de 13 grupos ativos com apresentações para um público de 3500 pessoas/ano



SECRETARIA DE CULTURA

Criação da Orquestra Sinfônica do Conservatório Maestro Henrique Castellari



SECRETARIA DE CULTURA

6 projetos ao longo de 2013 – 2016 com público de 3.760 pessoas.



SECRETARIA DE CULTURA

- Formação jurídica da Associação de Amigos do Conservatório (2013)
- Registro da Associação de Amigos do Conservatório (jan. 2014)
- Conquista do Selo Social pela Associação de Amigos do Conservatório (2016)
- Reforma do Prédio do Conservatório.



SECRETARIA DE CULTURA

Modernização da Exposição de Longa Duração do Museu da Cidade de Salto "Ettore Liberalesso"



SECRETARIA DE CULTURA

Projeto “Uma Noite no Museu” – 4 edições com público de 250 pessoas.



SECRETARIA DE CULTURA

Projeto Curadoria Coletiva em parceria com a Secretaria de Estado da Cultura – Exposição Sinais: Heranças e Andanças.



SECRETARIA DE CULTURA

Capacitações de setores educativos das cidades da região



SECRETARIA DE CULTURA



- Palestras no Encontro Paulista de Museus
- Projeto de Organização do Departamento de Documentação e Pesquisa (2013)
- Museus Municipais e Novas Narrativas (2014)
- Projeto Curadoria Coletiva (2015)
- Projeto de Reestruturação da Reserva Técnica e Implantação do Centro de Conservação (2016)



SECRETARIA DE CULTURA

Coleta de depoimentos com os frequentadores da Sociedade Instrutiva e Recreativa José do Patrocínio



SECRETARIA DE CULTURA

Início do Inventário das peças do Museu – Acervo composto por 2500 peças/454 peças inventariadas.





SECRETARIA DE CULTURA

- **Projeto Modernização e adequação da iluminação da exposição de longa duração do Museu da Cidade de Salto**

Resumo

O projeto tem como objetivo modernizar a iluminação da exposição de longa duração do Museu da Cidade de Salto, com o intuito de melhorar a interação com o público visitante e de garantir de forma correta a preservação do acervo exposto, através de uma iluminação devidamente construída para a exposição.



SECRETARIA DE CULTURA

Proponente

Amanda Aparecida Vieira Lopes

Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/5033980477918103>

Técnica em Design de Interiores pela ETEC Fernando Prestes (2010) e graduada Bacharel em Arquitetura e Urbanismo pelo Centro Universitário Nossa Senhora do Patrocínio (2015).

Atualmente, é arquiteta colaboradora na empresa Santoro Arquitetura & Construtora e, arquiteta proprietária no escritório Amanda Lopes Arquitetura & Urbanismo, desenvolvendo projetos residenciais, comerciais e institucionais.

Foi a arquiteta responsável pelo acompanhamento e execução das reformas no projeto de reestruturação da reserva técnica do Museu da Cidade de Salto "Ettore Libera Iesso"



SECRETARIA DE CULTURA

Ações do Projeto

Etapa 1

• Troca da estrutura elétrica – A primeira etapa consistirá na análise do sistema elétrico da instituição e, se necessária, a realização das trocas de fios, disjuntores e trilhos para o funcionamento correto da iluminação, garantindo a segurança do prédio e a do acervo.

Etapa 2

• Instalação de novas luminárias e luzes dirigidas – Após a troca estrutural, o projeto realizará a instalação das luminárias fixas, de luz fluorescente para dias em que a instituição estiver fechada ao público, e a instalação das luzes direcionais, para melhorar a experiência do visitante na exposição e garantir a incidência correta de raios UV e luminescências nas obras expostas.



SECRETARIA DE CULTURA

97 eventos gratuitos na Sala Giuseppe Verdi para um público de 23.366 pessoas.



SECRETARIA DE CULTURA

- 641 espetáculos com um público de 167.055 pessoas.
- 358 gratuitos para um público de 76.883 pessoas



SECRETARIA DE CULTURA

- Exposições artísticas
- 39 exposições no período 2013 – 2016



SECRETARIA DE CULTURA

- Oficinas e Workshops
- 23 oficinas e/ou workshops gratuitos



Secretaria Municipal de Esporte e Lazer

ESPORTES

Gestão Juvenil Cirelli

SECRETARIA DE ESPORTES E LAZER

✓ ESTRUTURA FÍSICA

- **Sede da Secretaria**
Av. Dom Pedro II, 17 – Centro (Desde 2013)
- **Ginásio Municipal “João Sebastião Ferraro”** (Reformado – 2015/2016)
Rua Sete de Setembro, 340 – Vila Henrique
- **Estádio Municipal “Amadeu Mosca”** (Reformado – 2015/2016)
Rua João XXIII, s/nº - Vila Flora
- **Centro Esportivo “João Luiz Guarda”** (Reformado – 2014/2015)
Av. Eurico Gaspar Dutra, 475 – Jd. Bandeirantes

SECRETARIA DE ESPORTES E LAZER

✓ ESTRUTURA FÍSICA

SECRETARIA DE ESPORTES E LAZER

✓ **ESTRUTURA FÍSICA**

- Centros de Lazer (14):
- Bairro CECAP – “Profº José Carlos Buglia” (Reformado – 2014)
- Bairro Bom Retiro – “Geraldo José Fabri” (Reformado – 2015/2016)
- Bairro Salto de São José
- Bairro Jd. Elizabeth (2) (Reformados – 2015/2016)
- Bairro Jd. Maria José – “Profº Edmur Ignácio Sala”
- Bairro Jd. das Nações – “Arlindo Bonardi” (Reformado – 2014)
- Bairro Jd. Santa Cruz (2) (Reformados – 2014)
- Bairro Jd. São João (Reformado – 2015)
- Bairro Jd. Nova Era (Reformado – 2015)



SECRETARIA DE ESPORTES E LAZER

✓ **ESTRUTURA FÍSICA**

- Bairro Jd. Santa Efigênia – “José Floriano” (Reformado – 2014)
- Bairro Jd. Independência (Novo – 2015)
- Bairro Jd. Marília (Novo – 2016)
- Bairro Vila Flora (Reformado – 2016)
- Bairro Jd. Nair Maria (Novo – 2016)



SECRETARIA DE ESPORTES E LAZER

✓ **ESTRUTURA FÍSICA**



SECRETARIA DE ESPORTES E LAZER

✓ Veículo

- Veículo próprio: 01 Kombi



SECRETARIA DE ESPORTES E LAZER

✓ QUADRO DE SERVIDORES

Categoria Profissional	Nº
Auxiliares de Serviços Gerais	12
Motorista	01
Médico	01
Chefes de Setor	02
Chefe de Gabinete	01
Assistentes Administrativos I	02
Diretor de Departamento	00
Diretor de Divisão	01



SECRETARIA DE ESPORTES E LAZER

✓ QUADRO DE SERVIDORES

Categoria Profissional	Nº
Estagiários de Ensino Médio	01
Técnicos de Esportes	19
Assistentes Técnicos II	02
Oficial de Manutenção – Encanador	01
Oficial de Manutenção – Marceneiro	01
Oficial de Manutenção – Jardineiro	01
Total	45



SECRETARIA DE ESPORTES E LAZER

✓ **DADOS ORÇAMENTÁRIOS**

ANO	Valor empenhado (\$)
2013	2.234.293,30
2014	3.962.317,01
2015	3.214.319,35
2016 (mês 9)	4.218.058,64
2017 (Orçado)	5.957.784,73



SECRETARIA DE ESPORTES E LAZER

✓ **OBRAS EM ANDAMENTO**

- Centro de Lazer – Jd. Bom Retiro
- Estádio Municipal “Amadeu Mosca”



SECRETARIA DE ESPORTES E LAZER

✓ **Contratos**

- Prestação de Serviços de Arbitragem.
Vencimento: Março/2017
- Produtos para limpeza e manutenção da piscina.
Vencimento: Maio/2017
- Refeição para funcionários à serviço em Hora Extra.
Vencimento: Fevereiro/2017
- Serviço de Transporte para atletas.
Vencimento: Abril/2017
- Fornecimento de troféus e medalhas.
Vencimento: Abril/2017
- Locação de imóvel onde está instalada a Secretaria de Esportes.
Vencimento: Março/2017



SECRETARIA DE ESPORTES E LAZER

✓ AÇÕES REALIZADAS

ESCOLAS DE ESPORTES

- 20 Modalidades Esportivas e de Qualidade de Vida:
Musculação, BMX, Atletismo, Tênis de Mesa, Basquete, Voleibol, Caratê, Judô, Taekwondo, Handebol, Futsal, Handebol de Areia, Futebol Americano, Voleibol Adaptado, Futebol, Natação, Ginástica Artística, Pilates, Futsal e Luta de Braço.
- As modalidades participam de competições vinculadas a Ligas e Federações.



SECRETARIA DE ESPORTES E LAZER

✓ AÇÕES REALIZADAS

ESCOLAS DE ESPORTES



SECRETARIA DE ESPORTES

✓ EVENTOS DE LAZER
2013-2016

- Amistosos de Futebol
- Dia do Desafio
- Passeio Ciclístico
- Festa – Dia das Crianças
- Dia do Idoso
- Esporte para Todos

✓ EVENTOS COMPETITIVOS
2013-2016

- Copa Salto de Sumô – Judô
- Copa Salto de Taekwondo – Karatê
- Olimpíada do Trabalhador Saltense
- Campeonato Municipal de Truco – Bocha
- Circuito de Corrida Pedestre
- Festival de Atletismo – PCD
- Campeonato Amador de Futebol A, B e Veterano
- Jogos Regionais/ Jogos Abertos
- Jogos Regionais do Idoso/ Jogos Abertos do Idoso



SECRETARIA DE ESPORTES

✓ EVENTOS DE LAZER E COMPETITIVOS
2013-2016



SECRETARIA DE ESPORTES E LAZER

✓ **TOTAL ATENDIDOS**
2013-2016

11.072 MUNICÍPIES



Secretaria Municipal de Ação Social e Cidadania



SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL E CIDADANIA

✓ ESTRUTURA FÍSICA

- Sede da Secretaria
- 04 Centro de Referência de Assistência Social - CRAS
- 01 Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS
- 02 Polos de Atendimento (Jd. Bom Retiro e São de São José)
- Casa da Cidadania
- Conselho Tutelar



SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL E CIDADANIA

✓ FROTA DE VEÍCULOS

- Veículos próprios:

03 veículos alocados na secretaria

01 veículo alocado no Conselho Tutelar



SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL E CIDADANIA

✓ **QUADRO DE SERVIDORES**

Categoria Profissional	Nº
Assistentes Sociais	17
Psicólogos	06
Advogado	01
Coordenadores Técnicos	05
Suporte Técnico	09
Auxiliares Administrativos	18
Motoristas	04
Auxiliar de Serviços Gerais	10

SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL E CIDADANIA

✓ **QUADRO DE SERVIDORES**

Categoria Profissional	Nº
Estagiários de ensino médio	02
Estagiários de nível superior	02
Conselheiros Tutelares	05
Coordenadores das Coordenadorias	05
Diretoras	03
Chefe de Gabinete	01
Total	88



SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL E CIDADANIA

✓ **DADOS ORÇAMENTÁRIOS**

ANO	Valor empenhado (\$)
2013	4.643.134,76
2014	5.583.082,38
2015	6.491.924,31
2016 (mês 9)	6.032.319,92
2017 (Orçado)	7.416.155,88



SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL E CIDADANIA

✓ PROGRAMAS EM ANDAMENTO

- Construção do Centro de Referência de Assistência Social – CRAS **no Jardim Marília**
- Construção do Centro de Referência de Assistência Social – CRAS **no Jardim Salto de São José**
- Centro de Convivência do Idoso – CCI **na Vila Romão**
- Aperfeiçoamento da área de vigilância socioassistencial na gestão com o Instituto Federal de São Paulo – IFSP – unidade Salto (implantação de um sistema on line – acordo de cooperação técnica).

SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL E CIDADANIA

✓ CONTRATOS EM VIGÊNCIA 2017

- **Empresas:**

Rariz (atividades: ginástica, ballet, canto coral*) – término abril/2017.

Saberes (contação de histórias) – término em maio/2017.

Kelly ME (monitoria) - término em maio/2017.

*Finalizará em janeiro/2017

**Atividades executadas no SCFV



SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL E CIDADANIA

✓ INSTÂNCIAS DE PACTUAÇÃO

- Conselhos:

- 1 - Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS
- 2 - Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA
- 3 – Conselho Municipal da Juventude - CMJ
- 4- Conselho Municipal das Pessoas com Deficiência de Salto - CMPDS

SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL E CIDADANIA

✓ INSTÂNCIAS DE PACTUAÇÃO

- 5 – Conselho Municipal da Pessoa Idosa – CMPI
- 6 – Conselho Municipal de Participação de Igualdade Racial – COMPIR
- 7 – Conselho Municipal dos Direitos da Mulher - CMDM

✓ AÇÕES REALIZADAS



SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL

**REALIZAÇÃO DO II SEMINÁRIO
MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL

Trabalhadores em capacitação contínua para atendimento qualificado à população.

Ampliação do debate sobre a Assistência Social no município.



SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL

Ampliamos a utilização do Cadastro Único para:

- Programa Bolsa Família - PBF
- Tarifa social de energia elétrica
- Doméstica para acesso ao INSS
- Programa Minha Casa Minha Vida
- Vinculação de pessoas que usam os serviços da assistência social



SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL

SASC - GESTÃO DE CADASTRO ÚNICO E PROGRAMAS SOCIAIS:



Fonte: CECAD



SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL

SASC – GESTÃO DO PBF - Valores injetados na econômica saltense através do PBF

Ano	Valor Anual	Média Mensal
2013	R\$ 2.769.800,00	R\$ 230.817,00
2014	R\$ 2905.957,00	R\$ 242.164,00
2015	R\$ 3.339.030,00	R\$ 278.252,00
2016	R\$ 1.447.919,00	R\$ 241.319,00*

*Média de 06 meses

Fonte: CECAD



SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL

SASC – GESTÃO DE BENEFÍCIOS
BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA - BPC

Valores injetados na economia local por meio do BPC

SEGMENTO	QUANTIDADE (ATIVOS)	R\$/ANO
PESSOAIDOSA	755	R\$ 7.972.800,00
PESSOA COM DEFICIÊNCIA	622	R\$ 6.568.320,00

Fonte: SNAS



SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL

SASC – GESTÃO DE BENEFÍCIOS
BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA - BPC

Valores injetados na economia local por meio do BPC

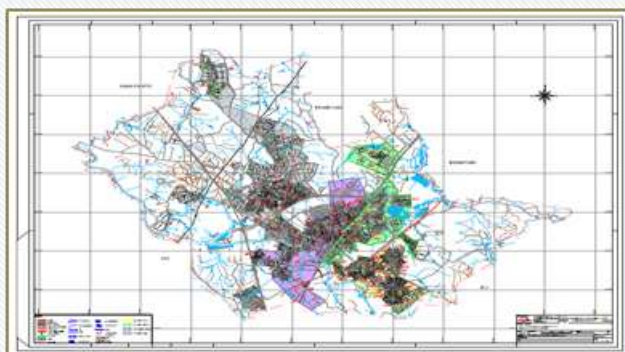
SEGMENTO	QUANTIDADE (ATIVOS)	R\$/ANO
PESSOA IDOSA	755	R\$ 7.972.800,00
PESSOA COM DEFICIÊNCIA	622	R\$ 6.568.320,00

Fonte: SNAS



SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL

SASC – CRAS



SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL

CRAS
Atendimentos individuais e coletivos



*mês de referência SETEMBRO/2016.



SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL

CRAS – Atendimentos individualizados



SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL

**CRAS
Ações coletivas dos serviços**



SCFV com
crianças/adolescentes



SCFV com idosos



SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL

**CRAS
Ações coletivas dos serviços**



Articulação
territorial/campanhas



Encontros socioeducativos





SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL

CREAS
Ações do serviços

Atend./Acomp. pessoas vítimas de violência e violações

Atendimento a PopRua e ações intersetoriais

SALTO TRANSIÇÃO

Salto

PREFEITURA MUNICIPAL DE SALTO

SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL

CREAS
Ações do serviços

Acompanhamento de adolescentes em cumprimento de MSE e família

SALTO TRANSIÇÃO

Salto

PREFEITURA MUNICIPAL DE SALTO

SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL

RESULTADOS DOS SERVIÇOS CRAS E CREAS

- ✓Aumento de acessos a serviços socioassistenciais e setoriais;
- ✓Acesso a segurança de renda;
- ✓Melhoria da qualidade de vida dos usuários e suas famílias;
- ✓Melhoria da condição de sociabilidade;



SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL

RESULTADOS DOS SERVIÇOS CRAS E CREAS

- ✓Identificação de situações de violência e acompanhamento;
- ✓Vínculos familiares e comunitários fortalecidos;
- ✓Redução de danos provocados por situações violadoras de direitos.



SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL



Prêmio Consolida SUAS
CMAS 2015

Prêmio Prefeito Amigo
da Criança 2016



SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL

Investimento em serviços de 11 Organizações do município que atendem criança e adolescente, pessoa com deficiência e idosos.

Recurso investido R\$ 1.023.665,40 (ano de referência 2016).



SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL

COORDENADORIA DA IGUALDADE RACIAL



Coral Vozes Afro de Salto



Semana do Consciência Negra



SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL

COORDENADORIA DA IGUALDADE RACIAL



Ações de apoio aos haitianos em Salto



Conferência Regional em Salto



SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL

**COORDENADORIA
DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA**



Campanha "Trânsito é feito de pessoas"



Debate nos territórios prevenção deficiência



SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL

**COORDENADORIA
DA JUVENTUDE**



Projeto Parada Poética



Orientações aos grêmios



SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL

COORDENADORIA DA PESSOA IDOSA




Curso Cuidador de Idoso


Mobilizações



SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL

COORDENADORIA DA MULHER






Projeto "Novas Empadeiras"



SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL

Ter direitos nos capacita a “manter-nos como seres humanos”, a olhar os outros nos olhos e nos sentir, de uma maneira fundamental, iguais a qualquer um. Considerar-se portador de direitos não é ter orgulho indevido, mas justificado, é ter aquele autorrespeito mínimo, necessário para ser digno da estima dos outros. **De fato, o respeito por pessoas [...] pode ser simplesmente o respeito por seus direitos, de modo que não pode haver um sem o outro.**

(Feinberg apud Honneth, 2003, p. 197)



Secretaria Municipal de Saúde



SECRETARIA DE SAÚDE

✓ **ESTRUTURA FÍSICA**

- 10 UBS (06 com Estratégia Saúde Família)
- Amb. de Moléstias Infectocontagiosas
- Ambulatório de Saúde Mental
- CISM (Saúde da Mulher)
- Amb. Especialidades Municipal
- Fisioterapia
- CAPS / CECOI
- Farmacia Alto Custo
- Almoarifado Farmácia
- Central de Vagas / Transportes
- Atendimento 192
- Manutenção Secretaria da Saúde



SECRETARIA DE SAÚDE

FROTA – SECRETARIA DA SAÚDE

- 38 Veículos (30 próprios e 08 locados)
- Almoarifados (01 próprio e 01 locado)
- Ambulatório AMI (01 veículo próprio)
- Estratégia Saúde da Família (01 veículo próprio)
- Manutenção (03 veículos próprios)
- Melhor em Casa (02 veículos próprios)
- Transportes (11 veículos próprios e 07 locados)
- Vigilância Epidemiológica (02 veículos próprios)
- Vigilância Sanitária (03 veículos próprios)
- Zoonoses (06 veículos próprios)



SECRETARIA DE SAÚDE

✓ **QUADRO DE SERVIDORES**

Categoria Profissional	QTDE	Categoria Profissional	QTDE
AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE	48	BIOQUIMICO	2
AGENTE CONTR ENDEMIAS	31	CIRURGIAO DENTISTA	34
AGENTE DE SANEAMENTO	6	DIRETOR DE DEPARTAMENTO	1
ASSIST ADMINISTRATIVO	1	DIRETOR DE DIVISAO	1
ASSIST SOCIAL	8	ENFERMEIRO	33
ASSIST TECNICO 1	1	FARMACEUTICO	9
ASSIST TECNICO 2	2	FISIOTERAPEUTA	8
AUX.EM SAUDE BUCAL	19	FONOAUDILOGO	6
AUX.FARMACIA	24	MEDICO	106
AUX.SERV.GER. 1	34	MEDICO AUDITOR	1
AUXILIAR ADMINISTRATIVO	95	MEDICO VETERINARIO	2
AUXILIAR DE GESTAO	1	MONITOR DE SAUDE MENTAL	5
AUXILIAR DE MANUTENCAO	1	MOTORISTA	26
BIOLOGO	4	NUTRICIONISTA	5
BIOMEDICO	2	OFICIAL MANUT-ELETRICISTA	2



SECRETARIA DE SAÚDE

✓ QUADRO DE SERVIDORES

Categoria Profissional	QTDE	Categoria Profissional	QTDE
OFICIAL MANUT-ENCANADOR	2	V-CALCETEIRO	1
OFICIAL MANUT-MARceneiro	1	V-COPEIRA	2
OFICIAL MANUT-PEDREIRO	3	V-COSTUREIRA	1
OFICIAL MANUT-PINTOR	1	V-COZINHEIRA	4
PROFISSIONAL DE I.E.C	1	V-ENCADASTRO	1
PSICOLOGO (150H)	15	V-ENCARREGADO	2
PSIQUIATRA	4	V-FOICERO	1
TECNICO DE ENFERMAGEM	100	V-FRENTISTA	1
TECNICO EM ADMINISTRACAO	2	V-LACTARISTA	1
TERAPOCIACIONAL	4	V-SEC EXECUTIVA I	1
V-AG.ADM.NIVSUP.	1	V-SERV.LAVANDERIA	3
V-AGENTE FISCAL	2	V-SERV.LIMPEZA	1
V-AUX.COZINHA	4	V-TEC.BCO SANGUE	1
V-AUX.ENFERMAGEM	15	V-TEC.LABORATORIO	3
V-AUX.SAUDE	6	V-TELEFONISTA	5
		TOTAL	707



SECRETARIA DE SAÚDE

✓ QUADRO DE SERVIDORES
✓ COMISSÃO

CARGO	QTDE	
SECRETARIO MUNICIPAL	1	-
CHEFE DE GABINETE	1	SC
DIRETOR DE DEPARTAMENTO	3	2 SC
ASSESSOR (DIRETOR)	1	SC
COORDENADOR TÉCNICO	2	SC
DIRETOR DE DIVISÃO	7	6 SC
ASSISTENTE TÉCNICO 1	3	2 SC
ASSISTENTE TÉCNICO 2	1	-
CHEFE DE SETOR	20	SC
ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	2	1 SC
TOTAL	41	35 SC

LEGENDA: SC= Servidor Concursado



SECRETARIA DE SAÚDE

✓ DADOS ORÇAMENTÁRIOS

ANO	DESPESAS PAGAS	EVOLUÇÃO (R\$)	MÉDIA MENSAL	EVOLUÇÃO (%)
2012	55.517.819,50	-	4.626.484,96	-
2013	69.179.787,75	13.661.968,25	5.764.982,31	24,61
2014	79.692.161,22	10.512.373,47	6.641.013,44	15,20
2015	87.844.253,03	8.152.091,81	7.320.354,42	10,23
2016	77.707.823,76	*	7.770.782,38	*

* 2016 (POSIÇÃO ATÉ 31/10/16)

PROJEÇÃO ATÉ 31/12/2016				
2016	95.649.388,51	7.805.135,48	7.970.782,38	8,89



SECRETARIA DE SAÚDE

	MUNICIPAL		ESTADUAL		FEDERAL		TOTAL	
	VALOR (R\$)	(%)	VALOR (R\$)	(%)	VALOR (R\$)	(%)	VALOR (R\$)	(%)
2013	45.532.586,11	65,82	8.846.613,37	12,79	14.800.588,27	21,39	69.179.787,75	100,00
2014	51.733.678,78	64,92	15.464.721,08	19,41	12.493.761,41	15,68	79.692.161,22	100,00
2015	56.347.222,84	64,14	14.956.132,32	17,03	16.540.897,87	18,83	87.844.253,08	100,00
2016 (*)	46.644.982,68	60,03	14.056.611,53	18,09	17.006.229,55	21,88	77.707.823,76	100,00

(*) POSIÇÃO ATÉ 01/10/16



SECRETARIA DE SAÚDE

LOA 2017	
RECEITA ESTIMADA PARA 2017 (GERAL)	352.622.984,44
SAÚDE (R\$) ESTIMATIVA	94.079.000,00
SAÚDE (%) ESTIMATIVA	26,68%



SECRETARIA DE SAÚDE

SIOPS

ANO	% APLICADO	% EC 29	APLICAÇÃO EM RELAÇÃO À EC 29
2012	23,74	15	8,74
2013	26,00	15	11,00
2014	27,27	15	12,27
2015	27,12	15	12,12
2016	25,54	15	10,54

*2016 (POSIÇÃO ATÉ O 4º BIMESTRE)



SECRETARIA DE SAÚDE

✓ PROGRAMAS EM ANDAMENTO

- Habilitação do PMAQ – AB - Programa de Melhoria do acesso e da qualidade da atenção básica – 12 equipes
- Adesão ao E-SUS
- Implantação da Residência Terapêutica (10 pacientes)
- Implantação de leitos Psiquiátricos para retaguarda RT



SECRETARIA DE SAÚDE

✓ PROGRAMAS EM ANDAMENTO

Emendas aguardando recebimento Recursos:

- Aquisição de Equipamentos para UBS – n.º 11297.631000/1160-02 – Emenda Parlamentar 28090005 – R\$ 250.000,00 – Missionário José Olímpio
- Aquisição de Equipamentos para UBS – n.º 11297.631000/1160-04 – Emenda Parlamentar 28090005 – R\$ 40.294,00 – Missionário José Olímpio e Emenda Parlamentar 37290003 – R\$ 300.000,00 – Miguel Haddad



SECRETARIA DE SAÚDE

✓ INSTÂNCIAS DE PACTUAÇÃO

- 1 - Conselho Municipal de Saúde - CMS
- 2 - Audiências Públicas
- 3 - Conferências e Plenárias Municipais de Saúde
- 4- Comissão de Acompanhamento do Convênio Prefeitura X Sociedade Beneficente São Camilo
- 5 - Conselho Municipal de Defesa dos Direitos dos Animais



SECRETARIA DE SAÚDE

✓ AÇÕES REALIZADAS



SECRETARIA DE SAÚDE

HOSPITAL MUNICIPAL E AME



- + RECURSOS FEDERAIS
- INCREMENTO DE RECURSOS FINANCEIRO DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE EM TORNO DE R\$ 270.000,00 / MÊS
- + RECURSOS AME SALTO
 - INÍCIO DE 2013 = R\$ 1.197.609,27 / MÊS
 - INÍCIO DE 2016 = R\$ 1.382.995,00 / MÊS
(AUMENTO DE 15,47%)



SECRETARIA DE SAÚDE

HOSPITAL MUNICIPAL



	2012 (MÉDIA/ MÊS)	2016 - 1º ANO A SERVIÇOS (MÉDIA /MÊS)	RESULTADO %
• INTERNAÇÕES (CLIN / PSIQ / PED / OBST)	254	269	+ 5,90
• CIRURGIAS (ELETIVAS * / URGÊNCIAS)	123	93	- 24,40
• EXAMES DIAGNÓSTICOS (HOSPITAL E REDE BÁSICA)	40.001	48.213	+ 20,52
• PRONTO SOCORRO	12.204	11.451	- 8,75

* (Aumento Cirurgias AME Salto)



SECRETARIA DE SAÚDE

HOSPITAL MUNICIPAL



	2012 (MÉDIA/MÊS)	2016 - JAN A SETEMBRO (MÉDIA/MÊS)	RESULTADO %
• PARTOS SALTO	71	78	+ 9,85
• PARTOS SALTO + ARAÇARIGUAMA	71	88	+ 23,94
• MUTIRÃO CIRURGIAS ELETIVAS (SALTO + REGIÃO)	0	770	
• MUTIRÃO CIR. AMBULATORIAS / CATARATAS (SALTO + REGIÃO)	0	1.439	



SECRETARIA DE SAÚDE

AME SALTO



	2012 (METAS)	2016 (METAS)	RESULTADO %
• CIRURGIAS ELETIVAS COM INTERNAÇÃO	196	306	+ 56,00
• CIRURGIAS AMBULATORIAS (MAIOR / MENOR)	133	195	+ 46,61
• SAÍDAS DE UTI	5	10	+ 100,00
• PRIMEIRAS CONSULTAS	1.460	300	- 79,46
• INTERCONSULTAS E SUBSEQUENTES	4.326	700	- 83,82
• CONSULTAS NÃO MÉDICAS (ENFERMEIRA / ASS. SOCIAL)	168	355	+ 111,30
• EXAMES DIAGNÓSTICOS	1.025	900	- 12,20



SECRETARIA DE SAÚDE

UNIDADES DE SAÚDE



	2012 (MÉDIA/MÊS)	2016 - JAN A SETEMBRO (MÉDIA/MÊS)	RESULTADO %
• CONSULTAS MÉDICAS	15.197	17.816	+ 17,23
• CONSULTAS ENFERMAGEM	1.285	3.486	+ 171,28
• CONSULTAS DE OUTROS PROFISSIONAIS (PSIC / TO / FONO / ASS. SOC / NUTRIC)	2.357	2.905	+ 23,24
• FISIOTERAPEUTAS	(Dados não localizados)	3.919	



SECRETARIA DE SAÚDE

UNIDADES DE SAÚDE



OUTRAS AÇÕES ADMINISTRATIVAS

- REORGANIZAÇÃO DAS AGENDAS DE SERVIÇOS DOS PROFISSIONAIS COMO UM TODO QUE PROPORCIONOU MAIOR OFERTA DE CONSULTAS / ATENDIMENTOS
- IMPLANTAÇÃO COLETA EXAMES NAS UBS TODOS OS DIAS DA SEMANA
- CONTRATAÇÃO DE UM MÉDICO AUDITOR



SECRETARIA DE SAÚDE

PROGRAMA + MAIS MÉDICOS (ADESÃO)



- 12 MÉDICOS PROVAB / + MÉDICOS
- PROGRAMA DE VALORIZAÇÃO DA ATENÇÃO BÁSICA DO MINISTÉRIO DA SAÚDE

CUSTEIO FEDERAL PARA MÉDICOS PARA TRABALHAREM NA ATENÇÃO BÁSICA

- PROVAB = 06 MÉDICOS – BOLSISTAS
- MAIS MÉDICOS = 06 MÉDICOS - INTERCAMBISTAS (CUSTEIO ALIMENTAÇÃO / MORADIA E TRANSPORTE PELO MUNICÍPIO)



SECRETARIA DE SAÚDE

ESTRATÉGIA SAÚDE FAMÍLIA



- UNIDADES IMPLANTADAS: SALTO DE SÃO JOSÉ / SÃO GABRIEL / NAÇÕES / BELA VISTA / SALTENSE / SANTA CRUZ

- FAMÍLIAS CADASTRADAS = 6.640
- PESSOAS ACOMPANHADAS = 20.277
- COBERTURA APROXIMADA:
22% DA POPULAÇÃO



SECRETARIA DE SAÚDE

VIGILÂNCIA SANITÁRIA



- 100% DAS AÇÕES DE FISCALIZAÇÃO MUNICIPAIS
- RECOMPOSIÇÃO QUADRO DE FUNCIONÁRIOS
- AQUISIÇÃO DE + EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA
- AGILIZAÇÃO NAS VISTORIAS E FISCALIZAÇÕES
- APROVAÇÃO DAS LEGISLAÇÃO MUNICIPAL
(LEIS 3.513/2015 / 3.530/2016 E DECRETOS COMPLEMENTARES)



SECRETARIA DE SAÚDE

ODONTOLOGIA



	2012 (MÉDIA/ MÊS)	2016 -JAN A SETEMBRO (MÉDIA /MÊS)	RESULTADO %
• PROCEDIMENTOS ODONTOLÓGICOS BÁSICOS (UBS)	6.437	6.832	+ 6,13
• CEO – 1ª CONSULTA - PACIENTES ATENDIDOS	0	80	
• CEO – PROCEDIMENTOS REALIZADOS	0	652	
• UBS DONALÍSIO	0	247	
• CAMPANHA PREVENÇÃO CÂNCER BUCAL (TOTAL EXAMINADOS)	507	1.014	+ 100,00



SECRETARIA DE SAÚDE

ODONTOLOGIA



IMAGENS DO CEO – CENTRO DE ESPECIALIDADES ODONTOLÓGICAS



SECRETARIA DE SAÚDE

ZOOZOSES / VETERINÁRIO

- RETOMADA/AUMENTO NO PROGRAMA DE CASTRAÇÃO ANIMAL
2012 = 38,91 (MÉDIA/MÊS) 2016 = 107,23 (MÉDIA/MÊS)
- MONITORAMENTO DAS POSSÍVEIS ZOOZOSES E DO CANIL MUNICIPAL E DE SEUS DESDOBRAMENTOS (APREENSÃO / TRANSPORTE / RECOLHIMENTO / GUARDA E ALIMENTAÇÃO DE ANIMAIS).
- ATENDIMENTO DE URGÊNCIAS E EMERGÊNCIAS
- REALIZAÇÃO DE VACINAÇÃO ANTI-RÁBICA



SECRETARIA DE SAÚDE

VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA



- + AÇÕES VIGILÂNCIA PARA REFUGIADOS RESIDENTES NO MUNICÍPIO

	2012	2016)
• TAXA DE MORTALIDADE INFANTIL	13,7 / 1000	13,31 / 1000
• COBERTURA INFLUENZA	74,4%	91,16%

- OUTRAS IMUNIZAÇÕES: POLIO / HEPATITE B / PENTAVALENTE / ROTAVÍRUS / BCG / TRÍPLICE VIRAL / HPV

- AÇÕES DE CONTROLE: TAXA DE MORTALIDADE GERAL / PERCENTUAL DE CAUSAS MAL DEFINIDAS



SECRETARIA DE SAÚDE

VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA

ENFRENTAMENTO DA DENGUE



	2015	2016)	%
• NOTIFICAÇÕES	5.424	2.010	- 62,95
• CASOS POSITIVOS	1.484	277	- 81,34

ATUALMENTE ESTAMOS A **11** SEMANAS SEM CASOS POSITIVOS =

Implantação de sala de situação e manejo clínico descentralizado



SECRETARIA DE SAÚDE



ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA

- Implantado sistema HÓRUS - sistema nacional de gestão da assistência farmacêutica: permite o controle de estoque, farmacoconomia, gestão, indicadores e rastreabilidade dos usuários em todas as Unidades.
- Descredenciamento do programa “dose certa”
- Controle efetivo data validade medicamentos / evitar vencidos:
 - 2013 – vencidos = R\$ 72.608,80
 - 2014 – vencidos = R\$ 22.829,00
 - 2015 – vencidos = R\$ 21.677,52 – redução de 70,15%
- Controle fornecimento de tiras glicemia capilar / redução do desperdício e redirecionamento para pacientes com necessidades diferenciadas



SECRETARIA DE SAÚDE

ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA
– OUTRAS AÇÕES

- Normatização da dispensação de medicamentos sus no município com a resolução SMS 03/2014
- Criação da CFT – comissão de farmácia e terapêutica – portaria municipal 279/2015 para realizar a seleção de medicamentos para a REMUME (relação municipal de medicamentos) e avaliação de outras situações relacionadas a medicamentos.
- Implantação do POP's – procedimento operacional para os setores da assistência farmacêutica



SECRETARIA DE SAÚDE

ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA
– OUTRAS AÇÕES

- Parceria com as farmácias privadas de salto credenciadas no programa “aqui tem farmácia popular” com divulgação da gratuidade dos 12 itens para hipertensão / diabetes e asma facilitando o acesso à população
- Adequação/mudança de endereço dos espaços físicos da farmácia CEAF (alto custo) com melhoria no acolhimento e dupla conferência na dispensação.
- Adequação/mudança de endereço das farmácias central e almoxarifado da farmácia (adequação normas técnicas).



SECRETARIA DE SAÚDE



ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA – OUTRAS AÇÕES

- Contratação de 03 farmacêuticos – 03 auxiliares de farmácia e 05 estagiários / menor aprendiz de forma melhorar o atendimento à população.
- Recebimento menção – XXIX Congresso COSEMS Campos de Jordão em 03/2015 na XII – Mostra de Experiências Exitosas com o trabalho: “Gestão da Assistência Farmacêutica – implantação de controle, rastreabilidade e farmacoeconomia”.



SECRETARIA DE SAÚDE



FISIOTERAPIA

- CONTRATAÇÃO DE NOVOS PROFISSIONAIS E UM ESPECÍFICO NA ÁREA NEUROLÓGICA
 - REFORMULAÇÃO DAS AGENDAS
 - AQUISIÇÃO DE NOVOS EQUIPAMENTOS (E. PARLAMENTAR)
 - IMPLANTAÇÃO DE ACUPUNTURA E GRUPOS DE ATENDIMENTO
 - AUMENTO NO NÚMERO DE ATENDIMENTOS:
 - 2012 = 2.906 (MÉDIA/MÊS)
 - 2016 = 3.316 (MÉDIA/MÊS)
- = AUMENTO DE + 14,10%



SECRETARIA DE SAÚDE

OUTRAS AÇÕES ADMINISTRATIVAS

- DESTITUIÇÃO DA COBRANÇA DA TAXA DE TRANSFERÊNCIA DE PRONTUÁRIO



- CENTRALIZAÇÃO DAS DEMANDAS DE OUVIDORIA DA SAÚDE NA SECRETARIA DA SAÚDE = MAIOR AGILIDADE DE VERIFICAÇÃO



- RETOMADA DO CONTROLE DAS DEMANDAS DO OUVIDOR SUS



SECRETARIA DE SAÚDE

• REFORMAS DE UBS – EMENDAS FEDERAIS

	R\$	ORIGEM
• SALTO DE SÃO JOSÉ	46.371,92	100% FEDERAL
• SANTA CRUZ	87.760,00	73% FEDERAL / 27% MUNICIPAL
• NAÇÕES	85.186,14	100% FEDERAL
• CECAP	148.735,73	88% FEDERAL / 12% MUNICIPAL



SECRETARIA DE SAÚDE

REFORMAS DE UBS – REQUALIFICA UBS

	R\$	ORIGEM
• BELA VISTA	156.704,96	100% FEDERAL
• SÃO GABRIEL	223.904,32	100% FEDERAL
• CENTRO DE SAÚDE II	394.811,37	89% FEDERAL / 11% MUNICIPAL
• DONALÍSIO	287.402,63	52% FEDERAL / 48% MUNICIPAL



SECRETARIA DE SAÚDE

REFORMAS DE UBS – QUALIFICA UBS

	R\$	ORIGEM
• NAÇÕES	59.476,66	100% ESTADUAL

	R\$	ORIGEM
• NAÇÕES	311.834,78	100% MUNICÍPIO

- Início da construção de UBS – Marília / Cecap
- Recursos municipais + iniciativa privada



SECRETARIA DE SAÚDE

AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE PARA UNIDADES DE SAÚDE

- PARA UNIDADE BÁSICAS:
R\$ 199.969,95 – RECURSO FEDERAL
R\$ 250.000,00 – RECURSO FEDERAL
- UNIDADE FISIOTERAPIA
R\$ 450.000,00 – RECURSO FEDERAL



SECRETARIA DE SAÚDE

OUTRAS EMENDAS

- PARA MATERIAL DE CONSUMO
R\$ 200.000,00 – RECURSO FEDERAL
- AQUISIÇÃO DE MATERIAS PERMANENTES
PARA UNIDADES ESPECIALIZADAS
R\$ 141.799,00 – RECURSO FEDERAL



SECRETARIA DE SAÚDE

AMBULATÓRIO DE MOLÉSTIAS INFECCIOSAS

Aumento na oferta de:

- Testes rápidos de HIV – Sífilis
- Hepatites virais
= 2013 = 983
= 2016 = 6.405

- Oferta de preservativos femininos, masculinos e gel
para evitar Doenças sexualmente transmissíveis
= 2013 = 202.488
= 2016 = 469.038



SECRETARIA DE SAÚDE

MELHOR EM CASA PROGRAMA DE INTERNAÇÃO DOMICILIAR

349 PACIENTES - ATENDIMENTOS 2015	
• MÉDICOS	2.529
• ENFERMEIRO	726
• NUTRICIONISTA	429
• FISIOTERAPEUTA	896
• ASS. SOCIAL	630

Regularização do programa junto ao ministério da saúde e consequente recebimento de recursos de custeio



SECRETARIA DE SAÚDE

AMBULATÓRIO DE SAÚDE MENTAL



• ADESÃO AO CAPS AD – AGUARDANDO IMPLANTAÇÃO



• 05 LEITOS DE RETAGUARDA EM SAÚDE MENTAL EM HOSPITAL GERAL – AGUARDANDO IMPLANTAÇÃO

• 01 RESIDÊNCIA TERAPÊUTICA COM CAPACIDADE PARA 10 PACIENTES – AGUARDANDO IMPLANTAÇÃO.



SECRETARIA DE SAÚDE

SETOR TRANSPORTES/ CENTRAL DE AGENDAMENTO

• Redirecionamento de 04 veículos para o setor e novos servidores para apoio administrativo e acolhimento

• Implantação do serviço de confirmação de consultas e transporte para evitar perdas primárias

• Pacientes transportados para os municípios de: Barretos, Bauru, Botucatu, Campinas, Guarulhos, Itapetininga, Itapeva, Indaiatuba, Itatiba, Itu, Jaú, Osasco, Piracicaba, Ribeirão Preto, Salto, São Bernardo Do Campo, São Paulo, São Sebastião, São Caetano Do Sul, Sorocaba, Taubaté E Votorantim



SECRETARIA DE SAÚDE

SETOR TRANSPORTES / NOVAS AMBULÂNCIAS



SECRETARIA DE SAÚDE

DIRETORIA/GABINETE

- Formação equipe compras próprio
- Estruturação equipe licitações específica da saúde
- Criação do cargo de diretor controle financeiro e logística/distribuição privativo de concursados no sentido de valorização do servidor e preservação da memória das atividades desenvolvidas.
- Formatação e apresentação da prestação de contas da saúde de forma didática ao CMS e população permitindo a clara compreensão das informações.



SECRETARIA DE SAÚDE

CONTROLE SOCIAL – CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE



- Fortalecimento da parceria com o CMS – Conselho Municipal de Saúde
- Reestruturação da lei do CMS – de 12 membros para 8 mantendo-se a representatividade e revisão do regimento interno
- Destinação de recursos/ano específicos para a manutenção do CMS
- Mudança da sala/sede do Conselho para prédio junto à diretoria da Secretaria Da Saúde.



SECRETARIA DE SAÚDE

CTB	RAZÃO SOCIAL	OBJETO	VALOR	INDIC.
280016	Sociedade Beneficente São Camilo	Hospital municipal e UBS	30.260.006,14	200017
120016	São Gabriel Prestação de Serviços Médicos Ltda	160	1.200.699,99	110017
170016	SB Transpares e Turismo Ltda	Transpore (municipal)	1.172.206,80	020017
300016	Ricardo de Almeida Souza ME	Urgência, recolhimento e atendimento de urgência e emergência de animais comunitários e esterilização programada (castração)	227.000,00	201017
1270016	SB Líquida Brasil Ltda	Origênio	312.000,00	020017
020016	Acute & Souza SG Ltda - EPP	Diámas	100.400,00	020017
020016	Lutz Viana Transpares Ltda	Locação de veículos	25.400,00	020017
0110016	Marcel Duriguello ME	Partições (pacientes CUP)	20.800,00	020017
100016	MP Serviços Médicos SG - EPP	Diámas	68.470,00	070017
100006	Jose Umberto - Sant-Hernandez e Maria Luc Vasquez Rivas e S.C	Locação de imóvel (CUP II)	114.000,00	140017
108016	Casa das Copas Indústria Ltda - ME	Recarga de cartuchos e troca e manutenção corretiva Impressoras	160.000,00	100017
108016	Rio Milioni e Rina Mazzoni Milioni	Locação de imóvel (Central de legas)	34.000,00	010017
1140016	Cirurgia União Ltda.	Material médico e de enfermagem	20.899,82	020017
1140016	Denari Prima - Produtos Odontológicos Médicos Hospitalares - Eirel - ME	Material Odontológico	13.796,80	020017
1180016	Unifarma Produtos Odontológicos Médicos e Hospitalares Ltda EPP	Material Odontológico	154.478,73	101017
120016	E.C. dos Senes Comercial Eirel - EPP	Material Odontológico	16.890,40	020017
1210016	Paulo César Fleury de Oliveira Eirel	Material Odontológico	6.820,70	020017
1220016	Ubernair Fraga, Maria Gracia Fraga e Helen Gracia Fraga Sócios	Locação de imóvel (Vigilância em Saúde/Meior em Casa)	20.267,70	160016
1220016	Wanda Ligatti(Casa 1120)	Locação de imóvel (Vigilância em Saúde/Meior em Casa)	21.266,70	160016



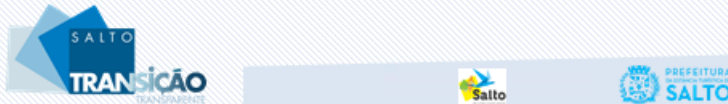
SECRETARIA DE SAÚDE

1260016	Wanda Ligatti(Casa 1120)	Locação de imóvel (Vigilância em Saúde/Meior em Casa)	21.266,70	160016
1260016	Ubernair Fraga (Casa 1120)	Locação de imóvel (Vigilância em Saúde/Meior em Casa)	21.266,70	160016
120016	E.C. dos Senes Comercial Eirel - EPP	Material Odontológico	16.890,00	020017
120016	Inovações Manutenção de Equipamentos Médicos Ltda EPP	Manutenção de equipamentos odontológicos	80.814,12	120017
120016	Landrama Hospital Eirel ME	Material médico e de enfermagem	25.156,06	160017
1400016	Idália Jesus Mendes - ME	Material médico e de enfermagem	14.286,80	201016
1410016	Cirurgia União Ltda	Material médico e de enfermagem	82.899,22	201016
1420016	Mediprom Comércio de Produtos Hospitalares Ltda - EPP	Material médico e de enfermagem	24.042,09	201016
1430016	Nacional Comercial Hospital LTDO	Material médico e de enfermagem	16.470,86	201016
1430016	Siroi Química e Farmacêutica Ltda	Material médico e de enfermagem	10.080,00	201016
1430016	Cirurgia Fernandes - Comércio de Material Cirúrgico Hospitalar	Material médico e de enfermagem	15.216,00	201016
1430016	J M Paula Garcia Distribuidora ME	Material médico e de enfermagem	10.156,26	201016
1470016	Mora & Freitas Serviços Médicos Ltda - ME	Diámas	143.600,00	201016
1480016	Marcel Duriguello ME	Partições (pacientes CUP)	17.860,88	120016
148016	Schneider Urologia Clínica e Cirurgia Ltda ME	Diámas	72.126,88	120017
1740016	Sol Rito Farmulários e Serviços Gráficos Ltda ME	Impressos	160.298,80	070017
180016	Cirurgia União Ltda	Medicamentos e materiais	82.876,80	110017
180016	Global Das Soluções de Insumo LTDO - ME	Soluçao (cancelamento) UG	76.000,00	100017
180016	Comercial Cirurgia Riachelense LTDO	Medicamentos e materiais	8.640,00	110017
200016	Maria Seneades de Moura Campos	Locação de imóvel (Sede Secretaria de Saúde)	160.000,00	080016



SECRETARIA DE SAÚDE

300016	Luman Comércio de Produtos Farmacêuticos Ltda	Medicamentos e materiais	9.699,80	110017
300016	MP Serviços Médicos SG EPP	Diámas	27.000,00	060017
210016	Mediprom Comércio de Produtos Hospitalares Ltda - EPP	Medicamentos e materiais	1.191,00	110017
340016	Lutz Viana Transpares Ltda	Locação de veículos	68.400,00	060017
340016	Brasil Medcorp LTDO EPP	Material Médico	49.225,20	080017
320016	Cirurgia União Ltda	Material Médico	74,70	080017
370016	MP Serviços Médicos SG EPP	Diámas	76.200,00	200017
380016	Lutz Viana Transpares Ltda	Locação de veículos	208.400,00	060017
600016	Promape Construções e Serviços Ltda	Platoma USG Cicap	148.792,79	101016
710016	Melissa Lorena Pires de Souza	Tratamento de Idosos Comunitários	26.100,00	100017
730016	Volter Pasqualina Zúñi Harrell	Locação de imóvel (Fisioterapia)	114.000,00	011016
810006	Sociedade Saneira de Socorro Moura	Locação de imóvel (Farmácia Especializada)	20.816,00	220016
830016	Cirurgia União Ltda	Material médico e de enfermagem	224.200,00	090017
840016	Medicarm Comercial Ltda	Material médico e de enfermagem	77.476,16	060017
820016	Ultrasol Med Comércio de Medicamento - Eirel	Material médico e de enfermagem	127.476,76	060017
860016	Comercial Cirurgia Ipero Eirel EPP	Material médico e de enfermagem	29.249,10	060017
860016	Sergambi e Pedron Engenharia Ltda ME	Platoma Fisioterapia	16.216,70	110017



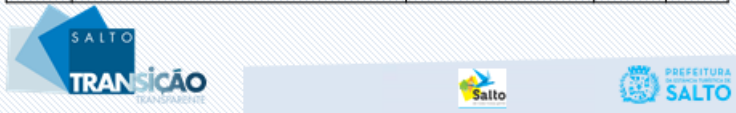
SECRETARIA DE SAÚDE

CPF	Razão Social	Objeto	Valor	Vencimento
220016	Chirurgia União Ltda	Medicamentos e Materiais Veterinários	16.217,68	22/01/17
220016	Brazil Medcorp S/A - EPP	Medicamentos e Materiais Veterinários	16.977,09	22/01/17
220016	Cresçim & Almeida Ltda - EPP	Medicamentos, Materiais e Nutrição (Judicial)	8.970,00	27/06/17
240016	Pagnari Distribuidora de Medicamentos LTDA	Medicamentos, Materiais e Nutrição (Judicial)	14.426,04	27/06/17
270016	C.B.S. Médico Cientista S/A	Medicamentos, Materiais e Nutrição (Judicial)	11.411,84	27/06/17
280016	R.J.P. - Igaracé Comércio de Medicamentos Ltda	Medicamentos, Materiais e Nutrição (Judicial)	6.299,00	27/06/17
280016	Marabó Farmacêutica Ltda	Medicamentos, Materiais e Nutrição (Judicial)	204.720,80	27/06/17
400016	Iglon Comércio e Representações Ltda	Medicamentos, Materiais e Nutrição (Judicial)	12.861,44	27/06/17
610016	Formal Ltda	Medicamentos, Materiais e Nutrição (Judicial)	71.268,61	27/06/17
620016	CM Hospitalar Ltda	Medicamentos, Materiais e Nutrição (Judicial)	126.633,21	27/06/17
620016	Hosp-Log Comércio de Produtos Hospitalares Ltda	Medicamentos, Materiais e Nutrição (Judicial)	18.417,68	27/06/17
640016	Dugarri Hospitalar Comércio, Importação e Exportação LTDA	Medicamentos, Materiais e Nutrição (Judicial)	220.272,22	27/06/17
670016	Medimport Comércio de Produtos Hospitalares Ltda - EPP	Fraldas	40.462,80	12/07/17
700016	Roxstar Cirúrgica Ltda EPP	Fraldas	43.622,00	12/07/17
880016	Cirurgia União Ltda	Fraldas	101.200,00	12/07/17
880016	Pamp & Vans - Comércio Varejista Ltda - EPP	Fraldas	67.880,00	12/07/17
770016	Rapido Saneitas Saneada S/A - EPP	Nutrição e Suplemento	61.822,20	10/08/17
750016	J.M.M. Paula Garcia Distribuidora S/A	Nutrição e Suplemento	105.216,20	10/08/17
750016	Cresçim & Almeida Ltda - EPP	Nutrição e Suplemento	8.891,00	10/08/17



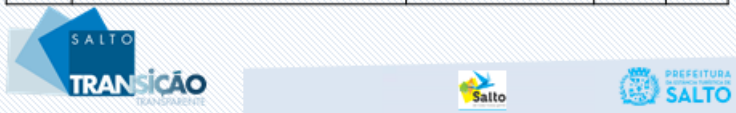
SECRETARIA DE SAÚDE

790016	Medicom - Medicamentos, Câmpinas Ltda - ME	Nutrição e Suplemento	102.220,20	10/08/17
710016	CM Hospitalar S/A	Nutrição e Suplemento	222.622,80	10/08/17
780016	Imona de Camargo Rubio - EPP	Nutrição e Suplemento	12.066,80	10/08/17
760016	Osana Comércio e Representação de Produtos e Alimentos em Geral S/A - EPP	Nutrição e Suplemento	24.787,34	10/08/17
730016	Empório Hospitalar Comércio de Produtos Cirúrgicos Hospitalares Ltda	Nutrição e Suplemento	279.642,16	10/08/17
1070016	H&V Indústria Cirúrgica Ltda	Insulinas de diabetes	229.800,00	28/08/17
1080016	Indefensiohn Comércio e Representações de Produtos Hospitalares Ltda	Insulinas de diabetes	21.200,00	28/08/17
1090016	Comercial Cirurgia Rioclarência Ltda	Insulinas de diabetes	71.100,00	28/08/17
820016	Lumar Comércio de Produtos Farmacêuticos Ltda	Medicamentos e materiais (rede)	14.886,80	28/08/17
820016	Ital Hospitalar Comercial Ltda	Medicamentos e materiais (rede)	112.140,00	02/10/17
860016	Medcenter Comercial Ltda	Medicamentos e materiais (rede)	411.488,84	14/10/17
870016	Siza Comercial Hospitalar Ltda	Medicamentos e materiais (rede)	37.042,00	14/10/17
1050016	Altagas LTDA	Medicamentos e materiais (rede)	21.172,88	17/10/17
810016	Quality Medical comércio e Distribuidora de Medicamentos Ltda	Medicamentos e materiais (rede)	20.440,16	16/11/17
820016	Novamed Comércio de Medicamentos LTDA	Medicamentos e materiais (rede)	70.209,82	16/11/17
890016	Pagnari Distribuidora de Medicamentos LTDA	Medicamentos e materiais (rede)	602.172,20	20/09/17
860016	Formal Ltda	Medicamentos e materiais (rede)	20.820,80	28/10/17
870016	Cristala Produtos Químicos Farmacêuticos Ltda	Medicamentos e materiais (rede)	168.640,23	04/10/17
860016	Capromed Farmacêutica Ltda ME	Medicamentos e materiais (rede)	111.400,00	02/10/17
820016	Brazil Medcorp S/A - EPP	Medicamentos e materiais (rede)	18.274,24	02/10/17



SECRETARIA DE SAÚDE

840016	Iglon Comércio e Representações Ltda	Medicamentos e materiais (rede)	28.412,00	06/10/17
820016	Jalinhama Comércio e Representações Ltda	Medicamentos e materiais (rede)	117.766,00	02/10/17
820016	Isone do Brasil Distribuidora de Produtos Hospitalares Ltda	Medicamentos e materiais (rede)	42.812,08	17/11/17
820016	Dugarri Hospitalar Comércio, Importação e Exportação LTDA	Medicamentos e materiais (rede)	248.27,89	17/11/17
820016	Chirurgia União Ltda	Medicamentos e materiais (rede)	11.264,00	20/09/17
1020016	Marabó Farmacêutica Ltda	Medicamentos e materiais (rede)	2.424,24	17/10/17
1040016	Dalrim Comercial Ltda	Medicamentos e materiais (rede)	26.200,00	28/08/17
1020016	Unimed S/A Distribuidora de Produtos Farmacêuticos Ltda	Medicamentos e materiais (rede)	14.880,00	28/08/17
1010016	Oncall S/A - Material Cirúrgico Ltda	Medicamentos e materiais (rede)	209.225,20	02/10/17
1000016	Marcessa Forma S/A-ME	Medicamentos e materiais (rede)	12.822,20	12/10/17
890016	Comercial Cirurgia Rioclarência Ltda	Medicamentos e materiais (rede)	229.806,41	28/08/17
890016	R.J.P. - Igaracé Comércio de Medicamentos Ltda	Medicamentos e materiais (rede)	24.228,84	02/10/17
1060016	Crosson Comercial S/A-ME	Medicamentos e materiais (rede)	4.767,80	06/10/17
1140016	Empório Hospitalar Comércio de Produtos Cirúrgicos Hospitalares Ltda	Medicamentos, Materiais e Nutrição (Judicial)	2.600,00	27/10/17
1120016	Comercial Cirurgia Rioclarência Ltda	Medicamentos, Materiais e Nutrição (Judicial)	82.226,40	26/10/17
1200016	Medimport Comércio de Produtos Hospitalares Ltda - EPP	Medicamentos, Materiais e Nutrição (Judicial)	2.272,80	26/10/17
1180016	CM Hospitalar S/A	Medicamentos, Materiais e Nutrição (Judicial)	247.212,22	27/10/17
1200016	CM Hospitalar S/A	Medicamentos, Materiais e Nutrição (Judicial)	261.298,80	27/10/17
1130016	Dalrim Comercial Ltda	Medicamentos, Materiais e Nutrição (Judicial)	20.886,40	27/10/17
1150016	Cresçim & Almeida Ltda - EPP	Medicamentos, Materiais e Nutrição (Judicial)	42.264,74	21/10/17
1160016	Marabó Farmacêutica Ltda	Medicamentos, Materiais e Nutrição (Judicial)	187.280,84	02/11/17
1160016	CM Lilly do Brasil S/A	Medicamentos, Materiais e Nutrição (Judicial)	111.842,16	07/11/17



SECRETARIA DE SAÚDE

**“NÓS AINDA NÃO CHEGAMOS LÁ, MAS ESTAMOS
MAIS PERTO DO QUE ONTEM”** (AUTOR DESCONHECIDO)



**OBRIGADO A TODOS !
SECRETARIA DA SAÚDE**

Secretaria Municipal de Meio Ambiente



MEIO AMBIENTE

Gestão Juvenil Cirelli



SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE

✓ ESTRUTURA FÍSICA

-Sede administrativa: Rua Teotônio Corrêa de Moraes, 333, Vila Nova

-Ecoponto 1: Rua Argélia, 361 Jd. Das Nações

-Ecoponto 2: Rua Rangel Pestana, 529 Sta. Cruz

-Ecoponto 3: Rua Vaticano, 650 Jd. São João

-Ecoponto 4: Rua Botucatu, 409 Jd. Cidade

VEÍCULOS: 3 Fiat Uno



SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE

✓ QUADRO DE SERVIDORES

Categoria Profissional	Nº
Técnico em Meio Ambiente	02
Bióloga	01
Eng. Agrônomo	02
Coordenadores Técnicos	02
Eng. Ambiental	01
Fiscal Ambiental	01
Auxiliar Administrativo	03
Auxiliar de Serviços Gerais	17



SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE

✓ **QUADRO DE SERVIDORES**

Categoria Profissional	Nº
Secretário	01
Chefe de Gabinete	01
Total	31



SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE

✓ **DADOS ORÇAMENTÁRIOS**

ANO	Valor empenhado (\$)
2013	Meio Ambiente era ligado à SOSP
2014	19.742.218,53
2015	20.150.738,17
2016 (mês 9)	23.726.239,29
2017 (Orçado)	24.705.997,64



SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE

✓ **PROGRAMAS EM ANDAMENTO**

- Construção de mais 07 Ecopontos
- Instalação da Usina de reciclagem de material de construção;
- Instalação da Usina de Valorização de Resíduos;
- Instalação de Contêineres soterrados;



SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE

✓ PROGRAMAS EM ANDAMENTO

- Ampliação da Varrição;
- Início da operação do equipamento varredeira;
- Início de trabalho da equipe de Arborização Urbana
- Georeferenciamento da Arborização Urbana;



SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE

✓ INSTÂNCIAS DE PACTUAÇÃO

- Conselhos:
 - 1 - Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente - COMDEMA

O COMDEMA é responsável pela gerência dos recursos do Fundo Municipal do Meio Ambiente - FUMDEMA



SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE

✓ AÇÕES REALIZADAS



SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE

RELATÓRIO DE GESTÃO

ELABORAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE GERENCIAMENTO INTEGRADO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

MARÇO 2013 – Norteou as ações de gerenciamento de resíduos, limpeza urbana e da Parceria Público Privada.



SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE

RELATÓRIO DE GESTÃO



SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE

ELABORAÇÃO DO RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DE PRAÇAS E ÁREAS VERDES

MARÇO 2013 – Mapeamento e caracterização de todas as áreas verdes do município.

Culminou na elaboração da Lei nº 3159/13 que institui o programa de adoção de praças públicas, de próprios municipais de esportes e área verdes.



SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE



SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE

CRIAÇÃO DE IMPORTANTES LEIS AMBIENTAIS

- ✓ Queimadas - Lei 3.480/15
- ✓ Limpeza de terrenos – Lei 3.480/15
- ✓ Arborização Urbana – Lei 3.490/15
- ✓ Lei de resíduos – Lei 3.182/2013
- ✓ PSA – Lei 3.518/2015



SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE

AMPLIAÇÃO DAS FISCALIZAÇÕES

Melhora no atendimento das denúncias da população com corpo técnico em constante capacitação.

Dados da ouvidoria da prefeitura apontam um grande número de atendimentos efetuados e resolvidos.



SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE



SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE

NOTIFICAÇÕES E AUTUAÇÕES

- ✓2.270 (Terrenos sujos)
- ✓71 (Corte de árvores, resíduos)
- ✓80 (Queimadas)



SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE

CRIAÇÃO COM COMDEMA E DO FUMDEMA

Com a criação do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente as questões ambientais são debatidas em colegiado e os recursos do Fundo Municipal são aplicados conforme estabelece o COMDEMA.



SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE



SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE

CRIAÇÃO DO PROJETO PRODUZINDO ÁGUA

- Recuperação florestal de nascentes e áreas de preservação permanente.
- Mais de 3 mil crianças participaram do plantio de 10 mil mudas de espécies nativas.
- Atividades de educação ambiental com as escolas do município.



SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE



SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE

AMPLIAÇÃO DA COLETA SELETIVA PARA 100 % DO MUNICÍPIO

Coletas nos sistemas:

- Porta a porta
- Containerizada (Contêineres azuis)



SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE



SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE

CONQUISTA POR 2 ANOS SEGUIDOS DO SELO VERDE E AZUL DA SECRETARIA ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE

2012 – Posição 213

2013 – Posição 116

2014 – Posição 47

2015 – Posição 43



SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE

PARCERIA PÚBLICO PRIVADA

- Responsável pela limpeza urbana do município melhorou o sistema de coleta e gerenciamento de resíduos.
- Implantação do primeiro serviço de atendimento ao cliente (SAC) 0800 no município.



SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE



SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE

CRIAÇÃO DOS ECOPONTOS

Instalação e operação de 4 ecopontos na cidade:

- **ECOPONTO 1:** Rua Argélia, 361 - Jardim das Nações
- **ECOPONTO 2:** Rua Rangel Pestana, 529 – Jardim Santa Cruz
- **ECOPONTO 3:** Rua Vaticano, 650 – Jardim São João
- **ECOPONTO 4:** Rua Botucatu, 409 Jd. Cidade



SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE



SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE

PROGRAMA DE INFORMAÇÃO AMBIENTAL

Mais de 20 mil residências visitadas pelos agentes ambientais fornecendo informações sobre coleta de lixo, coleta seletiva, utilização dos ecopontos, etc



SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE



SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE

OPERAÇÃO DIA “D” E CIDADE LIMPA

- Retirada de mais de 80 toneladas de resíduos inservíveis das residências saltenses.
- Auxiliando no combate a dengue e contribuindo para o declínio no número de focos no município.



SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE



SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE

INSTAÇÃO DAS ILHAS ECOLÓGICAS

- Primeiros 8 pares dos contêineres soterrados foram instalados na Av. Dom Pedro.
- Melhora na coleta seletiva na avenida.
- A disposição pode acontecer diariamente, melhorando a opção de descarte para os comerciantes.



SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE

CAPACITAÇÃO TÉCNICA

- **Treinamento em Diagnóstico e Análise de Risco de Queda de Árvores, ministrado pelo IPT.**

Com essa capacitação, os funcionários da secretaria realizaram treinamento prático e elaboraram um protocolo de inspeção para as avaliações em campo.



SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE



Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano



SECRETARIA DE DESENV. URBANO

FUNÇÕES DA SECRETARIA

- Acompanhamento do Desenvolvimento Urbano da Cidade;
- Aprovação de Projetos Residenciais, Comerciais e Industriais;
- Acompanhamento de Projetos de Infra Estrutura e Desenvolvimento Urbano junto aos órgãos Estaduais e Federais;
- Fiscalização e licenciamento de atividades econômicas
- Suporte técnico a convênios



SECRETARIA DE DESENV. URBANO

✓ ESTRUTURA FÍSICA

SECRETARIA SEDIADA NO PAÇO MUNICIPAL

- Recepção e Atendimento
- Departamento de Análise e Aprovação
- Fiscalização e Licenciamento de Atividades Econômicas
- Gabinete e Assessoria
- EQUIPAMENTOS: 3 Automóveis, 1 Moto, 24 Computadores e 4 imp.



SECRETARIA DE DESENV. URBANO

✓ QUADRO DE SERVIDORES

Categoria Profissional	Nº
Engenheiros Civis	3
Arquitetos	2
Assessores	2
Técnicos de Nível Médio	3
Fiscais	6
Auxiliares Administrativos	4
Estagiários	2
TOTAL	22



SECRETARIA DE DESENV. URBANO

✓ RESUMO DE RECURSOS HUMANOS

Tipo de Vínculo	nº
EFETIVOS	16
COMISSIONADOS	04
ESTAGIÁRIOS	02
TOTAL	22



SECRETARIA DE DESENV. URBANO

✓ DADOS ORÇAMENTÁRIOS

Exercício	Orçamento SDU
2013	R\$ 1.578.039,87
2014	R\$ 1.835.814,41
2015	R\$ 1.524.308,97
2016	R\$ 1.661.622,01
2017	R\$ 1.641.277,76



SECRETARIA DE DESENV. URBANO

SITUAÇÃO ATUAL:

- Trabalha com legislação atualizada e transparente;
- Critérios de Desmembramento regularizados;
- Atendimento organizado e agendado;
- Projeto simplificado reduziu tempo de aprovação
- Normatização e parâmetros para comunique-se
- ICAD proporciona mais agilidade fiscal
- Critérios de EIV para mitigação de impactos



SECRETARIA DE DESENV. URBANO

Resultados obtidos:

- Uso do Solo definido e ordenado;
- Novo ciclo de aprovações reduzindo estações de trâmite de processos;
- Atendimento com hora marcada e com senha;
- Viabilidade disponível por sistema online;
- Clareza e fundamentação nos comunicados;
- ICAD viabiliza documentação mais ágil;
- Mitigação de impactos geram contrapartidas.



SECRETARIA DE DESENV. URBANO



SECRETARIA DE DESENV. URBANO

	ÍNDICES URBANÍSTICOS							
	CRITÉRIOS MÍNIMOS				CRITÉRIOS MÁXIMOS			
	Tamaño dos lotes	vagas para autom.	taxa de permeabilidade	reouo	Coef. de aproveitamento	gabarito de altura	Densidade demográfica	taxa de ocupação
	(m ²)		(%)	(m)		(pavimentos)	(hab/ha)	(%)
Z R U	200	2	16	4	1,0	2	170	60
Z P R	200	1 residenc. 2 apartam. 1/50m ² com	16	4	1,2	4	300	60-inc-15% 50-inc-15%
Z P C	175	1 residenc. 2 apartam. 1/50m ² com	15	5	1,4	4	400	80 -com. 70 - res.
Z P I	175	1/habitação 1/100m ² com	12,5	5	1,0	3	300	70
ZEIS	175	1/habitação 1/50m ² com 0,65/Ha IS	16	4	1,2	2(part/com 5)prog. soc.	320	70
Z R	20.000	-	-	15	-	-	-	-



SECRETARIA DE DESENV. URBANO

O Setor de Fiscalização passou a compor a estrutura da Secretaria de Desenvolvimento Urbano em 2013 quando a fiscalização tinha 3 fiscais e passou a contar com 8 funcionários , sendo 02 fiscais (alvarás de funcionamento), 02 fiscais (Limpeza de terrenos), 02 fiscais (Obras), 1 auxiliar. Novos computadores para toda equipe da fiscalização e melhor local de trabalho



SECRETARIA DE DESENV. URBANO

01	Projeto Simplificado em vigor desde o final de 2015 (aprovação)	634 Processos
02	Comunique-se de projetos Simplificados	132 Processos
03	Média de processos de projeto completo (aprovação)	1747 Proc./Ano
04	Comunique-se de Projeto completo	1058 Proc./Ano
05	Número de Profissionais cadastrados	124
06	Mitigação de impacto de vizinhança (contrapartidas)	31
07	Emp. Imob. modalidade Loteamento Residencial e Misto	12
08	Empreend. Imob. modalidade Loteamento Industrial	2
09	Empreend. Imob. modalidade Condomínio	9
10	Análise fiscal (aguardando prazo da notificação)	1282
11	Análise fiscal (atendidas)	3727
12	Análise fiscal (irregulares)	2252
13	Alvará provisório	1909
14	Alvará definitivo	1647



SECRETARIA DE DESENV. URBANO

Loteamentos Aprovados

- ❑ Vila Martins
- ❑ Jardim Imperial
- ❑ Vila dos Eucaliptos
- ❑ Villagio do Conde
- ❑ Residencial Moutonée
- ❑ Industrial Jaraguá
- ❑ Corporate Park
- ❑ Residencial do Bosque
- ❑ Portal dos Bandeirantes
- ❑ Reserva Central Parque
- ❑ Jardim das Constelações
- ❑ Costa das Areias II
- ❑ Jardim Guarujá
- ❑ Jardim Taquaral



SECRETARIA DE DESENV. URBANO

Condomínios Aprovados

- Taperás
- Rio Branco
- MRV – Jd. Panorama
- Ágata
- Mariana Maria
- Galena
- Jardim Botânico
- Alvorada
- Prime – Jd. Nair Maria



SECRETARIA DE DESENV. URBANO

Compromissos oriundos de ofertas de mitigação antecipada de impactos de vizinhança referente à empreendimentos imobiliários.

Empreendimento	Compromisso	Permituição	Valor estimado	Situação
Loteamento VILA DOS EUCALIPTOS (PMS / SUPRE / VILA)	1. Implantação de um Centro Transição Regata, inserido no Parque Salto; 2. Contribuição de um terreno de 2.000,00m² para a implantação de um Centro de Atividades com capacidade de 200.000.000 Litros de Água; 3. Contribuição de um terreno de 2.000,00m² para a implantação de um Centro de Atividades com capacidade de 200.000.000 Litros de Água.	Termo de Compromisso 18 / 02 / 18	R\$ 2.000,00	Com 1 parcela em estado de licitação. Com 2 parcelas em estado de licitação em empresas imobiliárias.
Loteamento VILA MARTINS (PMS / SUPRE / VILA)	1. Obras de infraestrutura de saneamento básico total de R\$ 3.000,00; 2. Obras de infraestrutura de saneamento básico de R\$ 1.000,00; 3. Contribuição de um terreno de 2.000,00m² para a implantação de um Centro de Atividades com capacidade de 200.000.000 Litros de Água.	Termo de Compromisso 10 / 07 / 18	R\$ 3.000,00	Com 1 parcela em estado de licitação. Com 2 parcelas em estado de licitação em empresas imobiliárias.
Loteamento VILA MOUTONÉE (PMS / SUPRE / VILA)	1. Duplex de 207,227 m² para a implantação de um Centro de Atividades com capacidade de 200.000.000 Litros de Água; 2. Contribuição de um terreno de 2.000,00m² para a implantação de um Centro de Atividades com capacidade de 200.000.000 Litros de Água; 3. Contribuição de um terreno de 2.000,00m² para a implantação de um Centro de Atividades com capacidade de 200.000.000 Litros de Água.	Com 1 parcela em estado de licitação. Com 2 parcelas em estado de licitação em empresas imobiliárias.	R\$ 3.000,00	Finalizado
Loteamento JARDIM GUARUJÁ (PMS / SUPRE / VILA)	1. Contribuição de um terreno de 2.000,00m² para a implantação de um Centro de Atividades com capacidade de 200.000.000 Litros de Água; 2. Contribuição de um terreno de 2.000,00m² para a implantação de um Centro de Atividades com capacidade de 200.000.000 Litros de Água; 3. Contribuição de um terreno de 2.000,00m² para a implantação de um Centro de Atividades com capacidade de 200.000.000 Litros de Água.	Termo de Compromisso 17 / 04 / 18, 18/04/2018, 02 / 10 / 18	R\$ 3.000,00	Com 1 parcela em estado de licitação. Com 2 parcelas em estado de licitação em empresas imobiliárias.
Loteamento JARDIM TAQUARAL (PMS / SUPRE / VILA)	1. Contribuição de um terreno de 2.000,00m² para a implantação de um Centro de Atividades com capacidade de 200.000.000 Litros de Água; 2. Contribuição de um terreno de 2.000,00m² para a implantação de um Centro de Atividades com capacidade de 200.000.000 Litros de Água; 3. Contribuição de um terreno de 2.000,00m² para a implantação de um Centro de Atividades com capacidade de 200.000.000 Litros de Água.	Termo de Compromisso 18 / 04 / 18	R\$ 3.000,00	Com 1 parcela em estado de licitação. Com 2 parcelas em estado de licitação em empresas imobiliárias.



Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Turismo



SEC. DESENV. ECON. TRAB. E TURISMO

✓ ESTRUTURA FÍSICA

- Sede da Secretaria- Paço Municipal
- Pat, Procon. Banco do Povo(atendimento no Atende fácil)
- 05 Telecentros: Centro, Nações, Independência, Saltense, Santa Cruz
- Pontos Turísticos:
 - Parque da Rocha Moutonné
 - Parque de Lavras
 - Parque do Lago
 - Memorial do Tiete
 - Ponte Estada
 - Estação de Trem de Salto



SEC. DESENV. ECON. TRAB. E TURISMO

✓ QUADRO DE SERVIDORES

Categoria Profissional	Nº
Secretaria Municipal	
Dirtores de departamento	02-Cargo Comissão
Secretaria Executiva/Financeira	01-Cargo Comissão
Auxiliares Adm Telecentro	05-Concurso
Auxiliar de Serviços Gerais/telecentros	1- Concurso
Atendente Chefe Procon	01-Cargo-privativo de servidor
Estagiária (guardinha) escola ao Procon	1- estagiária
Agente Banco do Povo	01-Aux Adm- concurso
Atendentes PAT	02-Aux Adm - Concurso
Monitores de turismo	06-Concurso
Coordenador de Turismo	01 Cargo-privativo de Servidor
Controlador de Acesso Mirante	01- Cargo Comissão
Recepcionista do Posto de Atendimento ao Turista	1- Cargo Comissão
Estagiária de turismo	02-estagiária
Apoio ao Atendimento a empresa(auxiliar Adm)	01-Concurso
Coordenadora da Empregabilidade	1- Cargo Comissão
	20 pessoas



SEC. DESENV. ECON. TRAB. E TURISMO

✓ DADOS ORÇAMENTÁRIOS

ANO	Valor empenhado (\$)
2013	1.649.096,06
2014	3.041.591,53
2015	7.410.109,93
2016 (mês 9)	15.226.847,13
2017 (Orçado)	22.743.268,92

No PPA 2014/17 os repasses do DADE, antes feitos à Sec. de Obras foram transferidos para o S.D.E.T.T.



SEC. DESENV. ECON. TRAB. E TURISMO

Carro

1-UNO MILE – DMN – 3049



SEC. DESENV. ECON. TRAB. E TURISMO

Planejamento: 5 frentes de atuação

1. Atração de Novas Empresas
2. Fortalecimento das empresas locais
3. Capacitação de Mão de Obra
4. Inclusão Digital
5. Turismo como propulsor de Desenvolvimento



SEC. DESENV. ECON. TRAB. E TURISMO

Reformulação a legislação de incentivos fiscais às empresas, equiparando-a às cidades de nossa região

- 2013 - Implementação da Lei Geral/ 2008 (participação ME e EPP em licitações)
- 2013 - Criação da Lei nº 3195 de 16 de Agosto para atração de grandes empresas.
- 2014 - Criação da Lei nº 3391 de 29 de Novembro - prorrogação de isenção do IPTU para a empresa York visando a ampliação da empresa.
- 2016 - Criação da Lei nº 3.594 de 24 de Junho que autoriza a concessão de incentivos fiscais aos loteamentos, exclusivamente, com fins empresariais.



SEC. DESENV. ECON. TRAB. E TURISMO

Elaboramos um material de marketing para divulgar Salto



SEC. DESENV. ECON. TRAB. E TURISMO

1. Atração de 50 Novas Empresas= 6239 empregos diretos e 2300 indiretos

- 1-Corporate Park Salto
- 2-Gühring
- 3-MK Logística
- 4-Confecção Vida Bela
- 5-Globo EPS
- 6-TCP Salto
- 7-Tecno Project Industrial
- 8-Casa Aliança
- 9-Restaurante Yuudai
- 10-Cobreq/TMD



SEC. DESENV. ECON. TRAB. E TURISMO

11-Rotubras
12-Allianza Eireli
13-A.R. Service Eireli
14-System Laser Eireli
15-CCI do Brasil
16-Lifan Motors
17-Agrocaixa
18-Turberfil

19- Jauser(antigo Hib Port)
20-Tenda Atacado
21-Jumak
22-Andrett Conexões
23-Cipec
24-Sabor Brasileiro
25-Hotel Alji
26-Ultrapower
27-Lobo Empreendimentos.
28-Gaplast
29- CD Tenda
30-FEIC
31- Delta Log
32- Tropical Calçados
33-Papa Cartão
34-Fazendas urbanas
35-Base Mix
36-Miranda Superm. Sta Cruz



SEC. DESENV. ECON. TRAB. E TURISMO

37-Mc Donalds
38-Miranda Superm. Vila Flora
39-Supermercado São Vicente
40-Sil Cabos Elétricos
41-Tchê do peixe
42-Drogasil
43-Swet Cream Chocolates
44-Firenza
45- Centro Tecnológico Gandini
46- CD Ypê-
47- Delta CNC- Galvanoplastia
48-Centro Comercial(Fast Food)
49-Siricred/Instituição Financeira
50-Lojas auto peças/ Multinacional



SEC. DESENV. ECON. TRAB. E TURISMO

4.1 - Atração de grandes empresas:

- TMD Friction/Cobreq: 750 empregos(quando em plena atividade)
200 empregos (durante a construção)
- TENDA Hipermercado:
250 empregos - Loja
400 empregos - CD



SEC. DESENV. ECON. TRAB. E TURISMO

4.1 - Atração de grandes empresas:

- Sil Cabos Elétricos

fábrica 37 mil m²- 600
empregos



SEC. DESENV. ECON. TRAB. E TURISMO

- CD e ampliação da empresa YPÊ: 150 empregos quando em pleno funcionamento (CD e ampliação)
- FEIC Ferramentaria: geração de 200 empregos quando em pleno funcionamento.
- GÜHRING: geração de 150 empregos



SEC. DESENV. ECON. TRAB. E TURISMO

4.2 - Atração de novos Comércios
e Prestadores de Serviços:

- Hotel Alji
- Jumak
- MK Logistica
- Restaurantes: Yuudai
Tchê do Peixe
- Drogasil



SEC. DESENV. ECON. TRAB. E TURISMO

Empresas, MEI e Autônomos
via ICAD

	Empresas	MEI	Autônomos	Sub Total
Aberturas	<u>1458</u>	<u>1151</u>	<u>431</u>	3040
Encerramentos	<u>884</u>	<u>101</u>	<u>381</u>	1366
Total	2342	1252	812	4406

* Muitos autônomos migraram para MEI



SEC. DESENV. ECON. TRAB. E TURISMO

5 - Empreendimentos:

- Lobo Empreendimentos
- Corporate Park
- Delta Log
- Jaraguá



SEC. DESENV. ECON. TRAB. E TURISMO

Planejamento: 5 frentes de atuação

1. Atração de Novas Empresas
2. Fortalecimento das empresas locais
3. Capacitação de Mão de Obra
4. Inclusão Digital
5. Turismo como propulsor de Desenvolvimento



SEC. DESENV. ECON. TRAB. E TURISMO

Implementação da Lei Geral para capacitar os ME e EPPs a participar de licitações públicas, sendo que 131 das empresas vencedoras são de Salto,

(entre 2013 – 2016)

8 agentes de desenvolvimento capacitados pelo SEBRAE

69 Encontro Empresarial Eixo Comércio e Serviços Convite

A Prefeitura do Estado de Salto, por meio da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Turismo (SEDET) e Administração, convida a todos os empresários para participarem do **69 Encontro Empresarial - Eixo Comércio e Serviços**.

17 de setembro de 2013 das 8h30 às 12h

Sala Plena de Cervejas (CSC) Rua Presidente de Moraes, 1000 - Centro

O evento tem como principal objetivo divulgar e promover ações de fomento e estimular a participação dos empresários em atos nas Licitações Públicas.

Programação:	
8h30	Atividades de Marketing e Desenvolvimento
9h00	Atividades de Marketing e Desenvolvimento
9h30	Atividades de Marketing e Desenvolvimento
10h00	Atividades de Marketing e Desenvolvimento
10h30	Atividades de Marketing e Desenvolvimento
11h00	Atividades de Marketing e Desenvolvimento
11h30	Atividades de Marketing e Desenvolvimento
12h00	Atividades de Marketing e Desenvolvimento
12h30	Atividades de Marketing e Desenvolvimento
13h00	Atividades de Marketing e Desenvolvimento
13h30	Atividades de Marketing e Desenvolvimento
14h00	Atividades de Marketing e Desenvolvimento
14h30	Atividades de Marketing e Desenvolvimento
15h00	Atividades de Marketing e Desenvolvimento
15h30	Atividades de Marketing e Desenvolvimento
16h00	Atividades de Marketing e Desenvolvimento
16h30	Atividades de Marketing e Desenvolvimento
17h00	Atividades de Marketing e Desenvolvimento
17h30	Atividades de Marketing e Desenvolvimento
18h00	Atividades de Marketing e Desenvolvimento
18h30	Atividades de Marketing e Desenvolvimento
19h00	Atividades de Marketing e Desenvolvimento
19h30	Atividades de Marketing e Desenvolvimento
20h00	Atividades de Marketing e Desenvolvimento
20h30	Atividades de Marketing e Desenvolvimento
21h00	Atividades de Marketing e Desenvolvimento
21h30	Atividades de Marketing e Desenvolvimento
22h00	Atividades de Marketing e Desenvolvimento
22h30	Atividades de Marketing e Desenvolvimento
23h00	Atividades de Marketing e Desenvolvimento
23h30	Atividades de Marketing e Desenvolvimento
24h00	Atividades de Marketing e Desenvolvimento
24h30	Atividades de Marketing e Desenvolvimento
25h00	Atividades de Marketing e Desenvolvimento
25h30	Atividades de Marketing e Desenvolvimento
26h00	Atividades de Marketing e Desenvolvimento
26h30	Atividades de Marketing e Desenvolvimento
27h00	Atividades de Marketing e Desenvolvimento
27h30	Atividades de Marketing e Desenvolvimento
28h00	Atividades de Marketing e Desenvolvimento
28h30	Atividades de Marketing e Desenvolvimento
29h00	Atividades de Marketing e Desenvolvimento
29h30	Atividades de Marketing e Desenvolvimento
30h00	Atividades de Marketing e Desenvolvimento
30h30	Atividades de Marketing e Desenvolvimento
31h00	Atividades de Marketing e Desenvolvimento
31h30	Atividades de Marketing e Desenvolvimento
32h00	Atividades de Marketing e Desenvolvimento
32h30	Atividades de Marketing e Desenvolvimento
33h00	Atividades de Marketing e Desenvolvimento
33h30	Atividades de Marketing e Desenvolvimento
34h00	Atividades de Marketing e Desenvolvimento
34h30	Atividades de Marketing e Desenvolvimento
35h00	Atividades de Marketing e Desenvolvimento
35h30	Atividades de Marketing e Desenvolvimento
36h00	Atividades de Marketing e Desenvolvimento
36h30	Atividades de Marketing e Desenvolvimento
37h00	Atividades de Marketing e Desenvolvimento
37h30	Atividades de Marketing e Desenvolvimento
38h00	Atividades de Marketing e Desenvolvimento
38h30	Atividades de Marketing e Desenvolvimento
39h00	Atividades de Marketing e Desenvolvimento
39h30	Atividades de Marketing e Desenvolvimento
40h00	Atividades de Marketing e Desenvolvimento
40h30	Atividades de Marketing e Desenvolvimento
41h00	Atividades de Marketing e Desenvolvimento
41h30	Atividades de Marketing e Desenvolvimento
42h00	Atividades de Marketing e Desenvolvimento
42h30	Atividades de Marketing e Desenvolvimento
43h00	Atividades de Marketing e Desenvolvimento
43h30	Atividades de Marketing e Desenvolvimento
44h00	Atividades de Marketing e Desenvolvimento
44h30	Atividades de Marketing e Desenvolvimento
45h00	Atividades de Marketing e Desenvolvimento
45h30	Atividades de Marketing e Desenvolvimento
46h00	Atividades de Marketing e Desenvolvimento
46h30	Atividades de Marketing e Desenvolvimento
47h00	Atividades de Marketing e Desenvolvimento
47h30	Atividades de Marketing e Desenvolvimento
48h00	Atividades de Marketing e Desenvolvimento
48h30	Atividades de Marketing e Desenvolvimento
49h00	Atividades de Marketing e Desenvolvimento
49h30	Atividades de Marketing e Desenvolvimento
50h00	Atividades de Marketing e Desenvolvimento
50h30	Atividades de Marketing e Desenvolvimento
51h00	Atividades de Marketing e Desenvolvimento
51h30	Atividades de Marketing e Desenvolvimento
52h00	Atividades de Marketing e Desenvolvimento
52h30	Atividades de Marketing e Desenvolvimento
53h00	Atividades de Marketing e Desenvolvimento
53h30	Atividades de Marketing e Desenvolvimento
54h00	Atividades de Marketing e Desenvolvimento
54h30	Atividades de Marketing e Desenvolvimento
55h00	Atividades de Marketing e Desenvolvimento
55h30	Atividades de Marketing e Desenvolvimento
56h00	Atividades de Marketing e Desenvolvimento
56h30	Atividades de Marketing e Desenvolvimento
57h00	Atividades de Marketing e Desenvolvimento
57h30	Atividades de Marketing e Desenvolvimento
58h00	Atividades de Marketing e Desenvolvimento
58h30	Atividades de Marketing e Desenvolvimento
59h00	Atividades de Marketing e Desenvolvimento
59h30	Atividades de Marketing e Desenvolvimento
60h00	Atividades de Marketing e Desenvolvimento
60h30	Atividades de Marketing e Desenvolvimento
61h00	Atividades de Marketing e Desenvolvimento
61h30	Atividades de Marketing e Desenvolvimento
62h00	Atividades de Marketing e Desenvolvimento
62h30	Atividades de Marketing e Desenvolvimento
63h00	Atividades de Marketing e Desenvolvimento
63h30	Atividades de Marketing e Desenvolvimento
64h00	Atividades de Marketing e Desenvolvimento
64h30	Atividades de Marketing e Desenvolvimento
65h00	Atividades de Marketing e Desenvolvimento
65h30	Atividades de Marketing e Desenvolvimento
66h00	Atividades de Marketing e Desenvolvimento
66h30	Atividades de Marketing e Desenvolvimento
67h00	Atividades de Marketing e Desenvolvimento
67h30	Atividades de Marketing e Desenvolvimento
68h00	Atividades de Marketing e Desenvolvimento
68h30	Atividades de Marketing e Desenvolvimento
69h00	Atividades de Marketing e Desenvolvimento
69h30	Atividades de Marketing e Desenvolvimento
70h00	Atividades de Marketing e Desenvolvimento
70h30	Atividades de Marketing e Desenvolvimento
71h00	Atividades de Marketing e Desenvolvimento
71h30	Atividades de Marketing e Desenvolvimento
72h00	Atividades de Marketing e Desenvolvimento
72h30	Atividades de Marketing e Desenvolvimento
73h00	Atividades de Marketing e Desenvolvimento
73h30	Atividades de Marketing e Desenvolvimento
74h00	Atividades de Marketing e Desenvolvimento
74h30	Atividades de Marketing e Desenvolvimento
75h00	Atividades de Marketing e Desenvolvimento
75h30	Atividades de Marketing e Desenvolvimento
76h00	Atividades de Marketing e Desenvolvimento
76h30	Atividades de Marketing e Desenvolvimento
77h00	Atividades de Marketing e Desenvolvimento
77h30	Atividades de Marketing e Desenvolvimento
78h00	Atividades de Marketing e Desenvolvimento
78h30	Atividades de Marketing e Desenvolvimento
79h00	Atividades de Marketing e Desenvolvimento
79h30	Atividades de Marketing e Desenvolvimento
80h00	Atividades de Marketing e Desenvolvimento
80h30	Atividades de Marketing e Desenvolvimento
81h00	Atividades de Marketing e Desenvolvimento
81h30	Atividades de Marketing e Desenvolvimento
82h00	Atividades de Marketing e Desenvolvimento
82h30	Atividades de Marketing e Desenvolvimento
83h00	Atividades de Marketing e Desenvolvimento
83h30	Atividades de Marketing e Desenvolvimento
84h00	Atividades de Marketing e Desenvolvimento
84h30	Atividades de Marketing e Desenvolvimento
85h00	Atividades de Marketing e Desenvolvimento
85h30	Atividades de Marketing e Desenvolvimento
86h00	Atividades de Marketing e Desenvolvimento
86h30	Atividades de Marketing e Desenvolvimento
87h00	Atividades de Marketing e Desenvolvimento
87h30	Atividades de Marketing e Desenvolvimento
88h00	Atividades de Marketing e Desenvolvimento
88h30	Atividades de Marketing e Desenvolvimento
89h00	Atividades de Marketing e Desenvolvimento
89h30	Atividades de Marketing e Desenvolvimento
90h00	Atividades de Marketing e Desenvolvimento
90h30	Atividades de Marketing e Desenvolvimento
91h00	Atividades de Marketing e Desenvolvimento
91h30	Atividades de Marketing e Desenvolvimento
92h00	Atividades de Marketing e Desenvolvimento
92h30	Atividades de Marketing e Desenvolvimento
93h00	Atividades de Marketing e Desenvolvimento
93h30	Atividades de Marketing e Desenvolvimento
94h00	Atividades de Marketing e Desenvolvimento
94h30	Atividades de Marketing e Desenvolvimento
95h00	Atividades de Marketing e Desenvolvimento
95h30	Atividades de Marketing e Desenvolvimento
96h00	Atividades de Marketing e Desenvolvimento
96h30	Atividades de Marketing e Desenvolvimento
97h00	Atividades de Marketing e Desenvolvimento
97h30	Atividades de Marketing e Desenvolvimento
98h00	Atividades de Marketing e Desenvolvimento
98h30	Atividades de Marketing e Desenvolvimento
99h00	Atividades de Marketing e Desenvolvimento
99h30	Atividades de Marketing e Desenvolvimento
100h00	Atividades de Marketing e Desenvolvimento
100h30	Atividades de Marketing e Desenvolvimento



SEC. DESENV. ECON. TRAB. E TURISMO

Programa ALI – Agentes Locais de Inovação

49 empresas beneficiadas sendo que 28 EPPs mantêm o acompanhamento



SEC. DESENV. ECON. TRAB. E TURISMO

FICAT - Feira de Indústria Comércio, Agricultura e Turismo

- 27.000 mil visitantes
- 11 milhões/negócios fechados



Rodada de Negócios:

- 150 Participantes
- 4 milhões/ negócios fechados



Bota fora Associação Comercial:
venderam 60% da média do mês em 4 dias.



SEC. DESENV. ECON. TRAB. E TURISMO

Estratégia de Aproximação com visitação às Empresas

105 empresas visitadas com a presença do Prefeito Juvenil

objetivo: favorecer o relacionamento com o poder público e interligar fornecedores à clientes



SEC. DESENV. ECON. TRAB. E TURISMO

Banco do Povo Paulista

Apoiando os micro empreendedores

5365 atendimentos +
59 nas edições do Projeto
Prefeitura no Bairro

Contratos finalizados: 573

Valor injetado na economia
local: R\$2.919.272,00



SEC. DESENV. ECON. TRAB. E TURISMO

Atendimento às Micro e Pequenas Empresas e Micro Empreendedor, por meio do Convênio com ACIAS / SEBRAE

- Valor de repasse no quadriênio =
R\$428.000,00

- 8422 atendimentos



SEC. DESENV. ECON. TRAB. E TURISMO

AGRICULTURA: 2013-2016

O projeto de inclusão dos agricultores locais na chamada pública para fornecimento da merenda escolar foi certificado pelo Selo Social e Prefeito Empreendedor



SEC. DESENV. ECON. TRAB. E TURISMO

AGRICULTURA: 2013-2016

Divulgação da possibilidade de fornecimento para a merenda escolar do município, sendo que 3 produtores familiares venceram a licitação e fornecem 10 itens, inclusive de produtos orgânicos.

2015= 45.360,00

2106= 34.585,00



SEC. DESENV. ECON. TRAB. E TURISMO

Convênio da Prefeitura e Associação dos Orquidófilos – ações:

- Plantio de 2709 orquídeas nas árvores das principais vias públicas e praças com o objetivo de embelezar a cidade e estimular práticas ambientais de valorização da natureza - Foram realizadas de 2013 a 2106 4 exposições



SEC. DESENV. ECON. TRAB. E TURISMO

PROCON

- 17.500 atendimentos
- 2013 – 4806 processos
- 2014 – 3960 processos
- 2015 – 2666 processos
- 2016 – 2921 processos
- Prefeitura no Bairro – 63
- Audiências de conciliação – 75
- Índice de resolução de 92,75% das demandas



SEC. DESENV. ECON. TRAB. E TURISMO

Planejamento: 5 frentes de atuação

1. Atração de Novas Empresas
2. Fortalecimento das empresas locais
3. **Capacitação de Mão de Obra**
4. Inclusão Digital
5. Turismo como propulsor de Desenvolvimento



SEC. DESENV. ECON. TRAB. E TURISMO

Geração de trabalho e renda

PAT – Posto de Atendimento ao Trabalhador

Atendimentos de rotina:

- 2013 – 26399
- 2014 – 35398
- 2015 – 27681
- 2016 – 35.395



Total Geral- 101.478
Prefeitura no Bairro: 237



SEC. DESENV. ECON. TRAB. E TURISMO

Programa de Empregabilidade

É uma agenda única que reúne todos os cursos de qualificação gratuitos do município. Já realizou quase 8000 atendimentos e 264 cursos via SENAR, SENAC, SENAI, PRONATEC, IFSP, PEQ, Time do Emprego).

9425 participantes
26 palestras – 1080 pessoas
10 oficinas – 100 pessoas



A divulgação de vagas do PAT e cursos no facebook da empregabilidade – mais de 6000 seguidores.



SEC. DESENV. ECON. TRAB. E TURISMO

Capacitação – Escola SENAC

- Salto contará com uma unidade do SENAC, em uma área adquirida pelo Instituto Solidare, na região do Buru.
- Cursos: Via Rápida e Aprendizagem – 14 cursos com 420 participantes



SEC. DESENV. ECON. TRAB. E TURISMO

Convênio SENAI/ Prefeitura/Assisa

O SENAI Salto - Centro Municipal de Iniciação Profissional - CEMIP Prof. Lair Lyra Brandão fica localizado na Rua Rio Branco, 1555,



- Valor de repasse no quadriênio – R\$960.000,00-



SEC. DESENV. ECON. TRAB. E TURISMO

Planejamento: 5 frentes de atuação

1. Atração de Novas Empresas
2. Fortalecimento das empresas locais
3. Capacitação de Mão de Obra
4. **Inclusão Digital**
5. Turismo como propulsor de Desenvolvimento

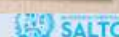


SEC. DESENV. ECON. TRAB. E TURISMO

Ampliação das ações de inclusão digital



- Abertura de mais dois telecentros, totalizando cinco
- 127 turmas para oficinas de Inclusão Digital com 1.270 participantes.
- Mais de 100 mil acessos pela população
- Internet sem fio e gratuita para a população do entorno do telecentro Santa Cruz, com aproximadamente 1000 acessos mensais



SEC. DESENV. ECON. TRAB. E TURISMO

Ações para inclusão cada vez maior das pessoas com deficiência no mercado de trabalho.



- Parceria entre a Coordenadoria da Pessoa com Deficiência e o PAT para capacitação de pessoas com deficiência
 - Dia D – Dia Nacional de Contratação da Pessoa com Deficiência – 24 atendimentos e 6 contratações
 - Encaminhamento dos
 - cadastros de PcDs para
 - vagas abertas no PAT



SEC. DESENV. ECON. TRAB. E TURISMO

Planejamento: 5 frentes de atuação

1. Atração de Novas Empresas
2. Fortalecimento das empresas locais
3. Capacitação de Mão de Obra
4. Inclusão Digital
5. **Turismo como propulsor de Desenvolvimento**



SEC. DESENV. ECON. TRAB. E TURISMO

O Departamento de Turismo sai da Cultura e vem para o Desenvolvimento Econômico final de 2013

SEC. DESENV. ECON. TRAB. E TURISMO

- **Identificação das potencialidades Turísticas do município (contemplação; aventura; educacional; cultural; religioso).**
- De 2013 até o momento colhemos:
 - 2.621 questionários sobre o Perfil do Turista.
 - 75 formulários junto aos empresários e atrativos turístico.
- Elaboramos um Inventário turístico para subsidiar o Plano de Turismo.
- Implantação do Posto de Informação Turística (PIT).



SEC. DESENV. ECON. TRAB. E TURISMO

Fortalecimento do Conselho Municipal de Turismo, garantindo maior participação da sociedade

- Recuperação da memória documental do COMTUR referente ao período anterior a 2013;
- Realização dos registros documentais do conselho, cumprindo a exigência da lei das Estâncias;
- Encontros mensais e incorporação de novos membros junto ao conselho.
- Criação da Nova Lei do COMTUR (Lei 3255 de 26 de fevereiro de 2014) e utilização do FUMTUR;
- Repasse de recursos para o FUMTUR (Lei 3.594 de 24 de junho de 2016);



SEC. DESENV. ECON. TRAB. E TURISMO

Parcerias com o setor Privado, para tornar o turismo um elemento propulsor de nosso desenvolvimento.

- Construção e concessão(modalidade nova) da Lanchonete do Parque da Rocha Moutonné;
- Criação de dois folders turísticos em parceria com o setor privado;
- Direcionamento dos fluxos turísticos ao empresários do setor de alimentação;
- Licitação do restaurante da Estação por meio da Lei Geral Municipal;
- Aprovação da lei Municipal 3532/2015 visando a concessão onerosa do mirante/ponte estaiada



SEC. DESENV. ECON. TRAB. E TURISMO

Integração com os municípios próximos, cada qual trabalhando sua vocação de forma articulada.

- Participação das reuniões do Roteiro dos Bandeirantes;
- A Prefeitura de Salto tornou-se associada ao Protur Regional.



SEC. DESENV. ECON. TRAB. E TURISMO

Implantações de Capacitações Continuadas

- 13 visitas técnicas;
- 33 palestras externas de capacitação;
- 62 Oficinas internas de aperfeiçoamento todas as segundas-feiras;
- Parceria com o IFSP, que ofereceu o curso básico e intermediário de inglês aos monitores de turismo e ao trade;
- Curso de Libras(em andamento até maio de 2017)
- Contratação de 3 monitores , um coordenador para o setor, 4 estagiários de turismo



SEC. DESENV. ECON. TRAB. E TURISMO

Elaboração do 1º Plano Diretor de Turismo
(disponível no site)

- Propõe 6 Programas e 18 projetos para a cidade;
- O plano contou com 12 encontros e reuniu 211 pessoas.



SEC. DESENV. ECON. TRAB. E TURISMO

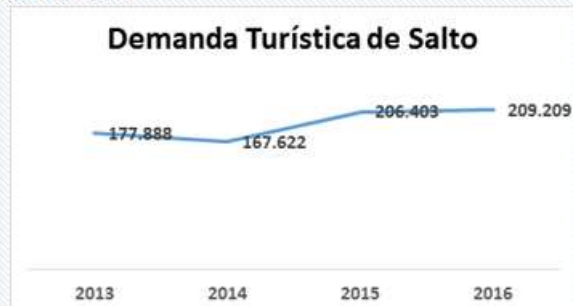
Diretrizes do Plano de Turismo de Salto

1. PLANEJAMENTO E
GESTÃO DO TURISMO2. ESTRUTURAÇÃO E
QUALIFICAÇÃO DO
TURISMODIRETRIZES
PDT SALTO3. PARTICIPAÇÃO
POPULAR E
DESENVOLVIMENTO
COMUNITÁRIO DO
TURISMO4. DIVULGAÇÃO E
PROMOÇÃO DO
TURISMO

SEC. DESENV. ECON. TRAB. E TURISMO

Aumento no Atendimento aos Turistas e Visitantes

- Recepção de Turistas :



SEC. DESENV. ECON. TRAB. E TURISMO

Aumento no Atendimento aos Turistas e Visitantes

- Atendimento com Monitoria Agendada:

2013- 35.209 visitantes
2014 – 24.782 visitantes
2015 – 36.923 visitantes
2016 – 37.200 visitantes
(estimado)



SEC. DESENV. ECON. TRAB. E TURISMO

Investimentos na Imagem Turística de Salto

- Criação de um Vídeo Institucional do Turismo;
- Criação de um folders trilingue e outro bilingue; - Aperfeiçoamento do site com adição de informações e agendamento online;
- Participação em 2 Feiras de Negócio.



SEC. DESENV. ECON. TRAB. E TURISMO

CONVÊNIOS

EXERCÍCIO 2013 - OBRAS CONCLUÍDAS		
Fonte/Órgão	Objeto	Total
Estadual DADE	Projeto do Trem Republicano	R\$ 120.648,19
	Plano Diretor de Turismo	R\$ 180.000,00
	Reforma e Revitalização do Parque do Lago	R\$ 1.636.281,13



SEC. DESENV. ECON. TRAB. E TURISMO

CONVÊNIOS

EXERCÍCIO 2013 - OBRAS A SEREM CONCLUÍDAS		
Fonte/Órgão	Objeto	Total
Estadual DADE	Obra do Trem Republicano	R\$ 2.561.665,30
Mtur	Reforma e Revitalização da Av. Dom Pedro II	R\$ 423.913,05



SEC. DESENV. ECON. TRAB. E TURISMO

CONVÊNIOS

EXERCÍCIO 2014 - OBRAS CONCLUÍDAS		
Fonte/Órgão	Objeto	Total
Federal	Reforma e Revitalização da Praça Archimedes Lamoglia	R\$ 272.053,44
MT	Reforma e Revitalização da Estação Ferroviária - 1ª Etapa	R\$ 275.170,48



SEC. DESENV. ECON. TRAB. E TURISMO

CONVÊNIOS

EXERCÍCIO 2014 – OBRAS A SEREM CONCLUÍDOS		
Fonte/Órgão	Objeto	Total
Estadual DADE	Reforma e Revitalização da Estação Ferroviária - 2ª Etapa	R\$ 3.797.921,29
	Reforma e Revitalização da Avenida Dom Pedro II	R\$ 600.666,98



SEC. DESENV. ECON. TRAB. E TURISMO

CONVÊNIOS

EXERCÍCIO 2015 - OBRAS CONCLUÍDAS		
Fonte/Órgão	Objeto	Total
Estadual DADE	Recapeamento em vias do Centro Velho da Cidade	R\$ 2.803.467,57



SEC. DESENV. ECON. TRAB. E TURISMO

CONVÊNIOS

EXERCÍCIO 2016 – OBRAS E PROJETOS EM ANDAMENTO		
Fonte/Órgão	Objeto	Total
Estadual DADE	Recapeamento em vias do Centro - 2ª Etapa	R\$ 1.741.088,11
	Reforma e Revitalização da Ponte Pensil e Caminho das Esculturas	R\$ 437.778,74
DADE	Obras do trem republicano - 2ª Etapa (Girador)	R\$ 1.320.778,74
Federal MTUR	Construção de Centro de Atendimento do Turismo e Aquisição de Mobiliário	R\$ 295.500,00



SEC. DESENV. ECON. TRAB. E TURISMO

OBRAS DOS ANOS ANTERIORES				
Fonte Órgão	Exercício	Objeto	Total	Observação
Estadual DADE	2008	Drenagem na Avenida Hilário Ferrari	R\$ 849.303,55	Início em Julho de 2016 - 67% concluído. (Previsão de Término: Dezembro/2016)
	2011	Implantação da 1ª Etapa da Ilha da Usina	R\$ 1.220.993,05	Início em Julho de 2016 - 18% concluído. (Previsão de término: abril/2017)
	2011	Aprovação do Projeto do teleférico/Obtenção de licenciamento	R\$ 333.781,96	Concluído
	2012	Iluminação e Paisagismo da Rodovia SP 79 - Salto/Itu	R\$ 784.305,93	Concluído
	2010/2012	Ponte Estaiada	R\$ 29.999.278,88	Concluído
Federal MTUR	2008	Trem Republicano	R\$ 2.204.211,02	Paralisada



SEC. DESENV. ECON. TRAB. E TURISMO

Exercício 2013-2016				
Fonte	Órgão	Objeto	Total	Observação
Tesouro	SDETT	Reforma do Auditório do Memorial do Tietê	R\$ 79.000,00	Concluído
		Readequação do Parque da Rocha Moutonnée	R\$ 200.000,00	Concluído



SEC. DESENV. ECON. TRAB. E TURISMO

PROJETOS CONTRATADOS

Projeto	Valor estimado para a execução
Reforma e Revitalização da Praça XV	R\$ 500.000,00
Reforma e Revitalização do Monumento à N. S. do Monte Serrat	R\$ 700.000,00
Reforma e Revitalização do Parque de Lavras	R\$ 600.000,00
Reforma e Revitalização do Memorial do Tietê	R\$ 450.000,00
Implantação do Parque Linear	R\$ 3.500.000,00



SEC. DESENV. ECON. TRAB. E TURISMO

AÇÕES FUTURAS

- CONSTRUÇÃO DO BANHEIRO PRÓXIMO AO MIRANTE DA PONTE ESTAIADA (TERMO DE PARCERIA FORMALIZADO COM CLAUDEMIR ANTONIO DI SIERVO);
- OBTENÇÃO DE AUTORIZAÇÃO DA RUMO ALL E ANTT PARA INTERVENÇÃO NO LOTE 2 DA LINHA FÉRREA



SEC. DESENV. ECON. TRAB. E TURISMO

Gestão Participativa

- ✓ Conselho Municipal de Turismo- COMTUR
- ✓ Comissão Municipal de Emprego- COEMPREGO
- ✓ Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural
- ✓ Conselho Gestor PAE- Posto Atendimento ao Empreendedor
- ✓ Comitê de Comércio Exterior(criado por esta gestão)



SEC. DESENV. ECON. TRAB. E TURISMO

“Com dedicação, motivação, visão, talento, diálogo e trabalho em equipe podemos transformar o trabalho, a empresa, a comunidade e contribuirmos para uma sociedade melhor e mais justa”. Otto Cembranelli



Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos**SECRETARIA DE OBRAS****Introdução**

O presente relatório tem por finalidade apresentar os resultados obtidos pela Gestão da Secretaria de Obras e Serviços Públicos de Salto, durante os anos de 2013 a 2016, formulado sob a óptica do planejamento, enfocando os objetivos, metas e resultados alcançados.

**SECRETARIA DE OBRAS****✓ ESTRUTURA FÍSICA**

- Sede da Secretaria - Rua Marechal Deodoro, nº 950 – Vila Nova



SECRETARIA DE OBRAS

✓ QUADRO DE SERVIDORES

Categoria Profissional	Qtd.
Chefe de Gabinete	01
Diretor de Departamento	02
Diretor de Divisão	02
Chefe de Setor	08
Engenheiro	01
Arquiteta	01
Assistente Técnico II	02
Oficial de Manutenção	39
Operador de Máquinas	04
Motorista	05
Auxiliar de Serviços Gerais	20
Oficce Boy	01
TOTAL:	85



SECRETARIA DE OBRAS

✓ QUADRO DE VEÍCULOS

Veículo	Qtd.
Carreta Reboque	02
Fiat Uno	04
Camioneta	02
Caminhões	12
Pick-Up	03
Kombi	02
Micro Ônibus	02
Pá Carregadeira	02
Retro Escavadeira	02
Trator	01
TOTAL:	32



SECRETARIA DE OBRAS

✓ DADOS ORÇAMENTÁRIOS

ANO	Valor empenhado (\$)
2013 (+M. Amb. +DADE)	34.034.086,48
2014	9.912.565,33
2015	11.609.046,51
2016 (mês 9)	11.682.169,83
2017 (Orçado)	16.518.622,42



SECRETARIA DE OBRAS

✓ CONTRATOS EM ANDAMENTO

CT	ADITAMENTO	EMPRESA	OBJETO	DATA FINAL
130/2013	2*	AMÉRICA - LOC	LOCAÇÃO DE VEÍCULOS R\$ 2.062.692,94	09/12/2016
01/2014	6*	LUIZ VIANA TRANSPORTES LTDA	LOCAÇÃO DE VEÍCULOS - VALOR DO ADT. R\$ 702.829,92	24/03/2017
97/2016		CONSTRUDAHER CONSTRUÇÕES LTDA.	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS DRENAGEM E PAVIMENTAÇÃO DA AV. HILÁRIO FERRARI - VALOR R\$ 649.309,55	07/01/2017



SECRETARIA DE OBRAS

✓ CONTRATOS EM ANDAMENTO

CT	ADITAMENTO	EMPRESA	OBJETO	DATA FINAL
92/2016		OSRAGEN ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA	SERVIÇOS DE RECAPAMENTO 2ª FASE - MARCHEL DOBODOM E FLORIANO PEIXOTO - VALOR TOTAL: R\$ 1.298.125,84	29/06/2017
22/2015	4*	CONSTRUDAHER CONSTRUÇÕES LTDA.	ELABORAÇÃO DE PROJETOS DE OBRAS PARA REVITALIZAÇÃO E REQUALIFICAÇÃO DO PARQUE DO LADO - R\$ 1.549.330,14	07/12/2016
CONTRATO Nº 66/2015 PROCESSO ADM Nº 12720/2014-	4*	DNP TERRAPLENAGEM E PAVIMENTADORA FORRESTO LTDA.	RECAPAMENTO E SINALIZAÇÃO VIÁRIA NAS RUAS RUI BARROSA, BRUXELAS, JOAQUIM NASCIMENTO E LUIZ OLÍVIO BORTOLUCCI (VILA TEBERAL) - R\$ 457.772,56	15/01/2017



SECRETARIA DE OBRAS

✓ CONTRATOS EM ANDAMENTO

CT	ADITAMENTO	EMPRESA	OBJETO	DATA FINAL
40/2016		DNP TERRAPLENAGEM E PAVIMENTADORA FORRESTO LTDA.	RECAPAMENTO DO CENTRO VELHO R\$ 2.344.759,50	11/12/2016
66/2015 PROCESSO ADM Nº 2551/2016		DNP TERRAPLENAGEM E PAVIMENTADORA FORRESTO LTDA.	RECAPAMENTO SOBRE PARALELO DA RUA SÃO DIMAS R\$ 265.650,85	16/05/2017
26/2014	3*	DNP TERRAPLENAGEM E PAVIMENTADORA FORRESTO LTDA.	SERVIÇO DE PAVIMENTAÇÃO ASPÁLTICA, CALÇADA, DRENAGEM E SINALIZAÇÃO VIÁRIA R\$ 1.692.909,14	22/04/2017
65/2015	1*	CONSTRUDAHER CONSTRUÇÕES LTDA.	EXECUÇÃO DE SERVIÇOS NA ILHA DA USINA R\$ 1.216.209,55	09/12/2016



SECRETARIA DE OBRAS

✓ OBRAS EM EXECUÇÃO

- Recapeamento da Marechal Deodoro e Floriano Peixoto (Nações – DADE) - Previsão para Fevereiro de 2017;
- Drenagem da Av. Hilário Ferrari – Previsão segunda quinzena de dezembro 2016 (DADE 2008);
- Execução da Obra na Ilha do EMAE – Previsão Abril 2017 (DADE);
- Término do contrato das Diversas Ruas, com drenagem e Asfaltamento das Ruas Cuiabá, Ligúria e Itapiru – Vila Roma - Previsão para segunda quinzena de Janeiro de 2017 (Dep. Aline);
- Asfaltamento da Rua São Dimas, Jd. Nova Era – Previsão Maio 2017 (Dep. Arlindo)



SECRETARIA DE OBRAS

Recapeamento Marechal e Floriano



SECRETARIA DE OBRAS

Drenagem Hilário Ferrari



SECRETARIA DE OBRAS

Obra da Ilha do EMAE



SECRETARIA DE OBRAS

Drenagem e Capeamento – Diversas Ruas (Vila Roma)



SECRETARIA DE OBRAS

✓ PROGRAMAS EM ANDAMENTO - 2017

- Recapeamento Rua Marechal Deodoro e Henrique Viscardi, Vila Nova – Licitação (Dep. José Olímpio – R\$269 mil);
- Asfaltamento Emílio Ribas e Carlos Gomes, Bela Vista – Licitação (Dep Miguel Haddad – R\$394 mil);
- Recapeamento e drenagem da Av. José Maria M. de Oliveira (Dep Rita Passos R\$1,5 milhão);
- Complemento Centro Histórico – Diversas Ruas (Dep. Herculano Passos R\$495 mil);
- Revitalização da Sinalização Viária da Av. Brasília, Av. Hilário Ferrari e Rua 9 de Julho (Dep. José Olímpio R\$515 mil e Dep. Herculano Passos R\$290 mil);
- Recapeamento Ruas Marechal e Floriano – Chácaras (Dep. Rogério Nogueira R\$1,295 milhão);



SECRETARIA DE OBRAS

✓ PROGRAMAS EM ANDAMENTO - 2017

- Recapeamento da Rua Rui Barbosa (Dep. Rodrigo Moraes R\$150 mil e Dep. Tito R\$150 mil);
- Asfaltamento da Rua Vicente Donalísio e ruas faltantes do Jd. Servilha (Dep. Ricardo Tripoli R\$730 mil);
- Recapeamento da Rua Rússia (Saldo DADE Nações);
- Recapeamento de algumas ruas do bairro Salto de São José (Av. dos Peixes, Rua Tuviras, Rua dos Caras, Rua dos Surubins e dos Bagres – Dep. Rita Passos R\$150 mil, Dep Marcos Martins R\$150 mil e Dp. Hamilton Pereira R\$200 mil);
- Construção de aduela e drenagem no córrego Santa Cruz (Dep. Rogério Nogueira R\$750 mil).



SECRETARIA DE OBRAS

✓ AÇÕES REALIZADAS



SECRETARIA DE OBRAS

Revitalização da Iluminação Pública

Mais de **500 novos pontos** de Iluminação pública

Dentre eles as avenidas Hilário Ferrari, Trabalhadores, Japão, Salto Itu, Getúlio Vargas entre outras



SECRETARIA DE OBRAS

Pavimentação Asfáltica – Vias de Terra

19.331,82m² de pavimentação com implantação de sinalização horizontal

- Diversas Ruas (Ruas: Inglaterra, Oceania, Europa, Ligúnia, Piemonte, Lácio, José de A. Sontag, Topázio e Vaticano) – 16.655,04m²;
- Ruas Turmalina e Diamante – 2.676,78m²



SECRETARIA DE OBRAS

Pavimentação em Paralelepípedo

446,04m² de pavimentação em paralelepípedo no final da Rua Vital Brasil

Promoveu maior conforto aos usuários do local, visto que o local antes era alvo de muitos problemas com buracos.



SECRETARIA DE OBRAS

Capeamento sobre Paralelepípedo

30.132,96m² de Capeamento Asfáltico com implantação de sinalização horizontal e vertical

- Av. Roque Lazzazera – 7.44,42m²;
- Região Pio XII – 11.711,81m²;
- Região Vila Teixeira – 11.276,73m²



SECRETARIA DE OBRAS

Caapeamento sobre Paralelepípedo

Av. Roque Lazzazera



SECRETARIA DE OBRAS

Caapeamento sobre Paralelepípedo

Região Pio XII



SECRETARIA DE OBRAS

Caapeamento sobre Paralelepípedo

Região Vila Teixeira



SECRETARIA DE OBRAS

Recapeamento Asfáltico

93.002,21m² de Recapeamento com implantação de sinalização horizontal e vertical

- Av. Tranquilo Gianini – 4.970,00m²;
- Centro Histórico – 59.573,30m²
- Ruas: Marechal Deodoro e Floriano Peixoto – 28.458,91m²



SECRETARIA DE OBRAS

Recapeamento Asfáltico

Centro Histórico



SECRETARIA DE OBRAS

Recapeamento Asfáltico

Centro Histórico



SECRETARIA DE OBRAS

Recapeamento Asfáltico

Ruas: Floriano Peixoto e Marechal Deodoro - Nações



SECRETARIA DE OBRAS

Recapeamento Asfáltico

Ruas: Floriano Peixoto e Marechal Deodoro - Nações



SECRETARIA DE OBRAS

Reformas



Reformas dos Centros Esportivos

- *Campo Bom Retiro;*
- *Centro Esportivo João Luiz Guarda (Buracão);*
- *Ginásio Municipal;*
- *Estádio Amadeu Mosca.*



SECRETARIA DE OBRAS

Campo do Jd. Marília**Construção de um vestiário completo**

Feito através de uma PPP a construção do vestiário promove maior conforto aos jogadores que utilizam o campo.



SECRETARIA DE OBRAS

Campo do Jd. Independência**Construção de campo de futebol**

Promoveu um sistema de lazer aos usuários do local, visto que o local antes era alvo de muitos problemas com drogas e causa de insegurança aos moradores.



SECRETARIA DE OBRAS

Centro de Lazer Nova Era**Reforma da Cancha de Bocha e Revitalização do Campo de Futebol**

Modernização da infraestrutura, mais lazer para os moradores.



SECRETARIA DE OBRAS

Construção da Área de Lazer do Nair Maria

Trata-se de um projeto de parceria com a Team Prime para proporcionar uma área que visa suprir a carência do local para a prática de esporte e lazer aos moradores do bairro.



SECRETARIA DE OBRAS

Construção da Praça Justino Costa Pinto

Implantação de paisagismo, drenagem, acessibilidade e pavimentação



SECRETARIA DE OBRAS

Revitalização de Praças**Praça Elizabeth**

Instalação de novos brinquedos, construção de gazebo, reforma completa do campo e dos mobiliários urbanos.



SECRETARIA DE OBRAS

Revitalização de Praças

Praça Arquimedes Lammoglia

*Áreas verdes,
Pintura dos elementos,
Consertos das floreiras e etc.*



SECRETARIA DE OBRAS

Revitalização de Praças

Praça da Saudade

*Com pintura dos elementos, revitalização das áreas
verdes, concertos dos bancos e implantação de novo
layout para o paisagismo*



SECRETARIA DE OBRAS

Revitalização de Praças

Praça São Benedito

*Pintura dos elementos, troca das guias, lavagem
química dos pisos e instalação de corrimãos.*



SECRETARIA DE OBRAS

PARQUE DO LAGO

Ampliação e Revitalização

- Ampliação do Estacionamento;
- Ampliação da Drenagem;
- Revitalização do Quiosque;
- Contenção da Margem do Tietê;
- Reforma das Quadras e da Portaria.



SECRETARIA DE OBRAS

Ponte Estalada

Execução e apoio na Iluminação Pública e Jardinagem do entorno da ponte



SECRETARIA DE OBRAS

UBS CECAP

Construção de Ampla UBS

Moderna construção com mais espaços e conforto para os pacientes e funcionários, no bairro CECAP.



SECRETARIA DE OBRAS

Manutenção de Estradas Vicinais

- Estrada do Endo;
- Estrada da Chapada;
- Buru;
- Jd. Iracema e Maracajás;
- Sete Quedas;
- Pedra Branca;
- Entre Outras.



SECRETARIA DE OBRAS

Obras de Contenção de Desmoronamento

- * Parque do Lago;
- * Ponte dos Pescadores;
- * Rua das Bromélias;
- * Bairro S. João;
- * Entre Outras.



SECRETARIA DE OBRAS

Operação Tapa Buraco

A SOSOP conta com equipe própria para a execução das operações de Tapa Buraco conforme as demandas vindas pelas O.S



SECRETARIA DE OBRAS

Manutenção em Paralelos (Paralelepípedo)

A SOSP conta com equipe própria para a manutenção em paralelos conforme as demandas vindas pelas O.S



SECRETARIA DE OBRAS

Pintura, manutenção e jardinagem de Praças



* Zumbi dos
Palmares
* Praça da
Saúde;

* Bom Retiro;
* Palma de Ouro;
* Pelé;
* Telesi;

* Elizabeth
* Bicicross;
* Divino.



SECRETARIA DE OBRAS

Pintura, manutenção e jardinagem de Praças



* Matriz;
* São João;
* St. Cruz;
* Bela Vista;

* Bandeirantes;
* Praça da Bíblia;
* Ponte Estaiada;
* XV de Novembro;



SECRETARIA DE OBRAS

Varição e Limpeza dos Parques



* Rocha Moutonnée;



* Lavras e Santa;

* Parque do Lago.



Secretaria Municipal de Defesa Social



DEFESA SOCIAL

Gestão Juvenil Cirelli



SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL

Estrutura Física

Espaços	Nº
Secretaria/Sede GCM	01
DMTT (Defesa Civil e Sinalização Viária)	01
Junta Militar	01
Setor de RG	01
TOTAL	04



SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL

Frota de Viaturas Locadas

- 10 Veículos



SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL

Frota de Viaturas Próprias

- 10 veículos
- 07 motos



SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL

QUADRO DE SERVIDORES

Categoria	Nº
GCMS	142
Vigilantes	44
Agentes de Trânsito	5
Pintores	4
Outros	13
Total	208



SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL

Orçamento

ANO	Valor empenhado (\$)
2013	GCM, Bombeiros e Trânsito pertenciam à Secretaria de Governo
2014	13.486.898,06
2015	16.713.342,02
2016 (mês 9)	16.524.776,64
2017 (Orçado)	19.386.712,88



SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL

Programas em Andamento

Contratos a vencer em 2017

Departamento de Trânsito

- **Suprema** (Impressão e envelopamento de notificações de autuações e penalidades)
- **ACC tecnologia** (Prestação de Serviço de locação de software de gestão de processamento de multas de trânsito)
- **PRODESP** (prestação de serviço técnico de informática relativos a cessão de informação do banco de dados do DETRAN para o processamento de multas de trânsito referente ao município de Salto)



SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL

Programas em Andamento

Contratos a vencer em 2017

GCM e Corpo de Bombeiros

- **Protec Informática** (Locação de software para gestão, armazenamento e levantamento de dados estatísticos de ocorrências)
- **Sisvetor Informática Ltda – ME** (fornecimento de acesso online a sistema rastreador de veículos)
- **Luiz Viana Transporte - LTDA** (Prestação de serviço de locação de veículo)
- **KRB Soluções em Alimentos LTDA** (elaboração e entrega de refeições acondicionadas em marmitex, lanches e refrigerantes)
- **Bella Pan** (Fornecimento de café da manhã para o Corpo de Bombeiros)



SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL

Realizações

- Contratação de 31 novos Guardas Cívicas Municipais, aumento de 29% no efetivo.
- Maior número de GCM nas ruas.
- Maior sensação de segurança à população.



SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL

Guarda Civil Municipal

- Troca dos coletes Femininos e masculinos



SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL

Guarda Civil Municipal

- Capacitação Anual dos Guardas Cíveis Municipais.
- mínimo 80 horas aula de:
- Direito Penal; Direito Processual; Direitos Humanos; Primeiros Socorros, Prática Policial e Armamento e Tiro.



SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL

Guarda Civil Municipal

- Curso de Patrulhamento Tático, com 03 GCMs na Cidade de Santo André, para a Equipe de ROMU.
- Criação da equipe de Ronda Ostensiva Municipal (ROMU), Através do Decreto 065/2016.



SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL

Guarda Civil Municipal

- Curso de Formação de Instrutor de Tiro na cidade de Birigui.
- Credenciamento pela Polícia Federal.



SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL

Guarda Civil Municipal

- Criação do Decreto 064/2016 oficializando no município a Patrulha Rural, a qual faz rondas preventivas e comunitárias inibindo a ação de atos delituosos.



SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL

Departamento de Trânsito

- Criação e estruturação– Departamento Municipal de Trânsito e Transportes.
- Contratação de Agentes de Trânsito, Engenheiro e Projetista de Trânsito.



SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL

Departamento de Trânsito

- **Aquisição de Software**
- Implantação de novo Sistema de Gerenciamento de Multas Municipais (economia de 700mil reais)



SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL

Departamento de Trânsito

- Criação do Conselho Municipal de Trânsito e Transportes, composto por membros da sociedade civil e representante do Poder Público.



SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL

Departamento de Trânsito

- Cadastro do município no RENAINF (DENATRAN), liberação de verba retida no DENATRAN, de autuações municipais feitas em veículos de outros estados.



SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL

Departamento de Trânsito

- Criação e Fiscalização da Lei Municipal de Transporte Escolar Infantil



SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL

Departamento de Trânsito

- Premiação do Selo Social com projeto Educativo de Trânsito: Direção Defensiva com o tema "Evitando Tragédias".
- Campanha Educativa: Trânsito é Feito de Pessoas



SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL

Departamento de Trânsito

- Aquisição de máquina de pintura de Sinalização Viária.
- Melhorando as condições de trabalho e aumentando a eficácia e agilidade na mão de obra própria.



SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL

Departamento de Trânsito

- Pintura de sinalização horizontal com mão de obra própria.



SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL

Departamento de Trânsito

Revitalização da sinalização horizontal Mão de obra terceirizada.

- Estrada do lajeado;
- São Pedro e São Paulo;
- Madre paulina
- 24 de Outubro;
- 7 de setembro;
- Marechal Deodoro;
- Floriano Peixoto.
- AV. Dom Pedro II



SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL

Departamento de Trânsito
Pintura de Solo (terceirizada).



Secretaria Municipal de Administração



SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

RELATÓRIO DE GESTÃO

ESTRUTURA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Recursos Humanos

Licitação/Contratos e Compras

Escola de Governo

CPD

Almoxarifado

Atende Fácil

Casa do Servidor

Oficina Mecânica

UHF

2013/2016



SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ESTRUTURA

SERVIDORES	
CONCURSADO	47
CONCURSADO/COMISSIONADO	15
CONTRATO TEMPORÁRIO	1
ESTAGIÁRIO	1
COMISSIONADO	5
AGENTE POLÍTICO	1
TOTAL	70



SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ORÇAMENTO

EXECUTADOS DE 2013 À 2016 - LOA 2017	
2013	R\$ 10.377.039,07
2014	R\$ 11.818.251,11
2015	R\$ 14.398.893,36
2016 (mês 10)	R\$ 12.861.742,04
2017 - LOA	R\$ 14.352.664,26

No período de 01 de janeiro de 2013 à 31 de outubro de 2016: R\$ 49.455.925,58
LOA 2017 – R\$ 14.352.664,26



SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

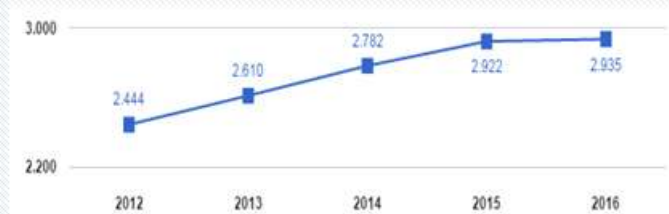
RECURSOS HUMANOS



SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

QUADRO DE SERVIDORES

O Quadro de Servidores aumentou 20,01% no período de 2013/2016, com a contratação de 491 servidores.



SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

QUADRO DE SERVIDORES

A representação por secretaria é a seguinte:

Secretaria	2012	2013	2014	2015	2016
EDUCAÇÃO	1.210	1.244	1.322	1.393	1.439
SAÚDE	582	603	637	699	708
GOVERNO	201	40	45	33	36
OBRAS	131	134	89	87	83
CULTURA	100	80	87	87	85
ADMINISTRAÇÃO	49	73	77	80	70
ESPORTES	44	46	51	51	45
FINANÇAS	26	35	34	33	30
AÇÃO SOCIAL	58	70	84	82	79
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	15	40	42	40	33
DESENVOLVIMENTO URBANO	14	18	30	28	28
JURÍDICO	10	15	16	17	15
GABINETE	4	14	9	9	9
DEFESA SOCIAL	0	174	181	210	209
MEIO AMBIENTE	0	24	78	73	66
TOTAL	2.444	2.610	2.782	2.922	2.935



SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

APOIO AO SERVIDOR (Pessoal):

Considerando: Leva-se em conta "custo/investimento" com funcionários, desde cesta básica, cesta natalina, cartão do servidor, seguro de vida, vale transporte, juntamente com folha de pagamento, férias, encargos e rescisões – Atualizado em 31 de outubro de 2016.

No período de 01 de janeiro de 2013 à 31 de outubro de 2016: R\$
452.347.931,42



SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

FOLHA DE PAGAMENTO

Evolução mensal do gasto com pessoal (Folha, Encargos, Férias, 13º Salário, Rescisões).



No período de janeiro/2013 a outubro/2016 foi de pago R\$ 432.378.897,64.
*O gráfico apresenta dados médios mensais anuais do período da gestão.



SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

APOIO AO SERVIDOR

Evolução mensal dos gastos com apoio do servidor (cesta básica, cesta natalina, cartão do servidor, seguro de vida, vale transporte).



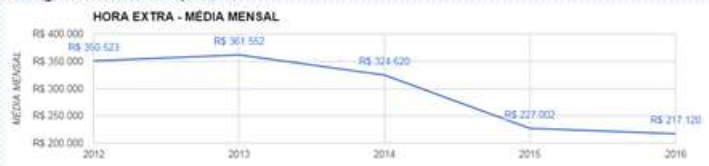
No período de janeiro/2013 a outubro/2016 foi de pago R\$ 19.969.033,78.
*O gráfico apresenta dados médios mensais anuais do período da gestão.



SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

HORA EXTRAS

Durante todo o mandato houve um significativo empenho no sentido de redução do número de horas extras. Em comparativo com 2012, ocorreu uma redução da média mensal de 38,06%. Isso só foi possível devido ao envolvimento de todos em atingir as metas traçadas.

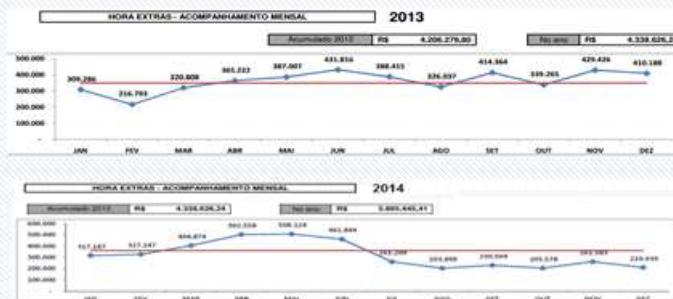


Evolução nos anos de 2013 a 2016, a meta sempre foi no máximo o ano anterior dividido por 12.



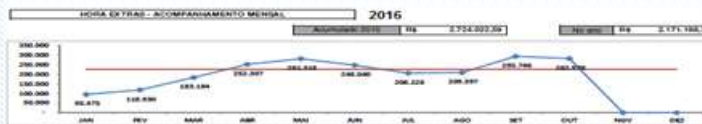
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

HORAS EXTRAS



SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

HORAS EXTRAS



SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

RECURSOS
MATERIAIS

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

• CUSTEIO

- **Considerando:** O custo municipal, leva em conta alguns gastos necessários para o funcionamento da Prefeitura de Salto, vão desde energia, telefonia, bem como os materiais entregues pelo almoxarifado, contratos de prestações de serviços, publicidade legal, entre outros.

No período de janeiro/2013 a outubro/2016 foi de: R\$ 77.782.534,65

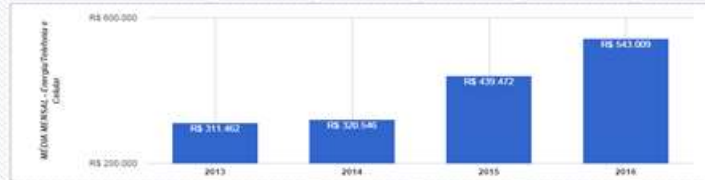


SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

CUSTEIO (Energia/Telefonia/Celular)

Evolução do custo com energia elétrica / telefonia e celular e média mensal

ATUAÇÃO	2013	2014	2015	2016	NO MANDATO
ENERGIA ELETRICA	R\$ 2.918.889,98	R\$ 3.084.466,62	R\$ 4.529.269,92	R\$ 4.836.100,84	R\$ 15.367.797,37
TELEFONE	R\$ 683.009,84	R\$ 690.305,54	R\$ 703.318,16	R\$ 541.491,68	R\$ 2.618.126,22
CELLULAR	R\$ 136.670,78	R\$ 71.778,75	R\$ 41.079,66	R\$ 53.484,58	R\$ 301.923,77
	R\$ 3.737.540,61	R\$ 3.846.550,91	R\$ 5.273.667,74	R\$ 5.430.067,10	R\$ 18.287.846,36



SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

• **CUSTEIO (Energia Elétrica):**

CUSTO DE ENERGIA ELETRICA					
	2013	2014	2015	2016	NO MANDATO
PROPRIOS MUNICIPAIS	R\$ 1.225.903,34	R\$ 976.790,63	R\$ 1.190.869,10	R\$ 1.896.716,40	R\$ 5.290.279,67
PRAÇAS	R\$ 161.437,81	R\$ 155.661,16	R\$ 206.326,93	R\$ 132.805,55	R\$ 655.730,45
LUMINAÇÃO PUBLICA	R\$ 1.531.618,84	R\$ 1.952.014,63	R\$ 3.132.074,89	R\$ 2.806.078,89	R\$ 9.421.787,25
					R\$ 15.367.797,37

CONSUMO EM KWs					
	2013	2014	2015	2016	NO MANDATO
PROPRIOS MUNICIPAIS	2.696.775	2.728.511	2.296.425	1.678.780	9.303.494
		4,96%	-15,84%	-20,90%	
PRAÇAS	700.140	634.948	563.220	351.218	2.239.526
		-9,31%	-12,87%	-36,51%	
LUMINAÇÃO PUBLICA	7.681.731	8.781.790	8.283.947	7.051.470	31.616.938
		18,01%	-6,16%	-14,43%	
					43.098.958



SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ALMOXARIFADO

(No mês de setembro de 2015 houve a unificação dos almoxarifados da Administração, Saúde e Educação)



SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

CUSTEIO (Almoxarifado)

Evolução do custo com as aquisições de materiais como; sulfite, impressos, material de limpeza e escritório e a média mensal.

ATUAÇÃO	2013	2014	2015	2016	NO MANDATO
AÇÚCAR, CAFÉ E CHÁ	R\$ 62.380,73	R\$ 47.969,80	R\$ 51.409,15	R\$ 54.134,94	R\$ 235.894,62
IMPRESSOS GERAIS	R\$ 34.072,30	R\$ 20.570,04	R\$ 25.431,90	R\$ 11.166,23	R\$ 91.240,47
MATERIAL PAPELARIA/ESCRITÓRIO	R\$ 80.349,97	R\$ 60.399,14	R\$ 137.060,71	R\$ 27.377,66	R\$ 305.187,47
MATERIAL DE LIMPEZA	R\$ 1.046.436,39	R\$ 1.082.452,47	R\$ 1.164.361,08	R\$ 984.255,83	R\$ 4.276.504,57
PAPEL SULFITE	R\$ 66.200,00	R\$ 63.312,89	R\$ 53.914,10	R\$ 39.233,22	R\$ 222.660,21
	R\$ 1.308.438,39	R\$ 1.274.704,34	R\$ 1.432.176,94	R\$ 1.116.167,67	R\$ 5.131.487,34



SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

FROTA MUNICIPAL:

POSIÇÃO EM 31/12/2012	169
LEILÃO 2013	17
LEILÃO 2015	22
SINISTRO	2
	128
AQUISIÇÃO DE 2013 À 2016*	14
POSIÇÃO ATUALIZADA EM 31/10/2016	142

* Foram adquiridos: 8 carros de passeio, 2 furgões, 4 ambulâncias, totalizando um investimento de R\$ 813.990,00

Continua ➔



SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

FROTA MUNICIPAL

Situação outubro de 2016

FROTA	
PRÓPRIA	142
LOCADO*	19
TOTAL	161

- * Defesa Social – 10 veículos
 - Governo – 1 veículo
 - Saúde – 8 veículos



SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

FROTA MUNICIPAL:

Levando em conta os gastos com locação de veículo, manutenção, seguro, óleos e lubrificantes, pedágios, seguro obrigatório e multas.

O custo da frota no período de janeiro/2013 a outubro/2016 foi de: R\$ 6.668.104,36



SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

FROTA MUNICIPAL

Sem levar em consideração Combustível, comparativo entre o frota própria x locada

- Frota própria - manutenção, seguro, óleos, lubrificantes e seguro obrigatório.

ATUAÇÃO	2013	2014	2015	2016	NO MANDATO
ADSCRIÇÃO DE VEÍCULOS	R\$ 40.500,00	R\$ 55.865,00	R\$ 3.530,00	R\$ 2.610,00	R\$ 102.525,00
LAJAMBEM DE VEÍCULO	R\$ 6.735,00	R\$ 1.940,00	R\$ 4.360,68	R\$ 0,00	R\$ 13.054,68
LICENCIAMENTO/TRANSPARENCIA E SEGURO	R\$ 800,00	R\$ 1.373,89	R\$ 0,00	R\$ 223,37	R\$ 2.397,26
MANUTENÇÃO DE VEÍCULO	R\$ 332.109,27	R\$ 100.621,00	R\$ 131.544,18	R\$ 142.673,63	R\$ 787.206,08
MULTA DE TRÂNSITO	R\$ 31.245,14	R\$ 66.692,36	R\$ 127.633,40	R\$ 57.614,45	R\$ 283.185,35
ÓLEOS E LUBRIFICANTES	R\$ 32.413,64	R\$ 22.337,80	R\$ 18.209,20	R\$ 16.315,47	R\$ 91.276,11
PEDÁGIOS E MANUT. DE VEÍCULOS	R\$ 598.008,11	R\$ 291.438,45	R\$ 334.762,56	R\$ 338.187,75	R\$ 1.552.397,27
PELAGIOS	R\$ 94.031,31	R\$ 100.866,43	R\$ 99.643,72	R\$ 78.293,00	R\$ 372.834,45
SEGURO DE FROTA	R\$ 181.624,56	R\$ 163.727,17	R\$ 158.879,60	R\$ 140.212,24	R\$ 614.343,57
SEGURO OBRIGATORIO	R\$ 23.796,07	R\$ 21.087,40	R\$ 27.040,84	R\$ 20.112,73	R\$ 92.337,04
	R\$ 1.311.223,10	R\$ 896.469,49	R\$ 905.624,58	R\$ 798.242,64	R\$ 3.915.599,81
		-31,63%	1,02%	-11,86%	
	2013	2014	2015	2016	NO MANDATO
CUSTO FROTA PRÓPRIA	R\$ 1.311.223,10	R\$ 896.469,49	R\$ 905.624,58	R\$ 798.242,64	R\$ 3.915.599,81
LOCAÇÃO DE VEÍCULO	R\$ 7.900,00	R\$ 543.577,81	R\$ 1.532.027,73	R\$ 673.419,01	R\$ 2.756.544,55
	R\$ 1.318.123,10	R\$ 1.440.047,30	R\$ 2.437.652,31	R\$ 1.471.661,65	R\$ 6.668.104,36

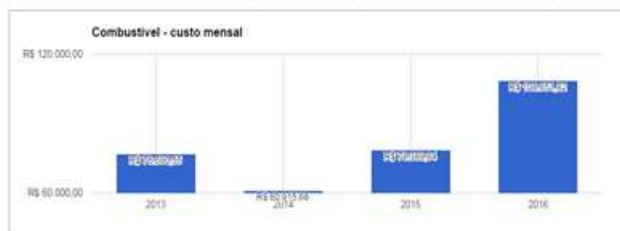


SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

CUSTEIO (Combustível)

Evolução do custo com abastecimento da frota e media mensal

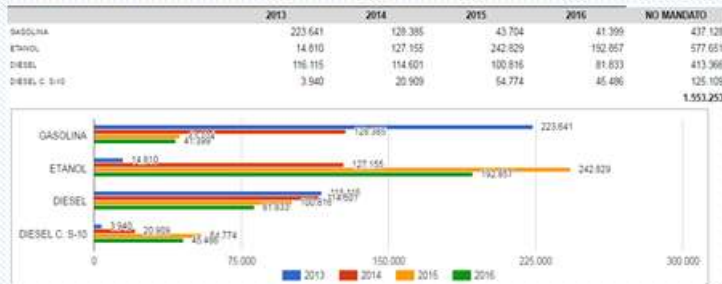
	2013	2014	2015	2016	NO MANDATO
COMBUSTÍVEL	R\$ 76.690,55	R\$ 60.915,68	R\$ 78.289,84	R\$ 108.651,82	R\$ 324.647,88
ANUAL	R\$ 920.286,58	R\$ 730.988,15	R\$ 940.678,09	R\$ 1.086.518,15	R\$ 3.678.470,97



SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

CUSTEIO (Combustível)

Consumo por tipo de combustível para abastecimento da frota.



SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

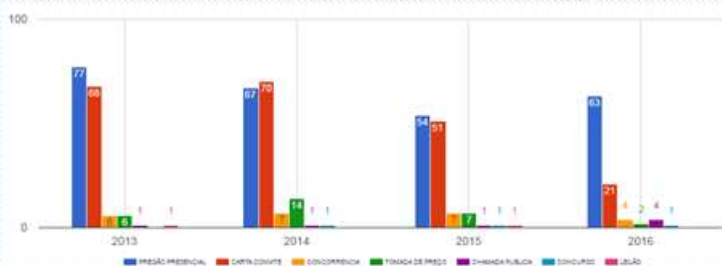
LICITAÇÃO E CONTRATO



SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

PROCEDIMENTO LICITATÓRIOS

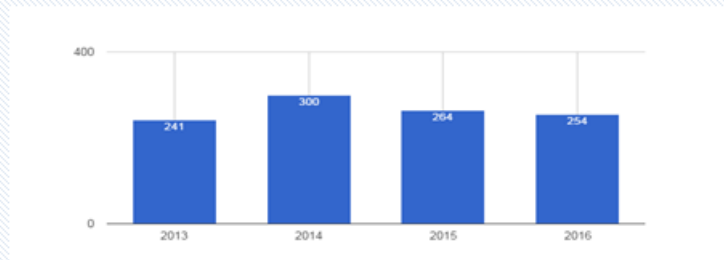
Durante o mandato foram realizados 536 procedimentos licitatórios, sendo:



SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

PROCEDIMENTO LICITATÓRIOS

Durante o mandato foram formalizados 1.059 contratos/atas de registro de preço:



SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

CONTRATOS EM VIGÊNCIA

Nº CONTRATO	EMPESA	VALOR CONTRATO	VIGÊNCIA
199/2014	SIDNEI VOLPATO	R\$ 432.000,00	01/12/2014 à 31/11/2017
49/2002	JOSE MARIA PAULI - RICARDO LEITE DE BARRIOS	R\$ 4.887,60	01/02/2016 à 31/01/2017
003/1998	HONORINA RAGGIO STEFFEN	R\$ 60.000,00	23/05/2015 à 21/05/2017
51/2015	PRESCOM INFORMATICA ASSESSORIA LTDA	R\$ 240.000,00	07/04/2016 à 06/04/2017
73/2014	ASSOCIACAO SALTENSE DE PAIS E AMIGOS DOS SURDOS-ASPAS	R\$ 62.400,00	12/06/2016 à 11/06/2017
005/2013	SIANET DATACENTER PROVEDORES LTDA - ME	R\$ 4.466.000,00	17/02/2015 à 16/02/2017
008/2016	TECNOSET INFORMÁTICA PRODUTOS E SERVIÇOS	R\$ 183.839,51	27/01/2016 à 26/01/2017
012/2014	MONTEIRO & MORAES CORRETORA DE SEGUROS ME	R\$ 49.398,72	10/02/2016 à 09/02/2017
012/2016	AUI PROVIDOR DE INTERNET LTDA	R\$ 571.400,00	05/02/2016 à 04/02/2017
126/2015	ACIAS - Associação Comercial, Industrial e Agrícola de Salto	R\$ 1.090.646,68	18/09/2016 à 17/01/2018
142/2012	PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS	R\$ 141.557,23	17/12/2015 à 16/12/2018
147/2014	SIANET DATACENTER PROVEDORES LTDA - ME	R\$ 79.200,00	05/09/2016 à 04/09/2017
153/2017	GP GUARDA PATRIMONIAL	R\$ 47.393,62	25/11/2016 à 02/05/2017
19/2015	INSTITUTO CONSCIENCIA DE PSICOLOGIA LTDA - ME	R\$ 69.600,00	28/01/2016 à 27/01/2017
26/2013	ALFARANI ASSESSORIA E CONSULTORIA LTDA - ME	R\$ 208.188,00	22/04/2015 à 21/04/2016
54/2015	CENTRO DE INTEGRACAO EMPRESA ESCOLA CIEE	R\$ 36.000,00	14/04/2016 à 13/04/2017
89/2013	CLARO S/A	R\$ 77.538,10	16/02/2016 à 15/02/2017
001/2016	AUTO POSTO 9 DE JULHO DE SALTO LTDA	R\$ 1.453.960,00	06/01/2016 à 05/01/2017
128/2016	H2O DISTRIBUIDORA DE ÁGUA MINERAL DE ITU - ME	R\$ 151.998,60	18/10/2016 à 17/10/2017

Continua ➔



SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

13/2016	KRB SOLUÇÃO EM ALIMENTAÇÃO LTDA	R\$ 338.998,80	10/02/2016 à 09/02/2017
139/2013	COMERCIAL JOÃO AFOONSO LTDA	R\$ 2.620.080,00	30/12/2015 à 29/12/2016
129/2016	FOXTABLET LTDA - ME	R\$ 39.902,04	26/10/2016 à 31/12/2016
26/2010	IMPRESA OFICIAL DO ESTADO S/A - IMESP	R\$ 228.753,00	23/12/2015 à 22/12/2020
215/2014	NORMA SUELY CAMBIAGHI DE OLIVEIRA	R\$ 60.000,00	23/12/2015 à 22/12/2016
87/2015	WALTER SCHOBA	R\$ 46.632,00	11/06/2016 à 10/06/2017

ATAS EM VIGÊNCIA

ATAS	EMPESA	VALOR CONTRATO	VIGÊNCIA
24/2016	ML DA SILVEIRA	R\$ 3.272.278,92	18/03/2016 à 18/03/2017
39/2016	REAL DISTRIBUIDORA DE ARTIGOS DE INFORMATICA EIRELI	R\$ 150.927,96	16/04/2016 à 16/04/2017
54/2016	NUTRICIONALE COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA	R\$ 62.917,80	05/04/2016 à 05/04/2017
53/2016	COMERCIAL JOÃO AFOONSO LTDA	R\$ 91.176,00	28/06/2016 à 28/06/2017
76/2015	ANA VALÉRIA TONELOTTO	R\$ 43.869,34	12/12/2015 à 12/12/2016
77/2015	PORTO SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS	R\$ 27.232,86	12/12/2015 à 12/12/2016
78/2016	RICARDO GONÇALVES ITAPIRA	R\$ 74.958,32	12/12/2015 à 12/12/2016
79/2015	MARCELO RICARDO VOLPINI	R\$ 24.877,93	19/12/2015 à 19/12/2016
80/2015	COMERCIAL SRG MAGAZINE	R\$ 25.073,88	22/01/2016 à 22/01/2017
81/2015	HOPEMIX SUPRIMENTOS E SERVIÇOS	R\$ 12.000,18	11/12/2015 à 11/12/2016
82/2015	KIMPEL SUPRIMENTOS	R\$ 6.643,08	08/01/2016 à 08/01/2017
83/2015	FLAVIA ROBERTA DE CARVALHO RODRIGUES	R\$ 18.328,68	11/12/2015 à 11/12/2016
84/2015	ALL STOCK COM. DE PROD.	R\$ 4.684,68	11/12/2015 à 11/12/2016
85/2015	FRANCISCO DOS SANTOS PAPELARIA	R\$ 3.801,12	08/01/2016 à 08/01/2017
20/2016	ANA VALÉRIA TONELOTTO	R\$ 9.088,80	26/03/2016 à 26/03/2017
21/2016	VIX COMERCIAL LTDA - EPP	R\$ 8.031,36	26/03/2016 à 26/03/2017

Continua ➔



SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

27/2016	MARCOS ROBERTO GOMES DE SOUZA	R\$	35.650,00	30/03/2016 à 30/03/2017
28/2016	TOPDATA PROCESSAMENTO DE DADOS LTDA - EPP	R\$	23.113,10	02/04/2016 à 02/04/2017
29/2016	GRÁFICA MARRACINI LTDA - EPP	R\$	1.404,80	02/04/2016 à 02/04/2017
35/2016	IT2 BRASIL - COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA LTDA - ME	R\$	976.420,00	06/04/2016 à 06/04/2017
41/2016	PNEULINHARES COMÉRCIO DE PNEUS LTDA	R\$	47.089,00	04/05/2016 à 04/05/2017
42/2016	RODA BRASIL COMÉRCIO DE PEÇAS PARA VEÍCULOS LTDA	R\$	82.082,94	11/05/2016 à 11/05/2017
43/2016	JB COMÉRCIO DE PEÇAS PARA VEÍCULOS EIRELI - EPP	R\$	157.447,92	11/05/2016 à 11/05/2017
44/2016	COMERCIAL DOUGLAS DE PNEUMÁTICOS LTDA	R\$	16.612,00	07/06/2016 à 07/06/2017
45/2016	COMERCIAL AUTOMOTIVA S.A.	R\$	694,00	06/05/2016 à 06/05/2017
49/2016	ALBERTO CAIO TAMBORRINO EPP	R\$	4.262,90	15/06/2016 à 15/06/2017
50/2016	NA ATIVA COMERCIAL - EIRELI - EPP	R\$	12.757,30	21/03/2016 à 21/03/2017
51/2016	ELAINE CRISTINA CÂNDIDA DA SILVA - EPP	R\$	22.011,00	24/05/2016 à 24/05/2017
52/2016	CCM-X DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA - ME	R\$	1.161,60	01/06/2016 à 01/06/2017



SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

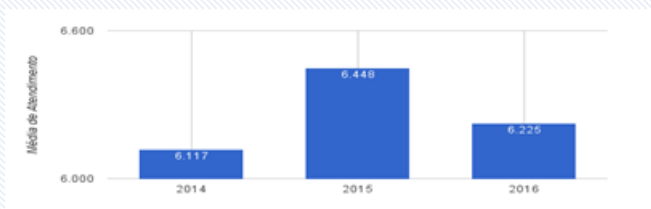
ATENDE FÁCIL



SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ATENDE FÁCIL

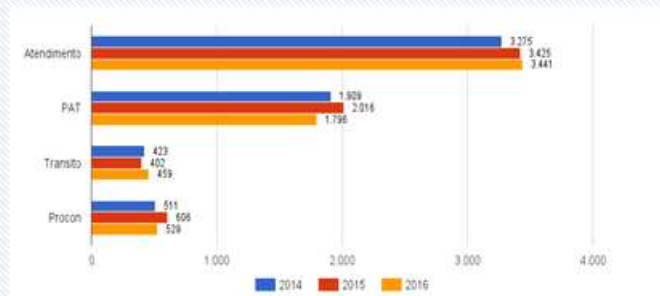
A partir de JAN/2014 houve mais rigor para acompanhamento do número de atendimentos por tipo de serviço do Atende Fácil, parâmetro esse que serviu adequação e ajuste no quadro de servidores. Foram 188.133 atendimentos, com média mensal de:



SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ATENDE FACIL

A média mensal por tipo de Atendimento foi:



SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

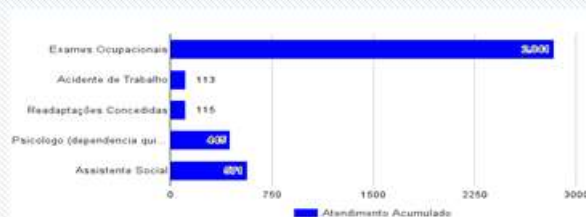
CASA DO SERVIDOR



SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

CASA DO SERVIDOR

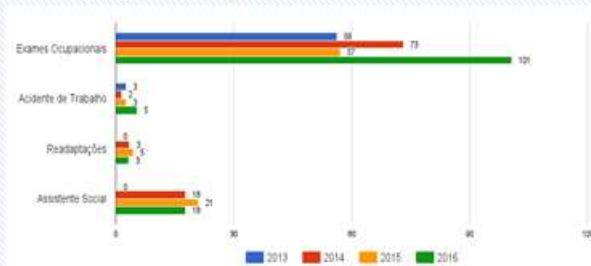
Inaugurada em 2013, tem por finalidade dar apoio ao Servidor Municipal, realizando exames ocupacionais, avaliações para readaptações, análise de acidentes de trabalho (C.A.T.), Psicólogo (dependência química). Foram 3.704 atendimentos, sendo:



SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

CASA DO SERVIDOR

A média mensal por tipo de serviço foi:



SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

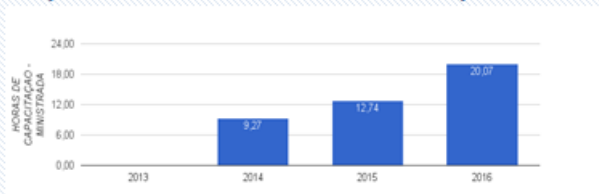
ESCOLA DE GOVERNO



SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ESCOLA DE GOVERNO

Iniciou-se em 23 de Junho de 2014, com o intuito de desenvolver e potencializar a capacidade profissional e individual de cada servidor, com projetos de formação, educação, desenvolvimento e capacitação, voltados à valorização profissional e pessoal, ampliando suas habilidades de articulação, maximização das funções. Nesse período houve um total de 4.845 matrículas nos cursos de capacitação e treinamento, com uma média de capacitação por matrícula de:



SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

CPD



SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

- **CPD – Centro de Processamento de Dados**

- PROJETO 01 – 2013/2016

Aquisição e implantação de novo servidor de dados para os departamentos do paço municipal, visando melhoria no acesso aos dados e redundância na segurança e proteção dos dados
Valor investido R\$ 27.450,00

- PROJETO 02 – 2013/2016

Aquisição e implantação de novo servidor de dados e aplicações para o departamento de Recursos Humanos, visando melhoria no acesso aos dados e aplicações, e redundância na segurança e proteção dos dados

Valor investido R\$ 19.500,00

- PROJETO 03 – 2013/2016

Aquisição de 31 computadores para os setores e departamentos da Prefeitura de Salto, visando melhoria no desempenho dos trabalhos dos servidores e atendimento a população.
Valor total investido R\$ 141.980,00



SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

- **CPD – Centro de Processamento de Dados**

- PROJETO 04 – 2013/2016

Implantação de novo serviço de Telefonia e Internet nos setores e departamentos da Prefeitura de Salto, visando melhoria na qualidade dos serviços e redução de custos.

- Produtos e resultados obtidos (diretos e indiretos)

Melhoria na qualidade do serviço de Internet, diminuindo a instabilidade de sinal e aumento de velocidade para 10MB;

Redução de custos de telefonia e internet;

Melhoria na gestão de contas, devido a unificação e centralização em um único provedor.



SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Processos Disciplinares e Sindicâncias Administrativas

- Criação da Lei Municipal de N°3572/2016 – Estabeleceu os procedimentos de apuração na Administração Pública Municipal; Garantia dos Princípios do Contraditório e Ampla Defesa, Identificação da Autoridade Competente e do "Dever de Denúncia" para com os Agentes Públicos.
- Edição da Portaria de N°111/2016 com os membros da Comissão Disciplinar de Processo Administrativo e Sindicância Municipal (destacando em membros em maioria Servidores Públicos – Concursados / Efetivos).

DADOS GERAIS	
Representatividade de Servidores Sindicados:	5% do Serviço Público Municipal
Gênero dos Servidores Sindicados:	65% de Mulheres – 35% de Homens
Representatividade de Servidores Sindicados – Efetivos X Em Período de Estágio Probatório	25% em Avaliação – 75% Efetivos
Principais Denúncias (Art. 482 da CLT – Consolidação das Leis do Trabalho)	Atos de Improbidade Administrativa / Descida no Desempenho das Respectives Funções / Mau Procedimento

*Valores aproximados do período entre Junho de 2016 e Outubro de 2016



SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Processos Disciplinares e Sindicâncias Administrativas

TOTAL DE PROCESSOS E SINDICÂNCIAS*	230 – 100%
Secretaria Municipal de Educação	48%
Secretaria Municipal de Saúde	20%
Secretaria Municipal de Administração	10%
Secretaria Municipal de Obras	10%
Outras Unidades Administrativas	15%

*Valores aproximados do período entre Junho de 2016 e Outubro de 2016.

TOTAL DE ENCAMINHAMENTOS*	100%
Suspensões Disciplinares	15%
Advertências Disciplinares	25%
Afastamentos Disciplinares	2,5%
Demissões	2,5%
Encerrados – Sem Punição***	45%
Sobrestamentos**	10%

*Valores aproximados do período entre Junho de 2016 e Outubro de 2016.

**Encaminhamentos realizados para a Delegacia de Polícia da Comarca de Salto, Promotoria de Justiça ou Conselho Regional de Medicina, entre outros órgãos externos.

***Por procedimento administrativo de: falta em conteúdo probatório, de não acordo da prática não ser passível de punição disciplinar, ou demais problemáticas que não possibilitaram a punição devida.



SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Procedimentos Administrativos Adotados

- Criação da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA) e da Semana Interna de Prevenção de Acidentes (SIPAT);
- Projeto do Decreto da Leniência / Anticorrupção na Administração Pública Municipal;
- Rerratificação 2016 – Parte dos valores em aberto do F.G.T.S. dos anos de 1997, 1998, 1999 e 2000, dos Servidores Públicos Municipais;
- Projeto de reformulação das C.A.T.(s) – Cadastro de Acidentes de Trabalho – Maior eficiência e melhorias no ambiente de trabalho;
- LTCAT (Laudo Técnico das Condições Ambientais de Trabalho), PCMSO (Programa de Controle Médico Ocupacional) e PPRA (Programa de Prevenção de Riscos Ambientais) que entrará em vigor em Janeiro de 2017;
- Implementação do Decreto 166/2016 – Criação do Sistema Municipal de Avaliação Funcional;



SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**Procedimentos Administrativos Adotados**

- Regulamentação do Afastamento Eleitoral de Servidores Públicos Municipais;
- Regulamentação das Diárias Funcionais de Viagem;
- Regulamentação do Ressarcimento ao Erário de multas ou danos em veículos oficiais;
- Contratação de estagiários diretamente pela Escola Municipal de Gestão Pública e Governo;
- Regulamentação da "Promoção Interna dos Motoristas";
- Recebimento de Ordens de Serviço – O.S.(s) por parte da Secretaria Municipal de Administração, com respostas efetivas e rápidas para as demandas da Municipalidade;
- Regulamentação da entrega de Atestados Médicos por Servidores Públicos Municipais – Repelindo possíveis fraudes ou adulterações;
- Procedimentos Administrativos de Sindicância para apontamentos do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo – TCE/SP;



Secretaria Municipal dos Negócios Jurídicos



NEGÓCIOS JURÍDICOS

Secretário – Amilton Luiz de Arruda Sampaio

Gestão Juvenil Cirelli



SECRETARIA DE NEG. JURÍDICOS

✓ ESTRUTURA FÍSICA

A Secretaria de Negócios Jurídicos encontra-se instalada no próprio prédio da Prefeitura, sito na Rua 9 de julho, 709, Vila Nova, Salto/SP.



PRINCIPAIS ATRIBUIÇÕES:

A Secretaria de Negócios Jurídicos é um órgão autônomo da Prefeitura, dotado de autonomia administrativa e financeira.

Destina-se a desenvolver os trabalhos de defesa do Município em ações judiciais em todas as áreas, cível, trabalhista e execuções fiscais.

Também se ocupa de assessorar os demais órgãos, atuando com pareceres e decisões em procedimentos e processos administrativos.

Trata-se de órgão meio, que não presta serviços diretos aos cidadãos, mas por estar sempre em busca do interesse público, acaba agindo indiretamente no interesse desses.



SECRETARIA DE NEG. JURÍDICOS

✓ FROTA DE VEÍCULOS

A SNJ possui um único veículo, adquirido em abril de 2016, com recursos arrecadados na venda de bens inservíveis (leilão).

Trata-se do veículo GM/Prisma 1.4 AT, placa FCQ 5948, ano e modelo 2016, atualmente com 1590 quilômetros rodados.

A SNJ jamais se utilizou de veículos locados.



SECRETARIA DE NEG. JURÍDICOS

✓ QUADRO DE SERVIDORES

Categoria Profissional	Nº
Procuradores (Concursados)	08
Assessores (Comissionados)	02
Auxiliares Administrativos (Concursados)	03
Diretor (Comissionado, privativo de Concursado)	01
Chefe de Gabinete (Comissionado)	01
Secretário (Agente Político)	01



SECRETARIA DE NEG. JURÍDICOS

ESTAGIÁRIOS:

Nos anos de 2015 e 2016, foram abertas duas vagas para estagiários de direito, possibilitando o ingresso de dois alunos do último ano das faculdades de direito da região, sendo certo que a contratação se deu após a realização de processo seletivo simplificado, no qual os mais de 47 candidatos foram submetidos às provas de conhecimento nas áreas do Direito Civil, Direito Administrativo e Direito Tributário.

Atualmente, em razão da necessidade de conter as despesas com pessoal, apenas uma das vagas encontra-se preenchida.



SECRETARIA DE NEG. JURÍDICOS

CONTRATOS EM VIGOR:

A SNJ possui apenas 4 contratos em vigor, os quais estão voltados à possibilitar o perfeito andamento dos trabalhos internos da Prefeitura.

- Contrato de acompanhamento de publicações – Griffon Brasil Assessoria – valor de R\$ 5.890,00 – vigência até 30 de agosto de 2017;
- Contrato de acompanhamento de publicações – Associação dos Advogados de São Paulo – valor de R\$ 6.525,98 – vigência até 02 de fevereiro de 2017;



SECRETARIA DE NEG. JURÍDICOS

- Contrato de assessoria técnica junto ao Tribunal de Contas de São Paulo – Queiroz e Nóbrega Advogados – valor de R\$ 73.200,00 – vigência até 14 de julho de 2017;
- Contrato de manutenção de copiadora e fornecimento de materiais para cópias – Tecnoset Informática Produtos e Serviços Ltda – valor de R\$ 183.839,51 – vigência até 26 de janeiro de 2017.



SECRETARIA DE NEG. JURÍDICOS

✓ **DADOS ORÇAMENTÁRIOS**

ANO	Valor empenhado (\$)
2013	1.174.597,23
2014	1.374.956,07
2015	1.871.509,77
2016 (mês 9)	1.652.313,53
2017 (Orçado)	2.193.408,19



SECRETARIA DE NEG. JURÍDICOS

✓ DADOS ORÇAMENTÁRIOS

Especificação	2013		2014		2015		2016 - Até Out	
	Orçamento Autorizado	Liquidado	Orçamento Autorizado	Liquidado	Orçamento Autorizado	Liquidado	Orçamento Autorizado	Liquidado
319011 Disp. Com. Passoa	741.461,00	735.547,26	955.246,13	945.197,45	1.355.579,72	1.331.540,34	1.555.000,00	1.095.271,61
319013 Disp. Passoa-ClngPatrimo	204.445,00	202.177,66	255.626,60	255.626,60	355.579,25	355.579,25	415.000,00	326.554,35
319094 Passoa e Encargos					50.000,00	50.000,00	29.000,00	29.000,00
339050 Material De Consumo	40.000,00	28.426,16	1.545,87	1.545,87	3.474,22	3.474,22	604,45	604,45
339056 P.P.	15.000,00	5.465,45	761,04	761,04	2.000,00	1.966,50	12.456,60	9.905,10
339059 P.P.	171.211,00	149.935,65	166.324,35	166.324,35	140.571,00	105.556,55	141.995,45	115.047,00
449051 Equip. Mat. Permanente	45.850,00	39.390,95	3.495,00	3.495,00	4.191,00	4.191,00	177,92	177,92
TOTAL	1.219.000,00	1.162.268,13	1.385.004,72	1.374.956,01	1.924.735,01	1.839.500,77	1.954.219,41	1.765.563,68



SECRETARIA DE NEG. JURÍDICOS

PROCESSOS EM ANDAMENTO:

- 1974 processos cíveis;
- 759 processos trabalhistas;
- 12094 execuções fiscais.

Os números apresentados acima são aproximados, posto que a todo momento surgem processos novos e pode haver a extinção de outros, seja por meio de acordos, seja por meio de decisões judiciais favoráveis ou não ao Município.



SECRETARIA DE NEG. JURÍDICOS

PRINCIPAIS PROCESSOS:

- Ação cível contra a ANEEL e CPFL;
- Ações Diretas de Inconstitucionalidade com relação ao IPTU;
- FGTS dos servidores comissionados;
- Ação do Município de Indaiatuba x Município de Salto;



SECRETARIA DE NEG. JURÍDICOS

Avanço das execuções fiscais aumentou a arrecadação do Município

Em 01/2013, havia um atraso de mais de 04 anos na propositura de Execuções Fiscais,

Atualmente existem quase 13.000 execuções em trâmite, em junho/2016 esse número era de 12.094 execuções fiscais.

Alterações realizadas na Secretaria, possibilitou o avanço na cobrança dos débitos.



SECRETARIA DE NEG. JURÍDICOS

1º Mutirão resulta em mais de meio milhão em negociações da dívida ativa

- ❖ 1º mutirão de execuções fiscais de IPTU 25/11/2015 no CEJUSC (Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania)
- ❖ R\$ 549.571,47 em parcelamentos e acordos com contribuintes.
- ❖ Em um só dia, foram realizadas 48 audiências e 39 acordos.



SECRETARIA DE NEG. JURÍDICOS

Regularização da situação de áreas públicas.

Secretaria Municipal de Governo



SEC. DE GOVERNO

Gestão Juvenil Cirelli



SECRETARIA DE GOVERNO

A Secretaria de Governo atuou nestes quatro anos de forma integrada aos gabinetes do Prefeito e da Vice-Prefeita. Desenvolvendo trabalhos de relações institucionais, de gestão e de atividades fim específicas, como Habitação e transporte de estudantes universitários.



SECRETARIA DE GOVERNO

✓ QUADRO DE SERVIDORES

Categoria Profissional	Nº	
Assistentes Sociais	02	CONCURSADOS
Assessores	04	COMISSIONADOS
Chefe de Gabinete	02	01 CONCURSADO
Assistente Técnico	04	COMISSIONADOS
Assistente Administrativos	02	COMISSIONADOS
Motoristas	02	01 CONCURSADO
Estagiário Nível Médio	02	CONTRATO
Estagiário Nível Superior	01	CONTRATO
Assistente Legislativo	01	CONCURSADO
Ouvidora	01	CONCURSADO
Arquiteto	01	CONCURSADO
TOTAL COMISSIONADO	10	
TOTAL CONCURSADO	07	
TOTAL CONTRATADO	03	

SECRETARIA DO GOVERNO

✓ DADOS ORÇAMENTÁRIOS

ANO	Valor empenhado (\$)
2013	13.540.444,94
2014	2.359.051,65
2015	4.570.726,10
2016 (mês 9)	5.463.049,74
2017 (Orçado)	5.096.547,16

No PPA 2010/13 a Guarda Municipal, os Bombeiro e Trânsito pertenciam a Sec. de Governo. No PPA seguinte passaram a integrar a Defesa Social.



SECRETARIA DE GOVERNO

✓ CONTRATOS VIGENTES

Empresa	Descrição	Vigência / Aditamento
MAIS CONSULTORIA E NEGOCIOS IMOBILIARIOS LTDA	LOCAÇÃO DE IMÓVEL DESTINADO A INSTALAÇÃO DE UNIDADE DO DETRAN	encerramento em dez/2018
JOAO CHIAFREDO DONALISIO	LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA A INSTALAÇÃO DO CARTÓRIO ELEITORAL	encerramento em mar/2018
ORION INTERNET E MULTIMÍDIA SS LTDA	MANUTENÇÃO SITE PREFEITURA	encerramento em mai/2017
AUTO ONIBUS NARDELLI LTDA	SERVIÇOS DE TRANSPORTE INTERMUNICIPAL DE ESTUDANTES	encerramento em mai/2017
ITU TRANSPORTES E TURISMO LTDA.	SERVIÇOS DE TRANSPORTE INTERMUNICIPAL DE ESTUDANTES	encerramento em mai/2017
ANACONDA TRANSPORTES LTDA - EPP	TRANSPORTE INTERMUNICIPAL DE ESTUDANTES	encerramento em mai/2017
ISAC DE JESUS GOMES - EPP	CONFECCÃO / IMPRESSÃO GRÁFICA BANNERS, FAIXAS, LONAS E PLACAS	encerramento em dez/16
TOTAL MAX COMUNICACAO E MARKETING LTDA	EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE PUBLICIDADE E COMUNICAÇÃO	encerramento em out/17
ASSOCIAÇÃO DE EDUCAÇÃO DO HOMEM DE AMANHÃ	CONTRATAÇÃO DE ESTAGIÁRIOS	encerramento em dez/2016

SECRETARIA DE GOVERNO

HABITAÇÃO

Evolução Urbana e Histórico das ações em Habitação

A diretoria de habitação foi criada em 1988 e hoje está dentro da pasta da Secretaria de Governo. Nos últimos quatro anos foi a responsável pelo cadastro e acompanhamento dos projetos do Minha Casa Minha Vida, encaminhamentos de projetos de moradia popular, aluguel social, acompanhamento de áreas públicas sujeitas a invasão e relacionamento de questões inerentes a CDHU.



SECRETARIA DE GOVERNO

MINHA CASA MINHA VIDA

Em 2012 foi realizado o cadastramento do Programa Minha Casa Minha Vida

FASE I - 320 famílias contempladas.
Condomínio Rio Branco



SECRETARIA DE GOVERNO

FASE II – 2015

160 famílias contempladas – Condomínio Rio Branco



SECRETARIA DE GOVERNO

MINHA CASA MINHA VIDA FAIXA DOIS

Foram entregues mais de duas mil unidades por meio de tal programa

FAIXA UM E MEIO – Recentemente criada pelo Ministério das Cidades, a chamada faixa um e meio terá até o final do ano mais 320 unidades aprovadas pelo Município.



SECRETARIA DE GOVERNO

OUVIDORIA MUNICIPAL

É um espaço que funciona como ferramenta de relacionamento entre a população e as instituições, onde o cidadão pode fazer suas reivindicações, denúncias, sugestões e elogios, referentes aos diversos serviços disponíveis.



SECRETARIA DE GOVERNO

ATENDIMENTOS ANUAIS

Ano	Protocolos Gerados	Atendimentos Telefônicos	Total
2013	2.226	446	2.672
2014	3.847	900	4.747
2015	3.867	1.293	5.160
*2016	2427	950	3377

*Dados atualizados até 31 de outubro de 2016



SECRETARIA DE GOVERNO

Transporte Intermunicipal

É um benefício cedido aos estudantes, através de uma avaliação socioeconômica, para cursarem em outro município cursos técnicos e de ensino superior, cujo estes, não existam no município.



SECRETARIA DE GOVERNO

Dados anuais do Transporte Intermunicipal

Ano	Quantidade de beneficiados
2012	2035
2013	1945
2014	1284
2015	1064
2016*	865

* Dados atualizados até junho/2016



SECRETARIA DE GOVERNO

SALA DE CONVÊNIOS

Constituída por servidores de diferentes pastas, a Sala de Convênios foi criada em 2015 e reúne profissionais que centralizam informações sobre projetos que dependam de convênios com o Estado ou União para execução, casos de projetos executados com recursos oriundos de emendas parlamentares ou do DADE, por exemplo. A sala de convênios se reporta diretamente ao gabinete do Prefeito.



SECRETARIA DE GOVERNO

Total de Recursos Estaduais: **R\$ 17.874.884,00**

Total de Recursos Federais: **R\$ 9.786.919,13**



SECRETARIA DE GOVERNO

Ações que fazem a diferença

Prefeito recupera R\$1,2 milhão e garante drenagem da Avenida Hilário Ferrari. Este recurso corresponde ao restante da 1ª fase da duplicação desta mesma via.

Verificando os convênios das construções das novas creches



SECRETARIA DE GOVERNO

DETRAN

Inaugurada no dia 29 de junho de 2016, a nova unidade do DETRAN foi mais uma conquista do Governo Juvenil Cirelli.

Com um espaço de 720m², o novo DETRAN oferece 40 serviços no espaço físico e outros 30 eletrônicos, com padrões de “Poupatempo”, o que permitiu o aumento de 350% nos atendimentos, quando antes tínhamos 200 ao dia, passando para 700.



SECRETARIA DE GOVERNO

ASSESSORIA DE IMPRENSA

Buscando melhorias na comunicação interna e externa, a Assessoria de Imprensa realiza ações que estreitam a relação entre o poder público, os servidores e a população, na criação de alguns canais de comunicação como:

Criação da Fanpage do Servidor para estreitamento do relacionamento com a categoria (mais de 2 mil curtidas)



SECRETARIA DE GOVERNO

Informando a população e os servidores sobre as ações realizadas

Criação do Jornal da Gente, com distribuição mensal. É um canal de comunicação com a população para prestação de contas.



SECRETARIA DE GOVERNO



Criação do Jornal do Servidor – distribuição mensal junto ao holerite – Canal de Comunicação Interna



SECRETARIA DE GOVERNO

Outras melhorias também foram realizadas

- Aquisição de novos equipamentos para a Assessoria de Imprensa e reformulação do ambiente de trabalho
- Ampliação do atendimento para o SAAE, Esportes e Cultura (que não recebiam o serviço específico) e Meio Ambiente e Defesa Social (que não existiam)
- Incorporação de assessoria para a Secretaria de Educação (antes feita por empresa terceirizada)



SECRETARIA DE GOVERNO

- Envio de 60 (em média) releases por semana - cerca de 80% dos releases enviados pela Assessoria de Imprensa são veiculados nos jornais locais semanalmente
- Padronização da identidade visual e centralização dos pedidos de arte para materiais gráficos
- Licitação da agência de publicidade
- Cobertura em reuniões, eventos, obras da Prefeitura e agendas do Prefeito
- Acompanhamento fotográfico de obras em andamento (diário)



SECRETARIA DE GOVERNO

ATL

Assessoria Técnica Legislativa

Com a finalidade de assessorar na elaboração de toda legislação, decretos, portarias, entre outros do Executivo, é responsável pela guarda e organização de todo o material produzido, além de ser o canal direto entre a Administração da Câmara Municipal e a Secretaria de Governo, sendo responsável também por quase todas as publicações dos atos.



SECRETARIA DE GOVERNO

Ano	Decretos	Requerimentos	Leis
2013	112	557	91 Leis aprovadas pela Câmara Municipal, das quais, 71 de autoria do Executivo e 20 de autoria dos membros do Legislativo
2014	256	486	170 Leis aprovadas pela Câmara Municipal, das quais, 148 de autoria do Executivo e 22 de autoria dos membros do Legislativo.
2015	416	648	133 Leis aprovadas pela Câmara Municipal, das quais, 113 de autoria do Executivo e 20 de autoria dos membros do Legislativo.
2016*	141	217	55 Leis aprovadas pela Câmara Municipal, das quais, 36 de autoria do Executivo e 19 de autoria dos membros do Legislativo.

* Dados atualizados até o mês de agosto/2016



SECRETARIA DE GOVERNO

PREFEITURA NO BAIRRO

Percorrendo todas as regiões do município, ouvindo a população, o Projeto “**Prefeitura no Bairro**” contou com 24 edições, tendo a 1ª ocorrido em 2013. Teve como objetivo identificar através dos moradores as necessidades de cada região, além de oferecer os serviços disponíveis de cada secretaria municipal.



SECRETARIA DE GOVERNO

ALGUNS SERVIÇOS DISPONÍVEIS

Gabinete Itinerante:
Prefeito Juvenil Cirelli
atendeu a população



SECRETARIA DE GOVERNO



SDETT
Time do Emprego:
qualificação profissional

Secretaria da Saúde
orientando sobre
saúde bucal, além de
outros serviços
disponíveis da área



SECRETARIA DE GOVERNO

Secretaria de Governo prestando o serviço de ouvidoria junto ao Prefeito



Secretaria de Meio Ambiente informando a população sobre o descarte correto de inservíveis



SECRETARIA DE GOVERNO

Acompanhados dos secretários municipais, o Prefeito e a Vice-Prefeita prestam contas à população das ações realizadas através do “Prefeitura no Bairro”



SECRETARIA DE GOVERNO

Considerando as demandas apresentadas ao Prefeito a partir do projeto “Prefeitura no Bairro” e as propostas do Programa de Governo 2013/2016, o governo do Prefeito Juvenil Cirelli cumpriu mais de 85% das ações, mostrando o comprometimento deste governo para com toda nossa gente.



Secretaria Municipal de Finanças



FINANÇAS

Gestão Juvenil Cirelli



SECRETARIA DE FINANÇAS

✓ ESTRUTURA FÍSICA

- Sede da Secretaria (Paço Municipal)
- Departamento de Fiscalização de Rendas (Prédio Atende Fácil)
- Departamento de Tributação (Prédio Atende Fácil)

FROTA

- 01 Veículo – usado em comum com Adm. no Atende Fácil



PRINCIPAIS CONTRATOS

Empresa	Objeto
Sianet Data Center Venc. 17/02/17	Gestão de Informações e aplicativos adm.
Acop Files Venc. 21/08/17	Organização, Gerenciamento, Armazenagem e digitalização docs.
EICON Controles Inteligentes Venc. 24/01/17	Nota Fiscal Eletrônica
IBAM Venc. 05/03/17 (*) suspenso	Gestão Tributária/ Dívida Ativa
GEO SIG Venc. 16/08/17	Atualização de cadastro IMOB./ Geoprocessamento.
Service Solution Venc. 15/05/17 (*) suspenso	Central de Cobrança DIV. ATIVA
EXPERT Comunicação Venc. 01/09/17	Incentivo da Receita (IPTU Premiado)



SECRETARIA DE FINANÇAS

✓ QUADRO DE SERVIDORES

Categoria Profissional	Nº
Agente Fiscal de Rendas	07
Auxiliar Administrativo	07
Técnico Administrativo	01
Chefe de Setor	02
Diretor de Divisão	04
Diretor de Departamento	02
Controladoria	01
Contadores	02
Secretária de Gabinete	01
Chefe de Gabinete	01
TOTAL: 28	



SECRETARIA DE FINANÇAS

✓ DADOS ORÇAMENTÁRIOS

Ano	Empenhado	Liquidado	Pago
2013	4.903.981,17	4.648.052,18	4.648.052,18
2014	11.802.015,45	11.802.015,45	11.802.015,45
2015	12.943.637,48	12.934.479,02	12.934.479,02
2016 – Até Outubro	15.812.265,75	14.491.751,80	14.225.119,78
2017 - Orçado	27.014.844,33	27.014.844,33	27.014.844,33

A partir do PPA 2014/17 a Secretaria de Finanças incorporou os Encargos Fiscais, que em 2013 eram segregados.



SECRETARIA DE FINANÇAS

✓ AÇÕES REALIZADAS



SECRETARIA DE FINANÇAS

FUNÇÕES DA SECRETARIA

Execução da política econômica, tributária e financeira da Administração;

Assessoramento às unidades do Município em assuntos de finanças;

Gestão da legislação tributária e financeira do Município;

Fiscalização dos tributos devidos ao Município;



SECRETARIA DE FINANÇAS

FUNÇÕES DA SECRETARIA

Inscrições de Dívida Ativa;

Elaboração e execução das peças orçamentárias (PPA, LDO, LOA);

Programação de desembolso financeiro, guarda e movimentação de valores;

Empenho, liquidação e pagamento das despesas;



SECRETARIA DE FINANÇAS

FUNÇÕES DA SECRETARIA

Elaboração e publicação de demonstrativos contábil e financeiro;

Prestação anual de contas e exigências ao TCE/SP e CGU;

Prestação de contas quadrimestral em audiências públicas na Câmara Municipal;

Controle e a fiscalização da gestão pública;

Controle dos investimentos do município;



SECRETARIA DE FINANÇAS

Tributação/ Fiscalização

Investimentos nos departamentos:

Contratação/realocação de mais funcionários para o Setor Tributário (05).

Troca de todo o mobiliário do departamento;

Atualização do sistema oferecido pela SISP;

Trocas de todos os computadores no Setor Tributário e na Fiscalização de Rendas;

Troca do link de Internet – fim de 2015, passando de 2MB para 10 MB;



SECRETARIA DE FINANÇAS

Finanças

Investimentos no departamento:

➤ Contratação de mais funcionários para o Setor Financeiro:

➤ Auxiliar Administrativo - 03;

➤ Contador - 02

➤ Criação do Sistema de Controladoria (Lei 3185/2013)

Realocação de 01 Funcionária para o departamento de controladoria



SECRETARIA DE FINANÇAS

Gestão e Cobrança da Dívida Ativa

Criação do Grupo Tributário da Dívida Ativa – GTDA para discussão e implementação das ações para recuperação da dívida ativa (2º semestre de 2013);

A criação do GTDA promoveu uma integração entre a Coordenação do Atende Fácil e a Diretoria de Rendas, o que auxiliou na proximidade entre o atendimento geral e o setor tributário.

Após a criação do GTDA o atendimento geral passou por capacitações (atendimento ao público, legislação tributária do município etc.)



SECRETARIA DE FINANÇAS

Arrecadação Dívida Ativa

2013	R\$ 6.489.224,06
2014	R\$ 5.412.310,37
2015	R\$ 11.358.858,64
2016 (Outubro)	R\$ 6.289.236,37

TOTAL - \$ 29.549.629,44



SECRETARIA DE FINANÇAS

Atualização da Legislação

Planta Genérica de Valores (Lei Municipal 3.227/2013)

Código Tributário (Lei Municipal 3.196/2013)

Uso Social IPTU (Lei 3.461/2015)

Programa Especial de Parcelamento – PEP- Lei Municipal 3170/2013 - 3407/2014 - 3546/2015



SECRETARIA DE FINANÇAS

Reflexos na Atualização da legislação

Arrecadação IPTU

2013	R\$ 17.217.068,82
2014	R\$ 24.952.110,82
2015	R\$ 29.065.106,50
2016 (Outubro)	R\$ 31.015.914,58

Aumento de 43% nas inscrições de imóveis

(42.722 em 2.012 para 60.861 em 2016)



SECRETARIA DE FINANÇAS

Reflexos na Atualização da legislação

Arrecadação ITBI

2013	R\$ 5.005.085,72
2014	R\$ 5.030.805,91
2015	R\$ 7.021.261,82
2016 (Outubro)	R\$ 5.856.194,96



SECRETARIA DE FINANÇAS

Reflexos na Atualização da legislação

Arrecadação ISSQN

2013	R\$ 18.305.344,23
2014	R\$ 21.368.688,45
2015	R\$ 22.685.899,60
2016 (Outubro)	R\$ 21.046.705,21



SECRETARIA DE FINANÇAS

Reflexos na Atualização da legislação

Arrecadação ISS Habite-se

2013	R\$ 40.536,38
2014	R\$ 217.076,64
2015	R\$ 436.666,37
2016 (Outubro)	R\$ 552.489,04



SECRETARIA DE FINANÇAS

Reflexos da Atualização

Uso social Lei 3461/2015 (Aplicação em 2016)

(...) Para os imóveis não edificados usados para fins de recreio, estacionamento, cultivo de horta ou pomar, jardinagem(...) **493 inscrições beneficiadas.**

(...)casos de terrenos que encontram-se situados comprovadamente em Áreas de Preservação Permanente – A.P.P.(...) **531 inscrições beneficiadas.**

(...)contenha calçadas e muros nas delimitações do imóvel, de alvenaria, com altura mínima de 2 mts.(...)

146 inscrições beneficiadas



SECRETARIA DE FINANÇAS

Reflexos da Atualização

2014 – Foram emitidas 736 Certidões de Isenção de IPTU para aposentados, portadores de doenças crônicas e famílias de baixa renda;

2015 e 2016 – Foram emitidas 881 Certidões de Isenção de IPTU para aposentados, portadores de doenças crônicas e famílias de baixa renda;

2017 – Até a presente data, foram emitidas 521 Certidões de Isenção de IPTU para aposentados, portadores de doenças crônicas e famílias de baixa renda;



SECRETARIA DE FINANÇAS

Evolução da arrecadação nas ações fiscais a partir da atualização da legislação e investimentos no Departamento.

2013	R\$ 2.524.869,29
2014	R\$ 3.338.451,02
2015	R\$ 5.689.889,81
2016 (outubro)	R\$ 5.811.186,04

Total Arrecadado no Período

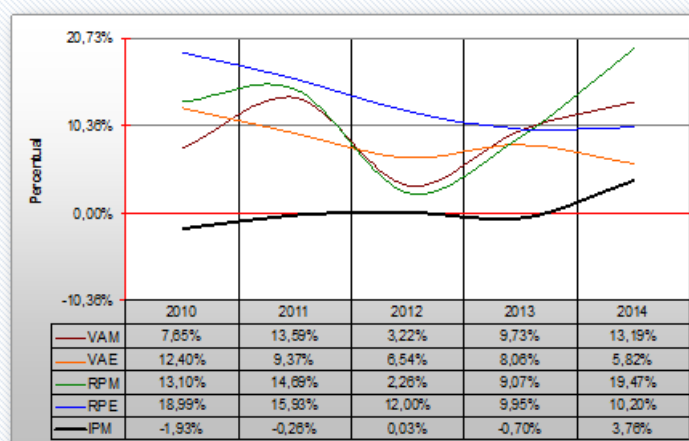
R\$ 17.364.396,16



SECRETARIA DE FINANÇAS

ICMS

O ICMS é um tributo de competência do Estado conforme disposto no art. 155, II da Carta Magna, e em conformidade com o art. 158, IV do mesmo diploma, 25% deste tributo será repassado aos Municípios, e $\frac{3}{4}$, no mínimo, deste percentual na proporção do valor adicionado nas operações relativas à circulação de mercadorias.



Logo governo



SECRETARIA DE FINANÇAS

Analisando o gráfico temos que a variação percentual de crescimento do Município dos últimos 05 (cinco) exercícios em relação ao Estado (Soma do Valor Adicionado dos 645 municípios paulistas) teve à exceção dos anos de 2.010 e 2.012, um crescimento superior a variação do Estado resultando, em 2014 (base para repasses do ano de 2016), em um crescimento de 3,76% no Valor Adicionado, percentual este que efetivamente interessa no repasse do ICMS.

VAM: VALOR ADICIONADO DO MUNICÍPIO
 VAE: VALOR ADICIONADO DO ESTADO;
 RPM: RECEITA PRÓPRIA (IPTU-ISSQN-ITBI)
 RPE: RECEITA PRÓPRIA DO ESTADO;
 IPM: ÍNDICE DE PARTICIP. DO MUNICÍPIO NO ICMS.



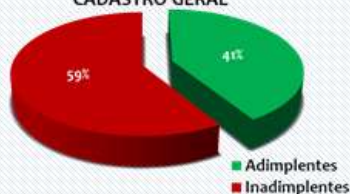
SECRETARIA DE FINANÇAS

IPTU Premiado

Resultados das ações da Campanha de 2015/2016 do Programa Taperá da Sorte!

ADIMPLENTES E INADIMPLENTES –
CADASTRO GERAL

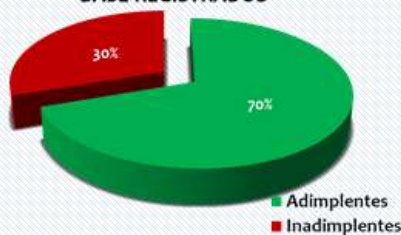
CADASTRO
GERAL: 60.861



SECRETARIA DE FINANÇAS

IPTU Premiado

Nº DE ADIMPLENTES E INADIMPLENTES –
BASE REGISTRADOS



SECRETARIA DE FINANÇAS

REGISTRADOS:
14.483
Junho/16

ADIMPLENTES E INADIMPLENTES NO
PROGRAMA IPTU PREMIADO DE SALTO

ADIMPLENTES	10.098
INADIMPLENTES	4.385



SECRETARIA DE FINANÇAS

REGISTRADOS:
14.483
Junho/16

**ADIMPLENTES E INADIMPLENTES NO
PROGRAMA IPTU PREMIADO DE SALTO**

ADIMPLENTES	10.098
INADIMPLENTES	4.385



SECRETARIA DE FINANÇAS

Evolução das despesas

(Valores empenhados 2013,2014 e 2015)

2013	R\$ 241.523.834,14
2014	R\$ 264.548.481,76
2015	R\$ 292.830.580,49
2016 (Liquidado até Outubro)	R\$ 198.750.786,71



SECRETARIA DE FINANÇAS

**Indevida compensação de créditos
previdenciários no exercício de 2012**

1º Parcelamento: Valor consolidado R\$ 10.034.752,72

2º Parcelamento: Valor consolidado R\$ 6.444.069,39

3º Multa R\$ 6.901.640,60

Total Parcelado R\$ 23.380.462,71

(Valores de Nov./15)



SECRETARIA DE FINANÇAS

“Toda verdade passa por três estágios.
No primeiro, ela é ridicularizada.
No segundo, ela é rejeitada com violência.
No terceiro, é aceita como evidente por si própria.”

Arthur Schopenhauer

OBRIGADO!



Serviço Autônomo de Água e Esgoto



SAAE

Gestão Juvenil Cirelli



SAAE SALTO



SAAE SALTO

Universalização



O custo para universalizar o acesso aos serviços de saneamento (água, esgotos, resíduos e drenagem) é de **R\$ 508 bilhões**, no período de 2014 a 2033.

Somente para a universalização da água e do esgoto, esse custo será de R\$ 303 bilhões em 20 anos.

O Governo Federal, através do PAC, já destinou recursos da ordem de **R\$ 70 bilhões** em obras ligadas ao saneamento básico.



SAAE SALTO
Quadro de servidores - Administrativo

Categoria Profissional	Nº
Superintendente*	1
Assessor Jurídico*	1
Assistente Técnico 1 e 2*	3
Assistente Técnico Adm. e Finanças	1
Assistente Técnico Sistemas e Informática	1
Auxiliar Serviços Gerais 1	2
Chefe de Setor**	2
Coordenador Técnico*	1
Diretor Autárquico*(1**)	4
Diretor de Divisão**	7
Procurador	1
Técnico em Fiscalização e Posturas Municipais	1
Técnico Químico	3
SUB TOTAL	28
Estagiários	15
TOTAL	43


SAAE SALTO
Quadro de servidores - Operacional

Categoria Profissional	Nº
Ajudante de Operador do SAE (extinto na vacância)	3
Assessor II*	1
Assistente Técnico 2*	2
Auxiliar de Manutenção	1
Auxiliar Serviços Gerais 1	13
Bioquímico	1
Chefe de Setor**	2
Diretor de Divisão**	2
Motorista	6
Oficial de Manutenção - Eletricista	1
Oficial de Manutenção - Encanador	10
Oficial de Manutenção - Pedreiro	3
Operador de Máquina	1
Técnico de Segurança do Trabalho	1
Técnico Químico	12
V-Mecânico de Bombas	1
V-Técnico em San. Ambiental (extinto na vacância) *cedido ao meio ambiente	1
TOTAL	60


SAAE SALTO
Temporários - Administrativo

Categoria Profissional	Nº
Auxiliar administrativo 1	2

Temporários - Operacional

Categoria Profissional	Nº
Auxiliar de Manutenção	1
Auxiliar Serviços Gerais 1	3
Motorista	1
Oficial de Manutenção - Encanador	2
Oficial de Manutenção - Pedreiro	2
Operador de máquina	1
Técnico Químico	2
TOTAL	12



SAAE SALTO
Horas Extras – acompanhamento mensal

ANO	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
2012	47996,36	42427,03	42467,30	51298,30	43428,47	42629,88	44358,46	34347,77	48749,81	44997,07	52844,73	49613,91	R\$545.159,09
2013	40104,03	30707,58	38118,98	43736,26	50663,82	53342,34	52607,99	54439,94	58393,52	50068,38	70399,04	65903,42	R\$ 608.485,30
2014	38385,01	33812,11	38909,55	43637,69	48687,58	42269,80	47700,74	41275,33	43541,05	36602,01	49223,76	45500,84	R\$ 509.545,47
2015	44615,99	41771,08	45373,70	45349,15	44517,17	37419,15	36543,14	29818,30	33537,73	25114,01	29992,10	19524,25	R\$ 433.575,77
2016	23526,72	22930,12	22939,67	27484,09	31696,74	29901,28	30058,32	26827,06	31965,24	29794,60			R\$ 277.123,84


SAAE SALTO
Horas Extras – Quantidade de horas

ANO	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
2012	4.527	3.816	3.918	4.045	3.542	3.399	3.530	3.093	3.636	3.822	3.932	3.907	45.167
2013	3.234	2.487	2.494	3.280	3.623	4.013	4.160	4.153	4.596	3.997	4.585	4.758	45.380
2014	4.087	3.921	3.886	4.232	4.745	4.242	4.563	4.058	4.302	3.584	4.826	4.417	50.863
2015	4.506	4.412	4.372	4.177	4.261	3.722	3.402	2.888	3.173	2.550	3.016	2.013	42.492
2016	2.376	2.435	2.213	2.595	2.897	2.785	2.799	2.575	2.957	2.807			26.439


SAAE SALTO
Departamento Financeiro


SAAE SALTO

- Adequação do patrimônio do SAAE(2014 – TC)
- Tratativas de revisão do contrato de concessão/módulo comercial(apropriação diária de valores)



SAAE SALTO

- Tarifa de água(Introdução da fórmula paramétrica-ARES)
- Fornecimento de caminhões pipas(boletos)
- Agência Executiva(Decreto)



SAAE SALTO

Departamento Administrativo



SAAE SALTO

Canal 0800

Devido ao poder normativo conferido à Agência Reguladora PCJ e em continuidade às regulamentações necessárias para o pleno exercício de nossas atribuições, gostariamos de lembrar-lhe que a Resolução ARES-PCJ nº 50 estabelece as Condições Gerais de Prestação dos Serviços Públicos de Abastecimento de Água Tratada e de Esgotamento Sanitário. O Código de Defesa do Consumidor está integralmente contemplado na Resolução, e incorpora a necessidade preceve de sistema de atendimento telefônico gratuito, 24 horas por dia, com fornecimento de registro e numeração de solicitações e restaurações (protocolo ou ordem de serviço).



SAAE SALTO

Uniformes

Novos uniformes para os Operacionais



SAAE SALTO

- Programa 5S
- ISO 9001:2015



SAAE SALTO

Parceria com a Sanasa

TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA NO ÂMBITO DO SISTEMA DA GESTÃO DA QUALIDADE QUE CELEBRAM ENTRE SI, A SOCIEDADE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E SANEAMENTO S/A E SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTOS DE SALTO, REFERENTE AO PROTOCOLO Nº 2016/500.292.



SAAE SALTO

Planejamento estratégico



SAAE SALTO

Nova sede da autarquia



SAAE SALTO

Reforma administrativa



SAAE SALTO

Divisão de Tecnologia da Informação



SAAE SALTO

Infraestrutura

- Data center central localizado na sede administrativa e data center secundário instalado no prédio da ETA Bela Vista.
- Rede estruturada integrando equipamentos de dados, telefonia e CFTV (sistema de câmeras).
- Links entre o prédio central (10 MB) e as ETAs João Jabour (8 MB/parceria) e Bela Vista (20 MB) por fibra óptica.



SAAE SALTO

Equipamentos

- 10 Servidores instalados, 9 no prédio central e 1 na ETA Bela Vista
- Central PABX(37 ramais/ 4 digitais)
- 35 aparelhos de rádio Nextel(operacional)
- Impressoras com recursos de bilhetagem



SAAE SALTO

Procuradoria e Assessoria Jurídica



SAAE SALTO

Jurídico do SAAE: Procuradoria e Assessoria Jurídica, ligados diretamente à superintendência.

Auxiliado por Escritório especializado contratado por licitação.



SAAE SALTO

Gestão de Contratos



SAAE SALTO

FORNECEDOR	OBJETO	VIGÊNCIA	VALOR TOTAL DO CONTRATO
L.T.D ENGENHARIA LTDA	TROCA DE HIDRÔMETROS(FEHIDRO)	16/11/2016	R\$ 3.004.478,24
AUE PROVEDOR DE INTERNET LTDA - ME	LINKS DE DADOS	31/07/2017	R\$ 333.440,00
SGVO - Engenharia, Construções e Empreendimentos I	IMÓVEL PARA SEDE ADMINISTRATIVA	23/10/2016	R\$ 120.000,00
Nextel Telecomunicação Ltda	COMUNICAÇÃO MÓVEL	19/12/2016	R\$ 50.450,00
COMERCIAL JOAO AFONSO LTDA	CESTAS DE ALIMENTOS	10/01/2017	R\$ 129.818,64
QUEIROZ E NOBREGA ADVOGADOS ASSOCIADOS	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS JURIDICOS	31/07/2017	R\$ 64.800,00
AUTO POSTO 9 DE JULHO DE SALTO LTDA	COMBUSTÍVEIS	21/08/2017	R\$ 171.864,00
L.T.D ENGENHARIA LTDA	AMPLIAÇÃO DA ETA BELA VISTA(PAC)	10/11/2016	R\$ 3.362.198,78
SUALL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	SULFATO DE ALUMÍNIO	20/11/2016	R\$ 597.261,00



SAAE SALTO

FORNECEDOR	OBJETO	VIGÊNCIA	VALOR TOTAL DO CONTRATO
DRYLLER INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE HIDRÓXIDOS LTDA	HIDRÓXIDO DE CÁLCIO	03/12/2016	R\$ 461.454,00
E.F. RIBEIRO SERVIÇOS DE SANEAMENTO ME	3000 HIDROMETROS(FEHIDRO)	19/11/2016	R\$ 322.625,66
SANETECH ENGENHARIA E MEIO AMBIENTE EIRELLI EPP	10000 HIDROMETROS(FEHIDRO)	20/01/2017	R\$ 1.526.893,33
SNF DO BRASIL LTDA	POLIMERO	06/03/2017	R\$ 13.050,00
BAUMINAS QUIMICA N/NE LTDA	ORTOPOLIFOSFATO DE SÓDIO	10/03/2017	R\$ 182.000,00
CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA	PROGRAMA DE ESTÁGIOS	25/04/2017	R\$ 204.480,00
ECOSYSTEM PRESERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE LTDA	ANÁLISES LABORATORIAIS	01/07/2017	R\$ 50.624,00
GR IND. COM. E TRANSP. DE PROD. QUÍMICOS LTDA.	CLORO GÁS E ÁCIDO FLUORSILISSICO	28/02/2017	R\$ 64.800,00
AMARALINA CONSTRUÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA.	COLETOR TRONCO - DELEGACIA(FEHIDRO)	24/05/2017	R\$ 938.939,48
EDITORA TAPERÁ LTDA. - EPP	PUBLICIDADE OFICIAL	14/04/2017	R\$ 32.000,00



SAAE SALTO

FORNECEDOR	OBJETO	VIGÊNCIA	VALOR TOTAL DO CONTRATO
GETESI - GERENCIAMENTO TECNOLOGIA E SISTEMAS LTDA EPP.	PAINEIS ELÉTRICOS	31/11/2016	R\$ 159.600,00
R.A. MANUTENÇÃO INDUSTRIAL EIRELI ME	PINTURA DO PRÉDIO ETA BELA VISTA	06/07/2017	R\$ 279.250,00
SUPERBÁ MATERIAS PARA CONSTRUÇÃO LTDA.	CIMENTO E AREIA MÉDIA	31/12/2016	R\$ 17.960,00
IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO S/A	SERVIÇOS DE PUBLICIDADE OFICIAL	02/10/2017	R\$ 119.939,19
VERMONT SANEAMENTO E HIDRAULICA EIRELI - EPP	COLMÉIA DE DECANTAÇÃO	05/12/2016	R\$ 44.160,00
IVETE ROSA HERNANDES	ALMOXARIFADO	01/02/2017	R\$ 19.366,62
VOS OBRAS E SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO CIVIL LDTA	RECUPERAÇÃO DO DECANTADOR	14/12/2016	137.910,00
XEROGRAFIA	LOCAÇÃO DE IMPRESSORAS	21/10/2017	R\$ 16.417,32
MAPFRE SEGUROS GERAIS S/A	SEGURO DOS VEICULOS DA FROTA	31/11/2017	R\$ 35.462,64



SAAE SALTO

Divisão de licitações



SAAE SALTO



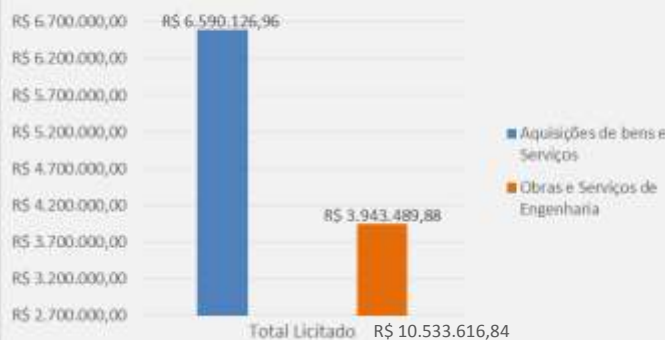
SAAE SALTO

LICITAÇÕES REALIZADAS EM 2014



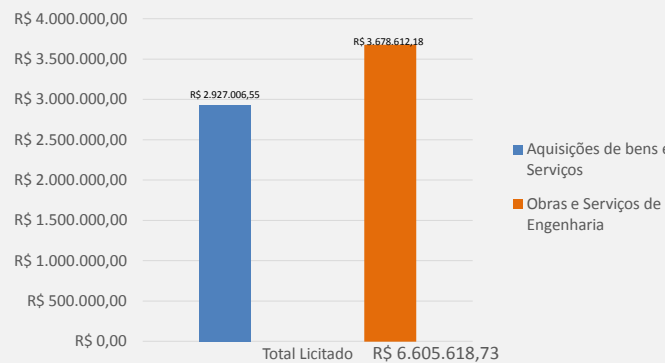
SAAE SALTO

LICITAÇÕES REALIZADAS EM 2015



SAAE SALTO

LICITAÇÕES REALIZADAS ATÉ OUTUBRO DE 2016



SAAE SALTO

Setor Frotas



SAAE SALTO

Veículos - SAAE

PLACA	VEICULO	MARCA	COR	ANO
EHE 4072	MONTANA ABERTA	GM	BRANCA	2011
DMN 3023	MONTANA ABERTA	GM	BRANCA	2006
EHE 4073	MONTANA LS FECHADA	GM	BRANCA	2011
EHE 4074	MONTANA LS FECHADA	GM	BRANCA	2011
EHE 4055	COURIER L 1.6	FORD	BRANCA	2010
EHE 4077	UNO MILLE	FIAT	BRANCA	2011
EHE 4078	UNO MILLE	FIAT	BRANCA	2011
EHE 4058	COURIER L 1.6	FORD	BRANCA	2010
EHE 4079	UNO MILLE	FIAT	BRANCA	2011
EHE 4060	FIESTA SEDAN 1.6	FORD	BRANCA	2010
EHE 4070	MONTANA ABERTA	GM	BRANCA	2011
CPV 9851	CAMINHÃO F 11000	FORD	AZUL	1990
DMN 3025	CAMINHÃO F 4000	FORD	BRANCO	2007
CDZ 9175	CAMINHÃO MB 709	MERCEDES	AZUL	1990
BPZ 4048	CAMINHÃO F 4000	FORD	BRANCO	1997
FGX 0027	FORD CARGO 1319	FORD	BRANCO	2013



SAAE SALTO

Veículos - SAAE

PLACA	VEICULO	MARCA	COR	ANO
FGX 0028	FORD CARGO 1319	FORD	BRANCO	2013
FGX 0029	FORD CARGO 1319	FORD	BRANCO	2013
FGX 0031	FORD CARGO 1719	FORD	BRANCO	2013
FGX 0032	FORD CARGO 1719	FORD	BRANCO	2013
FRI-3828	FORD CARGO 1723	FORD	BRANCO	2013
EHH 5251	MOTO CG 125 CARGO	HONDA	BRANCA	2010
EHH 5266	MOTO CG 125 CARGO	HONDA	BRANCA	2011
EHH 5267	MOTO CG 125 CARGO	HONDA	BRANCA	2011

Máquina/Equipamento - SAAE

PLACA	VEICULO	MARCA	COR	ANO
FB 80.3	RETROSCAVADEIRA	FIATALLIS	VERMELHO	2002
SAE 001	DRAGA	////////	//////	//////



SAAE SALTO

Locados

PLACA	VEICULO	MARCA	COR	ANO
FNW 3585	MERCEDES BENZ SPRINTER	MERCEDES	BRANCO	2015
FTA 6181	PALIO FIRE	FIAT	PRATA	2015
FKQ 3339	PALIO FIRE	FIAT	PRATA	2016
FNK 1191	STRADA WORKING	FIAT	PRATA	2016
FCQ 2327	STRADA WORKING	FIAT	PRATA	2015



SAAE SALTO

Departamento Operacional



SAAE SALTO

Córrego Ajudante

Recuperação dos trechos corrompidos do emissário de esgoto que margeia o córrego Ajudante.



SAAE SALTO

Córrego Ajudante



ANTES



DEPOIS



SAAE SALTO

Rua dos Estudantes

Substituição da rede de abastecimento de água.



SAAE SALTO

ETA João Jabour

Troca do material filtrante nos módulos de tratamento de água da ETA João Jabour.



SAAE SALTO

Rede coletora de esgoto do Jardim Icaraí

Implantação de cerca de 80 m de rede coletora de esgoto na rua Maricá, localizada no Jardim Icaraí.



SAAE SALTO

Lagoa Conceição



SAAE SALTO

Desassoreamento do Rio Piraí - MRV



SAAE SALTO

Obras em andamento

- Reformas das Estações Elevatórias de Esgoto do Jd. Marília e Sta Efigênia
- Manutenção do coletor tronco do bairro Santa Cruz(Interligação)
- Reparação no módulo decantador da ETA Bela Vista
- Reparação da barragem do J. Jabour



SAAE SALTO

Departamento Técnico(Engenharia)



SAAE SALTO

Coletor tronco na sub bacia Santa Cruz (2 km de rede)



SAAE SALTO

Sistema de adução ETA Bela Vista/Nações/Panorama



SAAE SALTO

Substituição de rede e distribuição de ramais (Centro)



SAAE SALTO

Ampliação da ETA Bela Vista



SAAE SALTO

Substituição de 23.000 hidrômetros



SAAE SALTO

Coletor Tronco e sub bacia Delegacia



SAAE SALTO

Grupo motor gerador para ETA Bela Vista



SAAE SALTO

Reforço do interceptor do lado esquerdo do Rio Jundiáí – PVC - 1.175,50m(CERJU)



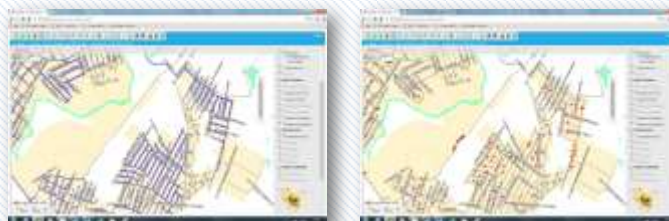
SAAE SALTO

Programa de setorização/combate de perdas



SAAE SALTO

Sistema de Informação Geográfica



SAAE SALTO

Coletor Tronco do Bom Retiro



SAAE SALTO

Empreendimentos



SAAE SALTO

Empreendimento RESPONSÁVEL	Compromisso Original	Compromisso Formalizado/Substitutivo	Valor Estimado
VILA DOS EUCALIPTOS PRATA/EUCATEX IMOB.	1. Implantação de um Coletor Tronco de Esgotos interceptor do Córrego do Retiro; (Executado) 2. Construção de um Reservatório semienterrado com capacidade de 1.000.000 Lts; (Em execução) 3. Construção de um Reservatório Elevado com capacidade de 250.000 Lts; (Em execução)	Termo de Compromisso mantido	R\$ 2.800.000,00
Loteamento VILA MARTINS PRATA/EUCATEX IMOB.	1. Construção de rede de adução de água desde a ETA BURU até o local do empreendimento. (Executado) 1. Construção de um reservatório de 1.000,00m³ (Executado) 2. Estação elevatória de Esgoto (Executado)	Termo de compromisso mantido	R\$ 2.100.000,00
Loteamento VILLAGE MOUTONEE DOMINIUN	1. Rede de adução desde ETA Bela Vista até Empreendimento 2. Reservatório 2.000.000 Lts	Substituído por Reserv. 1000m³ (Executado) Subst. por sistema viário/iluminação/benfeitórias São Pedro São Paulo (Executado)	R\$ 800.000,00



SAAE SALTO

Empreendimento RESPONSÁVEL	Compromisso Original	Compromisso Formalizado Substitutivo	Valor Estimado
Loteamento JARDIM GUARUJÁ	1. Novo Booster Trabalhadores; (Em fase de projeto)	Cota parte com empreendimentos: JD. IMPERIAL - VILAGGIO DO CONDE - MONTE CRISTO - JD. GUARUJÁ	Cota proporcional do empreendimento sobre R\$6.200.000,00
	2. Nova Adutora Booster trabalhadores até EAT Jardim Cidade (Em fase de projeto)		
	3. Booster Jd. Cidade p/ Empreendimento (Em fase de projeto)		
	4. Adutora EAT Jd. Cidade até empreendimento (Em fase de projeto)		
Loteamento JARDIM IMPERIAL	1. Novo Booster Trabalhadores (Em fase de projeto)	Cota parte com empreendimentos: JD. IMPERIAL - VILAGGIO DO CONDE - MONTE CRISTO - JD. GUARUJÁ	Cota proporcional do empreendimento sobre R\$6.200.000,00
	2. Nova Adutora Booster trabalhadores até Eat Jardim Cidade (Em fase de projeto)		
	3. Booster Jd. Cidade p/ Empreendimento (Em fase de projeto)		
	4. Adutora EAT Jd. Cidade até empreendimento (Em fase de projeto)		
Cond. Res. Vertical MCMV faixa 2 380 Apartamentos SUGO INCORP. E CONST. LTDA (Bertinho Ferrari)	01. Execução de um reservatório interno de 300m ³ (Em andamento)	Mantido	R\$ 400.000,00
	02. Rede de água para abastecimento do empreendimento (Em andamento)		
	03. Manutenção coletor esgoto proximidades (Em andamento)		

SAAE SALTO

Empreendimento RESPONSÁVEL	Compromisso Original	Compromisso Formalizado Substitutivo	Valor Estimado
Cond. Res. MARIA MARIANA (Tonin e Cléo Leão)	1. Reservatório de 500 m ³ para abastecimento do empreendimento e adjacências; (Obras em execução)	Mantido	R\$ 800.000,00
	2. rede adução para o empreendimento desde a Av. José Maria Marques (Obras em execução)		
Cond. Res. Vertical Prime TEAMPRIME	Melhoria rede de Abastecimento para o bairro Nair Maria até a finalização dos empreendimentos (Em fase de projeto)	Mantida	R\$ 50.000,00
JARDIM DOS TAPERÁS	1. Melhoria dos Sistema de Afastamento para o empreendimento e adjacências. (Executado) 2. Rede adutora de água para abastecimento do empreendimento, cond. Rio Branco e empresas da Rua até a Rod. S. Dumont (Executado)	Mantido	R\$ 400.000,00



SAAE SALTO

Empreendimento RESPONSÁVEL	Compromisso Original	Compromisso Formalizado Substitutivo	Valor Estimado
Loteamento VILAGGIO DO CONDE	1. Novo Booster Trabalhadores. 2. Nova Adutora Booster trabalhadores até Eat Jardim Cidade 3. Booster Jd. Cidade p/ Empreendimento 4. Adutora EAT Jd. Cidade até empreendimento (Preparando-se para iniciar)	Cota parte com empreendimentos: JD. IMPERIAL - VILAGGIO DO CONDE - MONTE CRISTO - JD. GUARUJÁ	
Loteamento fechado TERRAS DE SÃO GABRIEL Pentágono Emp. Imobiliários Ltda (Buick)	Todas as benfeitorias necessárias para levar, armazenar e distribuir água tratada para a região, bem como o sistema necessário para coletar e conduzir os efluentes sanitários para um local apropriado para sequência de afastamento e tratamento. Conforme especificações do SAAE: água Ø200 mm em PEAD, desde EAT Rua Romagna, sistema de booster na ETA João Jabour. Esgoto: rede de 7.609,15 m. do empreendimento até a E.E.E. situada na Rua Vaticano (A iniciar juntamente com as obras do loteamento)	Mantido	R\$ 5.700.000,00



SAAE SALTO

Empreendimento RESPONSÁVEL	Compromisso Original	Compromisso Formalizado Substitutivo	Valor Estimado
SOLAR DOS PASSAROS (MRV)	1. Rede de Adução de água desde EAT Panorama até o empreendimento. (Em fase de projeto)	2. Rede de afastamento de esgoto até o Coletor do Bairro Nações.	R\$ 400.000,00
	2. Rede de afastamento de esgoto até o Coletor do Bairro Nações. 3. Reservatório de 1000,00m³ para beneficiar a região (Em fase de projeto)	Os itens 1 e 3 foram substituídos para melhoria do sistema viário da região e ampliação da ETA João Jabour	R\$ 1.200.000,00
SOLAR DAS ARARAS (MRV) Rua Japão	01. Sistema de adução da água desde EAT Nações até o empreendimento através de Método não Destrutível. 2. Rede de recalque de esgoto desde o empreendimento até o coletor Santa Cruz na rua Ribeirão Preto. (Aguarda o início das obras do Condomínio.)	Mantido	R\$ 1.700.000,00



SAAE SALTO

Empreendimento RESPONSÁVEL	Compromisso Original	Compromisso Formalizado Substitutivo	Valor Estimado
Loteamento fechado LAGOS D'ICARAÍ INVESTIMENTOS ICARAÍ S/C LTDA (Marcelo Monteiro e Renato Monteiro)	2. estação Elevatória de Esgoto para os empreendimentos (Executado) 1. Sistema de Reservação e distribuição de Água para o empreendimento e parte da Zona Noroeste do Município Reservatório Semi enterrado 1700,00m³ e reservatório elevado 300,00m³ (Executado)	Mantido	R\$ 2.000.000,00
Loteamento JARDIM MONTE CRISTO	1. Novo Booster Trabalhadores (Em fase de projeto) 2. Nova Adutora Booster trabalhadores até Eat Jardim Cidade (Em fase de projeto) 3. Booster Jd. Cidade p/ Empreendimento (Em fase de projeto) 4. Adutora EAT Jd. Cidade até empreendimento (Em fase de projeto)	Cota parte com empreendimento s: JD. IMPERIAL - VILAGGIO DO CONDE - MONTE CRISTO - JD. GUARUJÁ	Cota proporcional do empreendimento o sobre R\$6.200.000,00



SAAE SALTO

Empreendimento RESPONSÁVEL	Compromisso Original	Compromisso Formalizado Substitutivo	Valor Estimado
Cond. Res. Vertical JARDIM BOTÂNICO DE SALTO SPE LTDA (Dito Corvo)	1. Reservatório de 500 m³ para abastecimento do empreendimento e adjacências (Empreendimento paralisado) 2. Adutora de água tratada desde a EAT João Jabour até o empreendimento	Mantido	R\$ 750.000,00
Loteamento MORRO DA MATA	1. Rede de adução desde EAT Nações (Em fase de projeto) 2. reservatório de 500,00m³ para abastecimento empreendimento e Jd. Laguna (Em fase de projeto) 3. Rede de Recalque de esgoto até Rua Japão (Em fase de projeto)	Mantido	R\$ 1.500.000,00

Valor Total das Parcerias: R\$ 39.200.000,00



SAAE SALTO

Projetos futuros - recursos junto ao PCJ e SMT



SAAE SALTO

- Substituição da Rede da Adutora Conceição (9,5km) – Valor: R\$ 5.500.000,00
- Plano de Perdas/ Revisão do Plano Diretor – Valor: R\$ 1.000.000,00
- Nova Estação de Tratamento de Água da Zona Noroeste – Valor: R\$ 6.000.000,00



SAAE SALTO

- Projeto e Implantação de CCO (Centro de Controle de Operações) – Valor: R\$ 2.000.000,00
- Cadastramento e Projeto Executivo para o Sistema de Afastamento de Esgoto (Emissários e Coletor Tronco) – Valor: R\$ 800.000,00
- Pesquisa de Perdas na Zona Noroeste – Valor: R\$ 600.000,00
- CONIRPI



SAAE SALTO

- Interligação da ETA BELA VISTA com a região noroeste (Parceria)
- Leilão de materiais inservíveis



OBRIGADO

Gestão Juvenil Cirelli



ANEXO IV – RELAÇÃO DOS CONVÊNIOS VIGENTES

Convênios entre a Estância Turística de Salto e a União

Convênio	Recurso a receber	Recurso em Conta	Convênios a formalizar
Trem Republicano - Estaca 092 a 153	R\$ 1.344.525,00	R\$ 15.938,26	
Reforma e Revitalização da Avenida Dom Pedro II	R\$ 195.000,00	R\$ 210.069,84	
Construção de Arquibancada	R\$ 1.601.250,00	R\$ 150.798,95	
Reforma de Centros Esportivos e Estádios Municipais	R\$ 97.500,00	R\$ 41.887,01	
Recapamento de Diversas Vias	R\$ 444.932,66	R\$ 6.840,01	
Sinalização Viária - Rua 09 de Julho (trecho José Galvão – Avencas), Avenida Brasília, Trecho da Avenida Dom Pedro II	R\$ 246.550,00	R\$ 274.272,98	
Recapamento das Ruas Emilio Ribas/Carlos Gomes	R\$ 389.610,04		
Recapamento da Rua São Dimas	R\$ 132.514,86	R\$ 132.514,86	
Recapamento da Marechal Deodoro/Henrique Viscardi	R\$ 243.750,00		
Ampliação da Estação de Tratamento de Água Bela Vista	R\$ 1.970.000,00		
Construção de Centro de Atendimento ao Turista (CAT) e Aquisição de Mobiliário	R\$ 292.500,00		
Portal Educacional		R\$ 708.412,48	
Inclusão Digital - Fibra óptica 2014		R\$ 466.893,03	
Sinalização - Avenida Hilário Ferrari e Avenida Aimorés			R\$ 245.850,00
Recapamento das Ruas Vicente Donalizio, Viena, Paris, Lisboa, Louis Pasteur e Vital Brasil			R\$ 677.686,96
Recapamento			R\$ 252.077,85
	R\$ 6.958.132,56	R\$ 2.007.627,42	R\$ 1.175.614,81

Recurso a receber

R\$ 6.958.132,56

Recurso em conta com rendimentos

R\$ 2.007.627,42

A formalizar

R\$ 1.175.614,81

Total**R\$ 10.141.374,78**

Convênio para o Trem Republicano - Estaca 092 a 153

Deputado	Arlindo Chinaglia
Ministério	Turismo
Contrato	0267.057-18/2008
Objeto	Trem Republicano - Estaca 092 a 153
Valor de Repasse	R\$ 1.950.000,00
Valor de Contrapartida	R\$ 928.630,10
Valor Total	R\$ 2.878.630,10
Data de assinatura	23/12/2008
Data - Vigência	30/12/2016
Empresa Contratada	Prumo Engenharia Ltda.
Contrato	01/2014 - Concorrência Pública 01/2014
Valor contratado	R\$ 2.204.211,02
Data de assinatura	15/12/2014
Ordem de serviço	19/10/2015
Data Final - atual	19/10/2017
Aditivos	Não tem
Saldo de empenho	R\$ 1.187.194,06
A Empenhar	R\$ 724.211,02
Observações	<p>Licitação feita pelo CITREM. Em fase de prorrogação de vigência do contrato federal. Aguardando liberação da ALL e ANTT (foi solicitada a construção de muro e pagamento de taxa anual devido ao paralelismo da linha férrea). Obra paralisada. A empresa solicita novamente reajuste contratual. Ressaltamos que o reajuste anteriormente solicitado não foi concedido. Pendência financeira com a empresa no valor de R\$ 366.044,67 referente as medições 4 (parcial), 5 e 6 devido ao atraso na liberação de recursos.</p>

Convênio para a Reforma e Revitalização da Avenida Dom Pedro II

Deputado	Marcos Feliciano
Ministério	Turismo
Contrato	1014296-88/2013
Objeto	Reforma e Revitalização da Avenida D. Pedro II
Valor de Repasse	R\$ 390.000,00
Valor de Contrapartida	R\$ 33.913,05
Valor Total	R\$ 423.913,05
Data de assinatura	31/12/2013
Data - Vigência	31/12/2017
Empresa Contratada	Não tem
Contrato	Não tem
Valor contratado	Não tem
Data de assinatura	Não tem
Ordem de serviço	Não tem
Data Final - atual	Não tem
Aditivos	Não tem
Saldo de empenho	Não tem
A Empenhar	Não tem
Observações	50% dos recursos em conta. O projeto precisa de adequações.

Convênio para a Construção de Arquibancada

Deputado	Arlindo Chinaglia
Ministério	Esporte
Contrato	0372075-53/2011
Objeto	Construção de Arquibancada
Valor de Repasse	R\$ 2.500.000,00
Valor de Contrapartida	R\$ 218.000,00
Valor Total	R\$ 2.718.000,00
Data de assinatura	26/12/2011
Data - Vigência	24/02/2017
Empresa Contratada	Construdaher Construções Ltda
Contrato	91/2014 - Concorrência Pública 03/2014
Valor contratado	R\$ 1.922.966,81
Data de assinatura	02/07/2014
Ordem de serviço	03/07/2014
Data Final - atual	03/01/2017
Aditivos	R\$ 192.296,68
Saldo de empenho	R\$ 0,00
A Empenhar	R\$ 209.207,13
Observações	Rescisão amigável do contrato com a empresa Construdaher.

Convênio para a Reforma de Centros Esportivos e Estádios Municipais

Deputado	Arlindo Chinaglia
Ministério	Esporte
Contrato	1001143-98/2012
Objeto	Reforma de Centros Esportivos e Estádios Municipais
Valor de Repasse	R\$ 487.500,00
Valor de Contrapartida	R\$ 11.000,00
Valor Total	R\$ 498.500,00
Data de assinatura	31/12/2012
Data - Vigência	24/02/2017
Empresa Contratada	Deliberalli Serviços e Construções Ltda Me
Contrato	60/2014 - Tomada de Preços 04/2014
Valor contratado	R\$ 384.578,80
Data de assinatura	23/05/2014
Ordem de serviço	16/06/2014
Data Final - atual	16/01/2017
Aditivos	R\$ 11.928,92
Saldo de empenho	R\$ 23.538,93
A Empenhar	R\$ 14.150,23
Observações	Em prestação de contas.

Convênio para o Recapeamento de Diversas Vias

Deputado	Aline Correa
Ministério	Cidades
Contrato	0390141-30/2012
Objeto	Recapeamento de Diversas Vias
Valor de Repasse	R\$ 1.976.600,00
Valor de Contrapartida	R\$ 171.878,26
Valor Total	R\$ 2.148.478,26
Data de assinatura	31/12/2012
Data - Vigência	24/02/2017
Empresa Contratada	DNP terraplenagem e Pavimentadora Foresto Ltda.
Contrato	36/2014 - Concorrência Pública 01/2014
Valor contratado	R\$ 1.692.909,14
Data de assinatura	10/04/2014
Ordem de serviço	23/04/2014
Data Final - atual	22/04/2017
Aditivos	R\$ 351.935,64
Saldo de empenho	R\$ 364.300,49
A Empenhar	R\$ 15.660,39
Observações	Obra em andamento. Aguardando a liberação de recursos do Governo Federal

Convênio para a Sinalização Viária - Rua 09 de Julho (trecho José Galvão – Avencas), Avenida Brasília, Trecho da Avenida Dom Pedro II

Deputado	José Olimpio
Ministério	Cidades
Contrato	1015633-53/2014
Objeto	Sinalização Viária - Rua 09 de Julho (trecho José Galvão – Avencas), Avenida Brasília, Trecho da Avenida Dom Pedro II
Valor de Repasse	R\$ 493.100,00
Valor de Contrapartida	R\$ 5.275,08
Valor Total	R\$ 498.375,08
Data de assinatura	18/06/2014
Data - Vigência	18/06/2017
Empresa Contratada	Infravias Construções e Serviços Ltda
Contrato	Tomada de Preços 03/2016
Valor contratado	R\$ 503480,24
Data de assinatura	Não tem
Ordem de serviço	Não tem
Data Final - atual	Não tem
Aditivos	Não tem
Saldo de empenho	Não tem
A Empenhar	Não tem
Observações	Em formalização de contrato

Convênio para o Recapeamento das Ruas Emilio Ribas/Carlos Gomes

Deputado	Miguel Hadad
Ministério	Cidades
Contrato	1030300-88/2016
Objeto	Recapeamento das Ruas Emilio Ribas/Carlos Gomes
Valor de Repasse	R\$ 389.610,04
Valor de Contrapartida	R\$ 4.279,94
Valor Total	R\$ 393.889,98
Data de assinatura	13/06/2016
Data - Vigência	13/06/2018
Empresa Contratada	não tem
Contrato	não tem
Valor contratado	não tem
Data de assinatura	não tem
Ordem de serviço	não tem
Data Final	não tem
Aditivos	não tem
Saldo de empenho	não tem
A Empenhar	não tem
Observações	Em licitação (TP 05/2016 - os envelopes abrem dia 11/01/17). Aguardando a liberação de recursos pelo Governo Federal.

Convênio para o Recapeamento da Rua São Dimas

Deputado	Arlindo Chinaglia
Ministério	Cidades
Contrato	1024823-99/2015
Objeto	Recapeamento da Rua São Dimas
Valor de Repasse	R\$ 265.029,71
Valor de Contrapartida	R\$ 2.677,07
Valor Total	R\$ 267.706,78
Data de assinatura	23/12/2015
Data - Vigência	23/12/2017
Empresa Contratada	DNP Terraplenagem e Pavimentadora Foresto Ltda
Contrato	66/2016 - Tomada de Preços 01/2016
Valor contratado	R\$ 265.680,88
Data de assinatura	16/05/2016
Ordem de serviço	21/11/2016
Data Final	21/05/2017
Aditivos	Não tem
Saldo de empenho	R\$ 135.191,93
A Empenhar	R\$ 130.488,95
Observações	Obra em andamento. 50% dos recursos em conta

Convênio para o Recapeamento da Marechal Deodoro/Henrique Viscardi

Deputado	José Olimpio
Ministério	Cidades
Contrato	1030594-06/2016
Objeto	Recapeamento da Marechal Deodoro/Henrique Viscardi
Valor de Repasse	R\$ 243.750,00
Valor de Contrapartida	R\$ 25.386,68
Valor Total	R\$ 269.136,68
Data de assinatura	02/06/2016
Data - Vigência	02/06/2018
Empresa Contratada	não tem
Contrato	não tem
Valor contratado	não tem
Data de assinatura	não tem
Ordem de serviço	não tem
Data Final	não tem
Aditivos	não tem
Saldo de empenho	não tem
A Empenhar	não tem
Observações	Em licitação (TP 04/2016 - os envelopes abrem dia 10/01/17). Aguardando a liberação de recursos pelo Governo Federal.

Convênio para a Ampliação da Estação de Tratamento de Água Bela Vista

Deputado	Não tem
Ministério	Cidades
Contrato	0351611-05/2012
Objeto	Ampliação da Estação de Tratamento de Água Bela Vista
Valor de Repasse	R\$ 7.585.906,41
Valor de Contrapartida	R\$ 842.878,49
Valor Total	R\$ 8.428.784,90
Data de assinatura	07/02/2012
Data - Vigência	28/02/2017
Empresa Contratada	LTD Engenharia Ltda
Contrato	28/2014
Valor contratado	R\$ 4.369.734,98
Data de assinatura	03/11/2014
Ordem de serviço	10/11/2014
Data Final	em reprogramação
Aditivos	em reprogramação
Saldo de empenho	R\$ -
A Empenhar	R\$ 1.161.126,68
Observações	Financiamento. Está sendo solicitado junto a CEF uma reprogramação visando a utilização do saldo de recursos do convênio.

Convênio para a Construção de Centro Centro de Atendimento ao Turista (CAT) e Aquisição de Mobiliário

Deputado	Arlindo Chinaglia
Ministério	Turismo
Contrato	1031166-48
Objeto	Construção de Centro Centro de Atendimento ao Turista (CAT) e Aquisição de Mobiliário
Valor de Repasse	R\$ 292.500,00
Valor de Contrapartida	R\$ 2.000,00
Valor Total	R\$ 294.500,00
Data de assinatura	13/06/2016
Data - Vigência	13/06/2018
Empresa Contratada	não tem
Contrato	não tem
Valor contratado	não tem
Data de assinatura	não tem
Ordem de serviço	não tem
Data Final	não tem
Aditivos	não tem
Saldo de empenho	não tem
A Empenhar	não tem
Observações	Precisa elaborar projeto

Convênio para o Portal Educacional

Deputado	Arlindo Chinaglia
Ministério	Ciência e Tecnologia
Contrato	781611/2012
Objeto	Portal Educacional
Valor de Repasse	R\$ 800.000,00
Valor de Contrapartida	R\$ 8.200,00
Valor Total	R\$ 808.200,00
Data de assinatura	28/12/2012
Data - Vigência	20/09/2016
Empresa Contratada	Docs & Bytes Informática Ltda EPP
Contrato	67/2016 - Pregão Presencial 30/2016
Valor contratado	R\$ 780.000,00
Data de assinatura	16/05/2016
Ordem de serviço	16/05/2016
Data Final	16/05/2017
Aditivos	Não tem
Saldo de empenho	R\$ 115.000,00
A Empenhar	R\$ 325.000,00
Observações	Recurso em conta. Foi solicitado prorrogação de vigência do convênio

Convênio de Inclusão Digital - Fibra óptica 2014

Deputado	Salvador Zimbaldi
Ministério	Ciência e Tecnologia
Contrato	804524/2014
Objeto	Inclusão Digital - Fibra óptica 2014
Valor de Repasse	R\$ 400.000,00
Valor de Contrapartida	R\$ 902,00
Valor Total	R\$ 400.902,00
Data de assinatura	31/12/2014
Data - Vigência	31/12/2015
Empresa Contratada	Não tem
Contrato	Não tem
Valor contratado	Não tem
Data de assinatura	Não tem
Ordem de serviço	Não tem
Data Final - atual	Não tem
Aditivos	Não tem
Saldo de empenho	Não tem
A Empenhar	Não tem
Observações	Recurso em conta. Foi solicitado prorrogação de vigência do convênio

Convênio para a Sinalização - Avenida Hilário Ferrari e Avenida Aimorés*Convênio à formalizar*

Deputado:	Herculano Passos
Ministério:	Cidades
Contrato	1030192-75/2016
Objeto:	Sinalização - Avenida Hilário Ferrari e Avenida Aimorés
Valor de Repasse	R\$ 245.850,00
Valor de Contrapartida	R\$ 2.500,00
Valor Total	R\$ 248.350,00
Observações	Projeto em análise na CEF.

Convênio para o Recapeamento das Ruas Vicente Donalizio, Viena, Paris, Lisboa, Louis Pasteur e Vital Brasil*Convênio à formalizar*

Deputado:	Ricardo Tripoli
Ministério:	Cidades
Contrato	1030194-14/2016
Objeto:	Recapeamento das Ruas Vicente Donalizio, Viena, Paris, Lisboa, Louis Pasteur e Vital Brasil
Valor de Repasse	R\$ 677.686,96
Valor de Contrapartida	R\$ 7.000,00
Valor Total	R\$ 684.686,96
Observações	Falta o Ministério empenhar o recurso. Projeto aprovado pela CEF.

Convênio para Recapeamento*Convênio à formalizar*

Deputado:	Miguel Hadad
Ministério:	Cidades
Contrato	1035099-58/2016
Objeto:	Recapeamento
Valor de Repasse	R\$ 252.077,85
Valor de Contrapartida	R\$ 2.600,00
Valor Total	R\$ 254.677,85
Observações	Precisa elaborar projeto.

Convênios entre a Estância Turística de Salto e o Estado

	Recurso em conta (R\$)	Recurso a receber (R\$)	Convênios a formalizar (R\$)
DADE 2013 - Trem Republicano - Estaca 00 A 092	210.903,86	1.022.642,10	
DADE 2015 - Recapeamento de Vias do Centro Histórico	601.902,60		
DADE 2008 - Hilário Ferrari	761.346,27		
DADE 2011 - Implantação da 1ª Etapa da Ilha da Usina	702.716,00	470.579,24	
DADE 2013 - Reforma e Revitalização do Parque do Lago	233.207,63		
DADE 2010 - Ponte Estaiada 1ª Etapa	1.797.534,87		
DADE 2012 - Ponte Estaiada 2ª Etapa	302.489,70	1.193.035,05	
DADE 2016 - Recapeamento de vias do Município (Floriano Peixoto e Marechal Deodoro)	10.517,37	1.261.803,54	
DADE 2014 - Reforma e Revitalização da Estação Ferroviária - Fase 2	151.944,95	2.278.752,78	
DADE 2014 - Reforma e Revitalização da Avenida Dom Pedro II	220.086,16	355.828,37	
Construção de Arquibancada	332.189,49		
Obras de Recapeamento da Avenida José Maria Marques de Oliveira			1.500.000,00
Obras de Recapeamento das Ruas Itapiru, 7 de setembro, 24 de outubro, 23 de Maio e Prudente de Moraes			746.757,63
Obras de revitalização do pavimento asfáltico e sinalização de trânsito da Rua das Tuviras e Avenida dos Peixes			147.148,57
Obras de Revitalização de pavimento asfáltico e sinalização de trânsito da Rua dos Carás e Avenida dos Peixes			130.445,00
Obras de revitalização de pavimento asfáltico e sinalização de trânsito da Rua dos Surubins e Rua dos Bagres			200.000,00
Construção de calçamento em piso intertravado no Jardim Independência			250.000,00
Aduela - Córrego Santa Cruz			746.757,63
Obras de recapeamento, sinalização viária, acessibilidade e drenagem da Rua Rui Barbosa – Etapa 1			147.148,57
Obras de recapeamento, sinalização viária, acessibilidade e drenagem da Rua Rui Barbosa – Etapa 2			130.445,00
Obras de revitalização do pavimento asfáltico na Rua Marechal Deodoro e Floriano Peixoto			1.085.896,79
DADE 2016 - Trem Republicano - Fase 2 (girador)			1.320.778,74
DADE 2016 - Reforma e Revitalização da Ponte Pênsil e Caminho das Esculturas			437.673,88
Ampliação do Campo de Futebol do Salto de São José			200.000,00

Reconstrução do Piso no João Luiz Guarda	100.000,00
Reforma do Centro esportivo - Jd. Paraiso	150.000,00
Aquisição de equipamento de som e iluminação para o CEC	100.000,00
	5.324.838,90 6.582.641,08 7.393.051,81

Recurso em conta com rendimentos	R\$ 5.324.838,90
Recurso a receber	R\$ 6.582.641,08
Convênios a formalizar	R\$ 7.393.051,81
Total	R\$ 19.300.531,79

Convênio para o Trem Republicano - Estaca 00 A 092

Deputado	NÃO TEM
Secretaria	TURISMO - DADE
Convênio	133/2013
Objeto	DADE 2013 - Trem Republicano - Estaca 00 A 092
Valor de Repasse	R\$ 2.174.955,90
Valor de Contrapartida	R\$ 300.000,00
Valor de Contrapartida adicional	R\$ 86.709,40
Valor Total	R\$ 2.561.665,30
Data de assinatura	05/12/2013
Data - Vigência	05/12/2015
Empresa Contratada	Prumo Engenharia Ltda
Contrato	198/2014 - Concorrência Pública 05/2014
Valor contratado	R\$ 2.561.665,30
Data de assinatura	01/12/2014
Ordem de serviço	15/06/2015
Data Final - atual	15/06/2017
Aditivos	Não tem
Saldo de empenho	R\$ 789.642,10
A Empenhar	R\$ 619.709,40
Observação	Obra paralisada. Aguardando a liberação de recursos por parte do DADE e aprovação da reprogramação. A empresa solicita novamente reajuste contratual. Ressaltamos que o reajuste anteriormente solicitado não foi concedido. Pendência financeira com a empresa no valor de R\$ 40.034,12 referente a medição 9 devido ao atraso na liberação de recurso. A medição 10 no valor de R\$ 26.677,87 encontra-se em análise aguardando a reprogramação no DADE.

Convênio para o Recapeamento de Vias do Centro Histórico

Deputado	NÃO TEM
Secretaria	TURISMO – DADE
Convênio	083/2015
Objeto	DADE 2015 - Recapeamento de Vias do Centro Histórico
Valor de Repasse	R\$ 2.803.467,57
Valor de Contrapartida	R\$ -
Valor de Contrapartida adicional	R\$ -
Valor Total	R\$ 2.803.467,57
Data de assinatura	23/11/2015
Data - Vigência	23/11/2017
Empresa Contratada	DNP Terraplenagem e pavimentadora Foresto Ltda
Contrato	40/2016 - Concorrência Pública 09/2015
Valor contratado	R\$ 2.344.753,50
Data de assinatura	23/11/2015
Ordem de serviço	11/04/2016
Data Final - atual	11/12/2016
Aditivos	Não tem
Saldo de empenho	R\$ 132.351,75
A Empenhar	R\$ 130.488,95
Observação	Saldo de convênio da importância de R\$ 458.714,07 + R\$ 132.351,75 de saldo de contrato com a DNP. Recurso a ser utilizado no recapeamento da Avenida Dom Pedro II. Todo recurso em conta.

Convênio para a Rua Hilário Ferrari

Deputado	NÃO TEM
Secretaria	TURISMO - DADE
Convênio	143/2008
Objeto	DADE 2008 - Hilário Ferrari
Valor de Repasse	R\$ 2.223.246,10
Valor de Contrapartida	R\$ 1.749,55
Valor de Contrapartida adicional	R\$ -
Valor Total	R\$ 2.224.995,65
Data de assinatura	04/07/2008
Data - Vigência	04/07/2017
Empresa Contratada	Construdaher Construções Ltda
Contrato	97/2016 - Tomada de Preços 02/2016
Valor contratado	R\$ 849.303,55
Data de assinatura	07/07/2016
Ordem de serviço	14/07/2016
Data Final - atual	07/01/2017
Aditivos	Não tem
Saldo de empenho	R\$ 286.222,71
A Empenhar	R\$ -
Observação	Obra em andamento. Todo recurso em conta

Convênio para a Implantação da 1ª Etapa da Ilha da Usina

Deputado	NÃO TEM
Secretaria	TURISMO - DADE
Convênio	171/2011
Objeto	DADE 2011 - Implantação da 1ª Etapa da Ilha da Usina
Valor de Repasse	R\$ 1.176.488,08
Valor de Contrapartida	R\$ 44.434,97
Valor de Contrapartida adicional	R\$ -
Valor Total	R\$ 1.220.923,05
Data de assinatura	05/12/2012
Data - Vigência	05/12/2017
Empresa Contratada	Construdaher Construções Ltda
Contrato	65/2015 - Tomada de Preços 02/2015
Valor contratado	R\$ 1.218.209,38
Data de assinatura	11/05/2015
Ordem de serviço	08/06/2015
Data Final - atual	03/12/2015
Aditivos	R\$ -
Saldo de empenho	R\$ 954.473,86
A Empenhar	R\$ 44.434,97
Observação	Obra em andamento.

Convênio para a Reforma e Revitalização do Parque do Lago

Deputado	NÃO TEM
Secretaria	TURISMO - DADE
Convênio	104/2013
Objeto	DADE 2013 - Reforma e Revitalização do Parque do Lago
Valor de Repasse	R\$ 1.402.413,05
Valor de Contrapartida	R\$ -
Valor de Contrapartida adicional	R\$ -
Valor Total	R\$ 1.402.413,05
Data de assinatura	04/12/2013
Data - Vigência	05/12/2017
Empresa Contratada	Construdaher Construções Ltda
Contrato	22/2015 - Concorrência Pública 07/2014
Valor contratado	R\$ 1.349.330,14
Data de assinatura	05/02/2015
Ordem de serviço	02/03/2015
Data Final - atual	19/02/2017
Aditivos	R\$ 246.950,99
Saldo de empenho	R\$ 187.685,02
A Empenhar	R\$ -
Observação	Reprogramação em análise do DADE. Todo recurso em conta. Pendência financeira com a empresa no de R\$ 187.685,02 devido ao atraso na liberação de recursos.

Convênio para a Ponte Estaiada 1ª Etapa

Deputado	NÃO TEM
Secretaria	TURISMO - DADE
Convênio	142/2012
Objeto	DADE 2010 - Ponte Estaiada 1ª Etapa
Valor de Repasse	R\$ 2.978.012,36
Valor de Contrapartida	R\$ -
Valor de Contrapartida adicional	R\$ -
Valor Total	R\$ 2.978.012,36
Data de assinatura	20/12/2012
Data - vigência	20/12/2017
Empresa Contratada	Consórcio J.Z Tardelli
Contrato	Informações com DER
Valor contratado	
Data de assinatura	
Data da ordem de serviço	
Data Final - atual	
Aditivos	
Saldo de empenho	R\$ -
A Empenhar	R\$ 1.684.580,62
Observações	Falta transferir recursos ao DER. Aprovado utilização de saldo do convênio para adequações no Mirante no valor de R\$ 164.348,00. A licitação está sendo providenciada. Existe um termo de parceria para construção do banheiro. Várias notificações estão sendo enviadas ao DER visando correções no Mirante e no pavimento.

Convênio para a Ponte Estaiada 2ª Etapa

Deputado	NÃO TEM
Secretaria	TURISMO - DADE
Convênio	147/2012
Objeto	DADE 2012 - Ponte Estaiada 2ª Etapa
Valor de Repasse	R\$ 2.939.266,57
Valor de Contrapartida	R\$ -
Valor de Contrapartida adicional	R\$ -
Valor Total	R\$ 2.939.266,57
Data de assinatura	14/12/2012
Data - vigência	14/12/2017
Empresa Contratada	Consórcio J.Z Tardelli
Contrato	Informações com DER
Valor contratado	
Data de assinatura	
Data da ordem de serviço	
Data Final - atual	
Aditivos	
Saldo de empenho	R\$ -
A Empenhar	R\$ 1.342.059,05
Observações	Aprovado utilização de saldo do convênio para iluminação da Ponte Estaiada no valor de R\$ 149.024,00 (Pregão Presencial 66/2016). Licitação em fase de finalização. Aguardando liberação de recursos do DADE. Existe um termo de parceria para construção do banheiro. Várias notificações estão sendo enviadas ao DER visando correções no Mirante e no pavimento.

Convênio para o Recapeamento de vias do Município (Floriano Peixoto e Marechal Deodoro)

Deputado	NÃO TEM
Secretaria	TURISMO - DADE
Convênio	129/2016
Objeto	DADE 2016 - Recapeamento de vias do Município (Floriano Peixoto e Marechal Deodoro)
Valor de Repasse	R\$ 1.741.088,11
Valor de Contrapartida	R\$ -
Valor de Contrapartida adicional	R\$ -
Valor Total	R\$ 1.741.088,11
Data de assinatura	02/06/2016
Data - vigência	02/06/2018
Empresa Contratada	Obragen Engenharia e Construções Ltda
Contrato	92/2016 - Pregão Presencial 44/2016
Valor contratado	R\$ 1.298.123,84
Data de assinatura	29/06/2016
Data da ordem de serviço	01/07/2016
Data Final - atual	01/07/2017
Aditivos	Não tem
Saldo de empenho	R\$ 196.626,92
A Empenhar	R\$ 622.212,35
Observações	Saldo de convênio na importância de R\$ 442.964,27. Saldo a ser utilizado no recapeamento da Rua Rússia. Aguardo a liberação de recursos pelo DADE. Pendência financeira com a empresa no valor de R\$ 344.392,77 referente a medição 4 devido ao tarso na liberação de recursos.

Convênio para a Reforma e Revitalização da Estação Ferroviária - Fase 2

Deputado	NÃO TEM
Secretaria	TURISMO - DADE
Convênio	060/2014
Objeto	DADE 2014 - Reforma e Revitalização da Estação Ferroviária - Fase 2
Valor de Repasse	R\$ 3.797.921,29
Valor de Contrapartida	R\$ -
Valor de Contrapartida adicional	R\$ -
Valor Total	R\$ 3.797.921,29
Data de assinatura	04/11/2014
Data - vigência	04/11/2017
Empresa Contratada	S.C Engenharia Ltda
Contrato	116/2015 - Concorrência Pública 02/2015
Valor contratado	R\$ 3.630.902,38
Data de assinatura	24/08/2015
Data da ordem de serviço	24/08/2015
Data Final - atual	21/09/2015
Aditivos	R\$ 58.557,60
Saldo de empenho	R\$ 1.487.713,54
A Empenhar	R\$ 308.557,60
Observações	Obra paralisada. Aguardando a liberação de recurso do DADE e aprovação de reprogramação.

Convênio para a Reforma e Revitalização da Avenida Dom Pedro II

Deputado	NÃO TEM
Secretaria	TURISMO - DADE
Convênio	224/2014
Objeto	DADE 2014 - Reforma e Revitalização da Avenida Dom Pedro II
Valor de Repasse	R\$ 593.047,27
Valor de Contrapartida	R\$ 7.619,71
Valor de Contrapartida adicional	R\$ -
Valor Total	R\$ 600.666,98
Data de assinatura	25/11/2014
Data - vigência	25/11/2016
Empresa Contratada	Não tem
Contrato	Não tem
Valor contratado	Não tem
Data de assinatura	Não tem
Data da ordem de serviço	Não tem
Data Final - atual	Não tem
Aditivos	Não tem
Saldo de empenho	Não tem
A Empenhar	Não tem
Observações	Parte do recurso em conta. O projeto precisa de adequações.

Convênio para a Construção de Arquibancada

Deputado	Hamilton Pereira
Secretaria	Casa Civil
Convênio	836/2010
Objeto	Construção de Arquibancada
Valor de Repasse	R\$ 189.999,78
Valor de Contrapartida	R\$ -
Valor de Contrapartida adicional	R\$ -
Valor Total	R\$ 189.999,78
Data de assinatura	28/05/2010
Data - Vigência	28/11/2010
Empresa Contratada	Não tem
Contrato	Não tem
Valor contratado	Não tem
Data de assinatura	Não tem
Ordem de serviço	Não tem
Data Final - atual	Não tem
Aditivos	Não tem
Saldo de empenho	Não tem
A Empenhar	Não tem
Observações	Todo recurso em conta

Convênio para o Recapeamento da Avenida José Maria Marques de Oliveira*Convênio à formalizar*

Deputado	Rita Passos
Secretaria	Casa Civil
Objeto	Obras de Recapeamento da Avenida José Maria Marques de Oliveira
Valor da emenda	R\$ 1.500.000,00
Valo do Projeto	R\$ 1.503.633,08
Observações	Em São Paulo aguardando assinatura de convênio

Convênio para o Recapeamento das Ruas Itapiru, 7 de setembro, 24 de outubro, 23 de Maio e Prudente de Moraes

Convênio à formalizar

Deputado	Herculano Passos
Secretaria	Casa Civil
Objeto	Obras de Recapeamento das Ruas Itapiru, 7 de setembro, 24 de outubro, 23 de Maio e Prudente de Moraes
Valor da emenda	R\$ 500.000,00
Valo do Projeto	R\$ 495.107,90
Observações	Em São Paulo aguardando assinatura de convênio

Convênio para obras de revitalização do pavimento asfáltico e sinalização de trânsito da Rua das Tuviras e Avenida dos Peixes

Convênio à formalizar

Deputado	Rita Passos
Secretaria	Casa Civil
Objeto	Obras de revitalização do pavimento asfáltico e sinalização de trânsito da Rua das Tuviras e Avenida dos Peixes
Valor da emenda	R\$ 150.000,00
Valo do Projeto	R\$ 155.216,21
Observações	Em São Paulo aguardando assinatura de convênio

Convênio para a Revitalização de pavimento asfáltico e sinalização de trânsito da Rua dos Carás e Avenida dos Peixes

Convênio à formalizar

Deputado	Marcos Martins
Secretaria	Casa Civil
Objeto	Obras de Revitalização de pavimento asfáltico e sinalização de trânsito da Rua dos Carás e Avenida dos Peixes
Valor da emenda	R\$ 150.000,00
Valo do Projeto	R\$ 151.197,56
Observações	Em São Paulo aguardando assinatura de convênio

Convênio para a revitalização de pavimento asfáltico e sinalização de trânsito da Rua dos Surubins e Rua dos Bagres

Convênio à formalizar

Deputado	Hamilton Pereira
Secretaria	Casa Civil
Objeto	Obras de revitalização de pavimento asfáltico e sinalização de trânsito da Rua dos Surubins e Rua dos Bagres
Valor da emenda	R\$ 200.000,00
Valo do Projeto	R\$ 202.049,65
Observações	Em São Paulo aguardando assinatura de convênio

Convênio para a Construção de calçamento em piso intertravado no Jardim Independência

Convênio à formalizar

Deputado	Tito
Secretaria	Casa Civil
Objeto:	Construção de calçamento em piso intertravado no Jardim Independência
Valor de Repasse	Casa Civil
Valor da Emenda	R\$ 250.000,00
Valor do Projeto	R\$ 253.009,54
Observações	Em São Paulo aguardando assinatura de convênio

Convênio para a construção de Aduela - Córrego Santa Cruz*Convênio à formalizar*

Deputado	Rogério Nogueira
Secretaria	Casa Civil
Objeto:	Aduela - Córrego Santa Cruz
Valor de Repasse	Casa Civil
Valor da Emenda	R\$ 750.000,00
Valor do Projeto	R\$ 746.757,63
Observações	Em São Paulo aguardando assinatura de convênio

Convênio para o recapeamento, sinalização viária, acessibilidade e drenagem da Rua Rui Barbosa – Etapa 1*Convênio à formalizar*

Deputado	Rodrigo Moraes
Secretaria	Casa Civil
Objeto:	Obras de recapeamento, sinalização viária, acessibilidade e drenagem da Rua Rui Barbosa – Etapa 1
Valor de Repasse	Casa Civil
Valor da Emenda	R\$ 150.000,00
Valor do Projeto	R\$ 147.148,57
Observações	Em análise em Sorocaba

Convênio para o recapeamento, sinalização viária, acessibilidade e drenagem da Rua Rui Barbosa – Etapa 2*Convênio à formalizar*

Deputado	Tito
Secretaria	Casa Civil
Objeto:	Obras de recapeamento, sinalização viária, acessibilidade e drenagem da Rua Rui Barbosa – Etapa 2
Valor de Repasse	Casa Civil
Valor da Emenda	R\$ 150.000,00
Valor do Projeto	R\$ 130.445,00
Observações	Em análise em Sorocaba.

Convênio para a revitalização do pavimento asfáltico na Rua Marechal Deodoro e Floriano Peixoto

Convênio à formalizar

Deputado	Rogério Nogueira
Secretaria	Casa Civil
Objeto:	Obras de revitalização do pavimento asfáltico na Rua Marechal Deodoro e Floriano Peixoto
Valor de Repasse	Casa Civil
Valor da Emenda	R\$ 1.295.000,00
Valor do Projeto	R\$ 1.085.896,79
Observações	Em São Paulo aguardando assinatura de convênio

Convênio para o Trem Republicano - Fase 2 (girador)*Convênio à formalizar*

Deputado	NÃO TEM
Secretaria	TURISMO - DADE
Objeto	DADE 2016 - Trem Republicano - Fase 2 (girador)
Valor da Emenda	Não tem
Valor do Projeto	R\$ 1.320.778,74
Observações	Em São Paulo aguardando assinatura de convênio

Convênio para a Reforma e Revitalização da Ponte Pênsil e Caminho das Esculturas

Convênio à formalizar

Deputado	NÃO TEM
Secretaria	TURISMO - DADE
Objeto	DADE 2016 - Reforma e Revitalização da Ponte Pênsil e Caminho das Esculturas
Valor da Emenda	Não tem
Valor do Projeto	R\$ 437.673,88
Observações	Em São Paulo aguardando assinatura de convênio

Convênio para a Ampliação do Campo de Futebol do Salto de São José*Convênio à formalizar*

Deputado	Ramalho da Construção
Secretaria	Esporte
Objeto	Ampliação do Campo de Futebol do Salto de São José
Valor da Emenda	R\$ 200.000,00
Valor do Projeto	R\$ 284.072,85
Observações	Em São Paulo aguardando assinatura de convênio

Convênio para a Reconstrução do Piso no João Luiz Guarda*Convênio à formalizar*

Deputado	Ramalho da Construção
Secretaria	Esporte
Objeto	Reconstrução do Piso no João Luiz Guarda
Valor da Emenda	R\$ 100.000,00
Valor do Projeto	R\$ 124.145,87
Observações	Em São Paulo aguardando assinatura de convênio

Convênio para a Reforma do Centro esportivo - Jd. Paraiso*Convênio à formalizar*

Deputado	Rodrigo Moraes
Secretaria	Esporte
Objeto	Reforma do Centro esportivo - Jd. Paraiso
Valor da Emenda	R\$ 150.000,00
Valor do Projeto	R\$ 161.936,98
Observações	Em atendimento a comunique-se

Convênio para a Aquisição de equipamento de som e iluminação para o CEC*Convênio à formalizar*

Deputado	Marcos Martins
Secretaria	Cultura
Objeto	Aquisição de equipamento de som e iluminação para o CEC
Valor da Emenda	R\$ 100.000,00
Valor do Projeto	R\$ 106.678,87
Observações	Em São Paulo aguardando assinatura de convênio

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE SALTO

Relatório de Gestão
2013 – 2016



PREFEITURA
DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE
SALTO

